

Imigração: diálogos e novas abordagens

2ª edição – E-book



**Evandro Fernandes
Rosane Marcia Neumann
Roswithia Weber**

Organizadores



Partindo da noção de *Erfahrung*, como experiência, busca de saber, as pesquisas apresentam novos aportes sobre a imigração alemã e seus descendentes. São artigos que, via de regra, combinam o rigor acadêmico da pesquisa em fontes, com elementos teóricos importantes e atuais.

Por outro lado, esta Coletânea abre a inovadora possibilidade, – assim como outros materiais sobre imigração – de ser utilizada como material didático. Atrevo-me a perguntar, se um aluno viesse a saber que seu antepassado – que emigrou da Europa para o Brasil – foi soldado de Napoleão ou lutou contra ele, será que parte da História não teria outro significado para ele? E mais, se um aluno viesse a descobrir que o navio de imigração de seus familiares naufragou, foi aprisionado na Guerra Cisplatina, que eles foram fundadores de sua comunidade ou mesmo que, posteriormente, eles participaram ao lado dos imperiais ou dos farrapos da Revolução Farroupilha, ou ainda, que algum antepassado seu participou da construção de alguma igreja ou clube, foi “Voluntário da Pátria” na Guerra do Paraguai, etc., será que a História do Brasil seria percebida por esse aluno da forma usual? A valorização dessas pesquisas como *Erfahrung*, abre a possibilidade de ressignificar, e por que não, de “familiarizar” a História, pela inserção da *Erlebnis familiar*, isto é, das vivências dos seus familiares ascendentes.

Destarte, os provocativos temas analisados nos artigos, tais como memória e patrimônio, gênero e parentesco, movimentos políticos, inclusão e exclusão de grupos de imigrantes e seus relacionamentos com outros grupos étnicos, tais como indígenas e afro-descendentes abrem possibilidades de cativar os alunos e assim, quem sabe, de estimular a configuração de nova geração de pesquisadores desta fascinante História!

Ellen Fensterseifer Woortmann

Imigração: diálogos e novas abordagens apresenta os resultados de pesquisa e a produção historiográfica sobre a imigração e colonização alemã no Brasil nos séculos XIX e XX. Reduzindo a escala de análise, discute a temática na perspectiva do contato interétnico na região de Novo Hamburgo/RS. Os estudos apon-tam para o desdobramento do grande tema imigração em subtemas, propiciando pensar e repensar o processo de imigração e colonização sob outro viés, bem como visitar e revisitar as fontes. A partir desta publicação, o leitor está convidado a dialogar e estabelecer novas abordagens com o conteúdo do presente livro.

Dr. Rosane Marcia Neumann

Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras

(ANPHCTB)

**Imigração:
diálogos e novas abordagens**

Coordenação Geral do Evento

Evandro Fernandes (UFSC – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo)

Marcos Antônio Witt (UNISINOS – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Conselho Científico

Adriane Brevia (Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo)

Carmem Adriane Ribeiro (PUCRS – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Evandro Fernandes (UFSC – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo)

Isabel Cristina Arendt (UNISINOS – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

José Edimar de Souza (UNISINOS – Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo)

Leira Salete Teixeira (Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo)

Marcos A. Witt (UNISINOS – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Rodrigo Perla Martins (Universidade FEEVALE)

Rosane Márcia Neumann (UPF – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Roswithia Weber (Universidade FEEVALE)

**Evandro Fernandes
Rosane Marcia Neumann
Roswithia Weber
(Organizadores)**

Imigração: diálogos e novas abordagens

2ª edição – E-book



São Leopoldo
2020

© Dos autores – 2020

Editoração: Oikos

Revisão: Alessandra Preussler de Almeida
Elize Huegel Pires

Capa: Verdeperto Comunicação

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Unisinos)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fonet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

I33 Imigração: diálogos e novas abordagens [E-book]. / Organizado por
Evandro Fernandes, Rosane Marcia Neumann e Roswithia
Weber. – São Leopoldo: Oikos, 2020.

624 p.; il.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-86578-34-8

1. Imigração – Brasil – Alemanha – Congrasso. 2. Imigração
alemã – Brasil. 3. Colonização teuto-brasileira. I. Fernandes, Evan-
dro. II. Neumann, Rosane Marcia. III. Weber, Roswithia.

CDU 325.14:061.3(430:81)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Prefácio à segunda edição	11
Apresentação	12
<i>Adelmar Alberto Carabajal</i>	

ABERTURA

XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras – Imigração: diálogos e novas abordagens	14
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Diálogos sobre Parentesco: Memórias, História e Antropologia	17
<i>Ellen Fensterseifer Woortmann</i>	

MESAS-REDONDAS

Mesa-redonda 1 – Política: avanço territorial e emancipação

Costa da Serra no Império	38
<i>Doris Rejane Fernandes</i>	
Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo	48
<i>René Gertz</i>	

Mesa-redonda 2 – Diálogos e novas abordagens I: imigrantes e indígenas

O nativo e o colono: o projeto de modernização do estado do Rio Grande do Sul	61
<i>Cíntia Régia Rodrigues</i>	
A questão indígena contemporânea. Um olhar para a América Latina	76
<i>Inês Caroline Reichert</i>	

Mesa-redonda 3: Diálogos e novas abordagens II: imigrantes e africanos escravizados

Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo negro em uma localidade teuto-brasileira	84
<i>Magna Lima Magalhães</i>	
A cidade, a diversidade etnicorracial e os jogos da memória	91
<i>Margarete Fagundes Nunes</i>	

Mesa-redonda 4 – Estrangeiros e migrantes: incluídos e excluídos na imigração	
Estrangeiros e migrantes. Incluídos e excluídos na imigração	104
<i>Martin N. Dreher</i>	
Esculhambando o Paraíso: colonização gaúcha, ascese do trabalho e história ambiental	117
<i>Ely Bergo de Carvalho</i>	
Mesa-redonda 5 – Parentesco, organização social e questões de gênero na imigração	
Os <i>Wandschoner</i> sob a análise dos estudos de gênero: um patrimônio a ser salvaguardado	127
<i>Marli Brun</i>	
Mesa-redonda 6 – Patrimônio e memória de Novo Hamburgo	
Patrimônio hamburguense: a relação entre o passado e o progresso	139
<i>Roswithia Weber</i>	

SESSÕES DE COMUNICAÇÃO

1. Política (eleições, emancipações, instituições público-privadas...)

O povoamento do Herval	145
<i>Ademir Rost</i>	
A atuação do deputado Karl Von Koseritz na emancipação de Taquara ..	153
<i>Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho</i>	
Caminhos de penetração e a formação de núcleos urbanos – Litoral Norte/RS	161
<i>Nilza Huyer Ely</i>	
O papel da revista <i>St. Paulus-Blatt</i> no estímulo político dos teuto-brasileiros católicos no Rio Grande do Sul (1912-1934)	166
<i>Samuel Klauck</i>	
A Câmara de Vereadores de Taquari em 1852: um recorte micro da conjuntura da colonização	174
<i>Cristiano Luís Christillino</i>	
Guilherme Gaelzer Netto: um pequeno Kaiser nos trópicos	182
<i>Evandro Fernandes</i>	
Revolução Farroupilha e seus reflexos locais	189
<i>Roque Amadeu Kreutz</i>	
Klingelhoefter – pastor farroupilha	199
<i>José Edimar de Souza</i>	

A Revolução Federalista na região de Santa Cruz: a atuação dos serranos de Zeca Ferreira	205
<i>João Paulo Reis Costa</i>	
O texto iconográfico: a revista Vida Policial e o imaginário nazista	213
<i>Tiago Weizenmann</i>	
A nacionalização no Vale do Caí	222
<i>José Carlos Flach</i>	
Nazismo no Sul do Brasil: o discurso de autoridades policiais	229
<i>Ana Iervolino</i>	
2. Relações interétnicas (etnias, diálogos e conflitos...)	
Alteridades africanas pela lente de fotógrafos alemães no Brasil meridional .	37
<i>Silvio Marcus de Souza Correa</i>	
Relações interétnicas e preconceito racial na memória de duas descendentes de escravos	249
<i>Rodrigo de Azevedo Weimer</i>	
História e representação social da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul	257
<i>Mateus Silva Skolaude</i>	
O negro, o imigrante e a construção da nação brasileira no século XIX: miscigenação, racismo e branqueamento no Rio Grande do Sul	266
<i>Vinicius Pereira Oliveira</i>	
O choque cultural entre nativos e colonizadores em terras do atual município de Montenegro – Séculos XVIII e XIX	275
<i>Lisiane da Motta</i>	
A constituição da identidade de grupos de imigrantes a partir das relações interétnicas: o caso dos judeus e dos alemães	285
<i>Cristine Fortes Lia</i>	
Nova Palmira: duas etnias em uma mesma colônia	293
<i>Maria Lúcia Bettega</i>	
Língua e religião alemã na Bahia no século XIX: memórias e relações interétnicas	303
<i>Marina Helena Chaves Silva</i>	
Alemanes-brasileños, um nosotros con los otros	316
<i>María Cecilia Gallero</i>	
A construção e a organização escolar das escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul	325
<i>Leomar Tesche</i>	

“Nós queremos unicamente abraçar o Ginásio...”: o caso dos professores estrangeiros em Rio Grande – RS, 1936 332
Ester Rosa Ribeiro

Escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras em Barão/RS e a transição para a escola pública: Barão 1930-1960 e um período de apagamento da diversidade cultural 339
Fernanda Rodrigues Zanatta e Lúcio Kreutz

3. Sociedade e economia (cotidiano, sociabilidades, migrações...)

Imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “luteranismo comunitário” 347
Diéle de Souza Schneider e Moacir Almeida de Oliveira

Identidades religiosas em confronto: o caso do *Deutsches Volksblatt* (católico) e *Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien* e *Deutsche Post* (protestantes) 352
Wilhelm Wachholz

O trabalho imigrante na formação econômica na zona colonial italiana no Sul do Brasil 359
Vânia Herédia

Chácara do Tio Bernardo: fragmentos para recordar 371
Luciano Schmidt

Aspectos históricos da prática do tiro ao alvo nas associações esportivas de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 381
Alice Beatriz Assmann

Emergência do associativismo esportivo na cidade de Teutônia no Rio Grande do Sul 388
Cecília Elisa Kilpp

Os prospectos da colonizadora Meyer: leituras e interpretações 395
Rosane Marcia Neumann

Formação de um núcleo rural teuto-brasileiro no oeste catarinense: relações com o processo identitário 404
Isabel Spies e Renata Rodrigues Zanatta

4. Gênero (mulher imigrante, relações de parentesco...)

As diferentes temporalidades de Jacobina Maurer: de líder religiosa a guia do turismo histórico cultural 411
Daniel Luciano Gevehr

Estratégias matrimoniais entre ex-prisioneiros: o caso da família Klinger (século XIX) 419
Caroline von Mühlen

Festa, devassidão e violência: as imagens do meretrício e a idealização de um cenário, de suas personagens e de seu enredo (Taquara, RS)	429
<i>Maicon Diego Rodrigues</i>	
<i>Suicida feliz: protestantes em face à morte diferente</i>	438
<i>Roberto Radünz</i>	
A identidade do imigrante: encontros e desencontros	450
<i>Veiane Gaelzer</i>	
Comparações da emigração do <i>Schleswig-Holstein</i> : os Estados Unidos da América e o Brasil	466
<i>Carlos Augusto Trojaner de Sá</i>	
As enchentes na história das famílias teuto-brasileiras na colônia Blumenau (1850-1950)	472
<i>Simoni Mendes</i>	
O Terno de Reis: um sinal cultural açoriano em Taquari	478
<i>Marli Pereira Marques</i>	
Ancestralidade biografada: resgate histórico dos Dienstmann de Dois Irmãos	483
<i>Roberto Dienstmann</i>	
5. Patrimônio e memória (educação patrimonial, guarda de acervos...)	
Patrimônio, memória e turismo na Serra Gaúcha	487
<i>Kenia Pozenato e Loraine Giron</i>	
Inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Igrejinha: instrumento que garante a memória e a identidade	495
<i>Dalva Reinheimer e Elaine Smaniotto</i>	
Estúdio Foto Klos: três gerações de fotógrafos	509
<i>Carmem Adriane Ribeiro</i>	
Imagens e memórias no âmbito da História da Educação	516
<i>Andréa Cristina Baum Schneck</i>	
Memória lapidar ameaçada: obras da Casa Aloys nas necrópoles São José I e II de Porto Alegre	524
<i>Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho</i>	
O cemitério como patrimônio da imigração alemã: relatório de prática ...	531
<i>Sônia Jaqueline Fröhlich</i>	
A importância do olhar pedagógico no museu	539
<i>Cristina Seibert Schneider e Gabriele Galafassi</i>	
Instituto Carl Hoepcke: uma trajetória	548
<i>Max José Müller</i>	

Encontro das comunidades alemãs da América Latina – site www.franckalemão.com.br	553
<i>Nilo Sergio Franck</i>	
O acervo de imigração alemã do Instituto Martius-Staden de São Paulo ...	555
<i>Daniela Rothfuss</i>	
O Memorial Jesuíta Unisinos e acervos sobre imigração	559
<i>Isabel Cristina Arendt</i>	
6. Outros temas relacionados à imigração	
Imagens “sonoras”: iconografias e transações musicais na cultura imigrantista teuto-brasileira	563
<i>Werner Ewald</i>	
A trilogia “O campanário do tempo” – romance histórico sobre a imigração e miscigenação das raças no Rio Grande do Sul	570
<i>Liti Belinha Rheinheimer</i>	
Os alemães e seus descendentes na literatura brasileira – sua representação em novos autores	573
<i>Gerson Roberto Neumann</i>	
<i>O pescador de arenques</i> , de Jairo Scholl Costa. A busca constante do (e)migrante	580
<i>Richard Jeske Wagner</i>	
A terra como elemento de dignidade para o imigrante/descendente alemão na obra <i>Quem faz gemer a terra</i> de Charles Kiefer	585
<i>Lisiane Alves Savedra</i>	
Colônia alemã: história e fatos – <i>Geschichtcha uf Hunsrik ins</i> <i>Pressiljohnisch Iwassetzt</i>	592
<i>Luiz Carlos Thomas</i>	
Identidade étnica alemã na produção literária	601
<i>Marinês Andrea Kunz e Roswithia Weber</i>	
Análise dos métodos e elementos de persuasão utilizados em anúncios de novas colônias veiculados entre 1920 e 1940 nos almanaques <i>Familienfreund Kalender</i> e <i>Kalender für die Deutschen in Brasilien</i>	606
<i>Robert Thieme</i>	
A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural como atrativo turístico em Ivoti	617
<i>Cíntia Elisa Dhein</i>	
Visões do outro a partir da (i)migração alemã: Mecklenburg-Schwerin, Brasil e Rio Grande do Sul – séculos XIX e XX	620
<i>Marcos Antônio Witt</i>	

Prefácio à 2ª edição

Imigração: diálogos e novas abordagens é uma obra atemporal entre as várias publicações organizadas pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB). Marca, de modo especial, um balanço sobre temas e abordagens convergentes à pesquisa sobre imigração e colonização, ampliando as temáticas e as fontes utilizadas.

No decorrer de sua atuação, desde 1997, a Associação tem promovido eventos e publicação de anais, tendo como temática central a discussão da imigração e colonização nas comunidades teuto-brasileiras, mantendo o diálogo entre a produção acadêmica e a produção local, buscando aproximar a comunidade do conhecimento intelectual. Seguindo esses princípios, a ANPHCTB contabiliza 14 eventos, contemplando temáticas de relevância e demanda local, realizados em parceria com as comunidades teuto-brasileiras.

Imigração: diálogos e novas abordagens amplia a temática para outros grupos étnicos que compõem a trajetória de formação do sul do Brasil, abrindo espaço para discussões de alteridade, de pluralidade e de relações entre os diferentes. Ao mesmo tempo, incorpora objetos de estudo fundamentais à imigração, como as questões de patrimônio cultural, memória, gênero, produção intelectual, escravidão, relações interétnicas. Essa diversidade é resultado das discussões possíveis que têm ganhado espaço nas universidades e na sociedade brasileira meridional como um todo, aspecto que se confirma pelo expressivo rol de pesquisadores nomeados nesta obra, bem como o uso de novas fontes e a revisitação de tantas outras que tradicionalmente foram utilizadas para a escrita da história teuto-brasileira.

Finalmente, a reedição da presente obra constitui-se, também, como contribuição da ANPHCTB dentro das comemorações dos 200 anos de imigração e colonização no Rio Grande do Sul, permitindo a publicação em formato de e-book o acesso a um público mais amplo e diversificado.

ANPHCTB
Gestão 2020-2021

Welington Augusto Blume (presidente)
Eduardo Relly (vice-presidente)
Márcia Solange Volkmer (secretária)
Rosane Marcia Neumann (vice-secretária)
Jéferson Schaeffer (tesoureiro)
Tiago Weizenmann (vice-tesoureiro)

Apresentação

O livro *Imigração: diálogos e novas abordagens* reúne os textos apresentados no XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, realizado nos dias 1 a 3 de julho de 2010, no município de Novo Hamburgo/RS, em uma parceria entre a Secretaria de Educação e Desporto de Novo Hamburgo, a Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e o Curso de História da Universidade Feevale.

O XI Seminário discutiu a temática “imigração: diálogos e novas abordagens” com o objetivo de socializar e difundir a pesquisa e a produção historiográfica sobre imigração e colonização alemã, retomadas especialmente a partir dos anos 1990, em diálogo com a historiografia Afro-Brasileira e Indígena. No Rio Grande do Sul, os estudos extrapolaram o lócus do Vale dos Sinos e foram ampliados para as chamadas colônias novas: o Litoral Norte, o Vale do Taquari, o Vale do Caí e a Região do Planalto. Englobam, ainda, as colônias ilhas, como São Lourenço, a presença maciça de imigrantes em cidades e suas relações com os afrodescendentes e indígenas, como o caso de Porto Alegre. Quanto ao período, abrangem tanto o século XIX quanto o século XX, chegando aos dias atuais.

As pesquisas revelam um espaço colonial extremamente complexo e interligado, marcado pelas migrações individuais e familiares; a presença de redes familiares e de redes de poder ramificadas; a formação de um modelo de produção agrícola baseado na pequena propriedade familiar e de subsistência; um sistema de comércio e transportes dinâmico; uma variada produção artesanal e a formação das primeiras indústrias; as relações sociais, interétnicas, cotidianas, de gênero; a imprensa, literatura, escola e religiosidade. Enfim, há a inserção política, econômica e social dos imigrantes no Rio Grande do Sul, em sua relação com os afrodescendentes e indígenas, construindo aqui a sua identidade de colonos alemães, mantendo um vínculo cultural com a Alemanha, desconstruindo, dessa forma, uma historiografia que os apresentava como isolados e apáticos às questões da nova pátria.

O Seminário foi um espaço privilegiado para o diálogo entre os pesquisadores, comunidades e suas produções historiográficas; entre a história local e a história produzida pela academia; entre as diferentes etnias que iniciaram a ocupação de Novo Hamburgo; e as novas abordagens, no que se refere à metodologia de pesquisa; exploração de novas fontes e o retorno às fontes e aos temas já tratados, mas com outro olhar; desdobramento do grande tema imigração em subtemas, com o crescimento de estudos de micro-história e história cultural, ocupando espa-

ço ao lado dos temas políticos, econômicos e sociais, propiciando pensar e repensar o processo de imigração e colonização sob outro viés.

A ampliação do leque de possibilidades de pesquisa e a produção historiográfica sobre a imigração alemã foi contemplada em seis mesas redondas, com a presença de professores de diferentes universidades brasileiras, especialistas na temática, os quais discorreram sobre diversos pontos: política – avanço territorial e emancipação; imigrantes e indígenas; imigrantes e afrodescendentes; estrangeiros e migrantes: incluídos e excluídos na imigração; parentesco, organização social e questões de gênero na imigração; patrimônio e memória de Novo Hamburgo, além da palestra de abertura sobre “memórias e vivências: desafios e diálogos com as raízes”. Incluída na programação, aconteceram, de forma simultânea, seis sessões coordenadas, reunindo 77 comunicações, totalizando 84 comunicadores, procedentes de diferentes instituições.

O livro “Imigração: diálogos e novas abordagens” condensa os resultados das pesquisas apresentadas ao longo do Seminário, contribuindo para a ampliação do nosso conhecimento sobre a temática imigração e colonização alemã, inovando nessa linha de pesquisa ao se debruçar sobre pontos ignorados pela historiografia tradicional, como, por exemplo, as relações interétnicas. A publicação do livro é relevante, uma vez que abrange um público maior em nível nacional, bem como contribui com mais uma produção bibliográfica, permitindo e instigando a continuação das pesquisas nessa área do conhecimento, além de servir de base para a produção de outros estudos.

O mérito cultural e intelectual deste livro é abordar a imigração alemã sob novas perspectivas, que dialoguem com outros grupos étnicos como os indígenas e afrodescendentes. O livro mostra que as ditas “fronteiras” existentes entre os imigrantes, afrodescendentes e indígenas são construções sócio-históricas muito tênues, que não se sustentam mais na historiografia contemporânea brasileira.

Prof. Ms. Ademar Alberto Carabajal

ABERTURA

XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras **Imigração: diálogos e novas abordagens**

A Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, juntamente com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, apresenta ao público os Anais do seu XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras: Imigração: Diálogos e Novas Abordagens.

O XI Seminário Nacional realizou-se pela segunda vez no Vale dos Sinos, berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Novo Hamburgo aceitou o desafio de sediar o evento, uma parceria entre a Associação, a Prefeitura Municipal e a Universidade Feevale.

A importância desse Seminário se reflete na sua própria longevidade, bem como no crescimento do público participante – em torno de 260 inscritos, oriundos de 9 estados brasileiros e da Argentina –, constituindo-se como um espaço de produção de conhecimento, sendo uma das contribuições ao público em geral a publicação do livro dos anais com os textos apresentados. Como evento itinerante, a cada dois anos realiza-se em um município, cuja formação está relacionada ao processo de imigração e colonização alemã. Nas edições anteriores, realizou-se nos municípios de Lajeado, Santa Cruz do Sul, Teutônia/Westfália, São Vendelino e Ivoti.

Para esse seminário, propomos discutir a temática: **Imigração: diálogos e novas abordagens**, com o objetivo de socializar e difundir a pesquisa e produção historiográfica sobre imigração e colonização, retomada, especialmente, a partir dos anos 90. No Rio Grande do Sul, os estudos extrapolaram o lócus Vale dos Sinos e foram ampliados para o Litoral Norte, o Vale do Taquari, o Vale do Caí e a região do Planalto, as chamadas *colônias novas*. Ainda, as colônias *ilhas*, como São Lourenço, e a presença maciça de imigrantes em cidades, como o caso de Porto Alegre. Quanto ao período, abrangem tanto o século XIX, quanto o século XX, chegando aos dias atuais.

As pesquisas têm revelado um espaço colonial extremamente complexo e interligado, marcado pelas migrações individuais e familiares; a presença de redes

familiares e de poder ramificadas; a formação de um modelo de produção agrícola baseado na pequena propriedade familiar e de subsistência; um sistema de comércio e transportes dinâmico; uma variada produção artesanal e a formação das primeiras indústrias; as relações sociais, interétnicas, cotidianas, de gênero; a imprensa, literatura, escola e religiosidade. Enfim, a inserção política, econômica e social dos imigrantes no Estado, construindo aqui a sua identidade de *colonos* alemães, mantendo um vínculo cultural com a Alemanha, desconstruindo uma historiografia que os apresentava como isolados e apáticos às questões da nova pátria.

Nessa perspectiva, o *Seminário* proporcionou um espaço privilegiado para o **diálogo** entre os pesquisadores e as produções historiográficas; entre a história local e a história produzida pela academia; entre as diferentes etnias que iniciaram a ocupação de Novo Hamburgo; e as **novas abordagens**, no que se refere à metodologia de pesquisa; exploração de novas fontes e o retorno às fontes e aos temas já tratados, mas com outro olhar; desdobramento do grande tema imigração em subtemas, com o crescimento de estudos de micro-história e história cultural, ocupando espaço ao lado dos temas políticos, econômicos e sociais, propiciando pensar e repensar o processo de imigração e colonização sob outro viés.

Portanto, a ampliação do leque de possibilidades de pesquisa e a produção historiográfica sobre a temática imigração alemã pode ser acompanhada no decorrer do evento, contemplando em 6 mesas redondas, discussões sobre:

Mesa 1 – Política: avanço territorial e emancipação

Mesa 2 – Diálogos e novas abordagens I: imigrantes e indígenas

Mesa 3 – Diálogos e novas abordagens II: imigrantes e afrodescendentes

Mesa 4 – Estrangeiros e migrantes: incluídos e excluídos na imigração

Mesa 5 – Parentesco, organização social e questões de gênero na imigração

Mesa 6 – Patrimônio e memória de Novo Hamburgo

A palestra de abertura tratou de *Memórias e vivências: desafios e diálogos com as raízes*.

Dentro da programação, ocorreram também seis sessões coordenadas, reunindo 77 comunicações, totalizando 84 comunicadores, procedentes de diferentes instituições.

Na preparação e organização do evento, o empenho de toda comissão organizadora foi fundamental. Agradecemos à acolhida no município de Novo Hamburgo, e à Feevale, por disponibilizar a sua infraestrutura para a realização do evento. À equipe da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo; aos membros da diretoria da Associação diretamente envolvidos na organização; aos professores e funcionários da Secretaria de Educação de Novo Hamburgo e Feevale. Cabe registrar aqui o agradecimento especial a Isabel Cristina Arendt, presidente da Associação até 2009, que foi a responsável pelas tratativas para com

Abertura

o município sede, a formação da comissão e organização da programação do presente evento.

Agradecemos ao apoio cultural de: Grupo Editorial Sinos; Acervo Documental e de Pesquisa – Biblioteca UNISINOS, São Leopoldo/RS; Associação de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras do Litoral Norte do RS; Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil (FECAB); Fundação Ernesto Frederico Scheffel & Casa Schmitt Presser; Instituto Histórico de São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; Portal Brasil Alemanha, Informativo Neues e a AHAI; Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo; Secretaria de Cultura de Novo Hamburgo; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Trabalho e Turismo de Novo Hamburgo. Agradecemos o patrocínio de: Artecola; Comusa; Hotel Swan Tower; Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo; Universidade FEEVALE.

Novo Hamburgo, 1º de julho de 2010.

Rosane Marcia Neumann
Presidente da Associação Nacional
de Pesquisadores da História das
Comunidades Teuto-Brasileiras

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Diálogos sobre parentesco: memórias, história e antropologia*

*Ellen Fensterseifer Woortmann***

O passado não reconhece seu lugar: está sempre presente
Mario Quintana

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos Professores Marcos Witt, Rosane Neumann, Isabel Arendt e Roswithia Weber pelo convite e parabenizá-los pela excelente organização desse XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e por reunir tantos participantes. Para mim é um prazer e uma honra realizar a palestra de abertura desse prestigiado evento aqui na Feevale, no contexto de sua merecida promoção para universidade. E é um grande prazer reencontrar colegas que me são caros e conhecer a nova geração de pesquisadores, com os quais dialogar!

Porém, antes de entrar na minha fala propriamente dita, gostaria de mencionar que muitas das imagens apresentadas no convite impresso me são particularmente caras, pois remetem às minhas memórias. Com prazer e nostalgia, encontrei fotos de minha antiga escola, a Fundação Evangélica, das igrejas onde fui confirmada e casei, do prédio da empresa do meu pai, da sociedade que parentes meus fundaram, etc. É voltar às raízes familiares e comunitárias.

Proponho-me, neste trabalho, a analisar dimensões de minhas memórias pessoais de parentesco, como *Erlebnis*, no sentido de vivência, em diálogo com pesquisas e interpretações históricas e antropológicas, no sentido de *Erfahrung*, quer dizer, experiência, considerando família e parentesco como instâncias mediadoras entre o indivíduo e a sociedade.

Tomando como referência práticas antropológicas em que o autor sempre deve se situar face ao seu objeto de pesquisa – seu lugar de “fala”, segundo Hanah Arendt - início esclarecendo que o parentesco constitui o *Leibmotiv*, quer dizer, minha motivação interior expressa pelo valor família, pela aprendizagem da língua alemã, ou, a

*O presente texto contempla a temática tratada na conferência de abertura, bem como a discussão apresentada pela autora na Mesa-redonda 5 – Parentesco, organização social e questões de gênero na imigração. (Nota dos organizadores).

**Professora na Universidade de Brasília (UnB).

rigor, do dialeto teuto-brasileiro. Constitui também a motivação para entender o grupo do qual faço parte, como descendente de imigrantes alemães e de colonos teuto-brasileiros. A partir dos cursos e pesquisas realizados, o parentesco se torna um dos *Leitmotiv*, isto é, um dos eixos condutores de minha carreira acadêmica. Mas o parentesco vai além, quando se constitui num *Liebmotiv*, isto é, um motivo de prazer, um gosto, um estímulo quando da “descoberta de materiais ou fontes novas”, diálogos densos com interlocutores estimulantes, fotos “novas”, isto é, antigas de ancestrais. Contudo, ele também se torna um *Leidmotiv*, um motivo de tristeza, inconformidade, quando parte algum desses “guardiães da memória”, tomando emprestada a expressão de Le Goff, ou algum acervo, patrimônio, é negligenciado ou destruído.

Desde outra perspectiva, busco estabelecer um diálogo no qual o parentesco se apresenta entre a Antropologia, a História e a Memória, esta última, uma área de conhecimento situada entre a História e o Mito.

O fato de vivenciar a infância num quase território corporado da família Mentz, foi sem dúvida, importante. Segundo um lado da memória familiar materna, estas teriam sido terras compradas pelo imigrante Andreas Mentz – chegado com seus pais ao Brasil em 1824, no Germânia – para o casamento de seu 2º filho Peter com Elisabeth Diefenthaler, área que hoje compreende o lado esquerdo da rua 24 de Maio, incluindo os espaços doados para a construção do Senai e a atual Vila Mentz. Por outro lado, toda a escola primária foi vivenciada tendo como referência o lado materno dos Sperb, no qual primas foram minhas professoras e diretoras: Dalila Sperb e Gladys Sperb de Jesus, René Sperb. No plano do lazer, as visitas feitas nas casas de colonos parentes das proximidades da casa de veraneio dos meus avós em Morro Reuter foram importantes porque me introduziram no mundo camponês teuto-brasileiro. Posteriormente, o veraneio na casa da praia em Torres passou a ser realizado em outro espaço de memória de parentesco: em terras que foram adquiridas em 1886 pelo bisavô Sperb, estimulado pelo projeto imperial do porto e engavetado pela República devido a interesses políticos.

Nesse contexto, minha socialização se deu num ambiente de parentesco e de valores de família tradicionais. Assim, aos 15 anos, ao receber a chave da casa, foi-me dito: “cuida, lembra que tens um nome a zelar, o nome da família a que pertences”¹. Da mesma forma, cedo-me foi inculcado o dever de reverenciar os antepassados, inclusive no cemitério, por sinal, doado por minha família à comunidade, mas reservando para si, um “território” próprio. Nos termos de Zonnabend (1980) estava entre os que *parlent famille*.

Se o curso ginásial, por um lado, marcou certo distanciamento da (com)vivência cotidiana do parentesco, por outro marcou o início da passagem da memória familiar oral da *Erlebnis*, para a esfera da pesquisa histórica, e do dialeto teuto-brasileiro para a base escrita do *Hoch-deutsch*, sob as mãos rigorosas e estimulantes de Erika e Ernest Sarlet.

¹ Essa advertência remete também, implicitamente, à uma dimensão bíblico-simbólica: Honrarás teu pai e tua mãe...

No âmbito dos parâmetros didáticos da década de 1960, foi proposto na Fundação Evangélica um Projeto Pedagógico integrado, coordenado pelos Prof. Kurt Schmelling e Telmo Müller, no qual os conteúdos de História e Geografia do Rio Grande do Sul, Artes e Música, foram articulados à dados genealógicos das famílias a serem pesquisados pelos alunos. Numa clara perspectiva de participação observante, esse Projeto histórico-genealógico contou com o apoio dos meus pais e de familiares idosos. Com isso, as *Stammhäuser* de antepassados e os cemitérios passaram a ser (re)significados. Além de espaços-âncora da memória da família (in WOORTMANN, 1994), eles passaram a ser também espaços de pesquisa histórica. Os dados resultantes dos levantamentos genealógicos vieram igualmente acompanhados de ricos relatos dos então guardiães das memórias familiares – sempre devidamente acompanhados de chimarrão e alguma cuca ou doce!

Nesse tipo de levantamento, as relações “verticais” de parentesco, a descendência bilateral com ênfase patrilinear, são enfatizados, construindo-se o que Malinowski definiu como o “esqueleto” do parentesco.

Ainda que não registrada na “árvore”, a relação entre Memória e História se tornou expressiva no âmbito desse Projeto. Ele me proporcionou uma releitura da História, ao verificar, por exemplo, o impacto da Revolução Farroupilha sobre os antepassados, em que um antepassado Blauth foi morto de emboscada pelos insurgentes, a casa dos Schmitt foi por eles saqueada e incendiada, a dos Mentz saqueada, etc. Assim também o impacto da Guerra do Paraguai sobre os antepassados Spindler, que foram lutar como “voluntários da Pátria” (ver GERTZ, 2006).

Posteriormente, constatei, com base nesses dados, que na minha família existiam posições opostas face ao Movimento Mucker. Se de um lado estava a família Mentz – descendo do irmão Peter de Jacobina – de outro descendo também de um primo-irmão do Delegado Spindler e da antepassada Blauth, que já idosa, solicitou para ser enterrada com seu vestido de adolescente, perfurado por uma bala que quase a atingiu, durante um combate contra os Mucker.

Destarte, tomando como base Östor e Madan (1982), poderia se afirmar que esses levantamentos de parentesco, *experience distant facts* da História do Brasil, seja no sentido do tempo, quanto do tempo e espaço, tornaram-se *experience near facts*. De uma forma original, os dados genealógicos e a memória da vivência dos antepassados trouxe novo significado para os estudos da História do Brasil, aproximando o ontem dos antepassados ao hoje dos então alunos, seus descendentes.

Essa relação entre memória familiar e História do referido Projeto, também se identifica no movimento de migração interna, a “enxaimagem” das famílias teuto-brasileiras, tal como definida por Roche (1969). Nesse movimento enquadrado o caso dos Fensterseifer que, ao chegarem de Sankt Goar em 1847, permaneceram temporariamente na casa da irmã da imigrante Saueressig, na Sommer Schneiss, hoje Picada Verão. Depois compraram e “abriram” uma colônia na então Neuschneiss (Linha Nova) e três anos depois, queimada a casa e suas instalações recém construídas no dia de Natal, migraram para Teutônia, onde compraram nova

colônia, na qual mais tarde construíram a Stammhaus. De Teutônia, parte dos filhos mais velhos seguiu para novas colônias que estavam sendo abertas - hoje cidades tais como, Colinas, Ijuí, Panambi, etc - enquanto o ultimogênito, Friedrich Christian, do qual descendo, retornou para as Colônias Velhas como professor, instalando-se posteriormente em Novo Hamburgo com a família. Por sinal, são herança dele várias preciosidades bibliográficas, tais como os livros de Wasserzieder de 1820 e Hense de 1821 e alguns de seus livros de aula, hoje fontes de pesquisa valiosas porque são contemporâneas ao período da imigração e outros posteriores, que remetem ao ideário teuto-brasileiro.

No âmbito desse Projeto ainda, conheci alguns dos ícones da memória familiar, como por exemplo, a ponta de baioneta com cabo de madeira – única arma fornecida aos soldados teuto-brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai – a sineta de escola que acompanhou o professor durante toda sua vida, etc.

Cabe ressaltar que, se o Projeto, a curto prazo, teve como resultado uma árvore genealógica ainda pouco “frondosa” ou “profunda”, a médio e longo prazos ele constituiu um dos alicerces de minha produção acadêmica por vários motivos. Primeiro, por que estimulou minhas posteriores pesquisas de campo entre teuto-brasileiros de várias regiões do Brasil e do exterior, em especial entre teuto-venezuelanos², que por sua vez estimularam as análises comparativas. Segundo, estimulou a pesquisa genealógica histórica que abriu caminho para as análises de modelos de parentesco na Antropologia. Em 3º lugar, marcou minhas práticas de campo: a de centrar as pesquisas no passado, nos depoimentos e práticas dos idosos – o que Klaas Woortmann jocosamente denomina de “Antropologia Geriátrica” – para, em seguida, atualizá-las mediante o diálogo com jovens e adultos. E finalmente, remetendo à diferença que Bourdieu (1989, p. 26) estabelece entre *rigidez* como pesquisa embasada em uma única fonte e *rigor* em que se deve privilegiar a multiplicidade de fontes. Esses contatos com os idosos no Projeto, abriu caminho para que eu incluísse sempre como fontes nas pesquisas antropológicas, documentos, fotos, letras músicas, ditados, etc.

Aliás, na minha graduação, essas fontes diversificadas ainda eram pouco valorizadas nas pesquisas de História. Já no meu trabalho de seleção para o mestrado na UnB, por exemplo, em que trabalhei dimensões da identidade dos *Deuts-*

² Colonia Tovar foi fundada por alemães vindos principalmente da localidade de Endinger, Grão-duca do de Baden, em 1843. Seu nome constitui homenagem ao político hispano-venezuelano doador das terras e responsável por sua instalação nas altas montanhas, onde criaram uma “gerontocracia familiar” que deteve o controle de sua estrutura sócio-política, durante várias décadas. A instalação desses “colonizadores” em área de difícil acesso dificultou o escoamento de sua produção e a comunicação com centros urbanos até quase a década de 1960, quando foi construída a primeira “carretera”, estrada que os ligou a Caracas, distante 63 km. A partir desse período, Colônia Tovar se tornou, tal como Gramado na Serra Gaúcha, um grande centro turístico e também o grande produtor de morangos do país. A grande demanda por esse produto fez com que os seus empreendimentos agrícolas, que até então contavam tão somente com o trabalho familiar, passassem a contratar grande número de empregados colombianos. E assim, ela passou a ser conhecida como “Colombia-Tovar”!

länder (teuto-brasileiros) versus a dos *Deutscher*, alemães, analisando registros da Comunidade Evangélica de Dois Irmãos, utilizei outros documentos e depoimentos. Incluí também a análise da letra da Canção do Teuto-Brasileiro, *Lied der Deutschbrasilianer*, de O.Mayer. Da mesma forma, num artigo apresentado em um congresso na Universität Freiburg, e publicado em 2004 (WOORTMANN, 2004), vários ditados, cartas a parentes e letras de músicas foram trabalhadas em diálogo com documentos e depoimentos sobre concepções de religiosas e laicas da emigração para a América.

Iniciei minha carreira formal de pesquisadora em 1970, quando recém estudante de graduação (Curso de História, UNISINOS). Logo no primeiro semestre fui convidada pelos Profs. Ignácio Schmitz SJ e Ítala B. Becker para trabalhar como bolsista-monitória no Instituto Anchietano de Pesquisas. Minhas atribuições eram as de auxiliar de pesquisa: classificação, reconstrução e reconstituição do material cerâmico coletado em escavações de campo. Posteriormente, passei a desenvolver meu próprio projeto de pesquisa e, em 1975, participei de trabalhos de campo no sul de Goiás, onde analisei a dinâmica de mudanças material cerâmico tupi-guarani, datado no Smithsonian Institute em 1250 (+ - 30).

Esse Projeto era parte de um projeto maior sobre migrações tupi-guarani no Cone Sul, coordenado pela arqueóloga Betty Meggers. Segundo o modelo teórico-metodológico de James Ford, defini e caracterizei o material como uma fase arqueológica específica, a Fase Iporá, hoje exposto no Museu do Cerrado em Goiânia e elaborei os primeiros relatórios e publicações e o apresentei no Congresso da SBPC e em meu primeiro congresso internacional no Uruguai. Vale ressaltar que na minha seleção para o mestrado em Antropologia, além de receber orientação do Pe. Ignácio em Teoria Antropológica, foi muito valiosa a experiência de leituras em inglês, alemão e espanhol. Da mesma forma, a experiência na elaboração de croquis de instalação de grupos familiares em sítios, criação de modelos arqueológicos e a relação desses dados com o meio ambiente foram fundamentais para minha posterior elaboração de modelos antropológicos.

Concluída a Fase Iporá, passei a trabalhar com material das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul. A proposta, numa clara perspectiva de rigor de pesquisa, era a de analisar material arqueológico, juntamente com a documentação histórica e etnográfica disponível, na qual um dos objetivos foi correlacionar os agrupamentos cerâmicos que, via de regra correspondem a um grupo familiar, a formas cerâmicas com os hábitos e padrões alimentares e o meio-ambiente. Essa *Erfahrung* está na raiz de meus posteriores artigos sobre modelos de articulação de insumos e produtos, de espaços produtivos e de gênero, bem como os de hábitos e padrões alimentares de populações camponesas. Esse projeto assegurou a obtenção de minha primeira Bolsa de Aperfeiçoamento, concedida pelo CNPq.

Se as leituras e atividades em Arqueologia foram importantes desde a ótica metodológica, minha participação em pesquisas associadas às comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã do Rio Grande do Sul foram fundamentais

pela aprendizagem do conteúdo histórico da imigração alemã, da experiência em trabalho especialmente nos arquivos Museu Histórico de São Leopoldo e no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, nos quais as orientações e ensinamentos do Prof. Telmo Müller e Cel. Moacir Domingues foram preciosas. Sob a coordenação da Profa. Helga Piccolo, o Projeto Levantamento e Apreciação da Problemática de São Leopoldo no período 1824/1889 analisou dimensões-chave da então colônia, em especial, os principais problemas agrários, o processo de urbanização e aspectos sócio-políticos. Aliás, dentre esses últimos, identifiquei nas listas dos eleitores nominados vários ligados por laços de parentesco. Foi no âmbito desse trabalho que fui iniciada no fascinante mundo da paleografia brasileira do século XIX, conhecendo conceitos e expressões que lhe são peculiares.

Do interesse por esse trabalho, resultou minha Dissertação de Graduação, relativa à Colônia Alemã de Três Forquilhas, baseada em documentos – fontes inéditas na época no Arquivo Histórico do RS – assim como trabalho de campo, através de entrevistas, histórias de vida e da memória dos idosos da comunidade. As contribuições dos Pastores Müller e Fischer e do meu então Professor Rui Rubem Ruschel foram especialmente significativas. O principal objetivo da Dissertação foi apresentar as listas e reconstituir o deslocamento dos imigrantes na sua jornada até a instalação e acompanhar a trajetória de famílias e da comunidade até os anos 60 do século XX.

É interessante que essa experiência acadêmica antiga passa a ter uma conotação mais forte com as significativas descobertas e análise de parentesco das pesquisas de doutorado do Prof. Marcos Antônio Witt (2008), dos laços de parentesco e compadrio inter-colônias, em que se incluem meus antepassados Mentz/Diefenthäler e com os Voges/Diefenthäler, de Três Forquilhas. Nesse levantamento, foi particularmente interessante o processo de alteração de sobrenomes de famílias locais, aos quais voltarei mais adiante.

Nesse plano, constato uma certa ambiguidade identitária quanto ao meu papel de pesquisadora. Ao mesmo tempo em que eu era “de fora” de Três Forquilhas, era de Novo Hamburgo e urbana, em outro plano, mais englobante, eu era “de dentro”, visto que compartilhava com eles a mesma origem teuto-brasileira, língua e religião. Compartilhava o que Bourdieu (1982) definiu como *habitus*, isto é, das mesmas estruturas estruturadas que remetem à tradição e das estruturas estruturantes que apontam para a atualização, para a modernidade.

Começava então a me aproximar de uma abordagem que continuei seguindo tanto na dissertação de mestrado quanto na tese de doutorado e posteriormente nos demais projetos acadêmicos: a conjugação da pesquisa histórica com o trabalho de campo antropológico. De outro modo, toma-se a História em dupla dimensão: a história dos documentos e a história tal como seletivamente retida na memória dos colonos.

No decorrer desse período, iniciam-se os Simpósios de História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, cujas comunicações e contatos com muitos dos

“pesquisadores eméritos”, foi muito enriquecedor. Pesquisadores do peso de Klaus Becker, Arthur Rabuske, Günther Weimer, Germano Moelecke e em especial Carlos Hunsche abriram novas perspectivas de conhecimentos e indicações de temas e fontes. Este último me estimulou a continuar os levantamentos genealógicos dos vários ramos de minha família, ensinou-me as noções básicas de genealogia, a partir das quais comecei a situar os dados levantados. A atenção e o estímulo desses eméritos foi, sem dúvida, decisivo para as minhas posteriores pesquisas sobre parentesco.

No Curso de Especialização de História, ministrado na UNISINOS com professores da UFRGS e da USP, novos elementos teórico-metodológicos foram incorporados e meu processo de conversão para a Antropologia concluído. A leitura interpretativa de textos e o contato com a escrita alemã gótica foram fundamentais para as pesquisas futuras. Minha dissertação de especialização foi relativa a parentesco, analisando os registros de batizado, casamento e enterro da Igreja Evangélica da Colônia de Dois Irmãos no século XIX e onde reencontrei os Fensterseifer/Saueressig em seu já mencionado processo de enxaimagem, assim como os Sperb, Blauth, etc. Nesse quadro, a minha concepção de parentesco ainda era marcada pelo viés radcliffe-browniano da descendência.

Foi então que tomei contato mais estreito com Dois Irmãos. Foi também a descoberta do “outro”, colocado no passado e no mundo rural, mas que era, ao mesmo tempo, um “nós”, pois o que eu buscava eram as “raízes”. Desde outra perspectiva, eu era alguém “de dentro” do grupo, descendente dele, mas “de fora”, por ser urbana. Poderia se dizer que essa pesquisa assim como minha participação nos Simpósios combinaram elementos de *Erlebnis* e de *Erfahrung*.

A Dois Irmãos, suas colônias e seus registros retornei anos depois em função de minha tese. O que na especialização eu examinara desde um ponto de vista quantitativo, na tese passei a examinar desde a ótica qualitativa, quer dizer, que o que antes foi estatística, tornou-se matéria-prima para a busca de significados, de diálogos com colonos e para configuração de padrões de parentesco, compadrio e nominação. A rigor, esse material apontava, de maneira recorrente, para questões de endogamia (étnica, de localidade e religiosa), identidade, migrações, etc que posteriormente foram aprofundadas e comparadas.

Os estudos teóricos de parentesco e campesinato realizados no Mestrado na UnB com os Profs. Roque Laraia e David Maybury Lewis e o então ainda Prof. Klaas Woortmann me permitiram repensar os colonos. Estes já não eram mais os colonos teuto-brasileiros, uma categoria particular de pessoas. Haviam se transformado numa variante de uma categoria teorizável mais ampla: o campesinato. O estudo das teorias do parentesco e campesinato abriu a possibilidade de compará-los aos sitiantes nordestinos, no que diz respeito ao valor família, à lógica de suas práticas produtivas e suas práticas de reprodução social, na acepção de Bourdieu (1972 e 1980). Desse último, foi particularmente importante a noção de *habitus*.

Autores clássicos como Chayanov (1966), Galeski (1995) e Tepicht (1973), de base neo-economicista, foram também fundamentais para a análise e posterior

identificação das mudanças ocorridas no tempo e da lógica do seu processo migratório, do século XIX ao final do século XX. Pesquisas que vinham sendo realizadas no PPGAS do Museu Nacional foram importantes, particularmente os de Garcia Jr (1983) com o conceito de “alternatividade” da produção camponesa e de Heredia, na análise da relação entre a casa / família nuclear e os espaços de produção e consumo.

O trabalho de campo em Sergipe foi realizado através de um Projeto estabelecido entre a Fundação Getúlio Vargas e a UnB, sob a coordenação dos Profs. Klaas Woortmann e Maria Yedda Leite Linhares. O convite justificava-se pela oportunidade de estudar um grupo camponês diferente, em que eu pudesse praticar o “olhar com distanciamento”, aliás, muito distante de minha experiência com os “meus” colonos teuto-brasileiros. Nos termos de Geertz (1977), eu teria a oportunidade teórico-metodológica nova, antropológicamente fundamental, de “olhar por sobre os ombros dos nativos”, de tentar entender a produção e o parentesco dos sitiantes do Nordeste da forma mais próxima possível das suas formas de entendimento.

A extensa bibliografia, ainda que tenha ajudado a levantar questões teórico-metodológicas, pouco me preparou para o impacto da nova experiência de campo. O estranhamento foi muito forte, principalmente levando em conta as diferenças de sotaque e dicção, a alimentação, a pobreza agravada pelo segundo ano de seca, etc.

Indo para o Nordeste, tive que aprender a “ler” um mundo novo, em que muitas categorias, palavras regionalmente utilizadas, possuíam outros significados. É o caso de “proprietário”, por exemplo, que lá remete à condição de latifundiário, com muitas cabeças de gado, portanto ao uso e extensão da terra e não à sua condição jurídica.

O objetivo da dissertação de mestrado, com trabalho de campo entre sitiantes do sertão de Sergipe, foi analisar a dimensão produtiva desses camponeses no tempo e no espaço, identificando formas de etno-classificação de solos, plantas, animais etc. No entanto, essa análise somente “deslanchou”, quando se tornou claro que suas concepções eram parte de universo holista (DUMONT, 1985) e organizado pelo parentesco. Ficou evidente que os laços de parentesco e compadrio disponibilizavam e organizavam a força de trabalho, em especial dos filhos e afilhados e que a herança dava o acesso aos espaços de cultivo e criação. Além disso, os pressupostos do consorciamento, o compartilhamento dos recursos, em especial da água, de insumos e equipamentos, etc. eram por eles estabelecidos desde o século XIX.

Diante desse contexto e passada a minha crise inicial – porque o fator base do parentesco não estava previsto na minha Qualificação – tive que realizar um extenso e detalhado levantamento de parentesco, que remontava à memória de mais de 150 anos passados. O parentesco impunha-se; podia-se sentir sua força a cada momento e nas mais diferentes dimensões. Numa situação que aponta para a solidariedade orgânica e a noção de *Gemeinschaft* de Durkheim, muitas parentelas possuíam o seu cabo eleitoral, a sua costureira de roupas femininas e infantis e a de roupas masculinas, o seu etno-veterinário, o mecânico, o comerciante, sua professora e até o seu diácono, a rigor, todos primos entre si.

Nesse sentido, a paisagem do lugar, numa espécie de *kinship landscape*, era definida pelas suas casas e espaços produtivos: “para todo lugar que a Senhora olhar, é tudo (família) Barreto”, destacando-se a Igreja Católica “*de fortes*”, por eles construída em mutirão, como compensação pelas gerações de dispensas devido aos seus casamentos endogâmicos.

Realizado o levantamento de parentesco pude enfim trabalhar na análise de seu processo produtivo, identifiquei complexas articulações entre insumos e produtos bem como a interiorização dos supostos de sua produção camponesa, enfim, suas práticas de *Widerstandsfähigkeit* (WOORTMANN, 1994), como defini a capacidade desses pequenos sítiantes de há séculos, se contraporem de forma não violenta aos latifundiários da grande pecuária pelos quais estão circundados.

Vale ressaltar que em todos os três períodos de campo (um *survey*, um período em que contei com a estimulante companhia do Klaas e o período do 6º para 7º mês de gravidez) sempre “trabalhei em meio expediente”, quer dizer, realizei visitas e entrevistas pela manhã ou pela tarde. Isto é, incorporava material de pesquisa novo durante meio período, e me dedicava, no decorrer do outro período, a analisar o que havia conseguido levantar: ouvir as gravações realizadas, analisar as fotos, identificar as lacunas e possibilidades de retomada dos assuntos para aprofundamento, elaborar croquis, registrar eventuais dimensões simbólicas, dúvidas, outras observações, etc. A partir dessa retomada, preparava os temas de novas entrevistas, os cruzamentos com outros dados, os possíveis links com dimensões teóricas e quantitativas, etc.

Nesse sentido, o fato de eu ter estado em campo com meu marido e posteriormente grávida, abriu uma perspectiva de pesquisa até então inédita e ainda hoje muito rara em estudos rurais: o levantamento de dados sobre sexualidade camponesa relacionada a seus processos (re)produtivos.

Nesse levantamento de campo ficou claro também uma dimensão que depois inspirou um livro (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997) no qual se revelou elementos da complexidade etnográfica da roça camponesa. Com base na detalhada memória produtiva desses camponeses, foram identificados, por exemplo, 26 modalidades de consorciamento, variedades de plantas e animais e tempos e espaços diferenciados, nos quais a incidência de secas, chuvas e ventos nos vários meses eram por eles levados em conta, relacionando as práticas de plantio, por exemplo, a tipos específicos de solo, de adubação, variedades de plantas, etc. Nesse contexto, também foi levantada o que foi por nós definida como “matriz camponesa”, isto é, modelo construído a partir de uma herança circum-mediterrânea, organizada em torno de quatro principais etnocategorias classificatórias: *forte e fraco, frio e quente*³.

Se na elaboração da minha dissertação de mestrado a ênfase recaiu sobre a produção camponesa, o parentesco e o compadrio em perspectiva comparativa tornaram-se matéria-prima da tese de doutorado.

³ Desde 1997 Klaas Woortmann e eu lideramos o Grupo de Pesquisas do CNPq: Saberes e Ideologias Tradicionais.

Esses sitiantes sofreram um processo de expulsão estrutural em sua região de origem na Bahia, razão pela qual se estabeleceram no sertão de Sergipe e hoje parte deles re-emigrou para São Paulo. Vale ressaltar que, tal como os camponeses descendentes de poloneses estudados por Sobierasjki Barreto (1983), boa parte deles, uma vez estabelecidos em São Paulo, voltam à sua localidade de origem para “buscar noiva”, via de regra, uma prima. Com essa prática, a demanda sobre a terra no Sítio⁴ de origem se reduz naturalmente. Nessa perspectiva leacheana, o parentesco é percebido como uma linguagem que “fala” da tenência e sucessão da terra.

Nas suas genealogias detalhadas, descobri também modalidades de “casamentos dos antigos” hoje raros, tais como os casamentos entre primos-irmãos em que filhos de primos em 1º grau casam entre si e os casamentos múltiplos de vários filhos de uma família casando com várias filhas de outra. Identifiquei também outra modalidade, hoje considerada incesto, que foi o de tio com sobrinha, modalidade de casamento esta que foi bastante comum no Brasil Império. O Visconde de Mauá e o Duque de Caxias, por exemplo, foram casados com sobrinhas (fim, fim ou fiP).

No entanto, vale ressaltar que o mais difícil e o mais interessante foi identificar que o grupo, no decorrer de mais de 150 anos, desenvolveu uma dinâmica de parentesco, com claros ajustes do modelo tradicional face à modernidade, especialmente à migração sazonal ou definitiva para São Paulo. Aliás, vale ressaltar que eles, ao mencionarem “São Paulo”, via de regra, estavam se referindo à cidade de São Paulo, incluindo também o estado, o norte do Paraná e até a locais de trabalho temporário no Paraguai.

A 1ª etapa do trabalho de campo correspondeu a um *survey*, no qual contatos preliminares e núcleos etnográficos foram estabelecidos. Na 2ª etapa, com a permanência em campo de meses intercalados, o material documental e de parentesco, bem como os processos produtivos foram levantados, inicialmente junto às lideranças idosas das famílias e posteriormente os adultos e jovens. Nessas entrevistas, ficou evidente que as perguntas relativas à produção rural para eles eram secundárias face às que envolviam o tema parentesco. Eles também *parlent famille!* Constatei que o tema era privilegiado por eles mesmos, motivo de seu orgulho e de sua identidade, enquanto trajetória histórica diferenciadora em face de outras comunidades rurais.

Por outro lado, analisando em profundidade a lógica desses casamentos endogâmicos, ficou evidente que, se em outras comunidades camponesas o casamento leva à herança com divisão de bens e terras – portanto a um enfraquecimento do grupo familiar pela divisão das terras, como observaram Leach (1968) e Moura

⁴ Conforme Woortmann, K., (1994) a categoria sitio possui 3 significados com amplitudes distintas: 1º como parte da unidade de produção doméstica em especial as fruteiras do “traspatio” da casa; 2º como o conjunto constituído pelas unidades de produção do pai e seus filhos e 3º como bairro rural, no sentido de Antônio Cândido (1964). Sitio nesse caso foi grafado com “S” para caracterizar esse último significado.

(1978) – em larga medida, no caso desses camponeses do sertão, o casamento entre primos, pelo contrário, leva à fusão de heranças, à estratégia de recomposição das pequenas parcelas herdadas pelos homens. No entanto, vale destacar que essa estratégia tem sido exitosa no grupo, devido ao fato de até recentemente as mulheres não herdarem terras. No caso de sitiantes *fortes*, como *adiantamento da legítima*, as filhas recebem dos pais, o adequado de sua futura casa e eventualmente algumas cabeças de gado que ficarão sob os domínios do marido, ao passo que as filhas de sitiantes *fracos* recebem tão somente o básico para sua futura unidade doméstica. Além do casamento endogâmico, o grupo vem desenvolvendo práticas que favorecem o seu modelo de reprodução social: o da redução da demanda sobre a terra pela redução do número de herdeiros, o não re-casamento de viúvos e viúvas, a “adoção” de afilhados no caso de casais sem filhos, a migração para São Paulo, etc. num processo análogo ao analisado por Bourdieu (1972) no Béarn.

A questão do adiantamento da herança *in vita* por ocasião do casamento constitui uma prática fundamental também entre os colonos teuto-brasileiros. Como detalhei em outros artigos (WOORTMANN, 1999 e 2010) essas terras recebidas por ocasião do casamento configuram o *starting point* do projeto camponês do casal, seja no local de origem, seja como parte de um processo de enxameamento. Nos séculos XIX e XX é recorrente a prática de pais comprarem parcelas contíguas para vários de seus filhos/filhas em colônias e nessa prática é frequente a presença de casamentos múltiplos, em que vários filhos de uma família casam com vários de outra, como forma de maximizar a disponibilidade de força de trabalho, a proteção e o apoio mútuos. Esse é o caso dos Mentz que compraram terras para seu filho Jakob e sua filha Jacobina, no Ferrabraz que lá se instalou após um período de uxorilocalidade.

Conforme proposto no Projeto de Tese, a análise comparativa do parentesco, herança, nomeação e compadrio entre os sitiantes do sertão e os colonos teuto-brasileiros do Vale do Rio dos Sinos abriu a oportunidade de meu retorno a campo para aprofundamento de dados. Foi nesse contexto que retomei contato com vários guardiões da memória colonial. Padres e pastores, patriarcas e matriarcas, professores de escolas coloniais foram os primeiros entrevistados. Dentre essas entrevistas, destacou-se a com o patriarca local, o Lehrer Moraes – dos *deutsche Moraes*, como ele enfatizou – considerado aquele que “melhor sabe das coisas daqui”. O primeiro contato com ele, foi na sala, formal; de nada adiantou eu vir acompanhada por um ex-aluno seu, de falar seu dialeto. Os laços de confiança foram estabelecidos quando, ao perguntar *von wem bis(ch)t Du?*, de quem tu és?, o patriarca me identificou com meu avô (PP), um *Musterreiter* (representante comercial de tecidos) que esteve lá há mais de 40 anos. Como ele era “um homem de bem”, sua neta merecia confiança. Em outras oportunidades também fui reconhecida socialmente através de minha genealogia. Após ser aceita pelos vivos, fui, em especial nas *Stammhäuser*, apresentada aos mortos, isto é, fui iniciada à galeria de fotos dos seus ancestrais. Se fui “localizada”, e positivamente classificada através de minhas rela-

ções de parentesco, isto significa que o trabalho de campo nas colônias se abriram para mim pela genealogia, porque este é um princípio organizatório desse grupo, e um modo de “mapear”, situar as pessoas de fora.

Seguindo a tradição dos estudos clássicos de antropologia, trabalhei com etnocategorias desses colonos, fundamentais para a sua compreensão. Dentre elas destaco a categoria *Keim*, um princípio que *steckt im Blut*, quer dizer, está no sangue, e que define o caráter da pessoa. Segundo essa antiga forma de classificação, existem pessoas de *Keim* bom ou ruim, forte ou fraco. Essa classificação é fundamental no momento da escolha do cônjuge. Um homem de *Keim* fraco dificilmente terá condição de assumir com êxito a propriedade da família; é mais indicado que ele vá trabalhar na fábrica. Da mesma forma, uma mulher de *Keim* ruim não será uma boa *Hausfrau*, quer dizer uma boa dona-de-casa, e ainda pode comprometer a continuidade familiar, passando o *Keim* ruim aos filhos.

Essa situação está implícita no ditado, muito valorizado pelos antigos: “Não debes perguntar se gostarias ou não de ter alguém como tua mulher, mas sim se gostarias de tê-la como mãe de teus filhos”. Fica evidente que a primeira parte do ditado remete à percepção individual, que deve ser descartada em favor de uma percepção holista, na qual a pessoa busca um(a) cônjuge como parte de um projeto familiar.

Nesse contexto ficou muito claro também, mais ontem do que hoje, o valor dos casamentos arranjados pelas famílias. Cada família possuía seus *matchmakers*, seus casamenteiros, e um parente ou primo distante é quase sempre uma boa opção porque “já se conhece a família”. Os casamentos nas colônias, ao contrário dos urbanos, eram um *affaire de famille*, um assunto de família e não apenas dos jovens indivíduos. Por conseguinte, se o casamento foi um assunto de família, caberá a ela também apoiar ou intervir em situações de crise; se por outro lado ele foi uma opção individual dos jovens, a família não possui legitimidade de intervir.

Especialmente o casamento do herdeiro é alvo de cuidados devido à virilocalidade – pelo fato de ele vir a ser o sucessor e a nova nora, a futura dona da casa vir a morar na casa com os pais dele.

Ficou claro também, que um outro princípio organizador de casamento é a homogamia. No plano do modelo ideal, o homem e a mulher devem *ser parceiros*, o que significa que devem compartilhar características físico-sociais e religiosas. Diferenças importantes podem resultar em crise entre o casal, porque “não puxam parêlho no trabalho e (sexualmente) não ficam satisfeitos um com o outro”. Além disso, o casal *desparêlho* não consegue desempenhar bem seus papéis sociais e dar conta de seus domínios de gênero. No plano do modelo ainda, a mãe estimula, “atiça” o filho para que se case com uma parente sua de outra colônia, mais afastada, de forma que, numa situação próxima à descrita por Denich (1979) para os Balcãs e Arensberg (1959) para a Irlanda, a mesma estruturalmente esteja duplamente subordinada à sogra. Aliás, nesse sentido, a prática de família extensa coabitando numa mesma casa é recorrente: numa casa encontrei 5 gerações de mu-

Iheres, de 08 meses a 93 anos! Hoje essa situação é rara – via de regra encontra-se os pais, um filho casado e seus filhos numa mesma casa ou morando nas proximidades da casa da avó.

Nesse universo tradicional, cabe à mãe dar conta da casa, arrumar o enxoval das meninas com base na autonomia auferida pela comercialização dos produtos por ela produzidos, especialmente os do leite e seus derivados e os da horta doméstica. E cabe ao pai “progredir”, leia-se conseguir terras para os filhos que querem permanecer ou seguir para outras colônias, comprar equipamentos, carro etc.

No decorrer dos levantamentos de dados, paralelamente ao parentesco, busquei também dados que me levassem a identificar o modelo de compadrio, o “parentesco simbólico ou sombra” dos colonos teuto-brasileiros. Qual não foi minha surpresa quando verifiquei que eu própria, a mais de 2200 km de distância em Brasília, o havia replicado ao escolher os padrinhos e madrinhas de nossos dois filhos. Quer dizer, apesar da distância geográfica e do fato de eu ter sido socializada em contexto urbano, o *habitus* foi mais forte. Nesse caso, minha *Erfahrung* desnaturalizou a *Erlebnis!*

Defendida a Tese, abriu-se a oportunidade de publicá-la como livro. Em 1995 ele foi premiado em 1º lugar pela ANPOCS (Associação de Pesquisa e Pós-Graduação), como melhor livro de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Com a minha passagem para o quadro docente da Antropologia da UnB, coube-me com frequência, a disciplina de Organização e Parentesco, tanto na graduação quanto na pós-graduação, docência essa que abriu novas perspectivas comparativas, pela análise e diálogos com os alunos sobre suas pesquisas para mestrado e doutorado em outras regiões do Brasil e exterior.

No decorrer das décadas, participei de muitos projetos, sempre ligados a populações tradicionais, incorporando na análise novas dimensões iluminadas por novas teorias. Dentre elas destaco a incorporação das análises de gênero e de memória, articuladas entre si.

O final dos anos 1990 e a passagem para o século XXI marcaram os estudos de parentesco pela sua renovação. Se até então o parentesco era um tema em si, com trajetória própria e algum diálogo com outras áreas de conhecimento, agora ele passa a dialogar, a se articular diretamente com novas áreas. A partir dessa nova abordagem, (ver PELETZ, 1995) passei a relacionar minhas pesquisas de parentesco com os estudos de gênero, meio ambiente e alimentação, diretamente ou pela orientação de alunos de mestrado e doutorado.

No Seminário *O Campo no século XXI*, realizado na USP, por exemplo, minhas pesquisas sobre práticas ecológicas tradicionais dos teuto-brasileiros (WO-ORTMANN, 2004), abriram um diálogo muito interessante com o grande antropólogo Carlos R. Brandão – que por sinal descende da família Hartung de Novo Hamburgo. Nesse trabalho, que leva a práticas e a uma proposta de sustentabilidade tradicional, analisei a relação entre rituais de parentesco, em especial batizados e casamentos e práticas como a do re-florestamento.

Até a década de 1950, realizava-se como que um “reflorescimento ritual”. Por ocasião do batizado de uma criança, o pai, padrinho ou avô com alguma disponibilidade de terra plantava algumas araucárias, em área ainda em mata, na margem de algum córrego ou mesmo na beira do caminho, formando como que um corredor. Com isso o recém-nascido teria no futuro algo “para começar”.⁵ Essa “modalidade de poupança ecológica” era destinada a contribuir, *in natura*, para a construção da casa para o jovem casal ou o montante obtido com a sua venda, contribuir para a compra de terras em alguma colônia nova ou como ajuda para o começo na cidade. Outras práticas ecológicas tradicionais dos colonos dizem respeito a formas naturais de controle de pragas, manutenção de corredores de mata ciliar para proteção de riachos e fontes, controle e prevenção de vossorocas, relação entre localização da roça e proteção contra geadas, reservas de áreas de mata para extração de madeira e lenha, etc. Esse tema foi posteriormente retomado no plano da memória alimentar, pesquisa que mantenho até hoje⁶, analisando as formas de transmissão de saberes tradicionais de conservação de alimentos de uma geração para a outra. Muitas dessas formas estão hoje em desaparecimento face à modernização.⁷

Com o apoio da UNIFEM/ONU, desenvolvi com uma equipe de Comunicação da UnB, uma pesquisa sobre o trabalho feminino em comunidades de pescadores relacionado à mudanças ambientais. A partir de um trabalho de campo nos 400 km de costa litorânea do Rio Grande do Norte, ficou evidente a importância da produção agrícola feminina que, ainda que pouco valorizada face ao peixe, mantinha o básico do consumo, ao contrário de hoje em que essas mulheres perderam seus espaços produtivos para a agroindústria da cana de açúcar e os mangles tornaram-se poluídos. Nesse quadro ficou evidente que a degradação social feminina está diretamente relacionada à degradação ambiental. Ficou evidente também que a mulher perdeu muitos de seus direitos tradicionais com a modernização.

Vale destacar que esse Projeto desde o início foi participativo e dele resultaram vários produtos para vários públicos. Para docentes, discentes e funcionários públicos municipais e estaduais que atuam nesse litoral, foi organizado um grande seminário no qual o Relatório e outros resultados do Projeto foram apresentados e discutidos, como forma de conscientizá-los da situação e estimular a formulação de novas políticas públicas mais eficientes para as mulheres; com esse objetivo também publiquei vários artigos no Brasil e exterior. Tanto o Relatório quanto os principais artigos elaborados foram enviados para as prefeituras onde a pesquisa foi realizada. Com o objetivo de promover a auto-valorização das próprias mulheres –

⁵ É o caso do “corredor de pinheiros da Mentzer “vovo”, plantado entre 1920 e 1940, pela sobrinha da líder dos Mucker, e que ainda existia na entrada de Novo Hamburgo, até o final dos anos 1990.

⁶ Desde 2007 lidero o Grupo de Pesquisa do CNPq: Memória Alimentar: tradição e modernidade.

⁷ Na tese de doutorado de Aderval Costa, ele analisa a adaptação ecológica de parentelas de quilombolas no Vale do Rio Gurutuba (MG).

muitas delas submetidas atualmente à violência e muitas das quais analfabetas ou semi-alfabetizadas – foi elaborada uma cartilha ilustrada com pouco texto e letra tamanho 14, distribuída nas escolas, postos de saúde, sindicatos da pesca, etc. e um vídeo, que depois de concluído⁸, foi apresentado pela equipe às mulheres e seus familiares nos principais centros comunitários com o intuito de visibilizar/valorizar seu trabalho junto à família e as comunidades.

De forma análoga, posteriormente participei de outro Projeto, também apoiado pela UNIFEM/ONU desenvolvido em seringais no Acre, no sentido de visibilizar/valorizar o trabalho feminino realizado nas colocações, isto é, nas casas dos seringueiros no meio da mata. Nessa pesquisa ficou evidente que mesmo pesquisadoras e pessoas da cidade, desconheciam a importância do trabalho feminino porque sua produção agrícola, coletas na mata, corte de seringa em *estradas* próximas à casa, por exemplo, eram incluídas na produção do marido-pai que a encaminhava ao *barracão* como sendo sua.

Num contexto de forte desmatamento e como reação à perda de poder aquisitivo do marido/pai face à queda do preço da borracha, a mulher no seringal passa a substituir formas antigas de obtenção de alimentos na mata, por novas, tais como, as coletas de frutas e verduras na floresta e captura de alguns animais silvestres (WOORTMANN, 1998), pelo desenvolvimento de uma olericultura, criação de animais domésticos, etc. Assim, ela cada vez mais supre o consumo da família, sem que no entanto esse esforço seja reconhecido.

Desse Projeto, além do Relatório, resultou um Relatório entregue à UNIFEM e vários artigos publicados, oficinas com seringueiras na floresta e em Rio Branco, uma exposição sobre o trabalho feminino no seringal na Casa do Seringueiro e a doação de posters fotográficos sobre o tema para o Museu da Borracha também em Rio Branco. Dele resultou igualmente o vídeo “Mulher da Borracha”⁹ que posteriormente foi apresentado às mulheres e seus familiares e cópias dele foram encaminhados à ONGs e organizações locais.

Vale destacar, no entanto, que o trabalho de campo nesse Projeto abriu novas perspectivas teóricas, um novo desafio à minha *Erfahrung* como pesquisadora: a força da memória de gênero em contexto sócio-econômico viricentrado.

Nas minhas pesquisas no Acre, numa evidente situação de impacto da memória do passado sobre o presente, verifiquei que os homens descendentes das prostitutas trazidas de Belém para constituírem família com os seringueiros nos inícios do séc. XX, escondem ainda hoje sua origem (WOORTMANN, 1998). Atribuem-na a mulheres indígenas e também se deslocam sucessivamente para outros serin-

⁸ O vídeo “Mulheres da Areia”, de 19”, foi premiado no Festival de Vídeo e Documentários de Brasília, sendo a Pesquisa, Argumento e Roteiro de Ellen F. Woortmann e a Produção de Tânia Montoro. (UNIFEM-ONU/CPCE-UnB).

⁹ O vídeo “Mulher da Borracha”, 18”, teve a Produção de Tânia Montoro com Pesquisa e Roteiro de Ellen F. Woortmann, fotografia de Armando Bulcão e David Pennington. (UNIFEM -ONU/CPCE -UnB).

gais mais distantes ou para a cidade, onde possam esconder e manipular sua ascendência. Por outro lado, os descendentes de mulheres nordestinas, guardam com orgulho objetos que a elas pertenceram e mantêm suas fotos em quadros nas salas das colocações. Em outras palavras, o parentesco matrilinear de ontem, marca profundamente a vida dos homens de hoje, distinguindo o que defini (WOORTMANN, 2000) como memória de, isto é, uma memória de algo do passado e que se mantém no passado, e que se opõe à memória para, na qual a memória do passado interfere no presente. Essa distinção me foi depois operativa para a análise de dimensões de parentesco dos “meus colonos”. Mutatis mutandis, ainda que em menor escala, corresponde ao que se verifica entre os teuto-brasileiros descendentes dos prisioneiros mecklemburgueses, analisados por Martin Dreher (2010).

Assim, se até agora a memória das famílias e das comunidades esteve presente nas pesquisas de forma menos explícita, inclusive com um viés positivista, a partir desse novo desafio identificado em campo, a seletividade da memória e seu papel junto ao ideário familiar e comunitário passou a motivo de novas pesquisas teóricas fundamentais. Autores clássicos tais como Halbwachs (1990), Pollak (1992 a e 1992 b), Zonabend (1980) foram importantes.

Essa nova perspectiva teórica me abriu caminho para que a questão da amnésia estrutural (WOORTMANN: 2000) entre os teuto-brasileiros fosse trabalhada. Foi a partir dela que pude compreender a lógica da memória desses imigrantes, na qual eventos e fatos referentes a chegada no porto, às vicissitudes da instalação, a detalhes importantes para a formação da nova vida familiar e comunitária fossem cuidadosa e detalhadamente transmitidas de uma geração à outra, ao passo que as difíceis condições de vida nas localidades de origem na Europa, os impactos das guerras, as, em geral, terríveis condições de travessia desses imigrantes fossem omitidas, “esquecidas”. É o caso das descrições da luta para a construção da primeira igreja luterana em Domingos Martins, por exemplo, em cuja memória até hoje são valorizadas as famílias que contribuíram com trabalho, no transporte do material importado, os primeiros pastores, as vítimas das febre endêmicas do local, aquelas famílias que forneceram a matéria prima para a construção, etc. O que a memória nesse, como em outros casos enfatiza, é o recomeço dessas famílias no Brasil, a *sementes* que germinaram, produzindo novos *troncos e ramos*, isto é, valoriza-se a luta e experiências em comum na nova terra, a memória que valoriza as novas famílias em expansão e as comunidades nos seus projetos de consolidação.

A experiência de docência em cursos de mestrado e doutorado me foi particularmente importante porque abriu a oportunidade de estender as análises sobre organização social, parentesco e memória para outros grupos sociais, de descendentes de outros grupos de imigrantes e novas situações inesperadas. Nos cursos que ministrei na Argentina, por exemplo, ficou evidente que a força do ideário imigrantista é muito mais forte do que no Brasil. Espaços-âncora da memória de ascendentes são importantes para os argentinos de hoje. É através desses espaços da memória de parentesco que eles buscam valorizar sua ascensão social, legitimar

sua atual sócio-profissional e situação de classe, residindo em bairros elegantes ou de classe média. Pela seletividade da memória – nos termos de Pollak (1992b), destacam alguns dos locais de chegada de imigrantes, hoje considerados alternativos ou “charmosos” pelos turistas, onde artistas famosos possuem seus ateliers e há casas de shows.

No entanto, há outros locais discriminados como os *barrios de lata*, como Berisso em La Plata e outros no Porto de Buenos Aires, onde os primeiros imigrantes foram instalados para trabalhar nos frigoríficos e instalações portuárias e que continuam “esquecidos”, escondidos, talvez porque hoje lá residam novos imigrantes, menos valorizados, tais como paraguaios, bolivianos etc.

Esses cursos também me deram a oportunidade de conhecer dimensões do parentesco, tal como percebido por eles. O conceito de família, por exemplo, difere de amplitude de pessoas abarcadas, conforme a sua origem. Para os descendentes de imigrantes espanhóis, família corresponde ao que para nós corresponde a família nuclear, isto é, inclui tão somente pais e filhos e supõe uma certa forma de desligamento da família extensa; já para os imigrantes italianos e seus descendentes, o conceito de família evoca a família extensa e por conseguinte a uma noção enfraquecida de família nuclear ou elementar. Dentre esses últimos persiste ainda hoje também, uma outra unidade de parentesco: a dos *paesanos*. Essa unidade inclui todos os imigrantes e seus descendentes que saíram de um mesmo *paese*, quer dizer, de uma mesma região administrativa da Itália. Além disso, na Argentina em geral, há uma classificação de parentesco desconhecida no Brasil: a dos *parientes políticos*¹⁰ que corresponde à parentes afins, isto é, nora, genro, cunhado(a), sogra(o), etc.

Em projeto sobre a imagem do Japão e dos descendentes de japoneses na América Latina, apoiado pela Fundação Toyota, tive a oportunidade de pesquisar o parentesco japonês e em especial os imigrantes instalados na década de 1950/60 no entorno de Brasília. Nessa pesquisa ficou evidente a dinâmica do parentesco. É o caso do conceito de família nuclear, quer dizer pai, mãe e filhos, que é básico nas estruturas de parentesco no Ocidente e que somente vai ser introduzido no Japão, pelos ocidentais, no final do século XIX. É interessante que, como não existia esse conceito, a palavra teve que ser criada. Até esse período, a unidade operativa de parentesco era o *iê*, composto pelo patriarca e matriarca, seus descendentes e alguns colaterais. Esse grupo era tão importante que, como mostra Yanagisako (1985), a primeira geração de imigrantes japoneses que se estabeleceram na Califórnia, tinham o dever de enviar os seus filhos pequenos de volta para o Japão para serem educados pelo *iê*. A educação dos filhos passou a ser atribuição dos pais somente na geração seguinte, quando também o conceito de família nuclear passou a ser utilizado e há um decorrente enfraquecimento da importância do *iê*. Portanto, a

¹⁰ Não devem ser confundidos com parentes de políticos no Brasil!

rigor, falar de família japonesa antes do final do período Meiji, constitui uma projeção errada de um grupo sobre outro.

Nesse sentido, vale destacar que, assim como as práticas de parentesco, as práticas rituais possuem importância diferenciada de um grupo para outro. É o caso dos imigrantes ucranianos (SCHNEIDER, 2002), para os quais o Natal – e não a Páscoa – é o ritual mais importante do ano litúrgico, e para o qual há preparativos que abrangem todo ano. Para os que não são desse grupo, a Páscoa ucraniana é famosa pela estética e dimensão simbólica dos ovos pintados, altamente valorizados como artesanato turístico.

Atualmente, o Projeto histórico-genealógico iniciado nos “meus tempos de Fundação” foi retomado com maior intensidade e teve novos desdobramentos. Combinando *Erlebnis* com *Erfahrung* – em outras palavras, após uma participação em congresso sobre memória e imigração em Freiburg e no contexto de viagens de férias com meu marido, realizei pesquisas em arquivos na Alemanha (especialmente os de Boppard, Koblenz, Alzey, Eisenach e Leer) e tive o prazer de conhecer algumas das localidades de nossas origens. Foi analisando o parentesco dele em Leer (Ostfriesland) que constatei o fato de que as variações de escrita dos sobrenomes com base na oralidade local – que encontrei nas pesquisas de famílias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara – foi recorrente na Alemanha, no período anterior à década de 1820. É o caso dos Woortmann, em que sua grafia foi muito marcada pela oralidade do frísio, dialeto local, fato que levou a que siblings, quer dizer, filhos do mesmo pai e da mesma mãe, tivessem grandes variações em seus sobrenomes, tais como: Woortman, Wortman, Woertmann e até Voertmann. No Hunsrück essa mesma “oralidade escrita” também é identificada entre os Fensterseifer, registrados como Fenstersäuffer (sic!). Essa heterogeneidade marcada pelos dialetos orais locais desaparece com a “homogeneização prussiana” que instaura a obrigatoriedade da nomenclatura dos filhos de acordo com o sobrenome paterno.

Da mesma forma também aproveite a participação em congressos aqui no Brasil para pesquisas paralelas em arquivos. É o caso da minha recente participação I Seminário Internacional sobre Gênero, Políticas Públicas e Agroecologia em Recife, onde tive o prazer de analisar no Arquivo Público documentos (AULER, 1963) sobre as minhas ancestrais Windhäuser no Hochdeutsch (ou Windheiser, grafado conforme o dialeto) que, junto com outros imigrantes foram abandonadas no litoral do Rio Grande do Norte pelo brigue holandês Ativo, sendo instaladas no recém-massacrado mocambo Cova da Onça – em pleno território do quilombo do Catucá – e que posteriormente conseguiram chegar à Nova Friburgo e depois se reinstalar em São Leopoldo.

Paralelamente, como *Erlebniss* e como *Erfahrung* da informática, desde 2005, tenho a oportunidade de participar dos estimulantes diálogos com outros fascinados por genealogia – alguns dos quais parentes – os membros do grupo RS-GEN,

do Yahoo!¹¹. Cada domingo pela manhã, com chimarrão e música, “navego” trocando mensagens com meus interlocutores.

Concluindo, merece ser mencionada uma rica experiência que articula a modernidade da informática à tradição do parentesco, à nomeação e à genealogia. No dia 26 de agosto passado, nasceu um menino que recebeu o nome de Carlos Andreas d’Angelo Schmitt. Segundo esse papai de primeira viagem, apesar de a família não saber mais falar alemão – três dos quatro nomes dados ao bebê possuem significados que remetem à sua origem alemã e um à sua origem italiana. Carlos, constitui uma homenagem ao tetra-avô (PPPP), 3ª geração nascida no Brasil (n.1859 e f.1919), ao avô (PP n. 1937) e pai do menino; Andreas resultou de longas¹² navegações pela internet em busca das suas árvores genealógicas, com seus muitos *troncos* e *ramos*. Destarte, Andreas foi um nome que resultou da valorização do encontro da tradição, com a homenagem ao patriarca imigrante (no caso, corresponde a PPPmPP, nascido em 1826 e falecido 1826), com o crivo da estética atual. Já o sobrenome d’Angelo¹³ corresponde ao sobrenome da mãe (isto é, do Pm) e Schmitt, do pai (P). Vale ressaltar que a ênfase patrilinear foi explicada pelo fato de o pai ser o único filho homem daquele ramo Schmitt.

Assim, se essa família, tal como muitas outras, perdeu o hábito da língua alemã, ela no entanto valorizou/reteve elementos do habitus teuto-brasileiro, no caso, a nomeação de sua nova geração. É a tradição vindo ao encontro da modernidade.

Referências

- ARENSBERG, C.M. – 1959. **The Irish Countryman**. Ed.Peter Smith, Gloucester.
- AULER, G. – 1963. **Os Colonos de Santa Amélia (Pernambuco-1829) e o Diretor Major João Bloem**. In: I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. UFRGS, Porto Alegre.
- BOURDIEU, P. – 1972. Lês Stratégies Matrimoniales dans lê Système de Réproduction. **Annales**, vol.27, n° 4-5, Paris.
- _____. – 1982. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Editora Perspectiva, São Paulo.
- _____. –1989. **O Poder Simbólico**. Editora.Difel, Lisboa.
- CHAIANOV, A.V. – 1966. **The Theory of Peasant Economy**. American Economic Ass, Illinois.
- COSTA Fº, A. – 2008. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo norte-mineiro**. Tese de doutorado, PPGAS/Depto.de Antropologia/ UnB.Brasília.

¹¹ Aos interessad@s: Yahoo.com.br, grupos

¹² Como me foi confidenciado, “foi difícil, mas consegui um nome que todo mundo gostou. Pesquei ele do meio daquele monte Jakob’s, Johann Adam’s, Tu já imaginaste chamar ele de Jacó ou João Adão? Não dá, né!

¹³ Vale lembrar que no modelo de nomeação italiana, o “d” grafado maiúsculo ou minúsculo remete a significados de origem muito distintos. Enquanto o “D” identificava a família detentora dos privilégios antigos, das terras e da casa senhorial, o “d” identifica os subordinados trabalhadores das suas terras, moradores da sua vila, pertencentes ao seu “paese”.

- DENICH, B – 1979. Sexo e Poder nos Bálcãs. In: ROSALDO, M.Z. e LAMPHERE, L. – (Org.) – **Mulher, Cultura e Sociedade**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- DREHER, M. – 2010. **Servidão da Gleba em Mecklemburg e os Primórdios da Imigração Alemã para o Brasil**. In: Jahrbuch 2010, Instituto Martius Staden, , vol.57, São Paulo.
- DUMONT, I. – 1985. **Ensaio Sobre o Individualismo**. Ed.Rocco, Rio de Janeiro.
- GALESKI, B. – 1975. **Basic Concepts of Rural Society**. Manchester Univ. Press, Manchester.
- GEERTZ, C. – 1977. From the Native's Point of View: on the nature of anthropological understanding. In: DOLGIN, J. et al.(ogs) – **Symbolic Anthropology**. Columbia Univ. Press, New York.
- GERTZ, R. – 2006. **A Colonização Alemã e a Revolução Farroupilha**. Site da SBPH.org.br
- LEACH, E. – 1995. **Sistemas Políticos da Alta Birmânia**. EdUSP, São Paulo.
- _____. – 1968. *Pul Eliya: a study fo land tenure and kinship*. Cambridge Univ. Press, Cambridge.
- MOURA, M. – 1978. **Os Herdeiros da Terra**. Hucitec, São Paulo.
- ÖSTOR, A. e MADAN, D. – 1982. **Concepts of Person**. Harvard Univ. Press, Cambridge
- PELETZ, M. – 1995. Kinship Studies in Late Twentieth-Century Anthropology. In: **Annual Reviews Anthropology**, vol.24, nº 72, Univ. of California,Berkeley.
- POLLAK, M. – 1992 a. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos. Fundação Getúlio Vargas**, Vol.5. Rio de Janeiro.
- _____. – 1992 b. Memória Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos. Fundação Getúlio Vargas**, Vol.5. Rio de Janeiro.
- ROCHE, J. – 1969. **A Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. Ed.Globo, Porto Alegre.
- SANTOS, C.A.P. – 2010. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. Tese de Doutorado, PPGAS/Depto de Antropologia/UnB, Brasília.
- SCHNEIDER, C. – 2002. **Os Rituais Natalinos: a identidade renovada entre camponeses ucraino-brasileiros**. Diss.de Mestrado, PPGAS/Depto.de Antropologia/UnB. Brasília.
- SOBIERAJSKI BARRETO, M.T. – 1983. **Poloneses em Santa Catarina**. Ed. Lunardelli/UFSC, Florianópolis.
- TEPICHT, J. – 1973. **Marxisme et Agriculture**. Armand Colin, Paris.
- WITT, M.A. – 2008. **Em Busca de um Lugar ao Sol: Anseios Políticos no Contexto da Imigração e da Colonização Alemã**. Tese de Doutorado, PPGH/Depto de História/PUCRGS.
- WOORTMANN, E.F. – 1994. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste**. EdUnB/HUCITEC, Brasília.
- _____. – 1995. Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade. In: **Revista de Antropologia da USP**, vol.38,nº 2, São Paulo.
- _____. – 1996. La Imagen de los Latinoamericanos sobre el Japon y los Japoneses. **Monografias Latinoamericanas**. vol. 5, nº 3. Univ. de Sofia, Tóquio.
- _____. – 1998. Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: gênero e memória no seringa. In: FREITAS, C.B. – **Memória: Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG**. Editora UCG, Goiânia.

- _____. – 1998. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMAYER, A.M. e PIETRAFESA DE GODOI, E. (org.) – **Além dos Territórios**.Ed.Mercado das Letras, Campinas.
- _____. – 1999. De la Transmisión Legítima a la Herencia Legal: tierra, trabajo y género en un contexto de cambio social, el sur de Brasil , 1824-1980). **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Ano 14, nº 14, Buenos Aires.
- _____. – 2000. Identidades e Memória entre Teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: BARCELLOS, D. e JARDIM, D. – **Horizontes Antropológicos**, ano 6, nº 14.
- _____. – 2001. Deutsch –brasilianische Memoiren. In: BENNINGHOFF-LÜHL,S.e LEIBING, A. (orgs.) **Brasilien : Land ohne Gedächtniss?**. Universität Hamburg, Hamburg.
- _____. – 2004. O Saber Tradicional Camponês e Inovações. In: OLIVEIRA, A.U. e MARQUES, M.I.M – **O Campo no Século XXI**.Editora Paz e Terra, São Paulo.
- _____. – 2004. Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: WOORTMANN, E.F. (org.) – **Significados da Terra**. NEAD/Editora UnB, Brasília.
- _____. – 2004. **Entre la Antropología y la Historia: colonos, campesinos y memoria familiar**. In: BJERG, M. e BOIXADÓS, R. – **La Familia: campo de investigación interdisciplinario, teorías, métodos y fuentes**. Ed.Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires.
- _____. – 2005. Método Comparativo, Família e Parentesco. In: **Revista Antropológicas**, ano 9, volume 16, UFPE, Recife.
- _____. – 2006. Inmigración: llamado de Dios o del destino.In: WEHR, I. (Org) – **Un Continente en Movimiento: migraciones em América Latina**. Ed.Vervuert, Frankfurt am Main.
- _____. – 2007. Padrões Tradicionais e Modernização: comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, R. (org.) – **Agricultura Familiar à Mesa**. Editora UFRGS, Porto Alegre.
- WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. – 1997. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. EdUnB, Brasília.
- WOORTMANN, K. – 1990. “Com Parente não se Neguecia”.In: **Anuário Antropológico 87**, Ed.Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- YANAGISAKO, S.J. – 1985. **Transforming the Past: tradition and kinship among Japanese Americans**. Stanford Univ. Press, California.
- ZONABEND, F. – 1980. **Mémoire Longue: temps et histories au village**. Puf Croisées, Paris.

MESAS-REDONDAS

MESA-REDONDA 1 POLÍTICA: AVANÇO TERRITORIAL E EMANCIPAÇÃO

Costa da Serra no Império

*Doris Rejane Fernandes**

Abordar temas da história regional contribui para a reorganização dos espaços regionais em tempos de globalização. A resistência do local e do regional ocorre porque as diferenças continuam a existir e as pessoas procuram encontrar elementos de continuidade e de permanência do passado. Isso acontece porque há um desejo de segurança, de continuidade e de pertencimento a alguma comunidade nas quais as pessoas entendem como espaços concretos onde suas relações sociais são tecidas cotidianamente através das experiências individuais. Marcos Martins (2009, p. 137-152) lembra que nas grandes cidades onde a homogeneização capitalista é mais sentida, “mais e mais gente busca especificidades, algo que seja querido, práticas e “cantinhos” que sejam seus, de seus vizinhos e amigos, experiências pessoais e comunitárias para rememorar e criar identidades. Almejam conhecer e reconhecer o espaço onde vivem, pertencer a ele e apropriar-se dele, na medida exata em que participam das redes de significados e sentidos que a vida ali gera, no decurso da história” (MARTINS, 2009, p. 139). Verificamos este comportamento naquelas pessoas que buscam no espaço em que vivem formas para realizar sua vida interior, numa sociedade multifacetada. Desse desejo observamos que as diferenças entre regiões e as especificidades locais emergem, concedendo novos significados aos vestígios do passado.

O espaço geográfico tal qual se apresenta é um vestígio da história como escreve Marc Bloch (2001, p. 38 e 206):

É urgente atrair para elas [plantas, mapas] a atenção dos estudiosos e, principalmente desses pesquisadores preocupados com história regional ou local, de quem esperamos um auxílio tão grande para nossos estudos: escrever a história de uma aldeia, sem mesmo ter dado uma olhada no mapa cadastral,

*Doutora em História pela Unisinos. Professora da FACCAT e membro do Instituto Histórico de São Leopoldo.

é privar-se, deliberadamente, de um instrumento extremamente eficaz;... (BLOCH, 2001, p. 38).

Ao referir-se à questão geográfica diz ser o mapa um “ vestígio da história” (BLOCH, 2001, p. 206) através do trabalho do geógrafo, que, ao permanecer, oferece subsídios para o trabalho do historiador. Ao observarmos o recorte que estabelecemos para este trabalho, verificamos a geografia expressa na denominação do nome da localidade: Costa da Serra. No século XVIII, período de ocupação europeia das terras sulinas, constatamos que este nome serve de localização e descrição geográfica. A área que compõe a Costa da Serra é um espaço de encosta nos contrafortes do planalto meridional, entre os arroios das Pedras (hoje Schmidt) a leste e o Portão a oeste. Este rincão era pertencente a Fazenda Mascarenhas de posse a Inácio César Mascarenhas e registrado no distrito do Cahy¹, na freguesia de Triunfo, segundo o Censo de 1784. Com o estabelecimento da Feitoria do Linho Cãnhamo esta área passa a compor uma fazenda estatal que abastecia as tropas portuguesas que seguiam para os fortes sulinos e para Colônia do Sacramento. Com a criação da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, onde os indígenas sobreviventes da guerra Guaranítica foram reunidos num projeto do Marquês de Pombal, as terras da Feitoria e da Costa da Serra passaram a pertencer a este espaço administrativo. Tanto os ocupantes da Costa da Serra quanto os da Aldeia dos Anjos serviam como apoio as atividades da Feitoria, bem como reserva de soldados em períodos de conflito bélico. A ocupação desta área servia ao princípio jurídico do *uti possidetis*, onde a posse se efetiva com a ocupação. A área da Costa da Serra mantém esta denominação com a criação da Colônia de São Leopoldo, passando a fazer parte do município de Porto Alegre.

O período de afirmação deste espaço, que denominamos de Costa da Serra, compreende as áreas de municípios conhecidos hoje como Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos e parte de Portão e Campo Bom. O trabalho realizado pelos colonos, através da agricultura familiar e policultora, baseada na pequena propriedade inseriu este espaço como parte da Colônia de São Leopoldo e consonante ao projeto nacional imperial de substituição da mão de obra escrava pela livre e de valorização da terra como propriedade.

Na Costa da Serra destacou-se o negociante João Pedro Schmidt. Denominamos de negociante para diferenciá-lo dos vendeiros, comerciantes locais. João Pedro Schmidt foi um articulador da produção serrana e da extrema fronteira nordeste e norte da Colônia de São Leopoldo, depois município. Além de recolher e encaminhar a produção agrícola colonial, foi responsável por negócios de terras, expandindo a ocupação territorial para o leste e o nordeste de São Leopoldo. Schmidt está consoante aos interesses governamentais ao comprar a produção colonial e encaminhá-la aos grandes centros (São Leopoldo e Porto Alegre). No entanto, ao

¹ AHRS, Fazenda, F-1198.

abrir novos loteamentos para o leste e nordeste de São Leopoldo está atendendo aos interesses dos colonos, pois no planejamento do governo imperial a intenção era de ocupar as áreas para o noroeste e centro do Rio Grande do Sul. Enquanto no restante do país ocorre o avanço para o interior, aqui na região colonial há o avanço para o litoral antes de seguir para as colônias novas.

Na Costa da Serra as pequenas propriedades produziam algodão, milho, feijão, aipim, batatas, abóboras, mandioca, arroz, cana; criavam-se gado *vacum* e bois mansos (indicativo de agricultura, pois eram utilizados como tração), suínos e aves. Exportava-se feijão, milho, farinha de mandioca, batatas, aguardente, trigo, frangos e galinhas, ovos e toucinhos. O relevo deste espaço da Costa da Serra, a encosta ou barranco era preferido pelos colonos, pois os mesmos consideravam as áreas de florestas mais adequadas ao cultivo por encontrarem terras férteis e que apenas necessitavam ser desmatadas e transformadas em roças. Nas áreas de várzea havia necessidade de arar a terra, pois a mesma se apresentava muito dura ao fazer-se o roçado.

Schmidt organiza novos loteamentos avançando para leste (onde hoje se localizam os municípios de Sapiranga, Araricá e Nova Hartz) através da Sociedade Schmidt & Kraemer. Ao vender prazos coloniais aos colonos, que não encontram terras para seus descendentes devido ao que Roche denomina de enxamamento, estabelece vendeiros que formam uma rede comercial, vinculada ao seu ponto comercial central em Hamburger Berg (hoje Casa Schmidt Presser). Além de negociante, João Pedro é representante dos colonos junto à Câmara Municipal em São Leopoldo e ponto de referência quanto à área colonial que atende.

A Costa da Serra serve de exemplo ao que Bloch nos chama a atenção por estudar a geografia local, apresentando os vestígios para a história regional. Porém esta ocupação não está isenta de conflitos. A legislação de terras, que regulamenta a propriedade fundiária em vigor com a Lei de 1850 e seu Regulamento de 1845, aplicada resulta em uma série de conflitos judiciais diante da regularização das mesmas. Na divisa da Costa da Serra com a sede, São Leopoldo, no lugar denominado Passo da Cruz/Santa Maria, ao lado do banhado do Botiá, na margem esquerda do Rio dos Sinos, hoje Lomba Grande, ocorreu um “despejo de arrendamento”². O processo judicial é um recurso ao Presidente da Província, diante da medição e expulsão realizadas pelo Capitão da Guarda Nacional Antonio Francisco da Costa.

No histórico do processo, Manoel Alves de Siqueira, um octogenário, solicita ao Juiz Comissário a medição e demarcação das terras para fins de legitimação, em maio de 1861. Segundo Manoel, o Juiz lhe respondeu: “...*disposto aquelle Juis a fazer aquella medição logo que se desembaraçasse de outras medições em que se achava envolvido nas Picadas das Collonias...*”³. Enquanto isso, o Coronel Antonio Francisco, vizinho e

² AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira.

³ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 4.

enteado de Siqueira, requereu e realizou a medição de um título adquirido por compra, onde considerou como suas as terras onde reside Manoel. A medição foi julgada e, logo a seguir, Siqueira é expulso de suas terras e casa.

Siqueira encaminha pedido de perdão da multa pelo atraso no registro e legitimação de sua posse por ser ancião octogenário e pobre. Seu advogado é Lúcio Schreiner. Anexo ao requerimento, o advogado apresenta um abaixo assinado dos moradores, vizinhos de Manoel Alves:

Abaixo assinado dos moradores vizinhos a Manoel Alves da Siqueira certificando moradia a mais de 50 anos, posse mansa e pacífica e nunca perturbada, com morada com casa coberta de capim, poteiro, laranjal e lavouras, criando algumas vacas mansas e animais cavалares...⁴

O abaixo-assinado⁵ compõe-se de 39 assinaturas. Entre elas, há nomes de possuidores/proprietários de terras como Pedro Schmitt, David Pereira Dias, João Pires Cerveira, Francisco Alves dos Santos, todos com influência ou possuindo cargos em nível local e municipal. Além de reconhecerem a posse antiga, constroem uma rede de relações tanto de dependência, quanto de uma suposta gratidão, por auxílio na defesa da posse da terra. Pedro Schmitt, Pereira Dias e Francisco Alves dos Santos possuem patente na Guarda Nacional e Cerveira foi inspetor de quarteirão, próximo às terras de Siqueira.

No processo consta o requerimento de solicitação da medição:

Diz Manoel Alz de Cequeira que sendo senhor e possuidor de uma posse com cultura effectiva e morada habitual no lugar denominado =Passo da Cruz = 1º Distrº desta Villa, o qual divide-se pelo o Oeste com Joaquim Glz, pelo Leste com Pedro José da Silva Vargas, pelo o Sul com o Cap^m Antonio Fran^{co} da Costa e pelo Norte com o Rio dos Sinos, e querendo proceder a respectiva Medição para obter titulo legal...⁶

Dos confrontantes um, Pedro Joze da Silva (Vargas) assinou o documento datado em 22 de outubro de 1862. O capitão Antonio é autor do ato de libelo para expulsão. Manoel, neste requerimento, não só se intitula como se denomina *senhor e possuidor*, amparado pela cultura efetiva e morada habitual e pelo tempo de ocupação anterior a 1850. Denominando-se assim, coloca-se como proprietário efetivo e não legal, acima, porém, de um simples posseiro. Coloca-se como possuidor com domínio sobre a área e suposto reconhecimento dos vizinhos, amparado no abaixo-assinado. Com isso, procura desconstruir os argumentos de seu enteado, o Cel. Antonio Francisco da Costa. Consta ainda uma procuração declarando que o mesmo Manoel

⁴ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p.6.

⁵ Ver no anexo nº 14, “Relação de nomes do abaixo-assinado de Manoel Alves de Siqueira”.

⁶ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 2.

Rodrigues Alves é conhecido como Manoel Alves de Siqueira, sem especificar o motivo dos dois nomes⁷. O advogado Lúcio Schreiner encaminha registro no Vigário Bonifacio Klüber, recebendo multa por atraso:

Manoel Alves de Siqueira possui uma posse de terras de mato e capoeiras a mais de 40 annos com cultura effectiva e morada habitual, citas no 1º Distrito desta villa que ainda não forão medidas, devidindose por hum lado com o Rio dos Sinos, pelo outro com o grande banhado deneominado do Botiá e com terras do finado Joaquim Gonçalves oelo lado de Oeste e com ditas de Pedro de Vargas pelo lado do Oeste e com ditas de Pedro de Vargas pelo lado de Leste.

São Leopoldo 19 de Maio de 1862

A rogo de Manoel Alves de Siqueira por não saber escrevre, assigna
L. Schreiner.⁸

LI.

Ao apresentar o Registro Paroquial, busca um reconhecimento e legitimação da posse e uma declaração da não identificação do coronel como confrontante, nem dos declarados ocupantes anteriores.

No Auto de verificação de cultura efetiva e morada habitual consta:

Auto de verificação de cultura effectiva e morada habitual existente no lugar = Botiá, e pertencente a Manoel Alves de Siqueira - - no lugar denominado do Botiá 1º Districto de São Leopoldo, e pertencente a Manoel Alves de Siqueira.

...declararão que o posseiro Manoel Alves de Siqueira tem morada habitual onde morou muitos annos em companhia de seus filhos, e que mudando-se para o outro lado do rio, deixou morando ali seu genro José da Silva onde reside com sua mulher e filhos, coberto de capim, tendo casinha e outras bem feitorias. Declararão mais que tem cultura effectiva de milho, Feijão, Arós e outros legumes. Declararão mais que existe dois laranjaes sendo um muito antigo e outro mais novo, Pesegueiros velhos, Limeiras e outras árvores frutíferas. Declararão mais que existe capoeiras e Capoeirão. Potreiro já em Campo, que denotão ter mais de trinta annos, tendo também alguns animaes vaccum e cavallar e cabras que pastão no campo o que tudo existe; o que affirmavão de baixo do juramento...⁹

Assinam como verificadores Manoel Pereira da Silva Lima, Pedro Joze da Silva Vargas e Alexandre Cardozo da Silva. Desses nomes, apenas o primeiro não possui envolvimento no caso: os dois últimos constam no abaixo-assinado e o segundo é confrontante leste da posse contestada.

⁷ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 3.

⁸ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 8.

⁹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 9-10.

Verifica-se que há duas denominações para localizar a posse: Passo da Cruz e Butiá. Ambos os locais são o mesmo, sendo que o primeiro nome é a localidade e o segundo designação do banhado. Banhado e localidade se confundem.

Na medição e demarcação das terras, participam o escrivão Silva Lima, Rodolfo Schimmelfennig von der Oye, Manoel Gonçalves Netto, Pedro Joze da Silva Vargas, Alexandre Cardozo da Siva e Guilherme Engelke¹⁰. Os três últimos constam no abaixo-assinado, em favor de Manoel Alves Siqueira, sendo que Pedro Joze é o vizinho a leste da posse medida.

Durante a medição, o Capitão Antonio Francisco da Costa e s/m D^a Maria Antonia da Conceição entram com um pedido de embargo, pois a área, alvo da medição, não pertencia ao medinte e estava arrendada ao seu cunhado, José da Silva, genro de Siqueira que se encontrava sob uma ação de despejo. Solicita a suspensão dos trabalhos de medição¹¹. Há um vínculo familiar entre os citados no embargo: Capitão Antonio é enteado de Siqueira e cunhado de José da Silva e este genro de Manoel. Portanto, o conflito é resultado de uma disputa em família, por mais terras.

O Capitão Antonio Francisco da Costa apresenta seus argumentos junto à afirmação de que são os legítimos senhores e possuidores de uma data de terras no primeiro distrito, no lugar chamado Santa Maria; que a data de terras é resultado de uma concessão de Carta de Sesmaria a João Alves em 20 de março de 1821; depois a mesma passou a José Francisco Pacheco e por compra, realizada em 1847, a Antonio Francisco da Costa e s/m; que o capitão Antonio Francisco da Costa requereu ao Juiz Municipal a medição das terras, em 17 de junho de 1862; e que a medição foi realizada com sentença passada em julgada e citadas as partes interessadas, inclusive os dois arrendatários, para evitar outros conflitos. Em anexo, o capitão apresenta um contrato (29 de julho de 1826), e uma certidão de arrendamento (13 de setembro de 1858). Ambos os documentos¹² possuíam assinaturas a rogo (assinados por outra pessoa representante e/ou a pedido de), pois tanto Manoel, quanto José eram analfabetos. Levantamos, assim, a hipótese dos documentos terem sido forjados. Analisando o pedido de embargo, julgamos a possibilidade de a falsificação dos documentos ser a versão mais próxima do ocorrido.

Na certidão, o Capitão declara:

...Eu Antonio Francisco da Costa, como proprietário e senhor que sou da Fazenda do Passo da Cruz entre Santa Maria e a Fazenda do Butiá, as quaes ate hoje tenho tido e gosado como minhas que são, adquiridas por umTitulo que comprei a José Francisco Pacheco me tenho convencionado e concertado com o Senhor José da Silva a arrendar-lhe um pedaço dessas terras, acima do Passo da Cruz com cultivados...¹³

¹⁰ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos n° 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 11-24.

¹¹ Ver no anexo n° 15, a íntegra do pedido do Capitão Antonio Francisco da Costa.

¹² Cópia desses documentos estão no Anexo n° 15 e 16.

¹³ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos n° 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 28-30.

O capitão não reconhece os Siqueira como confinantes do outro lado do rio, ignora-os e estabelece limites claros: entre as Fazendas. Motta (1989, p. 134-135), ao analisar as “bandas d’Além”, afirma que o parcelamento de terras era um negócio vantajoso para alguns fazendeiros, pois o aluguel obtido representava uma forma lucrativa de garantir a obtenção de uma renda anual que não implicava em dispêndio de capital.

Financiando a produção dos arrendatários, os proprietários criavam um vínculo de subordinação monetária dos “sem terra” que lhes era muito vantajosa. Subordinava esta que se consolidava ainda mais com as práticas de “favor” e compadrio (MOTTA, 1989, p. 134-135).

Outros fazendeiros consideravam que o arrendamento não era um “bom negócio”, porque os contratos, eram verbais entre as partes e

Havia a possibilidade de apossamento da terra arrendada como, por exemplo, no caso de morte do proprietário, o que se traduziria em conflitos entre os “legítimos herdeiros” e o “intruso”. E por último os arrendatários eram homens livres, ao menos em tese, com direitos garantidos pela lei. Para esses fazendeiros, a massa de homens livres era, antes de tudo uma ameaça (MOTTA, 1989, p. 135).

Nesse caso, o capitão desejou a ocupação com cultura da margem norte de sua suposta Fazenda, arrendando a área, envolvendo familiares (cunhado, padrastrado, irmã). No entanto, o arrendamento gerou uma disputa e que não foi, diante da dúvida, reconhecido pelas autoridades que julgaram o caso.

O capitão Antonio Francisco da Costa também usa o mesmo recurso de denominação como senhor e possuidor. A troca de nome da localidade é outra forma de comprovação. Santa Maria é a localidade, onde se encontra o restante de suas posses, que pelo avanço, amplia¹⁴ por sobre a outra localidade, a do Passo da Cruz¹⁵.

Quanto à documentação, é importante observar que Francisco apresenta a origem de sua propriedade em Carta de Sesmaria, afirmando compra da mesma, transformando, assim, os acusados em intrusos, única forma que, segundo a Lei de 1850, não concedia direito de reivindicar e legalizar a posse. Alega a existência, supostamente comprovada, de um contrato de arrendamento, mostrando a dependência que os acusados sempre tiveram em relação ao capitão. Reivindica seu direito, porque recorreu à Justiça para retirar os ocupantes de suas terras. O arrendamento em família destoa, no contexto do Vale do Sinos, porém era comum

¹⁴ Interessante ressaltar que essa localidade marcava uma passagem e porto no Rio dos Sinos. Seu nome originou-se pela morte de um morador e seu sepultamento no local. É também, na margem direita, o porto da Fazenda Padre Eterno, depois caminho fluvial dos colonos, que nela se estabeleceram. Portanto, o lugar era estratégico, economicamente falando (MAGALHÃES, 1998).

¹⁵ Ocorrência semelhante aconteceu no Campo Bom, quando sob o aval do inspetor da Colônia de São Leopoldo, mudaram o nome de arroios e ampliou-se o espaço desta localidade (Ver MAGALHÃES, 1998).

que senhores de terra colocassem seus parentes menos favorecidos, ocupando as áreas mais distantes, para evitar que outros as ocupassem ou até mesmo que o vizinho avançasse sobre a área, considerada, em muitas situações, como devoluta. Motta (1996, p. 86) nos lembra que, para o arrendatário, os trabalhadores estariam procurando garantir sua autonomia em relação ao senhor de terras e que, para o fazendeiro, isso era o contrário. Ao reconhecer os arrendatários como agregados, estaria enfatizando a sua relação de dependência.

Ao afirmar que as terras já foram medidas, demarcadas com sentença passada em julgado, com citação dos dois supostos arrendatários, deseja a descon sideração da medição da área do Passo da Cruz, pois área já medida não pode ser alvo de outra medição. Ampara-se, assim, no Regulamento de 1854. No entanto, o não comparecimento a essa primeira medição dos acusados/embargados é “uma faca de dois gumes”: pode ser que os mesmos não tinham recebido comunicação ou que não reconhecem a medição a ser realizada.

O amparo na legislação vigente busca o reconhecimento da ilegitimidade da posse dos arrendatários e não a posse e o senhorio do embargante sobre as terras, numa alusão à afirmação do domínio do capitão sobre a área. Seu advogado ampara-se, tanto na Lei de 1850, no Regulamento de 1854, quanto na legislação do século XVIII, procurando argumentos ausentes na legislação do século XIX.

Motta (1996, p. 112) escreve que

... os pequenos arrendatários tinham poucos poderes, mas quando necessário sabiam dar trabalho aos fazendeiros e aos representantes da justiça. Com seus pequenos poderes estes arrendatários agiam da mesma forma que os grandes fazendeiros (arrendatários ou não) e, aproveitando-se das imprecisões dos limites territoriais, ousavam assegurar sua posses sobre um pequeno quinhão de terra.

O caso em estudo envolve um problema familiar, em que ambos usam de estratégias semelhantes. Siqueira contrabalança “a força” do capitão com os nomes constantes no abaixo-assinado, demonstrando uma rede de boas relações e que demonstram o reconhecimento à sua posse. O capitão faz uso dos recursos que conhece, recorrendo aos caminhos cartoriais e judiciais, porém há dúvidas sobre a veracidade dos documentos, uma vez que ambos os acusados não sabem ler nem escrever.

A situação de arrendamento possibilita o direito à defesa da posse da terra e demonstra autonomia dos arrendatários. Esses, como tais, são homens livres, ocupantes de terras, posseiros e de comprovada cultura efetiva e morada habitual. Suas terras ocupam as duas margens do Rio dos Sinos, onde moram o titular e seus filhos. Há duas casas de moradia ocupadas pelas famílias de Siqueira e de José da Silva. Possuem testemunhas sobre o tempo que ocupam a terra com morada, cultura e criação. Há nomes de descendência lusa e alemã; há alguns com postos de liderança comunitária e na Guarda Nacional, dando aos documentos legitimidade indiscutível.

A documentação revela que o capitão Antonio Francisco da Costa apropriou-se da área, tentando expulsar os moradores livres, ali residentes. No entanto, seu intento foi frustrado. Apesar do pedido de embargo e de anulação da medição e demarcação das terras, a medição confirmada foi considerada boa, julgada firme e valiosa. Essa sentença está baseada na comprovação de Siqueira, quanto à posse¹⁶, desconsiderando o processo de arrendamento. A 10 de novembro de 1871, foi confirmado e concedido título da posse, transformando Siqueira em proprietário da terra em discussão. A concessão do título foi assinada por Fontoura Palmeira¹⁷, presidente da Província. A decisão do Presidente da Província confirma as intenções do capitão em avançar sobre as terras de terceiros e que por causa das relações de Siqueira, não puderam ser concretizadas.

As relações de poder estão assim exemplificadas, mostrando e confirmando a complexidade das mesmas e a dinâmica da ocupação da terra. Nos dois casos apresentados, a intenção de anulação foi embargada. Mesmo citando a legislação (Lei de Terras de 1850, o Regulamento de 1854, o Alvará de 3 de setembro de 1757, a Lei de 4 de julho de 1776), a comprovação da posse, da cultura efetiva e da morada habitual foram os fatores decisivos. São exemplos das contradições que a própria Lei de Terras gerou. Segundo Osório Silva, comentando o artigo oitavo da Lei:

... que mantinha os possuidores desobedientes na posse das terras que efetivamente cultivassem e também está associada à incapacidade do Estado distinguir entre as situações verdadeiras e as falsas. Esta cláusula acabou funcionando como um aval do governo para a continuidade da posse, apesar de o artigo 1º da lei contradizer isso (SILVA, 1996, p. 161).

A impossibilidade de distinguir as posses reais das falsificadas gerou dificuldades nas tomadas de decisão. Seus argumentos se embasavam na posse antiga, cultura efetiva e morada habitual. Ocorre a vitória sobre o apossamento, barrando a possível “grilagem”.

Motta escreve que

Os processos de Embargo, de Despejo e de Medição de Terras e os Registros Paroquiais de Terras juntaram-se para formar um tabuleiro extremamente complexo e não redutível a uma única explicação. Nele, várias histórias e interpretações conflitantes sobre o acesso à terra se cruzavam... (MOTTA, 1996, p. 18).

Os conflitos são comuns na área colonial. Além deste que acabamos de ver há ainda a questão da Fazenda Padre Eterno e o Movimento Mucker, resultantes de questões de terras, resultante de uma legislação mal aplicada, de um Estado pouco

¹⁶ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 36.

¹⁷ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo, 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira, p. 41.

atuante e fiscalizador, da ação dos interesses privados e de uma densidade demográfica crescente na área colonial sulina. Quanto ao Movimento Mucker cabe lembrar que Jacobina Maurer nasceu na Costa da Serra e após casamento com João Jorge Maurer, adquirem terras na Fazenda Padre Eterno loteada pela Sociedade Schmidt & Kraemer, a qual nos referimos anteriormente.

Ao retomarmos a história regional e local não apenas descrevemos a situação geográfica deste recorte espacial, com vestígios históricos, bem como, podemos compor um tabuleiro que expressa as redes comerciais, sociais e de poder. A área da Costa da Serra se insere na história do Brasil como parte integrante das decisões tomadas tanto pela Coroa portuguesa, quanto pelo Império Brasileiro em seus respectivos momentos. Nossa busca por uma história regional concretiza no local a de longa duração.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.38 e 206.

MAGALHÃES, Doris R. Fernandes. *Fazenda Leão: História da ocupação de uma fronteira no Rio Grande de São Pedro*. São Leopoldo, UNISINOS, dissertação de mestrado, 1998.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Contexto, 2009. p 137-152.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas 'Bandas D'Além' (Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora - 1808-1888)*. Niterói, dissertação de mestrado, UFF, 1989, p. 134-135.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 161.

Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo

*René E. Gertz**

Depois que Novo Hamburgo conquistou sua autonomia como município, o jornal que foi criado com o título da data de emancipação – *O 5 de Abril* – noticiou que aquele momento representou a culminância de uma luta de 30 anos. Isso significa que tudo teria começado ainda no final do século XIX.¹ Verdade é que existe uma publicação de 1913 onde se lê que o então distrito de São Leopoldo registrava significativo crescimento econômico, e que seria uma questão de tempo para que se tornasse sede de um novo município. Essa fonte dizia que “os movimentos de emancipação estão em atividade há algum tempo, mas eles, até agora, esbarraram na oposição das instâncias dominantes”.² Por isso, a emancipação só ocorreu 14 anos depois dessa afirmação – e esse processo será o tema desta fala.

Quando cheguei a São Leopoldo, em 1962, a rivalidade com Novo Hamburgo ainda era muito palpável. E isso, certamente, tinha a ver com o processo de separação, que ocorrera há cerca de 35 anos antes. Como estamos aqui em um encontro sobre história de comunidades de origem alemã, retomar a história dessa separação talvez seja importante para repensar e colocar nos seus devidos termos algumas afirmações sobre as regiões de colonização alemã, cuja veracidade, via de regra, não se discute. E uma dessas afirmações possivelmente não de todo verdadeiras, ou, no mínimo, apenas parcialmente verdadeiras, pode ser a de que os alemães imigrados e, depois, seus descendentes, aqui no Brasil, sempre teriam sido muito unidos, que sempre teriam constituído uma inquebrantável solidariedade grupal. Tentarei mostrar que esse tipo de afirmação não se sustenta – ao menos no episódio da emancipação de Novo Hamburgo.

Como foi muito bem mostrado por Roswithia Weber, em seu livro *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*, o ano de 1924 esteve marcado pelos grandes festejos em torno do

*Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

¹ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 13 de maio de 1927.

² Livro ou almanaque, cujo título e autor ou editor não é possível identificar por estar danificado. Encontra-se no Acervo Benno Mentz, DELFOS/PUCRS, p. 212.

centenário de imigração alemã para o Rio Grande do Sul.³ Integrando os festejos, pretendia-se edificar um monumento alusivo. O problema é que surgiram duas comissões paralelas para angariar fundos para a construção desse monumento, uma em São Leopoldo e outra em Novo Hamburgo. Somente com a intervenção de pessoas de Porto Alegre foi possível conseguir que as duas comissões se unissem numa só – mas isso só foi possível graças a um compromisso pelo qual seriam edificados dois monumentos, um em cada uma dessas localidades. Para justificar a dualidade de monumentos, inventou-se que um deles – o de São Leopoldo – seria aquele que lembraria o *desembarque* dos imigrantes, e o de Novo Hamburgo lembraria a *colonização*.⁴

Apesar de que a data da chegada dos primeiros imigrantes seja 25 de julho, foram invocadas razões climáticas para localizar o auge dos festejos somente no mês de setembro. As desavenças internas, porém, eram tão grandes que, em plena época de preparação dos festejos, um trio composto por Leopoldo Petry, Jacob Kroeff Neto e Pedro Adams Filho fez, em 17 de maio, uma visita a Borges de Medeiros – então governador do Rio Grande do Sul –, para solicitar a emancipação do 2º Distrito.⁵

Apenas um mês depois do auge dos festejos, isto é, em outubro, as discussões sobre o tema vazaram para o público, porque passaram a ser tratadas, de forma oficial, na Câmara de Vereadores de São Leopoldo. O posicionamento entre os legisladores do município foi de total desaprovação da tentativa de emancipação, sobretudo porque o 2º Distrito, supostamente, pretendia arrastar consigo os distritos de Bom Jardim (Ivoti), Dois Irmãos, Sapiranga e Boa Vista do Herval – com que sobraria para São Leopoldo menos que um terço do território, isto é, apenas o 1º Distrito, mais Lomba Grande e Sapucaia. Por essa razão, desta vez, foram os vereadores que resolveram recorrer a Borges de Medeiros contra essas pretensões.⁶ E assim, o tema entrou para o debate cotidiano. Quem folheia o principal jornal do município de São Leopoldo na época, a *Deutsche Post*, pode constatar que nos meses iniciais de 1925 aconteceram, através de suas páginas, intensos debates sobre prós e contras a emancipação.

Pressionado pelos dois lados, Borges de Medeiros viu-se obrigado a agir com cautela. Numa reunião entre ele e representantes das partes envolvidas, ficou estabelecido que a situação seria resolvida dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela Constituição estadual de 1891, que, em seu Artigo 20/§16, dizia serem atribuições do Presidente do Estado “resolver sobre os limites dos municípios, *não*

³ Weber, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Ed. da FEEVALE, 2004.

⁴ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 5 de janeiro e 29 de março de 1924.

⁵ Petry, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*. Porto Alegre: A Nação, 1944, p. 76.

⁶ Ata da reunião do Conselho Municipal de 20 de outubro de 1924 (Museu Histórico Visconde de São Leopoldo).

podendo, porém, alterá-los sem acordo com os respectivos Conselhos” [nome das Câmaras de Vereadores, na época]. Isso significava que se propunha encaminhar um pedido de emancipação à Câmara de São Leopoldo, o qual, uma vez aprovado, daria a Borges de Medeiros o direito de decretar a criação do novo município.

Ainda que essa reunião com Borges de Medeiros tivesse ocorrido em meados de janeiro de 1925, a questão não avançou, em termos práticos, motivo pelo qual o governador, em setembro do mesmo ano, promoveu uma nova reunião informal de um representante seu – o então vice-intendente de Porto Alegre, Alberto Bins – com os vereadores leopoldenses, mais algumas autoridades, e Jacob Kroeff Neto, como representante do movimento emancipacionista.⁷ Kroeff Neto trouxe uma lista com 827 assinaturas de novo-hamburgueses favoráveis à criação do novo município, mais um documento que arrolava uma série de argumentos a favor dessa pretensão.

Os argumentos eram os seguintes: unidades menores administram-se com mais facilidade; os governos estadual e federal reconheceram a importância de Novo Hamburgo, estabelecendo em seu território coletorias; os 226 contos de renda auferidos pelo 2º Distrito no exercício de 1922 demonstrariam que a área possui recursos suficientes para sua administração; o desenvolvimento de Novo Hamburgo e de Hamburgo Velho, nos últimos anos, exigiria inadiáveis obras de infraestrutura e saneamento; a proximidade geográfica das localidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo não constituiria empecilho, pois haveria antecedentes positivos de sedes municipais situadas a pouca distância uma da outra no estado, como Lajeado e Estrela, São Sebastião do Caí e Montenegro, São Jerônimo e Triunfo; revolucionários e desordeiros encontram-se normalmente nas periferias das sedes administrativas, de forma que a criação de novos municípios, com o conseqüente adensamento da presença de autoridades, só poderia ser vista como benéfica ao estado como um todo; com a criação do município de Novo Hamburgo, algumas das principais estradas da região se tornariam intermunicipais e passariam à responsabilidade do estado, com vantagens para os cofres municipais de São Leopoldo e do futuro município de Novo Hamburgo; os centros municipais sempre foram focos de irradiação de progresso para as áreas rurais circunvizinhas, e por isso a disseminação de novos municípios deveria ser encarada como uma vantagem para todo o estado.⁸

Apesar da presença de um representante do próprio Borges de Medeiros, a reunião transcorreu muito tensa. Kroeff afirmou que João Corrêa, intendente de São Leopoldo, se comprometera formalmente com a emancipação do 2º Distrito. Como fossem levantadas dúvidas sobre essa afirmação, Kroeff enfatizou que, se Corrêa pudesse provar o contrário, ele, Kroeff, entregaria seu diploma de deputado

⁷ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 12 e 16 de setembro de 1925; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 de setembro de 1925; Petry, Leopoldo. *A emancipação de Novo Hamburgo: análise do “parecer” aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas*. Novo Hamburgo: Typographia de Hans Behrend, 1925, p. 3-4.

⁸ Petry, *ibid.*, p. 4-6.

estadual, e se retiraria da vida pública. Alberto Bins informou que Borges considerava justa a pretendida emancipação, mas que ele estava ali, como seu representante, para ouvir também o outro lado.⁹

Como também essa reunião acabou não levando a qualquer acordo ou avanço para uma solução negociada, restou o caminho legal, com a formalização do processo, isto é, o movimento emancipacionista de Novo Hamburgo entregaria um pedido à Câmara, para que esta se pronunciasse. Pouco depois, esse pedido formal foi entregue, e encaminhado à Comissão de Petições e Reclamações do Conselho Municipal, para um parecer.¹⁰ O parecer dessa comissão, com mais de sete páginas em sua versão impressa, se pronunciou *contra* a emancipação, apresentando razões de ordem *geográfica, administrativa, financeira, política e etnológica*, rebatendo ainda a proposta de recurso ao plebiscito como instrumento para solucionar a questão.

Quanto às razões de ordem *geográfica*, argumentou que São Leopoldo já era um município relativamente pequeno no contexto gaúcho, que tinha uma forma retangular, cuja sede ficava na parte sul desse território, e que a sede da área que buscava a emancipação se localizava perto desse ponto. A sede de São Leopoldo teria um *hinterland* pouco significativo, constituído apenas pelos distritos de Lomba Grande e Sapucaia, enquanto para além de Novo Hamburgo se estenderiam os férteis distritos de Bom Jardim/Estância Velha, Dois Irmãos, Sapiranga, Boa Vista do Herval e Joaneta. Assim, o município-mãe ficaria muito prejudicado com a perda dessas áreas relativamente ricas, e, provavelmente, sem condições de sobreviver.

Quanto às razões de ordem *administrativa*, o parecer destacou que São Leopoldo, em seu formato e em suas dimensões existentes, não apresentava problemas significativos, entre outras razões, por causa da pequena extensão territorial. Uma divisão, porém, poderia trazê-los consigo, pelo inevitável crescimento do número de funcionários exigidos por duas administrações paralelas dentro do atual território uno.

Quanto às razões de ordem *financeira*, acentuou-se a boa situação do município de São Leopoldo, a qual lhe teria garantido gozar de grande crédito, possibilitando-lhe lançar mão de significativos empréstimos necessários para as grandes obras de saneamento e de produção de energia elétrica em curso, naquele momento (referência à construção da hidráulica e ao projeto de construção da usina hidrelétrica da Toca, no município de São Francisco de Paula). Mas a própria circulação dos boatos sobre a desanexação, ultimamente, teria dificultado o levantamento de novos empréstimos. Uma inadimplência decorrente da separação seria desastrosa. A manutenção da situação atual e a execução das obras iniciadas, no entanto, trariam benefícios futuros, em especial para o 2º Distrito.

⁹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 de setembro de 1925.

¹⁰ Ata da reunião do Conselho Municipal de 19 de setembro de 1925.

O parecer dedicou a maior parte do seu espaço àquilo que chamou de aspectos *políticos* do movimento de emancipação. O memorial, pedindo a separação, teria sido encaminhado por iniciativa do deputado Jacob Kroeff Neto, o qual, juntamente com Pedro Adams Filho, seria o líder do movimento emancipacionista. Mas em Novo Hamburgo haveria um importante grupo, dentro do próprio Partido Republicano, que se oporia a esses dois políticos. Kroeff seria um eterno encenqueiro, que teria sido o “coveiro de todos os intendentes” de São Leopoldo, pois responsável pela saída de Guilherme Gaelzer Neto, em 1916, e pelas renúncias de Gabriel Azambuja Fortuna e Mansueto Bernardi, em 1919 e 1923, respectivamente. E tão logo João Corrêa assumiu, em 1924, desencadeou – também contra este – a campanha pela emancipação de Novo Hamburgo. Além disso, os pareceristas teceram considerações extensas sobre o abaixo assinado, onde constariam nomes de pessoas que não seriam eleitores, e até de gente declarada incapaz.

Naquilo que tange às razões de ordem *etnológica* contra a emancipação, as considerações foram relativamente breves, mas foram aquelas que, posteriormente, despertaram as reações mais indignadas. O parecer dizia que a colonização alemã teria iniciado em São Leopoldo, e a sede, entretantes, teria perdido seu caráter alemão; em Novo Hamburgo, no entanto, o processo de assimilação ainda não estaria concluído, motivo pelo qual a manutenção do vínculo com São Leopoldo viria ao encontro dos próprios interesses do 2º Distrito, para acelerar sua “nacionalização” ou seu “abrasileiramento”.

Por fim, o parecer ainda teceu considerações sobre o plebiscito como caminho para a solução da questão. Essa alternativa também foi rechaçada, porque levaria as duas facções a tentar desmoralizar-se mutuamente, com graves consequências para o partido e para a ordem pública; e, independente do resultado, potencializaria os conflitos. Além disso, o recurso ao plebiscito abriria perigoso precedente, pois, no futuro, qualquer demanda não atendida levaria os demandantes a pleitear esse tipo de consulta.

Quando o parecer foi posto em votação, somente o conselheiro Pedro Adams Filho foi contra, declarando-se “pela emancipação de Novo Hamburgo, contra o parecer, mas de acordo com o egrégio chefe Dr. Borges de Medeiros, que a julga justa e oportuna”. Os demais conselheiros votaram a favor do parecer, e, portanto, contra a emancipação.¹¹ O clima reinante na Câmara contra os emancipacionistas pode ser aferido pelo fato de que o conselheiro Frederico Aldolpho Moog pediu a palavra para, “diante da campanha de difamação contra a administração municipal por parte de certa imprensa, se consignasse em ata um voto de inteira solidariedade ao intendente, coronel João Corrêa Ferreira da Silva”.¹²

¹¹ A íntegra do parecer está impressa em Petry, *A emancipação...*, p. 6-14.

¹² Ata da reunião do Conselho Municipal de 25 de setembro de 1925. A ata registra a aprovação dessa moção por unanimidade, o que faz pressupor que também Pedro Adams Filho tenha votado a favor.

Tanto o jornal *Deutsche Post*, de São Leopoldo, quanto os principais jornais de Porto Alegre, no dia seguinte, trouxeram notícias sobre a agitação que a decisão do Conselho leopoldense causou.¹³ Mas o jornal local imaginava que, de então em diante, se iniciaria nova etapa no processo, e que, de fato, a discussão ficaria mais ou menos adormecida até a próxima troca na administração municipal, isto é, em 1928, quando a separação, provavelmente, se tornaria inevitável. Enquanto isso, o jornal propunha que se encontrasse um caminho de conciliação. Esta não teria sido possível, desta vez, porque os emancipacionistas teriam escolhido o caminho errado, ao politizarem o tema, sobretudo com suas referências a supostas pressões vindas de cima, leia-se: Borges de Medeiros. De fato, Borges seria favorável à separação, mas Corrêa também não seria contra – e, por isso, ambos se teriam mantido distantes da controvérsia. Se o Conselho se pronunciou incisivamente contra, foi, em grande parte, por causa das provocações que sofreu, pois na primeira reunião, em 14 de setembro, Kroeff teria ameaçado explicitamente com a intervenção do presidente do estado.¹⁴

Apesar de as razões de ordem *etnológica* terem ocupado apenas poucas linhas no parecer da Câmara de Vereadores, foram elas que despertaram as reações mais raivosas entre os emancipacionistas de Novo Hamburgo e seus aliados. O parecer fora apresentado no dia 25 de setembro de 1925, e já no dia 27 foi encaminhado ao Conselho um veemente protesto, assinado por 149 comerciantes e industriais do 2º Distrito, contra esse item do documento. O texto acusava os conselheiros de “crassa ignorância”, de sedução “por paixões estranhas ao assunto” e de conseqüente “incapacidade para desempenhar os honrosos mandatos de que se acham investidos”.¹⁵

Ninguém tinha dúvidas de que elas haviam sido colocadas no parecer justamente como um desafio, como provocação ao deputado Jacob Kroeff Neto, que em muitas oportunidades do passado havia dado vazão àquilo que se costumava chamar de manifestações “nativistas”, ao denunciar que, em São Leopoldo, certas pessoas ou instituições se mantinham muito germânicas e, portanto, antibrasileiras. Como se sabe, uma instituição que cultivava a “germanidade” como um fim programático era o Sínodo Riograndense, a principal organização eclesiástica dos luteranos no Estado. E já que os três principais líderes emancipacionistas eram católicos, transparecem aqui elementos de confronto religioso que também se manifestaram nesse processo. Dessa forma, o jornal católico *Deutsches Volksblatt*, editado em Porto Alegre, fez o seguinte comentário sobre as razões de ordem *etnológica* apresentadas no parecer: “assinar uma agressão tão frívola, gerada pelo

¹³ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 26 de setembro de 1925.

¹⁴ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 3 de outubro de 1925. Apesar de esse comentário ter sido apresentado como colaboração de um leitor, uma nota do jornal diz que o endossava, em termos gerais.

¹⁵ Petry, *A emancipação...*, p. 26-28; *Deutsche Post*, São Leopoldo, 7 de outubro de 1925.

nativismo e pelo fanatismo de raça contra o próprio sangue e a própria carne, é mais do que estranho”.¹⁶ Essa observação mostra muito claramente que o confronto dentro do próprio grupo étnico ficou reforçado pela inclusão de elementos religiosos.

Esse episódio – cabe recordar – ocorreu em setembro de 1925. Como já havia feito antes, o principal jornal de São Leopoldo, a *Deutsche Post*, de outubro do citado ano até janeiro de 1926, colocou suas páginas à disposição para novo debate sobre o assunto. Entre as considerações apresentadas nessa nova rodada de debates, merece destaque aquela sobre as dívidas de São Leopoldo, porque dá uma ideia da complexidade da questão. Essas dívidas decorreriam de duas grandes obras públicas iniciadas pela administração João Corrêa: a hidráulica municipal e a usina da Toca. A hidráulica teria beneficiado exclusivamente a população da sede municipal, e, por isso, não caberia qualquer ônus a Novo Hamburgo, mas as obras da Toca viriam a beneficiar, no futuro, tanto São Leopoldo quanto Novo Hamburgo, e, neste caso, este último deveria assumir parte da dívida. Simultaneamente ao debate, a administração de São Leopoldo procurou tomar algumas medidas para tentar diminuir a insatisfação reinante em Novo Hamburgo: em novembro de 1925 foi anunciada a compra de um terreno para depósito de resíduos fecais e de 1.000 recipientes, e o início do serviço foi prometido para 1º de janeiro de 1926, quando efetivamente teria iniciado.¹⁷

Nada, porém, modificou a disposição dos emancipacionistas. Uma figura de destaque entre eles foi, desde o início, Leopoldo Petry, que se tornaria mais tarde o primeiro intendente eleito do novo município. Em um livreto concluído em 15 de novembro de 1925, procurou apresentar o outro lado da moeda, acusando o parecer dos conselheiros de “inverdades patentes”, de “falta de lógica”, de “ausência de escrúpulos que se patenteia nas ofensas atiradas a uma população ordeira e pacata”, de “mesquinhez, que se revela no fato de serem discutidas questões pessoais nas sessões do Conselho”.

O escrito de Petry seguiu os mesmos passos do parecer, dedicando-se, em primeiro lugar, às razões de ordem *geográfica*. Não vamos seguir sua contra-argumentação, mas apenas referir que mesmo neste ponto transparece a indignação com as razões *etnológicas*, porque no parecer foram utilizadas – certamente, com intenções provocativas – as antigas denominações em língua alemã para várias localidades situadas ao norte de Novo Hamburgo (Berghaner-Schneis, Baumschneis, Kaffeschneis, Teewald, Leonerhof). Por isso, Petry indignou-se, afirmando que há meio século todas essas localidades possuíam nomes oficiais em português, que teriam sido ostensivamente desprezados por aqueles que atribuíram carência de brasilidade à população novo-hamburguesa.

¹⁶ *Deutsches Volksblatt*, Porto Alegre, 26 de setembro de 1925.

¹⁷ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 11 de novembro de 1925 e 9 de janeiro de 1926.

Vamos também desconsiderar os comentários sobre as razões *administrativas* e *financeiras*, e concentrar-nos no fato de que se no parecer as razões *etnológicas* ocupavam apenas nove linhas, elas ocupam o maior espaço entre todas dentro da análise de Petry. Segundo ele, nesse ponto não se trataria de uma questão material, mas da dignidade dos cidadãos de Novo Hamburgo. “Que tivessem negado o pedido de separação é admissível, mas que tivessem aproveitado o ensejo para insultar, em documento público, uma população honesta e laboriosa, isso excede tudo quanto até agora, em matéria política e administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul se tem observado”.

Depois, passou a fazer troça com a informação histórica supostamente errada de que a cidade de São Leopoldo teria sido o ponto em que iniciou a colonização, a qual, de fato, teria iniciado em Feitoria Velha. Mais adiante, fez uma defesa veemente do patriotismo dos novo-hamburgueses, patriotismo que estaria configurado na sua imensa dedicação ao trabalho em benefício do Brasil. Num *post scriptum* acrescentou que um pronunciamento recente (de 15 de outubro de 1925) do presidente do Conselho Municipal de São Leopoldo, na Sociedade Ginástica, fornecer-lhe-ia munição expressa contra o parecer: como presidente da referida sociedade, teria afirmado, na oportunidade, que, durante a Primeira Guerra, quando foi restringida a utilização do alemão em público, preferiu-se fechar a instituição esportiva e recreativa a sacrificar o idioma alemão. Essa fala por si só tornaria supérfluo qualquer comentário sobre as razões “etnológicas” alegadas pelo parecer do Conselho contra a população de Novo Hamburgo.

A negativa do parecer em admitir o plebiscito para resolver a questão foi apontada por Petry como volta ao absolutismo. Aproveitou o contexto para criticar que o parecer do Conselho em nenhum momento invocava qualquer dispositivo legal para embasar suas posições. Inclusive lhe negou competência, no presente caso, por considerar que, naquilo que se refere ao parágrafo 16º do Art. 20 da Constituição Estadual, não se trataria de mudar os limites de dois municípios já existentes, mas da criação de um município novo, situação em que ainda não existem os “*respectivos* Conselhos” (plural!), mas apenas um. Insistiu que a criação de novos municípios caberia ao Presidente do Estado, já que o parágrafo 15º do mesmo Art. 20 estabelecia como uma de suas atribuições a “divisão judiciária e civil”, e o parágrafo 2º do Art. 62 atribuía ao presidente a extinção de municípios inviáveis. A dedução lógica seria a de que, se o Presidente tem competência para suprimir municípios, a teria muito mais para criá-los.

Entre o final de janeiro e agosto de 1926, pouco se ouviu falar da emancipação – ao menos na imprensa. Mas as referências às razões *etnológicas* no parecer da Câmara podem ter favorecido os emancipacionistas, que, até então, parecem ter sido quase todos do Partido Republicano e predominantemente católicos. Agora, foi possível trazer oposicionistas federalistas e também luteranos para apoiar o movimento. Como consequência, no dia 16 de junho, realizou-se uma reunião entre

o republicano e católico Jacob Kroeff Neto e o federalista e luterano Guilherme Ludwig. Tudo indica que essa aproximação foi facilitada pelo fato de que Kroeff casara, em segundas núpcias, com uma irmã de Ludwig. Chegaram a um acordo básico: caso a emancipação viesse a concretizar-se, o primeiro indicaria o candidato a intendente e o segundo o candidato a vice-intendente, devendo a escolha recair, de preferência, sobre cidadãos nascidos no Distrito, mas, caso não se encontrassem candidatos que satisfizessem essa condição, os indicados deveriam ser residentes há, no mínimo, três anos. Quanto aos candidatos ao Conselho Municipal, cada um indicaria quatro nomes, e um nono candidato sairia de um acordo a ser estabelecido quando a emancipação se efetivasse.¹⁸

Esse acordo deu origem a uma Liga Pró-Emancipação, que obteve uma audiência com Borges de Medeiros, em 14 de agosto de 1926, durante a qual se decidiu que se recorreria ao plebiscito para solucionar a pendenga. Seguiu-se uma reunião na Associação Comercial de Novo Hamburgo, em 16 de agosto, para preparar uma grande reunião pública destinada a organizar o plebiscito, cuidando em especial da qualificação de eleitores.¹⁹ A grande reunião popular aconteceu no Cinema Carlos Gomes, no dia 20 de agosto, onde se comunicou que Borges de Medeiros prometeu para breve uma solução. O resultado concreto da reunião foi a criação de comissões para proceder à qualificação de eleitores para o plebiscito.²⁰

Enquanto isso, num novo ato que deve ter sido sentido como provocação, em 9 de agosto, o intendente de São Leopoldo, João Corrêa, assinou o ato n. 126, baseado no Art. 8, n. 18 da Lei Orgânica do município, criando o 10º Distrito – Campo Bom –, com território até então pertencente ao 2º Distrito, Novo Hamburgo. Como justificativa, apresentou a importância comercial que Campo Bom vinha tendo, que a renda era superior a de outros distritos, que haveria facilidades administrativas e fiscais, e que haveria um pedido de moradores nesse sentido.²¹

Em novembro, noticiou-se que os trabalhos de qualificação de eleitores, em Novo Hamburgo, estavam em pleno andamento e que se esperava habilitar 309 novos eleitores²², e, em 8 de janeiro de 1927, uma comissão da Liga Pró-Emancipação teve nova audiência com Borges, entregando-lhe um documento, assinado por 900 pessoas, peticionando a emancipação. Os argumentos pouco haviam mudado em relação à petição encaminhada ao Conselho de São Leopoldo, em 1925.²³

Apesar das notícias sobre a qualificação de eleitores para um plebiscito, na virada de 1926 para 1927, esse tema desaparece do noticiário, aparecendo, no mês

¹⁸ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 22 de julho de 1927. De fato, Novo Hamburgo acabou não tendo nove, mas apenas sete conselheiros.

¹⁹ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 18 de agosto de 1926.

²⁰ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 25 de agosto de 1926.

²¹ *Relatório 1927, apresentado ao Conselho Municipal de São Leopoldo*. São Leopoldo: Rotermund, 1927, p. 55.

²² *Deutsche Post*, São Leopoldo, 3 de novembro de 1926.

²³ *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 10 de janeiro de 1927; *Deutsche Post*, São Leopoldo, 12 de janeiro de 1927.

de março, manifestações de ansiedade pela emancipação supostamente prometida por Borges para este mês.²⁴ Em 11 de março, teria havido mais uma reunião dos conselheiros com um representante do governo estadual, na casa do intendente João Corrêa. Os conselheiros teriam reafirmado sua posição de setembro de 1925 contra a emancipação; e quando o representante de Borges teria sugerido que renunciassem, “para não embarçarem a realização daquele desideratum”, teriam repellido essa solução, afirmando que não poderiam abrir mão do mandato que lhes fora confiado pelo voto.²⁵ No dia 15, o *Correio do Povo* publicou uma nota emoldurada, de Novo Hamburgo, dizendo que a atitude dos conselheiros era esperada, mas que no distrito se tinha a certeza de que Borges daria em breve a emancipação, de qualquer jeito.

No dia 17, João Corrêa teve uma reunião com Borges, e no dia seguinte nova reunião com o Conselho.²⁶ Em 20 de março, o jornal católico *Deutsches Volksblatt* noticiou que um representante de João Corrêa teria apresentado, no dia anterior, à Liga Pró-Emancipação uma proposta de atendimento de uma série de reivindicações, em troca da retirada da petição encaminhada a Borges, em janeiro – informação que também foi registrada pelo *Correio do Povo* no dia seguinte, acentuando que se tratava de “pessoa de destaque político”. No dia 21, *Deutsches Volksblatt* identificou esse emissário como sendo Ernst Rotermund, vice-presidente do Conselho Municipal e um dos proprietários da *Deutsche Post*, destacando o fracasso da nova iniciativa. Nesse mesmo dia 21, *Deutsche Post* publicou uma declaração de Rotermund em que admitia ter feito uma visita a Novo Hamburgo, não como “pessoa de destaque político” – e, portanto, não como conselheiro municipal em exercício nem como emissário de João Corrêa –, mas em caráter estritamente pessoal, porque sabia que para muita gente de Novo Hamburgo o problema se situava muito menos no nível de uma separação política e muito mais numa ampliação da participação nas decisões administrativas. Lamentou que a promessa de discrição não fora cumprida. Segundo nota publicada pelo *Correio do Povo* sobre o assunto, essa proposta teria sido negociada por Corrêa com Borges, e seu ponto básico se referia à promessa de que parte da arrecadação feita no 2º Distrito seria retida em Novo Hamburgo, e administrada por uma comissão local.

Diante do fracasso desta última tentativa por uma solução conciliadora através da missão Rotermund, Borges fez um esforço final, e convocou para Porto Alegre os conselheiros de São Leopoldo, para uma conversa direta, tendo se encontrado com seis deles, no dia 22. Apesar de o *Correio do Povo*, em sua edição de 23, ter previsto que “a maioria do Conselho capitulará ante a vontade do Presidente do Estado e que o novo município será criado ainda este mês”, sua edição do dia

²⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de março de 1927.

²⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de março de 1927.

²⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de março de 1927.

seguinte noticiou que os conselheiros se haviam mantido firmes na sua negativa contra a emancipação, e que, por consequência, agora, não restava outra alternativa a não ser Borges criar o município, à revelia do Conselho. Diante dessa nova negativa, o *Diário de Notícias*, jornal controlado pela oposição federalista, comentou que pela primeira vez na história republicana o Conselho de um município gaúcho ousara enfrentar o Presidente do estado.

Iniciou-se então uma guerra de nervos: surgiram boatos de que Borges teria escolhido um “estrangeiro”, um político de fora de Novo Hamburgo, para administrar o município a ser criado, tendo sido citado o nome do sergipano Odon Cavalcante, intendente de São Francisco de Paula, o que, segundo *Deutsche Post*, constituiria um desastre.²⁷ A seguir, noticiou-se que mais de 40 pessoas teriam pleiteado o cargo a Borges.²⁸ Correram boatos de que a ameaça de receber um intendente de fora teria levado muitos emancipacionistas a mudar de ideia.²⁹ Juristas de renome foram chamados a dar parecer sobre a possibilidade ou não de Borges decretar a separação sem o consentimento do Conselho.³⁰ No dia 4 de abril, o secretário particular de Borges, Alceu Barbedo, fez uma viagem a Novo Hamburgo, tendo na volta feito uma parada em São Leopoldo.³¹ Entrementes, João Corrêa adocera e se licenciara do cargo.³²

Em 5 de abril, veio o desfecho. Borges de Medeiros assinou o decreto n. 3.818 que criou o município de Novo Hamburgo. As justificativas apresentadas nos “considerandos” do decreto foram quatro: dois terços dos eleitores do 2º Distrito pediram; a população era de 8.500 habitantes, a área de 65 km², com 1.438 prédios na sede, bom comércio e boa agricultura, produção que em 1925 contribuiu com 300:000\$000 para os cofres municipais; São Leopoldo será pouco afetado com a separação, que ficou restrita a Novo Hamburgo, ficando com 41.820 habitantes e 1.198 km²; a criação do novo município não alterará os limites externos de São Leopoldo com outros municípios, já que o novo município ficaria enquistado dentro do município-mãe.

O decreto ainda determinava que o novo município teria sete conselheiros, e, enquanto o Conselho local ainda a ser eleito não tivesse elaborado uma lei orgânica própria, continuaria vigorando a de São Leopoldo. Além disso, São Leopoldo transferiria para Novo Hamburgo a dívida de seus contribuintes e os bens, enquanto

²⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 de março de 1927; *Deutsche Post*, São Leopoldo, 26 de março de 1927. Sobre Odon Cavalcante Carneiro Monteiro, cf. Fontoura, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 86, 159 e 471. Nasceu em 18 de janeiro de 1884 e veio a casar com Maria Ilsa Kroeff, sobrinha de Jacob Kroeff Neto. Não foi possível estabelecer a data do casamento; Maria Ilsa nasceu em 21 de julho de 1906.

²⁸ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 20 de abril de 1927.

²⁹ *Der Wegweiser*, Porto Alegre, 31 de março de 1927.

³⁰ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 30 de março de 1927.

³¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 de abril de 1927.

³² *Deutsche Post*, São Leopoldo, 6 de abril de 1927.

o novo município pagaria a quota proporcional aos habitantes da dívida passiva mediante forma a ser acertada entre as duas administrações municipais.³³ O decreto estabeleceu, ainda, que Novo Hamburgo seria administrado, interinamente, por Jacob Kroeff Neto, até que, dentro de 60 dias, se realizassem eleições para intendente e conselheiros.

A parte hilariante do decreto ficou por conta do preceito constitucional invocado como base para o ato. Esperava-se que a emancipação se desse com base no parágrafo 16 do Art. 20 da Constituição Estadual, que estabelecia a concordância dos Conselhos para a alteração de limites municipais. No entanto, o decreto invocou o parágrafo 23 do mesmo artigo, o qual estabelecia a competência do Presidente do Estado para “conceder aposentadorias, jubilações e reformas, somente nos casos de invalidez em serviços do Estado”.

A criação do novo município, porém, não encerrou a polêmica entre leopoldenses e novo-hamburgueses. Isso fica muito claro no noticiário dos jornais dos Partidos Republicanos dos dois municípios, *União*, de São Leopoldo, e *O 5 de Abril*, de Novo Hamburgo.³⁴ Assim, *O 5 de Abril* de 20 de maio de 1927 comentou o velho parecer do Conselho de São Leopoldo sobre a desanexação e criticou o prolongamento do caso: “Lamentamos sinceramente que os nossos esforços no sentido de restabelecer a paz e harmonia entre os dois municípios não tenham encontrado eco nos homens públicos da bela cidadezinha da margem do Rio dos Sinos”. “Estendemos a mão para a paz, mas sendo repelida, com o nosso ardor entraremos na luta, não para atacar, mas em defesa da verdade e da justiça”. Rebateu as acusações dos republicanos leopoldenses de que Novo Hamburgo iria cair nas mãos da oposição federalista, dizendo que essa oposição crescera justamente por causa do descaso de São Leopoldo. As brigas também continuaram no campo administrativo, pois Novo Hamburgo dependia da energia elétrica produzida por São Leopoldo.³⁵

Independente da longa controvérsia em torno da questão da energia, o bate-boca entre os políticos de São Leopoldo e de Novo Hamburgo perdurou por muito tempo. *O 5 de Abril* de 15 de julho de 1927 disse que “os nossos colegas da *União* [de São Leopoldo] são muito boa gente, porém, a gramática por eles adotada não combina com a nossa e me parece que por isso que não nos entendemos”. Em 12 de agosto, o mesmo jornal investiu contra a *Deutsche Post*, porque esta teria criticado o investimento feito no ajardinamento da Praça 14 de Julho, e sugerido que o dinheiro teria sido melhor investido no melhoramento das estradas. “Não nos admira que o

³³ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 6 de maio de 1927.

³⁴ *O 5 de Abril* circulou pela primeira vez em 6 de abril de 1927, e seu nome derivava do dia da assinatura do decreto criando o município.

³⁵ *Deutsche Post*, São Leopoldo, 8 de junho, 5, 6 e 13 de julho, 14 de outubro de 1927; *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 17 e 24 de junho de 1927.

jornal de São Leopoldo procure criticar a nossa administração, pois conhecemos há muito os sentimentos que com relação a Novo Hamburgo o animam”.

Nesse clima, a discussão para um acordo em torno da dívida decorrente do processo de emancipação não estava encerrado em fins de 1928.³⁶ Em março deste ano, a imprensa noticiou que até uma reestruturação judiciária havia sido feita, com o desmembramento de Novo Hamburgo da comarca de São Leopoldo e sua anexação à de Taquara, com enormes prejuízos para os cidadãos.³⁷

Passado um ano da emancipação, o enfrentamento continuava forte. *União* havia feito uma nova observação jocosa sobre a passagem de uma caravana federalista por São Leopoldo, onde não recebera nenhuma atenção especial, mas que havia sido muito bem recebida em Novo Hamburgo, e o próprio jornal *republicano* local teria noticiado a fundação do oposicionista Partido Libertador novo-hamburguense.³⁸ A reação dos redatores de *O 5 de Abril* foi a seguinte, numa matéria intitulada “A nossa vizinhança”: “*União*, órgão republicano da vizinha cidade de São Leopoldo parece querer ‘amolar-nos’ a paciência”.³⁹ A discussão com a *Deutsche Post* também continuou. Em 9 de junho, esta publicara um comentário sobre o abastecimento de energia elétrica em Novo Hamburgo: “Desde o início do mês a Companhia Energia Elétrica Hamburguesa assumiu o fornecimento de luz e energia [em Novo Hamburgo]. Mas, oh pena! Já no dia 7 faltou energia. Por quê? A um pedido de informação veio a resposta de que por causa do feriado *católico* a usina não trabalhava. A famosa ‘Manchester do Brasil’ encontrava-se, portanto, sem energia. Se a coisa começa desse jeito, pode ficar engraçada!”. Comentário de *O 5 de Abril*: “São essas as palavras que o *Deutsche Post* emprega e que novamente vêm demonstrar o alto grau de simpatia para conosco que o anima. Continue assim que vai bem!”.⁴⁰

Como se vê, as rivalidades entre as duas cidades podem ter tido raízes nesse processo de emancipação. De uma maneira mais genérica, esse episódio, porém, mostra que os “alemães” não conviveram, necessariamente, de forma tão pacífica e edificante quanto muita gente gostaria ou quanto muita gente propala.

³⁶ Moelecke, Germano Oscar. *O vale do Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermund, 1978, p. 283-4.

³⁷ *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 21 de março de 1928.

³⁸ Roswithia Weber localizou um impresso humorístico datado de fevereiro de 1925, em São Leopoldo, que, já naquele ano, ironizava a então ainda pretendida emancipação de Novo Hamburgo, através de uma suposta notícia vinda do Rio de Janeiro, segundo a qual o presidente da República teria criado um novo estado denominado Honório Lemes, com que os autores do impresso estavam sugerindo que os federalistas haviam desbancado os republicanos emancipacionistas do 2º Distrito (WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da rota romântica – RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 [tese de doutorado em História], p. 102).

³⁹ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 11 de maio de 1928.

⁴⁰ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 15 e 26 de junho de 1928.

MESA-REDONDA 2
DIÁLOGOS E NOVAS ABORDAGENS I:
IMIGRANTES E INDÍGENAS

**O nativo e o colono: o projeto de modernização
do estado do Rio Grande do Sul**

*Cíntia Régia Rodrigues**

Durante a primeira metade do século XIX, a política oficial para as populações nativas foi incipiente, pois não se encontrou um projeto nacional que pretendesse confirmar aos indígenas seus direitos originários. Neste caso, o reconhecimento de sua cultura e o direito à terra em que viviam.

No Primeiro Reinado (1822-1831), uma Constituição Nacional é outorgada autoritariamente por D. Pedro I, sendo que não se encontra registro algum sobre a questão indígena. Cabe ressaltar que, durante este período, a vida política brasileira esteve em constante contradição, pois não havia um projeto político nacional global, mas sim, uma política que, na prática não alcançava seus propósitos, pois o Estado brasileiro mostrava-se debilitado. Diante deste quadro de contradições, percebe-se então uma obscuridade por parte do governo no trato com o indígena.

Aliados ao total descaso do governo imperial e ao efetivo processo de colonização no Brasil com a chegada dos imigrantes alemães em 1824, os contatos estabelecidos entre colonos e indígenas nem sempre foram amistosos, ocorrendo inúmeros conflitos, sendo que alguns foram apresentados pela historiografia.

Durante o século XIX a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Assim, a questão primordial era a fundiária, a terra passava a ser a principal riqueza, pois, nesse momento, o Estado proporcionava o avanço da sociedade nacional, incentivando as chamadas frentes coloniais. Desta forma, o colono era visto como o responsável por cultivar terras, ao contrário dos indígenas, que eram tidos pelo governo imperial como “selvagens”, incapazes de promover este processo colonizador.

No Período Regencial estrutura-se o Ato Adicional de 1834, criando-se as Assembleias Legislativas Provinciais. Estas passam, portanto, a estabelecer as

*Doutora em História pela UNISINOS. Professora do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX (Grupo Educacional UNINTER).

prerrogativas para os índios de acordo com os problemas locais. Tudo indica que os governos provinciais não tinham interesse com o bem-estar do índio, visto que estavam envolvidos com a própria economia local. Os governos provinciais pretendiam ampliar as frentes de expansão e, assim, a questão de terras era de primordial importância para os planos colonizadores, e os índios, neste sentido, tornavam-se “empecilho” a estes propósitos.

Nos primórdios da segunda metade do século XIX, o Estado elaborou, em 24 de julho de 1845 (decreto n. 426), “*O Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios*” (CUNHA, 1992b, p. 191), “*é o único documento indigenista geral do Império.(...) Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios*” (Idem, p. 11).

Este decreto estabeleceu uma “Diretoria Geral dos Índios” em cada Província do Império, sendo que o cargo de diretor-geral de índios era nomeado diretamente pelo Imperador. Além disso, favorecia a entrada de missionários em cada aldeia de índios, estruturadas a partir desta lei. Este Diretor deveria, entre outras coisas, zelar pelo bem-estar dos indígenas, isto é, defendê-los de possíveis ataques de violências por parte de nacionais. Em última instância, o decreto favorecia o avanço das frentes nacionais, reduzindo o território ocupado por eles. Pode-se acrescentar, ainda, que a estruturação desse documento é um marco de mudança, pois a presença do Estado na questão indígena tornara-se concreta (CUNHA, 1987), a partir desse decreto (nº 426), onde o governo imperial volta a deter o poder de direcionar a política indigenista nacional, visto que anteriormente, desde 1834, isto havia ficado submetido às Províncias.

Outra lei que trouxe consequências aos indígenas, principalmente para os do Rio Grande do Sul, foi a Lei de Terras promulgada em 18 de setembro de 1850, pela qual o governo imperial considerou devolutas todas as terras, portanto vagas para a colonização:

Na verdade a Lei de Terras inaugura uma política agressiva em relação às terras das aldeias: um mês após a sua promulgação, uma decisão do Império manda incorporar aos Próprios Nacionais as terras de aldeias de índios que vivem “dispersos e confundidos na massa da população civilizada”. Ou seja, após ter durante um século favorecido o estabelecimento de estranhos junto ou mesmo dentro das terras das aldeias, o governo usa o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras (CUNHA, 1992b, p. 21).

Nota-se, então, que a sociedade nacional encontrava, na própria Lei de Terras, a regulamentação necessária para o confisco das terras habitadas pelos indígenas, na qual se determinava que os índios em contato com a população nacional perdiam o direito às terras que habitavam, devido a uma suposta assimilação. A Lei de Terras em seu primeiro artigo ressaltava que, “as terras devolutas”, deveriam ser separadas as devidas extensões para a colonização dos índios. Em seu terceiro artigo, define o que se deveria entender por terras devolutas:

- 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional ou provincial ou municipal;
- 2) as que não se acharem sob o domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo geral ou provincial, não incurso em comisso, por falta das condições de medição, confirmação e cultura;
- 3) as que não se acharem dadas por sesmaria ou outras concessões do governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas;
- 4) as que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas (CUNHA, 1987, p. 76).

No período imperial de 1860, o Governo Federal designou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), para tratar sobre assuntos indígenas. O MACOP, com o advento da República é extinto por Deodoro da Fonseca em 1891. Em 20 de novembro de 1889, o Governo Provisório, através do decreto nº 7, estabelecia a competência dos Estados da Federação para “promover a catequese e a civilização dos índios”, o que anteriormente era feito pelas Assembleias Provinciais. Tal competência permaneceu nas mãos dos Estados até 1906, quando, em 29 de dezembro, a Lei 1606 transferiu tais funções para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O MAIC, criado em 1906, órgão que em seu bojo criaria o SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais), formalizando-o em 1910 (LIMA, 1995, p. 101-112).

A partir do processo de construção da República no Brasil, a questão indígena voltou a ficar em evidência. Em função da instauração do regime republicano a discussão em torno da “identidade nacional” e do “projeto nacional” ganhou um novo impulso. Como a nacionalidade volta a ser palco de discussão, a retomada da questão indígena é favorecida.

Neste âmbito, um grupo de pensadores, os positivistas, foi de extrema importância, uma vez que ergueu a bandeira em favor da causa indígena, a partir de seus preceitos. Deste modo, surgiu, a partir do Apostolado Positivista do Brasil, a única proposta encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, em 1891, que pretendia estabelecer os direitos dos índios.

A proposta detém o reconhecimento da soberania indígena, sendo que, neste período, estruturaram-se inúmeros artigos acerca do tema pelos representantes do Apostolado Positivista, dentre eles destaca-se Miguel Lemos, que foi presidente da Igreja Positivista do Brasil (IPB) no período de 11 de maio de 1881 até o seu afastamento que ocorreu em 1903, sendo que então, assume, na qualidade de vice-diretor da IPB, Teixeira Mendes ficando no cargo até o ano de 1927 (PEZAT, 1997).

Os positivistas acreditavam que as nações indígenas eram livres, como quaisquer outras: além disso, para o Apostolado Positivista, os índios eram donos dos territórios que ocupavam. Apesar de toda a campanha dos positivistas em prol dos indígenas, nenhuma de suas prerrogativas foi consolidada na Constituição Federal em 1891, tanto que o índio nem foi citado, assim também na Constituição

regional foram nulas as prerrogativas indígenas. Na lei máxima do país, em seu artigo 64, tratava-se das terras devolutas. Estas poderiam ser repassadas para os Estados federados, desde que fossem reservadas ao governo federal as terras necessárias para a defesa das fronteiras brasileiras. Mas, durante algum tempo, ocorreu uma certa incerteza quanto à aplicação correta deste artigo, uma vez que havia entendimento de que as terras indígenas na sua totalidade haviam passado para as mãos dos Estados. Na verdade, o que passou aos Estados foram as terras devolutas (artigo 64), entre as quais, contavam, desde 1887, as terras dos extintos aldeamentos (CUNHA, 1987, p. 74).

Manuela Carneiro da Cunha, porém, levanta um argumento de que, as terras dos aldeamentos indígenas extintos, ao contrário do artigo 64, não poderiam ser caracterizadas como devolutas:

Aos Estados ficaram as terras devolutas; ora, as terras do “indigenato”, sendo terras congenitamente possuídas, não são devolutas, isto é, são originariamente reservadas, na forma do Alvará de 1 de abril de 1680 e por dedução da própria lei de 1850; as terras reservadas para o “colonato de indígenas” passaram a ser sujeitas às mesmas regras que as “concedidas para o colonato de imigrantes”, salvo as cautelas de orfanato em que se acham os índios (...). (CUNHA, 1987, p. 74).

Devido a essa confusão de ordem jurídica, muitos aldeamentos foram desintegrados e estas terras passaram a ser denominadas devolutas, repassadas aos governos estaduais que, em seguida, vendiam-nas ou utilizavam-nas para assentamento de colonos.

Com o avanço das frentes nacionais e as melhorias nos setores dos transportes e comunicações, não tardaram as inúmeras reclamações por parte de nacionais quanto aos encontros com os índios, principalmente nas construções de linhas ferroviárias, onde os assaltos e morticídios cometidos pelos índios, entre outros, eram frequentes. Estes dois últimos foram amplamente relatados na imprensa sul-rio-grandense, mesmo tratando-se em sua maioria de notícias de fora do Estado.

Como os nativos não tinham seus direitos reconhecidos legalmente, uma vez que a Constituição Federal não fazia menção a eles, os positivistas reivindicavam mudanças nesta situação. Já com um objetivo distinto ao dos positivistas, o diretor do Museu Paulista H. Von Ihering solicitava ao Governo Federal providências, pois acreditava que os indígenas pudessem atrasar o desenvolvimento da civilização.

A partir da efetiva instalação da República, anterior a criação do SPILTN, portanto, o governo federal, organizado em uma federação, delegava aos Estados uma maior autonomia, não estando, porém, totalmente alheio às questões indígenas, mesmo que a maioria dos problemas em relação aos indígenas ainda fossem mais discutidos em níveis estaduais. Cabe ressaltar que todos os Ministérios Federais estiveram envolvidos de alguma forma com os assuntos referentes aos silvícolas, isso se explica devido aos desentendimentos ocorridos na questão fundiária, ligados diretamente à questão indígena. Eram constantes os confrontos entre os colonos e

os indígenas, uma vez que, com o término da escravidão no Brasil, os imigrantes eram os trabalhadores em potencial, sendo que muitos destes adquiriram terras com o governo federal, passando por cima dos índios. Afinal, os indígenas não eram entendidos como trabalhadores em potencial, pois, devido ao seu modo de vida, não estavam preparados para juntarem-se às fileiras da expansão da sociedade nacional, pelo menos até a efetiva instalação do SPILTN.

Constata-se, ainda, que, no pairar do século XX, antes da criação do SPILTN, não havia se concretizado ainda uma política sólida do Estado para com os índios, em nível federal. Mesmo que houvesse uma política de aldeamentos indígenas, esta apenas visava concentrar provisoriamente, os indígenas em espaço restrito, assim liberando novamente as demais áreas para o avanço da sociedade nacional.

A considerada pouca atuação da política federal referente ao indígena apresentada nos primeiros anos republicanos, aliada às constantes reivindicações dos positivistas, desencadearia uma política indigenista oficial que pretendia proteger e ou integrar, os índios frente ao processo de expansão nacional. Esta política foi empreendida por um seguidor de Augusto Comte, o positivista Marechal Rondon.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) é criado em 20 de junho de 1910 pelo decreto nº 8072, estabelecendo uma política em defesa e integração do índio. O SPILTN já fora determinado em 1906, mas efetivado apenas em 1910 (LIMA, 1995, p. 113).

Deve-se ter presente que, em função dos constantes conflitos entre índios e colonos, o governo federal procurou amenizar estes confrontos a partir da efetivação deste órgão e, também, cedendo a setores da sociedade, os positivistas, que protestavam quanto às condições dos indígenas. Conforme Marés (1999, p. 57), com a criação do SPILTN, “o governo republicano deu início a uma nova era nas relações entre o índio e o Estado”.

Os pensamentos que orientavam e sustentavam a nova legislação indigenista de 1910, alicerçavam-se na ideia de que a república brasileira deveria “resgatar as populações indígenas do extermínio a que estavam submetidas, desde os tempos coloniais, e colocá-las sob a sua égide” (GAGLIARDI, 1989, p. 226). Gagliardi ressalta que “o símbolo da nova orientação foi a **substituição da palavra catequese para a palavra proteção**” (GAGLIARDI, 1989, p. 226) (grifo nosso). No entanto, assentar os nativos sob a política indigenista nacional também significava extermínio, não físico, mas cultural.

A partir de Hartog, podem ser feitas considerações acerca da elaboração da política indigenista no país nos primórdios do século XX. O contato de culturas, a europeia e as nativas, estabelece uma situação de civilizado e o “outro”, “a questão da alteridade levanta a da fronteira: onde passa a cesura entre o mesmo e o outro” (HARTOG, 1999, p. 95). Deste modo, as propostas da política oficial para os nativos foram dispostas a partir da “fronteira” (BARTH, 1976, 2000). O Estado Nacional, imbuído de uma visão eurocêntrica, pretende trazer o “outro” para a civilização.

No entanto, devemos chamar a atenção que, interpretando ainda a questão de “fronteira”, utilizamos Sahlins (1997). Reportando-se ao estudo de uma cultura, diz que se entende uma determinada sociedade como um todo, analisando os elementos que fazem parte do seu universo e aqueles integrados, advindos de outras culturas. Aqui fazendo alusão da relação das culturas nativas e do governo federal, alicerçado nas interpretações construídas no contexto nacional sobre a cultura ocidental, estabelecidas desde o primeiro contato das populações nativas com os europeus. Ocorrendo tentativas de subjugar o “outro”, afinal a cultura europeia era portadora da civilização, do desenvolvimento, da evolução. Mas o “outro” em questão era o nativo, também portador de cultura. Então, a fronteira deve aqui ser interpretada como uma linha tênue entre a civilização e a barbárie, o moderno e o primitivo. Percepção essa, porém, em realidade, a fronteira era entre duas sociedades contemporâneas.

Ainda trabalhando com as interpretações do autor citado acima, em relação à cultura, este coloca que: “Não há história sem cultura. E vice-versa, na medida em que, no evento, a cultura não é o que era antes nem o que poderia ter sido” (SAHLINS, 2006; 1990). Sahlins enfatiza que um acontecimento só se torna um evento, e, por conseguinte, história, quando definido pela ordem cultural na qual foi arraigado. Os nativos, mesmo sendo reconhecidos como parte integrante da nação, continuavam a ter suas identidades culturais suprimidas por práticas ou políticas indigenistas¹ que, de alguma forma, desde o período colonial, já eram executadas. Como, no caso, a catequização do índio, praticada, desde o período colonial no Brasil, como uma forma de “amansar” os nativos, com o intuito de assimilá-los à cultura europeia.

Dentro desse contexto de estruturação de uma nova orientação na conjuntura da política em torno da questão dos nativos, como já sinalizado, no país, não era apenas uma alteração de palavras; era, na verdade, uma nova política do Estado Nacional em relação aos nativos, dentro do contexto de modernização empreendido no Brasil nos primórdios do século XX.

Os nativos e os colonos no contexto regional

Tratando-se do período imperial, no Rio Grande do Sul, o objetivo primordial da Província era promover a expansão populacional, uma vez que, desta forma, proporcionaria enquadrá-la dentro do circuito de Províncias aptas a desenvolver-se em todos os aspectos, em níveis regionais e nacionais. Além disso, também havia a preocupação de povoar o território, em função das constantes lutas acerca da região

¹ Lima caracteriza a expressão *política indigenista*, que “designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas” (LIMA, 1995, p. 15).

– entre o império brasileiro e os países platinos, assegurando-se assim a posse do mesmo.

A colonização de origem europeia que se deu no século XIX na Província, proporcionou a ocupação de áreas, entendidas na época como “desocupadas” anteriormente. Os colonos europeus desenvolveram uma economia baseada inicialmente no minifúndio. Estes colonos se estabeleceram mais na região norte da Província, pois, ao sul se concentravam os grandes latifúndios. Já nas últimas décadas do século, a região nordeste também foi colonizada.

Quando se faz uso da expressão áreas “desocupadas”, é necessário ter presente que, nestes locais, havia índios que habitavam estas regiões do Rio Grande do Sul, mas, para o governo estadual, as ditas áreas “desocupadas” deveriam servir para o desenvolvimento econômico do estado. Assim, era mais cômodo tratar as terras habitadas pelos indígenas como “desocupadas”.

As relações entre índios e imigrantes permearam todo o processo de construção da sociedade sul-rio-grandense. Ainda vale contemplar que os índios, mediante o processo oficial de colonização, em 1824, com a chegada dos alemães à Colônia de São Leopoldo e, posteriormente, durante todo o século XIX com a vinda de colonos provenientes de vários países da Europa, são violentamente rechaçados do seu habitat, sendo expulsos de seu espaço e conduzidos aos aldeamentos², a partir de 1845, para facilitar a efetiva colonização das terras “desocupadas”.

Com a Revolução Farroupilha, o processo imigratório é interrompido, retornando com força total, com o término da mesma. Em 1846, dá-se início a prática da política oficial de aldeamentos indígenas no estado. Além disso, ainda havia a necessidade de garantir a presença do Estado na fronteira, impedindo invasões platinas. Também se pretendia evitar os ataques dos índios às estâncias e para com os comerciantes de gado, vindos de São Paulo, bem como aos colonos de origem alemã que, progressivamente, se instalavam na serra do nordeste do Estado.

A partir da obra, Becker (1976), nota-se que se estruturam vários aldeamentos indígenas no Rio Grande do Sul, sendo que ao longo do tempo, alguns desses aldeamentos são extintos, mas quando da criação da Diretoria de Terras e Colonização, em 1908, alguns são retomados, e outros ainda são criados. A autora destaca que os primeiros aldeamentos indígenas fundados, por determinação provincial no Rio Grande do Sul, foram os aldeamentos de Guarita, Nonoai e Campo do Meio, fundados entre 1848-1850. Após, foram surgindo outros aldeamentos como o de Pontão, Santa Izabel, Caseros, Votouro, Cacique Doble, Pinheiro Ralo, Erechim, entre outros.

² A forma de aldeamentos, utilizada pelo governo foi uma prática constante no século XIX, no Rio Grande do Sul para literalmente tirar o índio das terras que deveriam ser usadas, para que o processo de colonização tivesse êxito.

Além dos aldeamentos indígenas oficiais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, também havia os toldos, “que eram tidos como aldeamentos de índios já contatados e que, por uma ou outra razão, não ficavam nos aldeamentos ditos “oficiais” (NONNENMACHER, 1995, p. 43). Mas que, como dissemos, eram atendidos pelo estado.

Havia um número expressivo de indígenas na região norte do Estado, em meados do século XIX, por volta de 2.000 indivíduos. Estes “impediam” o avanço da sociedade nacional, principalmente na região onde habitavam. Quanto à denominação dos indígenas³, a partir de 1822, estes são chamados de *Kaingang*, para identificar todas as populações indígenas do Sul do Brasil que não eram Tupi-Guarani. O objetivo da estruturação de aldeamentos para os indígenas vinha ao encontro do projeto colonizador no Rio Grande do Sul, o discurso da política de aldeamentos era integrar o índio à “civilização”.⁴

Com o final do Segundo Império, em 1889, a política de aldeamentos indígenas também é extinta, e toda a estrutura que estava em torno das aldeias desaparece. Percebe-se que o descaso com o problema indígena, caracterizado em nível nacional anteriormente, em nível estadual também se encontrava ao acaso. Também no Rio Grande do Sul, quando da estruturação da Constituição Estadual em 14 de julho de 1891, os índios não foram mencionados. Cabe lembrar que o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que estava no poder, era seguidor dos ideais positivistas, então seria de esperar que as ideias de Auguste Comte estivessem expressas na Constituição Castilhistas.⁵ Mas, ao contrário, a Lei Estadual sequer informou sobre a existência de populações indígenas no Estado. Este fato pode ser explicado porque havia diversas alianças entre os fazendeiros da região norte do Estado, as frentes coloniais e o governo estadual. Assim, entende-se a ausência dos indígenas na Constituição Estadual, pois o governo não pretendia perder o apoio dos fazendeiros, o que poderia acarretar uma perda de prestígio. Tornou-se, então, mais cômodo “esquecer” os índios.

Desta forma, no âmbito nacional, os positivistas eram os exímios defensores dos direitos indígenas, mas, já no Rio Grande do Sul onde detinham o poder político através do PRR era pouco operante a defesa indígena. Essa situação se modifica,

³ Os “bugres”, antes chamados de “guainás”, eram também conhecidos como “coroados”. Desde o final do século XIX passaram a ser denominados “kaingang” (LAYTANO Apud PEZAT, 1997, p. 250).

⁴ Conforme Nonnenmacher a política de aldeamentos do governo da Província do Rio Grande do Sul acima de tudo pretendia favorecer os interesses econômicos dos colonos e fazendeiros, mesmo porque as reivindicações dos aldeamentos indígenas só eram atendidas quando os índios fugiam dos aldeamentos ou atacavam os brancos, deste modo notamos que esta política dos aldeamentos não pretendia sanear todas as dificuldades encontradas pelos indígenas, como falta de alimentos e os conflitos com brancos e outros grupos indígenas, apenas cooptá-los afim de que não se tornassem empecilho ao avanço da sociedade colonial (NONNENMACHER, 1995, p. 165).

⁵ Constituição elaborada por Julio de Castilhos.

conforme constatamos anteriormente, quando é estruturada a Diretoria de Terras e Colonização no Rio Grande do Sul, em 1908.

O Rio Grande do Sul, no entanto, era um estado distinto dos demais em relação ao trato com os indígenas, nos primeiros vinte anos da República, segundo Ribeiro (1962, p. 1), “só uma unidade da Federação, o Rio Grande do Sul, criaria um serviço de assistência aos índios para substituir a repartição oficial que, no Império, cuidava do problema. Assim os índios do Sul tiveram suas terras asseguradas e um mínimo de assistência”.

Conforme destaca Ribeiro, o Rio Grande do Sul foi o único estado da federação que criou um órgão, que entre outras incumbências era responsável pela questão indígena. A Diretoria de Terras e Colonização, submetida à Secretaria das Obras Públicas, organizou a “Protecção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul”. Esta foi criada em 1908 pelo então Presidente do Estado Carlos Barbosa Gonçalves (COSTA E SILVA, 1968). Este órgão foi, portanto, criado antes da estruturação do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, que se deu em 1910. Para assumir o cargo de chefe do novo órgão, foi convidado o engenheiro Carlos Torres Gonçalves que, desde 1899, já ocupava um cargo na Secretaria das Obras Públicas do Estado.

Sabe-se que tanto o Presidente do Estado quanto Torres Gonçalves seguiam os preceitos de Augusto Comte. Também se tem presente que a referida Diretoria era bastante atuante, pelo menos nos primeiros anos de sua existência. Durante os primeiros anos da década de 1910, Torres Gonçalves procurou demarcar as terras dos 12 toldos⁶ indígenas existentes no Rio Grande do Sul. Os toldos eram os seguintes: toldo do Inhacorá, Guarita, Nonohay e Serrinha (localizados no município de Palmeira das Missões); os toldos de: Fachinal e Caseros (localizados em Lagoa Vermelha), o toldo de Lagoão (localizado em Soledade) e os toldos de: Carreteiro, Ventarra, Erechim, Votouro, e o toldo de Ligeiro (localizados em Passo Fundo). O toldo de Ligeiro era o único que estava submetido diretamente ao SPILTAN.

A Diretoria de Terras e Colonização procurava demarcar as terras indígenas a partir das suas comissões de terras espalhadas pela região norte do estado. O governo estadual viabilizava verbas para o empreendimento das demarcações de terras a fim de manter o controle da demarcação das terras no Estado para que o governo federal não tomasse a frente, devido à eminência da efetiva instalação do SPILTAN.

No caso do Rio Grande do Sul, desenvolveu-se uma política para os nativos, a prática da protecção fraternal, que tinha como função primordial dar condições para que as populações nativas atingissem o estágio positivo da civilização.

⁶ São aldeamentos indígenas assistidos pelo estado do Rio Grande do Sul, sobre os quais o estado era responsável por protegê-los. Informações sobre os toldos podem ser encontradas no AHRGS, no Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

No Estado, a política indigenista foi alicerçada também sob influência de Comte, mas as práticas empreendidas muitas vezes vão se distanciar do ideal positivista, em função do próprio jogo de interesses por trás dessa prática; o Estado Sul-Rio-Grandense, a partir do PRR, pretendia modernizar o Rio Grande do Sul; para tanto, os nativos deveriam rapidamente ser enquadrados à sociedade nacional, contribuindo para o progresso. Mas, é importante salientar que a referida Diretoria tinha outras incumbências, como tratar da questão da imigração no Estado, dar condições para o escoamento da produção agrícola e tratar da questão fundiária. O fio condutor do progresso no Rio Grande do Sul perpassava pela questão de terras, e um dos objetivos principais da referida Diretoria era demarcar as terras, mas isso não era tarefa fácil, tendo em vista os interesses dos latifundiários, que integravam os grupos que estavam no topo das estruturas de poder. Dessa forma, o nativo esteve presente em todo o processo de modernização do Estado, ora “agraciado” pelo ideal positivista, que pretendia integrá-lo à civilização a partir dos ideais comteanos; ora percebido como um empecilho ao progresso, visto seu *status* de primitivo frente ao moderno.

A “Proteção Fraternal” compreende as práticas do Estado Sul-Rio-Grandense para com as populações nativas dentro de um processo de modernização, estabelecido pelo PRR. A proteção dos nativos passa à categoria de rubrica do Estado. Na prática, a proteção fraternal era um mecanismo para “proteger” e inserir o “menor”, o “atrasado”, o primitivo na era do progresso. Concomitantemente ao processo de vinda de colonos, à construção de estradas e ferrovias, a categoria “proteção fraternal” pretendia criar condições para que o nativo não impedisse o avanço das fronteiras da modernização e se tornasse um participante do processo. Também pode ser interpretada como uma tentativa de oferecer um patamar mínimo de sobrevivência ao menor, o cansado, o atrasado, oportunizando ao nativo a possibilidade de reforçar, juntamente com os colonos, o projeto de modernização do Estado. Dessa forma, o nativo e o colono seriam símbolos do progresso. Afinal, eram sociedades contemporâneas.

A DTC tinha uma série de incumbências que perpassavam a questão fundiária no Estado. Durante o período de sua existência, ocorreu um novo processo de colonização que visava à modernização a partir dos ideais positivistas.

A colonização era uma prática necessária, uma vez que proporcionaria, em termos econômicos, a ocupação e a exploração de terras, principalmente na região centro-norte do Estado. A Política de Imigração e Colonização, vinculada às Companhias Colonizadoras no período trabalhado, ocorreu de duas formas: a colonização subsidiada pelo governo e a colonização espontânea ou privada.

A política de imigração, que tinha como finalidade trazer mais braços para o projeto de modernização do Estado, vai por muitas vezes estabelecer imigrantes em áreas antes ocupadas apenas por populações nativas. Isto nos remete à ideia de que tanto o colono quanto o nativo estavam nos planos do Governo Estadual, dentro

do movimento de progresso que estava em marcha. O nativo deveria se adaptar a este novo contexto. Para tanto, são estabelecidas as zonas de contato.

A prática da colonização privada, assim como a oficial, pretendia explorar e ocupar economicamente regiões do Estado, especialmente a região norte. É relevante lembrar que a demarcação de terras para os nativos se dá em larga escala na mesma região norte. Dessa forma, percebem-se possíveis conflitos em torno da questão da terra, uma vez que, como já foi explicitado acima, os nativos não recebiam registro oficial das terras demarcadas.

Além disso, a grande concentração de colonos e nativos na região norte tinha o propósito, a partir da convivência, de proporcionar a evolução do estágio de fetichismo em que se encontravam os nativos ao estágio de civilização. A partir de Brand, a prática de concentração de populações nativas em determinadas áreas pode assinalar o que o autor chamou de “índio *aldeado*”, ou populações nativas aldeadas, “utilizada para caracterizar e distinguir, historicamente, aquelas comunidades ou famílias que já foram submetidas ao processo de confinamento, em oposição àquelas que ainda resistiam a este processo, ou seja, os *desaldeados*” (BRAND, 1997, p. 06). Este processo também pode ser interpretado como uma prática de tutela do Estado, no caso sul-rio-grandense, para os nativos, tendo como objetivo enquadrar rapidamente os nativos à civilização, pois na região onde se concentravam os toldos havia as colônias e as estradas, símbolos do progresso. Os nativos aldeados teriam acesso à prática da Proteção Fraternal, já os desaldeados não teriam o acompanhamento do governo estadual.

A colonização privada apresentava bons resultados de expansão econômica, em termos agrícolas, mas, de acordo com o relatório de Torres Gonçalves, também oferecia algumas mazelas no que tange à prática de não-integração das populações de imigrantes e nacionais, enquadrando os nativos. Esta situação estava em desacordo com a política estadual, imbuída de preceitos comteanos, a qual pretendia desenvolver a questão social, principalmente tratando da questão indígena, observando que o nativo ainda estava em estado fetichista.

Foram feitos vários investimentos para acomodação dos imigrantes, como a melhoria nos transportes para o deslocamento dos moradores e escoamento da produção agrícola, além do desenvolvimento dos meios de comunicação, a partir da estruturação de núcleos coloniais oficiais. As colônias particulares que, ao contrário das oficiais, encontravam-se mais isoladas, também receberam um grande número de imigrantes.

Em 1913, foi organizado o primeiro plano geral de viação do Rio Grande do Sul, que foi fundamental para a colonização no Estado, pois permitiu a articulação e o incremento dos centros produtores com os centros urbanos. Cabe ressaltar que grande parte dos toldos dos nativos se localizavam em torno da localização do plano geral de viação. Aqui se encontra mais um aspecto que reforça a ideia de que o colono e o nativo seriam a mão-de-obra no processo de construção da modernização no Rio Grande do Sul.

Torres Gonçalves, em relação aos serviços de colonização, realça a complexidade destes: “resulta ela de que o problema não é o simples povoamento da terra, mas o da organização de novas regiões, não só no ponto de vista industrial, mas, sobretudo, no ponto de vista social, destinadas a constituir, em futuro próximo, outros tantos municípios autônomos”⁷.

O diretor da DTC, ao longo de sua gestão, enfatizava a importância de criar um serviço mais sistemático de colonização, uma vez que o Estado possuía uma grande área de mato muito apropriada para a prática da agricultura; além disso, destaca a importância da transferência de terras a particulares para que a explorassem e, acima de tudo, discorre sobre a procura de terras por parte de agricultores advindos da velha colonização do Estado⁸. Imbuído de preceitos positivistas, Torres, em seus escritos, acreditava num formidável progresso do Estado, principalmente no que tange ao desenvolvimento dos núcleos coloniais.

Outra medida elaborada por Torres Gonçalves a partir de toda sua experiência, frente a DTC, em relação à questão de terras do Estado, é a formalização de medidas quanto à demarcação de terras indígenas. Torres, em 1916, elabora as instruções para o Serviço de Proteção aos Indígenas, sendo estas instruções aprovadas em 1917, nas “Instruções para o Serviço Estadual de Proteção aos índios. Pretendia-se fazer com que os índios vivessem com seus próprios recursos, dando-lhes autonomia econômica. Também se percebe o respeito que tinha com as populações nativas. Através desse plano, pretendia-se criar uma atmosfera harmônica e principalmente pacífica entre “civilizados” e “fetichistas”. Mas, não se pode deixar de perceber a ação protecionista do Estado, pois ao lado da demarcação de terras aos nativos também ocorriam os processos de colonização e, concomitantemente, se desenvolviam várias medidas que levariam o Rio Grande do Sul ao progresso, à modernidade, dentro do contexto social que o governo estadual pretendia implantar no Estado.

Em substituição ao regulamento de terras e colonização de 1900, em 1922, Torres Gonçalves cria o Novo Regulamento de Terras e Povoamento, em razão de que o anterior se encontrava defasado dentro deste processo de modernização que acometia o Estado nestes primeiros anos da República Velha Gaúcha. No conteúdo do regulamento, é institucionalizada uma série de medidas que Torres Gonçalves já tentava pôr em prática na Diretoria de Terras e Colonização. Este projeto vai ser calcado sobre a experiência adquirida no período imperial e também elaborado sob a vigência do antigo regulamento de julho de 1900.

Dentro deste projeto de modernização do Estado, em 1925, foram aprovadas as instruções especiais para a execução do **Serviço Florestal**, também proposto

⁷ RELATÓRIO de 27/07/1919. Relatório do director Carlos Torres Gonçalves da Diretoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria...*, 1919, p. 363.

⁸ RELATÓRIO de 09/07/1914. Op. cit., p. 105.

por Torres Gonçalves, e tinha como objetivo impor penalidades ao processo de desmatamento, principalmente no norte do Estado, onde ocorriam abates clandestinos de madeiras e erva-mate. Além disso, as disposições das instruções estabeleciam áreas para implantação do reflorestamento, em um percentual de 25% das terras destinadas à colonização.

A partir das instruções elaboradas pela Diretoria de Terras e Colonização, sobre as questões fundiárias do Estado, observando o mapa do plano de Viação de 1913, e tendo por base a localização dos toldos indígenas, além do ideário positivista que permeava o governo estadual, percebe-se que a constituição dos núcleos coloniais próximos aos toldos visava facilitar a integração e assimilação por parte das populações nativas, através da convivência entre índios e colonos.

Nesse sentido, a modernização no Estado do Rio Grande do Sul mostrou-se incessante, pois várias foram as medidas tomadas para se alcançar o “progresso, a DTC fazia parte de um dos projetos de modernização”. Para Torres Gonçalves, o progresso industrial é o “resultado da ação do homem sobre o Planeta para melhorar as condições materiais de sua sede”⁹. Comte definia indústria como a ação total da Humanidade sobre seu Planeta, para adaptá-lo às precisões humanas crescentes.

E tanto o nativo e o colono foram designados pelo Governo Sul-Rio-Grandense a servirem de instrumento no projeto que objetivava trazer o progresso para o Estado. O colono já era símbolo do moderno, restava dar condições ao nativo, o primitivo, também servir de mão-de-obra na construção da modernização. Nesse sentido, foram reelaboradas as políticas construídas para as populações nativas no Rio Grande do Sul, formuladas desde o século XIX. Agora o nativo era mais um instrumento para concretizar a modernização, dentre outros que faziam parte do conjunto de medidas modernizantes. Sendo assim, os fetichistas deveriam se enquadrar rapidamente à civilização. Era necessário trazer o nativo à modernidade, sendo que ele não era um signo da modernidade; assim, deveria se dar condições para este, através da prática da proteção fraterna fomentada pela Diretoria de Terras e Colonização.

Portanto, a prática da “proteção fraterna”, no Rio Grande do Sul, às populações nativas, a partir do processo de modernização elaborado pelo governo estadual, que tinha como uma das frentes de progresso a Diretoria de Terras e Colonização, esteve condicionada ao próprio contexto político, econômico e social do Estado, relacionando-o ao contexto nacional. Ainda é relevante destacar que a Diretoria de Terras e Colonização desenvolveu a prática da “proteção fraterna” aos nativos do Estado, antecedendo a criação efetiva do SPILTAN, em 1910, pelo governo federal.

⁹ Ver: Algumas notas sobre o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul. In: RELATÓRIO de 31/07/1911. Relatório do director Carlos Torres Gonçalves da Diretoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria...*, 1911, p. 154-174.

Nesse sentido, apresentam-se, ao longo da pesquisa, duas situações acerca do projeto de modernização elaborado pela DTC, no qual os nativos estavam inseridos: a prática da proteção fraterna a partir dos preceitos comteanos, que esbarravam no próprio contexto político e econômico do Estado e as forças que estavam em volta da DTC, que queriam empreender o progresso no Estado; e os próprios interesses dos colonos, que em vários momentos requeriam terras, ditas por eles pertencentes a suas famílias, muitas vezes localizadas nas áreas demarcadas para os nativos.

Observando este contexto, citamos Salhins: “a realidade é um belo lugar para se visitar mas ninguém nunca morou lá” (SAHLINS, 2004, p. 8). As culturas das populações nativas do Estado Sul-Rio-Grandense, quando da elaboração da política indigenista do Estado, não foram levadas em conta, pois estas deveriam se emoldurar aos padrões culturais europeus e ao contexto político e econômico do Rio Grande do Sul. A sociedade europeia e a nativa eram contemporâneas, mas traziam consigo padrões culturais construídos ao longo do tempo; para tanto, o “moderno”, a colonização e o primitivo, o nativo estavam em constante transformação, na concepção de Sahlins. Os padrões culturais produzidos pela sociedade nacional não reinterpretaram os padrões culturais produzidos pelos nativos. Por isso, foi necessário implantar a “Proteção Fraternal” aos nativos para poderem sobreviver.

Referências bibliográficas

- BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BECKER, Itala Irene Basile. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. *Pesquisas Antropológicas*, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 29, p. 45-71, 1976.
- BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista do século XIX*. São Paulo: USP – Comissão Pró-Índio, 1992b.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio – ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz – poder tutelar e indianidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARÉS, Carlos Frederico. Da Tirania à tolerância. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul Frente à Sociedade Brasileira em Expansão (século XIX)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretario d2 Estado João J. Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre / Santa Maria: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo. LP. Barcellos & Cia., 1914, op 037, p. 105, 182-185

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Publicas apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretario de Estado, dos Negócios das Obras Publicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d2 “A Federação”, 1919. op. 054, p. 363.

Relatório do director Carlos Torres Gonçalves da Directoria de Terras e Colonização. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretario d2 Estado Candido José de Godoy, em 08 de setembro de 1911*. Porto Alegre/ Santa Maria: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1911. op. 025, p. 154 174

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1962.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-73, abr. 1997.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAHLINS, Marshall. *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

A questão indígena contemporânea

Um olhar para a América Latina

*Inês Caroline Reichert**

Introdução

Por que eleger a América Latina ao falar do indígena em um contexto de imigração alemã? A proposta que me foi dada desafiava a pensar o Outro, nesse caso, os povos indígenas que integram também a região colonizada pelos imigrantes alemães. Proponho aqui, como um desafio à interculturalidade, que pensemos esse Outro a partir dele, e não do imigrante como referência. Isso implica pensar em um recorte geográfico mais amplo, pois a inserção dos povos indígenas em fronteiras nacionais, estabelecidas pela ocupação e colonização das terras da América do Sul, só é pertinente *a posteriori*, enquanto elemento da história particular desses povos. Essa posição é também fruto de meu trabalho com a questão da Pré-história do Rio Grande do Sul, campo no qual as fronteiras nacionais não constituem sentido algum. Citando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (1992), se algo é parte de algo, é o Brasil, ou o sul do Brasil no caso desse Seminário, que é parte do contexto em que estão os grupos indígenas.

A emergência indígena na América Latina

A questão de se pensar o panorama da América Latina é clara. Os indígenas existem na América Latina e possuem direitos. Ou melhor poderíamos dizer, estão os adquirindo ou conquistando, aos poucos. Nos meios de comunicação em geral, e especialmente pela Internet, os povos indígenas têm apresentado um discurso que fala das raízes mais profundas da nossa história, mas ao mesmo tempo, de temas muito atuais. Falam de Ecologia e reprovam a cultura ocidental, como a apontar o dedo na cara das sociedades nacionais; mostram-se como vítimas da História e constroem possibilidades a partir desse discurso. Se esse é um discurso

*A autora é Licenciada em História, Mestre em Educação pelo PPG Educação da UNISINOS e Especialista em “Educação, Cultura e Diversidade Indígena”, pela Escola Superior de Teologia. É professora Líder do Projeto Múltiplas Leituras, projeto de extensão que trabalha com a questão indígena, na sociedade não-indígena e entre a comunidade kaingang Por Fi, de São Leopoldo. Leciona, entre outras disciplinas, as disciplinas de Pré-história e História do Brasil Colonial.

inventado ou não, não é aqui questão: o foco é que se constitui como um discurso eficaz, pois aglutina os indígenas no campo, os grupos isolados, os jovens indígenas que buscam um sentido para a vida na cidade. Também porque obriga a sociedade não indígena a olhar para o tema, conquistando simpatias. Nesse sentido, talvez a contragosto de muitos atores sociais, como se percebe na mídia, os povos indígenas estão sentados na mesa de negociações, dos mais variados temas: obras, conflitos ambientais, questões culturais. Os indígenas se incorporaram aos fatos sociais e políticos do continente. Cito como emblemática a reunião de representantes indígenas de todo o país com o Presidente Lula e a FUNAI, quando, na abertura da sessão, tocou-se o Hino Nacional Brasileiro em idioma Kayapó. Simbolicamente importante para o que afirmei acima, de que se sentam à mesa para negociar, mas mais ainda, prova incontestável do texto constitucional, de que somos uma nação plural.

Os indígenas aparecem na cena quando a sociedade latinoamericana acreditava que eles iriam acabar. Ainda se viam as luzes do populismo se apagar quando se sepultou a ideia de unir o povo ao Estado. A unidade do povo e da nação em torno de um Estado protetor, articulador das desigualdades, foi um ideário que marcou o século XX. Nesse projeto desenvolvimentista, as diferenças internas tinham que desaparecer, frente à necessária unidade do povo. No Brasil, a cerimônia de queima das bandeiras estaduais, em cerimônia pública durante o período do Estado Novo, insere-se nesse quadro. Também as línguas que falavam as diversas etnias de imigrantes foram proibidas, bem como outras manifestações de suas culturas. No caso dos indígenas da América Latina, foram transformados em camponeses, em migrantes, em caboclos, como no Acre, em que a indianidade foi diluída no tempo do cativo no seringal, no termo genérico e pejorativo de caboclo. Também suas línguas foram proibidas e ficaram reduzidas ao privado de suas cozinhas. O nacional encobriu o étnico, pois no mesmo momento em que a proposta de uma nação única cai por terra, os indígenas foram os primeiros a falar. Estavam silenciosos, mas não esquecidos.

Aqui, pontuarei alguns aspectos sobre o fenômeno da emergência indígena na América Latina nos últimos vinte anos¹.

Discurso Panindígena e identidades que circulam

Um novo discurso étnico está sendo elaborado nos últimos vinte anos e permite que falemos em um movimento cultural “panindigenista”, que abarca desde o sul da América do Sul até o norte. Nos anos 80, começou um lento e silencioso processo de organização indígena. Ligado, muitas vezes, à Educação Popular, e

¹ Esse artigo se baseia, fundamentalmente, nas afirmações pesquisadas por José Bengoa, na obra “A Emergência Indígena”.

aqui no Brasil a um ramo da Antropologia engajada e aos intelectuais da Teologia da Libertação, as organizações indígenas foram adquirindo, de forma crescente, uma consciência étnica. Isso significa a autopercepção de um grupo humano de que possui diferenças culturais profundas com o resto da população, postulando, coletivamente, seu direito em manter essas diferenças, isto é, a não ser assimilado culturalmente.

Assim foi entre os povos do Acre, entre os Kaingang, Guarani ou demais povos indígenas da América Latina. A década de 90, com características locais, vai demonstrar uma emergência indígena em quase todos os países da América Latina. Se a temática étnica não é nova para as sociedades latinoamericanas, está posicionada de uma forma nova, pois congrega novos atores indígenas, organizações étnicas, ações de reivindicação, declarações, enfim, um conjunto de demandas nas quais o caráter indígena aparece como central. O que reforço aqui é que essa demanda combina diversas questões da ordem da cidadania plena com a exigência de respeito pela diversidade cultural e com a gestão da própria especificidade étnica.

Em relação à globalização, frente a um mundo cada vez mais conectado e imbricado, circula uma pergunta óbvia: e tu, quem és? Frente à pergunta por identidade, os indígenas se veem impelidos a iniciar um complexo processo de respostas. Nesse sentido, nem sempre a sabedoria tradicional dá conta da elaboração desse novo discurso sobre a identidade grupal. Esse discurso deve ser também compreensível para os de fora e requer conhecimento de suas chaves culturais, de seus significados, de seus símbolos, ou seja, é preciso saber e compreender o outro, para elaborar discursos que tenham um caminho de ida e volta. Fundamenta-se, em última instância, no que tem sido a tradição identitária da comunidade, ou identidade tradicional. Esse discurso viaja pelas culturas vizinhas, especialmente pela cultura dominante a quem se dirigirá. Ali é reprocessado, adquire uma linguagem nova, diversas entonações e inclusive muda as prioridades como consequência de alianças culturais. Em um terceiro movimento, volta à comunidade, é assumido como um novo discurso e muitas vezes, substitui inclusive o discurso identitário tradicional.

Pode-se perceber, portanto, que a questão indígena na América Latina se coloca em termos de um discurso que se reelabora, em consonância com uma nova realidade vivida pelos povos indígenas. Nesse sentido, para melhor compreensão desses temas, faz-se necessário elencar, ainda que sucintamente, alguns dos elementos que compõem essa “nova realidade”.

A urbanização da população indígena

Na América Latina, em muitos de seus países, pode-se afirmar que a maior parte dos indígenas habita os centros urbanos. “El Alto”, cidade próxima à La paz, é uma cidade aymará de 400 mil pessoas. Lima, no Peru, foi indianizada pela guerra

travada entre o grupo Sendero Luminoso e o Exército Nacional. No Chile, a maioria dos mapuches vive nas cidades, sendo cerca de 750.000 os indígenas urbanos. Citamos também os migrantes indígenas na Califórnia. No Brasil, entre os vários exemplos que poderiam ser citados, mencionamos aqui a situação dos Pankararu², vivendo em São Paulo.

Esses indígenas, originários da aldeia Brejo dos Padres, próximos às margens do Rio São Francisco (sertão de Pernambuco), começaram a migrar para São Paulo a partir de 1950, fugindo da seca, da fome e do conflito com posseiros da terra. Alguns retornaram para suas terras falando da possibilidade de trabalho, principalmente na construção civil, criando, desde então, um fluxo entre os dois estados. Na aldeia permanecem cerca de 6.000 índios que convivem com a dura realidade da ocupação de dois terços de sua terra original por 400 famílias de trabalhadores rurais (aproximadamente 3.600 posseiros, alguns deles vivendo no local há cerca de 200 anos). Na grande São Paulo vivem 1.500 índios, distribuídos pelas regiões periféricas da cidade ou mesmo morando em favelas, principalmente no Real Parque e Paraisópolis.

No Real Parque, em 2003, nasceu a ONG Ação Cultural Indígena Pankararu, que vem lutando pela legitimação da identidade do grupo. Além da rede de parentesco que se instituiu entre esses bairros, ela se realimenta continuamente através das idas e vindas de membros Pankararu de São Paulo às suas aldeias de origem em Pernambuco. Lutam para preservar sua identidade, apesar da proximidade com as frentes ocidentais, representadas pelos posseiros e com os núcleos urbanos a partir do século XX até os dias de hoje. Em qualquer um destes contextos enfrentam preconceito de serem índios, mestiços, nordestinos e pobres. A tensão e os conflitos de outrora foram substituídos ou sobrepostos aos conflitos com a população que forma a sociedade envolvente, seja no ambiente rural ou urbano. Essa também é a situação dos Kaingang em São Leopoldo, e dos muitos Guarani que circulam pelas cidades ou vivem em comunidades urbanas.

Stephen Baines, do Departamento de Antropologia da UNB³, propõe-se a responder à comum pergunta que a sociedade formula, se as aldeias na cidade são positivas ou negativas. Ele afirma que a pergunta é mal-formulada, pois a questão das chamadas aldeias urbanas e indígenas citadinos abrange uma multiplicidade de situações diferentes, com histórias diversas de contato interétnico com as populações regionais, desde situações em que índios foram expulsos das suas terras até outras situações em que índios optaram pela vida na cidade em decorrência da falta de oportunidades de educação e atendimento adequado de saúde nas suas aldeias. Também a pergunta popular quanto a “se consegue preservar a comunidade indígena no contexto da cidade ou se a comunidade é engolida no meio urbano” é,

² Fonte: www.indiosonline.org.br. Acesso em 10/09/2010.

³ Fonte: www.socioambiental.org. Acesso em 10/09/2010

em grande parte, enganadora, baseada no preconceito humilhante de que o indígena pertence à mata e deve permanecer na sua aldeia na mata. A situação dos povos indígenas no Brasil é marcada por preconceitos historicamente enraizados e situações de relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas.

Segundo Baines, poderíamos seguir falando de muitos outros casos que ocorrem com indígenas que vivem nas cidades da América como um todo. O que os exemplos demonstram é que há uma modalidade muito grande de adaptação dos indígenas às cidades. Em algumas partes, é a segregação que predomina, com a formação de guetos e enclaves indígenas urbanos. Em outras, mesclam-se entre as massas urbanas, e em outras, organizam seus próprios territórios (bairros, cidades...). O que é importante destacar, nesse processo, é que os indígenas levam suas culturas às cidades e as reinterpretam. Já não é a cultura indígena campesina, ou da mata, mas outra coisa. Mas isso não significa que o indígena é menos indígena, pois viver na cidade não o obriga a perder a cultura de sua comunidade. Essa se reconstrói como um “segundo texto”, subliminar, mas de melhor qualidade, já que é ele que dá sentido à ação. A vida na cidade seria insuportável se não existisse esse sentido das coisas outorgado pela cultura tradicional reinterpretada.

Sociedades isoladas e os conceitos de autonomia e autoria

No caso da América Latina, um novo ator tem aparecido no cenário da questão indígena nos últimos 25 anos. Trata-se dos indígenas das áreas esquecidas do continente, em especial, do Amazonas, das áreas tropicais, enfim, daqueles que haviam permanecido mais ou menos isolados até os anos setenta. Alguns autores falam que essas áreas foram “áreas de refúgio”, para onde os povos indígenas teriam fugido da conquista e posterior colonização. Mas, a partir dos anos sessenta, começa a expansão comercial, econômica e de múltiplas formas e maneiras, para essas áreas não ocupadas pelo Estado. É o começo das atividades comerciais no Amazonas, depois do final do ciclo da Borracha, com planos de colonização em vários países. Nesse cenário, numerosas experiências de organizações indígenas tiveram um papel central no desenvolvimento de novas perspectivas para a questão indígena na América Latina nos últimos vinte anos. É o caso dos Guarani Chiriguanos do oriente boliviano, que desenvolveram programas educativos autogestionados que são um exemplo para muitos outros povos. E também é o caso do projeto “Uma Experiência de Autoria” (MONTE, 2008), iniciado pela ONG CPI/Acre, entre as diversas etnias do estado do Acre. O projeto se constituiu, a partir do momento em que se inaugura uma interlocução e co-autoria da CPI/AC com os povos indígenas, pela busca da construção de autonomia/autoria do professor, através da autoria de materiais didáticos, permanente avaliação dos materiais e processos educacionais.

Todos esses projetos oportunizaram a emergência de uma dirigência indígena jovem, letrada, que tem marcado o rumo da maioria das reuniões internacionais referidas a assuntos indígenas, com fortes lideranças como Joaquim Mana, dos Kaxinawá do Acre. Esses espaços, através das pesquisas que foram efetivadas pelos próprios indígenas, constituem-se também como um processo de ressignificação de suas culturas. Aqui se poderia incluir, para todos os grupos indígenas, o significado importante do processo da escolarização.

Processos de etnogênese

Nos últimos anos, aumenta o número de populações que passam a reivindicar pública e oficialmente a condição de indígenas no Brasil. Tratam-se de famílias que, miscigenadas e territorialmente espoliadas ao longo do tempo, reencontram, no presente, contextos políticos e históricos favoráveis à retomada de suas identidades indígenas coletivas. O processo não é exclusividade do Brasil, pois casos semelhantes são conhecidos em outros Estados nacionais contemporâneos como, por exemplo, na Bolívia e na Índia. Em nosso país, esse fenômeno surge de modo mais evidente nas últimas décadas, quando as histórias regionais passam a ser reestudadas; os direitos indígenas, mais reconhecidos e respeitados; e as organizações de apoio aos índios se consolidam de forma mais efetiva e passam a ser agentes importantes da causa indígena.

José Maurício Arruti, historiador (UFF), antropólogo (Museu Nacional) e pesquisador associado do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)⁴, faz uma análise dos processos de etnogêneses indígenas que ganharam força no Brasil a partir da década de 1970. Em um levantamento inicial, é possível localizar o registro de mais de cinquenta grupos novos com demandas pelo seu reconhecimento como indígenas. Estão distribuídos por quinze estados da Federação, de norte a sul, mas especialmente concentrados no Nordeste (22 no Ceará e cinco em Alagoas) e Norte (sete no Pará), dos quais se sabe muito pouco além das próprias demandas. As “emergências”, “ressurgimentos” ou “viagens de volta” são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogêneses. Esse é o termo, ainda assim conceitualmente controverso, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos.

Mas é importante enfatizar que, ao falarmos de etnogêneses, estamos nos referindo a um processo social e não a um tipo específico e diferenciado de grupos indígenas. Depois de reconhecidos e plenamente estabelecidos diante do movimento indígena, da sociedade regional e dos órgãos públicos oficiais, tais grupos devem

⁴ Fonte: www.socioambiental.org. Acesso em 10/09/2010.

deixar de ser contabilizados nas listas de grupos emergentes, justamente por terem percorrido o mais ou menos longo, dependendo de cada situação, processo de etnogênese. A tendência a classificá-los em separado, como grupos “emergentes”, “ressurgentes”, “ressurgidos”, ou mesmo “remanescentes”, tem, portanto, o inconveniente de converter categorias criadas para descrever processos sociais e históricos em categorias de identificação, que assim perdem seu dinamismo e sua historicidade, para denotarem uma qualidade ou uma substância. O passo seguinte e o segundo inconveniente seriam considerar que tal qualidade diferenciada os colocaria em uma segunda categoria de índios, justamente de índios de segunda categoria, indígenas que seriam menos indígenas. Na maioria dos casos, a defesa dos recursos territoriais é o estopim para os processos de etnogêneses. Podemos dizer que reetnificação e defesa do meio ambiente são assuntos que pareceram andar de mãos dadas nas últimas décadas. É o encontro fecundo do discurso ambientalista e do discurso indigenista.

O encontro do discurso indígena com o ambientalista

A aparição desse novo setor indígena trouxe consigo conceitos coletivos mais amplos, que não estavam presentes no tradicional léxico da demanda campesino-indígena: território, autogestão, autonomia, e muito particularmente, a relação entre territórios indígenas e meio ambiente. No discurso indigenista dos anos cinquenta e sessenta, a questão ecológica não aparecia. É somente nos anos setenta que se começou a desenvolver um forte discurso ambientalista nos países desenvolvidos. O movimento ecológico surge do desenvolvimento ou do hiperdesenvolvimento. Na década seguinte, em muitas partes do mundo, a preservação do planeta seria uma preocupação muito presente. É, nesse momento, que os dois discursos vão se encontrar, o da ecologia com o do nascente novo indigenismo. Em 1991, em uma importante reunião indígena em Paris, realizou-se uma declaração final para a Conferência Internacional sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Parlamento da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro, em maio de 1992. O documento dessa reunião apresentou os seguintes capítulos: a) Territórios; b) Autodeterminação dos povos; c) Meio ambiente; d) Desenvolvimento.

O encontro desses discursos foi depois consolidado na Reunião da Karioka, também em 1992. Os povos indígenas queriam para a sua sobrevivência cultural a existência de um discurso comum que combinava o cuidado do meio ambiente e das culturas e sociedades que ali vivem. A aparição desse novo ator social no movimento indígena contemporâneo na América Latina é fundamental para compreender os novos discursos étnicos. Podemos dizer que a defesa da terra tem deixado de ser uma luta de recorte agrarista para ser uma luta de sentido ecologista. Esse discurso etnoecologista interpela muito fortemente às sociedades nacionais e aos indígenas, e no nível do discurso, tem constituído em uma força simbólica de

muito peso. Nesse sentido, também se pode entender os frequentes conflitos, envolvendo processos jurídicos, na América Latina como um todo, entre povos indígenas e empresas.

O novo dirigente indígena

O novo dirigente indígena dos anos noventa na América Latina é muitas vezes um migrante urbano, totalmente diferente dos líderes antigos. Recolocou sua identidade em contato com o mundo ocidental. Coursou a universidade, muitas vezes, e participa de encontros em que o discurso pan-indigenista lhe confere uma consciência étnica. Destes lugares, reinterpreta sua cultura de origem. Não tem nenhum objetivo pessoal de integração, pelo contrário, seu objetivo é a diferenciação. É evidente que a força política desse novo dirigente está em ser capaz de manejar todos os códigos ocidentais e, ao mesmo tempo, manejar a distinção, o fato de ser indígena, vestir-se como indígena, pensar, também, como indígena. As novas identidades indígenas, expressas por esses novos dirigentes indígenas, não são as antigas identidades, antes, são recriadas pela leitura desses líderes, a partir da cidade e até mesmo, de fora do país. O dirigente indígena moderno na América Latina maneja, ao mesmo tempo, dois códigos: o da sociedade global e da nova identidade recriada a partir das identidades tradicionais que lhe outorgam sentido e razão às suas reivindicações.

Finalizando

Analisar o que pensam os indígenas, as exigências de seus novos direitos, tem uma dupla dimensão. Por um lado, permite-nos compreender o fenômeno do outro, o caráter do movimento indígena, mas, por outra parte, possibilita-nos analisar o que são e querem ser as sociedades latino-americanas. Além disso, ao proporem uma sociedade multiétnica e multicultural, os indígenas ressignificam a proposta de democratização fundamental para o conjunto da sociedade e do Estado Latino-Americano.

Referência bibliográficas

ARRUTI, José Maurício. www.socioambiental.org Acesso em 10/09/2010

BAINES, Stephen. www.socioambiental.org Acesso em 10/09/2010.

BENGOA, José. *La emergência indígena em America Latina*. Fondo de Cultural Económica, Santiago, Chile.

CASTRO, Eduardo Viveiros de . O campo na selva, visto da praia. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 170-190.

MONTE, Nietta Lindenberg. *Cronistas em viagem e educação indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MESA-REDONDA 3
DIÁLOGOS E NOVAS ABORDAGENS II:
IMIGRANTES E AFRICANOS ESCRAVIZADOS

**Entre a preteza e a brancura brilha
o cruzeiro do sul: associativismo negro
em uma localidade teuto-brasileira**

*Magna Lima Magalhães**

Neste trabalho, apresento, de forma sucinta, algumas reflexões apresentadas em minha tese de doutorado defendida em fevereiro de 2010, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. O estudo versa sobre o associativismo negro. A periodização tem como referência a fundação do Sport Club Cruzeiro do Sul, de 1922 aos anos finais da década de sessenta, período em que ele ainda se configurava como um espaço restrito aos negros. A importância dessa organização reside no fato de ser a primeira associação negra do Vale do Rio dos Sinos (RS), que permanece com suas atividades até os dias atuais. Sua história inicia com sua fundação em Novo Hamburgo, espaço historicamente reconhecido como sendo de colonização europeia.

Outro elemento importante a ser destacado em relação à periodização diz respeito ao cenário de transformações e mudanças, oriundas do avanço urbano e econômico pelo qual a localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo) passou durante o período delimitado, principalmente a partir da emancipação (1927). Frente a isso, poderíamos refletir acerca do clube negro em um cenário de alterações.

Qualificamos o *locus* de nosso estudo – Novo Hamburgo, como um município *teuto-brasileiro*, para demarcarmos que sua demografia e sua história foram marcadas tradicionalmente por forte presença de imigrantes europeus e seus descendentes. Se, como veremos, um discurso que defendia o branqueamento populacional foi amplamente veiculado desde o século XIX, a imigração europeia foi uma das estratégias aplicadas para que esse fim fosse atingido. Além disso, pelo menos desde 1927, uma consistente identidade municipal foi construída, tendo como base a

*Doutora em História pela UNISINOS. Professora de História na FEEVALE.

etnicidade germânica. Entender as fronteiras étnicas numa região desse tipo não pode deixar de fora as variáveis de atribuição de positividade aos herdeiros da *tradição colonial* e de negatividade aos *outros*, aos não-europeus, aos não-brancos.

O associativismo praticado por parte da população negra local possibilitou a organização, a coordenação, bem como a participação nas manifestações lúdicas como o carnaval e o futebol, os quais serviram para socializar e fomentar laços de solidariedade, bem como proporcionar a visibilidade negra.

É relevante destacar ainda o entendimento que vigora neste estudo acerca da categoria negro. As Ciências Sociais, a partir especialmente dos trabalhos de Florestan Fernandes, iniciaram com o uso do termo *negro* em detrimento do emprego do termo *preto* (FIGUEIREDO, 2002). Santos (2003) assevera que os mulatos “sofreram praticamente os mesmos problemas que os negros na concorrência e na sobrevivência dentro de uma democracia dirigida por brancos e para brancos” (SANTOS, 2003, p. 49-50).

O termo *negro*, que, por muito tempo, foi utilizado de forma pejorativa, desqualificando o *outro*, a partir de uma resignificação, passa a ser positivado. De acordo com Telles (2003), é difícil escolher um termo que agregue pardos e pretos. No entanto, a diferenciação é importante, “uma vez que a distinção entre brancos e não-brancos define o principal distanciamento racial entre os brasileiros” (TELLES, 2003, p. 39). Sendo assim, lançamos mão da categoria negro como forma de incluir pardos e pretos, conforme aceitação por parte do movimento negro, da mídia e pelo governo, embora a atribuição negro, no discurso popular, se refira aos pretos (TELLES, 2003, p. 39).

Nossas reflexões acerca da associação negra Cruzeiro do Sul estão arranjasdas da seguinte forma:

Em um primeiro momento, abordamos a democracia racial e o branqueamento em terras teuto-brasileiras. Para alcançar tal objetivo, procuramos discutir a relação entre discurso e práticas em Novo Hamburgo, bem como retomamos importantes autores que discutem e debatem o tema da etnicidade negra e da democracia racial no Brasil. Haja vista a intenção de possibilitar ao leitor um quadro introdutório para pensar sobre questões acerca da presença negra em Novo Hamburgo, especialmente a partir das crônicas publicadas nos periódicos investigados, como por exemplo o jornal “O 5 de Abril”.

Também como forma de discutir os estigmas e a visibilidade negra em Novo Hamburgo, lançamos mãos das ocorrências policiais (Livro de Queixas) que nos remetem a pensar nas práticas sociais de exclusão no cotidiano da espacialidade hamburguense. Ao ler as ocorrências policiais, percebe-se a “cidadania diferenciada” e uma hierarquia social (HOLANDA, 1999) que fundamentava a prática da polícia como instituição reprodutora de uma ideologia. Estabeleciavam-se as marcas de uma sociedade excludente, bem como percepções morais e de juízos de valor nas ocorrências registradas por negros.

As representações dos negros, nos registros pesquisados, mostram, explicitamente ou nas entrelinhas da redação, o peso dos estereótipos, tais como: vadio, desordeiro, sem valor, encrenqueiro, entre outros. A cor (preto, crioulo, misto, mulato) demarcava não só a questão racial, mas estabelecia o lugar do negro na sociedade.

Somado a isso, o registro civil possibilitou aprofundar algumas de nossas reflexões. As certidões de nascimento demonstram que os negros se faziam presentes no cotidiano da cidade e apontam que a invisibilidade pode ser compreendida como a negação de enxergar o outro, apesar de sua existência (LEITE, 1996).

As certidões de nascimento levaram-nos aos outros negros que, necessariamente, não figuravam entre os “transgressores” (indicados nas ocorrências policiais). A partir delas, pudemos ter contato com os negros curtidores, os operários, os sapateiros, os oleiros, os jornaleiros, os agricultores e com as domésticas, entre outros, os quais, apesar de “invisíveis”, ocuparam e construíram diferentes espaços, deixaram suas marcas no cotidiano da cidade de Novo Hamburgo.

Em um segundo momento do estudo, procuramos pensar acerca da cidade “A Manchester Brasileira”¹, a partir de sua autonomia política, fortalece ainda mais a sua economia e investe na urbanização local. Gradativa e paralelamente ao desenvolvimento industrial e urbano, constitui-se a representação de uma cidade *laboriosa e ordeira*.

A memória sobre a região do Vale do Rio dos Sinos enfatiza a “saga da imigração alemã”. As narrativas construídas e oficializadas privilegiam como agentes históricos responsáveis pelo desenvolvimento e pelo progresso da região os imigrantes alemães e seus descendentes. No geral, os discursos estão envoltos pela tessitura do desenvolvimento econômico (WEBER, 2006; NUNES, 2009).

No que concerne a Novo Hamburgo, a representação construída e reforçada no cotidiano, a partir de sua emancipação, respalda-se no “tripé” trabalho, ordem e progresso. Se, em outras cidades da região, como São Leopoldo, forjou-se uma identidade associada à imigração alemã, Novo Hamburgo, ao contrário, edificou uma memória tendo como elementos relevantes a industrialização, o trabalho e o progresso (WEBER, 2006; NUNES, 2009). O imaginário social, constituído paulatinamente, negava o passado destituído de autonomia política, bem como a participação de outros agentes na construção histórica do Vale dos Sinos e de Novo Hamburgo.

No intuito de perceber a presença negra no espaço hamburguense, elaboramos o mapeamento dos territórios negros. Elegemos dois principais territórios negros: o Mistura e o África. Ambos foram identificados a partir das fontes investigadas como espaços de presença negra na localidade.

¹ Novo Hamburgo também ficou conhecida historicamente por “Manchester Brasileira” (Jornal O 5 de abril, 11/01/1946) e “Manchester Rio-Grandense” (Jornal do Comércio, 25/07/1960).

Concordamos com Ana Paula C. Carvalho (2003), que, ao definir espaço, enfatiza a importância das construções, da organização e das inscrições dele. Ou seja, o espaço não é somente materialidade territorial ou um lugar geográfico é, acima de tudo, uma “rede relacional com representações coletivas que permite aos membros de um grupo dar as características” (CARVALHO, 2003, p. 90).

Entendemos que os territórios são espaços delimitados e reconhecidos por iguais, que compartilham experiências vividas, as quais envolvem exclusão, estigmas e estereótipos, assim como solidariedades e sociabilidades. Para além das limitações físicas, o território caracteriza-se por sua “elasticidade”, por suas fronteiras simbólicas e não-físicas; o território é a composição de espaços de pertencimento e de (re) significações.

A partir da leitura e do mapeamento dos “territórios negros” em Novo Hamburgo, procuramos também “conhecer” os trabalhadores negros a partir das certidões de nascimento. Novamente em uma tentativa de visibilizar os negros e suas áreas de ocupação na geografia de Novo Hamburgo, lançamos mão das certidões de nascimento. Acreditamos oportuno ressaltar que investigamos os registros de nascimento a partir de maio de 1929 até janeiro de 1951. Identificamos 327 operários; 124 jornaleiros e 122 curtidores. A atribuição de cor para esses sujeitos varia entre preto e misto, sendo a indicação fenotípica preta a mais expressiva, perfazendo um total de 468.

A cor morena notadamente é atribuída a sujeitos moradores da localidade, mas nascidos em outros municípios, os quais lavraram o registro de nascimento em Novo Hamburgo. Computamos um total de 268 certidões de nascimento relacionadas aos nascimentos fora da localidade teuto-brasileira. Desse total, 110 sujeitos estão indicados pela cor morena.

Em um terceiro momento, apresentamos a Sociedade Cruzeiro do Sul e sua reconstituição histórica. No ano de 1922, nos arrabaldes do primeiro distrito de São Leopoldo, na área periférica conhecida como África, em Novo Hamburgo (RS), um grupo de amigos fundou o Sport Club Cruzeiro do Sul, com a finalidade de reunir sujeitos negros para jogar futebol.

Assim, a partir de um projeto coletivo, surgiu a Associação Esportiva, Beneficente e Cultural denominada de Sociedade Cruzeiro do Sul, em 28 de outubro de 1922, que, a partir de então, tornou-se a responsável pela maioria das atividades de cunho recreativo e social, organizadas por e para negros de Novo Hamburgo e proximidades. A associação solidificou-se ao longo de sua trajetória por ser um espaço agregador de sujeitos negros, formando uma rede relacional para além dos limites da cidade de Novo Hamburgo.

Por essa premissa, lançamos mão do conceito de cultura política, entendendo-a como possibilitadora de tornar o homem comum protagonista em circunstâncias propícias, a partir de variadas estratégias (MARZANO, 2007, p. 375).

Uma rede relacional entre diferentes associações negras procedentes de distintas cidades se configurava. Inserida nesta, o Cruzeiro do Sul exercia (e exerce)

um papel significativo de afirmação e de representação da presença negra na região do Vale do Rio dos Sinos através das mais variadas formas, as quais iam desde momentos de lazer e discussão, a bailes, organização de campeonatos de futebol, entre outros.

Ao reconstituirmos a história da Associação Esportiva, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada no ano de 1922, na região do Vale do Rio dos Sinos (RS), na cidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo, primamos por desvendar a construção e o fortalecimento dessa sociedade em meio a um cenário onde a representação construída cotidianamente negava a visibilidade a *outros* sujeitos históricos, posto que se amparava (e ampara-se) em um imaginário social constituído pela valorização da presença branca, oriunda da imigração europeia, especialmente, de origem germânica.

A fundação de um clube negro na cidade de Novo Hamburgo, antes da sua emancipação (1927), tornava-se significativa mediante a nossa curiosidade de entender a importância desse clube, suas ações e estratégias, além dos elementos relacionados à construção de sua identidade e de seus integrantes.

Para tanto, procuramos trazer à tona, em diferentes momentos, personagens negros que estavam escondidos nas “entrelinhas” dos documentos. Agentes que marcaram a história negra local e que contribuíram para *materializar* a sociedade Cruzeiro do Sul.

Em outros momentos, descortinamos ou abrimos uma “pequena fenda” para pensarmos algumas questões acerca da presença negra no Vale do Rio dos Sinos, como a participação dos sujeitos negros como trabalhadores na cidade *ordeira e laboriosa*. Instigamos algumas discussões sobre a ação e a importância das mulheres negras e sua “intersecção entre dois mundos”, o branco e o negro.

Nosso interesse em configurar o diferencial dos integrantes da Sociedade Cruzeiro do Sul fez com que perseguíssemos alguns personagens e, a partir da sua apresentação, levássemos o leitor a entender o significado de ser um negro cruzeirista. A partir do associativismo, os negros abriram brechas, propuseram negociações, organizaram estratégias como formas de combater a exclusão e a segregação social.

Ao buscarmos pela visibilidade negra no *locus* em estudo, conseguimos perceber a Sociedade Cruzeiro do Sul como um espaço agregador de sujeitos negros, promotora de ações políticas respaldadas na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade e em interesses comuns. Esses elementos serviam de “esteio” para a elaboração de estratégias e negociações, as quais se contrapunham aos estigmas e estereótipos direcionados aos negros na espacialidade da *ordem* e do *labor*. Priorizamos uma reflexão que possibilitasse o descortinar da invisibilidade negra a partir de um projeto social/coletivo (VELHO, 2003).

Ao engendrar ações políticas baseadas principalmente no incentivo das sociabilidades e da integração negra, o Cruzeiro do Sul sincronizava-se com as

discussões de cunho étnico-raciais existentes nos âmbitos nacional, regional e local e, ao mesmo tempo, exercia um papel significativo de afirmação e de representação da presença negra no Vale dos Sinos. Além disso, reiterava uma rede de relações propulsoras de contínuas lutas, as quais cercavam o mito da democracia racial.

A integração, as solidariedades, a discussão dos problemas comuns, as sociabilidades propiciavam a troca e um estranhamento frente às situações impostas no cotidiano. Dessa forma, a partir de um projeto social, o Cruzeiro do Sul evidenciou-se para além dos limites da cidade e da região.

Assim, cabe destacar que a presença de um clube negro, fundado em 1922 e presente até os dias atuais, na cidade de Novo Hamburgo, deu-se a partir da prática social de seus integrantes, envolvidos por uma luta comum, ou seja, a contraposição às marcas estabelecidas a eles, percebidos como *transgressores, sem educação*, como o *povo miúdo*.

O estudo possibilita pensar nos *anonimatos*, nos *silêncios* e nos *esquecimentos* como *rastros* a serem perseguidos como caminho de reflexão acerca da construção histórica local e da presença negra. Nesse sentido, ao apresentarmos ao leitor o “Brilho do Cruzeiro”, também apresentamos as tensões, as escolhas e as incertezas que aguardam o desvelar a partir de outros estudos. Cabe destacar que a pesquisa serve de base para outras tantas como, por exemplo, sobre a história social do trabalho negro na região do Vale do Rio dos Sinos e, especialmente, em Novo Hamburgo.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Ana Paula C. **O planeta dos negros no mundo dos brancos**. Estudo sobre a manutenção/atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra da cidade de Canoas/RS. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2003.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor**. Estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume; Sociedade Brasileira de Instrução; Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. pp.33-53.

MAGALHÃES, Magna L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: Associativismo e identidade negra em uma localidade teuo-brasileira (Novo Hamburgo/RS)**. Tese (Doutorado em História), São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, 2010.

MARZANO, Andréa. Ascensão social, participação política abolicionismo popular na segunda metade do século XIX. In: ABREU, Martha; SOHIET, Raquel; GONTIJO, Rebeca

(org.) **Cultura política e leituras do passado**: Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp.373-394.

NUNES, Margarete F. **O negro no mundo alemão**: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2009.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada**: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed: Universitária, 2003.

SCHEMES, Cláudia. **Pedro Adams Filho**: Empreendedorismo, Indústria Calçadista e Emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935). Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 2006.

SELBACH, Jéferson Francisco. **Novo Hamburgo 1927-1997**: Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 1999.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

WEBER, Roswithia. **Mosaico Identitário**: História, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2006.

A cidade, a diversidade étnico-racial e os jogos da memória*

*Margarete Fagundes Nunes***

Introdução

As chamadas políticas de ações afirmativas¹ para as populações negras e indígenas vêm provocando questionamentos acerca da desigualdade racial/étnica da vida urbana no Brasil. À medida que a sociedade brasileira avança neste debate, muitos temas, que até então eram tratados sob uma perspectiva universalista, passam a ser problematizados a partir de um viés étnico-racial, como por exemplo, questões relacionadas à democratização dos espaços da cidade e à equidade na formulação e implementação das políticas sociais e culturais.² Nesta direção, a memória desponta como recurso político e passa a ser acionada pelos sujeitos e os grupos como um modo de “registrar” e “comprovar” suas presenças e suas contribuições nos processos de formação e desenvolvimento locais. Dessa forma, as populações negras e indígenas inserem-se, também, no jogo da etnicização das paisagens urbanas, e a linguagem da etnicidade vislumbra-se como possibilidade de acesso aos bens materiais, culturais e simbólicos da cidade.

Parte-se do entendimento de que o conceito de etnicidade ganha vulto no pensamento social contemporâneo (ver POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998)

*Este artigo recupera parte da reflexão construída para a tese de Doutorado em Antropologia Social na UFSC. Ver NUNES (2009). Tese orientada por Carmen Rial e coorientada por Ana Luiza Carvalho da Rocha. Parte dessa discussão foi publicada na Revista Iluminuras, UFRGS, ver Nunes e Rocha (2009). No entanto, o artigo incorpora reflexões mais recentes, especialmente a partir da pesquisa em desenvolvimento na Universidade Feevale, desde janeiro de 2010, intitulada: “As comunidades negras do Vale do Rio dos Sinos e a memória do trabalho”, que conta com o apoio da FAPERGS e é realizada em parceria com o BIEV/UFRGS, por meio da pesquisa “Trabalho e Cidade: antropologia da memória do trabalho na cidade moderno-contemporânea”, coordenada pela profa. Dr^a Cornelia Eckert.

**Doutora em Antropologia Social. Professora e pesquisadora da Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS.

¹ O conceito nasceu vinculado à luta pela superação do racismo na sociedade norte-americana, sendo mais tarde incorporado à pauta de reivindicações de outros grupos étnicos e ao combate às discriminações de gênero. Ver Roger Raupp Rios (2006). Neste artigo, o conceito é utilizado para fazer referência às políticas públicas baseadas em critérios de raça/etnia, especificamente com relação às populações negras e indígenas.

² Faz-se referência às políticas públicas em geral, tais como: saúde, educação, moradia, assistência social, cultura.

e que as cidades aparecem como sendo o *lugar* da produção e reprodução da diferença, neste caso, lugar da produção e reprodução *das narrativas étnicas*³ (NUNES, 2009). Por meio das suas *narrativas étnicas*, diferentes sujeitos põem em diálogo e/ou confronto suas memórias sobre o espaço da cidade, sobre os territórios e temporalidades, sobre os seus itinerários e deslocamentos.

As *narrativas étnicas*, fortalecidas pelas políticas de ação afirmativa, competem no plano do imaginário⁴ com outras narrativas que versam sobre o espaço da cidade, confrontando, muitas vezes, uma memória socialmente constituída.

Neste artigo, compartilho algumas reflexões resultantes de duas pesquisas etnográficas desenvolvidas em Novo Hamburgo/RS: a primeira teve início em 2006 e se estendeu até 2008, liga-se à tese de Doutorado em Antropologia Social pela UFSC; a segunda, iniciada em 2010, vincula-se ao grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade, da Universidade Feevale, e conta com o apoio da FAPERGS/RS.

Cidade e memória

A grande contribuição de Halbwachs (2006) aos estudos da memória diz respeito à demarcação da dimensão coletiva do ato de lembrar, ou seja, a memória não pode ser reduzida à sua dimensão psicológica, pois ela é o resultado das relações que os indivíduos estabelecem entre si; portanto, é um fenômeno social. O autor lembra ainda que tanto o lembrar quanto o esquecer tem uma dimensão coletiva. Sendo assim, os contextos sociais servem de baliza para a reconstrução da memória. Tanto a memória individual quanto a memória coletiva se afirmam nesses quadros sociais.

Os objetos materiais, as casas, os prédios, as ruas, os bairros, a cidade, oferecem a sensação de continuidade e estabilidade às coisas do mundo. Nas palavras do autor: “(...) nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda” (2006, p. 170).

Se o mundo material é fundamental para o ato de lembrar, do mesmo modo as narrativas sobre este viver urbano só se revestem de sentido quando seus atores

³ A partir da literatura compreende-se a narrativa como uma história contada, que informa fatos de um tempo e de um espaço; é constituída por um enredo, possui personagens e pressupõe a existência de um narrador. (GANCHO, 2000). Na perspectiva do seu uso na antropologia, a base referencial são os trabalhos de Eckert e Rocha (2005). Ao se fazer menção às narrativas étnicas, acrescenta-se o étnico como um elemento importante na constituição das narrativas sobre a cidade.

⁴ Gilbert Durand (2002) faz a defesa de uma imaginação criadora, fantástica transcendental capaz de resistir aos imperativos da história e à visão racionalista do ocidente. Para o autor, o imaginário resulta de uma troca, de uma gênese recíproca entre as pulsões subjetivas do indivíduo e as intimações objetivas do meio social. Assim, “o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito.” (DURAND, 2002, p. 41).

sociais, os habitantes da cidade, revelam as suas formas de pensar e ordenar o tempo, contam as suas experiências e trajetórias recompondo a vida urbana num tempo coletivo (ECKERT e ROCHA, 2005). Tempo e espaço são, portanto, categorias centrais para a compreensão do fenômeno da memória.

Olhar a cidade sob a perspectiva antropológica é buscar acessar o seu conteúdo simbólico, isto é, os sistemas de significações que movem os atores sociais e seus processos de interação. Para isso, faz-se necessário conhecer as trajetórias sociais desses sujeitos e seus itinerários urbanos (ECKERT e ROCHA, 2005), compreender as suas formas de sociabilidade, identificar suas redes sociais e as relações de poder que se estabelecem na definição dos jogos identitários.

Pode-se alcançar o conteúdo simbólico da cidade reconhecendo os seus *marcadores étnicos*. Neste caso, a linguagem da etnicidade serve como mote para a compreensão dos jogos de produção da diferença no seio do espaço urbano. Interpretar a cidade à luz dos seus *marcadores étnicos* pressupõe identificar as implicações da etnicidade na definição da ocupação do espaço urbano; na fixação de territórios; no acesso ao trabalho, aos bens materiais e simbólicos; na circulação e deslocamento dos seus moradores.

Para realizar esse intento, recorre-se à *etnografia da duração* (ECKERT e ROCHA, 2005), trazendo para o campo reflexivo tanto os elementos constituintes de uma etnografia da memória dos moradores da cidade, como alguns elementos de uma etnografia das narrativas escritas que contribuíram para a fixação das representações e imagens acerca de uma determinada estética urbana e de uma identidade cultural.⁵

A cidade de Novo Hamburgo

A cidade de Novo Hamburgo está localizada no Vale do Rio dos Sinos/RS⁶, distante cerca de 40 km da capital Porto Alegre. Carrega no próprio nome uma referência étnica, pois foi a *Nova Hamburgo* dos imigrantes alemães no Brasil oitocentista. Desde o século XIX, até o ano de 1927, essa faixa de terra pertenceu a

⁵ Para acessar essas narrativas na íntegra, ver tese de Nunes (2009).

⁶ Utiliza-se a designação Vale dos Sinos a partir da divisão adotada pela FEE/RS - Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - que divide o estado em COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O COREDE Vale do Rio dos Sinos abrange catorze municípios. São estes: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul. A população total do Vale (2008) corresponde a 1.287.805 habitantes. Possui uma área de 1.398,5 Km² e uma densidade de 920,9 hab/km². (2008). O índice de analfabetismo é de 4,80% e a expectativa de vida ao nascer é de 71,76 anos (2000). PIB per capita (2007) de R\$ 19.922. A estimativa populacional do município de Novo Hamburgo é de 255.277 habitantes (2008); possui uma área de 223,6 Km² e uma densidade demográfica de 1.141,6 hab/km² (2008). A taxa de analfabetismo é de 5,01 % e a expectativa de vida é de 70,12 anos. PIB per capita (2007) de 16.256. Informações disponibilizadas em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/sobreafee/index.php> Acesso em: 10/07/2010.

São Leopoldo – cidade-mãe dos imigrantes alemães no Vale do Sinos – que ainda hoje é reverenciada como *berço da colonização alemã*.

As narrativas que versam sobre o Vale dos Sinos fazem do ano de 1824, data da chegada das primeiras famílias alemãs, o grande marco para a edificação de uma memória oficial sobre a região. Porém, no século XVIII, antes da chegada das primeiras famílias alemãs, a região do Vale do Rio dos Sinos era ocupada por portugueses, açorianos e seus descendentes, africanos e descendentes de africanos e, evidentemente, por povos indígenas, especialmente os *kaingang*, conhecidos por *coroados* ou *bugres*. De acordo com Moraes (1994), no século XVIII, essa região abrigava ocupantes e *sesmeiros* – portadores do título de *sesmaria* – alguns vindos de Laguna e São Paulo, outros que teriam migrado da Colônia de Sacramento em virtude dos intermitentes conflitos com os castelhanos.

Moraes (1994) informa que a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que depois de 1822 passou a se chamar Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, instalou-se na região em 1788, na localidade então designada Faxinal do Courita.⁷ A Feitoria veio transferida da região de Canguçu⁸ e foi criada com o propósito de produzir o linho e transformá-lo para a fabricação de cordas para as embarcações. A mão-de-obra, evidentemente, era constituída por negros e indígenas.

Alguns autores registram que a tentativa de implantação da Feitoria foi duplamente fracassada, tanto em Canguçu, quanto no Faxinal. Levando-se em conta a região do Faxinal, essas leituras justificam a destinação das terras para o propósito da imigração alemã (MORAES, 1994; CESAR, 1970), o que ajuda a alimentar a memória da imigração alemã associada ao mito do progresso, pois os outros grupos étnico-raciais, especialmente índios, negros, açorianos e luso-brasileiros, aparecem como agentes de experiências fracassadas na região.

Convém destacar as dificuldades⁹ na implantação das colônias tanto pela reação indígena quanto pela reclamação dos *sesmeiros* – especialmente aqueles que não cumpriam com os preceitos da carta de concessão que os obrigava a demarcar e cultivar suas terras sob o risco de estas serem desapropriadas. Aos que não possuíam títulos, nada restava, senão a “retirada”.

Ao longo do século XX, especialmente após a sua emancipação política, em 1927, Novo Hamburgo alicerçou a sua identidade em torno das ideias de “progresso” e “desenvolvimento”, investindo em uma economia marcadamente industrial, especialmente de base coureiro-calçadista.

⁷ Alusão ao apelido de Antônio Araújo Vilela, português procedente da região de Coura, distrito de Braga, na época. Ver Moraes (1994).

⁸ Situada no extremo sul, na microrregião de Pelotas e da mesorregião sudeste, conforme as atuais divisões utilizadas pela FEE/RS.

⁹ Sobre as dificuldades de implantação das colônias na extinta Feitoria do Linho Cânhamo, ver Moraes (1994); Moraes, in: Müller (1980).

A memória erigida pela historiografia oficial põe em relevo a saga do imigrante, sua coragem e a força do seu trabalho como estopins para o desenvolvimento econômico do Vale. As narrativas históricas, literárias e as práticas discursivas locais costumam unir etnicidade alemã e desenvolvimento econômico (NUNES, 2009).

No entanto, antes da industrialização, ainda no século XIX, a edificação dessas cidades contou com a força do trabalho escravo, contrariando a afirmação de parte da historiografia que exclui ou diminui a importância da escravidão nas regiões de colonização alemã. Alves (2005) dedica uma atenção especial ao período delimitado entre os anos de 1850 e 1870, identificando a presença escrava e analisando a sua importância para o desenvolvimento da colônia alemã de São Leopoldo/RS.

Portanto, pode-se afirmar que a invisibilidade do trabalho escravo contribuiu para legitimar as narrativas que associaram essa região às imagens do “progresso e do desenvolvimento”, na medida em que o reconhecimento da presença de mão-de-obra escrava poderia colocar em contradição as representações e imagens associadas ao trabalho industrial e a um ideal de “civilização”.

Novo Hamburgo fez da indústria, do comércio, da “modernização”, símbolos representativos da sua identidade. Neste caso, a etnicidade alemã serviu como alicerce, fortalecendo as imagens e representações de uma cidade “ordeira”, “trabalhadora”, que “acorda cedo” e que se dedica intensamente ao trabalho.

A industrialização, o *mundo do trabalho*, é um lugar de ancoragem da memória social de Novo Hamburgo. Hoje, é deste universo que se selecionam imagens de Novo Hamburgo capazes de fazê-la permanecer no *tempo*. Nesta memória social, legitima-se a etnicidade alemã, atribuindo-se um sentido comum a um território compartilhado por grupos com referências étnico-raciais distintas ao longo do tempo. A cidade celebra a memória de um *mundo alemão*, onde não desaparecem apenas os negros, os índios, os descendentes de portugueses e espanhóis, também desaparecem os alemães pobres, os que precisaram migrar para outras colônias e outros estados, os que não foram bem sucedidos com a industrialização da cidade. Há diferentes escalas e planos neste jogo de esquecimentos e lembranças que constituem as tramas da memória social, das memórias coletivas e das memórias individuais.

Novo Hamburgo ficou conhecida nacional e internacionalmente como a Capital Brasileira do Calçado, tanto pelo abastecimento de um mercado interno como pela exportação. Nas narrativas orais e/ou escritas, a década de 70 é representativa do *tempo do emprego* e do desenvolvimento, enquanto a década de 90 é assinalada como um marco do *tempo da quebradeira* ou do *tempo da crise*.

De fato, a partir de meados dos anos 90, Novo Hamburgo experimenta uma grande crise da indústria coureiro-calçadista. Além do fechamento de algumas fábricas, a cidade e a região assistem à transferência de algumas empresas para outras regiões do país, especialmente para os estados do nordeste, para aonde vão em busca de incentivos fiscais e redução de custos de mão-de-obra. A estética da

cidade passa, então, a ser assinalada por imensos prédios ociosos que, num passado recente, abrigaram várias indústrias coureiro-calçadistas ou de componentes para calçados.

A tarefa de “etnografar a cidade” pressupõe a interpretação das dinâmicas sociais do contexto investigado (ECKERT e ROCHA, 2005), neste caso, a experiência etnográfica na cidade de Novo Hamburgo/RS não pode abdicar das formas singulares de representação do mundo do trabalho, nem das discursividades e narrativas que contam sobre o viver cotidiano dos sujeitos sociais nesses espaços, ainda que a etnicidade seja o centro da pesquisa antropológica.

A cidade e a diversidade étnico-racial

Muitos dos escritos sobre a história da colonização e imigração alemãs no Vale do Rio dos Sinos têm como protagonistas os descendentes de imigrantes. Em várias dessas leituras, encontram-se denúncias de discriminação, preconceito e perseguições, das quais foram vítimas os imigrantes e seus descendentes, o que é revelador do caráter autoritário do Estado nacional brasileiro na constituição de um ideal de nação e de brasilidade, que realmente tratou *A Ferro e Fogo*¹⁰ os diferentes, julgados como potenciais inimigos da integração nacional.

Algumas publicações organizadas por intelectuais de ascendência alemã, que se dedicam ao estudo do tema da colonização e imigração alemãs no Rio Grande do Sul, são testemunhos de um *tempo* feito também de silêncios e interditos. Dentre as narrativas, destacam-se algumas por sua pertinência à reflexão aqui construída: a crítica de que o Estado nacional brasileiro negou a incorporação de qualquer outro grupo étnico-racial que colocasse em xeque o “mito das três raças” na propagação da ideologia da mestiçagem;¹¹ os alemães poderiam ter sido tratados como minoria étnica sem prejuízo para o Estado nacional brasileiro;¹² poderiam ter sido considerados cidadãos brasileiros, mas teutos em sua cultura;¹³ boa parte de uma tradição oral e escrita foi perdida com a política nacionalista;¹⁴ os alemães, assim como os negros, tinham uma origem comum em termos de referência de uma vida aldeã, marcada por atividade agrícola e produção artesanal.¹⁵

A última leitura vai ao encontro de estudos clássicos, como a do pesquisador francês Jean Roche (1969) que se dedicou aos estudos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, na década de 60. Na visão de Roche, o alemão, por ter se embrenhado

¹⁰ Faz-se alusão à obra literária de Josué Guimarães que narra a saga dos primeiros imigrantes alemães no RS, inclusive no enfrentamento das intempéries da Revolução Farroupilha.

¹¹ Ver Gertz, in: Müller (1994).

¹² Ver Müller, in: Müller (1994).

¹³ Ver Dreher, in: Müller (1994).

¹⁴ Ver Kipper; Kreutz, in Müller (1994).

¹⁵ Ver Weimer, in: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs (1989).

e enfrentado a floresta misteriosa, assumiu a condição do índio e do negro.

Por mais que se force uma aproximação, é preciso considerar, no entanto, a valoração positiva que adquire o trabalho quando passa para a mão do imigrante, em substituição ao trabalho escravo. Este entendimento é ratificado por Mauro, professor e integrante do COPAA – Comitê Pró-Ações Afirmativas em Novo Hamburgo.

Quando o trabalho passou a ter valor, a ser visto como valor, do trabalho socialmente, moralmente valorizado, quando passa a ter valor, o negro é alijado e retirado do mundo do trabalho. Aí, o trabalho passa a ser um trabalho de imigrantes. O trabalho é associado ao imigrante, o trabalho é associado a etnia alemã, ao italiano, ao japonês. A questão do labor: são laboriosos, são trabalhadores. É qualidade associada. O negro saiu do mundo do trabalho. Ele continuou trabalhando, mas ele saiu do mundo do trabalho porque o valor do trabalho não é mais associado ao negro. Quando o trabalho era associado ao negro, o trabalho não tinha valor. Era uma coisa que não tinha valor. Trabalho era coisa de escravo. Então, era algo que não tinha valor. Quando o trabalho passou a ter valor, o negro passou a ser um não-trabalhador. Daí é associado à preguiça, à festa, à moleza. Todas as coisas pejorativas que atrapalham, desqualificam o trabalho são associadas ao negro. Essa mudança é uma coisa extremamente perversa e é uma coisa muito forte. (Mauro Silva, entrevista concedida à Margarete F. Nunes, em 2006).

O trabalho é o suporte que sustenta a identidade étnica e alimenta a memória da imigração alemã no Vale dos Sinos. Trabalho que se tornou cada vez mais precário, escasso, ameaçado.

As discursividades étnicas ajudam a compor o cenário das disputas políticas e culturais das cidades contemporâneas e trazem à tona o relato das experiências étnico-raciais distintas que marcaram a ocupação do espaço urbano ao longo do *tempo*, traduzidas e reconhecidas por meio das narrativas e dos *itinerários* dos seus habitantes (ECKERT e ROCHA, 2005).¹⁶ Imagens que remetem a outro *tempo* são acionadas para explicar e interpretar o *lugar* dos sujeitos e dos grupos no cenário do espaço urbano:

Existem bairros que eram bairros tradicionais de população negra, mas hoje é muito disseminado. Tem regiões que não eram tão tradicionais, tipo bairro São Jorge, que hoje tem uma população negra expressiva. Rondônia, talvez mais do que aqui (Primavera). Hoje na cidade é muito disseminado. Existe a questão da tradição: “tradicionalmente esse bairro...” onde estão as escolas de samba. No Guarani, ali tradicionalmente era denominado África, hoje é muito disseminado. O que ocorre – a Vera Triunfo que gosta muito de

¹⁶ Excelente para esta reflexão é o documentário *Os Caminhos Invisíveis do Negro em Porto Alegre: A tradição do Bará do Mercado*, dirigido por Ana Luiza Carvalho da Rocha. O documentário mostra a luta pelo reconhecimento do Mercado Público de Porto Alegre como espaço identitário dos praticantes das religiões afro-brasileiras da cidade. O documentário, lançado em 2007, teve o apoio do Programa Petrobrás Cultural.

comentar, usar muito este termo – essa formação dos quilombos urbanos. De certa forma, são quilombos. O valor da terra aumentou muito a exploração imobiliária. Daí o que ocorre? As famílias têm um terreno, vão se juntando, vai-se construindo uma casa nos fundos, no meio, não sei o quê, mas isso de uma forma muito disseminada. São grandes famílias, não são grandes grupos, mas grandes famílias que estão num local, em outro local, em outro local... Daí dá essa aglomeração muito urbana. (Mauro Silva, entrevista concedida à Margarete F. Nunes, em 2006).

Ao recorrer à imagem dos quilombos para explicar a ocupação do espaço urbano, Mauro atualiza o tema da segregação racial e étnica dos espaços da cidade. No entanto, essa leitura não é exclusividade do movimento social, podemos identificá-la em alguns estudos acadêmicos sobre as políticas urbanas no Brasil.

Muniz Sodré (1988) mostra o quanto as cidades brasileiras foram palcos para a materialização das políticas urbanas “modernizantes”, as quais se utilizaram das ideias higienistas e das campanhas de vacinação para a edificação de cordões sanitários que isolassem os pobres e os negros dos principais espaços de sociabilidade urbana. Somava-se a este movimento a proliferação das teorias raciais que colocavam o negro e o índio como empecilhos para o desenvolvimento do país.¹⁷

Ainda que essas populações fossem fundamentais para a edificação dos centros urbanos e a sua manutenção, eram vistas como uma ameaça aos ideais de “civilização”, representando uma inversão dos valores culturais idealizados por essas teorias. Desse modo, o estímulo à imigração de alguns grupos étnico-raciais europeus ia ao encontro da crença da “regeneração das raças”, pois apresentava-se como possibilidade de branqueamento da população, por meio da mistura e da miscigenação racial.

O resultado desse pensamento manifesta-se tanto na estética das cidades quanto nas imagens e representações alusivas às identidades locais e regionais.

E lá, (em Bagé/RS), por incrível que pareça... Às vezes o pessoal pergunta se aqui é mais racista e tal, até por ser o berço da imigração alemã, se aqui é mais racista que lá. Eu sempre tenho dito que o racismo no Brasil é quase homogêneo. A forma como ele se expressa é a mesma em todos os lugares, em todas as cidades. Se tu chegares em qualquer cidade brasileira, se tu chegares no centro da cidade, ela tem uma cara, e quando tu vais indo para a periferia, tu vais enxergando as pessoas um tanto negras, mais mestiças, essas coisas. Isso é em todos os lugares, então eu digo que o racismo é tanto aqui quanto lá. (Gilberto S. Silveira, do Grupo de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo, entrevista concedida a Margarete Nunes, em ago. 2006).

A segregação racial e étnica nos espaços da cidade vai além das implicações de ordem material, alcança uma dimensão simbólica. A segregação remete à negação

¹⁷ Para a discussão acerca da proliferação das teorias raciais no Brasil, ver Shwarcz (1993).

do outro, a um desaparecimento simbólico, ao esquecimento da sua história coletiva. Um exemplo foi a ideologia do branqueamento:

Só que esse branqueamento não é só o branqueamento do ponto de vista objetivo, das pessoas, mas é o branqueamento na história, o branqueamento das ideias, tentando apagar tudo aquilo que tenha relação com aqueles que construíram esse grande período de nosso país. Todos esses escritos refletem isso. (...) Porque tem aquele cara que é extremamente preconceituoso, o Oliveira Viana, ele é um mestiço. A elite construiu isso e foi introjetado, inclusive, por esse povo todo. É branquear tudo: do ponto de vista objetivo, do ponto de vista das ideias, dos símbolos e tal. (Gilberto S. Silveira, do Grupo de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo, entrevista concedida a Margarete Nunes, em ago., 2006).

A interpretação de Gilberto Silveira encontra reforço em estudos como os de Leite (1996) e Oliven (1996), que demonstram como se operou a invisibilidade histórica, social e simbólica do negro na Região Sul do Brasil.

Os desafios das políticas de ações afirmativas para as populações negras e indígenas na sociedade brasileira contemporânea estão nas suas possibilidades reais de conseguir provocar uma ruptura com o discurso da invisibilidade, à medida que incidam no conjunto das valorações atribuídas aos negros ao longo da formação da sociedade brasileira. A inclusão no mundo objetivo – pelas políticas sociais – deve acontecer concomitantemente à inclusão no campo das ideias e do pensamento, invertendo a lógica da ideologia do branqueamento, citada anteriormente.

No que se refere à contribuição de estudos acadêmicos, o movimento de ruptura com o discurso da invisibilidade dos negros no Rio Grande do Sul pode ser localizado em estudos clássicos, como o de Fernando Henrique Cardoso (1977), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, editado pela primeira vez em 1962. Cardoso mostrou a diversificação da economia no RS nos séculos XVIII e XIX, e o quanto os negros foram decisivos para o trabalho em frentes distintas, não apenas nas charqueadas. Segundo o autor, além do trabalho com o gado, o charque e o couro, os negros ocuparam-se com as plantações de subsistência, com o cultivo do trigo nas fazendas comandadas por açorianos, com os serviços domésticos e os serviços urbanos (carpintaria e sapataria), com o comércio e os com transportes. Cardoso procurou demonstrar o quanto foi decisivo o trabalho dos negros para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

No Brasil contemporâneo, intensifica-se essa discussão devido ao avanço das políticas de ações afirmativas. Algumas reivindicações históricas do movimento negro ganham força de política pública, passam a ser assumidas pelo Estado brasileiro e se revestem de um aspecto legal, formal. O debate protagonizado pelo movimento negro por meio das ações afirmativas desacomoda as práticas e as ideias, pois não há como incluir na vida, no cotidiano, nos espaços da cidade, se não houver um movimento de inclusão no campo do pensamento. Assim, os estudos da memória coletiva constituem-se como um modo privilegiado de narrar a história

vivida por esses atores, por aqueles que estiveram desde o processo colonizador alijados dos espaços de poder.

Como realizar esse movimento? Como as cidades podem incorporar a diversidade étnico-racial nas políticas sociais e culturais? Hoje, seduzidas pelas discursividades étnicas, as cidades estão preparadas para revitalizar as diferentes identidades culturais?

Rogério Proença Leite (2004) mostra o quanto as políticas do patrimônio, ao longo do século XX, estiveram comprometidas com uma determinada narrativa de nação. O autor sinaliza para uma mudança neste cenário a partir dos anos 70, quando se desloca o foco da nação para as cidades. Essas políticas passam, então, a preocupar-se com o desenvolvimento econômico das cidades históricas, acentuando-se essa tendência na década de 90, com as políticas de *gentrification* que estimulam a “concorrência intercidades” (LEITE, 2004, p. 61).

Jeudy (1990) tece algumas considerações sobre os “novos patrimônios”, que são estimulados pelos movimentos identitários contemporâneos. A memória coletiva coloca-se a serviço desses novos patrimônios, as narrativas do vivido passam a desempenhar um papel fundamental para a reconstituição da vida social e cultural. Entretanto, o autor alerta para o exagero desse movimento, pois, “hoje, ‘tudo poderia ser conservado’, vive-se um processo de ‘objetalização da cultura’ e/ou ‘culturalização do social’. Quer dizer, uma cultura para ser reconhecida precisaria passar por um ‘espírito museal’ para ser compreendida, interpretada e preservada” (JEUDY, 1990, p. 138).

Se esta é a lógica que se instaura nas políticas culturais da contemporaneidade, os negros, ao lado de outros grupos étnico-raciais, participam dos movimentos em prol dos novos patrimônios, neste caso, reivindicando que seus espaços de expressão cultural sejam reconhecidos e tão dignos quanto outros, à “patrimonialização” (NUNES; ROCHA, 2009).

Independente de ser parte ou não dos projetos dos “novos patrimônios”, o conhecimento acerca dos saberes e fazeres das comunidades negras pode se revelar num modo de superação do *dilema racial brasileiro*, problematizado por Florestan Fernandes (2007), desde a década de 60. Segundo o autor, o dilema racial seria estrutural, pois, mesmo após a Abolição, a velha ordem racial manteve-se intacta, quer dizer, houve uma mudança no estatuto jurídico do negro, mas ele ficou impedido de efetivamente experimentar uma situação de classe, pois as relações hierárquicas e tradicionais não foram rompidas.

Em Novo Hamburgo, a incorporação dos negros na construção identitária da cidade passa pelo conhecimento dos seus saberes e fazeres, por isso, a memória coletiva revela-se uma aliada do processo de reconstituição da vida social e cultural desses sujeitos. Se os negros foram retirados simbolicamente do mundo do trabalho – pós-abolição – podem ser protagonistas da sua própria restituição, por meio da narrativa:

Eu comecei a trabalhar com calçado assim que eu fiz 15 anos. Eu comecei a trabalhar em fábrica. (...) Novo Hamburgo explodia com o calçado. Vinha gente de tudo que lugar pra cá e começou a complicar. (...) O calçado terminou, e daí eles ficaram sem entregar e começou o desemprego. Mas tinha emprego assim, tinha bastante emprego, que tinham as fábricas que estavam desenvolvendo, importando maquinário, o sistema de trabalho, tinha emprego bastante, mas daí deu uma crise nas vendas, apareceram outros mercados. (...) Olha, lógico que a gente nunca tá satisfeito com aquilo que a gente já conquistou, sempre achava que podia fazer mais, então no trabalho eu acho que eu não me sinto satisfeito porque eu acho que eu deveria ter tido mais oportunidade e que não tive por causa da cor. (Ari da Costa, entrevista cedida à Margarete Nunes, em julho de 2010.)¹⁸

Uma das indagações que movem as pesquisas sobre as ações afirmativas no Brasil contemporâneo é se essas políticas vão contribuir, decisivamente, para a superação de práticas racistas e discriminatórias, possibilitando a inauguração de relações mais solidárias e democráticas nos modos dos sujeitos e dos grupos vivenciarem a cidade, representarem a si e aos outros e demarcarem seus símbolos identitários.

Referências bibliográficas

- ALVES, Eliege Moura. Uma presença invisível: escravos em terras alemãs (1850-1870). In: Nunes, Margarete F. **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período colonial. Coleção Província. Porto Alegre: Globo, 1970.
- DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

¹⁸ Entrevista cedida por ocasião da pesquisa “As comunidades negras do Vale do Rio dos Sinos e a memória do trabalho”. Feevale/FAPERGS.

GUIMARÃES, Josué. **A Ferro e Fogo I**: Tempo de Solidão. 10. ed. Porto Alegre, L&PM, 1996.

_____. **A Ferro e Fogo II**: Tempo de Guerra. Porto Alegre: L&PM, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1990.

KIPPER, Maria Hoppe. A Nacionalização em Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.) **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.) **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade**. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas, SP: Editora UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

MAGALHÃES, Magna L. Negras Memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margarete F. **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MORAES, Carlos de Souza. **Feitoria do Linho Cãnhamo**. POA: Parlenda, 1994.

_____. Sesmarias: legislação e seus reflexos na colonização alemã. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.) **Imigração e Colonização Alemã**. Porto Alegre: EST, 1980.

MÜLLER, Telmo Lauro. A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.) **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

NUNES, Margarete. Fagundes. “**O Negro no Mundo Alemão**”: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. Florianópolis, UFSC, 2009. Tese (Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

NUNES, Margarete Fagundes; Rocha, Ana Luiza Carvalho da. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. **Iuminuras**. Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, v.10, n. 23, 2009. Disponível em: <http://www.biev.ufrgs.br/> Acesso em: 10 jul. 2010.

OLIVEN, Ruben. A Invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

OS CAMINHOS Invisíveis do Negro em Porto Alegre: a tradição do Bará do Mercado. Direção: Ana Luiza Carvalho da Rocha. Produção: Anelise Guterres. Roteiro: Ana Luiza Carvalho da Rocha e Rafael Devos. Programa Petrobrás Cultural. Porto Alegre: OcusPocus Imagens, 2007. 1 documentário. (55 min).

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RIOS, Roger Raupp. Ações Afirmativas no Direito Constitucional Brasileiro: reflexões a partir de debate constitucional estadunidense. In: SARLET, Ingo W. (org). **Jurisdição e Direitos Fundamentais**. Anuário 2004/2005 da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul – AJURIS. Porto Alegre: Ajuris; Livraria do Advogado, 2006.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. (La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul, 1962).

SHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1989. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro:Zahar, 1994.

WEIMER, Günter. O Racismo Teuto-Brasileiro: considerações preliminares. In: **ANAIS DO 5º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL**. 1982. Museu Histórico de São Leopoldo e Instituto Histórico de São Leopoldo. São Leopoldo, 1989.

MESA-REDONDA 4
ESTRANGEIROS E MIGRANTES:
INCLUÍDOS E EXCLUÍDOS NA IMIGRAÇÃO

Estrangeiros e migrantes
Incluídos e excluídos na imigração

Martin N. Dreher

Introdução

O conceito migração envolve fenômeno de grande amplitude e, por isso, bastante impreciso, quando se pretende conceituá-lo. Fato, porém, é que dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados apontam que, em dezembro de 2009, o mundo contava com 43,3 milhões de pessoas forçadas a se deslocar de seus países por causa de conflitos e perseguições. A maior parte desses deslocamentos diz respeito ao Oriente Médio e à África. Além disso, segundo o Centro Gumilla, de Caracas, no primeiro ano de seu mandato, o governo de Barack Obama deportou 387,7 mil pessoas. No governo de George Walker Bush, uma média de 240 mil pessoas/ano era deportada dos USA. Já, segundo a Organização Internacional para Migrações, em 2009, 214 milhões de pessoas se encontravam na migração. Setenta e oito por cento delas dirigiam-se para o Hemisfério Norte.

No que diz respeito à América Latina, 26 milhões de migrantes vivem, hoje, fora da América Latina e do Caribe, tendo a maior parte deles migrado para o Hemisfério Norte. Já o Banco Mundial informa que, em 2007, a América Latina e o Caribe receberam um total de 59,9 milhões de dólares de remessas vindas do exterior, perfazendo parcela considerável do produto interno bruto de muitos países.

Nos dados que apresentamos, podemos verificar que as pessoas que atualmente estão migrando estão oferecendo sua força de trabalho. Entendem-se como provisórias, temporárias ou em trânsito. Outras não têm o que oferecer, pois estão deslocadas de seus territórios de origem em decorrência de guerras, étnicas ou não. Precisam ser alimentadas.

Assim, as migrações transformam-se em problema social. Migrantes são problema social no tocante a si próprios. Entendem-se como provisórios. Veem sua situação como provação passageira. Por isso, onde chegam, entendem-se como pro-

visórios, passageiros. Não deitam raízes. Os que os recebem, veem-nos como alie-nígenas, como não-nacionais. Esperam que sejam politicamente “neutros” e que não reclamem das condições em que se encontram. Vieram para trabalhar, não vieram para ser cidadãos.

Na atualidade, os municípios dos vales dos Rios dos Sinos e do Caí experimentam a presença do movimento migratório. Menciono o município de Dois Irmãos, que, desde a década de 1970, experimentou acelerado crescimento por causa da migração atraída pelo crescimento da produção de calçados. Em Dois Irmãos, percebemos o que são estabelecidos e *outsiders*, no dizer de Norbert Elias (2000). Ali, os estabelecidos descendem de migrantes de 1825/26 e que uma vez foram *outsiders*. Os *outsiders* descendem de alemães que outrora saíram de Dois Irmãos por serem parte dos excedentes populacionais gerados pelas colônias alemãs. Mas os *outsiders* também são descendentes de indígenas e de africanos, de cristãos-novos, de portugueses que para lá migraram (cf. DREHER e MÜGGE, 2009).

Estabelecidos costumam creditar a *outsiders* todos os males de suas comunidades. As virtudes são dos estabelecidos. Estabelecidos criam passado mítico e, quando celebram suas festas, esquecem os *outsiders* e não os incluem em suas histórias.

Estabelecidos, ao construírem seus mitos, esquecem e invisibilizam parte de sua história. Foi o que pude ir descobrindo ao longo de minhas pesquisas. Por isso, o estudo de trajetórias de imigrantes e de descendentes e de sua história social nos ajuda a reconstruir história mais fidedigna.

Proponho, agora, uma caminhada ao longo das primeiras décadas do século XIX e início com Peter Reinheimer.

Peter Reinheimer é antepassado de minha esposa, de meus filhos e netos, mas também de outra vasta descendência, que hoje inclui tradicionais famílias da imigração alemã no Rio Grande do Sul e em outros estados. Ao emigrar para o Brasil, Peter Reinheimer não era nada tradicional. Em 1824, endereçou uma “mais submissa petição” ao Comissariado Territorial, em Kusel, no Palatinado, na qual solicitava autorização para poder emigrar para o Brasil. Na época, Peter Reinheimer residia na localidade de Altenglan e escreveu ao Comissariado:

Há muito me convenci de que não posso mais alimentar a mim e minhas quatro crianças nesta região e estou ameaçado de ser subjugado ao bastão da mendicância nestes tempos cada vez menos favoráveis e, por fim, teria que pegá-lo. Por isso, decidi emigrar com minha mulher e nossas quatro crianças para a América, para o Brasil.

Uma quinta criança nasceria antes do embarque para o Brasil. A travessia foi feita com a Galera Friedrich Heinrich, chegada ao Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1825. Peter veio com a esposa Margarete e os filhos Jörg, Filipina, Peter, Phillip e Jakob. Primeiro seguiu para Três Forquilhas, a segunda colônia de imigração alemã no Rio Grande do Sul, e depois estabeleceu-se em Picada Quarenta e Oito, hoje município de Lindolfo Collor, na Colônia Alemã de São Leopoldo.

É importante observar que Peter Reinheimer é alfabetizado, lavrador, à beira da miséria. Restam-lhes duas possibilidades: a mendicância ou a emigração. Migrando para o Brasil, o acesso à terra significou, para ele e para os seus filhos, alimento, dignidade e a condição de súditos do Império do Brasil, já que com a emigração perderam a condição de súditos do Estado que estavam deixando. Permanecendo no território de origem seria um *outsider* em sua própria querência, seria estigmatizado¹ como “mendigo”, “vagante” e, para sobreviver, certamente ter-se-ia visto na contingência de cometer pequenos furtos².

No Brasil, sua filha Felipina veria o esposo João Dörzbacher ser recrutado à força pelo Coronel João Daniel Hillebrand, diretor da Colônia de São Leopoldo, para as forças imperiais e morrer junto ao Rio Camaquã no ataque ao estaleiro de Garibaldi, durante a Revolução Farroupilha, deixando-a com duas pequenas crianças. Em pouco tempo, pois, os Reinheimer estariam envolvidos na política brasileira. Felipina faria parte do grupo de viúvas que reivindicavam, após a Farroupilha, uma pensão do governo imperial.

A vinda dos Reinheimer está ligada ao recrutamento de colonos feito por Jorge Antônio Von Schaeffer, em nome de José Bonifácio e de D. Pedro I. Schaeffer foi enviado à Europa, antes da proclamação da independência com instruções, o Decreto Real de 16 de março de 1820 e o Contrato a ser celebrado com soldados e colonos. Do Duque de Oldenburg, recebeu a autorização para recrutar colonos em seus domínios de Birkenfeld no Palatinado. Então não seria distante Altenglan. Schaeffer ainda estabeleceria contatos com a cidade de Hamburgo e com o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin. Da cidade hanseática e do Grão-Ducado, traria para o Brasil pessoas que antes haviam estado em prisões e em casa de correção. Essas pessoas eram estrangeiros em seus próprios territórios, como podemos observar no que aconteceu com os que vieram de Mecklenburg, o que passamos a referir no que segue.

Desde o final da Idade Média, farta documentação apresenta queixas e queixumes acerca de falsos mendigos. A pobreza é, então, fenômeno que perpassa toda a Europa (cf. RHEINHEIMER, 2009). No entanto, ao longo da história europeia, há alterações na forma de se perceber a pobreza. Houve crescente preocupação com os pobres e com a minoração de sua dor. Ao mesmo tempo e paralelamente a essa preocupação, houve crescente perseguição e marginalização. O próprio mundo dos pobres era muito diferenciado. Sua situação era uma ao final da Idade Média e passou a ser outra quando do início da industrialização. Suas estratégias de sobrevivência eram distintas. As mulheres pobres eram mais atingidas do que os

¹ Assumo o conceito “estigma” de Erving Goffmann (1988).

² A questão relativa à pobreza, à mendicância e à vagância em territórios alemães foi muito bem trabalhada por Martin Rheinheimer (2009), em *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia em La necesidad, 1450-1850*.

homens. Distintas eram as situações dos mendigos que vagavam Europa a fora. Havia grandes e pequenos ladrões. Havia bandos de salteadores. Lembro apenas o caso do Schinderhannes (cf. SCHEIBE, 2006), cujo lugar-tenente migrou para São Leopoldo e cujos filhos foram os fundadores de um dos principais clubes de alemães de Porto Alegre. Mas havia também os ciganos, perseguidos até hoje, se pensarmos em sua relação com o governo Sarkozy, na França. Havia muitos processos que faziam do ser humano um pobre. Podemos acompanhar a história de alguns pobres, observar as estruturas por eles montadas para sobreviver e para poder sair de sua situação de miserabilidade.

Os pobres dos quais falo a seguir tem um palco de atuação: O Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin.

Mecklenburg era, ao longo do século XIX, território alemão junto ao Mar Báltico e confrontava-se com as províncias prussianas da Pomerânia, Brandenburg, Hannover, Schleswig-Holstein e o território da cidade de Lübeck. Administrativamente, estava dividido em duas porções, os Grão-Ducados de Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz, em área correspondente a 16.091,11 Km². Ocupamo-nos aqui com Mecklenburg-Schwerin, pois é desse Grão-Ducado que virão os emigrantes de 1824 e 1825 (Cf. DREHER, 2010c, p. 33-52).

O Grão-Ducado de **Mecklenburg-Schwerin**, apesar de enclaves na Prússia e em Mecklenburg-Strelitz, estendia-se por 161 km ao longo do Mar Báltico e tinha costa plana e coberta por dunas. As maiores altitudes no território não passavam dos 178 metros. O solo, formado por mistura de areia e barro, era de fertilidade variável. As matas ocupavam 2.337 km². 7/10 das terras estavam destinadas à agricultura. O clima era úmido e frio, com temperatura média anual de 7,9° C.

No território, com seus 13.161,62 km², dos quais 666,8 eram ocupados por lagos e rios, 5.592,61 km² eram propriedade do Senhor Territorial, 5.598,26 km² pertenciam à nobreza, 450,26 km² eram propriedade de mosteiros e 1.519,91 km² pertenciam às cidades. A população, em 1890, tinha um total de 578.342 habitantes, divididos em 570.200 luteranos; 5.034 católicos, 492 calvinistas, 434 cristãos pertencentes a outras denominações e 2.182 israelitas. Nas propriedades do Senhor Territorial, viviam 192.250 pessoas; as demais propriedades estavam nas mãos da nobreza, vivendo nelas 118.526 habitantes, e dos mosteiros, nos quais habitavam 8.102 indivíduos; nas 42 cidades viviam 278.558 pessoas. Todos os agricultores se encontravam, em 1890, em situação de aforamento (*Erbpachtverhältnis*), excetuando-se alguns que se encontravam em relação de arrendamento temporário. As principais cidades eram Rostock, Schwerin, Wismar, Güstrow, e Parchim. Ainda em 1895, 295.599 habitantes estavam envolvidos com agricultura, atividades florestais, pecuária e pesca (48,7%), 156.107 habitantes dependiam da indústria (25,7%), 58.536 habitantes atuavam no comércio e no setor dos transportes (9,7%), 16.244 habitantes eram diaristas e empregados domésticos, 33.952 habitantes atuavam no funcionalismo público e em profissões liberais.

A produção agrícola estava dedicada à criação de gado e ao cultivo de centeio, trigo, cevada, aveia, feno.

Na administração, 43 tribunais de bailio (*Amtsgerichte*), 3 tribunais de comarca e 1 tribunal superior territorial, partilhado com Mecklenburg-Strelitz e localizada em Rostock, cuidavam dos aspectos jurídicos. Em Güstrow, eram realizadas as sessões do tribunal do júri, comuns a ambos os Grão-Ducados. O Ministério do Estado, em Schwerin, era composto pelos integrantes dos quatro ministérios: Exterior; Interior; Justiça, ao qual estavam afetas as questões educacionais, religiosas e médicas; Finanças. O Grão-Ducado não conheceu um Orçamento de Estado. A administração das finanças estava dividida em três caixas, designadas de territorial, territorial-estamental e estamental. As caixas eram: a Caixa das Rendas Grão-Ducais, a Caixa de Receitas Territoriais e a Caixa Territorial. As custas administrativas eram de responsabilidade do Senhor Territorial, sendo cobertas por receitas oriundas das propriedades do Grão-Duque. Os impostos eram estabelecidos anualmente em acordo celebrado com os estamentos e eram entendidos como “auxílio”. Os estamentos, no entanto, não controlavam as receitas e as despesas grão-ducais. Somente os ganhos de fundo constituído por venda de terras grão-ducais eram comunicados aos estamentos, anualmente. Gastos extraordinários eram tirados de uma Caixa de Receitas Territoriais, existente desde 1809 e que só obtinha recursos com a concordância dos estamentos. A Caixa Territorial destinava-se a cobrir as necessidades da administração estamental. Seus recursos eram oriundos de imposto sobre as geiras.

No tocante à religião e ao ensino, a Igreja Luterana, majoritária, estava dividida em 7 Superintendências e 35 Sínodos. Creio ter ficado evidente que, nesse Grão-Ducado, pequena minoria era dona do território e senhora de sua população. As mudanças na estrutura social dependiam dela e, quando ocorressem, seriam feitas em seu benefício, como veremos a seguir.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, imperou uma espécie de feudalismo em Mecklenburg, conhecido como *vererbte Leibeigenschaft* que poderia ser traduzido por “servidão-da-gleba hereditária”. Os proprietários das terras controlavam a economia e governavam suas terras com autoridade absoluta. Os agricultores estavam totalmente na dependência da nobreza que os podia comprar ou vender com ou sem a propriedade. Os impostos a serem pagos pelos agricultores eram alterados de dois em dois anos e, normalmente, eram majorados. Não lhes era facultado adquirir mais terra do que já possuíam. Nos latifúndios, eram produzidos produtos destinados à exportação, valendo-se da mão de obra dos agricultores, servos e diaristas. Aos latifundiários, dava-se a designação de Landjunker (= jovem nobre). No tocante ao século XIX, pode-se afirmar que os latifundiários haviam conseguido expulsar, mais e mais, os agricultores de suas terras. Adquiriam a pouca terra que tinham. Esse tipo legal de grilagem era designado de *Bauernlegen*.

Com essa política, dezenas de milhares de agricultores perderam suas terras, levando a que a nobreza agrária detivesse quase que todo o território. As dívidas

dos pequenos proprietários levam a que, somente em 1800, 12.000 agricultores tenham seus bens penhorados pela nobreza. Aos que trabalhavam em suas terras, os latifundiários pagavam, em média, 1 centavo (*Pfennig*) a hora, em jornadas de trabalho que iam de sol a sol. Como morassem nas terras, desse salário eram descontados os alimentos como batatas, a madeira, etc. A pretendida reforma do Barão von Stein (1807), que buscava emancipar os agricultores, jamais foi implementada em Mecklenburg.

Nos anos de 1806 a 1813, o território de Mecklenburg passou por profunda crise, conhecida como *Franzosentid*, a ocupação francesa. Furtos e violência faziam parte do dia a dia, descrito nos contos de Fritz Reuter, o mais importante escritor de Mecklenburg. Os dois territórios mecklenburgueses foram forçados a aderir à Federação Renana, liderada por Napoleão Bonaparte. Mais de 2.000 homens foram recrutados em Mecklenburg para participar da campanha contra a Rússia: menos de 100 retornaram!

Após a derrota de Napoleão na Rússia, os dois territórios foram os primeiros a se retirar da Federação Renana, participando ativamente da guerra de libertação contra Napoleão. Em 1815, os duques de Mecklenburg receberam o título de Grão-Duque, passando os territórios a serem Grão-Ducados. Finda a guerra, a região passou por profunda depressão econômica, que persistiu até a década de 1820.

No ano de 1820, foi eliminada, legalmente, a servidão-da-gleba e os agricultores foram liberados de seus compromissos em relação aos latifundiários. Isso levou a uma piora na situação dos agricultores, pois a lei também liberou os latifundiários de todos os seus compromissos em relação à população camponesa! Não tinham mais o compromisso de oferecer trabalho e salários aos residentes em suas terras. Isso levou à miséria generalizada. O camponês está, literalmente, separado da terra.

Após a eliminação da servidão-da-gleba, as antigas propriedades camponesas, as *Hufen*, foram transformadas em propriedades hereditárias. Esses agricultores podiam adquirir sua casa e cerca de 40 ha de terra. Principalmente em terras da Coroa, foram criadas *Büdnerstellen* (propriedades de pequenos agricultores) com cerca de 7 hectares. Dessa terra, podia ser alimentada a família, mas o agricultor tinha que prestar serviços a terceiros para ter dinheiro em espécie. Nessa época, surgem também os *Häusler* (diaristas com pequena propriedade). Eles recebiam 2.500 m² para se proverem de víveres, mas exerciam atividades artesanais como alfaiate, carnicero, sapateiro, padeiro ou jardineiro. Os *Kossaten* ou *Kötner* (lavradores [caseiros] sem terra) recebiam moradia e 400m² de terra para plantio. Os diaristas, *Tagelöhner*, não tinham terra para cultivo próprio e moravam em *Mietskatzen* (casebres de aluguel).

A situação descrita ajuda a entender o fato de dezenas de milhares de mecklenburgueses emigrarem no século XIX e ainda no século XX. Apesar dos esforços políticos feitos e que perpassam a revolução de 1848, foi somente em 1945 que

aconteceu reforma agrária em Mecklenburg, mas aí já sob o regime que formaria a República Democrática Alemã.

Com a eliminação da servidão-da-gleba, surgiram problemas adicionais para a população antes serva. O estado tentou contornar esses problemas, promulgando as *Aufenthalts- und Niederlassungsgesetze* (leis relativas à permanência e residência), promulgadas entre 1820 e 1860. Resumidamente, estabeleceram que os mecklenburgueses não podiam residir onde quisessem em território de Mecklenburg, mas somente na cidade ou no território em que haviam nascido, ou na localidade em que o proprietário da terra lhes permitisse residir. A partir da eliminação da servidão-da-gleba, os proprietários de terras temiam ter que zelar pela saúde do trabalhador rural em caso de doença e, por isso, não raro, o expulsavam da terra. Com isso, reduziram o número de seus trabalhadores a um mínimo. Para os trabalhadores despedidos, surgiu, agora, o problema de não terem um *Niederlassungsrecht* (direito à residência), que sempre esteve condicionado a ter trabalho fixo. Com isso, essas pessoas também não podiam contrair matrimônio, pois este estava condicionado ao *Niederlassungsrecht*. Quem não tinha residência fixa, que estava condicionada a trabalho fixo, não podia constituir família! De fato e de direito, muitos mecklenburgueses eram *Heimatlose* (sem pátria) em seu próprio território! Isso levou a que, em 1900, na Alemanha, 224.692 pessoas nascidas em Mecklenburg tivessem que residir fora do território deste Grão-Ducado por serem *Heimatlose*.

A consequência foi a vagância. Nas listas dos correicionários da Casa de Correção de Güstrow que optaram, livremente, por emigrar para o Brasil, encontramos número considerável de pessoas cujo “motivo de encaminhamento” à Casa de Correção é serem “sem pátria”, ou estarem ali “para correção”, ou ainda “por vagabundagem”, “por mendigar”, “por falta de legitimação”, isto é por falta de documentos. A maioria, quando inquirida sobre o local anterior de residência responde: “vagabundeia”, “indeterminado”, “sem pátria”, “aqui e ali”, “viajava”, “aqui e acolá”, “vagando”. Todos têm ou tinham profissão. Em sua maioria, tinham sido servos, depois diaristas, caseiros, empregadas domésticas, criadas, etc. Mas havia também tais pessoas que tinham sido soldados, escreventes, padeiros, alfaiates, moço de recados, sapateiro, caçador, pregueiro, escoveiro, serralheiro, tecelão, oleiro, tanoeiro, carnicheiro, cirurgião, holandês, moleiro, cadeireiro. O fim da servidão-da-gleba, as guerras, a industrialização haviam lançado todas essas pessoas para a margem da sociedade. Para sobreviver em época de necessidade, cometeram algum crime, furtos maiores ou menores. Pegos, eram encaminhados para correção. O julgamento feito em relação à maioria é de ordem moral: não querem trabalhar. Por isso o encaminhamento “para correção”. Deveriam ser corrigidos e aprender a trabalhar.

Güstrow, originalmente palácio-residencial, fora transformado em uma Casa de Trabalho Rural e, sob essa designação, re-inaugurada em 15 de abril de 1817, mas destinava-se exclusivamente a receber: 1) mendigos e vagantes, além de seus familiares, de ambos os sexos, que não podiam ser extraditados por não existir

estado por eles responsável. Em resumo: não tinham a condição de vassalos. 2) Além disso, pessoas súditas do Grão-Ducado, em relação às quais nenhuma comuna tinha compromisso. 3) Mendigos e vagantes do território que, após tentativas de autoridades locais, não haviam se afastado da mendicância, da vagância e da ociosidade e que, em sua opinião, careciam de medidas mais drásticas para “corrigirem” seu modo de vida. As pessoas classificadas nos grupos 1 e 2 eram designadas de *Heimatlose*, sem pátria, mas o conceito também pode ser traduzido por vadio ou vagabundo. O terceiro grupo abrangia os *Korrektionäre*, correccionários. Vagabundos eram considerados as pessoas que exerciam atividade proibida, inútil ou perigosa ou aquelas que, sem estarem providas do necessário passaporte ou “legitimação”, buscassem sobreviver no território, exercendo atividade inadmissível ou insuficiente: condutor de urso, apresentador de marionetes, funâmbulos, músicos. As crianças que fossem encontradas com os pais quando de seu aprisionamento não eram admitidas na instituição, pois entendia-se que a convivência iria depravá-las. Por isso, eram confiadas a famílias “bem constituídas”, em áreas rurais, que recebiam uma pensão alimentícia. Crianças de peito ou subnutridas permaneciam na instituição aos cuidados de uma *Kinderfrau*, ama seca, até que pudessem ser encaminhadas a famílias. Quando as crianças atingiam o décimo quarto ano de vida e haviam participado do ensino confirmatório e sido confirmadas, os diretores da Casa de Trabalho encaminhavam-nas a patrões, *Dienstherrn*, em área rural.

A detenção na Casa de Trabalho era por tempo determinado, mas a saída dela só podia acontecer quando o detento tivesse conseguido trabalho ou quando houvesse a convicção de que, doravante, não iria mais mendigar, mas alimentar-se “de maneira digna”.

A História e a Historiografia não raro estigmatizaram pessoas e grupos humanos. No caso específico da história da imigração alemã, alguns grupos foram especialmente estigmatizados: penso nos Mucker, nos mercenários alemães e no tratamento que mereceram na historiografia militar. Entre o estigmatizados estão os mecklenburgueses. Eles são fruto de uma sociedade que experimenta profundas transformações sociais. São raros os casos de emigrantes mecklenburgueses que não tenham profissão. Há entre eles número significativo de artesãos. Nos anos de 1824 e 1825, contudo, o artesanato estava em crise na Europa. O tear a vapor tornava supérfluo o trabalho do tecelão. Os moinhos necessitavam de menos moleiros, os remendões não tinham mais espaço. No campo, fora eliminada a servidão da gleba, mas consideráveis contingentes humanos foram colocados à margem do processo produtivo. Além disso, arados mecânicos substituiriam seus arados de madeira puxados por cavalos. Restava a mendicância, a vagância e a vagabundagem, fazendo teatro de marionetes nas praças, cantando nas ruas, levando animais presos a correntes, fazendo acrobacias. Como último recurso, restava o pequeno furto que podia degenerar, levando ao assassinato. A situação desses enormes contingentes humanos era lida com critérios morais: não queriam trabalhar. E foram con-

selhos de ordem moral que acompanharam os mecklenburgueses, quando de sua partida para o Brasil. Foi por razões de ordem moral e legal que foram encaminhados a Casas de Correção, a Casas de Trabalho Rural. Nelas deveriam apreender a trabalhar a terra ou outro “trabalho digno”, em um mercado de trabalho que lhes era desfavorável ou que não mais necessitava de sua força e trabalho. Só saíam da Casa de Correção quando tivessem trabalho. Com isso, estavam condenados a aí permanecer indefinidamente. Nas Casas de Correção, chegavam por terem estado a mendigar em áreas em que não lhes era lícito mendigar! Também o mendigo tinha que ter passaporte válido que o autorizava a mendigar em áreas nas quais tivesse pátrio direito. As crianças, filhas de pais mendigos, eram deles separados até atingir a idade de 14 anos. Aí eram confirmadas pela Igreja Territorial e confiadas a patrões, geralmente em áreas rurais, que lhes ensinariam as lidas domésticas ou os empregariam como mão-de-obra barata. Nossa documentação está a apontar para meninas adolescentes que foram violentadas por seus patrões, engravidaram, praticaram aborto e foram condenadas por esse crime. Outras, exploradas, vingaram-se colocando fogo na propriedade do patrão. As contingências levaram-nas de volta às Casas de Correção onde haviam ingressado com seus pais. Numa sociedade patriarcal e ante a possibilidade de emigrar, submeteram-se ao casamento com outro detento, pois, como mulheres, não poderiam ser proprietárias. No Brasil, algumas foram vendidas por seus maridos, outras venderam seus corpos, outras estabeleceram-se como comerciantes. Majoritariamente, porém, fizeram parte do grupo de agricultoras inseridas no regime da pequena propriedade rural, inaugurada com a imigração alemã³.

Para sobreviver e iniciar vida nova, optaram pela oferta do Major Jorge Antônio Von Schaeffer. Schaeffer lhes fez as seguintes promessas, bem amparado por instruções de José Bonifácio e por lei de D. João VI que prometia a condição de súdito para quem viesse a trabalhar a terra no Brasil:

“Por incumbência Altíssima do Governo Territorial do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, com a reserva de sua Altíssima ratificação, foi estabelecido e celebrado entre a Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstrow e o Representante Plenipotenciário do Alto Governo Brasileiro para os colonos, Senhor Major von Schaefer, Cavaleiro da Ordem de Cristo etc, por causa da aceitação das pessoas que se apresentaram como colonos no Brasil, o contrato abaixo:

Etc. etc. etc. etc. etc. etc. etc.

§ 4.

Os colonos não pagarão quando de sua chegada ao Brasil qualquer ressarcimento para seu traslado ao Brasil, para si e para os objetos que lhes for permitido levar consigo, bem como para a alimentação, auxílio médico e medicamento fornecidos durante o mesmo,

³ De grande valia como introdução às condições sociais na Alemanha do período, é a obra de Rheinheimer, Martin. *Arme, Bettler und Vaganten*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenburg Verlag, 1998. Veja-se também WIKANDER, Ulla. *Von der Magd zur Angestellten. Macht, Geschlecht und Arbeitsteilung 1789-1950*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1998.

seja em forma de moeda efetiva, valor monetário ou serviços. Aqueles colonos que se destinarem ao estamento militar receberão desde o dia de seu embarque em Hamburgo, além da ração, o salário determinado em moeda efetiva, equivalente a 8 schilling segundo a moeda daqui.

§ 5.

Quando da chegada ao Brasil, cada um deles é livre para
ser colono na agricultura, em um ofício ou uma arte, ou ainda exercer um negócio, ou ser soldado.

§ 6.

Como colono para a agricultura o mesmo receberá e é assegurada a todo.

1. em uma das províncias do sul do Império, com clima adequado a alemães, para cada família com cerca de 2 a 5 crianças, 200 geiras de terra à 120 varas quadradas, e proporcionalmente mais, quando a família for maior.
2. Uma casa adequada à extensão dessas terras.
3. Os animais, o inventário para o campo e para a casa necessários à condução de uma lavoura; como cavalos, muares, bois, vacas, cabras etc.
4. As sementes necessárias para a sementeira, como milho, arroz, feijão etc.
5. Víveres para si e sua família por dezoito meses.
6. Todos os colonos serão abrigados, até que as casas próprias que lhes serão entregues estejam construídas, em casas vizinhas.
7. Pelo espaço de oito anos, liberação de todos os impostos públicos, quer consistam de dinheiro ou produtos ou serviços.

Finalmente

8. Todos os objetos mencionados do nº 1 ao 5 inclusive permanecerão para sempre livre propriedade dos colonos.

§ 7.

Como artista ou artesão, o mesmo receberá, enquanto o desejar:

- a. Trabalho de parte do Governo contra o pagamento usual no Brasil, e além disso
- b. durante esse tempo, uma moradia que lhe será assinalada.

§ 8.

Caso o colono adventício escolher o serviço como soldado, os mesmo receberá:

- a. uma capitulação por 6 anos.
- b. Durante este tempo, o vestuário, alimentação e soldo determinado no Brasil.
- c. Após este tempo, também terá a liberdade de exercer uma arte ou ofício.

O soldado desincorporado receberá, então, tudo aquilo que foi prometido a estes colonos nos parágrafos 6 e 7, caso não opte em assumir nova capitulação e terá o direito precípuo de escolher a parte do Império, na qual queira se assentar.

- d. Assim como é prometido a cada um esperança de um *avancement* no exército e àquelas patentes para as quais se qualificar mercê seu bom comportamento moral e suas capacidades, assim qualquer um que se tornar inválido poderá contar com certeza com a providência e o apoio do Governo.

§ 9.

Todo o colono também tornar-se-á, a partir do instante de seu embarque para o Brasil, cidadão brasileiro e gozará dos mesmos direitos como os demais residentes natos.

Passados 10 anos, todo o colono, que talvez tenha adquirido alguma riqueza, terá a liberdade, às próprias custas, de deixar o Brasil e retornar e o alto Governo do Brasil não operará qualquer impedimento a essa partida.

§ 10.

Cada colono adulto do sexo masculino receberá quando de sua partida, por conta da Casa de Trabalho Rural, um enxoval prescrito pelo Major von Schaefer, consistindo de

Um casacão

Um casaco de linho

Duas camisas

Duas calças

Um par de coturnos e

Um boné,

os quais o senhor Major von Schaefer promete fornecer por 10 *rixdaler*.

Este contrato foi diversas vezes aprovado e assinado por ambas as partes.

Assim dado em *Güstrow*, a 3 de maio de 1824.”

Antes do embarque para o Brasil, todos foram indultados. É importante que se diga que o governo de Mecklenburg-Schwerin não ofereceu indulto a todos os prisioneiros. Número significativo não recebeu o indulto e teve que continuar nas casas de correção e presídios. Os encaminhados para o Brasil, no entanto, num total de três transportes nos anos de 1824 e 1825, só foram libertados de seus grilhões ao embarcarem nos navios que os trariam ao Brasil. Nesses navios, não se encontravam apenas pessoas oriundas das casas de detenção de Mecklenburg, mas também colonos recrutados em outras regiões da Alemanha. De um dos transportes, temos diário elaborado por oficial alemão que nada escreve em desabono dessas pessoas, mas de outros passageiros.

Os “avulsos”, isto é, os solteiros permaneceram, majoritariamente, no Rio de Janeiro, onde foram incorporados a batalhões de estrangeiros (cf. LEMOS, 1993; ANDRÄ, 2000). Muitos atuaram na Cisplatina e, após sua desincorporação, estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, mas também no Paraná e em São Paulo. Casais com família foram, via de regra, enviados ao Rio Grande do Sul.

Os sonhos desses migrantes, mas também suas decepções estão descritos em um maço que contém os autos de inquirição realizada com dois dos prisioneiros que retornaram a Mecklenburg após dois anos de estada no Brasil, sendo encaminhados à Casa de Correção de *Güstrow*, pois seu indulto só valia para o Brasil. Os retornados Günther e Sichtling informaram sobre diversos dos ex-detentos. No caso da maioria, aparece a informação “recebeu colônia própria”. No caso de outros,

ouve-se dizer de morte ou assassinato. Houve mulheres que caíram na prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Outras se estabeleceram com pequeno comércio. O sonho, por vezes, provocava delírio que nada tinha a ver com a realidade, como podemos constatar no relato:

O outrora supervisor de refeitório daqui, Schulze, com sua esposa e seus quatro filhos. Ele recebeu uma colônia própria no Rio Grande; a esposa estava grávida quando daqui emigramos e seu parto ocorreu a caminho do Rio de Janeiro para a colônia que lhe fora designada. Como diversas pessoas tomaram conhecimento do fato, ofereceram-se para ser padrinhos da criança recém-nascida, e nesta oportunidade foram lhe dados presentes tão ricos pelos padrinhos que o Schulze não só pôde adquirir uma segunda colônia, mas também instalar seu negócio (cf. DREHER, 2010a, p. 195).

A realidade foi outra. A família Schulze que deveria ter ido para São Leopoldo, foi encaminhada para São João das Missões e lá pereceu (cf. HUNSCHE, 1977, p. 574). De São João das Missões, restou o cemitério localizado na antiga redução de São João Batista, onde podem ser encontrados túmulos com inscrições alemãs. Em São Leopoldo e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no entanto, a memória dos mecklenburgueses pode ser recuperada. Caroline Von Mühlen pôde dedicar-se a essa tarefa em sua dissertação de mestrado (MÜHLEN, 2010). Há, no entanto, outros tantos trabalhos a serem escritos. Nos livros de registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, sua memória está muito presente (cf. DREHER, 2010b). Em 4 de dezembro de 1826, casaram em São Leopoldo Johann Philipp Einsfeld e Maria Catharina Hinrichs. A noiva era natural de Seedorf, em Mecklenburg, junto a Lentzen, 16 anos de idade, era evangélica e filha de Johann Joachim Hinrichs e de Luise, nasc. Köhler. O pai era agricultor, dera entrada na Casa de Correção de Dömitz, em 14 de setembro de 1819. Seu crime, “furtos”. A mãe era pessoa livre e, à época de embarque para o Brasil, a filha Marie tinha 13 anos. O pai estava condenado à prisão perpétua. Em São Leopoldo, o pai faleceu a 4 de setembro de 1825. Sua sepultura pode ser encontrada no Cemitério Evangélico de Lomba Grande. Os Einsfeld, descendentes de Maria Catharina Hinrichs povoam o Brasil. O mesmo acontece com os Groth, os Haack, os Heinecke, os Krüger, os Ulrich, os Albrecht, os Willborn, os von der Deeken, que viraram Dequem, os Gerling e tantos outros.

A história dos primórdios da imigração alemã no Rio Grande do Sul merece ser reescrita por causa dos que foram esquecidos ou invisibilizados. É necessário dar voz aos silenciados pioneiros, pobres, mendigos e vagantes, levados à mobilidade social e espacial, chegados ao Brasil, onde sob novas condições reconstruíram existência..

Referências bibliográficas

- ANDRÄ, Helmut. Deutsche Söldner in Brasilien. Band I: Ins Land gekommen während des I. Kaiserreiches in den Jahre 1824 bis 1829. São Paulo:KMK, 2000.
- DREHER, Martin N. Degredados de Mcklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: OIKOS, 2010a, p. 195.
- DREHER, Martin N. e MÜGGE, Ernani (orgs.). Dois Irmãos: dos primórdios ao quinquentenário de emancipação. São Leopoldo: OIKOS, 2009.
- DREHER, Martin N. Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX). 3ª Ed. São Leopoldo: OIKOS, 2010b (CD-Rom).
- DREHER, Martin N. Servidão da Gleba em Mecklenburg e os Primórdios da Imigração Alemã para o Brasil. In: Martius-Staden-Jahrbuch 57, São Paulo: Instituto Martius-Staden, 2010c, p. 33-52.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- GOFFMANN, Erving. Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HUNSCHE, Carlos H. O Ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 574.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.
- MÜHLEN, Caroline Von. Da exclusão à inclusão social. Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.
- Rheinheimer, Martin. Arme, Bettlr und Vaganten. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1998.
- RHEINHEIMER, Martin. Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia em La necesidad, 1450-1850. Madrid: Siglo XXI, 2009.
- SCHEIBE, Mark. Schinderhannes, sein Lebensweg zwischen Taunus, Wetterau, Hunsrück und Odenwald. 3. Aufl. Kelkheim: Historische Kommissions für die Rheinlande, 2006.
- WIKANDER, Ulla. Von der Magd zur Angestellten. Macht, Geschlecht und Arbeitsteilung 1789-1950. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1998.

Esculhambando o paraíso: colonização gaúcha, ascese do trabalho e história ambiental

*Ely Bergo de Carvalho**

As reflexões que compartilho aqui são frutos, em primeiro lugar, de uma inquietação que há muito me persegue, de como ligar os fenômenos étnicos à relação mais ou menos sustentável que cada grupo estabelece com seu ambiente; e, em segundo lugar, da constatação, vivendo no Sul e em Mato Grosso, de que os “gaúchos” são considerados “gafanhotos”¹: destruidores contumazes das florestas.

Há determinados fenômenos que são mais bem compreendidos em uma duração mais longa. A colonização “gaúcha” em Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980, é um exemplo disso. Não apenas porque temos que entender o processo de imigração que ocorreu no século XIX e início do XX que deu origem a grande parte da população que formou esse fluxo migratório, mas porque entendemos melhor o que está em disputa quando percebemos o processo em longo prazo.

Iniciemos pelo primeiro conceito do título do trabalho: “colonização”, Bosi (1992. p. 13) afirma: “a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante [...]”. Sendo assim, a

[...] colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas; são também crenças que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer (BOSI, 1992. p. 15).

Submeter a natureza e os nossos semelhantes são atributos do processo de colonização. E não seria diferente para o que foi denominado por Waibel de “colonização europeia” (WAIBEL, 1958, p. 206). Processo amplamente estudado, que visava, entre outras coisas, “civilizar” o Brasil, no sentido de aproximar mais o

*Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.
E-mail: carvalho2010@yahoo.com.br

¹ O que também foi observado por ROCHA (2006, p. 139).

Brasil do ideal de sociedade burguesa europeia. Sendo que em seus contornos mais racistas acreditavam mesmo, que a inclusão de “sangue branco” iria embranquecer o Brasil e “melhorar a raça”.

No Rio Grande do Sul, as elites pecuaristas do Sul tiveram nos imigrantes europeus uma forma de tentar modernizar a agricultura, em especial, no que tange à produção de alimentos. Ademais, como já demonstrou Zarth, conforme tal população foi destinada às áreas de interesse marginal para aquela elite pecuarista, as áreas de florestas, houve uma expulsão da população de nacionais que tinham, no acesso a florestas, uma forma de não se subordinar totalmente ao trabalho da grande fazenda de gado. Sem a floresta, com esta sendo sistematicamente ocupada por imigrantes, ficava mais fácil subordinar os homens e mulheres livres e pobres ao trabalho.²

Tais imigrantes “civilizadores”, entretanto, tiveram, como se sabe, de adequar-se às técnicas da nova terra, mais do que impor o seu padrão de agricultura. O arado, por exemplo, em terras montanhosas e ainda cheias de raízes da floresta, era de difícil utilização, era um instrumento criado para um clima temperado, que não demonstrava o mesmo ganho de produtividade em terras subtropicais, onde a forte insolação na terra revirada tendia mais a matar do que a revigorar os micro-organismos presentes no solo. Assim os imigrantes europeus e seus descendentes adotaram as práticas básicas nativas do cultivo da coivara, mas em pequenas propriedades, o que tende a ampliar o processo de degradação ambiental. Embora tenham desenvolvido modelos de manejo que, em alguns casos, mais sustentáveis e, ainda hoje, praticados (DALMORA, 2004).

De qualquer forma, por vários fatores, em tal processo de migração formou-se não uma “*via farmer*”, como alguns dos seus propugnadores do século XIX desejavam, mas um “campepinato específico” (SEYFERTH, 2004, p. 69-150).

Apesar disso, e por causa disso,³ a superioridade da tecnologia e o “amor ao trabalho” dos imigrantes europeus e seus descendentes foram argumentos utilizados para justificar a priorização destes em boa parte da expansão da fronteira agrícola durante o século XX, no Brasil. São argumentos encontrados por Zarth (1999, p. 190-198) a respeito da colonização, no final do século XIX e início do século XX, no Noroeste do Rio Grande do Sul. Mas também são encontrados dentre os motivos que levaram o Estado a financiar migrantes “japoneses” para Santa Catarina,

² “A eliminação das relações escravistas implicava a existência de um contingente populacional sem acesso livre aos meios de subsistência, o que era difícil num território de recursos abundantes e densidade demográfica muito baixa. Diante dessa situação, a estratégia dos grupos dominantes deuse no sentido de eliminar os espaços disponíveis aos camponeses nacionais, submetendo-os ao trabalho nas estâncias, sob diversas formas de coerção ligadas ao controle da terra.” (ZARTH, 2002, p. 194).

³ A forte presença de agricultores familiares é um fator fundamental para a representação do “Sul maravilha”, e para crença que se tratava de um “modelo” a ser seguido, no que fosse possível, pelo restante do país. (LENHARO, 1986, p. 40; BOSI, 1992, p. 286).

nas décadas de 1960 e 1970, como no caso que estudei com Martinello (MARTINELLO; CARVALHO, 2010, [NO PRELO]), que mostra que os japoneses eram agricultores considerados intrinsecamente modernos e trabalhadores, capazes de difundir essas características entre os “brasileiros”. Mesmo que esses brasileiros, no caso em sua maior parte, fossem descendentes de imigrantes italianos e alemães que há uma ou duas gerações foram trazidos para “civilizar/modernizar” a agricultura anteriormente existente.

Argumento que se repete quando do *boom* da colonização dirigida no atual Estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980 – apenas na década de 1980, a população de Mato Grosso aumentou 78%. Devemos ter presente que os biomas do Cerrado e da Amazônia não foram gentis para aqueles que procuraram reproduzir lá sua condição de pequenos agricultores (TEIXEIRA, 1999). Em condições ecológicas adversas, os saberes acumulados sobre como plantar, como derrubar a mata, demonstraram-se insuficientes. Todavia, no bojo do processo de implantação da chamada “Revolução Verde”, surge um padrão tecnológico com sementes selecionadas, máquinas automotoras agrícolas e agroquímicos que permitiu, para aqueles que já haviam acumulado capital para ingressar em tal padrão, a produção de novos cultivos nesses biomas, em especial a soja. Nesse contexto, houve uma forte migração rural-rural em especial do Sul e Sudeste, (mas também dentro da própria Região Sudeste e Sul), para o Centro-Oeste, para o Norte, para algumas áreas do Nordeste e, até mesmo, para fora do país, em especial para o Paraguai e Bolívia. Estabelecendo, nesses lugares, um padrão de agricultura dita “moderna” e competitiva em termos do mercado internacional de *commodities*.

Apesar das tentativas de colonização dirigida, efetuada pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, em especial no Estado Novo, foi só com a ditadura iniciada com o Golpe Civil-Militar de 1964, que reúnem-se condições para proceder tal colonização sistemática.

O Governo Federal, o Governo Estadual e empresas colonizadoras privadas estiveram envolvidos na venda de terras nesse momento. E havia um colonizador ideal: o agricultor sulista. Como afirma Guimarães Neto (2002, p. 106-107):

Foi o pequeno proprietário empobrecido do sul que se constituiu no tipo ideal de colono para as empresas colonizadoras da Amazônia, sobretudo na fase de implantação dos projetos, uma vez que, depois, o mercado de terras ficava aberto a ‘investidores mais caros’.

Identificar-se com esse perfil, sulista, descendente de europeus, e como veremos “gaúcho”, possibilitava o acesso a um “capital relacional”, o qual facilitava a compra de terras, financiamento, assistência técnica, dentre outras vantagens. Esse contexto favorecia especialmente os agricultores tecnificados e capitalizados do Sul e Sudeste, e também favorecia a concentração fundiária, mas tal processo de colonização não era apenas uma operação econômica, pois os sujeitos traziam “nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer”. Ou seja,

não se trata apenas de *know-how* diferente, mas de racionalidades diferentes que se encontram na fronteira agrícola.

A etnografia na década de 1990 assim registra a interpretação de um fazendeiro brasileiro, gaúcho, sobre a população e as terras em que vivia na Bolívia:

– Aqui dá para viver com um pouco mais do que nada. Nós chegamos e compramos as coisas mais caras do que são, mesmo estando ridiculamente baratas, ganhamos dinheiro, mostramos que o trabalho traz benefícios, temos vontade de ganhar dinheiro, acumular riquezas. Isto acaba mudando a cabeça deles. Pronto... **esculhambamos o paraíso**. (grifo nosso) (apud KAI-SER, 1999, p. 139).

Tal afirmação pode ser encontrada em Mato Grosso, seja a respeito das populações indígenas, extrativistas (como ribeirinhas e seringueiros), de pequenos agricultores autóctones, ou até mesmo de migrantes nordestinos que vieram para a região na mesma época (FREITAS, 2006, *on line*).

A ideia de uma população pobre que vive quase sem trabalhar graças a uma natureza dadivosa já era produzida pelos viajantes coloniais sobre as Américas. Todavia, nas últimas décadas, tal ideia é apropriada em uma representação desses povos como “bons selvagens ecológicos”. Ou seja, em grande parte é uma imagem positiva das comunidades extrativistas e de pequenos agricultores que foi produzida pelo movimento ambiental, ao identificar esses modos de vida como estando em uma suposta “harmonia com a natureza” e pelos movimentos sociais que incorporaram tal argumento legitimador em sua autorrepresentação (CARVALHO, 2008, p. 27 e passim). Mas devemos lembrar sempre no potencial de transformação que tais comunidades tradicionais têm de seu ambiente, não estando elas em “harmonia” com a natureza (DEAN, 1996, p. 38 et. seq.).

Todavia, por maiores que sejam as alterações ambientais que comunidades extrativistas, ligadas ao mercado internacional ou agricultores familiares que se utilizavam da coivara, pudessem causar, em especial em longo prazo, não eram comparáveis à degradação gerada pelos projetos de colonização, pautados no corte raso da Floresta Amazônica e do Cerrado. Desta forma, as tecnologias utilizadas pelos autóctones deslegitimadas como “primitivas e inferiores”, quando julgadas sob uma perspectiva ecológica, podem ser consideradas mais viáveis em longo prazo. Hoje em dia, aqueles que defendem um agroecossistema ecologicamente sustentável e socialmente justo, consideram fundamental a valorização desses saberes tradicionais, não para reproduzir o passado (modo de vida, tecnologias) no futuro, mas para produzir um futuro diferente que incorporem tais saberes locais/tradicionais em novos modelos de agroecossistemas, mais sustentáveis. Desta forma, a pedra rejeitada pode tornar-se a pedra angular (ALTIERI, 2002).

Em Mato Grosso, a colonização como projeto que excluiu não só o saber, mas as próprias populações, hoje, denominadas tradicionais, e também, a floresta, tornou-se hegemônico na primeira metade do século XX. Mato Grosso, no final do

século XIX e início do século XX, tinha uma economia pautada na produção de gado, em engenhos de cana-de-açúcar decadentes e no extrativismo. Estrangeiros e os setores mais esclarecidos da sociedade criticavam fortemente as atividades extrativistas, seja a feita por grandes empresas, como, então, era a *Mate Laranjeira* (que extraía erva-mate) ou por “sertanejos”, por serem imprevidentes, “sem técnica”, que destruíam uma produção no longo prazo, em nome de uma maximização imediata da riqueza. Então, a elite intelectualizada de Mato Grosso possuía um projeto de modernização pautada em novas tecnologias extrativistas e na abertura de vias de transporte e comunicação, mas, no decorrer da década de 1930, tal projeto é suplantado por outro. O projeto extrativista, que percebia a floresta em pé como riqueza natural a ser preservada, foi substituído pelo projeto nacional da colonização para a agricultora. A “terra nua” e trazer braços migrantes para tornar as terras produtivas agora era o que importava (CASTRO; GALETTI, 1994, p. 2-188). A população pobre nativa era vista como incapaz de tal transformação, tal como nos ensina Said (1995), o colonizador (e até mesmo a elite local) olha para o espaço sempre “vazio” da colônia, pois não percebe os colonizados como atores capazes de ação.

Isso leva ao outro termo do título dessa conferência: “a ascese do trabalho”. Para se entender a centralidade de uma ascese do trabalho, é necessário pensá-la na longa duração. Ou seja, deve-se pensá-la como parte da luta por estabelecer a disciplina do trabalho em uma sociedade em modernização, na qual não se busca apenas implantar uma nova tecnologia industrial, mas formular novos valores e uma nova forma de se relacionar com o tempo, no qual o “tempo seja dinheiro”, o tempo seja voltado para a produção. O que não se dá de forma homogênea e nem sem conflito, como argumentava, já em 1967, Thompson (1998, p. 267- 304, p. 299): “o que os moralistas mercantilistas disseram sobre o fato de os ingleses pobres do século XVIII não reagirem aos incentivos e às disciplinas”, sendo preguiçosos incorrigíveis “é frequentemente repetido, por observadores e por teóricos do crescimento econômico, a respeito de povos dos países em desenvolvimento na época atual”. No Brasil, desde pelo menos, a abolição da escravidão em 1888, vários projetos modernizadores procuraram deslegitimar qualquer *modo de vida* – caipira, sertanejo, caiçara, indígena etc. – no qual o tempo não seja principalmente “dinheiro”, no qual o trabalho não seja uma missão central na vida, introjetados tais valores na forma de uma ascese do trabalho.

Todavia, não se trata de uma simples oposição entre uma concepção capitalista para o trabalho e para a maximização dos lucros; e outra para qual o trabalho é um “meio de sustento”. Para grupos que mantêm ou mantiveram uma campesinidade forte, o trabalho é uma “categoria nucleante” (WOORTMANN, 1987. p. 23), centro de sua visão de mundo e inseparável de “família” e da “terra”. De toda forma, por mais que sejam múltiplas as representações de trabalho, a representação do trabalho ligado à formação de uma sociedade moderna-industrial, tem no estereótipo do preguiçoso, o seu contraponto. No nosso caso, o “brasileiro pregui-

coso”, sem dúvida, tem aí a linha de força fundamental de sua formação, o seu Outro (LINHARES; SILVA, 1999, p. 85).

Na disputa pelo acesso à terra, os “estabelecidos” se autorrepresentaram como os “trabalhadores”, e os Outros como “preguiçosos”. De tal forma, os membros do *establishment* têm reforçado um controle social para manter sobre si uma dada conduta, voltada para o trabalho; e para os *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000), a deslegitimação e a superioridade de poder econômico dos “estabelecidos” forçavam em direção à adoção de uma dada ética do trabalho.

Desta forma, se estabelece uma configuração em que colonizadores (*establishment*) e colonizados (*outsiders*) vão ao encontro de uma ascense do trabalho, enquanto produção e acumulação *ad infinitum*.

Mas por que são os “gaúchos” que têm o papel de “esculhambar o paraíso” do Outro? Não cabe aqui explicar as invenções das tradições gaúchas, de como aqueles que no Rio Grande do Sul se identificavam como “alemães”, “italianos” adotaram preferencialmente a identidade gaúcha, em especial ao migrarem para fora do seu estado natal. Basta recordar que a bibliografia sobre o tema há muito indicou a existência de uma “rede étnico-regional gaúcha”, na qual a identidade étnica gaúcha presente nas fronteiras agrícolas, nesse processo de colonização, presupunha a conquista de novas terras, na qual o Outro é deslegitimado e domesticado (KAISER, 1999, p. 35; OLIVEN, 2006; HAESBAERT, 1997).

Um bom exemplo, dentre outros, é a pesquisa feita por Rocha (2006), sobre Lucas do Rio Verde, cidade mato-grossense fundada em 1986 depois de poucos anos de colonização dirigida. Dos vários elementos diacríticos para a identidade gaúcha que marcam a fronteira entre Nós e o Outro, o “trabalho” é um elemento central. Ocorre que o grupo de “posseiros” que comprou grandes propriedades logo no início da colonização da região, a maioria vinda do Rio Grande do Sul, identificavam-se como “gaúchos”, sendo o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), fundado por eles, um elemento aglutinador central na cidade. De tal forma que os fazendeiros paulistas que fundaram a cooperativa, outra instituição fundamental para o sucesso econômico da cidade, na medida em que possibilitou a obtenção de financiamentos estatais e a agregação de valor por meio da constituição de agroindústrias, em grande parte, se integraram ao CTG e passaram a identificar-se com o tradicionalismo “gaúcho”. Todavia, um grupo de migrantes sul-rio-grandenses estabelecido na região pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em lotes de 200 hectares, mas que não obtiveram sucesso econômico, tendo, na sua grande maioria vendido os lotes para os “fazendeiros” mais antigos, eram silenciados nas entrevistas, e quando os moradores “gaúchos” da cidade se referiam a tais sul-rio-grandenses, os identificavam como gaúchos anômicos, pois lhes faltava o “trabalho”, o trabalho acompanhado do sucesso financeiro.

Quando abordamos os números sobre a migração para o Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, podemos perceber que os sul-rio-grandenses não foram

tão expressivos em termos populacionais. O Censo Demográfico de 1991 informa que, dos brasileiros natos por local de nascimento, o Estado do Paraná aparece em primeiro lugar com 227.373, seguido de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e, só então, em sexto, o Rio Grande do Sul, com 67.845 natos morando em Mato Grosso.

Mato Grosso – Brasileiros natos por unidade da Federação de nascimento – 1991

Paraná	227.373
Minas Gerais	104.721
São Paulo	132.082
Goiás	94.756
Mato Grosso do Sul	72.905
Rio Grande do Sul	67.845
Bahia	47.164
Santa Catarina	39.403
Outros	139.373
Mato Grosso	1.095.641
Total	2.021.263

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Há que se considerar, obviamente, que a população do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná são, em sua maioria, descendentes de migrantes sul-riograndenses, e possuem vários elementos culturais que os identificam com o Rio Grande do Sul. Mas, apenas as migrações internas do Rio Grande do Sul para os outros Estados sulinos não explica por que tal população minoritária passou a identificar uma população bem maior, originária de outros Estados. Afinal, às vezes, em Mato Grosso denomina-se genericamente todo sulista de “gaúcho”, e ainda é recorrente a ideia de que os “gaúchos” “invadiram” Mato Grosso.

Esclarecedor é conhecer cidades como Sapezal. Uma cidade, cujo loteamento começou em 1987 e em 1994 já havia se tornado município, fundada pelo pai do ex-governador do Estado e um dos maiores produtores de soja do mundo, Blairo Maggi. Cidade, na qual, a presença do tradicionalismo gaúcho é muito forte, sendo considerada uma cidade de “cultura gaúcha”. No entanto, professores da cidade, ao averiguarem a origem de seus alunos, perceberam que a maioria dos alunos era nordestina, que migraram pela oportunidade de emprego nas agroindústrias e nas fazendas.⁴

⁴ Este caso foi relatado por uma aluna de pós-graduação que atuou como professora naquela cidade, caso semelhante foi constatado em Tangará da Serra, com surpresa, por professores locais (conf: FREITAS, 2006).

A rede social formada pelos migrantes gaúchos e o apoio institucional do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, criaram uma sobrevisibilidade para tal identidade, que, enquanto grupo étnico, recebe adesões não apenas de sul-riograndenses e seus descendentes, mas de outros grupos. Nem todos os “gaúchos” são fazendeiros, bem pelo contrário, a identidade “gaúcha” no Estado de Mato Grosso é associada ao *establishment* (KAISER, 1999, p. 150). Todavia, independente de serem patrões ou empregados, a adoção do “trabalho” como uma característica para demarcar a fronteira entre o Nós e o Outro contribui para impelir tanto os “gaúchos” como os Outros em direção de uma ascensão do trabalho, na qual tempo é dinheiro, e trabalho é igual a produção de riqueza pecuniária.

Desta forma, o projeto de modernização adotado pela elite mato-grossense na década de 1930, pode ser tomado como tendo sua realização na “colonização gaúcha”. Como afirma um entrevistado “cônsul do tradicionalismo gaúcho”, quando perguntei sobre o papel dos gaúchos na história de Mato Grosso: “[...] eu acho que, queira ou não queira, a cultura gaúcha aqui no Estado do Mato Grosso [...] alavancou a potência que o Mato Grosso é por natureza [...] acorda[ram] a potência do Mato Grosso que tava tão parada.”⁵ No entanto, longe de “dormir em berço esplêndido”, a população pobre, até então, vivia por uma racionalidade não produtivista que foi e vai ao encontro a uma ascensão do trabalho moderna.

Em suma, há duas considerações gerais, extraídas desse breve ensaio sobre a “colonização gaúcha” em Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980, uma que se refere à relação com os seus semelhantes e a outra sobre a relação com a natureza.

A primeira é que ter o “trabalho” como um fator diacrítico da identidade “gaúcha” em relação ao Outro é uma forma de deslegitimar o Outro e de tentar implantar uma ascensão do trabalho, produtivista, típica da sociedade industrial.

A segunda é que, afinal, os “gaúchos” não são os “gafanhotos das florestas”, apesar de que a identidade étnica gaúcha esteve e está⁶ imersa em um processo de colonização que implica o controle da terra/natureza e dos semelhantes. Desta forma, as identidades étnicas não são os fatores que explicam a relação que se tem com a natureza, mas os fatores a serem explicados, de como distintas configurações sociais constroem identidades étnicas e relações diferenciadas com a natureza. Em um mundo, como hoje, em que é vigente o “multiculturalismo”, em que os problemas sociais cada vez mais são resolvidos por uma via étnica, devemos saber pensar os problemas sociais mais amplos no que eles transcendem (e às vezes ajudam a formar), as fronteiras étnicas.⁷

⁵ BUSANELLA, Eduardo. **Eduardo Busanella: depoimento**. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho [12 jun. 2010]. Cuiabá, 2010.

⁶ Uma vez que a expansão da fronteira agrícola, com a ampliação de complexos agroindustriais como o da soja, ainda hoje ocorre nas áreas já citadas.

⁷ Sobre etnicidade, ver: POUTIGNAT; STREIFF_FERNART (1998); OLIVEIRA, (2006).

Referências bibliográficas

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Tradução Eli Lino de Jesus, Patrícia Vaz. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- BUSANELLA, Eduardo. **Eduardo Busanella: depoimento**. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho [12 jun. 2010]. Cuiabá, 2010.
- CARVALHO, Ely Bergo de. **A Modernização do Sertão**: Terras, Florestas, Estado e Lavradores na Colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC., Florianópolis, 2008.
- CASTRO, Maria Inês Malta; GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Um histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso. In: CASTRO, Carlos F. de Abreu. **Diagnósticos do setor florestal em Mato Grosso**. Brasília: IBAMA/ITTO/FUNATURA, 1994. p. 2-188.
- COSTA, Cléria Botelho da. Eu e as fronteiras do outro. **Travessia: revista do migrante**. São Paulo, n. 19, p. 10-12, maio/ago. 1994.
- DALMORA, Eliane. **O Papel da Agricultura Familiar no Processo de Conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina**: Modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. Tese (Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de. **A pedagogia do gauchismo**. Uma análise da diáspora gaúcha. Tese (Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8578?show=full>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **Dês-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói, Ed. da UFF, 1997.
- KAISER, Jakzam. **Ordem e Progresso**: O Brasil dos gaúchos. Florianópolis: Insular, 1999.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e Trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida?** Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. (Orgs.). **Imigrantes Japoneses no Brasil**: Trajetória, Imaginário e Memória São Paulo: EDUSP, 2010. 26 p. (NO PRELO).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2. Ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”** – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 69-150.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da Natureza**: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: O Campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, p. 11-73, 1987.

ZARTH, Paulo Afonso. História Regional/História Global: uma história social da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil). **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 1, n.1, p. 190-198, jun. 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

MESA-REDONDA 5
PARENTESCO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E
QUESTÕES DE GÊNERO NA IMIGRAÇÃO

**Os *wandschoner* sob a análise
dos estudos de gênero:
um patrimônio a ser salvaguardado***

*Marli Brun***
*Edla Eggert****

Este texto contempla o estudo das relações de gênero e do modo de organização social da comunidade teuto-brasileira tendo como referência o processo de salvaguarda dos panos de proteção de parede, realizado por meio de um Projeto Social Tecendo Memórias, em Ivoti, Rio Grande do Sul. A ideia com esse tipo de pesquisa é preservar a história, a cultura e o patrimônio de mulheres que vieram da Alemanha para o Brasil. Trazemos para esse texto a análise de um artefato cultural que, simbolicamente, está se decompondo e que as novas gerações poderão conhecer se conseguirmos preservar a memória histórico-afetiva dos *wandschoner*.

*Este estudo é parte das reflexões realizadas no grupo de pesquisa *A narrativa de processos auto-formadores de tecelãs – construindo novos debates para a EJA*, integrante da linha de pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A minha tese de doutorado está sendo construída, sob a orientação da Professora Dra. Edla Eggert, tendo como título provisório *O processo de construção da cidadania das mulheres na arte de bordar*.

**Graduada em Filosofia (UNISINOS); graduação e mestrado em Teologia pela Escola Superior de Teologia – EST, especialista em Gestão Social (UFRGS), doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos / UNISINOS-RS. Professora e coordenadora de projetos sociais no Instituto de Educação Ivoti; e-mail: marlibrun@iei.org.br.

***Graduação em Pedagogia (UNIPLAC – 1986), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (1998). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; e-mail egbert@terra.com.br.

O reconhecimento da cultura material e imaterial produzida por mulheres

No artigo 216 da Constituição Federal do Brasil, lemos que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Iniciamos esta reflexão trazendo um dos *wandschoner* usados por uma família teuto-brasileira, até a década de 60, 70. Esse tipo de decoração produzida pelas imigrantes era usada principalmente atrás do fogão à lenha para proteger a parede dos respingos da comida em processo de cozimento. Algumas pessoas de origem teuto-brasileiras e também italianas, acima de 40, 50 anos, ainda têm, em seu imaginário, a lembrança do pano com um dizer bordado que estava pendurado na parede da casa de sua mãe, sua avó ou sua bisavó.

O *wandschoner* da senhora Ida Erbach Lupschinski faz parte do acervo cultural de Ivoti e foi confeccionado por volta de 1945, quando a autora tinha 12 anos de idade. A autora reside em Ivoti e participou da Mostra de Bordado realizada durante a Feira do Livro da Escola Municipal Engenheiro Ildo Meneghetti em Ivoti em julho de 2008. Os dizeres em alemão: “*Wenn die Schwalbe zieht nach Süden, gib Ihr deine Sorgen mit kehrt im Frühling. Sie mit Freude und mit Glück zu dir zurück*”, ou seja, “Quando a andorinha for para o sul, envie com ela suas preocupações. Na primavera ela retornará, trazendo alegria e sorte.”¹



¹ A tradução deste dizer faz parte do acervo virtual do Departamento Municipal de Cultura de Ivoti – RS.

Historicamente as ações das mulheres foram invisibilizadas, o mundo dicotomizou-se em público e privado, e atribuiu-se às mulheres o universo privado. Franco Cambi (1999, p. 81) destaca que as mulheres, desde os tempos mais remotos na Grécia, possuíam o lugar de dentro da casa como o lugar em que elas fiam e tecem. E são esses os lugares em que hoje, com base numa outra perspectiva de pesquisa historiográfica, vamos lançar nosso olhar investigativo. A experiência dos diversos mundos em que as mulheres produziram conhecimento, aos poucos, vêm à tona. Numa proposta de um resgate histórico sob a ótica da hermenêutica feminista, a teóloga Wanda Deifelt (2000, p. 37-38) argumenta que, tanto na Teologia Feminista quanto na Teologia da Libertação, a *experiência* é ponto referencial da interpretação. Segundo ela,

A experiência humana precisa ser reconhecida como o ponto inicial e final do ciclo de interpretação. Os temas teológicos têm suas raízes na experiência e precisam ser constantemente renovados pela experiência. (...) No caso das mulheres, experiência inclui a discriminação das mulheres com respeito a suas habilidades, sua exclusão do processo de tomada de decisão e sua existência considerada como de segunda classe ou de não cidadãs.

Na reflexão feminista, construção teórica e experiência são aspectos indissociáveis. No caso do *wandschoner*, a experiência foi desaparecendo num processo aparentemente normal. E as reflexões teóricas não se tornaram relevantes pela invisibilidade, pelo subsumido da experiência. Algumas famílias ainda possuem *wandschoner* antigos. Na região de Ivoti, não são mais usadas como peças decorativas da casa, e quem as conserva guarda no armário, como uma relíquia do passado. Algo que foi típico de uma época e é ultrapassado para ser usado pelas novas gerações. O provérbio popular “O que os olhos não veem o coração não sente” é extremamente significativo para falarmos da emoção demonstrada por pessoas acima de 40, 50 anos ao verem um *wandschoner* exposto em uma mostra comunitária do Projeto Tecendo Memórias. Muitas começam a falar sobre o dizer do *wandschoner*, pendurado na parede da sua casa ou da casa de sua mãe, avó, bisavó. Outras começam a se perguntar pelo paradeiro dos *wandschoner* da família. Há também quem pergunte se bordar *wandschoner* faz novamente parte da moda. Outras pessoas começam a sonhar em ter um *wandschoner* na parede de sua casa. E há aquelas que realizam este sonho, seja confeccionando, seja adquirindo uma peça produzida pelas bordadeiras de Ivoti.

Quando paramos para pensar sobre este artefato cultural, nos inquietamos sobre as razões que levaram a comunidade teuto-brasileira a deixar de bordar *wandschoner* e outras peças que compunham o enxoval da noiva. Como as mulheres, no final do século XX e início do século XXI, abandonaram esta prática, alguns saberes relacionados à confecção das peças deixaram de fazer parte da nossa cultura. Por outro lado, sabemos que muitos aspectos compõem este cenário. A partir dos anos 60, se acentua uma nova configuração política, econômica, social em nosso

país. Acentua-se o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, devido ao acelerado processo de industrialização. A concepção de desenvolvimento econômico que passa a vigorar no país está vinculada a ideia de desenvolvimento tecnológico, gerando um acelerado processo de industrialização, urbanização e de êxodo rural. Desenvolvimento, na era tecnológica, não combina com trabalho manual... Escolas que tinham o estudo do bordado como parte da formação de técnicas manuais, devido às mudanças na legislação, associadas à concepção de desenvolvimento presente nas políticas públicas, retiraram esta atividade dos estudos curriculares. Ressaltamos, no entanto, que, apesar dos avanços tecnológicos, as mulheres continuaram fazendo artesanato, especialmente bordado, crochê, tricô em suas casas. O bordado deixou de ser os *pontos antigos*, feitos pela avó, bisavó. Passaram a bordar especialmente o ponto cruz, cujos desenhos ou peças já desenhadas podiam ser compradas no mercado. Atualmente, também, podem ser adquiridas revistas com moldes para o bordado dos pontos “antigos” (ponto livre, ponto da vovó). Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado Brasileiro proibiu o uso da língua alemã nas comunidades teuto-brasileiras. Considerando que os moldes eram em alemão, tornava-se difícil bordar as frases em português. Por outro lado, sabemos que as mulheres de origem italiana, que costumavam bordar os panos de parede com frases em português, abandonaram a prática do bordado com ponto antigos.

Os panos de parede/ *wandschoner* como base para nosso estudo também foram referência nas pesquisas de Cleci Eulália Fávoro que propôs um estudo da história a partir da produção desses panos na cultura italiana na região da serra gaúcha.

Para melhor compreender uma determinada época, seus valores, seus mitos, seus ritos, sua visão de mundo, principalmente quando o objeto de apreensão são camadas não letradas da sociedade, o método mais eficaz parece ser aquele de recolher objetos e textos que permitam captar as mudanças a partir de suas formas concretas. É precisamente nos domínios periféricos da cultura – fatos e fenômenos dificilmente privilegiados e ainda pouco estudados – que melhor se pode perceber o sentido e a orientação das transformações culturais. Esta é exatamente a finalidade deste trabalho, quando toma como objeto de análise um dos elementos da produção da cultura material das comunidades de origem imigrante italiana: os chamados ‘panos de parede’ ou ‘panos de cozinha’.

A categoria *gênero*, fundamental em nossa análise, é uma construção recente na história da humanidade e, conseqüentemente, nos estudos sobre a história e o modo de organização social dos povos imigrantes alemães. Segundo a teóloga Ivone Gebara (2001, p. 105),

A diferença de gênero é uma diferença entre uma multiplicidade de diferenças que se entrecruzam. Precisamente por isso, a mediação de gênero constitui um instrumento importante para compreender, através de um meio diferente, a complexidade das relações humanas. É um instrumento que tem em vista a transformação das relações sociais. Tornou-se, particularmente nas ciências humanas, não apenas um instrumento de análise, mas um ins-

trumento de autoconstrução feminina e de tentativa de construção de relações sociais fundadas na justiça e na igualdade, a partir do respeito pela diferença.

Em uma sociedade androcêntrica (do grego *andrós*, genitivo singular de *anér*, homem, varão, marido, esposo), prevalece a construção e manutenção de valores, representações, normas, imagens, práticas sociais, simbologias que justificam a inferiorização ôntica da mulher. No ritual de casamento cristão, por exemplo, até bem pouco tempo (em muitos lugares ainda é assim), a mulher prometia, diante das autoridades, da sua família, da família do noivo e diante do público participante da cerimônia, a sujeição ao marido. Isto, não quer dizer, no entanto, que havia uma determinação pessoal do noivo para que a promessa conjugal religiosa fosse estabelecida nestas condições. A comunidade religiosa, fundamentada em uma teologia bíblica patriarcal, estabeleceu este parâmetro androcêntrico como normativo para as relações conjugais. Na Bíblia, não encontramos palavras de Jesus que justificam a submissão da mulher ao homem no casamento. Escritos paulinos e deutero-paulinos não ficaram imunes aos padrões culturais patriarcais da época, embora também apresentem referenciais que contribuem no reconhecimento da autonomia e cidadania das mulheres. Na carta aos Efésios, capítulo 5.22-24, afirma-se a subalternidade da mulher em relação ao homem: “Vós, mulheres, submetei-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o Salvador do corpo. Mas, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres o sejam em tudo a seus maridos”.

Por outro lado, na carta de Paulo aos Gálatas, capítulo 3.26-28, encontramos uma palavra bíblica que postula a igualdade de gênero, o respeito a todas as etnias: “Pois todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus. Porque todos, quantos fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus”. Ou seja, os estudos de gênero têm nos revelado que os valores culturais da humanidade não são neutros.

A linguagem, com suas representações, imagens, símbolos, é o modo que temos de comunicar o que a humanidade faz, deixa de fazer ou pensa em fazer. Aparentemente falar de linguagem inclusiva é tornar-se uma pessoa chata, questionadora do que não tem importância real. Chama atenção, no entanto, que escritoras teuto-brasileiras denunciaram que a historiografia oficial é contada na perspectiva masculina. A Pesquisadora Dra. Gisela Anna Büttner Lermen (2005), em sua tese “Mulheres e Igreja – memórias desafiadoras – Contribuição ao resgate da história de mulheres imigrantes alemãs católicas, na região colonial alemã do Brasil Meridional, durante a época da Restauração Católica (1850-1939)”, ressalta que, já em meados do século XX, mulheres questionaram o silenciamento em relação à história das mulheres imigrantes e teuto-brasileiras. Segundo Lermen (2005, p. 127),

Helene Emunds, ao escrever, em 1949, por ocasião da comemoração dos 125 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, fala da necessidade de que seja lembrado, nos escritos e nas comemorações, que junto “com os pais, chegaram as mães” (“*und mit den Vatern kamen die Mütter*”). Outra obra destacada por Lermen (p. 128-129) é o livro escrito por Maria Rohde sobre os 25 anos da Colônia Porto Novo (hoje Itapiranga). Rodhe denunciou que nos álbuns estava escrito “Nossos pioneiros e colonos” – não estava escrito “Nossas pioneiras e nossas mulheres colonistas”. Tutz Culmey Herwig é outra autora mencionada por Lermen (p. 130). Em seu escrito *Die Tochter des Pioniers* (A filha do Pioneiro), afirma que deveríamos “cantar um hino de louvor às heroínas da selva [...], erguer um monumento à esposa do colono, pois sempre se fala do colono, mas raramente de sua mulher, a qual, sem dúvida, é o coração da família.”

A Professora Dra. Ingrid Margareta Tornquist (1999, texto manuscrito) nos diz que a mulher era fundamental no processo de colonização. Tornquist faz essa afirmação, tendo como referência, entre outras, o texto extraído do jornal *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung*, escrito em 1853, pelo colonizador H. Blumenau, que diz que o “colonizador necessita incontestavelmente de uma mulher intrépida que saiba administrar bem uma casa [...], para que seu negócio se torne próspero. Celibatarismo e agricultura são coisas tão incompatíveis que se deve abrir mão de uma das duas opções ou ir inevitavelmente de encontro à ruína e à decadência”. Também ressalta que

Em comparação à sociedade luso-brasileira que cercava os imigrantes, as mulheres e as filhas tinham uma independência muito maior tanto no trabalho, que elas faziam com o homem, quanto no convívio social que era partilhado por toda a família. O fato da mulher alemã montar a cavalo numa sela de senhora ricamente enfeitada também causava sensação na sociedade rio-grandense que, no século 19, ainda era manifestamente masculina.

A pesquisa historiográfica sobre as mulheres, realizada em grande medida também por mulheres, revela uma mudança de paradigmas. De forma semelhante, mudanças significativas na concepção de gênero ocorrem na legislação brasileira. Ressaltamos que, na época em que as primeiras famílias imigrantes vieram para o Brasil, a base do direito eram as ordenações filipinas, vigente em Portugal desde o século XVII. Por essa legislação, o homem podia inclusive aplicar castigo corporal à mulher e aos filhos; o pátrio poder era exercido pelo marido; a mulher prescindia da autorização do marido para qualquer ato. No decorrer do século XIX, a mulher não tinha o direito de gerir a propriedade privada, porém era-lhe assegurado, em caso de morte do marido, o direito sobre a metade dos bens e também sobre o patrimônio herdado como dote. A proteção das instituições legais sobre o dote foi diminuindo com a aprovação do Código Comercial Brasileiro (1840). Segundo Teresa Cristina Marques (2003, p. 198), o “dote tinha, ao menos, a virtude de oferecer à mulher alguma salvaguarda para o futuro, além de colocá-la em uma posição de maior poder frente ao marido, especialmente se contasse com o respaldo de seus

parentes”. O regime republicano de 1890 manteve o perfil patriarcal, mas retirou do marido o direito de impor castigo corpóreo à mulher. O Código Civil de 1916 mantém o homem como chefe de família, sendo a mulher e os filhos pessoas jurídicas relativamente incapazes (artigo 186); pelo casamento, a mulher assume a condição de auxiliar nos encargos da família, cabendo ao homem o sustento financeiro da família (artigo 240); a mulher não podia exercer profissão sem autorização do marido (artigo 242, inciso VII); administrar os bens, bem como aceitar ou repudiar herança ou legado (inciso IV). Com o Código Eleitoral de 1932, a mulher conquista o direito ao voto aos 21 anos. Com a aprovação da Constituição Federal de 1934, a mulher passa a votar aos 18 anos. Em 1962, é aprovado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62). Segundo Marques e Melo (2008), o “ponto mais conservador da lei era manter o homem como chefe do lar, e seu ponto positivo estava em liberar da tutela do marido a mulher que desejasse ter uma profissão. No entanto, o homem manteve a responsabilidade exclusiva de administrar os bens comuns”. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Código Civil de 2002, as mulheres passam a ter legalmente os mesmos direitos que os homens. Somente não poderão praticar sozinhas aqueles atos que o cônjuge está impedido de realizar sem a assistência da mulher. Entretanto, permanecem as desigualdades, implicando em altos índices de violência sobre as mulheres, salário mais baixo para mulher se comparado com o do homem em função semelhante, índices extremamente inferiores na ocupação de cargos de decisão, entre outros. Permanece com as mulheres o cuidado da casa, dos filhos/as, e, por extensão, as ações comunitárias. Marcela Lagarde y de los Rios (2005) apresenta a categoria *madresposa*, referindo-se à função social de cuidadora atribuída à mulher por natureza. No século XIX e XX, ao mesmo tempo em que se sedimenta o paradigma cartesiano (hierárquico, centralizador, com supremacia do masculino), a humanidade começa a constituir as bases para uma mudança de paradigmas. Pela concepção cartesiana, o homem, por ser racional, tem poder de dominar e controlar a natureza. Ao avaliarmos o modo como a sociedade se organiza, fazemos uso da racionalidade dialética que nos permite ver que as relações sociais são dinâmicas, contraditórias. Compreendemos que a própria categoria gênero não nasce do acaso, mas é uma construção histórica que tem por base o movimento das mulheres na afirmação de sua alteridade, de sua transcendência. Um olhar histórico revela que, em todos os tempos, houve manifestações contrárias ao poder dominante, embora ocultadas pela historiografia oficial.

O uso da técnica e a divulgação do bordado

A proposta de bordar flores e frases vem de longa data. As bordadeiras possuem técnicas ensinadas lado a lado, por meio dos moldes e desenhos. A imitação e a repetição compõem rotinas desse saber-fazer. Segundo Claudia Regina Ribeiro das Chagas (2007, p.1),

(...) em que medida as mulheres conseguem transitar e marcar com seus passos os espaços com suas *maneiras de bordar*? Como as mulheres conseguiram *virar o jogo*, sair da condição de *dona de casa* para mantenedora dos mesmos? Que táticas elas encontraram para deixar suas marcas nas práticas cotidianas, quando a elas era dificultado o acesso à educação?

Essas perguntas revelam um olhar para a experiência do trabalho manual, introduzindo a questão do uso e da provocação para a consciência do uso da técnica e também a consciência do modo de buscar saídas às construções opressoras para que elas não cheguem nunca à autonomia.

Entendemos que olhar para os *wandschoner*, visibilizar este artefato cultural é visibilizar a produção cultural das mulheres, associada ao processo de salvaguarda do ofício de bordadeira. Com o seu desaparecimento, elimina-se a possibilidade de que as futuras gerações tenham acesso a este artefato cultural. A organização do projeto Tecendo Memórias provocou condições e modos de divulgação da técnica do *wandschoner* e da cultura material e imaterial já existente na região próxima a Ivoti, RS.

No ano de 2004, a psicóloga Ivete Mariane Johann realizou, no Grupo de Terceira Idade Amizade de Ivoti, dinâmicas de ressignificação da memória histórico-afetiva. As pessoas idosas começaram a lembrar de provérbios populares que marcaram/marcam sua história de vida. Neste contexto, vieram à tona as lembranças dos panos de parede, trazidos ao Brasil por seus antepassados. Motivados pela lembrança e pelo valor cultural dos *wandschoner*, o Grupo de Terceira Idade, em parceria com o Departamento Municipal de Cultura e do Departamento Municipal de Assistência Social, realizou algumas ações de preservação deste patrimônio cultural da comunidade teuto-brasileira, conforme arquivo de registro do Departamento de Cultura:

a) fichamento, classificação e catalogação dos objetos coletados, incluindo coleta de depoimentos sobre as memórias associadas aos panos de parede. Para este trabalho, foi fundamental a contribuição do Professor Roque Amadeu Kreutz que criou o sistema de catalogação através das fichas de coleta de dados;

b) resgate das técnicas artesanais, através de oficinas de bordado e de educação patrimonial, valorizando a habilidade para a confecção dos panos de parede com os pontos de bordado antigos, já não mais utilizados atualmente;

c) publicação do resultado da pesquisa e das atividades de educação patrimonial, memórias e imagens referentes ao que foi coletado, visando perpetuar essa prática por meio de seu registro. Para tanto, foi confeccionado, em 2004, um catálogo contendo narrativa da história dos *wandschoner* e fotos de bordados de *wandschoner* antigos, contando com a contribuição, entre outras, da Diretora de Cultura Andrea Baum Schneck e da historiadora Gabriela Dilly.

Após a realização destas ações, algumas mulheres continuaram o processo de aprendizagem da técnica do bordado, no “velho” sistema de solidariedade mútua (troca informal de conhecimento). Deste grupo, emergem as artesãs que

estão atualmente trabalhando como professoras de bordado no projeto Tecendo Memórias.

Em 2007, a Associação Evangélica de Ensino iniciou o projeto de extensão comunitária Tecendo Memórias que contribui no processo de preservação do *wandschoner* como patrimônio cultural, associado à promoção da inclusão social e geração de renda para mulheres. Esse projeto Tecendo Memórias integra o Programa Rede Parceria Social da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul (SJDS/RS). A construção do projeto Tecendo Memórias envolveu uma série de preocupações em relação às questões de gênero presentes na cultura teuto-brasileira e cultura brasileira, de um modo geral. No processo de constituição do projeto, considerou-se que as mulheres bordavam normalmente com a cabeça baixa. Esta percepção nos fez pensar que realizar um projeto social, de caráter cultural, em que as mulheres são incentivadas a exercer uma atividade simbolicamente relacionada com uma postura de submissão poderia reforçar sentimentos, concepções que justificam a desigualdade de gênero. Associado a isso nos deparamos com o fato de que o trabalho manual é considerado inferior, sem valor no mercado.

A relação que fazemos do trabalho manual com a postura de submissão, domesticação da mulher e não reconhecimento do bordado como atividade produtiva é detectada pela pesquisadora Renate Gierus (2006, p. 78), em sua tese *Além das grandes águas: mulheres alemãs imigrantes que vêm ao sul do Brasil a partir de 1850. Uma proposta teórico-metodológica de historiografia feminista a partir de jornais e cartas*. Gierus (2006) nos diz que lazer e trabalho se confundem na cultura das mulheres teuto-brasileiras. Segundo ela, “a atividade produtiva também está na bagagem das mulheres alemãs. O seu lazer é fazer um bordado, costurar ou remendar alguma roupa da família. O lazer é algo produtivo, não é tempo e espaço dedicado ao prazer e ao ócio”. Segundo Gierus, o “trabalho, a produção constante, os afazeres sem fim, os minutos preenchidos e auto-controlados, domesticam”. A crítica de Gierus em relação à carga de trabalho excessiva realizada pelas mulheres nos faz refletir sobre o quanto ainda hoje os homens se sentem menos responsáveis pelo trabalho doméstico do que as mulheres. Gierus, porém, não considera que, com o bordado, as mulheres realizam o processo de salvaguarda dos valores culturais, éticos, religiosos presentes, especialmente, nos *wandschoner*.

A Professora Ingrid Tornquist chega a sugerir que, ao invés de usarmos o termo *wandschoner*, deveríamos usar o termo *wandsprüche*:

Considero esses ‘Wandsprüche’ muito significativos como espelho e guia de orientação para a mentalidade teuto-brasileira. De um lado eles **refletem** as normas e os valores assumidos do grupo étnico e, de outro, **transmitem** ao mesmo tempo esses valores para a geração mais nova. Por isso os chamo ‘espelho e guia de orientação’.

Em Ivoti, continuamos nos referindo a este artesanato como *wandschoner*, por fazer parte da linguagem da comunidade. Reconhecer o *wandschoner* como *wan-*

dsprüche é reconhecer a autoridade da palavra da mulher, publicada na parede da casa. Quando a mulher coloca um *wandschoner* na parede, está publicando sua palavra. Palavra por muito tempo silenciada na historiografia teuto-brasileira. Quer dizer que retomar o estudo e confecção do *wandschoner* é reconhecê-lo como um modo de comunicação da mulher com sua família, com sua comunidade.

Observamos que existe um preconceito cultural em relação ao ofício do trabalho artesanal como o bordado, a tecelagem, entre outros artesanatos. As próprias mulheres parecem não acreditar na potência do valor social, cultural, econômico dessa atividade.

Edla Eggert (2006, 2008) tenta quebrar esse preconceito em relação ao trabalho manual, no campo pedagógico, com a contribuição do referencial teórico que tem por base a pesquisa sobre manualidades, desde 2005. A autora analisa os processos metodológicos imbricados e invisibilizados na produção artesanal que contribuem para o não reconhecimento do trabalho manual e corroboram na invisibilização da experiência e do conhecimento das mulheres. Na primeira pesquisa, *Tramando contra a Violência: a produção do conhecimento na ação simultânea do pensamento e da criação artesanal*, Eggert realizou estudo com base no método pesquisa-formação de Marie-Christine Josso, em diálogo com a perspectiva feminista. A pesquisa contou com a participação de mulheres que trabalham na formação de Promotoras Legais Populares, vinculadas ao Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria [CECA] e envolveu a produção de uma peça artesanal de recorte e colagens sobre tecidos, tendo como foco de estudo o tema violência contra as mulheres. Conforme Eggert (2008),

(...) o trabalho manual e o tema da violência contra as mulheres são assuntos que a academia tem, ao longo dos séculos, deixado nas margens. Desde a experiência da produção do conhecimento grego o trabalho manual foi relegado aos escravos e escravas e às próprias mulheres, mesmo aquelas pertencentes aos “cidadãos”.

Em âmbito nacional, há um debate em torno da criação da profissão do/a artesão/ã e do estatuto do artesão, através do Projeto de Lei 3.926/04, de autoria do deputado Eduardo Valverde. Em todo país, há em torno de 8,5 milhões de profissionais desta área, representando 2,8% do Produto Interno Bruto do País. No mesmo site, encontramos a palavra da presidente Federação das Associações Cooperativas e Grupos de Artesãos de Pernambuco, Isabel Gonçalves Bezerra, que denunciou a distância entre os/as produtores/as artesanais e o Governo. Segundo Isabel, há um artesão por metro quadrado no Brasil. Perguntamos: Como explicar a falta de reconhecimento da profissão de artesã/ão? Seria porque a maioria das participantes são mulheres, como é o caso do Estado do Rio Grande do Sul onde, segundo dados de 2006, “78% da força de trabalho de mais 63.000 artesãos do Estado do Rio Grande do Sul é exercido por Mulheres”².

² http://sergiofeitasilva.blog.terra.com.br/atividade_artesanal_no_brasil. Acessado em fevereiro de 2010.

No estado do Rio Grande do Sul, a pessoa que deseja se tornar bordadeira deve fazer sua Carteira de Identidade do Artesão (sic) e seu registro no Cadastro do Programa Gaúcho do Artesanato. Na oportunidade, são avaliadas três peças confeccionadas pela pessoa que deseja ser artesã, a qual também precisa bordar uma peça durante o processo avaliativo, realizado pela Comissão de Análise e Classificação e Registro do Artesanato do Rio Grande do Sul. Conforme a portaria 328/2003, editada pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), o artesão é

o (sic) profissional que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural. Exercendo uma atividade predominantemente manual principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

Muitas pessoas se tornam artesãs com auxílio de familiares. Outras fazem cursos oferecidos por instituições sociais, comunidades de religiosas, departamento de assistência social de prefeituras municipais. Com a constituição de associação de artesãos/ãs, o artesanato gaúcho tem se qualificado, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos/das profissionais e suas famílias. O processo de qualificação para a superação da formação que se restringe ao desenvolvimento de habilidades manuais, como acontece com os/as artesãos/ãs que se limitam a copiar modelos de artesanatos de revistas. O *wandschoner* é classificado, de acordo com o Programa Gaúcho de Artesanato, como artesanato típico regional étnico. Alguns artesanatos produzidos no projeto podem ser classificados como tradicionais, ajudando na conservação de determinados costumes, como por exemplo, o uso do avental. Outros limitam-se a ser classificados como habilidades manuais. Neste último caso, pela falta de formação na área Criação e Artes, que corrobora para que as artesãs sejam autoras de seus projetos artísticos.

O Projeto proporciona a formação de bordadeiras, integrando o estudo de técnica e história do bordado, gestão de negócios, informática educativa, direitos humanos e criação e arte. Contempla-se, nessa reflexão, o estudo da articulação interdisciplinar dos campos de conhecimento imbricados na formação das bordadeiras, fazendo com que as bordadeiras se deem conta da relação transdisciplinar que envolve, desde o histórico de produção do tecido e linha de algodão, seu valor enquanto produto biodegradável, a importância da preservação ambiental e do valor do produto como condição de vida digna dos trabalhadores e trabalhadoras do campo; o estudo da técnica do bordado em associação à história de produção do artefato, as relações de gênero presentes no processo de criação, apropriação, produção e disseminação de artefatos bordados, permeada de elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos e a crítica feminista sobre a produção do conhecimento; a gestão do negócio dentro dos princípios da economia solidária; a relação entre novas tecnologias do conhecimento, cidadania e bordado artesanal; a relação entre educação formal e informal na formação das mulheres.

Referências bibliográficas

- BEULKE, Gisela. A história do ministério diaconal na IECLB. In.: *Estudos Teológicos*, v. 47, n. 1, p. 144-165, 2007.
- BRUN, Marli. Histórias de vida de mulheres: vivência poimênica no processo de individualização social. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.
- DREHER, Martin N. *História do Povo Luterano*. São Leopoldo : Sinodal, 2005, p. 69.
- EGGERT, Edla. *Gênero, feminismo e cultura popular ST 56*. Acessado em março de 2008 em www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/Edla_Eggert_56.pdf.
- EGGERT, Edla. Trabalho manual e debate temático: tramando conhecimentos na simultaneidade. p. 65-90. In.: NEUENFELD, E.; BERGESCH, K.; PARLOW, M. *Epistemologia, violência e sexualidade, Olhares do II Congresso Latino-americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.
- FÁVARO, Cleci Eulália. *Imigração Italiana e Cultura Material – Iconografia e Linguagens no Processo de Transmissão e Preservação de Valores Culturais*. Artigo publicado na Web, acessado em junho de 2010 <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s5a2.pdf>.
- FIORINZA, S Elisabeth. *As origens Cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Edições Paulinas. 1992.
- GEBARA, Ivone. A mulher faz Teologia. In: BINGEMER, M. C. al. *O rosto feminino da Teologia*. Aparecida: Santuário. 1990.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GIERUS, Renate. *Além das grandes águas: mulheres alemãs imigrantes que vêm ao sul do Brasil a partir de 1850. Uma proposta teórico-metodológica de historiografia feminista a partir de jornais e cartas*. São Leopoldo: Tese de Doutorado, EST, 2006.
- JUSTIFICATION IN THE WORLD'S CONTEXT. Lutheran World Federation, 2000, p. 37-38.
- LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2005.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. “Dote e falências na legislação comercial brasileira, 1850 a 1890”. *Econômica*, Niterói, UFF, v. 3, n. 2, p. 173-206, dez.2001a.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, vol.16, n.2, pp. 463-488.
- TORNQUIST, Ingrid Margareta. *“Das hon ich von meiner Mama”: zu Sprache und ethnischen Konzepten unter Deutschabstammigen in Rio Grande do Sul*. Umea, 1997.
- TORNQUIST, Ingrid Margareta. *O papel da mulher*. 1999. (manuscrito)

MESA-REDONDA 6
PATRIMÔNIO E MEMÓRIA DE NOVO HAMBURGO

**Patrimônio hamburguense:
a relação entre o passado e o progresso**

*Roswithia Weber**

O texto que segue apresenta alguns aspectos proferidos na Mesa redonda intitulada Patrimônio e memória de Novo Hamburgo. Optou-se em relacionar o núcleo inicial de Novo Hamburgo, portanto, o atual Bairro Hamburgo Velho, com a área central deste município, considerando as décadas de 1920 até 1970. Uma das fontes para estas considerações são algumas crônicas de Ercílio Rosa¹, bem como, a imprensa local.

Ercílio Rosa escreveu crônica sobre a sua cidade, Novo Hamburgo, cuja tônica é o processo de transformação da cidade ao longo do final dos anos de 1940 e dos anos de 1950 e 1960. Esses escritos foram publicados no jornal local, *Jornal 5 de Abril*, nos anos de 1940 e 1950 até o fim de sua circulação, em 1962 (SELBACH, 1999).

Intervenções urbanas voltadas à modernização da cidade

A área onde atualmente está situada a Praça do Imigrante era conhecida pela população como Praça do Trem, dado ao fato de no seu espaço estar localizada a estação ferroviária, que lá se estabeleceu em 1876. No entanto, até o ano da emancipação do município de Novo Hamburgo, em 1927, a então Praça do Trem, que não havia sofrido nenhuma obra de urbanização, era apenas arrabalde da estação férrea.

Em 20 de setembro do mesmo ano, foram inauguradas, neste espaço, as obras da praça projetada pelo Eng. Jorge Schury. Ela foi batizada de Praça 14 de Julho, denominação que homenageia a constituição estadual (14 de Julho de 1891),

*Doutora em História pela UFRGS e Professora vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e ao Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Feevale.

¹ Em grande parte, as informações sobre este cronista partem do estudo de Jeferson Selbach (1999).

bem como o marco inicial da Revolução Francesa. Só em 1974, no contexto dos festejos do sesquicentenário da Imigração alemã, é que a Praça em questão passou a denominar-se Praça do Imigrante.

As ações da administração pública demonstram uma política de intervenções urbanas voltadas à modernização da cidade. Em 1927, houve a doação de mudas de árvores. Em julho de 1943, foi feita a arborização da primeira quadra da praça e a seguir o ajardinamento da segunda quadra.

Selbach(1999) destaca aspectos da sociabilidade vivenciada nestes espaços: “local dos encontros domingueiros depois da missa, materializados na Praça 14 de Julho – palco das aspirações românticas, e na Avenida Pedro Adams Filho – espaço propício ao *footing*”.

O antigo e o moderno: o passado e o progresso

O cenário moderno que foi se configurando a partir da década de 1920 vai contrastar com o cenário que se encontrava no tempo da “Praça do Trem”. Isto pode ser visto em reportagens publicadas no jornal local em 1940. Uma delas aborda como afronta a presença do prédio da Viação Férrea no espaço da Praça, pois contrasta com a sua beleza e com a elegância da Av. Pedro Adams Filho². Ainda descreve que a Estação se tratava de um casebre trazido aos pedaços da Inglaterra e montado em precárias condições em Novo Hamburgo.

A reportagem, datada do mês de maio, ainda destaca que Novo Hamburgo é uma das mais belas e importantes cidades industriais do Estado e do país, e que a Estação Ferroviária não está acompanhando o surto do progresso, pois seu estado está cada vez mais deplorável.

Em fins de novembro, o mesmo jornal, o *5 de abril* publicou uma nota que a Associação Comercial dirigiu à Estação da Viação Férrea. A mesma diz:

“A Associação Comercial tem se dirigido às administrações da Viação Férrea solicitando a construção de um novo prédio em substituição ao antigo datado de 1870. É um prédio de madeira coberto de zinco em péssimo estado causando desconforto tanto aos usuários como aos funcionários da mesma. O estado lamentável do prédio não condiz com a bela Praça 14 de Julho, no centro da cidade”³.

Entre as décadas de 1940 e 1970, o cronista compara a área de Hamburgo Velho com a área central:

“Gente também sobe o morro. Enquanto muitos procuram os bancos da praça, para aproveitar os raios de sol, nesses dias frios que estamos vivendo, procuro espichar as pernas e apanhar sol nas ladeiras escarpadas que me

² *Jornal 5 de Abril*, n. 6, Novo Hamburgo 10 de maio de 1940.

³ *Jornal 5 de Abril*, n.35, Novo Hamburgo 29 de novembro de 1940.

levam ao tabuleiro do morro. Aqui em Novo Hamburgo os arranha-céus não conseguiram até agora formar a cortina de cimento que poderia esconder o morro, alto, imponente, donde posso dominar perfeitamente o panorama que meus olhos descortinam. O morro é triste e abandonado, suas principais vias de comunicação – as ladeiras que lhe dão acesso – estão em verdadeiro estado de miséria. Não sei como transitam, por algumas dessas subidas, pessoas e veículos.⁴

O morro ao qual o cronista faz referência se trata do bairro Hamburgo Velho, onde se estabeleceu o núcleo inicial de Novo Hamburgo. Esse local, com a emancipação de Novo Hamburgo, em 1927, passou ao estatuto de segundo distrito e, mais tarde, de bairro.

O progresso, traduzindo as palavras do cronista, não escondeu o morro ao desconsiderar a área de povoamento inicial. A cidade transforma-se, e isso parece resumir-se na destruição do passado colonial, que Ercílio Rosa caracteriza em sua peculiaridade e valor histórico:

Falta uma praça em Hamburgo Velho. Hamburgo Velho – a cidade alta – é o recanto mais pitoresco de nossa cidade faceira. Aquelas ladeiras de paisagens poéticas, esfregam na imaginação da gente o cheiro das cousas silenciosas que escorregam pelas ruas. Subindo as ladeiras sorridentes daquele recanto, a gente descobre nos ângulos das ruas, pedaços de sonhos grudados nas esperanças de seus habitantes que temperam a evolução do bairro. Mas quem bisbilhotar a intimidade daquele bairro perfumado, logo sentirá que ali falta muita cousa. E entre essas cousas uma Praça. Existe ali uma placa com o nome da praça, mas... O local mais belo de Hamburgo Velho é o largo fronteiro à Igreja católica, de onde se descortina um panorama vertiginoso da cidade baixa, onde as fábricas vão desenrolando a progressão. Ali é o lugar ideal para uma praça! Ali deveria existir uma belíssima praça para o encanto de uma população progressista, que sonha com algo mais do que trabalhar e descer as pracinhas gostosas do centro... Hamburgo Velho precisa de uma praça florida com bancos sombreados, para os sonhos ilusionistas dos namorados, e para a contemplação filosófica dos outros... O “Morro dos Hamburgueses” merece respeitosa reverências porque é o pai da cidade. Ali a gente vê em cada esquina, em cada jardim e em cada barranco, uma reminiscência dos heróicos colonizadores que nos legaram esta conjunção de fábricas... Se aquele largo fosse uma praça, a gente se portaria ali e, contemplando o vale, rememorearia todos os bens estendidos pela cidade afora dependurados nas encostas, ou escorregando pelas ladeiras abaixo [...]⁵.

O bairro, o passado, merece respeito por ter sido ali o marco inicial do desenvolvimento da cidade, ligado aos “heroicos colonizadores”. A construção da praça para contemplar o vale implica a reivindicação de um espaço ao passado, que carece de atenção frente ao progresso. Embora o cronista não se oponha a este último, reivindica que ele possa ser visto como extensão do que começou do alto.

⁴ ROSA, Ercílio. *Jornal 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 15 de julho de 1955, p. 2.

⁵ ROSA, Ercílio. *Jornal 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 14 de janeiro de 1949, p. 8.

Enquanto a área de Hamburgo Velho tenha ficado esquecida, na parte nova, faziam-se presentes várias obras que testemunhavam a grandiosidade do município. A construção de duas igrejas, em especial, representa esse aspecto. Na década de 1950, Novo Hamburgo contava com uma das maiores igrejas do interior do Estado, a Igreja São Luís, que não respondia apenas à necessidade física de comportar a população que aumentava, mas que, sobretudo, realizava a intenção de demarcar a monumentalidade. Essa característica estava presente também no templo da comunidade evangélica, construído no mesmo contexto. A Igreja da Ascensão partiu do interesse da comunidade no final da década de 1940. Sua construção tomou como modelo uma igreja em estilo gótico, seguindo o que alguns membros da comunidade evangélica haviam visitado na Europa.

A não-valorização do núcleo inicial de Novo Hamburgo faz com que o próprio cronista se coloque no papel de “fiscal”: “fiz mais uma ‘fiscalização’ no panorama da cidade”⁶. Nesse papel, Rosa denuncia o abandono da cidade alta e constata a transformação do passado através da destruição das habitações coloniais. O cronista situava a postura de descaso como fruto da mentalidade hamburguesa, fascinada pelo universo do mundo prático, simbolizado pela produção coureiro-calçadista em detrimento de elementos culturais:

Eu sinto a ausência de um princípio catalogado na congregação de um ideal mais amplo. Estranho o desinteresse de nosso povo pelas cousas do espírito e pelo desenvolvimento cultural de nosso núcleo. É de fato, lamentável que o novo-hamburguês em geral, despreze os nobres princípios espirituais e troque-os pelo brilho barato das prepotências materialistas... A mentalidade de Novo Hamburgo ainda se detém na base. E [...], viemos usando a cabeça apenas para pôr chapéu... E eu sinto a ausência de um princípio mais cultural na congregação de um ideal mais amplo [...]⁷.

Em estudo realizado na tese intitulada *Mosaico Identitário*, constato algumas diferenças entre as formas de construção da identidade local de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Aquele, primeiro distrito que se emancipou de São Leopoldo, passou, desde os primeiros anos de sua história enquanto município, a construir uma identidade local pautada em elementos que buscavam o futuro como referência, trazendo a oposição entre tradição e progresso. Mesmo no contexto pós-nacionalização, essa tônica continuou. Já São Leopoldo demarcou sua identidade local tendo como elemento de valorização o passado, o que pode ser observado na promoção de festividades do 25 de Julho no período pré e pós-nacionalização; na criação do museu representativo da imigração alemã; no reerguimento do patrimônio local, destruído no contexto da Segunda Guerra; e na promoção do turismo pautado nessa identidade. Hobsbawm (1998), ao analisar as questões em torno da rejeição do passado, observa: “o problema de se

⁶ ROSA, Ercílio. *Jornal 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 30 de março de 1951, p. 2.

⁷ ROSA, Ercílio. *Jornal 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 18 de janeiro de 1952, p. 6.

rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada tanto como inevitável quanto como socialmente desejável: quando representa ‘Progresso’. Isso levanta duas questões distintas: como a inovação em si é identificada e legitimada [...]”. Por certo, a rejeição do passado, no caso de Novo Hamburgo, veio acompanhada desses elementos num contexto em que as mudanças históricas se deram num ritmo acelerado, o que, conforme Hobsbawm (1998), faz com que o passado cesse de ser o padrão do presente, no máximo, podendo ter espaço enquanto modelo.

Talvez seja nesse sentido que se percebe a presença do discurso do progresso vinculado ao passado. No caso de Novo Hamburgo, a relação de aproximação entre tradição e progresso não foi expressa pelas políticas urbanas ou por ações que vinculassem identidade local com identidade cultural, como foi o caso de São Leopoldo. No entanto, não se pode pensar que o passado esteve excluído de todo como discurso a ser evocado no contexto de Novo Hamburgo. Muitas vezes, ao serem feitas referências ao progresso local, há a articulação com o passado:

Da emancipação até nossos dias tudo foi trabalho, tudo esforço, tudo dinamismo, transformando-se o “Hamburguer-berg” de 1824, na “Manchester Gaúcha” de nossos dias. É hoje Novo Hamburgo um centro de trabalho e de cultura, de respeito à ordem, de obediência às leis e de cumprimento de seus deveres cívicos. Existe uma orientação sadia e firme, que dos pais passou aos filhos e netos e forma hoje uma tradição honrosa, intimamente ligada ao desenvolvimento econômico, social, cívico e religioso de nossa coletividade⁸.

Nesse caso, o sentido de continuidade do passado dá-se via o discurso do progresso como resultado da “tradição honrosa”. Assim, faz-se presente o discurso identitário de tipo essencialista. Trabalho, progresso e obediência foram discursos muito presentes na imprensa local, tanto em Novo Hamburgo quanto em São Leopoldo. A singularidade de Novo Hamburgo foi assim expressa em 1952:

Caudalosamente, de ano para ano, avoluma-se o potencial econômico de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo é uma terra singular, disse alguém há pouco tempo, quando, sob os impulsos de um patriotismo sadio e justiceiro, se referia ao trabalho que os filhos desta gleba realizam em jornadas diuturnas e pertinazes, para seu bem-estar e grandeza da Pátria. O potencial econômico de nosso município é uma das realidades palpantes que constituem os esteiros garantidos da própria subsistência e soberania nacional. É uma dessas raízes mestras que, mergulhando no solo fértil do trabalho organizado, regado com os mais sãos princípios sociais de justiça e fraternidade humana, levam ao tronco robusto da Nacionalidade a seiva viva da alimentação, formando e fortalecendo a cortiça de Defesa Nacional, a capa agasalhadora e confortante das ramificações e folhagens, em meio às quais fazem brotar os frutos do progresso material e as flores da cultura e da arte. Um

⁸ *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 11 de maio de 1961, p. 5.

horizonte cheio de esplendor matinal, em rutilo faiscar, prenuncia ao povo laborioso desta terra o grandioso porvir da Cidade Industrial que, dia a dia, se eleva mais no conceito, não só dos Estados da União e do Continente Americano que Novo Hamburgo é pronunciado com acato e admiração. Melhores dias virão para o bom povo que habita estas paragens, o povo são, cujas tradições constituem uma honra para o Brasil e cujo apanágio são suas virtudes e sua marcante personalidade de município altaneiro, cioso do seu caráter e do seu prestígio!⁹

Aqui se vê outra faceta do discurso que articula tradição e progresso: a afirmação da identidade nacional brasileira. A laboriosidade é colocada como elemento que reforça o sentimento de patriotismo. Cabe observar que, mesmo no período após a Segunda Guerra, esse tipo de discurso em que o trabalho é elemento da representação da etnicidade alemã é constantemente reafirmado.

Referências bibliográficas

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PETRY, Leopoldo. *O município de Novo Hamburgo*: monografia. 2. ed. São Leopoldo: Rotermond, 1959.

SELBACH, Jeferson. *Novo Hamburgo 1927-1997: Os espaços de sociabilidade na gangorra da modernidade*. Porto Alegre, UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

WEBER, Roswithia. *Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

⁹ *Jornal 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 18 de janeiro de 1952, p. 5.

SESSÕES DE COMUNICAÇÃO

1. POLÍTICA (ELEIÇÕES, EMANCIPAÇÕES, INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS...)

O povoamento do Herval

*Ademir Rost**

I - A descoberta do Herval

O antigo Herval foi uma das últimas frações de solo da Colônia de São Leopoldo a ser ocupada. Eram terras remotas, quase inacessíveis, encravadas nos fundos da Fazenda Padre Eterno, tendo a Oeste as propriedades de Dois Irmãos, cuja ocupação efetiva ocorreu cerca de 25 anos antes dos primeiros colonos se estabelecerem no Herval.

Enquanto, ao norte, ficavam vastas áreas de terras devolutas, ao sul, se estendia a área que formaria a Picada Verão. No leste, se localizavam os 27 lotes formadores da Linha de Padre Eterno seguidos de várias extensões das chamadas “Terras de Integração” e que constituíam uma grande quantidade de pequenas áreas destinadas a complementar os lotes de várias antigas colônias, onde as medições oficiais constataram frações menores que as prometidas aos colonos. Entre essas terras e o mato devoluto, ficava a propriedade da viúva Eulália d’Azevedo.

Conforme o levantamento topográfico realizado a partir de 1863 pelo agrimensor Ernst Münzel, sob delegação do governo provincial, foram medidas 78 glebas. Vinte e cinco constituíram o Travessão do Herval e corriam de sul a norte, imediatamente nos limites da Linha Verão. Ao norte desses, foi aberta a Picada ou Linha Herval, com 32 lotes no lado leste e 31 a oeste, entre a picada e as terras de Dois Irmãos.

É este espaço geográfico o objeto de interesse do presente levantamento, embora ele não coincida com os atuais limites do município de Santa Maria do Herval, instalado em 1988.

*Professor aposentado.

A data da primeira referência às terras do Herval não está claramente determinada. Como se verá adiante, em 1849, há mais de uma citação que trata do lugar. É certo, porém, que no momento da chegada dos primeiros moradores, em 1853, os lotes já estavam medidos, embora ainda desabitados.

É um tanto curioso notar que, enquanto as 32 propriedades do lado oeste mediam 150.000 braças quadradas, totalizando uma área de 4.800.000 braças quadradas, os lotes da parte leste tinham apenas 80.000 braças quadradas e perfaziam no todo 2.480.000 braças quadradas. No Travessão do Herval, cada fração media 140.000 braças quadradas, num total de 3.500.000 braças quadradas.

Na visão das autoridades responsáveis pela imigração alemã, a Colônia de São Leopoldo já esgotara sua capacidade demográfica e não parecia provável que o diretor da colônia viesse a assentar imigrantes junto a uma região conflagrada por conflitos de terra como Dois Irmãos, Travessão, Bom Jardim e outras áreas de ocupação anterior.

Junto à relação de imigrantes chegados à Província em 11 de maio de 1851, o diretor João Daniel Hillebrand anotou:

Obs: Portaria nº 8: O Presidente da Província declara ao Sr. Cel. João Daniel Hillebrand, diretor geral das Colônias da mesma porque ficou ciente de terem chegado à Colônia de São Leopoldo os 12 colonos constantes da relação que acompanhou seu of. Nº 13 de 12 do corrente mês, vindos de Bremen na barca Sultana, e que não convindo de sorte alguma aglomerar mais colonos em São Leopoldo, devem eles seguir para a Colônia de Santa Cruz, no caso de quererem gozar dos favores concedidos aos demais colonos; na inteligência do aqui não devem ser considerados como tais, nem se lhes concederão terras. Palácio do Governo em Porto Alegre. 16.5.1851. Ass. Pedro Ferreira de Oliveira.

Ainda mais contundente é o documento emanado em 9 de setembro do mesmo ano:

Posto que por este governo esteja ordenado, que os colonos que venham estabelecer-se neste Província, sejam acomodados na Colônia de Santa Cruz, ou seja em qualquer, menos da de São Leopoldo, visto estar esta muito populosa, com tudo sendo somente sete os colonos que o Sr. João Daniel Hillebrand, Diretor Geral das Colônias participa em ofício de 1º do corrente que pretendem ali estabelecer-se, o Vice-Presidente o autoriza para na forma que tem praticado com as outras, manda-lhes distribuir a competente data de terras a cada um deles. Palácio do Governo de Porto Alegre, 9-9-1851. Ass. Patrício Correa de Câmara.

Embora esses ofícios deixem bem clara uma determinação das autoridades, também fica evidente que as situações eram avaliadas caso a caso, podendo haver exceções.

Causa alguma surpresa que a leva de 55 imigrantes que aportou na capital da Província, em 5 de março de 1853, tenha sido encaminhada ao Herval. Era um contingente bastante numeroso que contrariava frontalmente a tendência das autoridades de dar prioridade à ocupação das terras ao redor de Santa Cruz do Sul, que

se tornara o objeto preferencial para o assentamento dos alemães que chegavam ao sul do Brasil.

Não há dados comprobatórios de que outros moradores tenham ocupado lotes hervalenses antes da chegada da leva de 1853. Pelo contrário, há informações bem claras do abandono dessa área, até então desprezada pelos imigrantes alemães. É o que se constata de uma referência explícita do diretor da colônia João Daniel Hillebrand a respeito do despovoamento das terras do Herval, que está contida nas Instruções de 02 de junho de 1849 sobre a posse e venda de colônias concedidas em São Leopoldo, onde se lê:

... não poderem nos primeiros dez anos alienar algum suas terras que lhes distribuíram, e constatado a este governo que vários colonos têm iludido aquela disposição, vendendo as datas que receberam sem as terem cultivado, e sem que tenha passado o prazo marcado, acontecendo até que nas que ultimamente se distribuíram nas Picadas do Padre Eterno, Erval e Travessão, não existe um só morador, ... (apud TRAMONTINI, 2003, p. 352).

Da citação acima se pode inferir que tenha havido antes uma divisão de lotes no Herval. Se houve também proprietários, estes não chegaram a ocupá-los, preferindo se desfazer deles através de negociações ilícitas ou simplesmente ignorá-los. É ainda Hillebrand que, em correspondência ao presidente da província datada em 1º de agosto de 1849, informa que os Padres missionários queriam saber sobre os limites e outros dados da freguesia. Quando trata da Capela de São Miguel, escreveu o Diretor da Colônia:

“Capela de São Miguel – É filial de São Leopoldo e administrada pelo respectivo vigário. Composta pela Picada Dois Irmãos, Travessão, Picada Blauth, Picada Padre Eterno, Erval e Travessão do Erval. As últimas três ainda não habitadas.” (Moehlecke, 1980, p. 90).

Confirma-se a informação de que o Herval era ainda desabitado, mas fica novamente clara sua existência como unidade geográfica integrada no universo colonial com localização e denominação conhecidas.

Tudo indica que a decisão de enviar a leva de 1853 para o Herval tenha tido relação com a intensificação do processo especulativo que era desenvolvido por empresas e pessoas físicas, com o claro objetivo de obter lucros com a comercialização de terras. A Lei Geral de 18 de setembro de 1850 buscou regular o tema mas não o fez com a devida segurança, pois:

“O legislador, porém, nela deixara uma brecha. Sendo muito reduzidas as exigências para a legitimação das posses de fato, legitimações de complacência permitiram a apropriação de milhares de hectares.” (ROCHE, 1969, p. 101).

Mais contundente foi o Ofício que, em outubro de 1847, a Câmara de São Leopoldo enviou ao presidente da província, depois de relatar os casos de invasões promovidas pelos colonos de Picada Café e Linha Nova que estariam

“apossando-se dos matos devolutos pertencentes à nação e vendendo colônias, apropriando-se novamente de outras” Pois agora teria notícias de que colonos de Dois Irmãos estavam fazendo igual numa nova picada que abriram nos fundos do Padre Eterno, “ a fim de apossar-se a exemplo das outras acima para depois vender como costume” (apud TRAMONTINI, 2003, p. 348).

“Nos fundos do Padre Eterno”, situava-se o Herval, cujas terras constituíam uma continuação natural a leste de Dois Irmãos e se prestavam para negociatas. Acreditamos que, atentas a essa possibilidade, as autoridades provinciais trataram de assentar ali colonos patrocinados pelo império. O sucesso dessa iniciativa foi garantido pela imediata chegada de várias outras famílias das colônias próximas, e recém imigradas, de sorte que a iniciativa se consolidou com pleno êxito.

Devemos considerar que os imigrantes de 1853 chegaram sob a égide de uma legislação de terras bastante favorável. A Lei 229, de 4 de dezembro de 1848, em seus artigos 7º, 9º e 10º estabelecia:

Art. 7º - “Cada colono que, com guia do Agente, se apresentar ao Presidente da Província , receberá 100.000 braças quadradas de terras na Colônia de Santa Cruz, ou em outras que de novo forem estabelecidas, e nos títulos que lhes serão dados, se inscreverá o valor das terras, e não só as obrigações a que são sujeitos os colonos, como os favores e que os mesmos têm direito.”

Art. 9º - As terras serão concedidas gratuitamente.

Art. 10º - Será por conta do cofre provincial a despesa da condução dos colonos, desde o porto de Rio Grande até as colônias, e bem assim as que se fizer com ferramentas e sementes, que se lhes suprirá por uma vez somente.” (PORTO, 1996, p. 163)

Diante desse arcabouço legal é legítimo concluir que a leva de 1853 tenha sido encaminhada para o Herval em atendimento aos interesses bem específicos das autoridades. Era uma forma de estancar a ocupação irregular e o comércio de terras.

O quanto o governo provincial estava atento ao desenvolvimento do Herval e à definitiva ocupação de suas terras se evidencia na iniciativa de garantir melhor acessibilidade:

“Para dar valor às terras do Travessão e Picada do Erval, que são as mais remotas e vão na direção dos campos de Vacaria, mandei abrir uma estrada espaçosa para carretas, desde a Colônia nº 58 na Picada Dois Irmãos, até a Colônia nº 2 do Travessão, devendo ser continuada à custa dos colonos, desde este ponto até a Colônia nº 16 da mesma Picada do Travessão, que corresponde à Colônia nº 1 da Picada Erval, onde foram distribuídas as últimas datas de terra com colonos que chegaram este ano. A abertura dessa estrada era de extrema necessidade para o progresso da colônia e, para isso espero que aproveis as despesas feitas.” (Relatório do Presidente da Província relativo ao ano de 1853)

O leito dessa estrada corresponde, a grosso modo, ao que ainda hoje é usado, e o ponto até onde foi estendida às custas dos recursos provinciais se situa,

provavelmente, próximo à igreja de São José do Herval. Restou, pois, aos colonos, uma dura tarefa, qual seja, a de estender a via de comunicação até o final do Travessão do Herval e por toda a Linha do Herval e assim abrir o caminho à circulação dos demais colonos.

O lote 58 de Dois Irmãos situava-se no topo das elevações que formam o divisor de águas dos arroios formadores dos rios Feitoria e Cadeia, não distante do Restaurante Wolf, mais ou menos no ponto em que ainda hoje se acessa à estrada para o Herval. A colônia n° 2 do Travessão do Herval se localiza nas proximidades da igreja de São José do Herval, e o lote 16 forma uma linha reta na direção da Linha Herval.

Não deixa de chamar atenção a expressão do Presidente da Província quando ele se refere às terras do Herval como “as mais remotas”. A autoridade reconhece que dali para diante só havia terras desabitadas, visto que estende esse vazio até os campos de Vacaria, com as naturais dificuldades decorrentes dessa localização afastada.

Devemos observar que a denominação “Herval”, já usada antes da chegada da leva pioneira, referiu-se, por várias décadas, ao território ocupado pelos 78 lotes já mencionados e, provavelmente, deriva da abundância da *Ilex Paraguariensis* naquelas florestas.

Quando, 60 anos mais tarde, foi criado o distrito do Herval (o oitavo de São Leopoldo), essa nova unidade política passou a abranger áreas adjacentes de colônias conhecidas por outras denominações. Integravam o distrito do Herval o Morro dos Bugres, que era parte da colônia de Dois Irmãos; Linha Marcondes (Fundos do Herval); Renânia; Linha Azevedo; Linha Padre Eterno e vastas áreas das chamadas Integrações.

Com alterações pouco significativas, essas são as terras que vieram a constituir o atual município de Santa Maria do Herval, sendo de lamentar a perda da São José do Herval.

II - A leva pioneira

Os 55 imigrantes evangélicos que iniciaram o povoamento das terras do Herval eram quase integralmente famílias da Turíngia, exceto duas que vieram de Hesen.

Eles chegaram ao Rio de Janeiro a bordo do navio Hamburguesa-América, e seguiram até Porto Alegre a bordo do vapor Continentista, onde aportaram em 4 de março de 1853. No dia 09 de março, chegaram a São Leopoldo onde permaneceram só o tempo necessário aos arranjos do penoso deslocamento aos confins da colônia.

O grupo dos primeiros povoadores do Herval era assim constituído, conforme os dados da listagem do Dr. João Daniel Hillebrand (Livro C 333 – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul):

1. DIESEL - Karl, 43, tecelão e sua mulher Caroline, 48
Filhos: Edouard, 17; Gustav, 15; Friedrich, 13; Karl, 11; Gottlieb, 6; August, 3
2. KÜRSCHNER - Heinrich, 43 e sua mulher Barbara, 46
Filhos: Jacob, 11; Frederico, 8; Valentim, 4
3. MÖLLER – Gottlob, 43, carpinteiro e sua mulher Johanna, 41
Filhos: August, 19; Wilhelm, 17; Karl, 14; Ludwig, 3; Günther, ½
4. NEUBERTH – Cristiano, 41 e sua mulher Cristina, 33
Filhos: Friedemann, 10; Richard, 8; Wilhelm 1
5. OSWALD – Heinrich, 39 alfaiate e lavrador e sua mulher Cristina, 37
Filhos: Carolina, 12; Adolf, 9; Emilia, 4
6. SCHAEFFER – Peter Simon, 42 tecelão e sua mulher Wilhelmine, 36
Filhos: Cristina, 13; Luise, 9; Juliana, 4
7. SCHMIDT- Georg, 31 marceneiro e lavrador e sua mulher Johanna, 31
Filhos: Friedrich, 10
8. SEIDLER – Friedrich, 22, marceneiro e sua mulher Adelheid
9. SEIDLER – Ludwig, 48, marceneiro e lavrador e sua mulher Ernestina, 49
Filhos: Carolina, 14; Bertha, 12; Augusto, 10; Alberto, 8; Ludovico, 6; Francisco, 1/4
10. ROST, Guilherme, 41 sapateiro e lavrador, e sua mulher Joana
Filhos: Ricardo, 11 ½; Carlos, 4 ½; Teresa, 2
11. LINKE – Carlos
12. NEUMAYER – Augusto, oficial e lavrador

III - O povoamento se intensifica

Após a chegada do grupo dos primeiros 55 povoadores, rapidamente o Herval foi sendo ocupado. Várias famílias de áreas de ocupação mais antiga, em especial da colônia de Dois Irmãos, vieram estabelecer-se aí. Cumpria-se, desse modo, o propósito das autoridades provinciais de povoar aquele espaço afastado que, como bem frisou o Presidente da Província em seu relatório de 1854 “*são as mais remotas*”.

Algumas famílias devem ter chegado ainda no ano de 1853. O nome dos padrinhos de Jacob, filho de Georg Schmidt, batizado em 24 de julho daquele ano, os padrinhos Jacob Müller, Jacob e Dorothea Kronbauer, e a senhora Franziska Knebel pertencem a famílias que não integravam a leva pioneira.

Na primeira metade de 1854, por ocasião do batizado dos filhos de Carl Noack, Philip Carl Roth e Wilhelm Rost, foram padrinhos Mathias Schneider, Maria Eva Heydt, Elisabetha Momberger, Michael Martin, Johannes Sander, Elisabetha Matt, Elisabetha Lemmert, Philipp Göttert, Carl Roth, Christian Klein, Christina Berg, Sophia Noack e Philippina Fries, todos, portanto, fora do grupo inicial. Embora algumas dessas pessoas não residissem necessariamente no Herval, era hábito convidar vizinhos como padrinhos. Com grande probabilidade, várias das famílias mencionadas já residiam na colônia quando foram batizadas essas crianças hervalenses.

A respeito de Karl Noack, é sabido que chegou em 1851, como *brummer* (cf. PORTO, 1996, p. 203). Ele pode ser o Carlos Innoque citado na p. 209, como um

dos soldados feridos no combate de Curupaiti, junto com outros colonos da região como Jakob Kressler, Mathias Dilly, Peter Tatsch e Jacob Dockorn.

Como é sabido, os *brummers* constituíam um contingente de elite do exército brasileiro que fora contratado pelo Império para a guerra contra o ditador argentino Rosas, em 1851. A eles haviam sido prometidos lotes coloniais, e muitos deles se espalharam por várias localidades onde contribuíram para a elevação do nível cultural das colônias alemãs.

Outro “brummer” que se fixou no Herval foi Heinrich Mōwius, primeiramente radicado no Walachai, e Johann Schnack.

Era claro o interesse das autoridades em povoar o Herval, conforme a determinação do diretor geral da Colônia João Daniel Hilebrand de que a família de Johann Laurentius Gerhardt viesse aí se instalar em 1854. Também Johann Fries foi relocado para o Herval depois de ter se negado a ir para a área de Rio Pardo.

Muito significativo para corroborar este fato foi o afluxo de doze famílias imigrantes, todas católicas, enviadas ao Herval em 1854. Nove delas estão enumeradas no texto da parteira Anna Wagner, publicado no calendário “*Familienfreund*” em 1928, que a elas se refere como “Os primeiros moradores católicos detrás do Herval”:

Peter Vier, vindo de Trier e que faleceu no Herval, em 1910;
 Theodor Kroetz, de Kaid no Mosela e que faleceu no Herval, em 1882;
 Johann Wagner, de Weisskirch, Renânia, falecido no Herval, em 1888;
 Dionisius Eich, e Koblenz, falecido no Herval, em 1868;
 Johann Zimmer, de Buch, falecido no Herval, em 1888;
 Nicolaus Seger, de Merzig, Renânia, falecido no Herval, em 1889;
 Jacob Schneck, de Koblenz, falecido no Herval, em 1874;
 Michael Desoy, de Kreutznach, falecido no Herval, em 1872;
 Michael Kolling, de Weisskirch, imigrou em 1856 e faleceu em São Salvador, em 1887.

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que imigrantes recém chegados se fixavam nas terras hervalenses, outros moradores de áreas de colonização anterior vieram se juntar a eles.

Bastante esclarecedor da situação demográfica e fundiária do Herval é o levantamento mandado realizar pelas autoridades governamentais em 1863 e que serviu para regularizar a situação fundiária de toda a região colonial. Pelos registros do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, são relacionados nada menos de 32 possuidores de lotes no Travessão do Herval, que fora dividido em 25, e pelo menos 84 proprietários na Linha Herval (leste e oeste) para um total de 63 áreas originais.

Chama a atenção que, enquanto alguns lotes originais foram divididos e têm mais de um proprietário, algumas famílias são possuidoras de 2 ou mais lotes ou frações, provavelmente adquiridos de antigos donos que deixaram o Herval para ocupar novas áreas de colonização.

Referências bibliográficas

CEM ANOS de Germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924. Original editado pelo Verband Deutscher Vereine, Porto Alegre, 1924. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

BECKER, Klaus. **Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai.** Canoas: Ed. Hilgert & Filhos, 1968.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **O Vale do Sinos era assim.** São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo era assim. O passado pela imagem.** São Leopoldo: Rotermund, 1982.

MOEHLECKE, Germano Oscar. Contribuição à História de Dois Irmãos. **Anais do IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** 1980.

PETRY, Leopoldo. **O Município de São Leopoldo – no primeiro centenário da Independência do Brasil.** São Leopoldo: Ed. Rotermund e Co., 1923.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf e outros. Levantamento a Apreciação da Problemática de São Leopoldo no período de 1824-1899. In: **Estudos Leopoldenses**, n° 28, Unisinos, 1974.

PORTO, Aurélio. **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A Organização Social dos Imigrantes.** A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

Revista do Arquivo Público do RS: Correspondência do Conselho, Intendência e Junta Municipal de São Leopoldo. A.MU-363 Lata 363, AHRS.

Livros de registro de Leis e Decretos do município de São Leopoldo. Sob guarda do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. São Leopoldo.

Livros das Atas da Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Vários volumes sob guarda do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. São Leopoldo.

Livros de registros eclesiásticos das comunidades evangélicas de Dois Irmãos; São Leopoldo; Hamburgo Velho; Sapiranga; Campo Bom; Ivoti, Picada 48; Linha Nov; São José do Hortêncio; Nova Petrópolis; Conventos; Padilha e Königsee na Turíngia, Alemanha.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro C 333 – (registro da entrada de imigrantes alemães entre 1824 e 1853).

Anais dos 4°, 5°, 6°, 8°, 9° Simpósios da história da imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul. Várias edições.

A atuação política de Karl von Koseritz em Taquara do Mundo Novo

*Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho**

Apresentação

O presente artigo não está imbuído de maiores pretensões biográficas a respeito de Karl von Koseritz, uma vez que existem trabalhos destinados a esse foco, como por exemplo, o livro organizado por René Gertz, editado pela PUCRS em 1999, intitulado “Karl von Koseritz: seleção de textos”, que propicia um referencial bastante significativo sobre a vida desse influente teuto na sociedade sul-rio-grandense.

Dito isso, salienta-se que será focado, no decorrer desse artigo, a atuação do político Karl von Koseritz na emancipação do município de Taquara do Mundo Novo no ano de 1886, e as consequências que começaram a se desenvolver junto ao Partido Liberal, em que Koseritz atuava, no município.

Essa análise poder-se-ia considerá-la óbvia, pois a tendência natural é que essa atitude do Koseritz viesse de acordo com os interesses locais do Partido Liberal, tendo como consequência o seu relativo fortalecimento na região. Contudo, articulações regionais nessa emancipação determinaram, na verdade, um conflito interno de interesses do partido na região, propiciando, desse modo, o crescimento à oposição, o Partido Conservador (futuramente republicanos).

Uma breve biografia

Karl Julius Christian Von Koseritz nasceu em 3 de fevereiro de 1830, em Dessau. Veio para o Brasil no ano de 1851, com os *brummers* (tropas de alemães mercenários contratados para combater na guerra contra Rosas). Assim como muitos outros *brummers*, desertou um ano após a chegada ao Brasil, fixando-se junto à cidade de Pelotas, local onde sua tropa estava estabelecida. Numa precária situação, Koseritz acabou trabalhando como cozinheiro e jornalista, até que, por volta de 1855, começa a trabalhar como professor, nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

*Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e pós-graduando em Sociedade, Política e Cultura do Rio Grande do Sul pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG. E-mail para contato: sobrinho.historia@gmail.com.

Em 1858, iniciou sua carreira de jornalista no Brasil trabalhando junto ao jornal “O Brado do Sul”.

Apesar de um relativo destaque na Região Sul do estado do Rio Grande do Sul, Koseritz alcançaria maior relevância ante a sociedade sul-rio-grandense ao mudar-se para Porto Alegre, no ano de 1864, onde editou vários jornais e periódicos e recebeu a alcunha de “porta-voz” dos imigrantes germânicos radicados no estado¹.

Com uma visível ascensão social, Koseritz passa a ter reconhecido seu papel de intelectual, sendo um dos membros da seleta agremiação do Partenon Literário².

Pode-se destacar como referência ideológica para Koseritz a influência de Augusto Comte, a partir do qual o intelectual baseou-se em ideias sobre o evolucionismo e a prescrição da metafísica³, as quais foram referências significativas em seu pensamento.

Entretanto, é, no campo da política, que este artigo busca enfocar em maior evidência a atuação de Koseritz. A sua atuação está atrelada ao Partido Liberal que, sob forte influência do líder Gaspar Silveira Martins, conseguiu a aprovação de uma lei que possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política:

Numa tentativa de ampliar sua atuação política, o líder Gaspar Silveira Martins, senador do império, bateu-se pela concessão do direito de voto aos acatólicos e estrangeiros naturalizados, o que concretizou com a aprovação da lei Saraiva, em 1881. Através desta lei, os pecuaristas liberais estabeleceram uma aliança política com a ala mais representativa da comunidade alemã colonial: os comerciantes e a elite intelectualizada, que forneceram deputados que realizaram a mediação entre o mundo colonial e a política dos senhores rurais. Em troca de favores à sociedade colonial, arregimentavam-se votos para os liberais (PESAVENTO, 1997, p. 53).

¹ Karl von Koseritz foi o primeiro que compreendeu a situação peculiar do elemento alemão imigrado no Sul do Brasil e pode, por isso, ser denominado o pai do teuto-brasileirismo. Isso significa, em termos negativos, uma delimitação em relação aos alemães do Império Alemão, também em relação a outros brasileiros; em termos positivos, significa a aceitação do Estado, a nova pátria brasileira, bem como o reconhecimento da velha pátria alemã, com a qual o teuto-brasileiro continua a sentir-se ligado pela etnia (GERTZ, 1999, p. 07).

² Quando se refere à agremiação do Partenon Literário, está se referindo à história do primeiro movimento de intelectuais que de fato estabeleceu uma agremiação no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 18 de junho de 1868, o Partenon Literário era um movimento de ideias, sendo essas as mais diversas e abrangentes possíveis na época. Essas ideias iam de concepções literárias até discussões de aspectos políticos e sociais. O idealismo estabelecido pelos membros do Partenon Literário iniciou ou incitou ainda mais, no Rio Grande do Sul, o questionamento e a defesa da concretização de uma nova ordem social, na qual temas como a República, abolição da escravidão, o direito à manifestação feminina, além do estabelecimento de aulas noturnas para aqueles que não tinham condições de estudar durante o dia eram defendidos através de artigos, saraus ou poesias.

³ Comte dividia a evolução da sociedade em três estados: Estado Teológico; Estado Metafísico; Estado Positivo. Embora, a princípio indispensável em todos os aspectos, o primeiro estado deve ser doravante concebido sempre como puramente provisório e preparatório; o segundo, que é na realidade apenas a modificação do anterior, nunca comporta mais do que um simples destino transitório, a fim de conduzir gradualmente ao terceiro; é neste, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão da humanidade (COMTE, {S.D}).

Com a possibilidade de inserção na vida política, Koseritz se candidata a uma cadeira na Assembleia Provincial, no ano de 1883, sendo eleito com a maioria dos votos. Destaca-se que a participação dos imigrantes teutos nestas eleições propiciou a Koseritz a sua eleição. Após sua eleição, foi residir no Rio de Janeiro, sendo recebido pelo Imperador Dom Pedro II. Descreveu sua viagem para a capital do Império, Rio de Janeiro.

Veio a falecer no ano de 1890, por motivos que se retratará posteriormente neste artigo, pois, a partir de agora, será enfocada a emancipação de Taquara do Mundo Novo e a participação de Koseritz, bem como seus reflexos ante ao Partido Liberal na região.

A emancipação de Taquara do Mundo Novo – Uma nova fase de (re)articulações políticas

O território que originou o município de Taquara do Mundo Novo teve, no decorrer do séc. XIX, uma intensa alternância de predominância política, sendo auspiciado pelos municípios de Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Porto Alegre e Santa Cristina do Pinhal, município do qual Taquara se emancipou, e apresentou, no decorrer da década de sua emancipação (Taquara do Mundo Novo se emancipou em 1886), uma intensa relação de trocas econômicas e políticas.

A freguesia de Taquara do Mundo Novo se desenvolvia ao mesmo tempo em que as relações políticas se tornavam cada vez mais complexas na região. Conservadores e liberais intensificavam a luta pelo poder, havendo a predominância do eleitorado por parte dos liberais, em especial, pela influência do seu líder máximo no município pinhalense, o Coronel Francisco Alves dos Santos.

Chico dos Santos, como também era conhecido, foi vereador desde a primeira formação da Câmara em Santa Cristina do Pinhal. Era homem de grandes posses de terra, não só em Santa Cristina do Pinhal, tendo também terras por praticamente toda a Região Nordeste da província gaúcha, o que demonstrava todo o seu poder nesse período, pois terra era igual a prestígio e prestígio igual a poder. Magalhães apresenta aspectos de fundamental relevância para entender quem foi Francisco Alves dos Santos:

O Coronel Francisco está criando a imagem de homem solidário com os pobres, esperando deles receber futuro reconhecimento. Enquanto consolida sua imagem de homem público e solidário às causas dos homens pobres, gera uma benesse que lhe sirva no futuro, ou seja, cria uma rede de clientes que lhe possibilita a formação de uma clientela, onde um dos interesses é questão eleitoral. O Coronel Francisco Alves dos Santos será o líder liberal na Câmara de Santa Christina do Pinhal (MAGALHÃES, 2005, p. 167).

Mesmo com a representatividade de Francisco Alves dos Santos e a predominância de políticos ligados ao Partido Liberal, a influência do Partido Conserva-

dor se intensificou na região. A emancipação de Taquara do Mundo Novo curiosamente tem seu engendramento estabelecido por interesse do político de Santa Cristina do Pinhal, João Martins Philereno, líder conservador, que foi o principal articulador local com o apoio incondicional do deputado representante dos imigrantes alemães: Karl von Koseritz. Assim, em 17 de abril de 1886, através da lei 1.568, Taquara do Mundo Novo foi elevado à categoria de vila, atingindo sua autonomia política.

A emancipação representou uma oportunidade de políticos pinhalenses, principalmente os conservadores – além de membros da elite de Taquara do Mundo Novo, muitos deles de origem germânica – de ocuparem o poder, uma vez que, em Santa Cristina do Pinhal, o Partido Liberal e Francisco Alves dos Santos, até então, detinham o poder administrativo.

A reação dos políticos pinhalenses contrários à emancipação de Taquara do Mundo Novo foi imediata. Francisco Alves dos Santos repudiou a iniciativa de Philereno e Koseritz, dizendo que foi “o desejo de agradar meia dúzia de moradores da vila de Taquara, adeptos consistentes do último signatário do aludido projecto” (MAGALHÃES, 2003, p. 451).

Chama-se atenção ao atrito gerado entre os políticos liberais Koseritz e Chico dos Santos, demonstrando uma discordância de interesses do Partido Liberal para esta colônia de imigração. Enquanto Koseritz defendia a possibilidade de os alemães administrarem a nova cidade, Chico dos Santos temia que uma ascensão da oposição conservadora de Santa Cristina do Pinhal ocupasse o poder em Taquara do Mundo Novo. Isso acabou se concretizando, pois encontram-se representantes teutos na câmara de vereadores e no conselho municipal, além da presença de políticos pinhalenses no poder.

A instalação da Câmara da Vila do Bom Jesus do Mundo Novo⁴ ocorreu somente em janeiro de 1888, praticamente dois anos após a emancipação, tendo a seguinte ata de instalação:

ATA DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DA TAQUARA DO MUNDO NOVO

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta vila da Taquara do Mundo Novo, Comarca de Santa Cristina, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no paço da Câmara Municipal, às nove horas do dia, presente os vereadores de Santa Cristina, Francisco d'Oliveira Neves e Pedro José Jung, para, de conformidade com o disposto no Aviso de 13 de março e outros, deferir juramento e dar posse aos Vereadores da Câmara Municipal desta vila, eleitos em 1º e 2º escrutínios, realizados a dezessete de setembro e vinte e oito de outubro do ano próximo findo; e tendo comparecido os vereadores Frederico Jacobus Junior, José Raymundo, Guilherme Kordonfer, João Petry e Henrique Fauth, com seus respecti-

⁴ Vila Bom Jesus do Mundo Novo foi o primeiro nome que foi concedido ao município de Taquara.

vos diplomas, que exibiram, foram, na forma do art.º 17 da Lei de 1º de outubro de 1928(sic) e, com as solenidades legais, juramentados e empossados no cargo de vereadores desta vila de Bom Jesus do Mundo Novo, tomando logo seus respectivos lugares (MÉRCIO, 2004, p. 447).

Chama a atenção na referida ata de instalação da Câmara municipal citada que, dentre os representantes políticos de Santa Cristina do Pinhal, está o vereador Coronel Francisco de Oliveira Neves, líder conservador de Santa Cristina do Pinhal, o que possibilita o entendimento de que os interesses do referido coronel estavam em ampliar a sua influência para além de Santa Cristina do Pinhal. Confirmando o temor do crescimento da oposição conservadora na área de domínio do Coronel Francisco Alves dos Santos.

Contudo, apesar do atrito de interesses evidenciados por Koseritz e Chico dos Santos, não significou que se edificasse uma inimizade entre estes políticos. Destaca-se que, com a ascensão de novas forças políticas, Chico dos Santos passou a sofrer um processo de decadência política e econômica. E mesmo possuindo um respeitável eleitorado em Santa Cristina do Pinhal e até mesmo em Taquara do Mundo Novo, percebendo que dificilmente recuperaria o poder que até então detinha, começou a cobrar do Estado dívidas relativas ao aluguel da Câmara de Vereadores de Santa Cristina do Pinhal⁵, a qual teve como sede a sua residência por um período de seis anos. Conforme verificou-se, Chico dos Santos enviou pelo menos duas petições solicitando o pagamento dessa dívida. Entretanto, no Período Imperial, quando ele detinha a representatividade provincial junto a Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, não se constatou sequer uma citação referente a aluguel de sua residência utilizada como Câmara Municipal. Também não se encontrou qualquer documento com algum retorno por parte do governo estadual relativo às petições do Coronel Francisco Alves dos Santos.

Neste momento de crise do político pinhalense, é que surge o Deputado Koseritz para defender o colega de partido. No dia 08 de julho de 1889, ele realizou um afamado discurso em defesa de Chico dos Santos, discurso este que foi publicado no hebdomadário *A Reforma*, em 24 de julho de 1889⁶:

Discurso pronunciado na sessão de 08 de julho de 1889:

O S D. Koseritz – Sr. Presidente, eu estava com uma impugnação ao parecer por parte do nobre deputado que pediu a palavra, (referindo-se ao Sr. Barcelos) mas não se tendo dado e cia, julgo-me na obrigação de oferecer a casa alguns esclarecimentos em apoio parecer que se discute.

⁵ Sobre as cartas de cobranças de aluguel e retorno do Estado: **Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo**. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

⁶ Nota do revisor: o texto que segue foi escrito de acordo com as normas ortográficas vigentes na data do documento.

A despeito do escandaloso procedimento da Câmara Municipal de Santa Christina, prestando a esta casa as informações falsas que prestou, é incontestável o direito que este pagamento tem o referido coronel Santos.

A casa foi efetivamente ocupada pela Câmara, como em muitos outros deputados podemos atestar; foi o Sr. Major Neves quem, como Presidente da mesma, assignou essa falsa informação, attestando que a Câmara nunca ocupou a casa do Sr. Coronel Francisco.

O Sr. Silveira Martins: É falsa essa informação.

O orador: pessoalmente reconhecemos o direito que tem a esse pagamento o mencionado Sr. Coronel; entretanto, não tendo o reclamante apresentado documento algum que comprove esse direito e somente um simples requerimento, a comissão de orçamento municipal, muito a seu pesar, visto conhecer a verdade dos factos, não pedia dar outro despacho do que deu, pedindo o indeferimento deste requerido porque o conhecimento pessoal que temos do facto não pode ser sufficiente para deferirmos em assumpto de interesse municipal, uma petição, quando a Câmara nega o facto e a parte não apresenta documento algum que destrua essa allegação.

Foi debaixo deste ponto de vista que a comissão apresentou o parecer indeferindo esta petição, mas fiquem os nobres deputados convencidos de que eu tenho consciência de a dívida existe, porém: *dura lex, sed lex*.

Não podemos proceder por outra forma, porque a Câmara tem a sua autonomia e os seus direitos, e não havendo um documento comprobativo da dívida, a comissão apresentou o parecer que se discute e a casa não terá outro remédio sinão approval-o.

O peticionário que se muna de documentos e se apresente de novo, reclamando pelo seu direito, que não lhe será negado (Jornal *A Reforma* de 24 de julho de 1889, p. 01).

O referido pronunciamento de Koseritz explicita o incondicional apoio ao seu correligionário Chico dos Santos. Demonstra que a manifestação de insatisfação deste último quanto ao apoio de Koseritz na emancipação de Taquara do Mundo Novo, e uma provável desavença entre esses influentes políticos liberais, foi de ordem efêmera – ao menos, ao se analisar esse contundente manifesto em prol do político pinhalense.

Contudo, não foi possível encontrar, por parte deste pesquisador, maiores detalhes a respeito dessa reaproximação de Chico dos Santos e Koseritz, o que resta é uma série de possibilidades a serem sondadas, que perpassam um desentendimento passageiro, alguma ordem de rearticulação política auspiciada pela cúpula do Partido Liberal no Estado, ou, até mesmo, um sentimento de culpa por parte de Koseritz ante ao enfraquecimento político que ele causou ao seu partido e ao líder do Partido Liberal na região, ao apoiar a emancipação de Taquara do Mundo Novo. Mas todas essas hipóteses conjecturadas são uma série de probabilidades sondadas por parte do autor deste artigo, ficando uma lacuna para pesquisa em relação à análise da reaproximação desses políticos.

Pouco tempo após a publicação do pronunciamento de Koseritz, é proclamada a República no Brasil. Nesse momento de transição de regime político, o Rio

Grande do Sul foi o Estado do Brasil que mais sofreu alterações do quadro político. Os líderes do Partido Liberal passaram a ser desprestigiados pelos novos detentores do poder, o Partido Republicano Rio-grandense – PRR, conduzidos por Júlio de Castilhos. Iniciou-se um momento em que deveria haver a derrubada do poder dos antigos líderes liberais e, associada a essa queda, um processo de esmagamento às resistências oposicionistas ao PRR. E, no caso das regiões de imigração alemã, um dos principais alvos a serem atingidos era justamente o político liberal de maior influência: Karl von Koseritz:

[...] Karl von Koseritz e Gaspar Silveira Martins – e portanto o Partido Liberal – dominavam de forma absoluta a política nas regiões de colonização alemã. Isso, a rigor, deveria ter levado a um alto nível de oposição aos republicanos castilhistas, pois Gaspar Silveira Martins estava exilado (viajando pela Alemanha) e Koseritz foi perseguido, vindo a falecer em decorrência do clima adverso no qual sua pessoa ficou envolta. (GERTZ, 1993, p. 194)

Assim, aos sessenta anos, Koseritz faleceu vítima de uma de suas maiores paixões, a política. No entanto, nem mesmo a morte de Koseritz foi capaz de frear o interesse dos teutos pela política e de afastar a influência liberal nas áreas de colonização germânica. Fato este que veio a se refletir poucos anos após a morte de Koseritz, nas eleições constituintes de 1891 e nos fatos subsequentes que levaram até a Revolução Federalista, de 1893 a 1895. Mas isso é assunto para uma próxima pesquisa.

Considerações finais

Percebe-se, no decorrer dessa pesquisa, que a curiosa amálgama entre os interesses do Partido Conservador e do Partido Liberal – sendo do primeiro um interesse localista e o do segundo uma esfera maior a partir de uma abrangência de atender aos interesses dos teutos, para uma maior participação política – acabou propiciando um relativo enfraquecimento do Partido Liberal na região de Taquara do Mundo Novo, especialmente do seu representante máximo: Chico dos Santos, ante a um crescimento dos conservadores, especialmente dos políticos do município vizinho de Santa Cristina do Pinhal, que viam em Taquara do Mundo Novo uma oportunidade para ascensão ao poder.

O Partido Liberal então enfraqueceu na região de Taquara do Mundo Novo, no entanto, ele ainda continuava a ser hegemônico, especialmente pela participação crescente dos teutos no partido. O que ocorreu foi uma diminuição do poder de uma liderança, sendo ela fragmentada. Chico dos Santos perdia seu poder, mas novas lideranças estavam se desenhando. O Coronel Jorge Fleck paulatinamente ia aumentando sua influência ante os liberais da região.

Desse modo, se, por um lado, a atuação decisiva de Koseritz para emancipação de Taquara do Mundo Novo acabou enfraquecendo seu partido na região –

especialmente por atingir os interesses do líder liberal local –, por outro lado, acabou propiciando aos teutos uma maior participação política. Isso permitiu uma renovação de lideranças do Partido Liberal na região, e essa substituição que, nos primórdios, fragilizou as bases do partido, oportunizou, num segundo momento, uma renovação e revigoração de lideranças. Salientando que essa renovação foi responsável pelo aumento da base política liberal em Taquara do Mundo Novo e região.

Referências bibliográficas

CESAR, Guilhermino. **História da Literatura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, 3ª ed. 2006.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. Porto Alegre/RS: ed. Escala, {S.D}. trad. Antonio Geraldo da Silva.

Discurso de Karl Von Koseritz. **A Reforma**. Porto Alegre, 24 de julho de 1889. p. 01

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha/RS: E.G.Engelmann, 2005, Volume II.

GERTZ, René. Org. **Karl Von Koseritz: seleção de textos**. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 1999.

_____. Antecedentes da Revolução federalista nas regiões de imigração alemã no Rio Grande do Sul, *In Anais da XII Reunião da SBPH: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica: Curitiba*, 1993.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese (Doutorado em História), Curso de História, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto. **O processo de transformação de um município sede para distrito: a atuação de liberais e republicanos em Santa Cristina do Píthhal (1880 – 1892)**. Monografia (Graduação em História), Curso de História, Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatamy, **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre/RS Ed. Mercado Aberto, 1997

PÓVOAS, Mauro Nicola. **A trajetória da Sociedade do Partenon Literário e de sua Revista Mensal**. Disponível em: <http://www.uab.furg.br//mod/resource/view.php?id=7531> Acesso em 30/09/2009.

REINHEIMER, Dalva Neraci. A constituição Política de Taquara sob o processo de colonização Alemã. *In BARROSO, Véra Lucia Maciel, SCHENKEL, Dislaine, BRUSIUS, Liége Lana, FETTER, Maribel Eloá. Raízes de Igrejinha*. Porto Alegre/RS: EST, 2008.

ZILBERMANN, Regina. O Partenon Literário: literatura e discurso político. *In* _____. et all; **O Partenon Literário**. Poesia e Prosa. Porto Alegre/RS: ICP/EST, 1980.

Caminhos de penetração e a formação de núcleos urbanos –Litoral Norte/RS

*Nilza Huyer Ely**

Com a divisão da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1809, em quatro municípios, coube ao de Santo Antônio da Patrulha uma área de, aproximadamente, 34 mil quilômetros quadrados, que se estendia desde a sede da Vila (Santo Antônio da Patrulha), por todo o Litoral Norte sul-rio-grandense, Campos de Cima da Serra até as barrancas do Rio Pelotas em sua confluência com o Rio do Peixe em Marcelino Ramos, na divisa com a Província de Santa Catarina.

Com a emancipação da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório) em 1857, o Quadrante Patrulhense começa a ser seccionado. O território do novo município ocupa toda a faixa litorânea entre a orla atlântica, a leste, até os contrafortes da Serra Geral, oeste, estendendo-se desde o limite, ao sul, com a Vila de São José do Norte até o Rio Mampituba, ao norte.

Passadas mais de duas décadas da emancipação de Conceição do Arroio, dela se separa, em 1878, a Vila de São Domingos das Torres.

Ainda no século XIX, desmembram-se, de Santo Antônio da Patrulha, os municípios de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria, São Paulo da Lagoa Vermelha, Taquara do Mundo Novo, São Francisco de Paula, estes, por sua vez, foram cedendo parcelas de seu território para a formação de novas comunas.

Os dois municípios do Litoral Norte (Osório e Torres) permaneceram inalterados por quase um século.

Perguntar-se-ia, por que não houve, como nos demais municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, formação de outros núcleos urbanos ue originariam novos municípios?

Ainda no final do século XIX, grande projeto contemplava o Litoral Norte com um porto marítimo, na porta de entrada do Estado. Torres sediaria a grande obra que, em seu bojo, traria desenvolvimento e progresso para todo o Litoral Norte/RS, inclusive para o sul do vizinho Estado de Santa Catarina.

Os anos foram passando...

*Historiadora. Membro do Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) e do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL).

Inicia o século XX, e a imprensa passa a divulgar outro grande projeto que seria associado ao do porto marítimo, com a possibilidade de incremento dos pequenos portos fluviais e lacustres, através da interligação das lagoas costeiras, cuja via se tornaria a fonte alimentadora do grande porto marítimo de Torres.

Mais um período de expectativa ...

Novo grande projeto acenava com a construção de uma linha férrea que, seria o complemento da ligação lacustre-fluvial, partindo da Capital do Estado, pela encosta leste da Serra Geral alcançaria a cidade de Torres com seu porto marítimo (ainda insepulto), com variantes para os Campos de Cima da Serra e planalto sul-rio-grandense.

RUSCHEL teve acesso a um livro que pertencera ao intendente Cel. João Pacheco de Freitas, de Torres, no qual este elaborou um índice dos jornais da época entre os anos de 1896 e 1911, em cujo noticiário eram referidas obras que estavam sendo projetadas para o Litoral Norte/RS, as quais, lamentavelmente não saíram do papel.¹

Já estávamos na década de 1940 quando, novamente, veio à baila um novo projeto para a construção do porto marítimo de Torres. Coube à Inspetoria de Terras do Leste, com sede no Vale do Três Forquilhas, o estudo da viabilidade do deslocamento, para a região de Três Cachoeiras, da cidade de Torres que passaria a chamar-se cidade de Abaeté, enquanto na orla ficaria apenas o porto marítimo de Torres.²

Promessas mil, impraticáveis algumas, mirabolantes outras tantas... A expectativa se foi diluindo com o passar do tempo e a palavra **projeto** passou a ser abominada pelos litorâneos do norte do Estado.

A ingerência de outras regiões teve maior força política diante da singela região litorânea, tida, pelos próprios governantes, como a de menor potencialidade e a mais atrasada do estado, apesar da unanimidade quanto ao clima excepcional e a inigualável uberdade do solo.

A vida dos litorâneos do norte do Rio Grande do Sul foi marcada, durante mais de um século, por promessas vãs e expectativas frustradas...

Caberia à iniciativa privada, modestamente, dar início ao aproveitamento da prodigalidade da natureza, que não se encontra similar, tendo, entre as escarpas da serra, a oeste, e a faixa litorânea, a leste, um verdadeiro corolário de lagoas com paisagens deslumbrantes. A orla marítima sempre proporcionou boas temporadas de tratamento terapêutico através dos banhos de mar, bem como, o descanso e o lazer da população citadina que a ela afluía.

¹ RUSCHEL, Ruy Ruben. *Um velho índice de notícias torrenses em jornais*. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; BROCCA, Maria Roseli Brovedan; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba (orgs). RAÍZES DE TORRES. Porto Alegre: EST, 1996. p. 115 a 119.

² Inspetoria de Terras do Leste – Diretoria de Terras e Colonização – Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio: *Relatório Anual*.

Cidreira e Tramandaí foram as pioneiras no atendimento aos visitantes de verão: os veranistas, construindo modestos estabelecimentos hoteleiros e as primeiras casas de aluguel, que não passavam de pequenas choupanas cobertas com tiriricas.

A já então Vila de Torres, privilegiada pela beleza natural que a distingue das demais estações balneares do Litoral Norte/RS, na segunda década no século XX, recebeu um grande empreendimento hoteleiro por iniciativa de José Antônio Picoral, natural da então Colônia de São Pedro de Alcântara. Picoral era descendente do imigrante Anton Pickrad.

O estabelecimento tornou-se referência em todo o Estado, e, em especial no Litoral Norte, absorvendo o excedente de mão de obra, já bastante acentuado em decorrência do fatiamento das propriedades rurais a cada sucessão.

Além do sucesso econômico do empreendimento, prestava inestimáveis serviços sociais com o fornecimento de energia elétrica, de gerador particular, a toda a população da Vila de Torres.

Na década de 1930, o grande complexo hoteleiro de Torres teve suas portas fechadas, agravando e retardando o desenvolvimento do turismo, que sofria pela ausência de acesso rodoviário. As autoridades ou pessoas abastadas, valiam-se do hidroavião até a extremidade norte da lagoa Itapeva, onde a aeronave pousava e os passageiros eram conduzidos pelas diligências, até a Vila de Torres.

A primeira metade do século XX aproximava-se do fim.

No ano de 1947, de um universo de 31.974 veículos registrados pela Delegacia de Trânsito e Acidentes, em todo o Estado, apenas vinte e dois (22) veículos pertenciam ao município de Torres, assim distribuídos: sete (07) automóveis, um (01) ônibus, onze (11) caminhões e três (03) caminhonetes, que transitavam até Tramandaí, pela beira do mar, quando este o permitia. Era o município, entre os noventa e dois (92) então existentes no Estado do Rio Grande do Sul, com a menor frota de veículos.

A rodovia projetada no primeiro quartel do século XX, ligando a Capital do Estado à Vila de Conceição do Arroio, a ERS 017 estendida, posteriormente, até Tramandaí, só se tornaria realidade nos anos 30, durante o governo do General Flores da Cunha. Em 1939, era inaugurada a ERS 017, atual ERS 30 ou estrada Cristóvão Pereira de Abreu, em homenagem ao tropeiro grande abridor de estradas.

A ligação rodoviária com a capital do estado possibilitou ao balneário de Tramandaí que adquirisse autonomia administrativa ao emancipar-se do município de Osório em 1965.

Foi a construção desta rodovia que fez com que as autoridades “acordassem” para a necessidade de prover a região litorânea do norte, tantas vezes reconhecida como a “mais fértil e de melhor clima” para a produção agrícola, com estradas para poderem produzir mais e transportar a sua produção, como muito bem disse o Engenheiro Walter Jobim, Secretário das Obras Públicas, na inauguração:

Si se fizesse mister perquirir, em todo o Estado, quais as obras mais necessárias ao desenvolvimento dos diferentes núcleos humanos, dispersos em seu vasto território, estou certo que levantar-se-ia um clamor unísono, apontando as “rodovias” como as mais decisivas ao surto civilizador.

[...] Onde falta o transporte pode inexistir a miséria, porém, não se encontra a riqueza. É inútil produzir, se é impossível transportar. Os bens só significam riqueza quando entram no comércio humano.

A causa primordial do desalento e da fraca expressão econômica desta imensa região de terras fertilíssimas foi o abandono secular em que as deixaram os governos.

A canalização das lagoas e a pequena via férrea de Palmares representam o primeiro esforço para quebrar o isolamento. Foi sem dúvida uma obra meritória para o seu tempo dada a inexistência de veículos motorizados.

O homem desta região, entretanto, é tão vigoroso como qualquer outro dos nossos rincões, resistiu impávido a toda a sorte de torturas no isolamento a que o condenaram. Não é o apático, o inerte, o retardatário como alguns o consideram. “Não tem o mesmo nível cultural de outras zonas, mas possui a mesma fé, e, sobretudo, um grande espírito de sacrifício, e um profundo sentimento de patriotismo”.³

No início dos anos 1940, foi instalada, no Vale do Três Forquilhas, a Inspeção de Terras do Leste, órgão da Diretoria de Terras e Colonização, da Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria e Comércio, incumbida da legitimação dos lotes rurais de toda a região litorânea e campos de Cima da Serra, bem como da abertura de estradas alimentadoras. As pequenas vias de penetração foram aos poucos recebendo melhorias, como bueiros e pontes nas travessias de arroios e sangas.

A população se mantinha desestimulada. As áreas agriculturáveis tornavam-se cada vez menores. A necessidade da preservação da mata atlântica impedia as derrubadas para novo plantio.

Meados do século XX tornaram-se o período das migrações. Inúmeras famílias deslocaram-se para a região metropolitana de Porto Alegre alimentando o sonho de emprego seguro no comércio e na indústria, outras tantas, para o oeste paranaense em busca de novas terras a preços convidativos. Foi o período do maior êxodo do Litoral Norte/RS.

No final dos anos de 1960, adentraram, ao Vale do Três Forquilhas, imigrantes japoneses que trouxeram novas técnicas de cultivo em pequenas áreas. Os colonos, que até então haviam se dedicado ao cultivo da cana de açúcar, ao observarem as boas colheitas de hortigranjeiros obtidas pelos neófitos, aos poucos abandonaram o plantio da cana de açúcar e aderiram à olericultura, com excelentes resultados.

Na esteira da ERS 017, atual ERS 030, seriam projetadas outras rodovias, como a antiga estrada da Serra do Pinto, ligando a Praia do Barco aos Campos de

³ ELY, Nilza Huyer. *Rodovia Gravataí-Osório-Tramandai: o sonho da estrada dos sonhos*. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *RAÍZES DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA*. Porto Alegre: EST. (no prelo)

Cima da Serra, a atual ERS 486 – a Rota do Sol; a antiga BR 059 entre Osório e Passo do José Ignácio no Rio Mampituba, atual BR 101; e assim tantas outras municipais e intermunicipais que fazem com que haja comunicação entre as populações e a consequente formação de pequenos núcleos urbanos que dão origem a novos municípios. Assim é que, nas duas últimas décadas do século XX, formaram-se, no Litoral Norte/RS, dezesseis (16) novos municípios.

Foram criados:

em 1982: Capão da Canoa e Palmares do Sul;

em 1988: Terra de Areia, Arroio do Sal, Três Cachoeiras, Imbé e Cidreira;

em 1992: Maquiné, Morrinhos do Sul, Três Forquilhas e Xangri-lá;

em 1995: Dom Pedro de Alcântara, Mampituba e Capivari do Sul;

em 1996 : Itati.

Pequenos municípios, na verdade, mas com boas possibilidades de crescimento. Crescimento econômico pela facilidade de transporte da produção para os grandes centros consumidores, uma vez que o Litoral Norte/RS se destaca pelo solo e pelo clima, na olericultura e fruticultura variadas, além de diversas pequenas/médias indústrias lá instaladas com aproveitamento da mão de obra e matéria prima regionais.

Houve crescimento do nível cultural da população, haja vista que se encontram ao alcance dos litorâneos do norte/RS cursos de graduação, em diversas áreas, oferecidos por Universidades como: a ULBRA, em Torres; a UNISC, em Capão Novo; a UCS, em Terra de Areia; além de algumas Faculdades, entre elas a FACOS, em Osório.

Deve-se aos **caminhos de penetração a formação de núcleos urbanos no Litoral Norte/RS.**

O papel da revista *St. Paulus-Blatt* no estímulo político dos teuto-brasileiros católicos no Rio Grande do Sul (1912-1934)

*Samuel Klauck**

Ao contingente de imigrantes alemães e seus descendentes, são atribuídos papéis diversos na sua contribuição à formação de um novo espaço nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul. Junto a essas populações e/ou desenvolvidas por elas, surgem agremiações e entidades que buscavam manter vivas as características culturais do grupo e, por consequência, dos seus descendentes. Ressalta-se que essa formação, distante estava de ser homogênea, formando uma identidade plural.

Uma dessas características de pluralidade está associada ao vínculo religioso deste grupo, entendido como teuto-brasileiro¹. Essa separação e a manutenção da identidade religiosa podem ser compreendidas, principalmente, associadas ao pastoreio desses contingentes pelas respectivas lideranças religiosas. Assim, desde as últimas décadas do século XIX, instalam-se no Rio Grande do Sul, pastores luteranos e ordens religiosas católicas, dos quais se destacam os jesuítas (CEM ANOS DE GERMANIDADE, 1999, p. 505-525).

Contudo, o viés dessa pesquisa concentra-se fundamentalmente na ação da Igreja Católica, como instituição, em uma reflexão sobre o seu posicionamento frente às transformações do século XIX e a sua reação no campo discursivo e prático para a manutenção da identidade católica dos fiéis a partir da imprensa. Compreende o período conhecido como Restauração Católica,² no qual a Igreja buscou se compreender como instituição, protegendo-se das transformações que marca-

*Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional. E-mail: samuelk98@msn.com.

¹ Como aponta Willems, os “alemães” do sul do Brasil são oriundos de regiões distintas da Alemanha, da Áustria, da Rússia, da Polônia, etc. Segundo o autor, foi esse intercontato com as diversas levas de imigrantes de origem teuta, mas de cultura diversa, em contato com os nativos – luso-brasileiros e índios – que teria proporcionado um elemento novo, híbrido, que denomina teuto-brasileiro. (WILLEMS, 1980, p. 69-189.).

² Rambo caracteriza o movimento de Restauração Católica com sendo “a volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado”. Ainda, segundo o autor, é deste movimento que surge o conceito de ultramontanismo, comumente empregado para defini-lo. O conceito está associado ao retorno da Igreja à ortodoxia do Concílio de Trento e a sustentação de que toda a autoridade emana de Roma. (RAMBO, 2002, p. 279-304).

ram o ocidente desde o início do século XIX e que imprimiram uma nova fisionomia nesta sociedade.

Neste sentido, o recorte nos conduz a analisar o papel dos jesuítas nesse processo no Rio Grande do Sul³, e tomamos como foco a *Revista St. Paulus-Blatt* – ou *Revista de São Paulo*. Ela surge associada à Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, em 1912.⁴ E, em específico, ao tratamento dado pelo periódico, na condução dos leitores à compreensão política da Igreja.

As análises se concentrarão temporalmente no período em que o sacerdote Teodoro Amstad ocupou as funções de redator e editor da revista: inicia-se em 1912, com o lançamento da revista, e termina com o seu afastamento em 1934. Durante 22 anos, ficou à frente do periódico, sendo que desentendimentos internos levaram-no à abdicação das funções (SCHALLENBERGER, 2009, p. 343). A temporalidade encontra-se justificada no perfil impresso por Amstad, nas páginas do periódico durante esse período.⁵ Contudo, cabe destacar, que a revista continuou a circular até 1941, quando foi proibida a imprensa alemã no Brasil. Foi retomada em 1948 e, desde então, circula em edições mensais até o presente momento.

O recorte proposto acaba por definir e determinar a delimitação espacial da pesquisa. Como veículo de imprensa da Sociedade União Popular, teve como público alvo os católicos descendentes de alemães das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, sendo ali, até 1927, sua principal área de circulação.⁶ Nos anos posteriores, a revista alcança a região oeste de Santa Catarina, sendo distribuída no núcleo de colonização da Sociedade localizado em Porto Novo, atualmente município de Itapiranga. Contudo, essa nova área de abrangência pode ser caracterizada como um apêndice e/ou, numa definição cultural, uma extensão dos modelos coloniais e do catolicismo pregados no estado sul-rio-grandense.

A *St. Paulus-Blatt*, apesar de enfatizar que seu papel não era político, permite aferir seus sentidos (ST. PAULUS-BLATT, 1934, p. 3). Os conteúdos do periódico

³ Cabe destacar que a ação missionária inaciana alcançou diversos campos, como a educação, o associativismo, a organização de comunidades e a difusão do ultramontanismo (Cf. SILVA, 2003).

⁴ A Sociedade União Popular também conhecida como *Volksverein* foi uma associação católica organizada pelos jesuítas em conjunto com lideranças leigas e religiosas. Essa entidade buscava atender os interesses religiosos, culturais, sociais e materiais dos católicos de língua alemã no Rio Grande do Sul. Os seus princípios formam um conjunto discursivo que integram os textos da revista e farão parte das reflexões desenvolvidas ao longo do nosso trabalho. A revista, neste contexto, surge como um dos objetivos dessa sociedade, pois a Igreja Católica estimulava a formação de periódicos juntos as Sociedades e/ou Associações católicas.

⁵ A edição de janeiro de 1935 apresenta um artigo de despedida e agradecimento ao trabalho de Amstad frente à revista: “Com o presente número a St. Paulus-Blatt entra em uma nova fase.” (ST. PAULUS-BLATT, 1935, p. 3). Situação que corrobora nossa delimitação temporal da pesquisa. As fontes que originalmente se encontram em língua alemã serão apresentadas em tradução livre feita pelo autor.

⁶ As áreas de colonização alemã e de seus descendentes se espalharam desde 1824, de São Leopoldo até a região fronteira de Santa Catarina e Argentina, chegando ao noroeste do Rio Grande do Sul, já em fins do século XIX (WILLEMS, 1980, p. 42-43).

não apresentam tonalidade político-partidária explícita, mas, cabe ressaltar que a veiculação das bandeiras do catolicismo social e a defesa dos direitos e deveres dos católicos expressam exemplos de vinculação de posicionamentos concretos do campo religioso, objetivando atuar junto ao campo político. É uma postura presente desde os primeiros números da revista e que continua durante os anos de sua edição.

De forma prática, a revista reproduz isso em discursos que reforçam os princípios de formação, informação e instrução do leitor. O periódico faz a primeira referência à questão no artigo intitulado *A Sociedade União Popular e Política* (ST. PAULUS-BLATT, 1916, p. 50-51). No texto, enfatiza que a publicação é uma resposta às abordagens sobre a temática, então corriqueira entre os membros da Entidade. Nele destaca que

Política! Ela também pertence ao nosso trabalho. Nós já não podemos deixá-la fora do nosso domínio de atividade, também se o *Volksverein*, que ainda não é partido político, quer ser. – Sob política, como intensificadora do *Volksverein*, nós entendemos não somente um mero “Assento Seguro”, especialmente a convicção fiel, escora honrada para o triunfo da nossa concepção de mundo cristão. E se nós queremos fazer isso com sucesso, nós precisamos ser convictos fiéis católicos, católicos, fazer honrar suas certidões de batismo e orgulhar-se disso, católicos não somente no dizer, mas no fazer. – Por isso nós católicos não devemos separar inteiramente nossa política da religião, pouco nos satisfaz, pelo contrário, como querem. Elas são *slogans*, frases, as quais pessoas inteligentes inventaram, para que tolos nisto acreditem. Um tal *slogan* entre outros: Nós, os adversários, não combatemos a religião, somente separamos os abusos da mesma! Mas nossos adversários políticos com frequência somente miram alguns vários abusos, que pertencem à essência mais profunda da Igreja Católica, como a infalibilidade do papa, a indissolubilidade do matrimônio, o estado das Ordens, o direito dos pais e da Igreja sobre as escolas. – Fora isto nós não podemos e devemos deixar a política separada da religião; não podíamos isso há tanto tempo, que os adversários políticos colocaram seus pés inimigos sobre o terreno da nossa concepção de mundo cristão. (ST. PAULUS-BLATT, 1916, p. 50).

Oferecer respostas aos anseios presentes entre os leitores e aos assuntos que envolviam a Entidade é uma das características fundamentais do periódico. Como se demonstra, o artigo é um exemplo destes préstimos oferecidos pelo órgão. Da informação, é possível aferir a correlação entre os preceitos universalizantes da defesa da Igreja, via envolvimento político dos católicos e das associações vinculadas à instituição.

Ao destacar que a atividade política faz parte dos preceitos do *Volksverein*, reforça e legitima as propostas da própria Igreja e de suas lideranças, na afirmação de um contraponto católico às transformações secularizantes. A fundação de um partido com feições católicas, a exemplo do que ocorria na Alemanha, era um dos objetivos que envolviam a defesa do texto. A organização católica em torno dessa entidade, apesar de esboçar feições políticas, não possuía de fato o *status* de partido.

O que o excerto propõe é um encaminhamento para a consolidação desse processo. Essas discussões alcançaram maior sucesso no continente europeu. No Brasil, apesar do empenho do clero e de intelectuais, a fundação de um partido só logrou êxito no Rio Grande do Sul e, mesmo assim, com uma duração ínfima, sem grandes realizações e em um período anterior à formação da Sociedade União Popular.

Ainda assim, é possível perceber que a orientação direta se volta para que as organizações católicas se tornem, não somente no discurso, mas na prática, politizadas. Segundo o argumento do excerto, isso se procederia a partir do momento em que a política fosse um instrumento de afirmação da concepção de mundo cristão. A distinção entre a mera participação nas eleições, através da escolha de “assentos seguros” nos espaços legislativos e deliberativos, e o encampamento de um projeto que poderia instaurar um *weltanschauung* católico são significativos. Propõe-se que a inércia da escolha passiva deva ser substituída pela participação efetiva e conjunta de todos para o triunfo dos princípios defendidos pela Igreja.

A aprovação de novas leis e propostas acaba exigindo uma ação efetiva. A aceitação do divórcio e/ou a supressão do casamento religioso pelo civil instiga a Igreja à reação no campo político. Procura ocupar e/ou interferir nos espaços legislativos para impedir ou combater o programa liberal que afrontava contra um princípio básico da concepção de mundo cristão. O fim da legitimação do sacramento do matrimônio nas instâncias do Estado representou uma das primeiras fissuras sofridas pela instituição dentro desse processo. Mas, como destaca o periódico, a progressiva ingerência estatal na educação das crianças e dos jovens e o combate e a expropriação dos bens das ordens religiosas também provocam ressentimentos.

No contexto da *St. Paulus-Blatt*, o foco orientacional do discurso se volta às eleições e resume a apropriação pelo clero regional das discussões emanadas da instituição. Desta forma, é possível aferir os motivos da centralização do discurso nas escolhas dos homens públicos dentro de um compromisso cristão dos eleitores, pois através destes atos seria possível escolher os dirigentes da sociedade e os fomentadores da legislação.

Assim, a revista procura assegurar a responsabilidade de todos com o voto. Enfatiza

Em primeiro lugar: a convicção, que o correto exercício do direito ao voto é uma forte arma para a defesa da Igreja Católica, que de Deus cultivou a representante da concepção de mundo cristão. Daí deve

Em segundo lugar: cada católico, em primeiro lugar cada sócio do *Volksverein*, conseguir seu título de eleitor tanto para votar na eleição municipal, estadual como federal e as lideranças da Sociedade devem ajudar as pessoas nisso.

Em terceiro lugar: em cada eleição a gente deve exercer seu direito ao voto e ir votar, também quando a nós parecer, que nossos votos serão de nenhuma importância. Pois, justamente através do persistente exercício do direito de voto, a gente ganha em influência política e também em instrução política (ST. PAULUS-BLATT, 1916, p. 50).

O caráter orientacional sobressai quando a assertiva imbrica sentidos práticos e religiosos. Ao reforçar o direito cívico do voto, permite compreender que os leitores católicos têm um compromisso com a cidadania. Entretanto, é no objetivo que o papel do voto assume que se encontra a associação com os preceitos emanados da instituição: ao atribuir ao voto um papel de *arma*, busca fortalecer os interesses da Igreja entre a comunidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo a corresponsabilidade desta pela defesa da afirmação da concepção de mundo cristão.

Nos anos subsequentes, a questão política será permeada principalmente pela valorização dos aspectos da vida cotidiana dos leitores. Contudo, acontecimentos do cenário nacional, associados à temática, não deixam de ser relatados nas páginas do periódico. Um desses exemplos é um texto sobre as eleições presidenciais de 1922, intitulado *Algo sobre votar*, apresentando um balanço da participação dos sócios da Entidade na disputa entre Nilo Peçanha e Arthur Bernardes (ST. PAULUS-BLATT, 1922, p. 3). A ressonância da discussão encontra eco na valorização do candidato Bernardes, definido como católico. Apesar da sua eleição, o artigo procura enfatizar que muitos leitores votaram no seu opositor.

Outra passagem importante da história política nacional recebeu destaque da *St. Paulus-Blatt*. A revolução de 1930, iniciada no dia 3 de outubro, mereceu lembrança da Entidade, com a publicação, no mês de novembro, de seu posicionamento oficial, sob o título *Revolução*. Nele a tomada do poder por Getúlio Vargas, após a sua derrota nas urnas em 1º de março do mesmo ano, recebeu apoio elogioso, mesmo que discreto. O foco central era impedir o envolvimento direto das pessoas na ação militar e/ou conflitos decorrentes da instabilidade inicial ocorrida pela posse autoritária do mandatário. O texto cita que o próprio Vargas asseverou para que os colonos permanecessem em seus lotes e produzissem alimentos. Essa opinião era corroborada pela diretoria da Entidade na posição assim expressa: “Nós somos da mesma opinião e aconselhamos sempre de novo pela exploração do solo. O agricultor trabalha seu torrão! Também aqui, bem mais que o costume em qualquer lugar, coloca o futuro da pátria” (ST. PAULUS-BLATT, 1930, p. 2-3).

O governo revolucionário continuará recebendo atenção nas páginas da revista. A edição de setembro de 1931 apresenta um manifesto apreensivo, em nome dos 10.000 sócios da Sociedade União Popular, intitulado *O novo Brasil – com ou sem Deus?*, sobre acontecimentos envolvendo o governo (ST. PAULUS-BLATT, 1931, p. 3-4). A ênfase do texto é chamar a atenção dos leitores para o decreto de Getúlio Vargas, de 30 de abril, que instituía o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. É, sobretudo, uma resposta e um posicionamento franco contra as notícias da criação de uma Coligação Pró Estado Laico, em que se defendia o casamento civil, a abolição da instrução religiosa e do serviço religioso nos quartéis. Estes primados liberais combatidos pela Igreja e com ressonância no campo político assumido pela Entidade, por vários anos, não exigiram uma postura de combate. De forma negociada, a instituição conseguiu manter estes serviços durante a primeira república.

Mesmo o manifesto não representando uma ação política eleitoral, serve para compreender que a *St. Paulus-Blatt* estava em consonância com os primados da Igreja, servindo como instrumento de orientação dos leitores. Se o eixo central era demonstrar aos leitores a importância de sua participação nas escolhas de “homens de confiança” e alinhados com o catolicismo, nas instâncias deliberativas, a tomada do poder por Getúlio Vargas cria uma situação nova, pois as deliberações estavam sendo tomadas diretamente pelo dirigente e não pelas instâncias deliberativas.⁷

Entre seus argumentos, lembrando da formação católica do Brasil, chama atenção dos leitores para que fiquem atentos e assumam os seus postos na defesa de três valores principais:

- 1) mantenha-se o ensino religioso nas escolas;
- 2) aos nossos filhos, soldados, a prática e o melhor estudo da religião dentro dos quartéis, facilitado pela permanência do capelão militar. Quem não quiser esse serviço, poderá deixá-lo: mas nós o pedimos para os nossos filhos;
- 3) o reconhecimento da legalidade do casamento religioso. Quem não quer, deixa-se casar no civil, e ele verá como se entender com Deus, o Senhor, se ele não quiser ouvir sua Igreja. (ST. PAULUS-BLATT, 1931, p. 4)

A discussão se amplia e é retomada quando o governo provisório de Getúlio Vargas anuncia eleições constitucionais. Novamente a revista, a partir do envolvimento da Liga Eleitoral Católica e da Sociedade União Popular, conclama os leitores à ação. Em texto de julho de 1932, enfatiza que

Nós frisamos mais uma vez, que os católicos, se eles querem ver nas eleições constitucionais vindouras, nutrir um certo número de esperanças vitoriosas, precisam se registrar, no interesse de conseguir imediatamente seu título eleitoral. Nós já vimos, como é feita a qualificação oficial. Agora nós queremos saber, como a gente faz a qualificação para proposta dos cidadãos. Com respeito a isso aí nos interessa especialmente, que a maior parte dos eleitores é obrigada a conseguir seus títulos eleitorais sozinhos (ST. PAULUS-BLATT, 1932, p. 130).

Percebe-se que o posicionamento representa mais do que uma indicação orientacional, pois chama a atenção dos leitores para a responsabilidade da conquista do título eleitoral. Portanto, expressa uma ação formativa dos católicos, lembrando-os do seu papel na participação ativa nas escolhas das pessoas que poderiam representá-los.

Da mesma forma, a revista se empenha em reproduzir a parceria com a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica de Porto Alegre. Isso aparece no final de 1932, com a publicação de artigo mostrando como ocorreria essa ação conjunta. Expressa que

⁷ Cabe destacar que os teuto-brasileiros católicos se empenharam na campanha de Getúlio Vargas, tanto é que as Ligas Coloniais e a União Popular publicaram menções de apoio ao Candidato (Cf. GERTZ, 1991, p. 28).

A Ação Católica porto-alegrense fundou a Liga Eleitoral Católica e distribuiu um *slogan*: exortando todos os católicos da arquidiocese para qualificarem-se, à afluência às urnas e à criação da Liga Eleitoral Católica em cada uma das paróquias. Para a realização do *slogan*, foram formadas duas caravanas, uma sob a coordenação do Reverendíssimo cônego Benjamim Carvalho de Aragão para as regiões italianas e outra coordenada pelo H. H. Jakob Seger para as regiões alemãs, que neste momento viajam pelas regiões da arquidiocese e realizam reuniões distritais nas 30 maiores povoações (ST. PAULUS-BLATT, 1932, p. 224).

O texto permite perceber que um dos passos seguidos para a arregimentação dos católicos era estabelecer instâncias participativas próximas às suas comunidades. Em paralelo com as informações oferecidas pela revista, a partir deste momento, os leitores poderiam contar com as informações advindas das lideranças através de assembleias e pela fixação de ligas eleitorais junto às paróquias. O auxílio mútuo e a aproximação da Sociedade com a Igreja indicam a importância que a problemática assumia no contexto. O objetivo central era instrumentalizar todos os católicos a se tornarem aptos a votar. Neste sentido, o papel da revista e do *Volksverein* era o de orientadores. Ao mesmo tempo, quando a discussão também passa a ser encampada pela arquidiocese, assume contornos de esforço conjunto.

Diante do exposto, como considerações finais, cabe frisar que o papel da revista, de maneira geral, foi importante na organização das comunidades teuto-brasileiras católicas. Da mesma forma, os leitores diretos e indiretos tinham nesse instrumento de imprensa um aliado na condução da sua vida cotidiana. Mas, ao mesmo tempo, o periódico representou um forte instrumento de controle, por parte da Igreja, na condução do espaço público deste grupo expressivo de sul-rio-grandenses, o que pôde ser percebido neste trabalho. E por fim, ressalta-se que o recorte proposto não inviabiliza novos olhares para a *St. Paulus-Blatt*, dada a longevidade da publicação no Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas

CEM ANOS DE GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL – 1824-1924. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

GERTZ, René. **O perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RAMBO, Arthur Blásio. Restauração Católica no Sul do Brasil. **HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES**, Curitiba, nº 36, 2002. p. 279-304.

SCHALLENBERGER, Ernelo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Neli Schäfer Tesch da. **A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do projeto de restauração católica regional (1872-1961)**. São Leopoldo, 2003. 552 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ST. PAULUS-BLATT. Katholischer Wahbund und Volksverein. Porto Alegre, n. 12, dezembro de 1932, p. 224.

ST. PAULUS-BLATT. Das neue Brasilien – mit oder ohne Gott? Porto Alegre, n. 9, setembro de 1931, p. 3-4.

ST. PAULUS-BLATT. Ein Abschieds – und ein Dankeswort. Porto Alegre, n° 1, janeiro de 1935. p. 3.

ST. PAULUS-BLATT. Etwas vom Wählen. Porto Alegre, n. 3, 1922. p. 3

ST. PAULUS-BLATT. In jedes katholische Haus das St. Paulus-Blatt. Porto Alegre, n. 10, outubro de 1934. p. 3.

ST. PAULUS-BLATT. Katholische Wählerschaft. Porto Alegre, n. 7, julho de 1932, p. 130.

ST. PAULUS-BLATT. Revolution. Porto Alegre, n. 11, novembro de 1930. p. 2-3.

ST. PAULUS-BLATT. Volksverein und Politik. Porto Alegre, n. 7, 1916. p. 50-51.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

A Câmara de Vereadores de Taquari em 1852: um recorte micro da conjuntura da colonização

*Cristiano Luís Christillino**

Em 1852, a Câmara de Taquari recebeu correspondência do Presidente da Província Luis Alves de Oliveira Belo, na qual ele solicitava informações sobre as terras devolutas existentes no município e as suas condições para a fundação de uma colônia provincial de imigração. Os vereadores apontaram apenas as terras públicas existentes nas margens do Rio Taquari, localizadas a mais de 14 léguas da Vila, ignorando as áreas devolutas localizadas nos fundos das fazendas que margeavam o Rio Taquari.

“... esta Câmara é de opinião (...) que se o Governo comprar a Fazenda dos Conventos e Lageado juntamente, terá um terreno de superior qualidade para a agricultura, onde há já a commodidade muito importante de campo para cercar animais vaccuns e cavallares em nº de 500 para cima, com mais as vantagens de limitar-se pelo Rio Taquary, e arroio da Forqueta, e não ter pelos fundos se não terrenos devolutos ate cima da Serra: ate estas Fazendas há desta Villa dez legoas pelo rio, e oito catadupas, que não são tão difficeis, pois quanto mais sobe o rio, tanto mais ellas peorão.

Outro lugar rodeado de recursos, e que deve ser preferido, e de muita vantagem e comodidade para as colônias é a Fazenda =Boa Esperança= dos herdeiros do fallecido Freitas Travassos, dista desta Villa quatro legoas por terra de bom caminho; tem bastante terreno de boa qualidade para a agricultura, e lugar para ter animaes, vantagens, que só oferecem as grandes fazendas cultivadas de muitos annos, taes como as que se mencionão. Se o Governo quer estabelecer humwa colônia para prosperar, há de comprar humda das fazendas mencionadas, pois se pretender collocar-a em terreno devoluto, não pode vencer difficuldades, em Mattos incultos, e tão distantes de mercados, e consequentemente não poderia prosperar.”¹

Na correspondência, foram reconhecidas as “posses” das famílias dos vereadores como foi o caso das terras de João Leonardo Cardoso e de Primórdio Centeno Azambuja. Ao mesmo tempo, a indicação de terras particulares para a instalação de uma colônia provincial, atingia diretamente os interesses das famílias dos

*Doutor em História-UFF e membro do Núcleo de Referência Agrária da mesma Instituição.

¹ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 13 de Junho de 1852. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

componentes da Câmara². A recomendação das fazendas Conventos e Lajeado atendiam aos propósitos do Vereador João Leonardo Cardoso, que possuía terras nas imediações. As duas áreas indicadas também seriam vantajosas a Vitorino José Ribeiro, suplente de vereador, proprietário da Fazenda Estrela, localizada na margem do Rio Taquari e oposta à Fazenda Lajeado. A família de Antonio de Azambuja Vilanova também seria beneficiada com uma colônia nas duas propriedades, pois seu tio, o ten.-cel. João Xavier de Azambuja era proprietário da Fazenda São Gabriel, também nas imediações das fazendas Lajeado e Conventos. Já a Fazenda Boa Esperança interessava diretamente ao vereador Albino Freitas Travassos, herdeiro das ditas terras. Outro vereador, Antonio Caetano Pereira, possuía terras naquelas imediações, próximas ao Arroio Capivara³. Os integrantes da Câmara de Taquari estavam, direta ou indiretamente, interessados na criação de uma colônia de imigração nas proximidades de suas terras. O Presidente da Província Luis Alves de Oliveira Belo⁴ era irmão do tenente-coronel André Alves de Oliveira Bello que, mais tarde, em 1858, adquiriu a fazenda Santa Emília, na qual fundou uma colônia de imigração⁵.

O processo de expansão das colônias de imigração foi o resultado de uma complexa conjuntura que direcionou as políticas de povoamento do Império. Vários projetos da Coroa influíram no processo imigratório, especialmente o povoamento das fronteiras, a questão do abastecimento de alimentos e os projetos de modernização da agricultura nacional. No caso da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma boa parcela da elite local estava interessada na expansão das colônias de imigração. A correspondência citada da Câmara de Vereadores de Taquari, em 1852, revela essa outra face daquele processo. A maioria dos vereadores seria, direta ou indiretamente, beneficiada com o comércio de terras. A colonização no Rio Grande do Sul marcou o encontro dos interesses da Coroa com aqueles de uma boa parte da elite local. Isso, quando 84% das colônias criadas na Província Meridional, ao longo do Segundo Reinado eram de iniciativa particular. A historiografia privilegiou a análise dos interesses da Coroa nesse processo. Todavia, a significativa participação dos negociantes e da burocracia local na colonização mostra que esse foi um processo de mão dupla.

O resgate da discussão sobre o processo imigratório do século XIX, no Brasil, foi fundamental em nossa tese de doutorado, na medida em que contribuiu para

² Refiro-me aos vereadores João Leonardo Cardoso, Américo Viana, Antonio Caetano Pereira, Antonio de Azambuja Vilanova e Albino Freitas Travassos. Atas da Câmara de Vereadores de Taquari, 1849-1855. AHRS.

³ Conforme informações dos registros paroquiais das freguesias de Taquari e de Santo Amaro. APERS.

⁴ Luis Alves Oliveira Bello era primo do Duque de Caxias. Luis Alves Lima e Silva era neto de Luis Alves Freitas Bello, casado com Anna Quitéria Joaquina de Oliveira, avós de André e Luis Alves Oliveira Bello. A nomeação do então Conde de Caxias para a presidência do Rio Grande do Sul, provavelmente, facilitou a ascensão política dos Oliveira Bello (LACERDA, 2010).

⁵ Auto de legitimação n° 478. AHRS.

a compreensão em torno do contexto, no qual se inseriu a colonização imigrante do Rio Grande do Sul, bem como, ao abordar as especificidades do projeto de povoamento da Província (CHRISTILLINO, 2010). A discussão das peculiaridades da imigração no Brasil meridional permite-nos mostrar os interesses da elite sul-rio-grandense em torno do mercado de terras e na política de colonização.

Em 1878, o senador Francisco Rego Barros Barreto denunciou, no Congresso Agrícola de Pernambuco, as especulações existentes em torno do processo imigratório:

“Quem não sabe que a colonização é desde muito o negócio mais lucrativo, e talvez o mais criminoso que há na Corte, onde a sua sombra tem tomado proporções colossais algumas fortunas particulares, enquanto vão definhando as arcas do Tesouro!” (Apud: MELLO, 1999: 77).

Barros Barreto referia-se aos agenciadores e empresas que atuavam na contratação de imigrantes na Europa. Esses descumpriam os contratos que previam a entrada de trabalhadores “alheios aos maus costumes”, mas em alguns casos, eram introduzidos apenas como colonos. As fraudes cometidas no agenciamento de imigrantes ganharam espaço nos jornais europeus, especialmente nos estados alemães, aumentando o número de opositores à emigração para o Brasil nesses países (CUNHA, 1995). Também ocorreram fraudes no recebimento de prêmios obtidos pelo transporte, instalação e alimentação de colonos, como foi o caso da Fialho de Vargas e Companhia (CUNHA, 2006). Todavia, foi no mercado de terras que a elite sul-rio-grandense mais se beneficiou com a imigração, e foram os negociantes⁶ que mais lucraram com esse processo.

O mercado de terras era altamente lucrativo, e os negociantes, diante da valorização das terras florestais próximas às primeiras colônias, ingressaram nessa atividade. Na segunda fase da imigração no Rio Grande do Sul (1848-1870), a colonização particular sofreu uma grande expansão, especialmente no vale do Taquari, onde estava concentrada uma vasta área de terras florestais próprias para a agricultura, sendo criada apenas uma colônia oficial, de iniciativa provincial, a Monte Alverne, fundada em 1858, mas que permaneceu restrita a uma pequena área.

Pedro Múchel, imigrante prussiano, estabelecido em Taquari no início da década de 1860, era proprietário de uma casa de comércio. Múchel atuou em várias atividades ligadas ao comércio: engenhos madeireiros, comércio de escravos e empréstimo de dinheiro a juros⁷. Além desses negócios, Pedro Múchel comercializou vários lotes coloniais em Taquari e, mais tarde, no Município de Estrela. O negociante adquiria áreas de terras no interior das colônias já estabelecidas, geralmente de

⁶ Nesse grupo de negociantes, estão os comerciantes, os integrantes das companhias colonizadoras e também os proprietários que lotearam as suas terras e ingressaram no mercado fundiário.

⁷ Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari, livro nº 12 ao 15. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

imigrantes que as vendiam em função de não conseguirem saldar as dívidas contraídas na aquisição do lote ou dos que migravam para outras colônias. Na década de 1870, no auge da imigração no vale do Taquari, Pedro Múchel se tornou um dos principais vendedores de terras da região. A venda de lotes isolados, aqueles que não estavam localizados unicamente na mesma linha, picada ou colônia, possibilitaram uma boa margem de lucros. Pedro Múchel ocupou, durante muitos anos, o cargo vereador e presidente da Câmara Municipal de Taquari, durante os quais, intercedeu por incentivos às colônias existentes no município e a criação de outras mais⁸, defendendo, dessa forma, a expansão dos seus próprios negócios.

Em 1884, a Câmara de Taquari, presidida pelo negociante Pedro Múchel, manifestou a sua preocupação com o impacto financeiro da emancipação dos novos municípios que faziam parte de suas áreas coloniais⁹, conforme mostra sua correspondência. Como as áreas florestais do então território de Taquari, em 1884, já estavam colonizadas ou nas mãos das famílias tradicionais¹⁰, a Câmara decidiu abrir uma colônia no rocio da Vila, praticamente a última área de uso comum do município. Pedro Múchel adquiriu essa área por 20 mil réis o hectare¹¹, isso enquanto o hectare era negociado a 80 mil réis nas áreas próximas à vila pelo próprio Múchel¹². O negociante aproveitou o seu cargo de presidente da Câmara Municipal para encaminhar uma “boa oportunidade” de negócios em torno da colonização do rocio da vila. A compra da área por um preço próximo dos 25% do seu valor de mercado mostra a margem de lucro obtida pelos negociantes em torno dos lotes coloniais. Nesse sentido, é possível compreender a ação de Múchel, à frente da Câmara de Taquari, em defesa da colonização no município.

A colonização também ampliou outras oportunidades de lucros aos negociantes. A integração dos colonos ao mercado local, somado ao próprio aumento da produção agrícola provocado pela expansão das lavouras, impulsionaram o volume de atividades dos homens de negócios. As safras, cada vez maiores, aumentavam as possibilidades de agenciamento da produção. Um negócio lucrativo, quando os comerciantes adquiriam os cereais, os animais, o artesanato e vários outros

⁸ Conforme mostra a documentação da Câmara Municipal de Taquari no período de 1880 a 1889. AHRs.

⁹ O município de Estrela foi emancipado em 1876 e Santo Amaro em 1881.

¹⁰ As áreas de matas de Taquari, nesse momento, se reduziam aos vales dos arroios Santa Cruz e Capivara, terras de ocupação antiga e que estavam, em sua maioria, nas mãos dos descendentes dos imigrantes açorianos do século XVIII. No vale do arroio Santa Cruz, concentravam-se algumas linhas coloniais, principalmente, nas áreas mais próximas da Colônia Teutônia.

¹¹ FONSECA, M. Deodoro da, *Relatório apresentado a S. Excia. o Snr. Dr. Miguel Calmon du Pin Almeida, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelo Exmo. Snr. Marechal de campo Manoel Deodoroda Fonseca, 1º vice-presidente, ao passar-lhe este a presidência aos 9 dias do mez de novembro de 1886*. Porto Alegre: Off. Typ. do Conservador, 1886, p. 34.

¹² Conforme mostram os registros de transmissões do 1º Cartório Cível e Crime de Taquari, livros nº 28 e 29. APERS.

produtos dos colonos e os revendiam em outras praças comerciais, especialmente Porto Alegre¹³. Em 1879, uma saca de milho era vendida por 500 réis pelos agricultores na Colônia Caxias e comercializada por 4\$500rs, em Porto Alegre, pelos agenciadores da safra (MACHADO, 1999). O alargamento na produção local, propiciado pela colonização imigrante, também demandou a expansão do transporte fluvial, realizado por barcos e lanchões¹⁴. Em 1879, Jacob Arnt fundou uma companhia de navegação fluvial, interligando Taquari a Porto Alegre (REINHEIMER, 2006). O aumento da produção colonial possibilitou a expansão da navegação fluvial. Nesse mesmo sentido, aumentaram o número de engenhos de moagem de cereais, os chamados “moinhos coloniais”, que logo possibilitaram a formação de fortuna. Os moleiros também atuaram no agenciamento das safras. Os moinhos eram essenciais para o desenvolvimento das colônias e seus lucros atraíram o interesse de alguns colonizadores, como foi o caso de Antonio Fialho de Vargas que, em 1862, construiu um engenho na Colônia Conventos, para a moagem de grãos e beneficiamento de madeiras (CHRISTILLINO, 2004). Em 1875, Antonio Fialho de Vargas vendeu a Felipe Ecker o mesmo engenho por 7:500\$000rs¹⁵. A documentação das câmaras municipais de Taquari e de Estrela e também os registros de transmissão de tabelionato mostram a existência de vários moinhos na região colonial.

A imigração também fortaleceu o comércio local. Os antigos armazéns ampliaram as suas atividades e novos estabelecimentos surgiram nesse período. Os comerciantes, geralmente, mantinham vínculos com as casas de negócios de Porto Alegre, das quais adquiriam mercadorias e comercializavam os produtos adquiridos dos colonos. A associação do comércio a outras atividades, como o agenciamento da produção e o empréstimo de dinheiro a juros, permitiu a rápida ascensão econômica dos negociantes. Aqueles que possuíam um maior capital investiram no comércio de terras¹⁶. Alguns negociantes se associaram a outros agentes da imigração ou mesmo a proprietários de terras em companhias colonizadoras. Estas em-

¹³ Porto Alegre cresceu, significativamente, ao longo do XIX, em função do comércio estabelecido com as regiões coloniais. Os negociantes de Porto Alegre rapidamente se transformaram num dos principais núcleos da elite econômica da Província, ao passo que os negócios em torno do charque declinavam. Isso, na medida em que a cidade era o centro comercial de toda a área colonial. A produção das colônias era vendida em Porto Alegre, e os produtos de consumo dos colonos também eram ali adquiridos. Muitos homens de negócios, enriquecidos pelo comércio, passaram a investir nas manufaturas e nas primeiras indústrias (PESAVENTO, 1988).

¹⁴ Os registros de transmissão de tabelionato de Taquari mostram que uma parte dos negociantes investiu no transporte realizado por lanchões no rio, das colônias até o porto da Vila, como foi o caso de Pedro Múchel.

¹⁵ Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari, livro nº 24, fls 24. APERS.

¹⁶ A atividade exigia um capital considerável para a realidade local. Os lotes coloniais de 25 hectares, na década de 1860, variavam entre 500 mil e um conto de réis. Dessa forma, a compra de alguns lotes coloniais para a sua revenda implicava em um capital de giro alto, o que nem todos os comerciantes possuíam.

presas viabilizariam projetos de colonizações mais amplos, especialmente, a fundação de colônias particulares de imigração, como foi o caso da Teutônia.

Em 1856, foi criada a “Empresa Colonizadora Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp & Companhia”. A Schilling & Cia, como ficou conhecida a empresa, sob a direção de Lothar de La Rue, adquiriu 4 léguas e meia de terras (mais de 28 mil hectares) no município de Taquari, onde fundou a Colônia Teutônia (LANG, 1992). A área correspondia às antigas concessões de datas de terras ao longo do arroio Boa Vista, nos fundos da Colônia Estrela. Essas terras tinham baixo valor de mercado, possibilitando a Schilling & Cia. a concentração de uma extensa área para a colonização. Uma das áreas compradas foi negociada em novembro de 1858, quando a Colonizadora adquiriu 2.649 hectares de terras de José de Azambuja Vilanova¹⁷. O vendedor recebeu uma parte da área por herança de seu pai, Ricardo José Vilanova, e adquiriu outras três que eram partes da herança de seus irmãos, no valor de 800\$000rs. Compras essas contemporâneas ao seu negócio com a Schilling & Cia., mas o valor da venda dessa área à Colonizadora não aparece no processo de legitimação. No entanto, pelo que investigamos nos registros de transmissão de tabelionato e pelo curto espaço de tempo transcorrido entre a aquisição e a venda das heranças por José de Azambuja Vilanova, realizadas em 1858, acreditamos que o proprietário dificilmente conseguiria obter um valor igual ao dobro do preço pago pela área. Dessa forma, o valor da área de terras adquirida pela Schilling & Cia foi inferior a 2:000\$000rs. Contudo, o empreendimento não alcançou êxito nos seus primeiros dez anos. Até 1868, somente 21 famílias se estabeleceram na Colônia Teutônia. Nesse ano, Carlos Arnt vendeu sua casa comercial na Colônia Dois Irmãos e ingressou na Schilling e Cia. como seu diretor. Enquanto ocupou o cargo entre 1868 e 1872, a colonizadora introduziu mais de 300 famílias imigrantes westfalianas na Colônia Teutônia (LANG, 1992). Nesse período, a área de 2.649 hectares de terras, adquirida de José de Azambuja Vilanova por, no máximo, 2:000\$000rs rendeu-lhe pelo menos 33:000\$000rs¹⁸. A colonização particular constituiu um negócio lucrativo, que logo incentivou os fazendeiros locais a ingressarem no mercado de terras.

A imigração intensificou a expansão do comércio de terras no Rio Grande do Sul. Este processo não pode ser entendido apenas enquanto o resultado da política de povoamento do governo imperial para a província meridional, como vinha

¹⁷ Auto de legitimação n° 192. AHRS.

¹⁸ Nos registros de transmissão do 1° Tabelionato de Taquari, livro n° 12 ao 21, APERS, constam as vendas realizadas pela Schilling & Cia e pela Kopp & Rech, colonizadora constituída a partir da saída de Jacob Rech e Guilherme Kopp da primeira empresa. O preço mínimo negociado pelos lotes coloniais, no período de 1868 a 1872, foi de 600\$000rs por dois terços de colônia, o equivalente a 48 hectares. A área de 2.649 hectares renderia nesta modalidade, em torno de 55 lotes coloniais que, comercializados ao preço de 600 mil réis, somariam um valor em torno de 33:000\$000rs. Esse foi o preço mínimo, vários lotes do mesmo tamanho foram negociados por mais de 1:000\$000rs, logo o montante obtido com as vendas foi bem maior.

ênfatisando a historiografia. O alargamento do complexo colonial ocorreu também em função dos interesses da elite sul-rio-grandense neste processo, especialmente os fazendeiros e negociantes, e demais interessados no comércio de terras, os comerciantes e os burocratas, atraídos pelos cargos dos órgãos criados para a administração colonial, sendo que muitos deles também atuaram na venda de lotes a imigrantes. Os investimentos aprovados pela Assembleia Provincial, e a própria disputa de alguns deputados, e entre as câmaras municipais da região serrana, em torno da localização das colônias, reforçam a nossa hipótese. O grande número de colônias particulares fundadas no Rio Grande do Sul, 84% do total dos núcleos fundados ao longo do Segundo Reinado, mostra que foram os agentes locais os principais responsáveis pela expansão do espaço colonial, e não o governo imperial. O comércio de terras foi uma das principais atividades alternativas à pecuária, e à agricultura, encontrada pelos fazendeiros na região serrana do Rio Grande do Sul. Este negócio permitiu a acumulação de importantes fortunas nas mãos da elite local. A venda de terras florestais aos imigrantes provocou a rápida valorização destas áreas. Em Taquari o preço da terra aumentou 1.850% entre as décadas de 1850 e 1880. Esta elevação no preço médio do hectare, na região serrana, fez ressurgir uma série de disputas em torno da afirmação de propriedade. Os colonizadores e fazendeiros encaminharam vários processos de legitimações a Repartição Especial de Terras Públicas, com o objetivo de obterem a titulação das áreas que alegavam ter obtido por meio da ocupação primária. A correspondência da Câmara de Taquari ao presidente da Província do Rio Grande do Sul em 1852 constitui um rico recorte micro da conjuntura da colonização no Rio Grande do Sul, ao longo do Segundo Reinado.

Referências bibliográficas

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

_____. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo: UNISINOS/PPGH, 2004.

CUNHA, Jorge Luís. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1995.

_____. *Imigração e colonização alemã*. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul – Império*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2006, v. 2, pp. 279-300.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: A família Ferreira Armond (1782-1882)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

LANG, Guido. *A Colônia Teutônia: história e crônica (1858-1908)*. São Leopoldo: Rotermund, 1992.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese de doutorado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2006.

Guilherme Gaelzer Netto: um pequeno kaiser nos trópicos

Evandro Fernandes¹

Desde meados da década de 70, os estudos biográficos em torno de personalidades pertencentes às elites sociais tem tido uma crescente importância para os historiadores. A tendência de aproximação das Histórias Cultural, Social, Política e Econômica, bem como a interdisciplinaridade, têm marcado o campo historiográfico e contribuído para um saber histórico mais diversificado. Este projeto propõe-se a desenvolver investigações na área da História Contemporânea, nos campos da História Social, Política e Cultural, com ênfase em lideranças comunitárias relevantes para o grupo étnico alemão no Brasil.

O presente artigo propõe-se a estudar a figura Guilherme Gaelzer Netto, personalidade intrigante do cenário político local, regional, nacional e internacional. Segundo fontes históricas, Gaelzer Netto foi uma das crianças órfãs sobrevivente do Conflito Mucker (*Muckerbewegung*)², ocorrido na Colônia de São Leopoldo no ano de 1874.³ Gaelzer Netto exerceu a função de delegado de polícia de São Leopoldo, cargo a partir do qual se projetou para vida política mediante convite do Cel. João Correa da Silva.⁴ Foi intendente municipal (prefeito) da cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, de 1902 a 1916, sendo reeleito para sucessivos mandatos em 1904, 1908 e 1912, influenciando, desta forma, a vida política da região do Vale do Rio dos Sinos, onde se localiza a cidade, por mais de uma década e meia.

¹ Evandro Fernandes é bacharel em Teologia Luterana pela Escola Superior de Teologia da IECLB, licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde cursa doutorado. Atualmente exerce a função de assessor pedagógico da área sócio-histórica da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Novo Hamburgo.

² O Conflito dos Mucker foi um evento marcante em meio a Colônia Alemã de São Leopoldo. Envolveu católicos, luteranos e o governo em disputas políticas, econômicas e religiosas que marcaram profundamente toda a colônia alemã, resultando no massacre de muitos imigrantes alemães. Para maiores informações confira DICKIE, M. A. **Afetos e circunstâncias. Um estudo dos Mucker e seu tempo**. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.

³ Cf. GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUC, 2002, p.180.

⁴ Cf. Carta do Pastor Wilhelm Rotermund ao Cônsul Alemão de Porto Alegre em 19/03/22. Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Pasta R-67099.

Episódios dramáticos do cotidiano político e econômico brasileiro e internacional marcaram a atuação de Guilherme Gaelzer Netto. Seu mandato político como intendente municipal de São Leopoldo foi exercido num dos períodos politicamente mais conturbados da história republicana rio-grandense, durante a administração de Borges de Medeiros, então governador do estado Rio Grande do Sul, que sempre manteve uma postura de distanciamento e desconfiança em relação ao poder central.⁵ Borges colaborou intensamente com Gaelzer Netto, estimulando a agricultura colonial e a pequena indústria de origem artesanal típica das colônias alemãs.

O mandato de Guilherme Gaelzer Netto como prefeito foi marcado por diversas mudanças na estrutura da região do Vale dos Sinos. Nele foi inaugurada a linha férrea de São Leopoldo a Montenegro e margem do Rio Taquari. No ano de 1907, realizou-se uma reestruturação urbana, na qual foram calçadas várias ruas de São Leopoldo e, em seu governo, resolveu-se o problema da iluminação elétrica. Gaelzer Netto introduziu o primeiro automóvel em São Leopoldo, era conhecido como o “pequeno Kaiser”, pois seu bigode lhe conferia a mesma aparência do Imperador Alemão Guilherme II, que conheceu pessoalmente na Alemanha nas comemorações da Batalha de Sedan.⁶

Inimigos políticos conquistados durante sua trajetória política também contribuíram na construção desta representação no imaginário social urbano e colonial devido ao seu modo autoritário de governar.⁷ Ao deixar a administração municipal de São Leopoldo, teve as contas públicas investigadas a partir de denúncias realizadas pelos opositores. As investigações resultaram em um processo que acusava Gaelzer de beneficiar-se de recursos públicos. Tais acusações resultaram em seu rompimento com Borges de Medeiros e na sua aliança com Pinheiro Machado.

Encerrada sua atuação como intendente municipal, Gaelzer Netto atuou como representante comercial na Europa. Netto já havia visitado a Europa Central, em especial a Alemanha, antes do início da Segunda Guerra Mundial, onde ocupou o posto de Diretor Geral de Propaganda Oficial Brasileira para o norte da Europa.⁸ Na chefia do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial Brasil-Alemanha, que funcionou entre 1936 e 1942, buscava fomentar as relações econômico-comerciais entre o Brasil e diversos países da Europa Central (Alemanha, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Bélgica, etc.).

⁵ Borges de Medeiros (1864-1961) foi um dos mais destacados políticos republicanos rio-grandenses. Governou o Rio Grande do Sul por cerca de três décadas, sendo um fiel representante do positivismo.

⁶ Cf. SANT'ANA, E.. **Minha Amada Maria. Carta dos Mucker.** Canoas: Ed. ULBRA, 2004, p.20.

⁷ Guilherme Gaelzer Netto era conhecido pelos seus inimigos políticos como *O Kaiser de Porto Alegre*. Cf Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Carta da Reichsamt für Deutsche Einwanderung, Rückwanderung und Auswanderung para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha*, 20/08/20. Pasta R-67094.

⁸ Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen*, 18/08/1946.

Gaelzer Netto representava produtos brasileiros de exportação em feiras comerciais, fazia propaganda do Brasil para empresários, estimulava as relações comerciais entre empresas europeias, em especial alemãs e brasileiras interessadas em atividades de importação e exportação. O rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial resultou no fechamento do escritório e na volta de Gaelzer Netto para o Brasil. Este trabalho foi realizado junto às representações diplomáticas brasileiras de diferentes governos, dentre os quais podemos citar os de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Já durante o governo de Epitácio Pessoa, Gaelzer Netto envolvera-se com a vinda de imigrantes alemães para o Brasil e, durante o governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Inspetor do Departamento Nacional de Povoamento na qualidade de Comissário de Imigração na Europa, com poderes de controle e fiscalização da imigração para o Brasil.⁹ Neste cargo, buscava arregimentar imigrantes alemães para estabelecê-los em colônias nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.

Elemento destacado e respeitado na comunidade étnica alemã, Guilherme Gaelzer Netto transitava com certa desenvoltura em meio aos círculos políticos da capital do Brasil, o Rio de Janeiro.¹⁰ Destaca-se, em sua biografia, a importante colaboração que deu ao Comitê de Socorro à Europa Faminta (*SEF*), organização assistencial ecumênica de católicos e luteranos, criada no pós-guerra pelos padres jesuítas Balduino Rambo e Henrique Pauquet em prol dos alemães refugiados da Segunda Guerra Mundial.¹¹ Gaelzer destacou-se ao buscar, junto às autoridades inglesas e brasileiras, as autorizações necessárias para que o comitê pudesse enviar ajuda humanitária para a Alemanha. Também tentou interferir para que os governos brasileiro e inglês se empenhassem na repatriação de 1700 brasileiros retidos na Alemanha.

As discussões da imprensa brasileira e dos círculos políticos em torno da possibilidade de trazer imigrantes alemães para o Brasil no pós-guerra, que eram muito polêmicas, despertaram o interesse de Guilherme Gaelzer Netto. Este não atuou em prol do Comitê de Socorro à Europa Faminta de forma desinteressada,

⁹ Cf. Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. *Credencial de Guilherme Gaelzer Netto fornecida pela Legação Brasileira ao Ministério de Assuntos Estrangeiros da Alemanha*, 18/05/31. Pasta R-67108.

¹⁰ Para garantir seus interesses, Guilherme Gaelzer Netto manteve um diversificado círculo de contatos e amizades que lhe garantiu acesso a muitas personalidades políticas representativas do cenário nacional e internacional. Entre estes podemos destacar: Adolf Hitler; o Presidente da República do Brasil, Eurico Gaspar Dutra; diversos diplomatas residentes no Rio de Janeiro; o interventor do estado do Rio Grande do Sul, Cilon Rosa; o Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, General Ivo Soares; o Deputado Federal Arthur Fischer; o Ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara; Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura; Min. Interino Embaixador Samuel Leão de Souza Gracie; a Primeira Dama do Brasil; José Valle, Oficial de Gabinete da Presidência; Oficial de Gabinete da Presidência, Dr. Francisco Dalamo Lousada; Ministro da Fazenda, Dr. Gastão Vidigal; Ministro das Relações Exteriores, Macedo de Soares, etc...

¹¹ Cf. FERNANDES, E. **S.O.S. Europa Faminta. Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF**. Florianópolis, 2005, Dissertação de Mestrado.

pois esperava assumir um posto como Secretário de Imigração junto à Missão Militar Brasileira Berlin-Wannsee. A nomeação de Gaelzer Netto para o cargo de Secretário de Imigração em Berlim também interessava às lideranças da comunidade étnica alemã no Brasil envolvidas com o germanismo e atentas à questão migratória do pós-guerra como Pe. Balduino Rambo.¹²

A nomeação de Guilherme Gaelzer Netto para Secretário de Imigração na Alemanha do pós-guerra foi assunto discordante dentro dos círculos políticos próximos do poder. Sua ascendência germânica era vista com ressalvas, pois podia causar problemas políticos internos ao governo brasileiro, envolto com fortes movimentos antigermânicos dos assim chamados “nativistas”. Gaelzer tentou a nomeação de *auxiliar técnico* para atuar no processo emigratório em Berlim. A articulação de influentes lideranças políticas colaboraria para que Guilherme Gaelzer Netto pudesse tentar arrancar sua nomeação do Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. A indicação do mesmo para Secretário de Imigração contou com a colaboração da Presidente da Cruz Vermelha do estado do Rio Grande do Sul, Sra. Odila Gay da Fonseca, que intercedeu junto ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio para que o mesmo fosse indicado para o cargo.¹³ Tentativas de contatar o Senador Dr. Nereu Ramos, ex interventor do Estado de Santa Catarina durante o Estado Novo, acabaram frustradas.¹⁴

Fato é que a nomeação de Guilherme Gaelzer Netto para Secretário de Imigração acabou não sendo aprovada. Em junho de 1947, o mesmo ainda lutava para obter a nomeação, agora com a influência política do Ministro Dr. Arthur de Souza e Costa, que cuidava dos interesses da indústria, comércio e colonização. Entretanto, Gaelzer Netto conseguiu ser designado delegado da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro, recebendo um passaporte especial para transitar pela Europa.¹⁵ Com este passaporte, foi para Berlim com 70 caixas de doações humanitárias no navio sueco “Amazonas”.¹⁶

Guilherme Gaelzer Netto creditava a seus opositores políticos a campanha contra sua nomeação junto ao Presidente Eurico Gaspar Dutra. Estes teriam feito

¹² Segundo Pe. Rambo em carta a Cel. Gaelzer Netto: *A vossa nomeação seria para nós uma garantia de que não se fará do pobre país (Alemanha) um mercado de escravos e Fronarbeit, mas que se abram, larga e hospitaleiramente, as portas da terra brasileira para receber a quantos conosco queiram trabalhar*. Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Balduino Rambo a Cel. Gaelzer Netto*, 04/10/1946.

¹³ Acervo Benno Mentz, *Carta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a Sra. Odila Gay da Fonseca*, 20/11/1946.

¹⁴ A atitude de Nereu Ramos explica-se pelo fato do mesmo ter implementado a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina. Nereu Ramos não nutria simpatias pela comunidade étnica alemã, que o estigmatizava como inimigo dos imigrantes. Cf. ABREU, A. de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pés-30**. São Paulo: FGV, 2001, p.4888-4889.

¹⁵ Acervo Benno Mentz. *Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet*, 19/06/1947.

¹⁶ Segundo relatos de Guilherme Gaelzer Netto, houve dificuldades para embarcar as doações até a véspera da viagem. Guilherme Gaelzer Netto pretendia aguardar sua nomeação na Europa. Esperava que se cumprisse a promessa que o Presidente Dutra lhe fizera em presença do líder da bancada rio-grandense, Dr. Arthur de Souza e Costa, de que o nomearia encarregado dos Serviços de Imigração na Europa. Acervo Benno Mentz. *Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet*, 21/10/1947.

intrigas verbais junto ao presidente. A ida de Gaelzer Netto a Berlim, mesmo sendo particular, não foi, na época, considerada *oportuna*. Segundo o mesmo, invejavam sua ida a Berlim e Viena. No entanto, seu otimismo continuava vivo, pois, *cedo ou tarde, a paz virá e minha nomeação também, pois Dutra não volta atrás*. Netto considerava-se, segundo ele próprio, *técnico experimentado e reconhecido*, o que lhe renderia a nomeação para o cargo pretendido.¹⁷

O fato de Gaelzer Netto ter colaborado com o Comitê de Socorro à Europa não significa que não houvesse restrições quanto à sua atuação em prol da organização. Enquanto aguardava sua nomeação, pretendia visitar o chefe da Caritas na Suécia, Pe. August Adelpkamp.¹⁸ Pe. Rambo solicitou ao dirigente da Caritas Sueca que acolhesse Gaelzer Netto como um amigo e benfeitor da SEF, e não como seu representante legal.¹⁹ Há indícios de que o Pe. Henrique Pauquet, colaborador do Comitê de Socorro à Europa Faminta, tinha restrições pessoais em relação à atuação do mesmo, pois se dirigiu pessoalmente ao Rio de Janeiro para tratar da questão da liberação da remessa de ajuda humanitária junto ao Presidente da República. Além disso, quando Gaelzer Netto estava na Alemanha, Pe. Pauquet teceu críticas à sua estada na Europa. Segundo Pe. Pauquet, em carta a Pe. Adelpkamp: *O Cel. Gaelzer Netto tem mandado notícias novamente? Ele está sentado em Berlim em alguma missão oficial. O velho homem quer tornar-se conhecido*.²⁰

Apesar da destacada atuação de Guilherme Gaelzer Netto no cenário político local, regional, nacional e internacional brasileiros, o mesmo continua a ser um ilustre desconhecido, pois é pequena a produção historiográfica a seu respeito. Sua imagem não está associada a nada significativo. Não há destaque de sua vida pública. Existe um apagamento de sua memória na cidade de São Leopoldo e redondezas.²¹ Estudar a trajetória de Guilherme Gaelzer Netto é importante por causa das personalidades políticas que mobilizou em prol dos interesses do governo brasileiro no cenário internacional, em especial na Alemanha, bem como dos interesses da etnia alemã no Brasil. Sua atuação no cenário político brasileiro merece ser pesquisada a fim de aprofundar nossos conhecimentos sobre a inserção política da comunidade imigrantista alemã no país. Existem poucos estudos

¹⁷ Acervo Benno Mentz. *Carta de Cel. Gaelzer Netto a Pe. Balduino Rambo e Pe. Henrique Pauquet*, 12/11/1947.

¹⁸ Pe. August Adelpkamp era presidente da Caritas sueca no pós-guerra. Era o responsável em fazer com que as remessas de alimentos enviadas pelo Comitê de Socorro à Europa Faminta para a Alemanha chegassem ao país via navios que partiam dos portos da Suécia e eram descarregados em Hamburgo.

¹⁹ Segundo Pe. Rambo: *Em conferência com Pauquet, eu achei a referência a ele um tanto quanto dura. O homem é de descendência alemã, de Língua Alemã e um sincero amigo da Alemanha. Ele desde o início promoveu a SEF e os trabalhos sem atritos com a Cruz Vermelha, assim como conseguiu as autorizações de exportação de 4.225 toneladas. Ele provavelmente lhe apresentará uma carta escrita de nossa parte neste sentido. Trate-o como um grande benfeitor da SEF, mas que não possui plenos poderes ou representação de nossa parte*.

²⁰ Acervo Benno Mentz. *Carta de Pe. Henrique Pauquet a Pe. Adelpkamp*, 21/05/1948.

²¹ Atualmente Guilherme Gaelzer Netto é lembrado somente como nome de rua na cidade de São Leopoldo e, em Novo Hamburgo, foi homenageado como nome de escola de ensino fundamental.

sobre a atuação política de personalidades de descendência alemã em áreas rurais e urbanas do Brasil.²²

Pesquisar a trajetória de Guilherme Gaelzer Netto é significativo porque podemos traçar um panorama da atuação política das lideranças imigrantistas dos centros urbanos localizados no interior do estado do Rio Grande do Sul, como as cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, colonizadas por imigrantes alemães a partir do séc. XIX. O estudo de Guilherme Gaelzer Netto aprofunda a compreensão dos vínculos que as lideranças políticas locais em meio às colônias alemãs mantinham com as lideranças políticas regionais, nacionais e internacionais e, em especial, com a Alemanha. Compreender a atuação das elites políticas e culturais da comunidade alemã no Brasil é de fundamental importância para a compreensão da História do Brasil e da América Latina.

A atuação de Gaelzer Netto no campo das relações diplomáticas internacionais merece destaque, pois atuou como adido nas embaixadas do Brasil no Peru e na Guatemala. Sua atuação mais significativa foi no fomento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha, que eram importantes parceiros econômicos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. A existência do Escritório de Propaganda do Brasil-Alemanha, inaugurado em 1936 e chefiado por Gaelzer Netto, mostra que a aproximação entre ambos os países estava em franco processo de consolidação, sendo o papel do mesmo fundamental para a representação diplomática do Brasil no exterior.

A documentação burocrática produzida durante a atuação profissional de Gaelzer Netto como chefe do Escritório de Propaganda Brasil-Alemanha (1936-1941) nos fornece uma visão do conjunto da produção econômica e comercial pré-industrial brasileira da década de 30. Conseqüentemente, também nos dá uma ideia de como se considerava essa produção face à dos Estados Unidos e da Europa, possibilitando o enriquecimento de diferentes reflexões e interpretações acerca do desenvolvimento econômico brasileiro.²³

Importante destacar que Guilherme Gaelzer Netto não só estimulou as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre Brasil e Alemanha, mas ajudou a construir a imagem do Brasil no exterior. Em suas viagens como representante comercial, utilizava filmes e fotografias para fazer propaganda do país e de sua produção econômica no exterior. Suas palestras criaram estereótipos sobre o Brasil como, por exemplo, “Brasil, Terra do Futuro”, “Rio de Janeiro, Cidade Maravilhosa”.²⁴

²² Merece destaque a dissertação de Ama Motter sobre a atuação de Von Koseritz na vida política do Rio Grande do Sul. Para maiores informações ver MOTTER, A. **As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembleia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889)**. São Leopoldo, 1999, Dissertação de Mestrado, UNISINOS.

²³ Cf. LOBO, E. *História Empresarial*. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.222.

²⁴ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Cartazes de Propaganda. Caixa IX. Ankündigungen zu Vorträgen u. Filmen: 1936-1941.

Além disso, projetava filmes mostrando as potencialidades turísticas de estados brasileiros como a Bahia, São Paulo e o Rio de Janeiro, bem como de outros países latino-americanos, como o Chile.²⁵ Alguns filmes eram utilizados para mostrar as áreas coloniais disponíveis no Brasil e a vida dos imigrantes estabelecidos nestas colônias no intuito de atrair levas de imigrantes para o país.²⁶

Outro aspecto que merece ser destacado e que fundamenta a necessidade de estudo das fontes documentais de Gaelzer Netto, é o fato do mesmo ter transitado por diferentes períodos da história política brasileira, ou seja, sua atuação abrange os períodos da República Velha, da Revolução de 30, do Estado Novo e do período de redemocratização. Para perpetuar-se junto aos círculos de poder, o mesmo usou de diferentes estratégias de sobrevivência política. Trata-se, portanto, de pesquisar os elementos que contribuíram para que Gaelzer adquirisse uma posição de influência dentro da comunidade imigrante e do Estado Brasileiro. Importante que nos apropriemos da natureza de sua liderança étnica, das suas fontes de poder e prestígio social, assim como analisemos a eficácia de suas estratégias de inserção social dentro de circunstâncias históricas bastante específicas. Uma biografia de Guilherme Gaelzer Netto enriquece as pesquisas sobre a imigração alemã no Brasil, principalmente no campo da História Política Contemporânea Brasileira.

Referências bibliográficas

- ABREU, A. de. (Org.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-30**. São Paulo: FGV, 2001, p.4888-4889.
- DICKIE, M. A.. **Afetos e circunstâncias. Um estudo dos Mucker e seu tempo**. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado.
- FERNANDES, E. **S.O.S. Europa Faminta. Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF**. Florianópolis, 2005, Dissertação de Mestrado.
- GERTZ, R. E. **O aviador e o carroceiro. Política, Etnia e Religião no Rio Grande do Sul nos anos 1920**. Porto Alegre: EDIPUC, 2002, p.180.
- LOBO, E. *História Empresarial*. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.222.
- MOTTER, A. **As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembleia Legislativa Provincial Rio-Grandense (1881-1889)**. São Leopoldo, 1999, Dissertação de Mestrado, UNISINOS.
- SANT'ANA, E. **Minha Amada Maria. Carta dos Mucker**. Canoas: Ed. ULBRA, 2004, p.20.

Acervos

Acervo Benno Mentz – PUC/RS.

Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Berlim/Alemanha.

²⁵ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Erinnerungen Teil 1 São Paulo; Erinnerungen Teil 2: Bahia, Rio de Janeiro, Película sobre a República do Chile.

²⁶ Cf. Legado de Guilherme Gaelzer Netto no Instituto Ibero-Americano de Berlim. Filmes: Entstehung einer deutschen Siedlung in Brasilien (Mudo) Filme com legendas em alemão.

Revolução Farroupilha e seus reflexos locais¹

*Roque Amadeu Kreutz**

Visão panorâmica do conflito

Entre 20/09/1835 e 01/03/1845, período da revolução, o Brasil era um Império recém criado (07/09/1822), e o Rio Grande do Sul, uma de suas províncias. Em 25 de julho de 1824, quando desembarcaram os primeiros imigrantes alemães à margem do Rio dos Sinos, o Imperador do Brasil era D. Pedro I, casado com Dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, portanto, da nobreza “alemã”. Assim, durante o reinado desse monarca, os imigrantes alemães se sentiam protegidos pelo Casal Imperial. No entanto, essa situação mudou a partir de 07/04/1831, quando Dom Pedro I abdicou a favor de seu filho Dom Pedro II, que então tinha apenas cinco anos de idade.

Por causa da menoridade do herdeiro do trono, a administração do Império, entre 18/06/1831 e 23/07/1840, ficou a cargo de Regentes. O principal deles foi o Padre Diogo Antônio Feijó, cujo governo, exercido com mão de ferro, iniciou em 12/10/1835 e terminou em 19/09/1837. O Regente seguinte foi o senador Pedro de Araújo Lima, cujo mandato terminou em 23/07/1840, quando Dom Pedro II foi declarado maior (com 15 anos). Portanto, depois que D. Pedro II assumiu o comando do Império, a Revolução Farroupilha ainda continuou por mais de quatro anos.

No Brasil Imperial, logo após a abdicação de Dom Pedro I – 07/04/1831 – as posições políticas se polarizaram: de um lado, o Partido Restaurador, que pedia o retorno do Imperador; de outro, o Partido Liberal, que queria o fim do regime monárquico e a adoção do sistema republicano de governo. Todavia, entre os próprios liberais, havia duas tendências: os “moderados ou chimangos”, que procuravam alcançar seus objetivos através de reformas; e os “escoltados ou farroupilhas”, que queriam substituir o regime monárquico pelo republicano por meio de revolução.

A esses e outros fatores de revolta política, somavam-se fatores conômicos. Enquanto outras províncias do Império produziam açúcar e café para o mercado

¹ O termo “locais”, neste texto, se refere a áreas que, em algum período da história, chegaram a pertencer a Ivoti.

*Professor aposentado – UFSM.

externo com incentivos fiscais, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul apostava no couro e no charque. Esses e outros produtos eram destinados ao mercado interno, servindo para a alimentação dos escravos africanos nas atividades mineradoras (Minas Gerais), plantações de cana-de-açúcar (Nordeste) e cafeicultura (Sudeste). Nessa conjuntura, a principal produção rio-grandense, além de ser onerosa com pesados impostos de importação do sal, ficava muito dependente dos preços do charque, que ainda eram aviltados pela concorrência uruguaia, favorecida com benefícios tarifários e com a facilidade de compra de gado na região. Assim, estava em sério risco a viabilidade econômica das charqueadas sul-rio-grandenses.

Diante dessa situação política e econômica, os liberais se tornaram cada vez mais fortes aqui no Rio Grande do Sul. As intrigas locais se agravaram com as eleições legislativas e com as acusações do Presidente da Província Fernandes Braga a Bento Gonçalves. Em decorrência disso, sob a liderança de Bento, os liberais organizaram suas forças militares e, em 20 de setembro de 1835, tomaram Porto Alegre, colocando em fuga o Presidente Fernandes Braga. Empossaram, então, o vice-presidente Marciano Ribeiro e designaram o Cel. Bento Gonçalves da Silva para Comandante de Armas.

Ao tomar conhecimento dos fatos, o Governo Central, sob a Regência do Padre Diogo Antônio Feijó, sem atender as reivindicações políticas dos revoltosos, nomeou Araújo Ribeiro para ser o novo Presidente da Província. Este chegou a Porto Alegre no início de dezembro, sendo sua posse marcada para o dia nove. Todavia, nesse intervalo, surgiu um fato novo: a cassação das credenciais de Pereira Duarte como Vice-Cônsul de Hamburgo – uma cidade-estado independente da Alemanha – sob a acusação de que tinha proibido os colonos imigrantes alemães de pegarem em armas contra os farroupilhas. O que o Vice-Cônsul, de fato, tinha feito era recomendar que os imigrantes alemães ficassem politicamente neutros, sem se posicionarem para qualquer um dos lados do conflito. Por causa dessa medida do Governo Imperial, os Juizes de Paz de Porto Alegre pediram a suspensão da posse de Araújo Ribeiro até que a situação ficasse esclarecida.

Em seu caminho de volta à Corte do Rio de Janeiro, Araújo Ribeiro conseguiu apoio de amigos em Rio Grande e provocou uma divisão entre os farroupilhas, trazendo, para o seu lado, Bento Manuel Ribeiro, um dos oficiais militares da revolta. Este, então, prometeu sustentação militar a Araújo Ribeiro para assumir a Presidência da Província. Foi assim que a guerra civil começou.

Poucos meses depois, em 15 de junho de 1836, as forças imperiais, sob o comando de Marques de Souza,² reconquistaram a capital. Não conformados com essa perda, os farroupilhas cercaram Porto Alegre durante meses, mas acabaram

² Os historiadores não são unânimes em atribuir a Marques de Souza esse mérito. Moehleck (1986) levanta a hipótese de que o verdadeiro herói imperial, na retomada de Porto Alegre, poderia ter sido o Ten. Henrique Mosye (alemão).

desistindo e se retirando para as coxilhas. Nessa retirada, depois de enfrentar os imperiais numa renhida batalha na Ilha do Fanfa, Bento Gonçalves foi preso em 04/10/1836, sendo primeiro levado para a Fortaleza da Laje no Rio de Janeiro e, depois, por causa de uma tentativa de fuga, para a prisão do Forte do Mar, na Baía de Todos os Santos (Bahia).

No período em que acontecia o cerco a Porto Alegre, os farroupilhas enfrentaram duras batalhas no interior, uma das quais nos campos do Seival, onde obtiveram significativa vitória. Um dia depois, isto é, no dia 11 de setembro de 1836, no clímax do entusiasmo, o General Antônio de Souza Neto, aconselhado por assessores, proclamou a República Rio-Grandense, declarando-a separada do Império Brasileiro. Essa declaração da independência foi confirmada, no dia seguinte (12/09/1836), pelos demais oficiais farroupilhas. Entretanto, a instalação do governo republicano somente aconteceu no dia 06 de novembro de 1836, sendo realizada em reunião dos oficiais com a Câmara Municipal de Piratini, cidade declarada capital. Bento Gonçalves, apesar de prisioneiro, foi eleito Presidente da República, e Gomes Jardim, Vice, cabendo a este assumir o cargo até a libertação do titular.

Bento Gonçalves, com o auxílio da maçonaria baiana, conseguiu fugir da prisão e voltar ao Rio Grande do Sul, assumindo a Presidência da República Rio-Grandense em 16/11/1837. Diante de uma série de conquistas, perdas e reconquistas, a capital dos farroupilhas foi transferida para Caçapava em 14 de fevereiro de 1839 e, mais tarde, para Alegrete (22/03/1840).

A retomada de Porto Alegre continuava sendo uma das principais metas dos farroupilhas. Com tal intento, muitas forças revolucionárias estavam ocupadas com um segundo e interminável sítio, a capital, que durou 1.283 dias, só terminando em dezembro de 1840. Essa estratégia, porém, prejudicou os farroupilhas em outras frentes, de modo que as vitórias dos imperiais passaram a superar as dos farroupilhas. Um dos fracassos foi a efêmera conquista de São José do Norte. Quando os farroupilhas festejavam euforicamente a vitória, regada fartamente com bebida alcoólica, os caramurus retomaram a vila, causando grandes estragos nas forças republicanas.

Frustrado e descontente com a estratégia, os fracassos e a falta de recursos dos farroupilhas, Bento Manuel, em janeiro de 1841, mais uma vez mudou de lado, juntando-se aos imperiais. Iniciava-se, assim, o declínio da República Rio-Grandense.

Apesar das intrigas internas, que redundaram na renúncia do Presidente Bento Gonçalves, os farroupilhas permaneceram unidos na guerra. O comando geral das forças revolucionárias coube, então, a David Canabarro, ao qual a divisão de Bento Gonçalves passara a ser subordinada.

Desde dezembro de 1842, quando Luís Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias (futuro Duque), foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul e, cumulativamente, seu Comandante de Armas, as lutas foram diminuindo gradativamente, passando a haver conversações de paz. Todavia, esta somente aconteceu no dia 1º de março de 1845, em Poncho Verde.

Por um lado, a Revolução Farroupilha durou quase nove anos e meio (20.09.1835 – 01.03.1845); por outro, a República Rio-Grandense sobreviveu apenas por oito anos e meio (11.09.1836 – 01.03.1845). Simultaneamente ao governo da “república independente” dos farroupilhas, continuava existindo o governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, vinculado ao Império Brasileiro.

O chefe supremo da revolução farroupilha – Bento Gonçalves da Silva – continua sendo cultuado em nosso estado; os símbolos farroupilhas – a bandeira verde, vermelha e amarela e o hino “nacional” rio-grandense – foram oficializados como símbolos estaduais. E, apesar de a República Rio-Grandense ser proclamada no dia 11 de setembro, a data magna do Rio Grande do Sul é o dia 20 de setembro, dia da deposição de Fernandes Braga como Presidente da Província.

Reflexos locais

Em seu início, a Revolução Farroupilha tinha pouco apoio nas áreas ocupadas pelos imigrantes alemães que, apenas há onze anos, tinham se fixado no Vale do Rio dos Sinos. Ao imigrarem, tinham vivido em estados germânicos monárquicos. Além disso, achavam-se repletos de gratidão para com o governo imperial, que lhes havia dado uma nova e bela pátria. Em 1835, quando irrompeu a guerra civil, a maioria já possuía uma propriedade apreciável. Eram, portanto, mais favoráveis ao Governo Imperial do que a seus opositores. Some-se a isso que esse posicionamento político era reforçado por ex-militares alemães que, ao chegarem ao Brasil, tinham se incorporado ao exército imperial, sendo contemplados, depois, com lotes de terras.

Uma das atuações significativas dos imigrantes alemães foi sua participação em lutas contra os farroupilhas nos arredores de Porto Alegre. A Companhia Alemã, da qual faziam parte, pelos menos, oito bom-jardinenses (ivotienses), integrou uma divisão do exército imperial que atacou contingentes farroupilhas em Gravatá e Viamão. Nessa divisão, encontravam-se comandantes como Chico Pedro (futuro Barão do Jacuhy) e Bento Manuel, que, naquele período, integrava as forças imperiais. Entretanto, a atuação ambígua de Bento Manuel tinha gerado um clima de desconfiança entre os soldados alemães, então dirigidos pelo Major Ferdinand Kersting. Em dado momento das escaramuças, vários integrantes da companhia negaram-se a obedecer às ordens de Bento Manuel e abandonaram a luta, retirando-se para suas Picadas.

Outra situação importante, no decorrer da guerra, era a oscilação no posicionamento dos colonos alemães: quando os farroupilhas conseguiam a supremacia, todos tinham que se declarar republicanos. Assim, dependendo da força dominante, os jovens imigrantes eram obrigados a se juntar a qualquer uma das tropas. Muitas vezes, um dos irmãos estava do lado dos imperiais, e outro, dos revolucionários. Nessa gangorra de domínios, ora pendendo para os imperiais, ora para os farrapos, pouco a pouco houve significativas discórdias nas Picadas, até mesmo no seio das mesmas famílias.

Mais tarde, para defender os imigrantes contra acusações dessa época e explicar a oscilação de seus posicionamentos, Hillebrandt – que, além de Diretor da antiga Colônia de São Leopoldo, também tinha sido Comandante Geral das Polícias de São Leopoldo e Santa Ana – em relatório de 19 de março de 1854, dirigido ao Presidente da Província, assim se expressa:

Se os colonos alemães fossem tão inimigos dos brasileiros e do Governo Imperial, (como essa meia dúzia de indivíduos anda apregoando), por certo que teriam tido ocasião própria (propícia) de demonstrá-lo quando, em 20 de setembro de 1835, arrebentou a rebelião nesta Província. Torno a repetilo, teriam tido essa ocasião própria, porque grandes desgostos ainda animavam os colonos por falta de cumprimento das condições dos contratos com que tinham sido engajados: além disso o bem-estar dos colonos, mal ou bem arranchados, era ainda bastante problemático.

Não obstante estas circunstâncias, qual tem sido o procedimento dos colonos alemães, tanto ao (no) princípio, como durante todo o tempo dessa triste luta? Nenhum movimento hostil contra o Governo Imperial teve lugar, e somente desde a época em que os rebeldes, prevalecendo-se das circunstâncias que acabo de mencionar, fizeram acreditar aos colonos, que a Província já se achava independente, e que, se eles não pegassem em armas em favor do novo Governo, as suas propriedades lhes seriam confiscadas e queimadas; e que, pelo contrário, se coadjuvassem a manter a independência da Província e do novo Governo, lhes pagariam não só os serviços prestados, como também se concederia a cada colono dois lotes de terras, gado, cavalos, etc., e se lhes pagariam todos os subsídios atrasados, que o Governo lhes tinha negado...

Com todas essas promessas e ameaças não quiseram os colonos alemães pegar em armas contra o Governo Imperial, e foi preciso que os dissidentes lhes queimassem algumas casas, destruíssem propriedades, matando o único gado que possuíam e que servia de sustento às suas famílias, lhes tirassem os cavalos de serviço, e afinal arrancassem à força alguns colonos: e vendo assim tratados os seus vizinhos, se apresentaram voluntariamente (apud RABUSKE, 1994, p. 12-13).

Desse relatório, pode-se inferir que os colonos alemães somente decidiram acompanhar os farrapos quando levados pela intimidação e perseguição. Entretanto, é preciso admitir que o documento em pauta apresenta um explícito “ar” de defesa. Não dá para negar que, mesmo no início da revolta, houve adeptos aos ideais farroupilhas entre os imigrantes alemães, tanto que “von Salisch”³ foi nomeado Diretor da Colônia de São Leopoldo quando esta estava em poder dos farroupilhas.

³ “**Hans Ferdinand Albrecht Hermann von Salisch** (Pomerânia, Alemanha, 1797 – Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, 6 de outubro de 1837) foi um militar e jornalista alemão. Participou como granadeiro da Guerra Cisplatina, depois capitão do Corpo de Estrangeiros do Império. Chegou à Colônia de São Leopoldo, entre 1824 e 1827. Casado em 17 de fevereiro de 1830 em Porto Alegre com Maria Vitorina Pereira, filha do sargento-mor Victorino Pereira Coelho e Maria Joaquina da Conceição. Ao iniciar a Revolução Farroupilha, já partidário dos republicanos, foi enviado à Colônia São Leopoldo como diretor. Em 15 de janeiro de 1836, deixa o cargo e transfere-se para Porto Alegre, ainda tomada pelos farroupilhas.” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_von_Salisch).

No clima da guerra, tanto farrapos como imperiais supriam as necessidades de suas tropas pelo confisco, apoderando-se de gêneros alimentícios, cavalos, gado, porcos, aves dos colonos e, não raro, extorquiam-lhes dinheiro e outros bens móveis. Tudo isso contribuía para que o bom relacionamento fosse, aos poucos, se deteriorando. Ódio, discórdia, inveja e maledicência faziam com que uns traíssem os outros, delatando ao inimigo onde os desafetos haviam escondido seus animais e outros bens.

Em outras palavras, a situação dos colonos, segundo Schlitz (apud RABUSKE, 1994, p. 34), era a seguinte: republicanos e “baianos” (outra denominação para designar os imperiais/caramurus) se consideravam autorizados para as mesmas extorsões. “Quer entrasse na casa o amigo, quer o inimigo, para o colono dava tudo na mesma. O que ele havia poupado para si, em questão de dinheiro ou com respeito à mobília doméstica, safras e gado, era havido em conta de presa para ambos os partidos beligerantes.”

As Picadas que, por algum período da história, faziam parte do atual município de Ivoti e não foram campos de batalha entre farrapos e caramurus. Todavia, foram palco de escaramuças e saques, tanto que suas ocorrências aterrorizavam a população durante o conflito. Além das extorsões feitas aos imigrantes locais, houve também torturas e mortes.

Embora, na listagem dos integrantes das tropas em confronto, se encontrem moradores de nossas Picadas em ambos os lados, os fatos ligados aos farrapos são narrados de maneira mais comprometida do que os vinculados aos imperiais (caramurus). Ou seja, os autores da bibliografia consultada apresentam uma clara versão a favor dos imperiais, certamente porque já estavam influenciados pelo posicionamento dos vitoriosos, manifestado no relatório parcial de Hillebrandt, anteriormente transcrito.

Nomes como Lavald (filho adotivo do velho Lavald)⁴, Johann Adam Noschang (Moses)⁵, Catarina Karlsinger, Fries⁶, Peter Cassel (denominado “o velho” em 1896-1898), Johannes Finger (Fingerhannes) são identificados como farroupilhas. O primeiro deles foi vítima de uma refrega com Morschel, sendo enterrado clandestinamente pelo vencedor. Outro farrapo, Noschang, conforme depoimento coletado por Schlitz (apud RABUSKE, 1994, p. 40), esteve nas fileiras farroupilhas no cerco a Porto Alegre. A senhora Karlsinger, por sua vez, era suspeita por receber constantemente a visita do farrapo Matias Bursch, possivelmente um espião. Sobre essa senhora, Schlitz, assim se expressa:

⁴ Conforme Moehleke (1986, p. 173), pode ter sido Adão Lavall, filho de Valentim Lavall, soldado desertor do exército imperial.

⁵ Também conforme Moehleke (1986, p. 173), igualmente Adão Noschang era soldado desertor do exército imperial: “Desertou em 25 de abril do ano próximo passado (portanto, em 1840), evadindo-se na ocasião do extraviado no Parecy, levando armamento completo.”

⁶ Certamente era Daniel Fries, filho de Pedro Fries: conforme Moehleke (1986, p. 173), era soldado desertor do exército imperial.

Outro personagem, cujas relações com Bom Jardim ainda se apresentam mais frouxas, porque só as tinha de modo exclusivo com Catarina Kalsinger, era Matias Bursch, um perna-de-pau como essa senhora. Era ele um espião, o qual para tanto teve de ir para a cadeia de São Leopoldo, porque não se tinha confiança plena em sua pessoa. Pego, contudo, ele nunca foi, porque ninguém chegou à ideia de que ele escondesse as cartas perigosas precisamente em sua perna-de-pau, como era o caso... (apud RABUSKE, 1994, p. 46)

Moehleke (1986, p. 128; 130-131) também menciona que, em janeiro de 1837, Jacob Paulcaspar, da Picada Bom Jardim, foi preso por rebeldia e conduzido a Porto Alegre. Além disso, em 26/01/1837, depois de uma busca de armas entre os rebeldes, o Inspetor do 7º Quartirão da Colônia de São Leopoldo (José Correa Ferreira da Silva) passou a “Picada Bergan”⁷, onde encontrou armas em diferentes casas de alemães rebeldes, entre os quais Pedro Klos,⁸ Jacob Klos, Carelo Kruel, Handerique (Heinrich) Laudaur (Landauer), Pedro Espingarda, Felipe Musckopf, Jacope (Jacob) Weisheimer, Jacó Mossmann, João Becker Pequerã, João Quetemes, Matheus Weber, João Finger, Pedro Vairick, João Laussermann, Pedro Noschang, Miguel Keine.⁹

Segundo Carlos Schlitz (apud RABUSKE, 1994, p. 46), em Bom Jardim prevaleciam as adesões aos farrapos e, na Picada Quarenta Oito, aos imperiais. Entre estes havia vários que tinham participado da guerra da independência do Brasil e, em pagamento, tinham recebido, em 1828, lotes na Picada Quarenta Oito, mesmo sendo solteiros. Rapazes como Reichert, Schmedding, Tockorn, Arndt, Scheibel e Morschel estavam entre eles. Por serem solteiros, mais tarde, alguns abandonaram os lotes coloniais a eles destinados.

Para justificar a preferência farroupilha dos moradores de Bom Jardim, Schlitz narra o seguinte caso: Uma família importante de Hamburgo Velho, Schmitt de nome, era de mentalidade legalista ou imperial e, por causa de sua impertinência em fazer proselitismo a favor do Imperador, tornou-se suspeita pelos moradores de Bom Jardim. Entretanto, o próprio autor faz a seguinte ressalva:

Não eram contudo todos em Bom Jardim adeptos declarados da Revolução. Como todos os outros, tiveram também eles de engolir não pouco de ambos os partidos e assim, de preferência, não haveriam pertencido a nenhum deles. Mas a realidade bruta ou dura apenas raramente correspondia aos desejos de seu coração, sendo que, desta forma, descobrimos as mesmas pessoas, ora como farrapos, ora como caramurus (SCHLITZ apud RABUSKE, 1994, p. 47).

⁷ Popularmente, Bom Jardim (atual Ivoti) era conhecida por Berghanschneiss ou Berghantal (Picada Berghan).

⁸ Conforme Moehleke (1986, p. 177), Pedro Closs era desertor do exército imperial: “desertou do Acamp. Cachoeira. Solteiro.”, provavelmente em início de 1841.

⁹ É fácil perceber a dificuldade que o referido Inspetor teve para escrever os nomes e sobrenomes dos imigrantes alemães. Fica, a nosso critério, descobrir quem eram esses rebeldes ou seus colaboradores...

Michael Schenkel era uma dessas pessoas que lutou dos dois lados. Quando prestou informações ao Pe. Schlitz (DV. 09/03/1897) sobre a sua participação na Revolução Farroupilha, tinha 76 anos, declarando que viera ao Brasil com seis. No início da “guerra”, então com 16 anos, estava um dia escondido no alto de uma rocha e testemunhou a trágica execução de Johann Nedel¹⁰. Mais tarde, alistou-se nas fileiras farroupilhas, com a justificativa de que seu sogro temia que estes confiscassem sua única vaca e seus cavalos, uma vez que, nesse período, eram dominantes nas colônias. Seu superior imediato passou a ser o capitão Moraes, do Faxinal. Depois de um ataque frustrado dos farrapos a Porto Alegre, Schenkel retirou-se com eles a São Leopoldo, onde chegou a saber que os caramurus tinham conseguido se reorganizar nas colônias. “Noth bricht Eisen” (Necessidade quebra ferro) pensou ele e, com mais dois companheiros, fugiu a cavalo para Bom Jardim. Pouco depois, inscreveu-se nas tropas imperiais (caramurus) e, mais tarde, fez parte da “Deutsche Compagnie” (Companhia Alemã). Encarregado por seu superior para uma missão junto a Tatsch, encontrou-o fazendo o acabamento de canoas de timbaúba (madeira de lei) na Picada 48, atividade que Tatsch teve que protelar para assumir o comando de um piquete de 24 homens. Schenkel, depois de ter participado de várias lutas, conseguiu baixa (demissão) das fileiras imperiais quando seu batalhão se encontrava em Triunfo.

Ao relatar batalhas e escaramuças contra os farrapos, Schlitz (DV 04/01/1898 e DV 06/01/1898) identifica entre os caramurus os seguintes moradores locais: Jakob Tatsch, Gehring, Jacob Jung, Spindler, Kehl, Peter Schneider, Friedrich (Fritz) Fröhlich, Johann Fröhlich, Peter Fröhlich, Peter Schreiner, Berlitz (os dois últimos, feridos ou mortos em escaramuça contra o Menino Diabo), Mallmann (?), Kalsinger¹¹ (preso e depois morto pelos farrapos em S. Leopoldo), Inspetor Pfeilstricker, além dos oito jovens citados de Bom Jardim que participaram de um exército imperial de três mil homens que atacou os farrapos em Viamão. Ao listar soldados da “Deutsche Compagnie”¹² – Companhia Alemã ou “Os voluntários”, conforme denominação brasileira – Schlitz (DV 05/03/1897) contribuiu ainda com outros nomes: Michael Schenkel¹³ e Daniel Fries, de Bom Jardim; o alferes Jakob Tatsch, da Picada 48; Nicolau Feldes e Franz Trein, das 14 Colônias.

¹⁰ Detalhes dessa execução serão narrados em outro texto, ainda em fase de elaboração para a história de Ivoti. Talvez seja intitulado “Reflexos locais da Revolução Farroupilha: casos específicos”.

¹¹ Conforme Moehleke (1986, p. 191), Pedro Kalsinger foi morto pelos rebeldes em 7.7.1836. Era casado com Barbara Kalsinger.

¹² A Companhia Alemã era formada por 100 homens, parte dos quais eram velhos soldados do Imperador D. Pedro I, que tinham sido trazidos dos estados germânicos para servirem no exército brasileiro; outra parte eram jovens alemães recrutados em diversas Picadas. Essa companhia era comandada por Ferdinand Kersting e fazia parte de um exército comandado por Chico Pedro, futuro Barão do Jacuhy. Mais tarde, saiu, dessa companhia, um piquete de 24 homens, comandado pelo alferes Jakob Tatsch (SCHLITZ, DV. 05/03/1897).

¹³ Para resgatar os dados sobre a Companhia Alemã, Schlitz baseou-se em depoimento de Michael Schenkel.

Sem desmerecer outras fontes, os depoimentos coletados pelo padre Carlos Schlitz e publicados no jornal “Deutsche Volksblatt”, entre 1896 e 1898 foram muito significativos para este apanhado geral sobre a participação de imigrantes pioneiros na Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Trata-se de informações relevantes para o resgate da história de Ivoti. Entretanto, sob rótulo “História de Ivoti”, não há espaço para a narração de fatos mais específicos ou particulares, que, de acordo com a mesma fonte, aconteceram com moradores que, posteriormente, pertenceram à antiga Freguesia de São Pedro de Bom Jardim, ou a Bom Jardim/Ivoti. Por isso, a narração de tais fatos será incluída nas “Histórias e Memórias de Ivoti”, obra ainda em elaboração pelo Grupo de Estudos da História de Ivoti. Será uma complementação da presente pesquisa, porém com menor rigor científico. Vai trazer à tona acontecimentos vivenciados por pioneiros que ainda hoje têm descendentes radicados nesta região.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Antônio da Rocha. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre, Editora Globo, 1969. p. 467-8

CEM ANOS DE GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL 1824 – 1924. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

ELICKER, Edwin. O colono imigrante evangélico – Três cartas de Phillip Elicker. In: **Anais do VII Simpósio de Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, 19 a 21 de setembro de 1986** – Nova Petrópolis: Amstad, 2000. p. 59.

BÖBIAN, Johann Friedrich. Carta de 21/04/1833, publicada em KELLER, Hansheinz. **Neue Heimat Brasilien**. Bad Kreuznach, Pandion, 1963. Tradução para o português e comentários, em set./2005, por José Antonio Brenner, Santa Maria, RS.

LOGES, Werner. **Respingos da Revolução Farroupilha na Colônia de Bom Jardim e seus arredores**. Texto inédito, apresentado em reunião de 17 de setembro de 2008 do Grupo de Estudos da História de Ivoti.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha**. São Leopoldo, 1986 – Edição do autor (Impressão feita na Gráfica da Universidade de Caxias do Sul/RS)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A revolução farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RABUSKE, Pe. Arthur SJ. A guerra dos farrapos de 1835-1845. (Tradução do texto original em alemão do Pe. Carlos Schlitz, autor da “Crônica de Bom Jardim”). In: **Anais do 6º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul – 1984** – São Leopoldo: Museu Histórico “Visconde de São Leopoldo” e Instituto Histórico de São Leopoldo, 1994. p. 31-50.

SCHLITZ S. J., Carl. Geschichte der deutschen Compagnie. In: Chronik von Bom Jardim oder Kurzgefasste Geschichte der dortigen katholischen Gemeinde mit Berücksichtigung der umliegenden Pfarreien. Sechtes Kapitel – I Theil. **Deutsches Volksblatt de 05/03/1897; 09/03/1897 e 12/03/1897**. (Versão digitada, p. 39-45)

SCHLITZ S. J., Carl. Die Veteranen der Kolonie und Lebensbilder hervorragender Gemeindeglieder. In: Chronik von Bom Jardim oder Kurzgefasste Geschichte der dortigen katholischen Gemeinde mit Berücksichtigung der umliegenden Pfarreien. Achtes Kapitel – II Theil. **Deutsches Volksblatt** de 22/10/1897 a 14/01/1898. (Versão digitada, p. 160-182)

SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. In: BECKER, Klaus (org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**, 1º volume, 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1968. p. 259-282.

http://www.geocities.com/fusaoracial/garibaldi_giuseppe.htm – Acesso: 15/08/2009.

<http://www.via-rs.net/pessoais/kerber/index.html> – Acesso: 15/08/2009.

<http://www.riograndeemfotos.fot.br/trad09.html> – Acesso: 15/08/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Farrapos – Acesso: 15/08/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Gon%C3%A7alves_da_Silva – Acesso: 15/08/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Manuel_Ribeiro – Acesso: 15/08/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermann_von_Salisch – Acesso: 15/08/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva – Acesso: 15/08/2009.

Klingelhoetter – Pastor Farroupilha

*José Edimar de Souza**

Klingelhoetter – percursos de um imigrante

Quando da chegada de Klingelhoetter no Brasil, o cenário político encontrava-se repleto de agitações. Era o momento do nascimento do primeiro Império e também da transformação econômica do país recentemente independente. No Rio Grande do Sul, as dificuldades e precariedades criaram inconvenientes para o *projeto imigratório*. A situação adversa encontrada por Klingelhoetter alimentou, desde o início, as decepções com o governo imperial.

Diante da Revolução Farroupilha e das ideias de justiça e liberdade proporcionadas pelos farroupilhas, Klingelhoetter (Pastor Farrapo) se engajou na revolução, talvez percebendo nesta uma oportunidade para realizar os objetivos que vinha nutrindo nesta terra que o acolhera.

Os alemães que colonizaram o Brasil eram provenientes de diversos Estados Alemães, como Württemberg, Mecklemburgo, Hamburgo, Lübeck, Bremen e Palatinado, nos quais a propaganda imigratória parecia receber maior destaque e liberdade. Foi do Grão-Ducado de Hessen-Darmstadt que partiu, em 1825, Klingelhoetter.

Por intervenção do Major Jorge Antônio von Schaeffer, “Agent d’Affaires Politiques”, de D. Pedro I, preocupado com o atendimento médico e religioso dos seus colonos, chegaram no período de 1824 até meados de 1826, à Colônia Alemã de São Leopoldo, três médicos com curso acadêmico e três curas de almas para o grande número de imigrantes de religião evangélica: João Jorge Ehlers (1824), Carlos Leopoldo Voges (1825) e Friedrich Christian Klingelhoetter (1826).

Friedrich “Christian” Klingelhoetter, nasceu em 15 de setembro de 1784, em Battenberg, no então Ducado-Eleitoral de Hessen-Kassel, irmão gêmeo de August “Karl”. Era o segundo de cinco filhos do conselheiro florestal (“Forstrat”) Friedrich “Ludwig” Klingelhoetter (1740-1812) e de Karoline Frederike Schlechter (1765-1832), filha de um alto funcionário da corte grão-ducal de Hessen-Darmstadt

*Professor, Graduado em História – UNISINOS. Especialista em Gestão da Educação – UFRGS. Psicopedagogo Clínico e Institucional – FEEVALE. Mestrando em Educação na UNISINOS – Linha de Pesquisa Educação, História e Política. Assessor Pedagógico da SMED de Novo Hamburgo. E-mail: profedimar@gmail.com

(“Fürstlich Hessen-Darmstädtischer Hofrat und Vogt”). Casou entre 1810 e 1811, em Buchenau, com Luise Stapp, nascida em 07 de dezembro de 1794, em Biedenkopf, no Ducado de Nassau. De fevereiro de 1809 até fevereiro de 1819, exerceu seu primeiro pastorado em Buchenau, sendo depois transferido para Bobenhausen, perto de Ulrichstein, onde cuidava também das comunidades de Petertheyner Hof e de Rappelsmühle. Em Bobenhausen, permaneceu até 1825, quando emigrou para o Brasil.

Klingelhoefter criou-se no seio de uma família nobre da elite de Hessen-Kassel. Indivíduo eminentemente letrado possuía formação acadêmica em Teologia pela Universidade de Giessen, Hessen-Kassel, sendo o quarto pastor evangélico a vir para o Brasil e o terceiro para o Rio Grande do Sul.

Em Hunsche, conforme a “Geschichte der Familie Klingelhöffer” (História da Família Klingelhoefter) de Th. Klingelhoefter (p. 78/79),

(...) o Pastor Klingelhoefter em Bobenhausen ‘foi, nas suas horas vagas, um assíduo caçador, um verdadeiro Nenrod. Certo dia, exercendo essa mui nobre ocupação, entrou em conflito com o guarda-bosque Reitz, mais tarde mestre-de-bosque em Dieburg, e conta-se que teriam disparado tiros um contra o outro. Em consequência disso, ambos teriam obtido meio ano de reclusão na praça forte de Bobenhausen. Para evitar complicações posteriores, o pastor, amante da caçaria, teria emigrado para o Brasil (apud HUNSCHE, 1977, p. 344).

Tal incidente talvez explique, em parte, o envolvimento do orgulhoso e impetuoso pastor a abraçar, com tanto fervor, a causa do ideal farrapo: remanescentes de insatisfações para com a sociedade pela qual se sentia ferido, além de sentir-se marcado diante da comunidade em que exercia seu pastorado e das autoridades Eclesiásticas e Civis. Nesta situação, Klingelhoefter pediu demissão ao soberano, o Grão-Duque de Hessen-Darmstadt, e recebeu autorização Eclesiástica para partir em 1825.

De acordo com HUNSCHE (1977), a família Klingelhoefter ficou esperando mais de dois meses na capital do jovem Império, “perto da corte”, a fim de obter, diretamente do Imperador, as terras (uma sesmaria) que lhe haviam sido prometidas e nunca negadas. D. Pedro, porém, naqueles meses inquietos em que ainda estava em jogo a separação política de Portugal, ocupava-se da sua importante viagem de pacificação à Bahia, da qual voltaria só em abril de 1826. Klingelhoefter, já decidido a estabelecer-se no sul do país (“nas margens do Rio Jaguarão”), postergou, várias vezes, a sua partida para Porto Alegre, até finalmente embarcar no dia 15 de fevereiro de 1826, na *sumaca* “ligeira”, uma embarcação pequena e, como já indicava o nome, ligeira, que transportava, além da família pastoral (acrescida de quatro escravos), cinco solteiros.

O Pastor Klingelhoefter e os primórdios de Campo Bom

A história de Campo Bom, região do Vale dos Sinos – Rio Grande do Sul, está vinculada à história da comunidade Evangélica. Os imigrantes trouxeram para Campo Bom um nível religioso e uma vida religiosa intensa, tanto do lado protestante quanto do católico. Como em toda região de colonização alemã, também a educação e a escola foram desde o princípio uma das maiores preocupações.

Na colônia de São Leopoldo, estava a comunidade de Campo Bom, que, em pouco tempo, passava a ocupar um espaço privilegiado no que diz respeito ao trabalho dos artesãos especializados. O lugarejo era passagem garantida dos tropeiros, no qual, devido à vegetação ali existente, faziam paradas obrigatórias. Dessa forma, a comunidade vai ganhando corpo e o *Travessão – Strassendorf* (atual Av. Brasil), tornou-se um espaço importante com a fundação da Igreja- Escola da comunidade.

A família Klingelhoefter chega na Colônia Alemã de São Leopoldo, em 17 de abril de 1826 e o Pastor Klingelhoefter recebeu um lote de 77 ha. Como qualquer outro “colono”, ficou nos confins da “Costa da Serra” em Campo Bom, entre as terras de João Blos e João Vetter. Todas as recomendações e vantagens do seu “*status*” de nada lhe serviram. Registra-se que o pastor chegara num momento inoportuno visto que “(...) José Feliciano Fernandes Pinheiro, o grande idealizador da colonização germânica, já não era mais Presidente da Província e seu sucessor era inexperiente, ineficiente e de atitudes duvidosas”. (HUNSCHE, 1977, p.348)

Em maio de 1829, alegando a grande distância e a região pantanosa a ser atravessada para participar do culto, 243 colonos do lado oeste do Rio dos Sinos enviaram uma petição ao Governo Imperial, solicitando que o Pastor Frederico Cristiano Klingelhoefter, atuando há algum tempo ao lado do pastor Ehlers, fosse confirmado como seu pastor nas mesmas condições deste, isto é, sendo assalariado pelo Governo. Com a oficialização do cargo, houve a primeira separação na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, e o pastor Klingelhoefter passou a atender uma enorme região que abrangia, inclusive, Estância Velha e Hamburger Berg.

Para Hunsche (1977), Klingelhoefter parece ter se dedicado até 1827 exclusivamente à lavoura, passando, a partir de então, a atender, por iniciativa própria, a vida espiritual e religiosa dos seus conterrâneos protestantes, limitando-se a não entrar em conflito com o Pastor Ehlers na Feitoria Velha. Atendendo aos colonos evangélicos de Campo Bom, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim (hoje Ivoti) e Estância Velha, povoações em formação no lado direito do Rio dos Sinos. A separação das colônias do lado esquerdo e direito deu-se somente em 1829, depois da construção, em 1828, em Campo Bom, da primeira igreja evangélica do Rio Grande do Sul, com recursos próprios do pastor e o auxílio de alguns paroquianos. As terras do cemitério foram doadas por Jacob Dreyer e Pedro Hirt, que apesar de católico, doou o terreno onde se construiu a Igreja de madeira, mais tarde substituída por outra de alvenaria.

Cabe ao Pastor Klingelhoefter o mérito de ter sido, junto com os seus fiéis, o construtor da primeira Igreja de culto protestante no Rio Grande do Sul. Na igreja de Klingelhoefter, aos domingos, realizava-se o culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola, cujo mestre era o próprio pastor.

Klingelhoefter também exercia, no intervalo do trabalho comunitário, a profissão de colono, sendo morador do ‘Morro das Pulgas’ (atual Bairro Rio Branco). Possuía sua residência próxima ao atual Campo Esportivo do Oriente, localizada entre as propriedades de João Blos e João Vetter. O trabalho agrícola visava complementar seus esparsos ganhos comunitários, que impossibilitavam maior dignidade de vida.

Klingelhoefter teve seis filhos: a 1ª filha, Karoline Klingelhoefter, casada com Reinhard Frank; Johanna Sophia Klingelhoefter, casada com José de Moura; George Karl Wilhem Hermann Klingelhoefter (único filho), também general farroupilha; Auguste Karoline Elise Klingelhoefter, casada com Johann Georg Fayet; Ernestine Wilhelmine Hedwig Klingelhoefter, casada pela primeira vez com Nicholas Hasslocher, divorciou-se antes de 1857 e casou novamente, em Porto Alegre, com Wilhelm ter Bruegger; e Emilie, a única nascida no Rio Grande do Sul.

Klingelhoefter e a Revolução Farroupilha: algumas reflexões

Distante de discutir a Revolução Farroupilha na articulação de suas causas, consequências e conceitualização terminológica, a proposta é compreender a maneira pela qual se procedeu o envolvimento do Pastor Klingelhoefter, posteriormente, “Pastor Farrapo”, pastor mártir da causa republicana do Estado.

De outra maneira, das rebeliões regenciais, a Revolução Farroupilha é a mais longa (1835-1845), sendo que a participação de Klingelhoefter concentra-se na fase inicial da revolução (1835-1836) até a “Proclamação da República Rio-Grandense” (1836). Este movimento cujos objetivos principais eram caprichos políticos e reveses econômicos da elite gaúcha, patrocinada pelos exaltados, conquistou uma série de adeptos que, movidos por uma propaganda “republicana”, seguraram a revolução até 1845.

As razões que colaboraram para a tomada de decisão de Klingelhoefter talvez estavam no amor pela terra que o acolhera. O curato de almas gratuito durante muito tempo, agora, na perspectiva republicana, alimentava a expectativa da liberdade religiosa, na busca pela liberdade, igualdade e justiça dos imigrantes alemães na colônia e a concessão de naturalização de todos os colonos. O pastor vira, neste ato, um tremendo impulso para a colonização e para a integração político-social dos colonos.

Tramontini (2000) enfatiza que, quando estoura a revolução, o governo provincial encaminhara normativa para a província, informando que não seria lícito, de forma alguma, os colonos pegarem em armas para agredir o país em que foram

acolhidos, que não se intrometessem em negócios políticos, que se tranquilizassem, e estivessem certos, de que suas propriedades e suas famílias seriam respeitadas.

Para Hunsche (1977), Hermann von Salisch parece ter desempenhado o papel de estopim na vida de Klingelhoetter. Em janeiro de 1836, Salisch se encontrava em Campo Bom e, infiltrado entre as forças legais, conseguiu convencer diversos dos seus patrícios a abandonarem as armas e regressarem às suas colônias. É por estes dias que se deu a adesão de Klingelhoetter às forças republicanas estacionadas (nas proximidades do atual bairro imigrante) em Campo Bom.

Pouco se sabe sobre o curto período em que Klingelhoetter combateu junto aos farroupilhas contra “os caramurus”. Morreu degolado em combate com as tropas imperiais em Freguesia Nova, perto de Triunfo, em 06 de novembro de 1838, quando procurava levar sua família para Rio Pardo a fim de protegê-la dos horrores da guerra.

Rezam os livros eclesiásticos de São Leopoldo que Klingelhoetter foi enterrado no campo de batalha. Mais tarde, porém, trouxeram para Porto Alegre seus restos mortais e os de seu filho Hermann, “o mais intrépido dos farrapos” (Oberacker), também morto em combate (1845). A sepultura da família ainda existe no Cemitério Evangélico de Porto Alegre, ‘bem cuidado até hoje’ (Schröder) (HUNSCHKE, 1977, p. 351).

Em recente documento aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2009), o referido Pastor é citado como pioneiro na Capelania Militar do Exército Brasileiro. A Capelania Militar Protestante foi organizada pela extinta Confederação Evangélica do Brasil em conjunto com o governo Brasileiro, para assistir os militares protestantes.

O primeiro pastor protestante a servir os militares brasileiros foi o alemão Luterano Friedrich Christian Klingelhöffer, pastor da Comunidade Protestante Alemã, na localidade de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, em 1828. Dez anos depois, Klingelhoetter, integrado aos “Farrapos”, morreu em um combate da Revolução Farroupilha (2009).

Dreher (1984) afirma que Klingelhoetter morreu em meio aos distúrbios da Revolução Farroupilha, em 1838, lutando contra as tropas imperiais. Esse fato tem um significado especial quando se fala a respeito de sua pessoa, pois, com toda a certeza, ele teve que enfrentar, por causa desse seu engajamento, a oposição dos membros da sua comunidade que eram fiéis ao Império. Jorge Carlos Hermann Klingelhoetter faleceu solteiro, numa escaramuça nas proximidades do Rio Uruguai, ao transpor o Rio Ibicuí, na Fazenda de Ipané, como capitão farroupilha (1845). Contam que seus ideais ainda percorrem os pampas, vagueando em busca de justiça, igualdade e fraternidade que se renovam na aspiração daqueles que se deixam fascinar por sua história.

Referência bibliográfica

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade** – Estudo Crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Sinodal, EST, EDUCS, 1984.

DREHER, Martin Norberto. **O fenômeno imigratório alemão para o Brasil**. In: Estudos Leopoldenses. n. 142, maio/jun. 1995, p. 59-84, 3v.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul** (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975.

PROJETO DE LEI Nº 755, DE 2008. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. In: www.al.sp.gov.br/.../consultaDetalhesProposicao.do?.. LEI Nº 13.751, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009. In: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei%20n.13.751,%20de%2014.10.2009.htm>

SOUZA, José Edimar de. **O Pastor Klingelhoefter e a Revolução Farrroupilha: uma contribuição ao cinquentenário da emancipação política de Campo Bom**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

_____. **A história do Pastor Farrapo**. Rio de Janeiro: Quartica, 2010.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes** – A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2000.

A Revolução Federalista na Região de Santa Cruz: a atuação dos serranos de Zeca Ferreira

*João Paulo Reis Costa**

O Brasil, no último quartel do século XIX, passou por uma série de mudanças significativas em sua conjuntura político-administrativa: Guerra do Paraguai (1864-70); abolição da escravidão (1888); proclamação da República (15/11/1889) por Mal. Deodoro da Fonseca, veterano da Guerra do Paraguai, que governaria o Brasil até renunciar em 03/11/1891. Assumindo assim o seu vice, Floriano Peixoto, outro veterano do Paraguai. Era a consolidação do exército no cenário político.

Foi em seu governo que eclodiu no sul do Brasil, a Revolução Federalista, ocorrida majoritariamente no Rio Grande do Sul (1893-1895), chegando também a Santa Catarina, onde os revoltosos tomaram Desterro¹ e parte do Paraná, articulados com a Revolta da Armada (Rio de Janeiro – 1893-94).

A Revolução Federalista foi uma guerra civil, que decidiu a hegemonia política no Rio Grande do Sul (PICCOLO, 1990). A província encontrava-se cindida por dois grupos políticos da época. O PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) foi liderado por Júlio de Castilhos e constituído por representantes do latifúndio pecuarista, além de setores médios urbanos que governavam o Rio Grande do Sul desde o advento da República, ancorados na filosofia positivista de Auguste Comte. Do outro lado, estavam os Liberais de Gaspar Silveira Martins, antigo conselheiro do Império que contava com aliados da tradicional elite política do Rio Grande do Sul, concentrada principalmente em grandes estancieiros da Campanha Gaúcha, até então área central do poder político.

Em novembro de 1889, Gaspar Silveira Martins era presidente da Província. Dias depois de sua posse, foi preso, pois acabara de ser proclamada a República. Levado à capital da República, logo foi deportado à Europa. Em meio à intranquilidade política no cenário nacional e provincial, houve uma sucessão de curtos

*Licenciado em História – UNISC, Especialista em História do Brasil – UNISC e Bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor de História, Geografia, Sociologia e Filosofia da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e professor de História, Geografia e Filosofia na Escola na Escola de Ensino Médio Anchieta – Vera Cruz/ RS.

¹ Atual Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

governos locais entre 14/07/1891 até 17/06/1892, que marcou ainda mais o acirramento político no Estado. Após esse período, consolidou-se Júlio de Castilhos, que então ficaria a cerca de seis anos à frente do poder provincial, agora nas mãos do PRR.

Nesse contexto, a Revolução Federalista compõe o imaginário gaúcho tornando-se conhecida como “a parte mais sangrenta de nossa história”, assim popularizando-se como a “Revolução das Degolas²”, tamanha a violência relatada, o que fez com que ficassem conhecidos os episódios dos massacres do “Rio Negro e do Boi Preto³ (PESAVENTO, 1983). O impacto deste episódio na história gaúcha foi tão violento que a Revolução Federalista consumiu cerca de 10 mil vidas em combates, num estado de um milhão de habitantes, em quase 31 meses, chegando a ser silenciada por parte de nossa historiografia e tratada como “(...) um capítulo doloroso de nossos anais, que merece a nossa condenação e o fazemos silenciando seus acontecimentos” (DOCCA, 1954).

Esse evento atingiu as regiões coloniais do Rio Grande do Sul, áreas cobichadas por Republicanos e Federalistas, pois apresentavam um bom contingente econômico e material humano, indispensável para os grupos que polarizavam a disputa política no Estado. A chegada dos primeiros imigrantes alemães se deu em 1824, em São Leopoldo, mais tarde em Santa Cruz (1849) e depois os italianos na serra de Caxias do Sul (1875), formou um grupo importante para o enfrentamento que se vislumbrava.

A efervescência e os movimentos da Revolução Federalista refletiram também em Santa Cruz e região, conforme o trabalho de pesquisa de Hardy Elmiro Martin⁴. A vila de Santa Cruz, naquele contexto, contava com uma forte cisão política, reproduzindo a lógica do Estado. De um lado, o Clube Republicano (fundado em 1884) e, do outro, o Clube Liberal (fundado em 1891). Logo, houve um período de forte disputa política entre os Federalistas (Carlos Trein Filho) e os Republicanos (João Leite Pereira da Cunha), expressa pelas páginas do jornal *Kolonie*.

Assim irrompe oficialmente, no Rio Grande do Sul, em 02/02/1893, a Revolução Federalista. Em 14/06/1893, chegaram, a Santa Cruz, armas e munições, armazenadas no edifício da Câmara, que serviriam para abastecer os “voluntários” que fariam a guarda da Intendência, pois havia rumores da existência de revolucionários por perto, sobretudo na área serrana de Santa Cruz, em direção a Soledade. O intendente

² A degola consiste em seccionar as artérias carótidas num golpe súbito de faca, de comum saber nas regiões onde se lida com a criação de gado.

³ Nas proximidades de Bagé (atual município de Hulha Negra / RS), cerca de 300 castilhistas são degolados a mando do Federalista Joca Tavares. Como represália, o chefe castilhista, Firmino de Paula na batalha de Boi Preto ordena a degola de aproximado número de federalistas.

⁴ Professor e diretor do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul e Diretor Museu do mesmo. Faleceu em 1995. Publicou no ano de 1994, entre os dias 10/03 a 03/08, vinte e dois artigos no jornal Gazeta do Sul, com o título de “Época de Inquietações”. Artigos basilares desse trabalho.

(...) cria uma força armada própria, os patriotas (...) tendo ordem de Castilhos, para não recrutar colonos estrangeiros, seja porque desconfiasse deles, seja porque deveriam produzir para ajudar na sustentação econômica da guerra civil, o intendente João Leite Pereira da Cunha voltou-se para as populações caboclas da Serra, ao norte de Santa Cruz (GERTZ, 1993).

A “SERRA” ou “CIMA DA SERRA” compreende as bordas do Planalto Médio, numa escarpa acentuada em direção à Depressão Central do RS, na porção conhecida por Serra do Botucaraí. Abrange a parte centro-norte de Sinimbu em sentido sul-norte e a parte centro-sul de Barros Cassal, em sentido leste-oeste por uma área muito ampla, desde o litoral até o interior. Esses serranos deixavam suas casas, famílias e trabalho, devido à “convocação”, que recebiam da Intendência para proteger Santa Cruz. Talvez aqui, possa residir a máxima de que

há uma tendência de se aludir a estes elementos (Serranos), de forma preconceituosa e lhes imputar um impulso para a violência. Esses [...] são os serranos, que vão viver desgarrados em relação ao povoamento oficial do RS, quer na Campanha, quer nas colônias. Os serranos têm como atividade principal a coleta de erva-mate que elas comercializam desta região de ervais, onde hoje se situa Gramado Xavier, com Santa Cruz do Sul e até Rio Pardo (KLAFKE, 1995).

A Serra era considerada de difícil acesso e responsável diretamente por quase toda produção de erva-mate exportada por Santa Cruz, por isso, encontramos a designação “ervateiros” para os serranos. Passou o tempo, e os serranos continuavam prestando serviço à guarda “patriótica” em Santa Cruz, gerando assim um descontentamento geral dos recrutados, até o dia que eles abandonaram seus postos e voltaram para a Serra. Assim “o Intendente declarou os serranos desertores e lhes proibiu a entrada na Vila de Santa Cruz. Não mais poderiam aqui comerciar a erva-mate e reabastecer-se de víveres” (MARTIN, 1994).

A erva-mate era um produto importante para a economia da Vila, “(...) chegando à produção de mais de 350 mil arrobas entre os anos de 1878 – 1895” (MENEZES, 1995). Os serranos/ervateiros nem sempre eram bem vistos por serem estranhos, por desconhecerem a língua alemã, por não possuírem títulos de propriedade de suas terras. Também eram indiretamente vigiados pelas autoridades policiais e administrativas: não pagavam impostos, não se ofereciam aos comissários seccionais para trabalharem na abertura e conservação de estradas, não mandavam seus filhos para a escola, não registravam casamentos e nascimentos, não tinham moradias cadastradas no “livro dos contribuintes”. Não votavam, enfim não eram cidadãos (SCHIERHOLT, 1989).

Surgiu nesse período na área serrana, importante para a economia local, mas, ao mesmo tempo, não abarcada pelo estado, uma liderança que se fixou no imaginário desse grupo social, que nos dias de hoje é relatado ora como um herói, ora como bandido: Zeca Ferreira. Foi ele o principal líder dos serranos durante a

Revolução Federalista e que, por todo período de guerra, povoou os pensamentos dos santa-cruzenses.

Assim as notícias frequentes e alarmantes sobre revolucionários próximos, que supostamente se dedicavam aos saques e a outras mazelas, ainda mais que “o delegado José Joaquim de Oliveira Pinto já tivera um embate (não datado) com revolucionários, próximo a Quatro Léguas, onde morreram três serranos e um homem do delegado” (MARTIN, 1994). O delegado Pinto vai ser morto em combate uma semana antes da referida edição, em 10/11/1893, na tentativa de conter o avanço de revoltosos, próximos a Venâncio Aires. Em 16/11/1893, como registra Martin, moradores se reuniram no salão Barth, em Rio Pardinho⁵, para discutir a questão da instabilidade regional. Reunião que conta com “a presença de aproximadamente 50 “Federalistas⁶” vindos da serra (MARTIN, 1994).

Em 21/11/1893, deslocam-se forças militares de Santa Cruz para a Serra a fim de combater os Serranos. Neste trajeto, acamparam, em Sinimbu nas terras de Augusto Hennig⁷, cerca de 200 homens que requisitaram armas, munição e arreios. Não se tem registro de possível embate.

Já em 09/02/1894, os Serranos, cerca de 250 homens, chegaram aos poteiros de Hennig, em Sinimbu, sob o comando de Zeca Ferreira e Julio Ferreira (tudo leva a crer que se trata do Major Julio Guilherme Flores – COLODA, 2004). Na madrugada de 10/09/1894⁸, a Vila de Santa Cruz é atacada de assalto pelos Serranos. Foi, sem dúvida, a desforra para com a autoridade castilhista que lhes impossibilitava há meses de entrar na Vila e um claro posicionamento dos serranos se constituindo como Federalistas. Cairia frente à força Federalista, uma das mais importantes vilas da província, sob o comando de Zeca Ferreira, que tinha ainda como líderes, Pedro Jungbult e Ernest Schwantes, membros de origem germânica. Assim, “(...) de repente toda a cidade estremeceu sob forte tiroteio e a forte gritaria das forças revolucionárias. Numerosos piquetes inimigos galopavam pelas ruas, proclamando-se e anunciando-se senhores da situação” (GHIEL, 1979). Rapidamente, tomaram e depredaram a Intendência Municipal, morrendo dois guardas nesse embate sem resistência. Em seguida, os serranos ordenaram Henrique Melchior a abrir o cofre, de onde foram retirados 4.600\$000 em dinheiro e apólices. Mais tarde, foram a Coletoria onde se apossaram de 700\$000 em dinheiro, não tocando em mais nada.

⁵ Comunidade interiorana do município de Santa Cruz do Sul, distante a poucos quilômetros da sede municipal.

⁶ A palavra “federalistas”, colocada por Martin, se dá pelo autor para afirmar que os serranos nesse momento não são ainda federalistas, que só mais tarde, por influências regionais, passam às fileiras maragatas.

⁷ Augusto Hennig era comerciante de Sinimbu, morava na entrada da atual Linha São João. Este deixou 27 volumes de seu diário manuscrito, em alemão gótico, que contam a sua vida e a dos seus. Obra esta que o professor Hardy Martim chegou a estudar para a realização de seus 22 artigos publicados na Gazeta do Sul, que se encontra no Arquivo Histórico de Santa Cruz do Sul.

⁸ Martin e Schierholt trabalham com esta data, já pe. Giehl pontua com a madrugada de 09/02/1894.

Como escreve Martin, aos 13 de fevereiro de 1894, chegou a Santa Cruz uma força legal vinda de Rio Pardo, com cerca de 400 homens, mais infantaria e artilharia (dois canhões), para retomar aos castilhistas a Vila de Santa Cruz, sucesso que alcançariam rapidamente, fazendo com que os serranos se retirassem para a serra.

Santa Cruz só teria uma força de segurança mandada por Júlio de Castilhos a partir de 07/07/1894, com a chegada do Cap. Antônio Carlos Chachá Pereira. A partir daí, começou uma série de encontros entre autoridades da vila com Zeca Ferreira. No dia 23/02/1894, Zeca e 20 homens, às 11 horas da manhã, se encontraram com o Delegado Pires e Delfino de Moura. “A conversa foi amigável. Zeca prometeu não mais atacar Santa Cruz e Pires garantiu a passagem livre para todos os serranos livres (...) não mais convocaria os serranos para a defesa da vila...” (MARTIN, 1994). Em muitos lares da Vila, houve festa, mas, dias depois, o Del. Pires deu lugar a Rudolfo Eifler.

Feito tal acordo em 1º de maio de 1894, Theodoro Schilling, Jakob Wächter, Jacob Stumm e Vasco Hoffmann, lideranças de origem germânica, visitaram Zeca Ferreira na serra. Em 05/05/1894, Zeca e o Del. Eifler se reuniram na casa de João Schilling. Sendo datado de 06/05/1894 o seguinte documento de Ferreira e Schilling, para Júlio de Castilhos.

“Ao cidadão D. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em conferência com o cidadão Rudolfo Eifler, (...) sob nossa palavra de honra vos declaramos que respeitamos ao Governo Constituído (.) assim vos declaramos que o motivo de nos acharmos em armas, forão⁹ as torpes perseguições que sobre nós exercerão algumas autoridades que neste município existião (.) Saúde e Fraternidade. José Antônio Ferreira – Theodoro Schilling. Picada Rio-Pardinho, 6 de maio de 1894(sic)” (MARTIN, 24/06/1994).

Para Martin, neste telegrama, está a prova de que a tomada de Santa Cruz fora uma questão particular entre Serranos e o intendente João Leite Pereira da Cunha. Nos próximos dias, aconteceram várias tentativas frustradas de encontros entre Chachá e Zeca para selar uma possível paz. Eis que em 13/07/1894, Chachá Pereira reuniu suas forças e partiu não se sabe para onde. Dia 15/08/1894, um mês depois da partida, voltou a Santa Cruz e publicou no *Kolonie*:

“(...) Para Zeca Ferreira que se comprometera depor as armas e dispensar seus homens, mandei mensageiro dizendo que passaria por Quatro Léguas e estaria pronto para receber as armas da ex-força revolucionária que atacara Santa Cruz a 10/02/1894. Como no dia 05/08/, o mensageiro ainda não voltara, resolvi avançar ao ponto em que se encontrava o inimigo. No dia 06/08, ao meio – dia, chegava o mensageiro *com carta de Zeca Ferreira* (negrito meu). Neste mesmo dia, já notamos sinais do inimigo. Estes, com dois

⁹ Nota do revisor: forma verbal utilizada nesta época, assim como as demais que seguem.

tiros de “lagartos”, (armas feita com postes de telégrafo) davam sinal de que a batalha iniciara. A luta tomou vulto. Tínhamos de combater pelos flancos e também pela retaguarda. Repentinamente uma coluna de homens a pé e a cavalo veio direto ao nosso encontro pedindo clemência. Chegaram a 10 passos quando o líder e chefe Moisés nos disse que exigia nossa rendição uma vez que estávamos cercados; na retaguarda estavam os homens de Zeca Ferreira. A nossa resposta foi uma violenta descarga de nossas armas. Morreram ali o comandante Moisés e um certo Capitão Lopes dos revoltosos. Lutava-se com armas brancas até que alguns tiros de nossa peça de artilharia colocou os revoltosos em debandada, continuamos a marcha e em breve fomos novamente atacados. A luta foi ferrenha, mas conseguimos chegar a Quatro Léguas, onde acampamos, sempre em estado de alerta e prontidão. No dia 07/08, lutamos das 6 horas até as 5 da tarde. No dia 08/08/1894, no local onde a estrada marca uma encruzilhada, para Zeca Ferreira e o Paredão, o inimigo concentrou todo seu efetivo. A luta foi árdua. Felizmente vencemos a seguimos pela picada que segue Lajeado. Fomos novamente atacados pela retaguarda, mas nossa artilharia conseguiu por o inimigo em fuga. Nesse dia, acampamos na margem direita do Arroio Lajeado” (MARTIN, 07/07/94).

Assim Chachá descreveu o combate das Quatro Léguas, onde não conseguiu sequer chegar aos domínios de Zeca Ferreira. O lugar que Chachá descreveu como encruzilhada para Zeca Ferreira e Paredão é a localidade das Sete Léguas (ponto que levava a Santa Cruz e/ou Lajeado, dependendo da rota). Por dados que cruzamos, devem ter acompanhado Chachá cerca de 500 homens e em torno de 300 maragatos da Serra envolvidos no combate.

O episódio das Quatro Léguas acirrou de modo pontual as relações entre forças Republicanas e Federalistas na região de Santa Cruz, pois este aconteceu em meio a um acordo de paz entre as partes. Aqui fica evidenciada a vantagem da guerrilha em relação ao exército regular num terreno de mato fechado como era a Serra. Tanto Martin e Schierholt ficam nas entrelinhas sobre uma possível traição de Zeca Ferreira ao acordo firmado. Embora “Chachá comete o grande erro estratégico de não confiar na lealdade de Zeca (Ferreira) e forçar uma passagem por seu território, sofrendo uma estrondosa derrota” (GERTZ, 1993).

Em 17/12/1894 Zeca Ferreira e os seus atacaram Lajeado não conseguindo dominar esta área (ESCOBAR, 1983). Em 28/05/1895 Zeca e José da Rocha lideraram o ataque de Santa Clara, defendida por um grupo colonos, liderados por José Diel. Essas datas servem para nos mostrar que os Federalistas Serranos continuavam suas incursões pela região, enquanto estava em curso a Revolução Federalista de 1893, situação não mais registrada depois do término da mesma em agosto de 1895. Portanto, o argumento dos Serranos agirem avulsamente, sem nenhuma ligação com o evento estadual não procede, pois todos os episódios bélicos se dão entre 1893-95.

Passado o episódio das Quatro Léguas tem-se notícia do fuzilamento de três serranos revoltosos, em lugar onde hoje seria a Igreja Evangélica Luterana de San-

ta Cruz. Esse fuzilamento vai ser registrado pelo Pe. Forrer e publicado por Pe. Giehl:

(...) Chachá Pereira mandou um oficial à casa paroquial com o seguinte recado: Hoje à noite três revolucionários serão fuzilados. Compareci imediatamente na Intendência, e apresentei-me ao comandante. (...) acompanhei os condenados até a execução. (...) aceitaram religiosamente a morte. (...) A triste sorte deles foi mais fruto de imprudência. Como serranos entraram na Colônia (proibida pra eles) em busca de negócios. Descobertos (...) foram julgados sumariamente e fuzilados a noite (GHIEL, 1979).

Em 15/12/1894, Chachá Pereira deixa o comando de Santa Cruz ao Tte. Cel. Menna Barreto, enquanto isso o Federalista Zeca Ferreira continuava se deslocando pelas redondezas. Enfim, chegou a notícia de que Castilhistas e Federalistas em 23/08/1895, em Pelotas assinaram a paz entre as facções, terminando oficialmente a Revolução Federalista. Santa Cruz não foguei a essa regra, tanto que pelas mãos de Galvão Costa (Intendente de Santa Cruz) saiu carta a Zeca Ferreira, marcando encontro na casa de João Schilling em 20/11/1895, prontamente aceito pelo Maragato, que compareceu no dia marcado com cerca de 100 homens. Por Santa Cruz, representantes da oficialidade também compareceram. E assim se fez, Zeca Ferreira e gente de suas forças traziam uma bandeira branca, com dizeres: “Viva a Paz e a Liberdade” sendo recebido pelas forças policiais, rumando logo para a Intendência, onde oficialmente foi selada a paz. Logo voltaram à Várzea (área da Vila) onde era servido um churrasco de confraternização, bancado pela intendência. Sendo assim, a 23/11/1895, as forças do Tte. Cel. Menna Barreto rumaram para Santa Maria, ficando em Santa Cruz uma guarda de 30 homens.

Se de fato Zeca Ferreira e os Serranos agissem somente por razões particulares ou pelo saque, sem nenhuma ligação com o evento estadual, Santa Cruz estaria correndo um sério risco de fatalmente cair novamente nas mãos dos serranos e de Zeca Ferreira, que respeitaram o acordo de paz assinado em Pelotas sem mais ataques na região de Santa Cruz.

Então Zeca se comprometera depor as armas na casa comercial de Henrique Hermany em Sinimbu. Assim o fez de maneira simbólica, entregando em 09/12/1895 dez armas. Pelos registros que utilizamos nessa pesquisa, Ferreira apareceria novamente no cenário santa cruzense com as “eleições do dia 30 de Janeiro de 1906 (a autora a em nota diz provavelmente ser eleição de nível federal), (...) os “federalistas” buscam sua identidade, comunicando aos eleitores e militantes do partido para não mais se absterem das eleições e que escolham seus candidatos de preferência. Tal conclamação (publicada no *Kolonie* 13.01.1906) é assinada por: Wilhelm Muller, João Klafke, Theodoro Schilling, José Antônio (Zeca) Ferreira, João Pedro Koelzer, João Schilling e Rodolfo Neumann” (KRAUSE, 2002). Não obstante o “serrano invasor” estaria fazendo parte e sendo, pelo menos inicialmente, incorporado à política santa-cruzense.

Referências bibliográficas

- COLODA, Carlos Santos. *Barros Cassal: 50 anos, de Paróquia, 40 anos de município*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- DOCCA, Emílio de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1983.
- GERTZ, René. *Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã*. IN: POSSAMAI, Rita (org.). *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Cadernos Ponto & Vírgula, 3. 1993.
- GIEHL, Pe. Walter. *Santa Cruz e a Revolução de 1893*. Santa Cruz do Sul: Gazeta do Sul, 14/07/1979.
- KLAFKE, Mauro. *Gramado Xavier Pequena História*. Sinimbu: Editora Singram, 1995.
- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- MARTIN, Hardy Elmiro. *Época de Inquietação (Artigos)*. Santa Cruz do Sul: Jornal Gazeta do Sul, 31/03/1994.
- MENEZES, João Bittencourt de. *Município de Santa Cruz do Sul*. 2. ed / texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PICCOLO, Helga, I. L. *Fontes para o Estudo da Revolução Federalista de 1893*. IN: Fontes para a História da Revolução de 1893. Bagé: Editora da Urcamp, 1990.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. *Revolução Federalista no Vale do Taquari*. Lajeado: Grupo Cartel, 1989.

O texto iconográfico: a revista *Vida Policial* e o imaginário nazista

Tiago Weizenmann*

Uma das produções jornalísticas de cunho policial de importante relevância no contexto do Estado Novo surgiu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1938: *Vida Policial*¹, lançada na data de 30 de agosto de 1938, constituía-se como principal órgão mensal da Repartição Central de Polícia. Sua primeira edição, com tiragem de dois mil exemplares (VIDA POLICIAL, 01/1939), estava condicionada ao advento do Estado Novo, em 1937, atendendo a desígnios específicos de um regime autoritário, forçado a estender a sua ideologia e o seu controle através de instrumentos de manipulação, como o domínio dos meios de comunicação de massa.

Como revista técnico-policial de frequência mensal, cumpria uma tarefa importante na construção de uma nova fase política. Segundo afirmação da própria revista, “*novembro de 37 é, sem dúvida, o marco inicial da obra grandiosa e bela que se processa em todo o País, presentemente, visando antes de tudo tornar o Brasil maior e mais digno*” (VIDA POLICIAL, 01/1939). Neste contexto, *Vida Policial*, imbuída de compromissos importantes e específicos, vinha a “*ser um reflexo nítido e fiel de todas as atividades policiais, em perfeita harmonia com os sentimentos e vibrações do organismo social*” (Idem).

A partir do contexto nacional e internacional, *Vida Policial* apresentou duas fases, reconhecidas pela composição e a produção do discurso policial entre os anos de 1938 a 1946. Uma primeira fase pode ser traçada a partir de sua criação, em agosto de 1938, ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942. Neste período, identifica-se uma estrutura da revista voltada aos interesses e anseios de um Estado autoritário recém implantado no Brasil². Já em 1942, encontra-se a próxima fase, que definiu um segundo período para a revista, ano em que o Brasil posicionava-se ao lado dos países aliados, o que conseqüentemente significava opor-se à Alemanha, à Itália e ao Japão. Nesse momento surge uma retórica textual voltada às preocupações provocadas pelo estado

*Professor e Mestre em História. Este texto reúne uma breve síntese de parte da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNISINOS. Para consulta do trabalho completo, conferir WEIZENMANN, 2008.

¹ Em relação à revista *Vida Policial*, consultar o estudo de BENEVENUTO, 1997.

² Os discursos estão amparados em questões de unidade nacional, de princípios patrióticos, na difusão do projeto político e ideológico do Estado Novo. Esta primeira caracterização ainda é complementada por traços que demonstram certa simpatia à polícia alemã, reproduzindo, em seus exemplares, algumas análises sobre a organização da Gestapo.

de guerra, principalmente na tarefa de reprimir agentes totalitários, “*súditos do Eixo*”, também denominados *quinta-colunistas*, presentes no país.

Nesse último contexto, diversas reportagens foram produzidas com ênfase à temática nazista. Entre as diferentes e variadas reportagens, encontravam-se séries de registros, como “*Cortando as asas do nazismo*”, “*Os astros da Quinta-Coluna*” e “*Espiões que eu vi*”, os quais divulgavam o combate policial às ações nazistas ou que se dedicavam ao relato de investigações que delatavam tramas de espionagem, através de publicações com imagens de acusados, participantes da “quinta coluna”, combates à cultura material teuto-brasileira através do confisco de livros, de rádios e de outros objetos que se caracterizavam como ilegais³.

Ao buscar compreender algumas características discursivas deste periódico policial, delimitadas, inclusive, pelo corte temporal datado pelos anos de 1942 e 1944, o presente texto apresenta elementos retóricos construídos pelas imagens utilizadas pela revista, que passaram a atuar na figuração representativa do chamado *perigo nazista*, como formação de valores projetados por agentes policiais a indivíduos sociais previamente determinados, a assinantes e a leitores da revista. Dessa forma, entre as imagens que aqui serão analisadas, encontram-se dois conjuntos distintos: capas de edições da revista *Vida Policial* e charges reproduzidas pelo periódico. Nos dois casos há uma intencionalidade em assumir uma posição ideológica por parte de autoridades e entidades reguladoras, no sentido de encontrar mecanismos de controle das consciências coletivas, referentes ao contexto nacional e internacional, atuando na dinâmica do imaginário e das representações sobre a temática do nazismo⁴.

“Cortando as Asas do Nazismo”

A organização da imagem, quando analisada, revela o conteúdo, as concepções, os princípios e as ações da importante instituição policial estadonovista⁵. As

³ A presença de nazistas, embora fosse concreta e aceitável, passou a tomar proporções peculiares quanto à aplicação da violência a comunidades de alemães e teuto-brasileiros. No exagero das estratégias que moldavam representações sobre este “perigo”, o Estado Novo, representado por chefes de gabinetes, interventores e secretários, não se preocupou em distinguir o nazismo do germanismo. A consequência desta postura disseminou práticas homogeneizadoras e violentas, carregadas de preconceitos radicalizados, que fez tornar qualquer alemão ou teuto-brasileiro uma espécie de “suspeito em potencial”, “*súdito do Eixo*”, mesmo pela ausência, muitas vezes, de provas concretas. Questões étnicas passaram a permear o discurso policial, fazendo com que o nazismo pudesse ser vinculado sem restrições ao germanismo.

⁴ Como referenciais teóricos para o entendimento da dinâmica do imaginário e das representações sociais, destacam-se JODELET (2001); MOSCOVICI (2001); PESAVENTO (1995); DUTRA (1997); BACZKO (1985).

⁵ Ao estabelecer um diálogo com as imagens produzidas e reproduzidas pela revista, busca-se reconhecer “*seus códigos e suas realidades interiores, seus silêncios, isto é, seus significados, o sentido da vida e das ideias escondido sob a aparência das realidades exteriores, iconográficas, a realidade das aparências*” (KOSSOY, 2005, p. 40).

imagens constituem uma categoria de análise documental⁶, um ponto onde igualmente se condensaram conflitos ideológicos, que interferem no mundo do imaginário⁷. Buscando um diálogo entre esses documentos visuais e a problemática histórica do imaginário, o intuito é utilizar as imagens da revista *Vida Policial* como “vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação da sociedade” (MENESES, 2003, p. 28). A partir desse enfoque, foram selecionadas algumas imagens, que diretamente se relacionam com o propósito dessa investigação.

A capa⁸ do exemplar de n.º. 43, de fevereiro de 1942, que assinalava o surgimento da série *Cortando as asas do nazismo*, definiu a preocupação da instituição policial em relação aos inimigos do Brasil. Tratava-se, na visão policial, de um grande mal que deveria ser eliminado e banido do território nacional. A imagem é composta por elementos que denotam grande significado ideológico: ao fundo encontram-se a águia, símbolo do Terceiro Reich e a cruz gamada (suástica), cuja presença é contraposta pelo braço tatuado – a representação do continente americano – e pela tesoura, a qual é sustentada pela mão que surge na cena. Estes últi-



⁶ O olhar investigador sobre as capas das revistas (entre fevereiro de 1942 a abril de 1944) propõe a consideração de dois importantes aspectos na análise das imagens (MENESES, 2003, p. 11). Elas constituem uma *materialidade objetual* (EDWARDS apud MENESES, 2003, p. 30), que concretizam na materialidade concepções sobre uma determinada realidade, de um dado grupo social. Por outro lado, as imagens produzidas e publicadas como capas desta mídia policial impressa, compõem uma linguagem de sentido, um discurso ideológico.

⁷ Cabe lembrar neste momento a citação de Mônica A. Kornis, destacando que “*cabe sempre a indagação sobre como analisar as imagens, na medida em que, além de não se constituírem como expressão direta do real, assumem novos significados no momento em que são deslocadas para contextos históricos e formatos narrativos distintos*” (KORNIS, 2004).

⁸ O inspetor Eraldo Rabello, além de redator, foi responsável pela elaboração das capas da revista. Como criador das imagens, as temáticas representadas não indicavam somente uma concepção individual de compreender a realidade, mas representava um grupo social que agiam, naquele momento, como organismo repressor frente às ameaças que se apresentavam ao corpo nacional.

mos elementos localizam-se no centro da imagem e tomam o lugar de destaque. Além dessa composição, a organização dos elementos projeta uma sensação de ação, na medida em que a tesoura corta as asas da águia.

Inevitavelmente destaca-se o conjunto de códigos da imagem, segundo a descrição acima, ao lançamento da série fixa realizada nesta mesma edição: “*Cortando as asas do nazismo*”. Sem dúvida, a série policial serviu de inspiração e motivação para que a imagem fosse produzida, na medida em que o título de “*Cortando as asas do nazismo*”, de todas as edições, era marcado pela presença de uma tesoura, cortando a palavra nazismo. Como apoio para interpretação e entendimento da imagem, a revista fornecia ao leitor, em um pequeno espaço de uma das primeiras páginas, uma legenda sob o título de “*Nossa Capa*”.

Cortando as asas do Nazismo

Tal é o motivo da capa do presente número, com a qual “Vida Policial” inicia, para gáudio dos seus leitores, a mais sensacional das reportagens do momento: a divulgação completa e detalhada das atividades nazistas no Estado. Toda a perfídia, a traição e o desrespeito manifesto à soberania nacional dos insidiosos agentes do Reich serão mostrados em suas crônicas verdadeiras e sem retoques (VIDA POLICIAL, 02/1942).

A temática da imagem construiu-se a partir do contexto no qual se encontra o país. A aproximação aos Estados Unidos provocou o afastamento diplomático entre os países do Eixo e o Brasil, quando relações foram publicamente rompidas no princípio de 1942. Dessa forma, a polícia brasileira estreitava suas relações com a polícia secreta norte-americana. A deflagração da guerra pelo Brasil contra os países do Eixo provocou uma radicalização ainda maior nos relatos de *Vida Policial*.

As capas das edições seguintes, principalmente as que foram produzidas no ano de 1942, não destoaram da edição número 43. Ao contrário, demonstraram um processo de continuidade na abordagem das temáticas representadas nas imagens, intensificando a proposta lançada a partir da edição de fevereiro. Todas elas traziam o discurso maniqueísta policial: de um lado a competente organização policial disposta a garantir a paz social brasileira, afastando o perigo da “demoníaca ameaça quinta-colunista”; já de outro os terríveis agentes do quinta-colunismo, representantes das formas do mal e contrárias a todo processo civilizatório cristão.

Charges: a dimensão implícita e explícita

A série veiculada pela revista *Vida Policial*, “*Cortando as asas do nazismo*”, além de narrar mensalmente, em vasto número de páginas, possíveis redes de espionagem nazistas que atuavam no país e no Rio Grande do Sul e as ações policiais contra o quinta-colunismo no Brasil, inseriu ao longo do texto descritivo, imagens caricaturizadas dos inimigos políticos e dos inúmeros fatos que marcavam o conflito contemporâneo.

Perpassam por essas imagens discursos silenciosos e sutis que insinuam leituras e escrituras (GURGEL, 2007), caracterizados pela agressão, ironização, ridi-

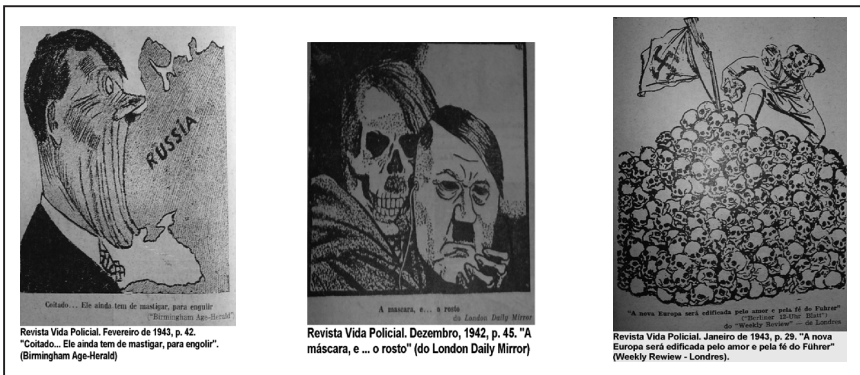
cularização e crítica aos países e aos seus líderes que naquele momento eram considerados inimigos da nação.

As charges, além do seu valor como documento histórico, como depósito das forças ideológicas em ação, são também o espelho de um imaginário político em construção, bem como as caricaturas que mostram, contam, refletem e acompanham as principais concepções políticas do Estado Novo, moldando um imaginário coletivo sobre os inimigos do regime autoritário.

A identificação da origem das caricaturas é apresentada, na maioria das vezes, juntamente com a imagem. Percebe-se uma infinidade de jornais estrangeiros, uma significativa variação a cada edição da revista. Entre eles destacam-se o *New York Post*, *New York Times*, *Chicago Daily Times*, *Chicago Daily News*, *Daily Mirror*, *Philadelphia Enquirer*, *Punch* (Londres), *London Daily*, *Christian Science Monitor*, *Montreal Gazette*, *La Crítica* (Santiago), entre outros. A seleção das imagens de jornais estrangeiros atendia à necessidade de complementar o discurso descritivo.

O sarcasmo das charges é contínuo. Possibilitam um riso de zombaria sobre o contexto político. Adolf Hitler acabou sendo o personagem preferido e mais utilizado. As características e o comportamento deste protagonista das caricaturas proporcionaram a composição de um determinado estereótipo, baseado em elementos como fraqueza, penúria, fracasso, maldade e crueldade. Fatos que marcaram a derrocada do império nazista e os principais ideais da sociedade nacional-socialista também são apresentados nas charges, nas quais estes elementos recebem uma linguagem humorística, corroborando a intencionalidade de criar um determinado imaginário ligado aos nazistas.

Em Fevereiro de 1943, *Vida Policial* publicava a charge, na qual o Führer engolia desconfortavelmente o continente europeu. Hitler manifestou inúmeras vezes sua intenção de dominar toda a Europa, porém, seus planos começaram a ruir em virtude das derrotas do exército alemão frente a outras nações. O exagero presente na imagem demonstrava o fracasso das últimas campanhas militares de Hitler, principalmente nas guerras contra a União Soviética, tendo que “engolir” a Europa, sem “mastigá-la”. O exagero na representação, que causa desproporção, propõe um sentido definido para a inteligibilidade da caricatura.



As estratégias discursivas, como a *hiperbolização*, atualizam uma gama de efeitos de sentido, que vão da simples brincadeira à crítica feroz. O traço comum a todas é o humor, “*responsável pelos efeitos de sentido diversos que vão da seriedade à jocosidade*” (VEDOVATTO, 2000, p. 134). Nesse universo de recursos, a *ambiguidade* constitui outra estratégia discursiva empregada, cujo duplo sentido ou o jogo de opostos conduz a uma ou várias interpretações. A imagem de Hitler sobre uma montanha de caveiras (Janeiro de 1943, p. 29) é contrastada pela frase “*A nova Europa será edificada pelo amor e pela fé do Führer*”, numa clara dualidade de ideias, em um jogo de opostos. Este contraste não é, no entanto, vazio de sentido, muito menos anula a intenção do discurso. Esta charge orienta e conduz o leitor a determinadas interpretações, àquelas que correspondem aos interesses de um contexto político mais amplo.

O bem e mal são duas forças constantes que se opõem ao longo do discurso policial, seja através das matérias editadas pelas reportagens investigativas, seja através da própria iconografia. Um jogo de opostos, que duela incessantemente pelo poder e que legitima a ação policial que combate as “*sombras sinistras que pairavam sobre o mundo civilizado*”. A “*canalha nazi*”, o “*poder satânico*”, os “*tenebrosos facinoras*”, são os inimigos políticos mais perigosos à nação e que, naquele momento, deveriam ser combatidos.

A relação que se faz entre o nazismo e as “forças satânicas”, ao “ânimo maléfico” é expresso em várias caricaturas. *Vida Policial* congregou esse propósito ao longo do texto e a seleção de charges soube habilmente atender esse critério discursivo.

Dentro de uma conjuntura internacional e nacional, a veiculação de charges atendia um propósito específico, na construção de um imaginário sobre perigo e segurança nacional. As imagens permitiam uma apreensão mais rápida, pois são percebidas como totalidades, enfocando as marcas da visualidade em um dado produto cultural. O contexto político é o conjunto de elementos que intervêm na delimitação de sentido das imagens, definindo e demarcando o discurso próprio da iconografia. Nesta relação, o leitor acaba ocupando uma posição de sujeito em relação aos fatos do próprio discurso⁹.

Pela dimensão lacunar apresentada pelas charges, a delimitação de sentido é complementada pela interpretação que o leitor realiza, obrigado-o a preencher os

⁹ A recepção do sentido pelo leitor se constrói através da articulação do dito com o não dito, acionando sua memória para que ela forneça os dados contextuais necessários para a construção do dizer presente (FLÔRES, 2002, p. 32). A narrativa exercida pela ilustração constrói uma linguagem que tem compromisso com a realidade ou com a verossimilhança, além de relacionar-se “*com as condições de aceitabilidade da referência aos seus próprios signos e o ato da enunciação*” (FLÔRES, 2002, p. 26). Essa condição constitui um ponto essencial para que as charges políticas, relativas ao contexto da Segunda Guerra Mundial, pudessem compor referências inteligíveis, de modo que os discursos enunciados fossem reconhecidos, aludindo a um mundo vivido, real.

claros, a fim de construir um significado. As representações visuais, que são compostas pelas caricaturas feitas sobre Hitler e a Segunda Guerra Mundial, inter-relacionam-se com as representações mentais – imagens da nossa mente –, que são as visões, as fantasias e os modelos construídos socialmente. É pertinente afirmar, portanto, que, para a construção de um imaginário sobre “*perigo nazista*” e segurança nacional, essa afinidade entre representações mentais e visuais foi essencial para a leitura das charges, que carregam consigo um discurso político e ideológico muito bem definidos. Os dois domínios apresentam uma inter-relação importante, pois “*não há representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não nos parece possível existirem imagens que não tenham qualquer vínculo com o concreto visualizado por nós*” (FLÔRES, 2002, p. 25). Além dessa relação de complementaridade, a linguagem iconográfica das charges proporcionava uma forma de conhecimento acentuado através da interatividade, induzindo um *pensar metafóricamente* (VEDOVATTO, 2000, p. 153).

O humor presente nas caricaturas desempenha um papel social e político importante para a estruturação da revista *Vida Policial* e da série “*Cortando as asas do nazismo*”. Através do humor, buscava-se transmitir uma determinada versão dos fatos, uma verdade manipulada. Mesmo que as charges despertassem o riso, seu compromisso maior para a revista constituía-se em analisar e apresentar criticamente uma realidade “perigosa” ao Brasil, que poderia ser invadido, tomado e dominado por forças estrangeiras, destruindo uma das importantes idealizações estadonovistas: a brasilidade.

Produto amplamente utilizado nos meios de comunicação impressa, o humor é fator facilitador de comunicação e de integração. “*É espiritualidade, esperteza e alegria; é possibilidade de apresentar a realidade sob outro ângulo, é permissão de desmistificar valores e pessoas*” (VEDOVATTO, 2000, p. 142). Além disso, o humor acaba envolvendo uma estrutura dialética, de negação e de afirmação, gerando conflitos e desequilíbrios. Ao satirizar e criticar, defende a “verdade”, que pretende ser publicada. Empregado à política, o humor utilizado na revista policial tem finalidades definidas, expondo o inimigo ao ridículo, fazendo vacilar as suas melhores reputações, destruindo ou desfazendo os simulacros, desconfigurando e reconfigurando às avessas as imagens de marca, das quais dependem os níveis de sua popularidade (LANDOWSKI, 1995, p. 66).

A exposição ridícula do grande inimigo, da ideologia totalitária e das derrotas no conflito mundial constitui grande parte dos assuntos das charges publicadas pela imprensa policial. Tratam-se, dessa forma, de temas políticos importantes à época, representados, ao mesmo tempo, de uma maneira lúdica e crítica, com a intenção de destruir a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio (PROPP, 1992 apud VEDOVATTO, 2000, p. 145).

A análise crítica, a sátira e a provocação são elementos pertinentes do humor político das caricaturas, que suscitam uma trilha de concepções favoráveis ao

Estado Novo, ao seu discurso e às ações policiais de perseguição, repressão e eliminação do perigo iminente no meio social brasileiro. A produção, e neste caso, a seleção das charges realizada pela revista *Vida Policial*, se expressa através de uma posição política de “anseio nacional”, que transcorre da simples diversão à crítica agressiva e destruidora do discurso iconográfico.

Os princípios de inteligibilidade aplicados às caricaturas fazem emergir as diferentes representações que a Polícia Política e que os redatores da revista procuraram controlar, relacionadas clarivamente a questões de poder e de dominação. Coloca-se em evidência uma verdadeira luta, na qual prevalece exclusivamente a visão autoritária sobre o nazismo, o inimigo número um. Os mecanismos das charges delimitam e apresentam a criatividade da instituição em buscar impor a lógica policial, cujos valores e a concepção de mundo se fazem presentes nesta dinâmica. Para tanto, o humor também fez parte do discurso, tratado pelos redatores da revista como “*humorismo sadio*”, uma “*manifestação sincera e espontânea do otimismo, [...] um dos fatores decisivos da vitória absoluta da Polícia Rio Grandense sobre os inimigos do País, [...] em face dos ridicularmente presunçosos astros da quinta-coluna*” (VIDA POLICIAL, 10/1942, p. 13).

O momento lúdico, racional, político e irônico estão imbricados nas diferentes imagens publicadas pela revista. Todas elas procuraram construir um sentido objetivo e persuasivo, tornando-se elementos discursivos, carregados por uma forte conotação ideológica. Sua produção, seleção, e impressão demonstram as concepções políticas adotadas no plano regional por sujeitos que executam um projeto diretamente ligado às esferas mais amplas de poder no cenário nacional.

Instrumentos de comunicação, as imagens sintetizaram mensagens e conteúdos simbólicos, emitidos pela instituição policial. O aparente silêncio se contrapõe a um discurso tenaz e intolerante, disposto a estabelecer diálogos entre os sistemas ocultos e seus leitores. Neste processo, representações sobre o nazismo procuraram se firmar às consciências coletivas, em um duelo de opostos, entre os defensores da pátria e os quinta-colunistas, inimigos do Brasil.

Referências bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Vol. 5. Anthropos-Homem, 1985, p. 296-332.
- BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular. Imagem e História*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro, 1999, p. 167-178.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- GURGEL, Nair. *A charge numa perspectiva discursiva*. Disponível em www.primeiraversao.unir.br/artigo135.html. Acesso em 15 de maio de 2007.
- JODELET, Denise. *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.
- KORNIS, Mônica Almeida. *Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n° 34, 2004.
- KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, n. 49, 2005, p. 35-42.
- LANDOWSKI, Eric. *Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges*. In: FACE, São Paulo, 4(2), julho/dezembro, 1995, p. 64-95.
- MENESES: Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.
- MOSCOVICI, Serge. *Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história*. In: JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. São Paulo: ANPUH/Contexto. Revista Brasileira de História – Representações. N. 29, vol. 15, 1995, p. 09-27.
- REVISTA VIDA POLICIAL: Agosto de 1938 a agosto de 1946 (Coleção completa – BIBLIOTECA DELEGADO PLÍNIO BRASIL MILANO – Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre)
- VEDOVATTO, Inez Olinda Baraldi. *Charge na mídia impressa: articulação e efeitos de sentido*. São Leopoldo: Unisinos, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- WEIZENMANN, Tiago. *Cortando as asas do Nazismo: representações e imaginário sobre a revista Vida Policial (1942-1944)*. São Leopoldo: 2008 (Dissertação de Mestrado).

Nacionalização: integração e permanência da colônia alemã

*José Carlos Flach**

Introdução

25 de julho de 1824. Desembarcam em São Leopoldo os primeiros 39 imigrantes alemães. Ao menos esta é a data que a historiografia convencionou como sendo o marco inicial da chegada ao Brasil da primeira leva de europeus para povoar o então esparsamente povoado sul do Brasil.

Depois deles, milhares de outros alemães tomariam o mesmo destino, de realizar o sonho de construir uma vida nova numa terra distante e desconhecida, recém tornada independente, ainda que para isso fosse preciso enfrentar os riscos de uma viagem transatlântica que levava meses.

Mas o que essa gente toda veio fazer no Brasil, além de querer trabalhar e construir uma nova vida? O que lhes passava pela cabeça quando entravam nos navios, sabendo que seria praticamente impossível o retorno? Quase dois séculos atrás, sair da Alemanha e cruzar o Atlântico era uma viagem arriscada que levava meses e que implicou em inúmeras baixas pelo caminho. E que sentimento tiveram eles quando foram quase que literalmente jogados em meio a uma mata fechada, onde havia tudo por fazer, inclusive enfrentar os perigos da natureza e dos índios, que resistiram como puderam à invasão daqueles seres estranhos para eles?

São todas questões que podem ser feitas, ataçam a imaginação, e talvez os agentes do governo que promoveram a campanha de nacionalização no período do governo de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo (1937-45) as tenham feito e usado como argumento para forçar os imigrantes e descendentes a falar português, para aprender a língua nacional nas escolas.

A campanha de nacionalização foi um dos episódios mais marcantes e significativos desde o desembarque do grupo de pioneiros às margens do Rio dos Sinos, na Feitoria do Linho Cânhamo. Deixou marcas e cicatrizes.

Mais de um século depois do início da colonização no Rio Grande do Sul, os alemães, termo que aqui genericamente se refere aos imigrantes alemães e des-

*Formado em História pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS), com Pós-Graduação em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo pela mesma instituição. Repórter do jornal *Primeira Hora* (Bom Princípio/RS).

centes, eram acusados de formarem núcleos fechados, resistentes à integração nacional, e aí o governo decidiu colocar em campo o seu poder de polícia para fazer com que todos aprendessem a falar em português, a começar pelas escolas, para assimilar os costumes brasileiros. Enfim, na visão da época, era preciso acabar com os *quistos étnicos*.

A indagação que se faz hoje é: foi preciso tudo aquilo? Foi necessário promover perseguições, combater uma cultura em nome do discurso da integração? A resposta é: nem sim, nem não. Porque primeiramente cabe ao historiador compreender, interpretar o período estudado, buscando mentalmente se inserir no contexto da época, driblando juízos de valor.

Para começar, deve-se levar em conta o que se passava no mundo dos anos 30. Sim, porque o que ocorreu no Brasil não esteve dissociado do conturbado universo europeu, marcado pela ascensão de ideologias nacionalistas fortes, totalitárias, como o nazismo e o fascismo e suas variantes em diversos países fora de Alemanha e Itália. Estes ventos sopraram por aqui. Cruzaram o oceano e tiveram seu peso no processo de nacionalização.

O mundo nos anos 20/30: o contexto ideológico

Para compreender melhor o universo estado-novista não se pode deixar de lado a perspectiva de que aquele momento histórico se inseria dentro de um contexto maior.

O final do século XIX e começo de XX é considerado um período de ocaso das ideologias, especialmente depois da ruína dos regimes comunistas do Leste europeu. Bem diferente das agitadas décadas de 1920 e 30, marcadas pela proliferação de rígidas crenças ideológicas, que tentavam nortear o homem para uma sociedade nova guiada pelo Estado.

No âmbito das relações políticas, passou-se a desejar governos fortes, autoritários, capazes de superar em eficiência os sistemas parlamentares, vistos como frágeis e instáveis. No plano ideológico, assistiu-se à valorização da força, da vontade e da ação.

A crise das democracias fazia a Europa mergulhar em regimes totalitários. Um a um, os países foram sucumbindo aos apelos de discursos que convenciam o povo de que suas vidas só iriam melhorar no momento em que fossem governados por um líder forte. Primeiro, foi a Itália com Benito Mussolini nos anos 20. Depois, a Alemanha com o austríaco Adolf Hitler, a partir de 1933.

Um dos atos mais simbólicos da política de nacionalização, implantada em 1938, pouco mais de meio ano depois do golpe do Estado Novo, foi a cerimônia de queima das bandeiras, gesto justificado sob o pretexto de que o país necessitava de união nacional e que os regionalismos impediam tal preceito. No mesmo ato, foram abolidos os hinos estaduais.

Importante ressaltar que não pairava, naquele começo de Estado Novo, nenhuma ameaça real de separatismo tal qual se registrara no século XIX, com as diversas rebeliões ocorridas após o brado libertário de dom Pedro I em 1822, entre as quais a mais significativa foi a Revolução Farroupilha. Mas os alemães eram acusados de formarem *quistos étnicos* que, por conta da sua cultura “fechada”, queriam formar uma região independente no Brasil, uma espécie de extensão sul-americana da Alemanha nazista.

A integração pela língua

Acabar com os resquícios separatistas e promover a integração à sociedade brasileira das diferentes etnias que faziam parte dela foram os argumentos de que se valeu o Estado Novo para justificar a política da nacionalização.

O falecido jornalista Barbosa Lima Sobrinho faz um *mea culpa* sem rodeios acerca de quem é a culpa da alegada integração tardia, conforme consta passagem de relatório entregue a Cordeiro de Farias quando o Estado Novo já agonizava. Cordeiro de Farias foi interventor no Rio Grande do Sul em boa parte do Estado Novo e um ferrenho defensor da nacionalização.

O que os teuto-brasileiros produziram devem eles a sua própria qualidade. O Brasil nada fez para formar este elemento numa substância da nação. Eles construíram suas próprias escolas, porque de nossa parte não nos importamos com isso (LIMA SOBRINHO apud RAMBO, 1996, p.198).

O estudioso defende que as reações agressivas em certas comunidades, ao lhes ser imposto um professor luso-brasileiro, podiam ser compreendidas por se tratar de uma intromissão que nunca antes houvera.

O teuto-brasileiro é um cidadão orgulhoso da sua cidadania, mas orgulhoso também da sua descendência germânica. (...) O governo, na melhor das hipóteses, contentou-se em apreciar de longe as colônias que aos poucos prosperaram, sem lhes criar problemas. No período agudo da fúria nacionalizadora, essa estratégia de não se meter na vida colonial alemã, adotada pelo Império e pela Primeira República, transformou-se em motivos de violentas diatribes contra os governantes de então (LIMA SOBRINHO apud RAMBO, 1996, p. 198).

Para Barbosa Lima Sobrinho, o governo cometeu um grande erro com sua política de nacionalização porque, ao invés de obter a pretensa integração, acabou “destruindo o que existia”. No entender do jornalista, a preservação da cultura por parte de determinado grupo não significa resistência à integração.

Quem segue a mesma linha de análise é o comunicador e antropólogo Antônio Augusto Fagundes. “A intolerância empobreceu a cultura de um Estado, mas não conseguiu acabar com o amor dos descendentes pelo Rio Grande do Sul” (FAGUNDES In: GERTZ, FISCHER, 1996, p.175). Importante observar que os dois são de ascendência portuguesa.

René Gertz lembra que a “repressão e a assim chamada ‘campanha de nacionalização’ partiam do pressuposto de que existia um enorme problema ou perigo político a ser enfrentado” (GERTZ, 1994, p.37). Quanto ao temor das autoridades brasileiras do alastramento do nazismo, o historiador diz que “nunca existiu nas instâncias superiores do governo nazista qualquer projeto de interferência político militar no Brasil”.

O fantasma nazista foi um dos elementos propulsores do movimento, mas não o único, embora esteja relacionado à difusão do germanismo. René Gertz lembra que as autoridades recorreram também a outros parâmetros para justificar o processo de nacionalização.

A presença demasiadamente marcante em alguns setores da sociedade é uma delas. Por outro lado, a ausência em certas instâncias do poder estatal era utilizada para justificar uma certa indiferença cívica dos alemães. Além disso, havia a língua, de difícil compreensão, diferente do italiano que, por ser da mesma origem latina do português, ao menos facilitava a compreensão. Por isso, o foco da campanha de nacionalização esteve principalmente voltada para a região colonial alemã. As comemorações do Dia do Colono foram suspensas em 1938, conforme Neumann e Petry (In: ARENDT WITT, 2004), por ser vista como a exaltação de imigrantes e as datas cívicas nacionais passaram a ser as únicas que deveriam ser exaltadas. As origens do Dia do Colono remontam a 1924, relacionadas aos festejos do centenário da imigração.

Uma resistência que não houve

Outro crítico do processo de nacionalização, Arthur Blasio Rambo, mostra-se convicto que nada do que aconteceu, entre 1938 e 45, precisava ter ocorrido porque, no seu entender, “quanto à assimilação da cidadania, bastava entregá-la nas mãos da história e da sua lógica” (RAMBO In: GERTZ, FISCHER, 1996, p.199). É enfático ao afirmar que os imigrantes “foram abandonados pelas autoridades brasileiras e entregues à própria sorte” (RAMBO In: GERTZ, FISCHER, 1996, p. 196)

O mesmo professor e historiador vai mais longe ao afirmar que, se não havia professores que lecionavam em português, ou ao menos se a maioria não falava, isso não era por culpa deles. As crianças aprendiam em alemão. Não porque os imigrantes assim o quisessem, embora certamente o alemão era a língua materna que todos aprendiam desde cedo, mas também porque não havia professor que lecionasse em português, embora houvesse o interesse dos imigrantes e seus filhos quanto a isso.

Ao abordar a importância dada pelos imigrantes à escola, Lúcio Kreutz lembra que “a construção da escola chegava a ser prioritária sobre a própria casa e benfeitoras”. (KREUTZ In: GERTZ, FISCHER, 1996, p.145). Ele também aponta

que o currículo foi adaptado para que as crianças “aprendessem o essencial para o bom entrosamento da vida nas comunidades”.

Fábio Kuhn (2004) define a atuação do governo na sua política de integração das comunidades formadas por imigrantes como “implacável”, já que no entender das autoridades (tanto federais como estaduais), os alemães (imigrantes e descendentes) formavam um grupo “potencialmente perigoso”.

O historiador não tem dúvidas quanto à dureza das medidas e das suas consequências, a ponto de alunos serem proibidos de falar em alemão nos intervalos nos pátios das escolas.

Os efeitos dessa campanha nacionalizadora foram dramáticos para o sistema educacional privado. Das quase mil escolas particulares católicas, evangélicas e de outros credos que existiam no Estado em 1938, somente 200 sobreviviam em 1945, sendo que a maioria foi sumariamente fechada ou transformada em escola estadual (KÜHN, 2004, p. 130).

O interventor Cordeiro de Farias (1938-43) teve na política de nacionalização uma prioridade de governo. Prova da importância que se dava a ela, o Rio Grande do Sul implantou legislação a respeito um mês antes mesmo da lei federal ser decretada. O secretário estadual de Educação à época, Coelho de Souza, defendia que “quem nasceu no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver”. A suposta relação entre língua e nacionalidade é objetivo de outra análise apurada.

A imprensa da época deu grande destaque à nacionalização, sempre em tom de defesa, mas há de se considerar que ela estava sob censura, e a cobertura podia não refletir o pensamento do jornal.

Outras publicações seguiram a mesma linha. Em São Sebastião do Caí, o professor Alceu Masson dedicou 15 páginas na sua “Monografia do Caí” para enaltecer a nacionalização e adesão dos colonos alemães a ela. Escrita em 1940, a obra é uma espécie de compêndio de um município que então tinha cerca de 1.300 quilômetros quadrados de área e do qual faziam parte municípios criados décadas posteriores como Bom Princípio, Feliz, São Vendelino e São José do Hortêncio.

Relata Masson que “nas colônias deste município, o ambiente é favorável ao ambiente de brasilidade auspiciosamente promovido no país, e favorável portanto a uma maior difusão do vernáculo até torná-lo a língua de todos os brasileiros”. Em outra passagem, diz que “os colonos querem aprender o português”.

O pelotão dos críticos da colonização e, por conseguinte, defensores ferrosos da nacionalização, entendiam ter sido um grande erro concentrar os imigrantes em determinadas regiões. Viam nisto um risco em potencial de movimentos separatistas. Autor do livro *O Alemanismo no Sul do Brasil*, publicado em 1906, o militar sergipano Silvio Romero achava que outras regiões do país, caso do Nordeste, também deveriam ter sido incluídas no processo de colonização.

Giralda Seyfert (1982) relativiza a culpa dos alemães pela formação de núcleos coloniais geograficamente isolados e fechados do ponto de vista étnico. Para

ela, se essa era a realidade, era por culpa do próprio governo. Ela até concorda que uma característica da imigração foi a concentração da população em poucas regiões, e que depois passaram a ser vistas por isso com olhos suspeitos pelos brasileiros, especialmente pelo governo. Mas chama a atenção:

É verdade que, no século XIX, poucos brasileiros receberam terras em áreas de colonização no Sul. Esse fato, porém, nada tem a ver com os imigrantes, mas com a própria política de colonização, que privilegiou o imigrante europeu como colono ideal, alijando os nacionais do processo (SEYFERTH, 1982, p.15).

A autora atenta para outra situação, o fato de os próprios alemães não formarem um quadro homogêneo, apontando para a clivagem religiosa entre luteranos e católicos. Para isso, basta lembrar realidades ainda hoje existentes.

Outro ponto levantado por Seyferth e que ameniza o peso da acusação de que os alemães quiseram formar núcleos isolados é de que as colônias alemãs mais importantes estavam localizadas próximas à capital. É o caso, por exemplo, de São Leopoldo.

O progresso da região colonial alemã é indiscutível. Muitas das suas cidades são polos de desenvolvimento e, certamente, contribuíram para o progresso do país. Mas não se pode afirmar que isso foi obra exclusiva dos imigrantes e seus descendentes. Trabalhadores de outras etnias ajudaram a construir o progresso da colônia alemã, o que por sua vez ajudou a despertar um sentimento de reafirmação na preservação da bagagem cultural alemã, a começar pela língua.

Além do contexto bélico e ideológico mundial em que se inseria a nacionalização, Gertz atenta para outro aspecto, de certa forma relacionado com a própria formação do Brasil-nação. Para ele, havia, naquela época, “uma incapacidade manifesta de se aceitar um Brasil multifacetado, de admitir que pessoas pudessem ser bons cidadãos brasileiros com cabelos loiros e olhos azuis, falando uma língua que não fosse o português” (GERTZ, 2005, p. 165).

Considerações finais

Difícil dimensionar o tamanho do estrago que a campanha de nacionalização promoveu. Os alemães, embora o apego às tradições dos antepassados, nunca se opuseram a fazer parte da sociedade brasileira.

Assim como é certo também que por mais ferrenha que tenha sido esta política, ela não acabou com a cultura alemã ou, melhor dizendo, teuto-brasileira. Num dado momento, especialmente a partir dos anos 70, ela entrou numa fase de valorização, de revigoramento.

A cultura teuto parece ter entrado no espírito da pós-modernidade, movimento tão zeloso pelo respeito às diferenças, à cultura das “tribos”. A própria mídia repetidamente enaltece a diversidade cultural do Brasil, do Rio Grande do Sul em particular. Riqueza esta, que é preciso ressaltar, recebe a valoriza contribuição

de todas as outras etnias que colonizaram o Estado. Italianos, poloneses e suíços, apenas para citar alguns, contribuíram e contribuem com a mesma intensidade.

Festas que realçam a cultura teuto-brasileira são realizadas e promovidas numa infinidade de municípios. Para Giralda Seyferth, diferente do que se possa imaginar, não existe um artificialismo aparente nestas festividades como a *Oktoberfest*. Para ela, antigas tradições, forçadas a desaparecer durante a campanha de nacionalização, foram incorporadas por estes festejos modernos. É a nova face da cultura teuto.

Quando abordam a imigração alemã, diferentes autores atentam para o fato de que se deve falar em cultura teuto-brasileira. Os costumes e valores que hoje formam a estrutura cultural é uma mescla de elementos da cultura brasileira e alemã.

Embora divergindo sobre determinados pontos da nacionalização, ao menos num ponto os historiadores parecem convergir. Sem entrar no mérito do grau do impacto na colônia, a avaliação deles é de que a integração com a sociedade brasileira como um todo ocorreria de qualquer forma, como processo natural, e que já estava em curso quando da instauração do Estado Novo. O que ocorreu foi que as medidas repressivas apenas precipitaram de forma desagradável e autoritária tal processo.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Isabel; WITT, Marcos (org.). **História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. (Col. Descobrimo o Brasil).

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Cia das Letras, 2006 (Coleção Perfis Brasileiros).

FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René (org.). **Nós, os Teuto-Gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 2005.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2ª ed, 2004 (Coleção Temas do Novo Século 8).

MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História Moderna Através de Textos**. São Paulo: Contexto, 2003 (Col. Textos e Documentos 3).

MASSON, Alceu. **Monografia do Caí**. São Sebastião do Caí, RS: Tipografia Caiense, 1940.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 1994.

SEYFERTH, Giralda: **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982

Nazismo no Sul do Brasil: discurso de autoridades policiais

Ana Iervolino*

Política e Nacionalismo: o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial

Agosto de 1942. A declaração do Brasil de estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália era seguida, poucos dias depois, pela declaração de estado de guerra, ambas justificadas pelos sucessivos torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães e italianos. Definia-se o posicionamento do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alinhado à Grã Bretanha, Estados Unidos, União Soviética e seus aliados contra os países liderados pela Alemanha, Itália e Japão.

Este artigo estuda duas obras dirigidas ao grande público brasileiro meses depois da entrada do país na guerra, redigidas por autoridades policiais. São elas *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, de autoria do Chefe de Polícia daquele estado, Aurélio da Silva Py, publicada em 1942, e *O punhal nazista no coração do Brasil*, assinada pela Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina e publicada originalmente em 1943.¹ Pontos de vista sobre o nazismo no Sul do Brasil e a “quinta coluna” são identificados, propondo reflexões sobre a interpretação dos documentos como fontes históricas. São apresentados, antes de mais nada, alguns pressupostos sobre a política nacionalista no Brasil e a situação das comunidades alemãs na época em questão, baseados em investigações de outros autores.

Os anos entre 1918 e 1950 compreenderam o período identificado por Hobsbawm (2004), como o *apogeu do nacionalismo*. Frente às sucessivas crises econômicas, os países capitalistas em geral recorreram a políticas protecionistas, reforçando a ideia de uma economia nacional. Enquanto isso, na União Soviética, após a morte de Lenin em 1924, Leon Trotsky, que mantinha firmemente sua posição internacionalista, havia sido derrotado na disputa pela liderança do socialismo soviético por Josef Stalin, que liderou um regime voltado para as fronteiras da URSS. À direita, os fascismos e as ditaduras que inspiraram tinham o nacionalismo como componente fundamental.

*Mestranda – USP/FFLCH / Bolsista FAPESP.

¹ Desta obra foi consultada a segunda edição, que data do ano seguinte, visto que foi acrescida de um capítulo intitulado *O que é a quinta coluna?*

A grande novidade dos fascismos, na descrição de Rémond (2002, p. 98), reside justamente na sua legitimidade, que *não tem nada que ver com a legitimidade do Antigo Regime, que encontrava sua justificação no passado, na ordem natural e na tradição; ao contrário, invoca a soberania nacional*. Nesse mesmo sentido e diante da dificuldade de contemplar as variações e nuances dos diferentes governos, Hobsbawm (2007, p. 121) esclarece que *a grande diferença entre a direita fascista e a não fascista era que o fascismo existia mobilizando as massas de baixo para cima*. Para isso, como destaca Robert Paxton (2007, p. 27-28), o fascismo inovou reduzindo a esfera da vida privada em detrimento da pública.

Diversos autores ressaltam o importante papel assumido pelos meios de comunicação em todos os regimes nesse sentido. Para Hobsbawm (2004, p. 170), o nascimento da comunicação de massa tornou possível *transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional*. Ainda na década de 30, Walter Benjamin (2005) percebia que se rompiam as fronteiras entre a arte e a cultura, os anúncios publicitários e as propagandas estatais, notando a função política assumida pela obra de arte quando reproduzida pelo rádio e o cinema.² Cabe ainda acrescentar que, como elucida Toby Clark (2000, p. 7-8), ideias que favoreciam os governos passaram a ser difundidas também de forma não oficial, por indivíduos e instituições.

Se vários países ocidentais traziam forte tradição nacionalista desde o século XIX, não era o caso do Brasil quando Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930. Ao estudar a questão de acordo com a metodologia proposta por Pierre Vilar, Márcia Mansor D'Aléssio (2007, p. 176) considera que a nomeação de interventores federais nos estados foi um dos passos importantes para a centralização, assim como a abolição de todos os partidos políticos, em 1937. Além disso, a proposta modernizadora do governo, que pressupunha o desenvolvimento industrial e, para isso, a construção de estradas que ligassem regiões até então isoladas, tinha dimensão simbólica, na medida em que estimulava que os habitantes do país se vissem como parte de um todo. Criava-se o *mito da coincidência Estado-coletividade*, utilizando-se a expressão de Vilar.

Bem demonstra Alcir Lenharo (1986) que, a exemplo de outros governos autoritários, a ditadura brasileira baseava-se na concepção da nação como família, legitimava suas ações por pressupostos católicos e havia formulado um discurso que suprimia as diferenças entre as classes sociais: o Estado era comparado a um organismo humano, no qual o governo representava a cabeça e as classes sociais, os

² Partindo das ideias de Benjamin, anos mais tarde, Theodor Adorno e Max Horkheimer (2000) cunharam o termo *indústria cultural* para se referir à produção e apropriação de obras de arte pelos meios de comunicação, utilizadas como os outros instrumentos do capitalismo para a dominação das majorias pelos grupos que detinham o poder político ou econômico

diferentes órgãos, harmonicamente relacionados para o bom funcionamento do conjunto. Com a entrada do país na guerra, mais do que nunca foram evocados os compromissos da coletividade – principalmente, do proletariado – em torno da ideia de nação, obviamente favorecendo a manutenção do poder vigente.

Como argumento de coesão, o Estado utilizava-se do artifício da criação de “inimigos objetivos”, tão típico dos governos totalitários – o nazismo e o stalinismo – estudados por Hannah Arendt (2000). Numa época em que a opinião pública assumia grande importância para a sustentação dos regimes, o governo Vargas explorou até a exaustão a imagem ameaçadora atribuída aos comunistas, legitimando sucessivos decretos de estado de sítio que deram ao Executivo plenos poderes sobre o país enquanto preparava-se a ascensão do regime autoritário do Estado Novo. Para o mesmo propósito, foi utilizada a ideia da ameaça integralista, depois do ataque ao palácio presidencial em maio de 1938.

Após o posicionamento do Brasil na guerra, imigrantes provenientes de países que se tornaram inimigos do Brasil – alemães, italianos, japoneses, entre outros – e seus descendentes passaram a ser apontados como suspeitos de espionagem. Velhos mitos de um perigo alemão, que supunham que as populações teuto-brasileiras conspiravam para tomar o poder nos estados do Sul, foram retomados nos veículos de comunicação em geral,³ sujeitos à censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que proibiu as agências de comunicação alemãs e os jornais em idioma alemão.

Além dos ataques da imprensa e de parte da população mobilizada pelos discursos nacionalistas, os alemães e descendentes passaram também a ser reprimidos pelo aparelho policial, em especial pelas Delegacias de Ordem Política e Social, responsáveis pela implantação de medidas tomadas pelo Estado. Clubes e associações tidos como nazistas foram fechados, restrições foram impostas às escolas, pessoas flagradas utilizando o idioma alemão foram punidas com prisões e humilhações públicas, aparelhos de rádio, livros, símbolos, quadros e outros objetos interpretados como “prova” de espionagem contra o Brasil foram confiscados.

Textos de autoridades policiais: A “quinta coluna”

As obras analisadas – *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul* (PY, 1942) e *O punhal nazista no coração do Brasil* (DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA, 1944) – apresentaram documentos e informações visando a provar a existência de organizações nazistas fortemente consolidadas – respectivamente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina

³ Como demonstra a investigação de Antonio Pedro Tota (2000), essas ideias eram amplamente difundidas nas propagandas financiadas pelos Estados Unidos.

– representando um perigo iminente para a população brasileira. Demonstraram a intenção do Estado alemão de anexar territórios brasileiros, com a colaboração de empresas e outras instituições, e denunciaram uma sofisticada rede de propagandas instalada nas comunidades alemãs radicadas no Brasil utilizando escolas particulares, jornais, igrejas e outros meios.

Para o Ten. Cel. Py (1942, p. 55), as circunstâncias em que os imigrantes instalaram-se no Brasil – em terras longínquas, sem apoio dos governos, contando somente com suas próprias iniciativas para garantir as necessidades básicas das comunidades – tornou a situação naturalmente favorável para a manutenção dos costumes trazidos da Alemanha que, conseqüentemente, fazia com que lá as propagandas nazistas encontrassem terreno fértil. Quando trata do mesmo assunto, o Delegado de Ordem Política e Social de Santa Catarina, Antonio de Lara Ribas, (1944a, p. 20) tendia a ser mais severo, apontando os imigrantes alemães como potenciais traidores, para quem a vinda ao Brasil “só entrou em cogitação por ser um país rico e fácil de explorar, até com a sonegação de impostos”.

Mesmo com diferenças de tom, ambos consideraram os imigrantes alemães e seus descendentes em geral como adeptos do nazismo e responsáveis pelas organizações nazistas no Brasil, ainda que mencionassem casos de teuto-brasileiros posicionados contra o nazismo e, por outro lado, de pessoas sem qualquer ascendência teuta incorporadas ao movimento.

Interpretar o que foi exposto nos dois livros como retrato da situação do nazismo no Brasil é incorrer no mesmo erro de autores como Aloízio Batista de Amorim (2000), que acaba por “comprovar” a conspiração nazista em Santa Catarina, baseando-se no discurso da polícia política da época. Uma investigação histórica sobre o assunto, que até poderia ter as obras entre as fontes, começaria pela preocupação com a autenticidade das “provas” apresentadas, supostamente adquiridas na supressão da organização nazista no Brasil. Em caso afirmativo, somente poderiam ser devidamente compreendidas se analisadas dentro do conjunto das atividades da polícia, que coletava e organizava os materiais “suspeitos” e redigia os relatórios correspondentes.

O estudo desenvolvido por René Gertz (1987, p. 86), que confrontou criticamente uma série de fontes, constatou situação bastante distinta da imagem transmitida pelos dois livros analisados: em meados da década de 30, cinco mil pessoas filiadas no Brasil ao Partido Nazista, sendo aproximadamente mil delas concentradas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Havendo, nos dois estados, em torno de 25 mil habitantes nascidos na Alemanha, cumprindo com as exigências mínimas para pertencer ao partido, considerou o número bastante pequeno.⁴

Não divergiu de tal conclusão uma constatação feita a partir de memórias de habitantes de comunidades alemãs, entrevistados para a dissertação de mestrado

⁴ Não poderiam se filiar ao partido quem não fosse descendente direto de alemães.

em elaboração:⁵ poucos lembraram de instituições ou manifestações nazistas nas regiões onde moravam, ao contrário do que ocorreu em relação ao integralismo, por exemplo. Se isso não indica necessariamente a inexistência de atividades do partido nazista nesses locais, pode sugerir que, se havia, não tocaram tanto os entrevistados como outros acontecimentos vivenciados.

Quanto às propagandas em circulação no Brasil, o livro citado de Gertz (1987), bem como o de Maria Brepohl de Magalhães (1998), dentre outros, constatarem que, desde o século XIX, houve mesmo grandes investimentos do Estado Alemão e de empresas daquele país na difusão, entre os teuto-brasileiros, de valores que incentivavam a manutenção de laços de pertencimento baseados na ideia de raça, passando a incluir a exaltação do nazismo após a ascensão de Hitler. Contudo, conhecer a recepção dessas ideias exige um estudo da *visão de baixo, isto é, a nação vista não por governos, porta-vozes ou ativistas de movimentos nacionalistas (ou não-nacionalistas), mas sim pelas pessoas comuns que são o objeto de sua ação e propaganda*, questão que Hobsbawm (2004, p. 19) classifica como *extremamente difícil de ser descoberta*.

Cabe, então, indagar que tipo de investigação poder-se-ia empreender analisando o material em questão. Ora, os documentos, autênticos ou não, foram selecionados e dispostos de acordo com as motivações de seus autores policiais, que, cabe ressaltar, como a instituição que representavam, estavam imersos em relações sociais e políticas. Dimensionar o grau de convencimento dos autores quanto às posições que divulgaram sobre os teuto-brasileiros, sujeitos que estavam, como os demais habitantes do Brasil, às disputas ideológicas – nas quais se inseria a propaganda estatal e o aparato de controle da informação – é tarefa difícil.

Elucida Leandro Konder (2002, p. 166), *na medida em que pertencemos, em geral, cada um de nós, a uma cultura particular, a uma determinada história, a uma classe social, a ideologia assume inevitavelmente uma função mediadora nas nossas representações da realidade e constitui uma espécie de pré-compreensão*. Se Jean-Jacques Becker (2003, p. 192) alerta que a propaganda *só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública*, inseridas em um meio mental de duração mais longa, ao mesmo tempo, a ocupação de altos cargos na polícia política, cujos responsáveis eram escolhidos pelo Estado, obviamente sugere o alinhamento aos interesses das classes dirigentes.

A colaboração com as autoridades foi explicitada desde as primeiras páginas da obra do Ten. Cel. Py (1942, p. 8), que mencionou *a patriótica obra de nacionalização, em tão boa hora iniciada e tão acertadamente levada a efeito pelas nossas autoridades governamentais*. De forma semelhante, o Secretário da Segurança Pública de Santa

⁵ A dissertação trata de questões identitárias envolvidas na participação de teuto-brasileiros na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Foram entrevistados descendentes de alemães, principalmente veteranos da FEB, em Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Catarina Antonio Carlos Mourão Ratton (1944, p. 12) discorreu sobre um *saneamento patriótico*, mas atribuindo os méritos de tais medidas ao interventor federal de Santa Catarina, Nereu Ramos. Deve-se lembrar que, desde a proclamação da república, o poder em Santa Catarina era disputado entre a tradicional família Ramos, ligada aos proprietários do planalto da região de Lages, e a família Konder, relacionada aos interesses dos industriários do nordeste do estado, região de colonização alemã. Com a ascensão de Vargas e a nomeação de Aristiliano Ramos como interventor federal do estado, a família Ramos, que não chegava ao poder desde 1914, iniciou uma série de perseguições aos habitantes das comunidades alemãs, antes mesmo das medidas do governo federal (GERTZ, 1987, p. 59).

Dentre os diversos aspectos consonantes constatados nos discursos das duas obras analisadas, estavam as motivações em torno da ideia de um corpo nacional, denunciadas em passagens como a que o Ten. Cel. Py (1942, p. 7-8) expressou ter em vista *prestar um serviço à coletividade brasileira* e a que o Secretário Ratton (1944, p. 12) afirmou ter *por alvo servir a Nação*.

Remetiam ao compromisso que devia ser assumido pelo “bom brasileiro” diante do perigo iminente representado pelo nazismo: nas palavras do Ten. Cel. Py (1942, p. 401), *é indispensável, é absolutamente indispensável [...] que o Brasil inteiro forme um bloco só, de coesão granítica e impermeável à penetração estrangeira*; conforme o Capitão Ribas (RIBAS, 1944b, p. 205), *todos os brasileiros dignos desse nome deverão estar unidos para que o Brasil triunfe, galharda e honradamente, na guerra tremenda que avassala o mundo, e que ainda não está terminada*. Em outros trechos, as duas obras valorizavam princípios como o catolicismo, a liberdade e a democracia – paradoxalmente, associados ao Estado Novo – e condenavam as lutas de classe e os movimentos operários.

Os livros documentavam uma forma de ação da polícia política da época que, conciliada à difusão de informações, ultrapassou a finalidade repressiva, ao mesmo tempo em que contribuiu para sua legitimação. Ao tocar em fundamentos que integravam a doutrina difundida pelo Estado Novo, *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul e O punhal nazista no coração do Brasil* assumiam caráter pedagógico. Dessa forma, o teor de seu conteúdo, brevemente abordado nas linhas anteriores, foi de grande relevância para o estudo da situação das comunidades alemãs no período da guerra, desde que as obras sejam entendidas menos como retrato da atuação do nazismo e mais como fontes sobre o discurso policial a respeito dessa atividade. Inseridas nas confrontações travadas na difusão de informações, poderiam ter tido desdobramentos nas comunidades alemãs e na interação de teuto-brasileiros com o restante da população. Surgiu, novamente, a questão da recepção das propagandas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: O iluminismo como mistificação da massa. In: ADORNO, Theodor, et al. *Teoria da cultura de massa*. Tradução de Julia Elisabeth Levy. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Cap. 5, p. 169-214. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima.
- AMORIM, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 4ª reimpressão, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Cap. 6, p. 185-212.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor, et al. *Teoria da cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Cap. 6, p. 221-254. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima.
- CLARK, Toby. *Arte y propaganda en el siglo XX: La imagen política en la era de la cultura de masas*. Tradução de Isabel Balsinde. Madrid: Ediciones Akal, 2000.
- D'ALÉSSIO, Marcia Mansor. O Estado brasileiro (1930-54) na abordagem vilariana da questão nacional. In: COHEN, Aron; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo. F. (orgs.). *Pierre Vilar: Uma história em construção*. 1. ed. Bauru, SP: Edusc, 2007. Cap. 8, p. 163-183.
- DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.
- GERTZ, René. *Ofascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo, integralismo*. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Era dos extremos: O breve século XX*. Tradução de Marcos Santarrita. (35ª reimpressão) 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. (1ª reimpressão) 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- MAGALHÃES, Marionilde B. *Pangermanismo e nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora da Unicamp: FAPESP, 1998.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PY, Aurélio da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil: A conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria Globo, 1942.
- RATTON, Antonio Carlos Mourão. Prefaciando. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado – Florianópolis, 1944. p. 4-12.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 2002.

RIBAS, Antônio de Lara. O nazismo em Santa Catarina. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944a. Cap. 1, p. 12-92.

_____. O que é a quinta coluna? In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *O punhal nazista no coração do Brasil*. 2. ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944b. p. 184-205.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

2. RELAÇÕES INTERÉTNICAS (ETNIAS, DIÁLOGOS E CONFLITOS...)

Alteridades africanas pela lente de fotógrafos alemães no Brasil meridional

*Sílvia Marcus de Souza Correa**

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX, a reprodução técnica de imagens permitiu novas formas de representação da alteridade africana. Durante a era dos impérios, houve uma curiosidade etnográfica, verdadeiro filão comercial de venda de fotografias para a emergente indústria de imagens. Difícil é saber se a produção e a circulação de fotografias e de uma literatura de viagem sobre terras e gentes exóticas fomentaram essa curiosidade etnográfica ou se foi ela que impulsionou o filão comercial dessa produção iconográfica e literária.

No Brasil oitocentista, os filhos da “diáspora negra” também foram figurantes para fotógrafos como João Goston, Christiano Júnior e Marc Ferrez. Apesar da inovação técnica para retratar alteridades africanas, havia uma tradição pictórica e litográfica do olhar europeu sobre o negro (KOSSOY; CARNEIRO, 1994) que não deve ser obliterada.

O registro fotográfico de alteridades foi uma nova forma de arquivar imagens do outro em vias de desaparecimento. Conforme os cânones do imperialismo em voga à época, esses grupos humanos seriam sucumbidos ou assimilados pelo progresso civilizatório, do qual os europeus eram os arautos. Por isso, urgia fazer um inventário de imagens das diferenças que complementaria os relatos e estudos etnográficos. A fotografia foi um recurso técnico imprescindível nesta tarefa de arquivamento do outro. Ela também foi instrumental para a descrição objetiva da diversidade humana nas pesquisas antropométricas em voga à época.

Politicamente, a fotografia de tipos humanos demonstrava a diversidade étnica no interior dos vastos impérios. A fotografia destacou essa “babel racial”, prin-

*Professor na UFSC.

principalmente, dos impérios franceses e ingleses. No Brasil, D. Pedro II também incentivou a fotografia em seu vasto império tropical (VASQUEZ, 1986). Além da natureza exuberante, das paisagens urbanas e de outros aspectos do império brasileiro, a diversidade do povo brasileiro foi registrada pelas lentes de vários fotógrafos nacionais e estrangeiros. Alguns deles receberam o título de “fotógrafos da corte imperial” como o suíço George Leuzinger e o alemão Albert Henschel.

Para analisar os “tipos negros” registrados pelas lentes dos fotógrafos alemães, far-se-á a seguir o mapeamento do circuito social dessas fotografias. Cabe salientar que a fotografia tem sido, nas últimas décadas, uma rica fonte para os historiadores. Isso implica na construção de novos aportes teóricos e metodológicos à operação historiográfica para tratar imagens como documentos (MAUAD, 1996; FABRIS, 1991; KOSOY, 1989).

O mapeamento do circuito social da fotografia tem sido ressaltado em vários estudos (POSSAMAI, 2006; FABRIS, 1991; LIMA, 1991). Ele compõe um conjunto de informações relacionadas à produção, à circulação e ao consumo da fotografia enquanto objeto visual relacionado a um imaginário social.

É a partir desse imaginário social da *belle époque* que podemos compreender melhor a curiosidade etnográfica. Cabe salientar que, desde as últimas décadas do século XIX até a primeira década do século XX, milhares de indivíduos das Américas, da África, da Ásia e da Oceania foram exibidos em exposições, feiras, circos e cabarés na Europa. Esse “zoológico humano” atraiu milhões de visitantes em países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Suíça, Áustria e EUA, ou seja, países com ou sem colônias ultramarinas (ABBATTISTA, 2005; MINDER, 2003; ROTHFELS, 2002; BANCEI *et al.*, 2002; SCHWARZ, 2001). Além de ser exibido ao olhar curioso dos europeus, o outro era fotografado tanto para fins antropométricos de teorias racistas em voga quanto para o consumo de imagens. Para fins comerciais, já era marcante o apelo sensual ou erótico de algumas imagens em que a nudez do corpo era exibida em uma paradoxal relação entre o cultural e o natural.

Pela sua suposta exatidão e objetividade, a técnica da fotografia foi incorporada por várias disciplinas científicas, entre elas, a Etnografia. Milhares de clichês de grupos étnicos de todos continentes serviram para formar as primeiras coleções fotográficas dos museus de Etnologia da Europa e dos EUA. A demanda científica por “tipos negros” acompanhava a curiosidade etnográfica de consumidores ávidos em colecionar imagens de alteridades. Assim, muitos clichês de fotógrafos estabelecidos no Brasil visavam a esse segmento da clientela. Tal relação entre procura e oferta no incipiente mercado de imagens promoveu a circulação internacional de fotografias de caráter etnográfico e, por conseguinte, seu destino primeiro ou final em coleções fotográficas de instituições e de particulares no exterior. Fotografias de “tipos negros” de Alberto Henschel e Marc Ferrez, por exemplo, encontram-se respectivamente nos arquivos alemães do *Leibniz-Institut für Länderkunde*, em Leipzig, e do *Übersee-Museum*, em Bremen.

1. Fotografia de “tipos negros” no Brasil do século XIX

João Goston foi um dos primeiros a fazer clichês de figurantes negros no Brasil, na segunda metade do século XIX (ERMAKOFF, 2004, p. 158). Em suas fotografias de “tipos negros”, destacam-se artesãos e vendedores. Cabe salientar que os figurantes pousaram em estúdio, não sendo eles os fregueses, com exceção, talvez, das escravas domésticas. Da mesma forma, Christiano Júnior, Marc Ferrez e Augusto Stahl fotografaram “tipos negros” em seus respectivos ateliers. Este último, inclusive, fez uma série de fotografias de negros sob a encomenda do cientista Luiz Agassiz (ERMAKOFF, 2004, p. 251).

As fotografias de “tipos negros” se inserem na curiosidade etnográfica do imaginário burguês. Não se trata mais de imagens para um *cabinet de curiosités* ou para a pinacoteca de uma nobreza, mas para coleções fotográficas de uma burguesia urbana ávida por imagens que o progresso técnico e científico podia capturar. Evidentemente, a aristocracia possuía grandes coleções de fotografias, mas com a diminuição dos custos da reprodução de imagens, a fotografia se tornava cada vez mais popular, especialmente no formato *carte de visite*.

2. Fotógrafos alemães e os “tipos negros”

Na segunda metade do século XIX, vários fotógrafos alemães se estabeleceram no Brasil (VASQUEZ, 2000). Entre eles, Alberto Henschel (1827-1882), que foi um dos mais notórios. Teve ateliers em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, e sócios como os compatriotas Karl Heinrich Gutzlaff, Karl Ernst Papf e Francisco Benque. Em final de 1874, Albert Henschel e Francisco Benque receberam o título de Photographos da Casa Imperial (ERMAKOFF, 2004, p. 174).

Outros fotógrafos como o suíço Georges Leuzinger, o austríaco Joseph Voll-sack e o alsaciano Augusto Stahl se estabeleceram no Brasil e fotografaram igualmente “tipos negros”. Descendentes de alemães, como Augusto Riedel e Alfredo Baumgarten, também exerceram a profissão de fotógrafos e fizeram alguns clichês de negros no Brasil.

Essas fotografias de alteridades ameríndias ou africanas atendiam também a uma demanda científica. Desde a expedição prussiana ao Egito em 1871, a fotografia se mostrou indispensável às Ciências Humanas, notadamente à Arqueologia (ASMUS, 1983, p. 36). As expedições científicas das últimas décadas do século XIX foram responsáveis por milhares de fotografias de grupos étnicos de todos continentes. Houve também um número grande de fotógrafos alemães em viagem pelo Brasil, especialmente cientistas. Alguns clichês da expedição dos alemães Alphons Stübel e Wilhelm Reiss foram feitos na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, retratando “tipos negros” (KRASE, 1994; BROCKMANN, 1994).

A partir de 1884, com as chamadas zonas de proteção (*Schutzgebiet*) do Togo, Camarões e da África do Sudoeste (atual Namíbia) e da África Oriental (atual Tan-

zânia), fotógrafos profissionais ou amadores começaram a produzir imagens de “tipos negros” em territórios sob domínio colonial alemão. Oficiais e soldados da *Schutztruppe* vendiam suas fotos para ateliers na Alemanha. Em 1905, durante a guerra colonial no sudoeste africano, o médico alemão Karl Wilhelm Schinke (2009:167) comentou em carta à sua esposa que “o tenente está fotografando e manda as chapas para o fotógrafo Bonatz, na Rua dos Inválidos, 108, em Berlim. Cada foto custa 15 centavos, talvez tu encontres lá alguma que possam te interessar.” Algumas semanas depois, ele informou que as fotografias não se encontravam mais no atelier de Bonatz em Berlim, mas na Casa Meier, especializada para fotógrafos amadores, na cidade de Freiburg, em Baden-Württemberg, onde as fotos custavam o mesmo valor que no atelier berlinense (SCHINKE, 2009, p. 181).

Os clichês de amadores eram vendidos em casas de fotógrafos profissionais para um público interessado em paisagens e gentes exóticas. No início do século XX, a fotografia de amadores parece ter sido comum nos portos africanos da linha de navegação da companhia Wörmann. O médico alemão registrou tal prática ao desembarcar em Gran Bassa, primeiro porto depois de Monróvia.

“Foi visitada a aldeia dos negros, e todas as beldades, que para tanto se prontificam, foram fotografadas. Essas nativas não conhecem sentimento de vergonha. As moças e as mulheres andam nuas, do umbigo para cima, e a ‘folha de figueira’ é uma saia muito final. Mas parece que as fotos não saíram muito bem.” (SCHINKE, 2009, p. 54-55).

Se as mulheres se prontificavam a posar para os estrangeiros, é bem provável que recebiam propina. Nesse sentido, a nudez parcial poderia ser deliberada, embora o médico alemão não tivesse reparado no acordo tácito entre figurantes e fotógrafos. Essas fotografias permitem inferir certo voyeurismo do público consumidor na Europa. Para o mapeamento do circuito social da fotografia de “tipos negros” essa componente erótica não pode ser descartada, pois muitos compradores dessas fotografias “etnográficas” se deleitavam com a nudez do corpo africano. Aliás, alguns livros ricamente ilustrados (PLOSS/BARTELS, 1884; STRATZ, 1901) contribuíram para a divulgação do “nu etnográfico” na Alemanha do II Reich.

Essas fotografias de “tipos negros” e de paisagens exóticas também chegavam às comunidades teuto-brasileiras. Pelas imagens, os teuto-brasileiros descobriam as terras e as gentes que faziam parte do império alemão. Além de fotografias que eram enviadas ou compradas por parentes, havia também o cartão postal. Durante a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano, houve uma série de bilhetes postais com cenas de acampamentos militares, locais de batalhas e mesmo de prisioneiros de guerra. Algumas dessas imagens se encontram em arquivos particulares ou públicos no Rio Grande do Sul.

Alguns fotógrafos alemães também se estabeleceram no Brasil meridional. Em Porto Alegre, em plena artéria central da cidade, na Rua dos Andradas, havia o estúdio *A Fotografia Alemã*, da senhora Reeckell (DAMASCENO, 1974, p. 25). Tam-

bém tiveram estabelecimentos centrais, os fotógrafos alemães Luiz Guilherme Willisich e Frederico Hunfleisch. Este último inovou com postais avulsos de panoramas de Porto Alegre (DAMASCENO, 1974, p. 39).

3. Negros sob a lente de fotógrafos alemães no Brasil meridional

Nas áreas de colonização alemã, os fotógrafos tiveram uma freguesia muito particular. Além de famílias burguesas de origem alemã no meio urbano, havia uma clientela de pequenos proprietários no meio rural. Na próspera colônia de Blumenau (SC), o alemão Bernhard Scheidemantel foi o primeiro fotógrafo estabelecido. Em sua tipografia também foi produzida uma série de embalagens para diversos produtos (manteiga, charutos, caixas de fósforos, etc.), sendo que, em algumas delas, figuravam negros.

Após a morte de Scheidemantel, em 1908, seu equipamento foi comprado pela família Baumgarten, proprietária da *Blumenauer Zeitung*, primeiro jornal local em língua alemã. O filho mais velho de Hermann Baumgarten, Alfredo, aprendeu a arte de fotografar em Leipzig e assumiu, na cidade, o lugar do finado Scheidemantel.

Alfredo Baumgarten era afilhado do Visconde de Taunay, escritor e presidente da província de Santa Catarina (1875-1876), e se valeu do capital social da família para se afirmar como jornalista, fotógrafo e um dos primeiros a fazer cinema em Blumenau (PIRES, 2000). Provavelmente, Baumgarten fez fotografias de “tipos negros”, mas seu espólio foi destruído em grande parte pela enchente de 1957. Calcula-se que em torno de 50.000 fotografias foram perdidas.

Além dos fotógrafos alemães ou teuto-brasileiros estabelecidos, as colônias alemãs no Brasil meridional eram visitadas por fotógrafos itinerantes. Em 1901, o jornal *Der Urwaldsbote* anunciou que o “fotógrafo itinerante Gustav Lieben faz saber ao público que passaria novamente em Blumenau, em fins de maio, oferecendo seus préstimos na residência do Sr. Theodor Eggers”.

Em 1903, o alemão Otto Gröger informava que estava com um atelier fotográfico provisório na Casa de Atiradores. No mesmo ano, o fotógrafo Fritz Gelbert também passou uma temporada em Blumenau. No ano seguinte, o fotógrafo Paulo Schönbeck comunicava a abertura de seu atelier.

Além de fotógrafos profissionais, havia também fotógrafos amadores. Estes últimos também deixaram algumas imagens de “tipos negros” que se encontram em coleções do Arquivo José Ferreira da Silva em Blumenau. Edith Gärtner, por exemplo, fez alguns clichês de crianças negras. Também entre as fotografias da família Eimer, encontram-se “tipos negros” durante o veraneio dos Eimer em seu chalé no balneário de Camboriú (SC).

Se as imagens de “tipos negros” foram raras no Vale do Itajaí, as imagens de “bugres” foram numerosas. Aquela curiosidade etnográfica do olhar colonialista

também se fez presente entre os fotógrafos alemães itinerantes ou estabelecidos em Blumenau. A série de fotografias de “bugres” tinha similaridades com outras imagens de ameríndios como, por exemplo, as dos cientistas alemães Adolphs Stübel e Wilhelm Reiss. Nelas, não foi mais a orientação antropométrica que prevaleceu, mas sim a sócio-etnográfica em que as vestimentas eram sinais diacríticos tão importantes quanto o fenótipo dos figurantes. Corpos nus ou seminus, pés descalços ou calçados com chinelas, sapatos ou botinas, roupas esfarrapadas ou asseadas, vestimentas ocidentais ou não, cabelo cortado ou não, com barba ou sem eram elementos de um código evolutivo de grupos mais primitivos até mais civilizados. É nessa escala que os “tipos negros” também se enquadravam com seus figurantes de pés descalços e roupas usadas. Elemento distintivo nessas fotos foram os utensílios que caracterizavam as atividades desempenhadas pelos figurantes de acordo com o grupo étnico e gênero. Assim, os “bugres” do Vale do Itajaí foram fotografados com seus arcos e flechas e os negros com seus balaaios ou tabuleiros.

Desde o final do século XIX, havia dezenas de estúdios de fotografia em Porto Alegre, onde a comunidade teuto-brasileira era expressiva (GANS, 2004). Entre eles, destacavam-se o do espanhol João Antonio Iglesias, dos italianos Irmãos Ferrari e de Virgílio Calegari. Alguns deles fotografaram “tipos negros”. Essas suas fotografias se inseriam numa perspectiva comercial compartilhada por outros fotógrafos e por um segmento da clientela à época. A interpretação dessas fotografias como crítica social ou sinais do foto-jornalismo (MAROCCO, 2009) parece ignorar que elas eram produtos visuais de um cosmopolitismo que se interessava por aspectos arqueológicos ou etnográficos que a fotografia podia registrar para fins comerciais.

Os fotógrafos alemães também produziram tais imagens no Brasil meridional. Essa produção de imagens teve um contexto novo, ou seja, as colônias alemãs na África. Em 1884, o comerciante de Bremen, Adolph Lüderitz havia iniciado seu império em Angra Pequena. No mesmo ano, o chanceler alemão Otto von Bismarck recebeu o aval inglês para declarar o sudoeste africano como *Schutzgebiet*. Na imprensa teuto-brasileira, saíram matérias sobre Angra Pequena e a nova colônia alemã chegou a ser tema de carro alegórico do carnaval de Porto Alegre em 1885. Imagens de “tipos negros” de fotógrafos alemães, amadores ou profissionais, passaram a circular tanto na Alemanha quanto em suas colônias no Brasil meridional. Isso, provavelmente, deveria ter acirrado ainda mais o “olhar venal” dos fotógrafos alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em relação aos negros.

Nascido em Lübeck, o alemão Otto Karl Schönwald foi um dos mais importantes fotógrafos alemães de Porto Alegre da *belle époque*. Em 1887, Otto K. Schönwald chegou a São Leopoldo, mas se estabeleceu na capital da província, no ano seguinte. Seu atelier se localizava no centro da cidade. Em 1889, um anúncio, no jornal de língua alemã *Koseritz' Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, informou so-

bre a localização e horário de seu atelier. Em 1898, o estúdio mudou para a Rua Ramiro Barcelos, 229, depois 231 (ERMAKOFF, 2004, p. 257). Como retratista, tornou-se renomado, especialmente, pelos fregueses alemães residentes na cidade (DAMASCENO, 1974, p. 33). Em seu estúdio, comercializava material diverso (máquinas, lentes, tripés, álbuns, estojos, broches, molduras, etc.) para profissionais e amadores.

É provável que fotografias de amadores fossem vendidas no seu estabelecimento comercial ou recebidas e formatadas como *carte de visite*. Escusado lembrar que a arte de fotografar foi se tornando acessível a um público amador.

No último lustro de oitocentos, lado a lado com os profissionais, muitos curiosos procuram inteirar-se da ocupação útil e agradável e não são poucos aqueles que já manejam com desenvoltura aparelhos aperfeiçoados, favorecidos ao mesmo tempo por um material de mais fácil aquisição e emprego (DAMASCENO, 1974, p. 41).

No anverso de uma fotografia cujo cenário é um balneário tradicional da vilegiatura marítima dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul, o nome datilografado do fotógrafo, Leopoldo Preus, e o nome de Otto Schönwald como destinatário em manuscrito permitem inferir a circulação de clichês entre profissionais e amadores. Esta foto da vilegiatura marítima se encontra no acervo de imagens do Centro de Documentação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Talvez as fotografias fossem enviadas para o atelier em Porto Alegre, onde parentes e amigos dos banhistas e fotógrafos casuais pudessem comprá-las. Isso pode explicar a identificação do fotógrafo no anverso da fotografia. Assim como o estudo da relação entre fotografia e vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul é incontornável, os profissionais e amadores de origem alemã (SCHOSSLER, 2009) e a fotografia etnográfica de “alteridades negras” não podem ser analisados sem levar em conta os realizadores e consumidores alemães.

Quanto à produção fotográfica de “tipos negros”, cabe salientar que Otto K. Schönwald não foi para a África, mas visitou a Bahia quando ainda residia em São Leopoldo (ERMAKOFF, 2004, p. 257). Em Porto Alegre, sua residência e seu atelier se localizavam no Bairro Moinhos de Vento, próximo à Colônia Africana. Talvez isso tenha influenciado também seu “interesse etnográfico” pelas alteridades africanas. Otto K. Schönwald fotografou o entorno de seu estúdio a partir de um ponto de vista que destacava a Colônia Africana. Esse local era estigmatizado por alguns jornais da imprensa local. *A Gazetinha* (01/03/1896) publicou a seguinte nota:

A corte do crime, – assim devia chamar-se o sinistramente célebre arrabalde desta cidade e que é conhecido pela denominação de Colônia Africana. (...) A dois passos da capital, ali ao lado de um arrabalde concorridíssimo como é o dos Moinhos de Vento, estabeleceu-se um quartel general de bandidos.

Schönwald também fotografou lavadeiras da Colônia Africana, mas a fotografia não foi montada em estúdio como aquelas do engraxate de João Goston, da

vendedora de frutas de Henschel & Benque ou dos vendedores ambulantes de Felipe Augusto Fidanza e do barbeiro ou cesteiro de Christiano Júnior. A fotografia foi feita no local onde as lavadeiras costumavam trabalhar. Porém, nada se sabe se a fotografia foi consentida ou não.

A paisagem urbana fotografada por Schönwald mostra, em nuance, a fronteira entre o tradicional e o moderno, entre o africano e o germânico em Porto Alegre da *belle époque*. Suas fotografias da Colônia Africana e do Bairro Moinhos de Vento em 1900 abordavam a cidade babélica do cosmopolitismo em voga à época. Tratava-se, igualmente, de uma relação interétnica de vizinhança sempre presente na história da imigração alemã para o Brasil, tanto para o meio rural quanto urbano.

Quando as primeiras famílias alemãs chegaram à Fazenda Real do Linho Cânhamo, na Província do Rio Grande do Sul, em 1824, havia ainda alguns escravos por lá. Alguns anos mais tarde, no interior de Pernambuco, a colônia de Cacutá, composta em grande parte de soldados alemães, foi situada próxima a um quilombo com objetivo de liquidar com este último. A exploração do carvão vegetal pelos colonos alemães reduziu a floresta onde os quilombolas encontravam refúgio. A colônia alemã de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, também era vizinha de um quilombo em meados do século XIX, que foi logo desbaratado.

A toponímia de algumas localidades como, por exemplo, “África” na antiga colônia alemã de Mundo Novo, no Rio Grande do Sul, ou “morro da África” em Jaraguá, em Santa Catarina, acusavam essa vizinhança interétnica (BARROS, 2005; SCHÖRNER, 2007). O nome destes lugares foi, geralmente, uma exo-definição, bem como determinado pela vizinha comunidade teuto-brasileira. Escusado lembrar que alguns nomes da comunidade teuto-brasileira de Porto Alegre chegaram a ter escravos, como se comprova pelos contratos de compra e venda, de aluguel e manumissão de dezenas de escravos (GANS, 2004:106).

No caso da Colônia Africana em Porto Alegre, as raras fotografias e cartões postais tiveram, por autoria, fotógrafos alemães. Essa paisagem “africana” de Porto Alegre foi completamente alterada pela expansão urbana da primeira metade do século XX. A imigração de alemães, italianos e outros para aquela área urbana acabou “embranquecendo” o que era antes um subúrbio predominantemente de afro-descendentes. Às vezes, aparecendo como arraial para fins fiscais, outrora como “vila africana” ou mero valhacouto, arrabalde maldito pelos jornais (PESAVENTO, 2001, p. 88-89), a Colônia Africana acusava o quanto Porto Alegre era africana. Por outro lado, quem estava por trás das lentes e registrava visualmente aquela paisagem acusava a influência germânica.

Menos conhecido pelos historiadores e colecionadores de fotografias no Brasil, foi o fotógrafo alemão Krahe. Parece que ele iniciou suas atividades em Neu-Württemberg, colônia alemã no interior do Rio Grande do Sul. Depois, se estabeleceu em Porto Alegre. Como o suíço George Leuzinger no Rio de Janeiro, Krahe incrementou seu negócio com tipografia e venda de material fotográfico. O famoso

Koseritz' Deutscher Volkskalender für Brasilien foi impresso pela Krahe & Cia a partir de 1901 (ADAM, 2005, p. 406).

Também continuou o filão explorado primeiramente por Frederico Hunfleisch dos postais avulsos. Da série de bilhetes postais produzidos por Editores Krahe & Cia., quatro merecem destaque neste trabalho sobre “tipos negros” pelas lentes de fotógrafos alemães.

Em *Negerhütte* (rancho de negros), a habitação de negros é o tema; porém, no primeiro plano, crianças mestiças brincam entre um galináceo e um cachorro. Além da construção do rancho, a roda da pipa também acusa uma cultura material que não é germânica. Uma das crianças, no entanto, pode ser o filho do fotógrafo ou de um vizinho. Em fotografia de outro rancho, crianças louras também aparecem imiscuídas as demais. Isso permite supor que sejam os filhos do fotógrafo.

Um segundo bilhete postal apresenta a imagem de “rancho na colônia africana” e de “negra mina vendendo doces”. Um terceiro varia um pouco, mas apresenta também um “rancho na colônia africana” e “negras minas”. Um quarto postal é composto pela imagem do Clube Germânia de Porto Alegre, fundado em 1885, e pelo retrato de duas crianças negras.

A montagem dessas imagens em bilhetes postais apresenta alguns contrastes entre o rural e o urbano e entre o elemento germânico e o africano. Todavia, não deixa de ser instigante a montagem do postal com imagem do clube Germânia e de duas crianças negras. Uma fotografia avulsa poderia ajudar a desvelar o intuito do fotógrafo com essa montagem para a venda de bilhetes postais. Trata-se de uma fotografia de um grupo de crianças, inclusive negras, na frente do prédio do Germânia. A fotografia foi feita, provavelmente, da janela do prédio defronte ao clube social dos teuto-brasileiros. A composição do bilhete postal com imagem do clube Germânia com retratos de crianças negras poderia ter como fonte inspiradora a realidade da rua, onde crianças da colônia africana brincavam e, não raro, com crianças de origem alemã.

Outra fonte inspiradora à composição do cartão postal com imagens do Clube Germânia e retratos de crianças negras foi, provavelmente, a copiosa produção fotográfica na “África alemã”, onde imagens de prédios como hospitais, escolas ou sedes da administração colonial foram impressas no bilhete postal juntamente com imagens de africanos. Nesses cartões postais, imagens das habitações dos negros (*pointocs*) no sudoeste africano também eram frequentes, como foram os ranchos registrados pelas lentes de Krahe.

As imagens de ranchos da colônia africana de Porto Alegre e de suas gentes apresentam grande similaridade com as imagens produzidas na “África alemã”. A composição fotográfica dos bilhetes postais de Krahe acusa uma visão de mundo na qual uma comunidade tradicional de origem africana estava imbricada numa comunidade moderna teuto-brasileira no Brasil meridional tal como muitas comunidades africanas estavam circunscritas aos territórios sob domínio colonial alemão na África.

Considerações finais

Os ateliers de fotógrafos alemães fizeram parte da paisagem urbana de Porto Alegre da *belle époque*. Como tantas outras casas de comércio, os estabelecimentos de fotógrafos acusavam a predominância da comunidade teuto-brasileira na capital do Rio Grande do Sul. Além de letreiros e cartazes nas ruas, havia ainda volantes que circulavam de mão em mão e os reclames de fotógrafos nas páginas dos jornais locais em língua nacional ou alemã. Esses fotógrafos produziram e venderam imagens de “tipos negros”. Suas lentes não visavam a crítica social, tampouco um foto-jornalismo *avant la lettre*. No entanto, suas fotografias de alteridades africanas no Brasil meridional lograram um arquivamento do outro por meio de imagens cuja objetividade deveria ser relativizada.

Se os irmãos Ferrari, Virgilio Calegari e Lunara fotografaram “tipos negros” em seus estúdios, a maioria das fotografias “etnográficas” de Schönwald e Krahe foi realizada fora dos respectivos ateliers. Tal busca de realismo poderia ter sido inspirada pelas fotografias vindas da África, onde amadores e profissionais registravam “tipos negros” ao ar livre. Além disso, seus clichês de ranchos, mulheres e crianças negras sugerem uma sintonia com uma curiosidade etnográfica similar às fotografias realizadas nas colônias alemãs na África.

Através das lentes de fotógrafos alemães foi registrada a modernização avassaladora que destruiu, por exemplo, a Colônia Africana de Porto Alegre. Como os *pontocs* do sudoeste africano, os ranchos de negros estavam fadados a desaparecer do Brasil meridional.

Para os fotógrafos alemães no Brasil meridional, antes de uma crítica social ou de uma exclusiva e desinteressada curiosidade etnográfica, a captura pela suas lentes dos “tipos negros” era uma forma de mostrar o seu cosmopolitismo, pois tal era a moda em ateliers fotográficos de Berlim e de tantas outras capitais europeias à época. Bem ao gosto do colonialismo vigente durante o II Reich, os fotógrafos e seus fregueses alemães e teuto-brasileiros podiam se vangloriar com os clichês de *unser Neger*.

Referências bibliográficas

ABBATTISTA, Guido «Africains en exposition (Italie XIXème siècle) entre racialisme, spectacularité et humanitarisme», *Cromohs*, 10 (2005). www.cromohs.unifi.it/10_2005/abba_africexp.html (consultado em 15/04/2010)

ADAM, Thomas. *Germany and the Americas: culture, politics and history*. Santa Bárbara: Clio, 2005.

ASMUS, Gesine. “Aus der Ferne aus der Nähe. Bilder vom Mittelmeerraum vor und nach der Erfindung der Fotografie”, POHL, Klaus (Hrg.) *Ansichten der Ferne. Reisephoto-graphie 1850 – Heute*. Giessen: Anabas, 1983, p.7-58.

- BANCEL, Nicolas et al. *Zoos humains. De la Vénus hottentote aux reality shows*. Paris : Édition La Découverte, 2002.
- BARROS, Paulo H. L. “O Mundo do Trabalho. Das senzalas às atafonas: a memória do trabalho escravo e do negro liberto em Taquara”, in REINHEIMER, Dalva N. (org.), *Terra, Gente e Fé. Aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005, p.37-42.
- BROCKMANN, Andreas. “Die lateinamerikanischen Gesellschaften aus der Sicht von Stübel und Reiss”, in STÜTTGEN, Michaela; BROCKMANN, Andreas (Hrsg.) *Spurensuche*. Münster: Lateinamerika Zentrum, 1994, p.160-174.
- DAMASCENO, A. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1974.
- ERMAKOFF, Georg. *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro, Ermakoff Casa Editorial, 2004.
- FABRIS, A. (Org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 39-57.
- GANS, Magda R. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1919)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- KOSSOY, Boris *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.
- KOSSOY, B.; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1994.
- KOSSOY, B. *Fotografia & História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- KRASE, Andreas. „Von der Wildheit der Scenerie eine deutliche Vorstellung”. Die Fotografiesammlung von Alphons Stübel und Wilhelm Reiss aus Lateinamerika 1868-1877, in STÜTTGEN, Michaela; BROCKMANN, Andreas (Hrsg.) *Spurensuche*. Münster: Lateinamerika Zentrum, 1994, p.145-159.
- LIMA, S. F. O circuito social da fotografia: estudo de caso II in: FABRIS, A. (Org.). *Fotografia: usos e funções no séc. XIX*. São Paulo: Edusp, 1991, p. 59-82.
- MAROCCO, Beatriz. *O cotidiano dos negros no exterior dos jornais de Porto Alegre, sinais de fotojornalismo no século XIX*, in XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.
- MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.
- MINDER, Patrick. *Le 'zoo humain' en Suisse, objet de curiosité populaire ou instrument de propagande coloniale ?* Colloque de Bâle, *Culture impériale des pays sans colonies : l’Afrique et la Suisse*, (2003) www.unibas.ch/afrika/nocolonies/minder.abstract.rtf (consultado em 17/04/2010).
- PESAVENTO, Sandra J. *Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PIRES, José H. N. *Cinema e História: José Julianelli e Alfredo Baumgarten. Pioneiros do cinema catarinense*, Blumenau: EDIFURB, 2000.
- PLOSS, Heinrich; BARTELS, Marx Paul *Das Weib in der Natur- und Völkerkunde*. Leipzig: Griebens, 1884.

POSSAMAI, Zita R. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935). *Anais do Museu Paulista* [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 263-289.

ROTHFELS, Nigel, *Savages and Beasts: The Birth of the Modern Zoo*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002.

SCHINKE, Karl W. *Diário da África/Berichte aus Afrika*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

SCHÖRNER, Ancelmo, “Negros e Brancos no Jaraguá: Um Morro Neg(r)ado e sua Estigmatização no Tempo em Três Atos”, in Martin N. Dreher; Marcos J. Tramontini (orgs.) *Leituras e interpretações da imigração na América Latina*. XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2007, pp.982-991.

SCHOSSLER, Joana C. “Grüsse vom Strand”: Imagens da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. in: WITT, Marcos A. et al. *Imigração: do particular ao geral*. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 292-299.

SCHWARZ, W. M. *Anthropologische Spektakel. Zur Schaustellung “exotischer” Menschen. Wien 1870-1910*, Wien, 2001.

STRATZ, Carl H. *Die Rassenschönheit des Weibes*. Stuttgart: F. Enke, 1901.

VASQUEZ, Pedro Karp. *Fotógrafos Alemães no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2000.

VASQUEZ, P. K. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1986.

Relações interétnicas e preconceito racial na memória de duas descendentes de escravos

*Rodrigo de Azevedo Weimer**

Esta comunicação objetiva comparar entrevistas realizadas com duas irmãs, Aurora Inácia Marques da Silva e Diva Inácia Marques Terra, netas de escravos, em fim de 2001 e no início de 2010, no que toca à relação estabelecida com eurodescendentes, durante suas infâncias e juventudes na localidade do Despraiado, litoral norte do Rio Grande do Sul. Percebe-se uma mudança de ênfase em seus discursos a respeito do convívio com seus vizinhos descendentes de imigrantes italianos e alemães entre a primeira e a segunda situação de pesquisa. Objetiva-se identificar essa mudança de ênfase, bem como oferecer possíveis explicações para ela.

Na primeira entrevista, a tônica da narrativa apontou para a cooperação entre vizinhos e para a ausência de classificações de ordem racial. No entanto, quase dez anos mais tarde, vieram à tona relatos de discriminação racial em suas juventudes, cujo símbolo maior era a impossibilidade de participar dos mesmos bailes que os brancos. Desta segregação racial em eventos festivos encontrei evidências em documentos escritos. Recorro à noção de memória subterrânea (POLLAK, 1989) para destacar que memórias que evocam situações de sofrimento e humilhação e entram em contraponto com a memória nacional, a qual, no Brasil, exalta a miscigenação e a democracia racial, não são facilmente dizíveis a um desconhecido.

Relações entre brancos e negros na entrevista de 2001

A primeira entrevista foi feita no contexto de reconhecimento da comunidade de Morro Alto, municípios de Osório e Maquiné, como remanescente de quilombos. As irmãs entrevistadas, Aurora e Diva, residentes em Osório, tinham na ocasião da entrevista respectivamente 74 e 71 anos de idade e eram apontadas por moradores de Morro Alto como informantes privilegiadas, por terem sido criadas por suas avós e com elas terem convivido muito. Foram procuradas pela equipe de pesquisa responsável por elaborar o laudo de reconhecimento daquela comunidade como

*Doutorando em História na UFF. A presente pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

remanescente de quilombos¹, da qual eu fazia parte, e, desde então, passaram a participar das reuniões da Associação Comunitária que se mobilizava e ainda se mobiliza para garantir os seus direitos como descendentes de escravos, nos termos do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Tratava-se, na ocasião, de informantes que ainda não se haviam envolvido diretamente na demanda fundiária de Morro Alto, mas da qual já estavam cientes por terem sido avisadas por sua prima, Edite Maria da Rosa, uma das lideranças comunitárias envolvidas na questão, e pelo presidente de honra da associação comunitária, Manuel Francisco Antônio, ele também primo em terceiro grau, neto de uma irmã de sua avó. Ademais, Aurora e Diva cresceram com a noção de direito de que o terreno de Morro Alto pertencia à comunidade negra, já que sua avó lhes relatava a doação feita por uma senhora de escravos para seus cativos.

Narrando sua infância no Despraiado, relataram um convívio harmonioso do seu pai, Manuel Inácio Marques Filho, com os vizinhos brancos das famílias Scherer e Gatelli. Conforme relataram, no Despraiado, havia famílias alemãs e italianas, e os únicos “morenos” eram eles. A narrativa é pródiga em situações de cooperação entre famílias brancas e negras, de visitas mútuas para se ajudarem e na ênfase de que os vizinhos brancos mais dependiam deles do que eles dos vizinhos alemães e italianos. Diva narrou que seu pai levava a vizinha para Maquiné, de cavalo e de carreta, para tratamentos médicos. Referiu também à prática do pixuru, que era um mutirão, um ajuntamento de vizinhos para aprontar uma roça, na qual se revezavam: em um dia, uma maior quantidade de braços era demandada por um vizinho, em outra ocasião esse esforço dispendido no auxílio mútuo era compensado, em uma verdadeira economia de reciprocidade, que independia da cútis da pele dos partícipes, no relato da informante.

Quando indagados sobre a divisão entre brancos e negros em ocasiões festivas, Celso Rodrigues Terra, marido de Diva, na ocasião da entrevista com 71 anos de idade, respondeu que os bailes eram divididos, ao que sua esposa complementou que, se convidados, podiam entrar: “Se tu não fosses convidado, assim, lá, eles, os vizinhos lá faziam um baile, faziam um casamento, eles convidavam nós, nós nos arrumávamos e íamos. O pai dizia: vocês vão no casamento de branco”². Embora como circunstância excepcional, o relato matizou o caráter segregador dos bailes de então, ao afirmar que mediante convite, negros podiam participar de bailes de brancos e vice-versa.

Cumprir notar que a maior parte das falas deste teor veio da parte de Dona Diva, que foi mais eloquente durante esta entrevista coletiva. Parecia haver um esforço, por parte da informante, de enfatizar o trânsito social de sua família em

¹ Laudo este publicado em BARCELLOS et alii, 2004.

² Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva, Diva Inácia Marques Terra e Celso Rodrigues Terra, em 28 de novembro de 2001.

redes de relações que envolviam seus vizinhos brancos, conferindo-lhes uma certa distintividade em relação a outras famílias do “quilombo” entrevistadas pela equipe de pesquisa e que não gozavam da mesma teia de sociabilidade. Tal distintividade, ainda que realçada por uma convicção sincera da inadequação de traços classificatórios raciais, pode ser observada na seguinte fala, que sintetiza o teor de sua abordagem desta temática na entrevista como um todo:

Diva – Que o pai não tinha isso aí de classificação. E eu me sinto muito mal com isso, de classificação, de moreno, de branco. Eu não sei, acho que todos são iguais. Na minha cabeça. Acho que não tem isso aí. (...) Não temos isso aí. É muito feio isso aí. Eu acho muito feio, não pode ter classificação.

Rodrigo – A senhora não gosta da divisão.

Diva – Não, não, não, não, essa divisão não é comigo. Não mesmo. A gente vai em tudo que é lugar aí, sempre convidado pra sociedades finas, de branco tudo, não tem isso aí. E eles são convidados quando a gente faz qualquer coisa, a gente faz, a gente convida e todo mundo vem, não tem isso aí. Eu não tenho, eu acho isso muito feio e eu acho assim que eles tinham que terminar com essa classificação. De negro, de branco. De negro, de branco³.

Pierre Ansart observa que para grupos que guardam memórias e ressentimentos de episódios de ódio de que foram vítimas, há a necessidade simbólica de se afastar da lógica destrutiva de seus opressores:

E, mesmo em se tratando de ódios dos quais foi vítima, o indivíduo experimenta repugnância em conhecer e explorar o ressentimento daqueles de quem foi objeto, a compreender o que é, para ele, irracional. Quando estamos nessa situação, contentamo-nos com alguns julgamentos simples que nos permitem não entrar na lógica afetiva de nossos antigos adversários e que nos bastam para condená-los. Somos levados a isso, salvo exceção, pelo próprio movimento de nossas novas experiências, pela preocupação de não sentir o peso das psicologias agressivas ou assassinas cujas violências físicas ou simbólicas sofremos (ANSART, 2004, p. 31).

A necessidade de abolir sistemas classificatórios baseados em categoria de raça, na fala de dona Diva, aponta para o passado, na medida em que é apresentada como um legado de seu pai, através da forma como foram educadas, para o presente, como forma de distinção em relação àqueles que os têm como critério de sociabilidade, e para o futuro, como profissão de fé no sentido de uma sociedade não-racista.

Relações entre brancos e negros nas entrevistas de 2009 e 2010

Após encontrar dois processos criminais que investigaram delitos ocorridos em bailes segregados no litoral norte do Rio Grande do Sul, um assassinato ocorrido em 1924, de um “pardo” por um “preto”, e lesões graves cometidas por um grupo

³ Entrevista com Dona Aurora Inácia Marques da Silva, Diva Inácia Marques Terra e Celso Rodrigues Terra, em 28 de novembro de 2001.

de brancos em um “mulato”, em 1932⁴, passei a incorporar esse tema como pauta sistemática em minhas entrevistas. É possível que o interesse do pesquisador tenha fomentado o discurso das informantes a respeito, mas também percebo uma maior espontaneidade, ao tratar do assunto, em entrevistas realizadas em 2009 e 2010. Essas novas entrevistas foram tomadas com as mesmas narradoras de 2001, desta vez com a finalidade de contribuir para o meu trabalho de doutorado. Trata-se de pesquisa de natureza distinta, o que não significa que as informantes não a vinculem à demanda por regularização fundiária de que foi objeto o questionário anterior.

Na entrevista realizada em 9 de janeiro de 2010, com Aurora Inácia Marques da Silva e outra irmã, Eva Inácia Marques, o assunto surgiu de forma espontânea. Comentando sobre o fato da sogra de sua irmã não ter obtido registro de nascimento, dona Eva passou a relatar sobre as dificuldades enfrentadas pelos negros naquele tempo para atingir os mesmos direitos civis usufruídos pelos brancos, trazendo à memória o exemplo dos bailes como um espaço de segregação.

Eva – Negro naquela época era bucha. Não era fácil. Não tinha direito a nada. É. Agora tem direito. Frequentam a mesma sociedade e tudo assim. Mas antes não. Era tudo separado. Eu alcancei aí. E como é que ia na sociedade, num baile que tinha branco? A coisa não era fácil. E onde tinha sociedade de branco, negro não metia o pé lá.⁵

Indagada se ela conhecia algum caso em que algum negro tivesse sido colocado para fora de um baile frequentado por brancos, Eva respondeu: “Olha, eu até nem conheci, mas sempre me falavam isso aí. Eu nunca fui em baile que branco conseguia entrar e não deixavam. Mas era comentado. Na minha época, já existia.”⁶ Essa negativa em apontar um exemplo concreto indica, por um lado, que tais posturas discriminatórias já eram internalizadas, no sentido de que as pessoas já sabiam que não poderiam participar de bailes específicos de outra raça, e, portanto, sequer o tentavam. Mas evidencia, além disso, sobretudo quais experiências eram dizíveis. No caso de memórias que envolvem experiências de vergonha de ordem racial, humilhação e discriminação, elas tornam-se passíveis de relato apenas na medida em que não envolvem diretamente os próprios narradores. Segundo Pollak (1989), “é como se esse sofrimento extremo exigisse uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado”.

⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, Termo de Osório, Estante 114B, Cartório de Cível e Crime, Caixa 027.0290, Auto 747. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, Termo de Osório, Estante 114B, Cartório de Cível e Crime, Caixa 027.0297, Auto 826. O segundo episódio encontra-se analisado em WEIMER, 2010.

⁵ Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques, no dia 9 de janeiro de 2010.

⁶ Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques, no dia 9 de janeiro de 2010.

Ao contrário de sua irmã, Diva Inácia Marques Terra conhecia uma história de um negro que tentou entrar em um baile de brancos. A mesma informante que na entrevista anterior afirmou que se convidados, poderiam entrar em bailes de brancos, desta vez, respondendo à mesma questão, afirmou que não se podia entrar. Quando questionada sobre o que acontecia se eles tentassem, foi direta: matavam!

O assassinato referido pela entrevistada ocorreu em Cidreira, mas ela generalizou a segregação racial para todo litoral norte. Em festas religiosas exclusivas para brancos, os negros católicos poderiam participar exclusivamente das missas e procissões, mas não dos bailes e jantares no salão comunitário.

Diva – Ele ia lá pra cozinha, podia assistir a missa, desde que eu cheguei aqui, assistir a missa, a procissão, só não se metia em nada, terminava a missa e a procissão pegasse a estrada e fosse embora.

Rodrigo – No baile, ele não podia?

Diva – Não entrava no salão pra comer. Não entrava no salão para comprar um pedacinho de carne. Podia ir lá pegar o trem e ir embora. Na Nossa Senhora da Conceição também.⁷

Diva advertiu ainda que alguns familiares de tez mais clara, praticamente brancos, eram admitidos em tais ocasiões festivas, mas não aqueles “morenos” mais escuros.

Ao mesmo tempo em que apresenta um relato incisivo a respeito do que ocorria no caso de negros que se propusessem a participar de bailes de brancos – corriam risco de vida – Diva reafirma o discurso de sua entrevista anterior, segundo o qual, no caso de sua família, as coisas eram diferentes. Seu pai era sábio, e seus extremantes alemães e italianos recorriam a ele de forma constante, tanto para pedir ajuda material ou explicações quanto ao que e como fazer. Da mesma maneira, sua família pedia auxílio aos vizinhos quando necessário. Segundo ela, em sua juventude os bailes já estavam começando a se misturar, e, em seu casamento, os alemães foram convidados e dançaram. Ela relatou isso com uma certa dose de satisfação.

Diva – O alemão foi na nossa festa pra ser dançante. Naquele tempo se chamava vizinho. Ele perguntou pro meu pai assim: “O vizinho. Me custa perguntar que eu posso dançar com essas negrinhas tão bonitinhas?” [...] Daí ele disse “Decerto, se quiser dançar contigo pode dançar”. Dançou a noite inteira⁸.

Já no baile de casamento de sua irmã Aurora, mais velha, os vizinhos brancos não participaram⁹. Diva ainda adotou o mesmo discurso da entrevista anterior quando afirmou que ela e os irmãos foram criados sem distinções de ordem racial:

⁷ Entrevista com Diva Inácia Marques Terra, no dia 16 de janeiro de 2010.

⁸ Entrevista com Diva Inácia Marques Terra, no dia 16 de janeiro de 2010.

⁹ Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva, no dia 13 de março de 2010.

Diva – Mas nós, nós somos diferentes, Rodrigo. Nós, filhos dos meus pais, somos diferentes. (...) O pai não nos criou com esse papo. De negro, de branco, de branco, de negro. Nada disso. É uma coisa só e uma pessoa só.¹⁰

Percebo, nesse paralelismo da narrativa de Dona Diva – ao afirmar, por um lado, que negros corriam risco de vida ao tentar participar de bailes de brancos e, por outro, que sua família era diferente e transitava por circuitos mais amplos – a importância de denunciar o racismo, mas, ao mesmo tempo, manter a distintividade. Episódios de racismo aconteceram, mas não com os informantes. Na narrativa de sua irmã Eva, a segregação ocorria de maneira automática nos bailes, sem notícias de um episódio específico que o atestasse, de forma que a separação já era internalizada. Já se sabia que não poderiam participar dos bailes dos brancos. Na narrativa de Diva, houve um episódio específico narrado, porém no discurso não houve nada que o datasse, descrevesse as condições do ocorrido ou nomeasse a vítima do assassinato. O único dado fornecido foi o local onde aconteceu.

O que mudou entre 2001 e 2010?

Ainda que com recorrências discursivas – a memória não é um dado bruto, mas também não é completamente maleável ao sabor do vento – percebe-se que algo mudou entre a entrevista de 2001 e as entrevistas de 2010. A ênfase se deslocou de relações laborais e cooperação vicinal estabelecidas entre negros e brancos, e um maior espaço foi dado às tensões entre brancos e negros, exemplificadas pelos bailes. Não se trata, na perspectiva da história oral, de optar por qual versão é verdadeira ou está imbuída de falsidade. Paul Thompson (1992, p. 138) destaca que tratar, tão-somente, o discurso oral como fonte de “informações fidedignas” é ignorar o valor extraordinário que possui como “testemunho subjetivo, falado”. Alessandro Portelli (1996, p. 60) sublinha que depoimentos orais não são dados brutos disponíveis à análise do historiador, mas já contêm, em si, *interpretações* dos fatos recordados. Trata-se de investigar quais condições levaram a memória a acionar diferentes camadas de recordações e a produzir interpretações diversas.

Em primeiro lugar, o interesse do pesquisador deve ser apontado. Conforme Portelli (s/d) assinala, “fontes orais são geradas em uma troca dialógica – uma entrevista” na qual a presença e os estímulos, um papel ativo do historiador, são decisivos. Alberti (2004 p. 34) também destaca o peso do relato “científico, acadêmico, político” do entrevistador na produção das entrevistas. Em 2010, a existência de racismo e de bailes separados entre negros e brancos foram temas investigados em meu questionário. Ainda assim, ressalvo que, na entrevista de 2001, também fiz esta questão, e observo que na entrevista com dona Aurora e dona Eva, em 2010, o tema surgiu de forma espontânea, sem ser instado por mim.

¹⁰ Entrevista com Diva Inácia Marques Terra, no dia 16 de janeiro de 2010.

Um segundo aspecto, este sim bastante importante, está na relação de confiança adquirida pelas informantes no intervalo de uma década. Na primeira entrevista, elas não me conheciam e sequer sabiam muito bem porque eram entrevistadas. Na segunda ocasião, vinham de contatos regulares comigo no intervalo de uma década, já me conhecendo e se sentindo à vontade para abordar uma temática tão delicada quanto o racismo sofrido pela comunidade negra no litoral norte.

Outro ponto está na metodologia de pesquisa. Em 2001, foram entrevistadas conjuntamente Aurora e Diva. Diva é, certamente, mais eloquente, e é aquela que tende a enfatizar a distintividade de sua família em relação às demais. Sua presença pode ter servido, de forma involuntária, como um mecanismo de censura sobre o depoimento das irmãs, impondo sobre elas um *enquadramento da memória familiar* (POLLAK, 1992). Não percebi o mesmo ocorrer quando entrevistei juntamente Aurora e Eva, já que ambas são mais discretas, e, na ausência da irmã, sentiram-se mais à vontade para discorrer sobre seu passado e o de sua família.

Finalmente, entre 2001 e 2010 as referidas irmãs se engajaram no processo de mobilização comunitária pelo reconhecimento e titularização de Morro Alto como área remanescente de quilombo. É possível que a participação em um movimento de emergência étnica tenha dado uma maior legitimidade para um assunto como as tensões entre negros e brancos em suas falas. Longe de mim estar sugerindo que o movimento social tenha imputado memórias nas informantes, afinal as tensões entre negros e brancos, sob diversos aspectos, estão presentes na fala de 2001, assim como a cooperação com vizinhos brancos não desaparece no depoimento de 2010. Simplesmente o que ocorre é um maior espaço político criado para que memórias subterrâneas de sofrimento e humilhação, possam emergir.

Todos depoimentos expressam verdades condizentes com as condições em que foram produzidos. Quanto à relação entre brancos e negros no litoral norte, lembro que a existência de mecanismos racistas de exclusão em circunstâncias festivas não oblitera a necessidade de cooperação mútua entre camponeses brancos e negros quando o que estava em jogo era sua sobrevivência.

Segundo Edite Maria da Rosa, prima das entrevistadas, em depoimento gravado no dia 10 de junho de 2010¹¹, ocasião em que tinha 67 anos, portanto mais nova do que suas primas, dos pixurus em sua infância participaram brancos e negros, mas não se podia participar dos mesmos bailes. A depoente não situa o racismo como realidade pretérita, mas como um fenômeno sempre recente, já que em competições desportivas, o time de futebol da localidade onde ela mora, Ribeirão, costuma receber injúrias de ordem racial. Sendo assim, “cooperação” e “segregação” não aparecem como forças díspares, mas coexistentes e complementares.

¹¹ Entrevista com Edite Maria da Rosa, no dia 10 de junho de 2010.

Entrevistas

Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva, Diva Inácia Marques Terra e Celso Rodrigues Terra, em 28 de novembro de 2001.

Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva e Eva Inácia Marques, no dia 9 de janeiro de 2010.

Entrevista com Diva Inácia Marques Terra, no dia 16 de janeiro de 2010.

Entrevista com Aurora Inácia Marques da Silva, no dia 13 de março de 2010.

Entrevista com Edite Maria da Rosa, no dia 10 de junho de 2010.

Fontes escritas

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, Termo de Osório, Estante 114B, Cartório de Cível e Crime, Caixa 027.0290, Auto 747.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Comarca de Santo Antônio da Patrulha, Termo de Osório, Estante 114B, Cartório de Cível e Crime, Caixa 027.0297, Auto 826.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANSART, Pierre. “História e Memória dos ressentimentos” In BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BARCELLOS, Daisy M. et al. *Comunidade Negra de Morro Alto. Historicidade, Identidade e Direitos Constitucionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro vol. 2, n. 3, 1989. Cpdoc / FGV.

_____. “Memória e identidade social” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro vol. 5, n. 10, 1992. Cpdoc/FGV.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” In *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996 p. 59-72. UFF.

_____. *A Dialogical Relationship. An approach to Oral History*. http://www.swaraj.org/shikshantar/expressions_portelli.pdf Capturado em 26/6/2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

História e representação social da comunidade afro- descendente de Santa Cruz do Sul

*Mateus Silva Skolaude**

Introdução

Santa Cruz do Sul localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul. É conhecida economicamente pela inter-relação do sistema agroindustrial do tabaco e por ser polo de desenvolvimento na região denominada Vale do Rio Pardo. Caracteriza-se, também, pelo predomínio de uma narrativa identitária germânica, de modo que a região foi um dos principais núcleos de colonização alem no sul do Brasil. A partir da década de 1970, a cidade apresentou grandes transformações sociais, políticas e econômicas ocasionadas por um intenso processo de urbanização, acompanhado por um considerável crescimento demográfico, decorrência do grande fluxo de migrantes vindos de municípios vizinhos e do interior do município, motivados pela perspectiva de empregos no setor industrial tabagista que se encontrava em plena ascensão econômica (SILVEIRA, 2003).

Neste contexto, algumas estratégias foram articuladas pelo Poder Público Municipal no sentido de “inventar uma tradição germânica” para a cidade, uma vez que este período demarca um processo de revigoração do discurso étnico a partir da naturalização de uma identidade como forma de defesa frente à alteridade. Além disso, o final da década de 1970 permite uma maior flexibilização social no sentido da afirmação identitária, de modo que até aquele momento, a Campanha de Nacionalização e a Segunda Guerra Mundial eram elementos políticos extremamente presentes junto a um imaginário local.

Desta forma, o objetivo deste texto consiste em apresentar alguns posicionamentos da imprensa escrita de Santa Cruz do Sul, entre os anos de 1970 a 2000,

*Licenciado em História, Especialista em História do Brasil e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor de História na Escola de Educação Básica Educar-se em Santa Cruz do Sul e Professor de História e Sociologia na Escola de Ensino Médio Anchieta em Vera Cruz. Faz parte do grupo de pesquisa: Da Lei de Terras à Abolição: relação entre fazendeiros, colonos e escravos no Vale do Rio Pardo que é vinculado a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

nomeadamente o jornal de maior circulação da região, a *Gazeta do Sul*¹. Para tanto, o ensaio propõe uma análise acerca dos dispositivos envolvidos na construção da identidade cultural santa-cruzense, assim como os mecanismos de inclusão e exclusão identitária, a partir da análise dos espaços sociais de representação e de existência para a comunidade afro-descendente na sociedade santa-cruzense.

Jornal *Gazeta do Sul*: identidade cultural e representação social

Segundo Thompson (1995), na sociedade moderna a mídia ocupa um papel central na definição de pautas e conteúdos do discurso público. As formas simbólicas integram a realidade social de forma a criar e manter relações de poder, ou seja, os desenvolvimentos de diferentes meios de comunicação de massa, não devem ser vistos como meros propagadores de bens simbólicos que atuam de forma neutra, deixando as relações sociais intactas.

Os meios de comunicação de massa devem ser compreendidos como instrumentos de difusão e legitimação de significados que exercem papel preponderante na sociedade moderna, constituindo-se em alvos centrais de demandas com objetivos diversos de ação e (re)produção das relações de poder. Analisamos o papel da imprensa escrita, neste caso, o jornal de maior circulação da região do Vale do Rio Pardo, a *Gazeta do Sul*, entre os anos de 1970 e 2000, na formação das estereotípias sociais e étnicas e na propagação e manutenção de um discurso homogeneizador da identidade cultural santa-cruzense.

É importante ter presente que a cultura alemã, em Santa Cruz do Sul foi extremamente reprimida e impossibilitada de ser manifestada, especialmente após os acontecimentos da Campanha de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial, quando os imigrantes e descendentes foram impedidos de cultivar aspectos culturais da região de origem. Contudo, o ano de 1978 representou um marco significativo des-

¹ O Jornal *Gazeta do Sul* é o mais importante jornal da região do Vale do Rio Pardo, com circulação por todo Estado e, inclusive, fora do Rio Grande do Sul. A tiragem atual é de 18.000 exemplares diários e mais de 80 mil leitores, segundo pesquisa do Ibope. Sua criação está diretamente vinculada a extinção, em 1941, do tradicional Jornal *Kolonie*, editado em língua alemã, e que foi fechado em função da Campanha de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial. A primeira edição circulou em 26 de janeiro de 1945, nesta época o Jornal se chamava *Gazeta de Santa Cruz*. No primeiro ano, até dezembro, o jornal circulou com um exemplar por semana, a partir de então, passou a circular com dois exemplares semanais, até novembro de 1953, quando novamente mudou sua periodicidade, passando a circular três vezes por semana. Devido a uma série de transformações econômicas, sociais e políticas, em 1957 o jornal mudou de nome, passando de *Gazeta de Santa Cruz* para *Gazeta do Sul*. Esta mudança teve como objetivo ampliar a cobertura jornalística a nível regional. No mesmo período, o jornal passou a ter quatro edições semanais e, logo em seguida, cinco edições, sistema que persistiu até abril de 1959, quando o número de edições foi novamente reduzido para três por semana. A partir de 1988, a *Gazeta* passou a circular com edição diária, de terças-feiras a sábados, consolidando-se como o jornal de maior tiragem na região. Em 1996, o Jornal acrescentou a edição de segunda-feira, completando o número de 6 exemplares semanais. Disponível em: <<http://gazeta.via.com.br/institucional/default.php#>>. Acesso em 14 ago. 2007.

ta política de reavivamento e expansão da etnicidade, enquanto lastro das narrativas identitárias da região. Dentre uma série de iniciativas pode-se citar a criação dos Concursos sobre: “*O Hino do Centenário de Emancipação Política*”; “*Imigrante Descendente Alemão mais Idosos*”; Criação da “*1 Semana da Imigração Alemã*” e a construção da “*Avenida dos Imigrantes*”.²

Além desses, destaca-se, ainda, “*O Concurso de Monografias*” intitulado “*Santa Cruz do Sul – Aspectos de sua História*”, evento criado em função do centenário de emancipação política. Este concurso foi promovido pelo Jornal *Gazeta do Sul* e patrocinado pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul que concedeu Cr\$ 40.000,00 em prêmios. O evento foi lançado oficialmente em julho de 1978 e finalizado no início do ano de 1979. O regulamento previa a realização de trabalhos inéditos sobre qualquer aspecto e época da história de Santa Cruz do Sul. Os três primeiros colocados foram premiados com uma quantia em dinheiro e com a publicação em livros das respectivas monografias pela APESC (Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul).

O início dos anos 80 configurou um cenário marcado pela intensificação destas políticas, como a criação do grupo de danças folclóricas, fundado em 1980 pela Prefeitura Municipal e vinculada à Secretária Municipal de Turismo. O motivo da iniciativa, segundo o Prefeito Arno Frantz seria “*reavivar o folclore alemão*”³. O coordenador de folclore, Nelson Bender relata que o fato de ainda não existir um grupo organizado, seria “*a falta de iniciativa ou o receio que muitos ainda possam sentir de participar deste tipo de apresentações*”⁴.

Nota-se pelo discurso do coordenador de danças folclóricas que, até então a sociedade santa-cruzense teria receio de participar deste tipo de manifestação, pois até este momento, ainda eram muito presentes, junto ao imaginário local, as lembranças recorrentes da Campanha de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial, bem como de toda a problemática envolvida no holocausto. Contudo, constatou-se uma repercussão bem positiva junto à sociedade santa-cruzense destas iniciativas:

Semeando folclore

Numa época em que os idealismos são raros, defender o folclore poderia se tornar até algo vazio. No entanto, é só verificar como as pessoas ficam cheias de emoção quando apreciam, por exemplo, a apresentação de um grupo de danças folclóricas bem organizado como o Polka. (...) Em verdade é preciso ir mais ao encontro destas manifestações, quando a percepção de seu valor é natural. É preciso chamar atenção para valores folclóricos (e por isso mesmo, também culturais) muito nossos, a fim de que não desapareçam mas cresçam e apareçam.

² As reportagens sobre estas iniciativas encontram-se no Jornal *Gazeta do Sul* dos dias: (13/04/1978, p.16); (29/04/1978, p. 16); (13/05/1978, p. 9); (10/06/1978, p. 14); (15/06/1978, p. 27); (05/12/1978, p. Capa); (30/12/1978, p. Capa, 06, 07); (07/04/1979, p. 16, 17).

³ Jornal *Gazeta do Sul* (25/03/1980, p. 03).

⁴ Jornal *Gazeta do Sul* (29/04/1980, p. 03).

Em seguimento a esta política de “invenção das tradições”, no ano de 1984, é criada a principal festa de Santa Cruz do Sul, a *Oktoberfest*⁵ que veio substituir a então *Festa Nacional do Fumo* (FENAF)⁶, que teve 3 edições nas décadas de 1960 e 1970⁷. Dentre as principais características da *Oktoberfest* estão, de um lado, a identidade étnica teuto-descendente (re)construída a partir da colonização alemã no Vale do Rio Pardo e, por outro, a questão econômica, vinculada à atividade turística, conforme demonstra este artigo:

A oktoberfest identifica o povo às suas origens germânicas

(...) A Oktoberfest além de um marco inicial de Turismo também lança nosso município para orgulho nosso, como o terceiro município em arrecadação federal e o sexto em arrecadação estadual. (...) Então a Oktoberfest serve para levar o nome de nossa cidade, identificando-se como uma terra colonizada por imigrantes alemães e apresentando um povo ordeiro e trabalhador, mas que também sabe se divertir e bem acolher os que nos visitam (...)⁸.

Com o sucesso inicial⁹, a festa passou a ser reeditada anualmente, ampliando gradualmente sua capacidade de infraestrutura¹⁰. A *Oktoberfest* é apresentada pela mídia como um retorno às tradições legadas pelos antepassados. Elementos como o trabalho, a bravura, a coragem, a higiene e o espírito empreendedor e associativo, são alguns dos adjetivos ressaltados e reverenciados na festividade.

A cada ano, a festa tem reafirmado identidades e reforçado laços simbólicos, partindo de mitos, costumes, crenças, modos de ser e fazer. Nesse caso, a *Oktoberfest* tem uma função política evidente numa cidade caracterizada pela diversidade étnica. O rito reforça o laço da comunidade, tanto na efervescência dos meses de prepa-

⁵ É importante notar que na mesma direção política é criada, em 1984, a Oktoberfest de Blumenau. Ver: FLORES e WOLFF (1994).

⁶ Sobre a FENAF ver: TEICHMANN (2002).

⁷ É importante atentarmos para o fato de que a substituição de uma festa por outra, não se fez de forma pacífica, isto é, as relações de poder e os interesses de empresários e políticos do município se chocaram havendo um intenso debate acerca de tal situação, conforme demonstram os artigos do *Jornal Gazeta do Sul* dos dias: (26/09/1985, p.2); (16/11/1985, Capa, p. 2 e no Caderno FIM DE SEMANA, p. 4).

⁸ *Jornal Gazeta do Sul* (27 e 28/09/1985, p. 11)

⁹ Foi de grande êxito a avaliação de encerramento da 1ª Oktoberfest feita pelos organizadores do evento. Nos 10 dias de festividade mais de 140 mil pessoas passaram pelo parque da Oktoberfest. (JGS, 09/10/1984, Capa e p. 3 a 6).

¹⁰ Atualmente a Oktoberfest de Santa Cruz do Sul é reconhecida como a maior festa alemã do Rio Grande do Sul. No ano de 2007 foi realizada a 23ª edição que reuniu um público superior a 440 mil pessoas em 11 dias de programação, com um consumo de cerca de 230 mil litros de chope e 188 toneladas de alimentos. No encerramento da 23ª edição foi divulgado o tema da próxima edição: tradições germânicas. A 24ª Oktoberfest será realizada de 9 a 19 de outubro de 2008. (*Jornal Gazeta do Sul*, 15/10/2007, Capa). A festividade conta com apresentações de danças folclóricas, bailes com bandinhas típicas, desfile de carros alegóricos, jogos germânicos, Escola da Culinária Alemã e a gastronomia típica. Além disso, a Oktoberfest tornou-se Patrimônio Cultural do Estado, através do Projeto de Lei, do deputado estadual Edson Brum (PMDB). A iniciativa foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, no dia 28 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://oktoberfestsantacruz.com/oktobernoticias/>>. Acesso em: 03 set, 2007.

ração, bem como no período da festividade, em outubro, mês em que o município se representa sob um aspecto consensual. Portanto, a *Oktoberfest* pode ser entendida como um ritual que objetiva reunir o presente ao passado de Santa Cruz do Sul, o indivíduo à comunidade, constituindo um espaço de rememoração para recordar anualmente o que não deve ser esquecido.

Como se nota, o Jornal *Gazeta do Sul* assume um papel central de problematização e legitimação da forma como se caracteriza a narrativa identitária regional que se propõem fixar uma identidade monolítica, ou seja, estas relações envolvem uma série de recursos simbólicos e materiais, em que a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes atores garantirem o acesso privilegiado aos bens sociais. Assim, identidade e diferença estão em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de demarcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. Diante disso, cita-se um artigo sobre o desfile de candidatas a Rainha do Clube 25 de Julho, entidade que estava para comemorar o seu primeiro ano de atividade e que materializa este tipo de pensamento local:

Olhos azuis e cabelos loiros

Apesar dos arrombamentos e furtos e roubos que grassam na cidade, Santa Cruz do Sul foi um palco festivo na última sexta-feira, esquecendo um pouco dos azares e problemas que atormentam a quase todos os dias. (...) Iniciativa admirável de um grupo de conterrâneos que carregam nas veias o sangue teuto-brasileiro, a entidade galga progressivamente a sua plena afirmação, como agente número um da cultura germânica em nosso meio. Faltando ainda alguns meses para festejar o seu primeiro aniversário, o 25 de Julho já tem ares de maioridade, mostrando isso de sobejo toda vez que inventa alguma coisa para reunir a saudade alegre de velhas cabeças grisalhas, o vigor animado de sorridentes quarentões incontidos e o sorriso extravasado de jovens rostos sonhadores. Misturam-se, cordial e descontraidamente, os olhos azuis e os cabelos alvos (loiros ou grisalhos, não importa) de pelo menos três gerações, que se confundem na mesma dança, no mesmo traje, no mesmo sorriso, na mesma cerveja (tão loira quanto eles todos) e no mesmo sentimento. (...).

O mais importante de tudo até nem foi a alegria circunstancial de uma festa bonita, mas sim a absoluta certeza de mais um passo forte e decidido para a consolidação de uma ideia que quer, acima de tudo, resgatar e perpetuar esta trajetória sócio-cultural de um povo que, embora fundido a outros povos, mantém a característica dos olhos predominantemente azuis e os cabelos preferencialmente loiros mas que poderiam ser castanhos, morenos ou negros, sem alterar em nada a cor da emoção, o matiz de corações grandes e a envergadura das mãos estendidas para o abraço pleno. Sem xenofobia, nossa pequena Alemanha aldeã sorri para o resto do mundo, escrevendo paz nos corações e felicidade nos olhos de todas as raças. Mas quer e precisa resgatar a sua história.¹¹

¹¹ Jornal *Gazeta do Sul* (31/03/1987, p. 02).

Segundo Foucault (1996, p. 08-09), em toda sociedade a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Nessa perspectiva, nota-se no artigo, “Olhos azuis cabelos loiros”, que o autor apresenta o texto em duas partes distintas. Na introdução, o artigo traz à tona alguns problemas sociais pelos quais passa a cidade de Santa Cruz do Sul. Posteriormente, exalta, com grande louvor, as iniciativas proporcionadas pelo Centro Cultural 25 de Julho e advoga para que estas continuem sendo proporcionadas. Contudo, cabe perguntar: Será que os referidos episódios apontados pelo autor, “arrombamentos, furtos e roubos”, podem estar sendo ocasionados por pessoas de “olhos azuis e cabelos loiros”?

A preocupação com problemas sociais referidas no artigo anterior demarcam um imaginário estabelecido a partir das narrativas jornalísticas que demonstram esta insatisfação, conforme apontam as seguintes manchetes: “*Migrantes representam 70% dos que procuram emprego no Sine*”¹²; “*Santa Cruz quase dobra sua população urbana em 10 anos*”¹³. Diante desse quadro, a periferia urbana santa-cruzense se caracterizou como reduto marcado como o habitat natural da comunidade afro-descendente que, apesar de corresponder a um percentual significativo da população, tem na exclusão territorial uma das suas principais características. Vistos como pobres e estrangeiros em relação à maioria étnica da população, a comunidade afro-descendente sofre o estigma da marginalização (CORREA, 2001, p. 69). Desse modo, ao apresentar estes como etnias perigosas, tal discurso torna-os estranhos socialmente e os constitui simbolicamente como figuras estrangeiras. Neste sentido, destacam-se três fotos com os respectivos títulos das matérias:

“Desemprego”
(SKOLAUDE, 2008, p.70).



¹² Jornal *Gazeta do Sul* (07/02/1981, p. 04)

¹³ Jornal *Gazeta do Sul* (21/06/1980, Capa).

*“Os deficientes clamam
por seus direitos”*
(SKOLAUDE, 2008, p. 75).



*“Êxodo aumenta e sindicatos não
conseguem provar que vida no interior é
melhor do que na cidade”*
(SKOLAUDE, 2008, p. 71).



Como se nota, as imagens colaboram no processo de reconhecimento de um grupo excluído socialmente, as representações construídas revelam a predominância de estratégias de normatização, de discursos eficazes, com significados que legitimam um imaginário deturpado. Sendo assim, deter o privilégio de atribuir e classificar significa estabelecer diferentes valores aos grupos classificados, ou seja, dividir e classificar significa também hierarquizar. Para o autor, são muitas as marcas que estabelecem relações de poder: “incluir/excluir” (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”) (SILVA, 2000, p. 80-81).

Para Pesavento, as imagens, enquanto representação, reportam-se a valores subjacentes e práticas sociais não explícitas. Neste caso, a definição de papéis para posições polares e antagônicas é um bom exemplo. Segundo a autora, “os negros são associados à vagabundagem e ao ócio e, conseqüentemente, propensos à contravenção, e os descendentes de imigrantes têm a sua imagem associada ao trabalho redentor, ao progresso e à honra” (PESAVENTO, 1994, p 09). É importante destacar que este estudo indica resultados muito próximos aos apontados por Lilia

Moritz Schwarcz, em pesquisa realizada com periódicos paulistas do século XIX. Segundo a autora, o negro, na maioria dos casos, é representado através de estereótipo, ou seja, como alguém diferente “do familiar”, “do elegante” e “do profissional” (SCHWARCZ, 1987, p. 168).

Considerações finais

A história de Santa Cruz do Sul é caracterizada pelo discurso ufanista do pioneirismo alemão. Na concretização desta representação, o Jornal *Gazeta do Sul* se revelou um mecanismo estratégico utilizado na ordem de uma narrativa hegemônica. Além disso, notou-se por parte das fontes jornalísticas uma postura etnocêntrica que privilegia informações relativas a segmentos da sociedade com padrões de referência oriundos da Europa, em especial, da Alemanha. Este periódico, ao ressaltar sistematicamente os valores históricos da comunidade teuto-descendente, acaba por legitimar um discurso homogeneizador, mas, fundamentalmente, construtor de sentidos, ao mesmo tempo em que estigmatiza os sujeitos afro-descendentes a um estado de exclusão social, representando-os como estrangeiros, pobres, indolentes, deficientes e desordeiros.

Sendo assim, este texto pretende contribuir nas discussões das chamadas identidades regionais, bem como nas relações de sociabilidade de determinados grupos étnicos, fundamentais na perspectiva de se pensar a alteridade, haja vista que discutir o papel da imprensa escrita é ponto central para a reflexão acerca dos espaços e das possibilidades de visibilidade e reconhecimento de grupos alijados do discurso hegemônico, como é o caso dos afro-descendentes em Santa Cruz do Sul.

Referências bibliográficas

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Mobilidade e desenvolvimento regional: o caso da comunidade afro-brasileira de Santa Cruz do Sul. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, 2001, p.53-80.

FLORES, Maria B. Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. *A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição*. MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: ULBRA, 1994, p. 210-220.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatay. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SKOLAUDE, Mateus Silva. *Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

TEICHMANN, Suzana Maria. *Desenvolvendo o turismo: resgate histórico da FENAF – Festa Nacional do Fumo em Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Fontes primárias

JORNAIS *GAZETA DO SUL*: (13/04/1978, p.16); (29/04/1978, p. 16); (13/05/1978, p. 9); (10/06/1978, p. 14); (15/06/1978, p. 27); (05/12/1978, p. Capa); (30/12/1978, p. Capa, 06, 07); (07/04/1979, p. 16, 17), (25/03/1980, p. 03), (29/04/1980, p. 03), (26/09/1985, p.2); (16/11/1985, Capa, p. 2 e no Caderno FIM DE SEMANA, p. 4), (27 e 28/09/1985, p. 11), (09/10/1984, Capa e p. 3 a 6), (15/10/2007, Capa), (31/03/1987, p. 02), (07/02/1981, p. 04), (21/06/1980, Capa).

O negro, o imigrante, e a construção da nação brasileira no século XIX: miscigenação, racismo e branqueamento no Rio Grande do Sul

*Vinicius Pereira de Oliveira**

[...] de certo modo, a historiografia atual continua a tratar o tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem se referir à questão racial subjacente e que em seu tempo teve um lugar privilegiado entre as motivações imigrantistas (AZEVEDO, 1987, p. 64)

Neste breve artigo, propomo-nos a discutir a importância das discussões raciais na construção da nação brasileira no século XIX e de que forma o negro e o imigrante europeu foram percebidos dentro desse processo, o qual se articulava diretamente com a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Consequentemente, noções de miscigenação, raça, branqueamento e nação destacam-se como ideias centrais.

Analisaremos, inicialmente, o desenvolvimento das teorias raciais no Brasil, buscando perceber de que forma elas foram apropriadas e adaptadas pela elite política brasileira do século XIX. Em um segundo momento, estenderemos a análise para a influência dessas teorias na gestação dos projetos de construção do povo brasileiro e nas políticas de branqueamento.

* * *

Teorias raciais claramente estruturadas só surgiram, no Brasil, na segunda metade do século XIX, especialmente a partir da década de 1870 – período de fundação de importantes centros de reflexão intelectual, como faculdades de medicina, museus, institutos históricos e geográficos e faculdades de Direito –, o que não quer dizer que não existissem, desde os primeiros momentos da colonização, teorias a respeito das diferentes etnias e grupos.

Como nos lembra Schwarcz (1993, p. 44), “a época das grandes viagens inaugura um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante”. De fato, a descoberta do Novo

*Doutorando em História/UFRGS. Bolsista CNPq.

Mundo não representou somente uma expansão das possibilidades comerciais postas ao universo europeu, pois também causou grande impacto religioso e filosófico nas concepções de mundo dos homens desse continente.

Nos momentos iniciais da presença europeia na América, foram elaboradas interpretações que viam os nativos do novo mundo como bons selvagens – para quem Rousseau representava um referencial importante. Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, surgiram vertentes mais negativas de interpretação do homem e a natureza americana. Passou-se “da projeção da inocência à inata maldade do selvagem” (SCHWARCZ, 1993, p. 45). Este giro classificatório quanto ao nativo americano aconteceu justamente no momento em que este passou a ser visto como estorvo ao empreendimento colonial europeu devido à crescente resistência oferecida.

Dos vários autores que colaboraram com essa visão, destacaram-se especialmente Buffon, com suas teses sobre infantilidade, debilidade e imaturidade da natureza no continente americano; e de Pauw, criador da teoria da degeneração americana (GERBI, 1996).

Mas seria o século XIX que assistiria o surgimento de teorias raciais propriamente ditas, justamente em um momento de afirmação e aumento de credibilidade da ciência como depositária da verdade e propulsora do progresso e, por outro lado, do confronto cada vez maior entre culturas e povos decorrente do expansionismo imperialista e da construção de novas nações tanto no Novo como no Velho Mundo¹. Gobineau, Chamberlain, Lapouge, Haeckel são alguns dos referenciais para as doutrinas raciais que emergiam, assim como a adaptação das ideias evolucionistas de Darwin sobre a natureza para a análise do desenvolvimento das sociedades². O Brasil não estaria imune a essas formulações. Entretanto, essas teorias raciais foram apreendidas e reformuladas frente à realidade brasileira do momento: uma nação a ser construída, com uma das maiores populações negras do mundo, há pouco tempo emancipada politicamente e com uma visão própria de si mesma e do mundo.

O conceito de raça foi uma construção do século XIX, assim como a racialização da justificativa da escravidão americana (MATTOS, 2000, p. 12) Os argumentos até então utilizados para justificar a hierarquização da sociedade eram de fundo religioso – contrapondo pagãos a cristãos –, ou cultural – opondo civilizados e bárbaros:

A noção de raça e a da desigualdade entre elas são construções do pensamento científico europeu e norte-americano do século XIX, mesmo que já aparecessem, de forma embrionária, em alguns escritos do século XVIII (MATTOS, 2000, p. 11).

¹ Klineberg (1996) apresenta uma pequena síntese das algumas teorias racistas ao longo da história.

² É interessante observar que Gobineau esteve no Brasil em missão oficial, entre abril de 1869 e maio de 1870, tornando-se amigo de D. Pedro II. Lemos (s/d) destaca que “Gobineau previu a extinção futura da população brasileira. A causa desta extinção seria a mistura de raças.”

A questão racial propriamente dita emergiu no Brasil a partir do momento em que surgiu a preocupação com a gestação de uma nação brasileira. Com a Independência política frente à metrópole, a ideia de raça “aparece como determinante nas descrições do povo e da nação brasileiros” (LEMOS, s/d). Nesse sentido, a discussão sobre o destino a ser dado ao negro na sociedade, que já vinha sendo realizada desde o século XVIII, adquiriu uma dimensão estratégica para o futuro político desejado para a nascente nação.

Outras questões também condicionaram esse debate, como a percepção de que a instituição escravista estava com os dias contados, o que levou a elite a lidar com o dilema sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Novamente, o problema do espaço que seria reservado ao negro nesta nova sociedade nacional e livre é colocado, já que se buscava encontrar o tipo de trabalhador ideal. A heterogeneidade da população brasileira e a negatividade associada ao trabalho manual eram vistos como obstáculos a serem transpostos para se alcançar um estágio de progresso e civilização desejado. Ao Estado, caberia o papel de ordenação desse povo heterogêneo rumo à sociedade desejada.

Entretanto, a resposta a essa articulação de problemas não foi uníssona. Como apontou Azevedo, diversas correntes se estruturaram ao longo do século XIX, algumas das quais classificadas pela autora como emancipacionista, imigrantista e abolicionista. Apesar dessas terem sido construídas sobre diversas vertentes teóricas, todas se aproximavam quanto à percepção da composição sócio-racial heterogênea do país. Azevedo acrescenta que:

As soluções encontradas para se ultrapassar esta heterogenia foram diversas, embora tivesse como ponto comum a ânsia de instituir uma nacionalidade. Esta busca de um povo foi expressa repetidamente por diversos reformadores ao longo de todo o século XIX” (AZEVEDO, 1987, p 36).

Os emancipacionistas buscavam, inicialmente, resolver o problema da nacionalidade integrando os próprios habitantes pobres do país em um projeto de sociedade unida e voltada, harmoniosamente, para o progresso. Em alguns autores dessa vertente, destaca-se a preocupação de integrar os elementos nacionais – negros e pobres – no processo de construção de uma nação sobre novos moldes, mas tendo o cuidado de não prejudicar o mercado de mão de obra.³

As teorias emancipacionistas foram perpassadas, porém, pela ideia de inferioridade dos negros, por condições inatas à “raça”, por sua origem “selvagem” ou ainda pela condição de cativo a que estavam sujeitos. A diferença cultural e social dos negros era vista como inferioridade e taxada de imoralidade, ausência de cultura superior e/ou falta de civilização. Os negros e mestiços necessitavam, pois, da

³ A esse respeito, ver a obra de Azevedo (1987) onde a autora apresenta uma ótima síntese do pensamento de diversas correntes classificadas por ela de emancipacionista, abolicionista e imigrantista.

tutela do Estado ou de representantes da “civilização” – como os antigos senhores – para terem êxito nesse processo de libertação e incorporação a uma sociedade branca hierarquicamente superior. Ao Estado, reservava-se a tarefa de forte controle e regulamentação das novas relações sociais e do trabalho.

Embora os abolicionistas tenham retomado algumas dessas ideias, especialmente na década de 1880, prevaleceu, no pensamento dos dirigentes brasileiros, as soluções propostas pela vertente imigrantista – surgida nos anos 1850, mas que ganhou especial força a partir da década de 1870 – os quais buscavam, no exterior, a *raça* ideal para compor a nação brasileira. A respeito da aceitação dessa vertente, Azevedo afirma que:

A força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século a antiga preocupação com o destino dos ex-escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar a ‘raças brásilica’ e engendrar por fim uma identidade nacional [...]” (AZEVEDO, 1987, p. 37).

A constatação dessa postura é importante para nossa reflexão já que teve consequências importantes na forma para com a qual o negro passou a integrar os projetos da elite:

[...] vários reformadores passaram a tratar o tema do negro livre não mais do ângulo inicialmente proposto – o da coação do ex-escravo e demais nacionais livres ao trabalho –, mas sim da perspectiva de sua substituição física pelo imigrante tanto na agricultura como nas diversas atividades urbanas. (AZEVEDO, 1987, p. 60)

A partir daí, o tema “inferioridade dos negros”, visto até então como resultante de seu paganismo e barbarismo, passou a ser permeado por “sofisticadas teorias raciais” científicas. Assumir essa postura levava seus postulantes a pregar a inferioridade da maior parte da população brasileira, composta majoritariamente por mestiços e negros, e “a tratar da transição para o trabalho livre quase exclusivamente do ângulo do imigrante” (AZEVEDO, 1987, p. 62).

O medo de levantes e insurreições negras e populares deve também ser considerado quando se aborda a opção dessa elite dirigente pelo imigrante europeu em detrimento dos nacionais negros e mestiços. Segundo Eduardo Silva (REIS & SILVA, 1989), as revoltas “foram o pesadelo do tempo” da escravidão para uma sociedade branca minoritária imersa em uma sociedade na qual a concentração de “gente de cor” era enorme tanto nas cidades como no meio rural. A ocorrência da Revolução Haitiana e da Revolta dos Malês, entre outros tantos levantes, revoltas e insurreições negras da América, alimentou ainda mais o temor branco frente ao perigo negro.

Além disso, outro argumento comumente utilizado contra a permanência da escravidão e do tráfico de escravos era que estes prejudicariam “a manutenção das matrizes europeias da sociedade brasileira” (LEMOS, s/d). Dado o grande

percentual de negros, pardos e mestiços na sociedade, temia-se que o país se transformasse – como salientou Visconde de Cairú – em uma “negroland”.

Também é importante salientar outro fator que impulsionou essas discussões. A Constituição de 1824, ao estender os direitos civis a todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os apenas do ponto de vista dos direitos políticos e em função de suas posses, abriu a possibilidade para que descendentes de escravos libertos e de afro-descendentes livres participassem do jogo político formal. É bastante dutível o impacto dessa situação sobre a parcela da população branca nacional. Nem todos aceitavam facilmente a ideia de dividir seu estatuto de cidadão com indivíduos de pele mais escura (MATTOS, 2000, p. 20).

Parcelas da elite brasileira passaram a atribuir os males da nação à presença do sangue negro e mestiço na população, e a crença na necessidade de sanear esta sociedade majoritariamente mestiça ganha, cada vez mais, apelo em um discurso que articula explicitamente o negro ao trabalho compulsório, ao atraso, à barbárie e à imoralidade, e o branco ao trabalho livre, ao progresso e à civilização. Relacionar o negro e não a instituição escravista com o *atraso* do trabalho era uma forma utilizada para defender o imigrantismo de base racista.

Também é interessante observar a postura dos liberais quanto à escravidão. Seus ataques se concentravam na luta contra o tráfico e comércio negreiro. A transição do trabalho escravo para o livre exigia, também para eles, a regeneração da negatividade do trabalho. Porém, a posse escrava, como propriedade privada, deveria ser respeitada.

O positivista, imigrantista e médico Luis Pereira Barreto, como muitos outros de sua época, mesmo que condenasse a escravidão, o fazia pelo desprezo que tinha pela presença de uma “raça inferior” no seio da sociedade e não guiado por um senso de humanidade. Dessa forma, “despido da imagem de vítima, que estava então sendo construída pelos abolicionistas, o negro passava a incorporar a de opressor de toda uma sociedade” (AZEVEDO, 1987, p. 69).

A mestiçagem foi muitas vezes utilizada para explicar a inviabilidade da nação. Através dela, supostamente degenerar-se-iam as qualidades das raças superiores presentes no Brasil – entendam-se europeus.

Porém, a ideia de promover um processo de miscigenação desejada foi vista como alternativa para o branqueamento da sociedade. A proposta era promover progressivos cruzamentos entre brancos, negros e mestiços até que se atingisse um nível de branqueamento aceitável, pois o negro, inferior por natureza, acabaria definindo pela ação do sangue branco superior. Informada por teorias raciais e especialmente pelo darwinismo social, esta postura via a imigração de indivíduos europeus como fundamental. A consequência desse processo seria a elevação moral e intelectual do “produto” final, um povo quase branco.

Outra postura, também informada pelo darwinismo social, propalava a alternativa de se confinar o negro do restante da sociedade branca para que este,

também pela ação da seleção natural, acabasse por desaparecer. A promoção do retorno do negro ao continente africano também foi cogitada como possibilidade de solução.

O quadro era complexo: teorias favoráveis à miscigenação ou antimestiçagem; degeneração do superior pelo cruzamento com um inferior ou branqueamento via cruzamentos desejáveis; cruzamento das raças visto como mal que prejudicaria a pureza das raças superiores ou como forma de salvá-las. Não havia consenso quanto ao meio de se empreender a construção do tipo desejado de povo, mas todas elas, de alguma forma, percebiam o negro e o mestiço como entrave ao progresso e à civilização.

Entretanto, como já salientado, prevaleceu a alternativa imigrantista. Não iremos aqui tecer maiores comentários sobre a evolução da imigração europeia dirigida no Brasil do século XIX. O que procuramos demonstrar nessas breves linhas é que o projeto de imigração europeia para o Brasil, apesar de sua dimensão econômica – substituição da mão de obra escrava pela livre de forma “lenta e gradual” –, que objetivava a criação de uma camada de trabalhadores livres, deve ser também entendido a partir dessas motivações culturais, em que o componente racial desempenhou papel importante. Se o objetivo fosse somente transformar juridicamente o *status* do trabalho, por que não efetivar esse processo com o negro e o mestiço? Não se tratava unicamente de substituir o trabalho escravo pelo livre, mas de substituir o trabalho escravo e negro (“inferior” e “bárbaro”), pelo trabalho livre e branco (“superior”, civilizado e “civilizatório”).

O europeu imigrante era visto como portador de uma mentalidade e psicologia do trabalho superior que proporcionaria a regeneração da negatividade do trabalho. O negro, como indolente, improdutivo e não merecedor de confiança. As bases de tais argumentos afastavam-se do social para ancorar-se em argumentos sobre uma origem biológica e cultural inatas às referidas “raças”.

Para encaminharmos o final deste texto, iremos apresentar trechos de três documentos referentes à imigração alemã no Rio Grande do Sul como forma de ilustrar as considerações acima desenvolvidas.

O primeiro refere-se às origens da colônia de São Leopoldo. Trata-se de um aviso enviado pela Secretaria de Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, como abaixo se segue:

Esperando-se brevemente nesta Corte uma colônia de alemães, a qual não pode deixar de ser de reconhecida utilidade para este império para a superior *vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa*, tanto nas artes como na agricultura e constando a S.M. o Imperador que o terreno em que se acha o estabelecimento de Linho Cânhamo na Província de São Pedro, é o mais apropriado para nele se estabelecerem os mesmos alemães. Manda o mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria do Estado de Negócios Estrangeiros, que o Presidente do governo daquela Província proceda:

1° – a mandar medir o mesmo terreno, para ser dividido em datas de 400 braças;

2° – que de logo parte da quantidade de terras e dos casaes que nela se poderão arranjar, visto estar mui próxima a chegada dos colonos;

3° – que faça avaliar os escravos pertencentes à Fazenda Pública, que ali se acharem, remetendo a sua avaliação e ficando na inteligência de que, a chegada dos colonos, deverão os referidos escravos virem para essa corte.

S.M. imperial está mui certo da inteligência e zelo da Presidente do governo para duvidar um só instante que nele se empregará toda eficácia e esmero nessa comissão que lhe dá por mui recomendada.

Palácio do Rio de Janeiro em 31 de marco de 1824

[Assinado por] Luiz José de Carvalho e Mello

(grifos meus)

Esse aviso, datado de 1824, momento em que as discussões imigrantistas apenas gestavam-se, reflete a preocupação das autoridades em tornar exitoso um aspecto particular do projeto imigracionista no Brasil meridional, ou seja, a constituição de uma camada de homens livres portadores de uma mentalidade supostamente superior e civilizatória. Esse objetivo só teria êxito, dentro da perspectiva da Coroa, se fosse realizado com “gente branca livre e industriosa”. Apesar de inexistir legislação proibitiva da posse de escravos por colonos alemães para esse período,⁴ pode-se perceber, no documento, a preocupação governamental quanto à convivência dos novos colonos com escravos, pois essa situação poderia colocar em risco o projeto governamental, como bem observou Piccolo:

Como entender que os imigrantes alemães, vistos como elementos necessários ao branqueamento da sociedade, tivessem escravos, contribuindo, assim, para a manutenção do sistema escravista? (PICCOLO, s/d, p. 170).

Também a respeito da imigração europeia ao Rio Grande do Sul, podemos observar o relatório de 05/10/1847, remetido pelo Presidente da Província Manuel Antônio Galvão, à Assembleia Provincial, no trecho onde afirma que:

Na opinião geral, é considerada a colonização a necessidade mais palpitante do império: a vastidão das terras desertas que não quereis sem dúvida povoar com negros⁵.⁵ (grifos meus)

Desprende-se deste documento a visão negativa associada à presença negra no cenário social do país, em um momento já de afirmação dos postulados imi-

⁴ A primeira legislação inibidora da relação entre imigrantes e escravos na Província do rio Grande de São Pedro foi a Lei Provincial n.º 143, de 21/07/1848, no seu art.5º, §4º. No mesmo sentido temos a Lei Imperial n.º 514, de 24/10/1848, que em seu art. 16 destinava áreas para projetos de colonização, proibindo-as de serem roteadas por escravos; bem como a Lei n.º 183, de 18/10/1850, e Lei Geral n.º 304, de 30/11/1854.

⁵ Citado por PICCOLO (1997, p. 165).

grantistas e de crescente incerteza quanto ao futuro do tráfico internacional e da escravidão.

Após tudo o que foi dito, cremos que o terceiro e último trecho de documento a ser apresentado, um discurso proferido pelo deputado do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, Félix da Cunha, em 04/10/1862, dispense maiores comentários após o que já foi dito. Este político afirmou o seguinte: “[...] nós queremos colonos alemães, porque a colonização alemã significa trabalho, indústria, agricultura e, sobretudo, o aumento do número de cidadãos”.

Procuramos, nestas breves linhas, demonstrar o destacado papel desempenhado pelas teorias raciais no processo de transição do trabalho escravo ao livre, momento em que, pela primeira vez, foi pensada, sistematicamente, a gestação de uma nacionalidade e de um povo brasileiro, bem como salientar as motivações que levaram o Estado a optar pela imigração europeia e pelo branqueamento da sociedade, visto como necessário para a construção da cidadania no Brasil.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COMAS, Juan; (e outros) *Raça e ciência – I*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GERBI, Antonello. *O Novo mundo. história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KLINEBERG, Otto. *As Diferenças raciais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Ed. Universidade de São Paulo, 1966.

LEMOS, Maria Alzira Brum. *O conceito de raça no Brasil*. In: <http://triplov.com/racism4.html>

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 41-58.

PICCOLO, Helga Iracema L. Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX. In: SBPH. *Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – Anais*. São Paulo, 1989.

_____. Imigração Alemã Construção do Estado Nacional Brasileiro: Rio Grande do Sul, século XIX. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 165-178, jul/dez 1997.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

_____. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

_____. A escravidão na colônia alemã (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. PUC/RS. Porto Alegre, 2000b, CD-ROM.

_____; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A imigração alemã na historiografia Rio-Grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: DREHER, Martin N. (org.) *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: IHSL, 2004.

O choque cultural entre nativos e colonizadores em terras do atual município de Montenegro – Séculos XVIII e XIX

*Lisiane da Motta**

Para uma breve análise sobre o encontro da cultura indígena com a europeia na região onde atualmente está localizada a cidade de Montenegro, é preciso, inicialmente, identificar quem eram os ocupantes destas terras quando os primeiros colonizadores europeus aqui chegaram, ainda no século XVIII.

A região hoje abrangida pelo município de Montenegro e toda a Ibia [...] era dominada pelos índios ibiraiaras que não pertenciam à grande nação tupi, nem à subdivisão desta no Sul – a tupi-guarani. Pertenciam os ibiraiaras ao grupo jê-tapuia, ou simplesmente jê, posto que tapuia era a denominação que davam os tupis aos índios que não falavam a sua língua, mas também a seus inimigos, mesmo que fossem tupis ou mesmo conquistadores brancos, às vezes, fato que gerou muitas confusões (ROSA, 1979, p. 150).

Quando os colonizadores transitaram na região, encontraram grupos falantes da língua jê, que eram os mais antigos da Banda Oriental (KUHN, 2004, p. 16). O limite de sua ocupação era a encosta do planalto, na região banhada pela bacia do Caí.

Segundo Kuhn (2004, p.16), atualmente são conhecidos como Kaingang, mas suas denominações variaram de acordo com suas características. Diante disso, foram divididos em vários subgrupos, segundo uma classificação que privilegia ora seu aspecto físico, ora suas denominações originais: Coroado¹, Botocudo², Guaianá, Caaguá. Cultivavam plantas de forma rudimentar, não eram antropófagos e viviam em pequenas aldeias compostas de 20 a 25 famílias, as quais eram submetidas ao cacique geral.

*Licenciada em História pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Memória Social e Identidades pela Universidade Luterana do Brasil. Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq. Endereço eletrônico: jlmotta@terra.com.br.

¹ Viviam na região serrana e costumavam cortar os cabelos de modo que ficassem como coroas e depois cobriam com cera. Os Guarani os denominavam de *Irayti-inhacame*, que significa “cera na cabeça” (PORTO, 1937, p. 25).

² Pelo uso de grandes botoques, ou seja, grandes círculos introduzidos em furos artificiais nas orelhas e lábio inferior (ROSA, 1979, p. 152).

Pesquisas arqueológicas indicam que os Kaingang aqui referidos são descendentes de grupos a quem se atribui a chamada Tradição Arqueológica Taquara. Fragmentos cerâmicos identificados como desta tradição arqueológica foram encontrados no sítio RS-TQ-58, localizado na divisa dos municípios de Montenegro e Brochier.

Sua presença em nosso território, quando da chegada dos europeus se deve ao avanço da colonização em terras que originalmente ocupavam, o que os trouxe para áreas ainda não muito povoadas, como o noroeste gaúcho.

A partir do surgimento da Tradição ceramista Tupiguarani, ocupando áreas de floresta subtropical e os grandes rios, a Taquara se restringe ao planalto. Em alguns pontos, a Tupiguarani ascende até uns 600m acima do nível do mar e entra num processo aculturativo com a Taquara. Mas os traços desse processo são muito tênues e escassos. A Tradição Taquara se mantém isolada dos europeus e brasileiros colonizadores, por mais tempo que as demais, a Umbu, no campo, ao sul e a Tupiguarani ou Guarani, no noroeste, encosta do planalto e litoral. A razão é simples: sua área foi a última a ser ocupada. À medida que a colonização vai avançando, eles vão sendo exterminados. Os sobreviventes afastam-se cada vez mais na direção do **noroeste** do Estado (RIBEIRO, 1994, p. 14) [grifo meu].

O avanço dos Kaingang no sul do Brasil foi acelerado pela colonização, em suas diferentes manifestações, por conflitos entre os próprios grupos indígenas e pelo desenvolvimento agrícola de algumas regiões:

Com a colonização da Região Sul e de modo especial com o desenvolvimento da cafeicultura no séc. XIX, grupos de Kaingáng são levados a deslocamentos rápidos. Alguns grupos que vivam no interior das matas, hostilizados pelos criadores de gado do Sul, conseguiram sobreviver em capões dessas matas desde o Paraná até o nosso Estado. O avanço das frentes de colonização, com os diferentes modos de entrar nas terras dos índios – bandeirismo, missão e colonização -, fez com que o Kaingáng continuasse a migrar. Mesmo assim ele conseguiu mais uma vez certa permanência em seu ambiente natural, ainda que ilhado em meio a um mundo hostil. A migração de alguns grupos Kaingáng para o Rio Grande do Sul parece relativamente recente. Alguns grupos, além de fugirem do colonizador, migraram por causa das lutas entre eles próprios. Alcançaram, por uma ou outra razão, as matas de pinheiros e os campos da parte norte do estado (BECKER, 1991, p. 333).

De acordo com relatos de diversos estudiosos que se ocuparam deste grupo no decorrer do século passado (BECKER, 1991, p. 332), os Kaingang³ são descendentes dos antigos Guayaná⁴ e sua aparência física é assim descrita:

³ Segundo BECKER (1991, p. 332), receberam esta denominação desde 1882.

⁴ Segundo KUHN (2004, p. 16), a derivação direta dos Kaingang em relação aos Guaianá apresenta alguns problemas, a começar pelo fato, reconhecido pelos próprios índios, de que eles teriam vindo de São Paulo em um passado não muito remoto.

Seu físico tem aparência mongolóide. De estatura mediana, têm o corpo bem proporcionado. O rosto é levemente oval, com olhos pretos e oblíquos; o nariz um pouco achatado, a boca e as maçãs do rosto normais. A pele é de cor bronzeada. O cabelo é abundante, preto e liso; os homens o cortam em coroa, o que lhes valeu, no século passado, o apelido de *Coroados*. As mulheres usam o cabelo de preferência comprido e solto; às vezes fazem uma trança. Costumavam, especialmente os homens, depilar até mesmo as pestanas. Têm ótima acuidade sensorial tanto para os olhos como ouvidos e uma grande habilidade táctil. Seu idioma é o Kaingáng, pertencente ao grande tronco das línguas jê (BECKER, 1991, p. 333) [grifo do autor].

Entre as fontes disponíveis⁵, as mais utilizadas e ricas em termos de dados históricos sobre estes grupos, estão ligadas a relatos de eclesiásticos, principalmente no período que compreende o século XVII:

As informações históricas para os Kaingáng nos séc. XVI são raras e pouco explícitas; em verdade elas começam em inícios do séc. XVII quando se fizeram as primeiras tentativas de Missão, como, por exemplo, as do Pe. Montoya, S.J. Nesse momento os Kaingáng aparecem na periferia das áreas dos Guarani ou formando bolsões nas mesmas áreas. Já haviam sido contactados esporadicamente pelos conquistadores no séc. XVI. Segundo os missionários⁶ que no século XVII os tentaram missionar, esses índios eram totalmente diferentes do Guarani. De acordo com a localização geográfica e/ou com as fontes, os Guayaná eram também conhecidos como Bate, Chova, Pinaré, Kaiguá ou Caaguá, inimigos tradicionais dos Guarani (BECKER, 1991, p. 333).

Rosa (1979, p. 151) comenta a presença de missionários jesuítas nesta região, ainda no século XVII, os quais foram assassinados por índios Ibirairara, o que resultou na matança de muitos índios.

Vimos que, em meados daquele século, José de Anchieta mandou dois jesuítas portugueses entrarem no território da Ibia, com o fim determinado de converter os referidos indígenas, o que não aconteceu porque os jesuítas foram assassinados por seus próprios companheiros, os índios carijós que os acompanhavam. Os jesuítas espanhóis, no século seguinte, logo após terem instalado as missões de Jesus Maria, São Cristóvão, São Joaquim e Sant'Anna, na década de 1630, na região de Rio Pardo e Candelária, atravessaram o Rio Taquari para catequizar os ibirairaras, não o conseguindo porque estes desconfiavam dos espanhóis e detestavam os índios tapes aldeados pelos jesuítas de Espanha; também logo após a entrada dos jesuítas na

⁵ Foram muitos os viajantes e cronistas que transitaram pelo Rio Grande do Sul. Dentre eles Nicolau Dreys (1817-43), Auguste de Saint-Hilaire 1820), Arsène Isabelle (1833-34), A. Baget (relato publicado na Bélgica em 1874), entre vários outros. Apesar de nos darem notícias sobre os nativos de diversas localidades e alguns detalhes sobre seu modo de vida, além de constituírem ricas fontes de pesquisa etno-histórica, seus relatos não abordaram aspectos específicos desta região.

⁶ Para conhecer mais sobre a ótica missionária acerca do assunto, ver a tradução e publicação (1985), do original do Pe. Antônio Ruiz de Montoya, publicada em 1892, na Europa.

região entre o rio Taquari e o Caí, com intuítos de catequese, os índios ibiraiaras mataram o jesuíta Cristóvão de Mendoza em plena Ibia (em 1635), **o que provocou, em vez de catequese, uma expedição punitiva aos índios tapes, mandados em grande número e bem armados pelos jesuítas; disso resultou uma matança e aprisionamento em massa de ibiraiaras, sendo que a este fato se seguiu a entrada dos bandeirantes paulistas, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, o qual destroçou as missões recém-fundadas** de Jesus Maria, São Cristóvão, São Joaquim e Sant'Anna, na região de Rio Pardo e Candelária, motivo por que os jesuítas se retiraram para sempre daquelas plagas, abandonando o propósito de fundar reduções de ibiraiaras na Ibia (ROSA, 1979, p. 151) [grifo nosso].

Neste exemplo, a tentativa de catequese, imposição religiosa permeada por interesses econômicos e de defesa de territórios, alcançou um objetivo bem distante do que o da “salvação de almas”, apesar de ter sido importante para a sobrevivência de muitos nativos que se subjugaram a ela. No entanto, impor valores que os índios não reconheciam era uma tarefa bastante difícil de ser realizada, que fez com que o processo de catequização usasse de artifícios que oscilavam desde castigos a uma flexibilidade cultural por parte dos missionários.

Avançando até o século XVIII, quando da instalação dos primeiros sesmeiros na região analisada, não há o conhecimento de relatos, até então, referentes a este período, de ataques a fazendas, especificamente no território onde hoje está localizada a cidade de Montenegro, o que não significa que não tenham acontecido. A esparsa colonização lusa, com economia baseada na criação do gado, não promoveu um grande impacto na convivência entre as duas culturas:

Ao se instalar definitivamente no estado, em fins do séc. XVIII, a colonização lusa alcança alguns espaços na área Kaingáng, ou sejam, os Campos do Planalto, a Encosta superior e inferior do Nordeste e partes do Planalto Médio. No começo do séc. XIX apenas os municípios de Vacaria e Santo Antônio são os explorados para a criação de gado. Essa modalidade de colonização lusa permitiu a sobrevivência independente do índio e do português de forma que o Kaingáng, coletor de pinhão, ficou na área de mato e o criador luso na de campos. A seguir se multiplicam os municípios e, de modo especial, nas áreas de colonização alemã (BECKER, 1991, p. 335).

Com o início da colonização alemã, determinada pelo Governo Imperial, o período de 1824 a 1874 foi marcado por violentos confrontos entre índios e colonos. Diante do povoamento rápido e intenso das colônias alemãs, os indígenas sentiram-se acuados, pois as terras em que, até então, livremente transitavam, agora comportavam novos moradores, com um entendimento bem diferente a respeito da demarcação dos limites territoriais.

A colonização prossegue apoiada numa legislação que dispunha sobre as terras devolutas como exclusivamente reservadas aos alemães. Surgiram assim as Colônias do Caí, **Montenegro** e Nova Petrópolis **que se tornam o cenário de novos encontros** (BECKER, 1991, p. 336) [grifo meu].

Como forma de reação à ocupação territorial por parte dos colonos alemães, os nativos saqueavam violentamente as propriedades, capturando mulheres, crianças e muitas vezes matando famílias inteiras.

Escolhiam sempre o momento da ausência do homem e, chegada a ocasião, homens, mulheres e crianças investiam contra as moradas isoladas e matabam, destruíam e roubavam. Muitas vezes levavam consigo, à força, mulheres e crianças; aquelas conseguindo, algumas vezes, fugir e regressar ao lar, estas, com o decorrer dos anos, identificando-se com a vida nômade do selvagem, assimilando-se ao meio e aos costumes (CAMPOS NETTO, 1924, p. 81).

Um exemplo de literatura baseada no depoimento de um sobrevivente destes ataques é o livro “Vítimas do Bugre”, no qual o Monsenhor Matias José Gansweidt narra com detalhes sobre a captura de uma família alemã, instalada na Colônia de Nossa Senhora da Soledade⁷, na primeira metade do século XIX. Segundo a narrativa, depois de instalada em sua propriedade, quando da ausência do marido, Sr. Lamberto Versteg, foi atacada por índios, que destruíram e queimaram a casa, mataram os animais, saquearam o que lhes interessava e levaram consigo a esposa e os dois filhos. No texto de Gansweidt, os costumes indígenas são contados em detalhes, apesar da subjetividade e, possivelmente, de uma pitada de ficção. Outra versão foi divulgada em um calendário de 1916, escrito em alemão, com algumas alterações no final da história, mas com a mesma ênfase na “barbárie” indígena. O acontecimento que deu origem aos vários formatos envolvendo o tema, de fato aconteceu, de acordo com documentos do século XIX, conforme transcreveu Campos Netto:

O Presidente da Província, Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, no relatório com que passou o Governo da Província, em 1868, ao seu substituto, Dr. Joaquim Vieira da Cunha, relata: ‘Apezar dos nucleos de aldeamento de índios⁸ existentes nesta província não cessarão elles de incur-sões e estragos nas suas visinhanças. No dia 14 daquelle mez (Janeiro) assaltarão os bugres a casa do colono Lambertus Wertig, da Colônia Santa Maria da Soledade, sita no 5º distrito do termo de São Leopoldo, levando para os Mattos a família do mesmo colono, composta de mulher e filhos. Tão depressa tive conhecimento desta triste occurrencia, autorisei o Dr. Chefe de Polícia a mandar proceder as necessárias diligencias com o fim de afastar os bugres para longe das colônias e de reaver a família raptada. Por officio de 24 de Fevereiro, comunicou-me o Chefe de Polícia que foram infructife-

⁷ Esta Colônia é mencionada por Campos Netto como Santa Maria da Soledade. Deveria ser colonizada no prazo de cinco anos, a partir de 06 de fevereiro de 1855, através de contrato firmado entre o Governo Imperial e o Conde Paulo de Montravel. Estava localizada próxima ao Rio Cai, na região do Alto Forromeco.

⁸ Em 1846, foi criado o aldeamento de Nonoai, no Alto Uruguai, seguido pelos aldeamentos de Campo do Meio e Colônia Militar Caseros no Mato Português, todos organizados pelo governo provincial (NONNENMACHER, 2000, p. 24).

ras as diligencias empregadas, pois apenas se encontrarão vestígios passageiros da marcha dos selvagens, despendo-se com a partida que, em 19 de janeiro até 11 de fevereiro, se internou na matas a quantia de 701\$740 reis, que mandei pagar pela directoria da fazenda provincial (CAMPOS NETTO, 1924, p. 101) (sic!).

O que importa, neste exemplo, é mostrar que este convívio nativo-colonizador foi traumático e rendeu, além de pesquisas (de acordo com os critérios da época) e produção de literatura, muitas atitudes por parte do Governo, para garantir a tranquilidade e o sucesso do movimento colonizador. Uma delas foi a criação de aldeamentos (NONNENMACHER, 2000, p. 21) para a retirada dos índios das terras pretendidas para a colonização. Certamente esta adaptação forçada à vivência em aldeamento foi muito difícil para os índios, acostumados a buscar sua alimentação em áreas vastas. Este quase confinamento fez com que os índios alterassem seus hábitos culturais, o que também foi uma agressão:

José Joaquim de Oliveira, que conviveu com os índios por mais de vinte anos como diretor de aldeamento, sempre se referiu a eles como “selvagens”, “vadios”, “ordinários”, “indolentes”, etc. Esse discurso é próprio dos governantes e intelectuais que puderam deixar seus registros, enquanto que as sociedades ágrafas, autóctones, não quiseram, não souberam ou não puderam perpetuar seu discurso sobre a maneira de perceber a subjugação (NONNENMACHER, 2000, p. 21).

Voltando às terras montenegrinas, os relatos de confrontos e assaltos mencionam a região de Costa da Serra e Brochier, apesar de terem acontecido em todo o percurso do Taquari (CAMPOS NETTO, 1924, p. 82).

É muito importante frisar que tais relatos foram escritos por brancos, que buscavam, no mínimo, afugentar índios. Sendo assim, a ideia foi condenar e banir os “selvagens” da sociedade civilizada. Vejamos alguns trechos:

Costa da Serra, 1º districto deste município, foi theatro de vários dramas trágicos, originados pelo assalto sangrento dos selvagens. Depois do mal feito, retiravam-se os bugres para o interior do sertão e por lá permaneciam por tempo mais ou menos longo, até que o facto cahisse em esquesimento para, então, voltarem novamente ao assalto, **naquella pertinácia digna de melhor causa, naquella guerra sem tréguas contra o homem sivilizado que os enxotava de seus domínios** (CAMPOS NETTO, 1924, p. 81) (sic!).

Quanto aos “homens civilizados” que repeliam os índios, estes eram conhecidos como “bugreiros”. Aos olhos dos colonos eram vistos como novos Bandeirantes.

Era preciso por um fim ao desasocego das famílias dos primeiros povoadores de Montenegro, sempre amedrontados pela visinhança do selvagem que, como dissemos, de quando em quando, se deixavam surprehender nas proximidades das habitações, espionando, observando o terreno, planejando o futuro assalto. E surgiu a ideia de batel-os, afugenta-los de vez para longe e

para sempre. Novos Bandeirantes! (CAMPOS NETTO, 1924, p. 82) (sic).

Além da linguagem poética, característica da época e do autor, é notória a ideia de indicar o índio como o invasor e que este não atendia aos quesitos para pertencer à civilização. Com esta mentalidade, em 1832, é formado um grupo para expulsar os índios destas terras:

Mais ou menos no correr de 1832, Custodio Machado, morador da Costa da Serra, genro de Manoel Lopes Duarte, reúne dezoito homens, inclusive seu irmão Antônio, menino de pouca idade, e partiu d'alli, em direção à alta cordilheira da Serra, para acalmar o pânico diário das famílias. Iniciada a viagem com as precauções necessárias, por muitos dias, por estradas improvisadas na selva, procuraram improvavelmente, os selvagens, que tanto pavor infundiam a todos. Afinal, começaram a encontrar vestígios de bugres; mais cautelosos ainda, proseguiram na exploração do sertão, até que, ao cair de uma tarde, do alto de uma árvore avistaram, ao longe, fumaça que indicava a presença de selvagens. Sendo já tarde, **combinaram batel-os** ao clarear do dia seguinte, **o que levaram a efeito, não com o resultado que esperavam, pois, sendo presentidos, tiveram os bugres tempo de fugir em todas as direções**, deixando ainda nos espetos assados de carne de anta, porco e veado. Tendo atingido a meta dos seus desejos, **que era afugentar o indígena**, regressaram, então, os novos bandeirantes, trazendo a impressão de um lindo campo encontrado lá ao longe, na alta cordilheira da Serra, e o que é mais, **com a ideia fixa de, mais tarde, voltar áquele ponto e adquirir aquelle terreno**. E assim terminou a excursão às selvas virgens de Montenegro (CAMPOS NETTO, 1924, p. 83) [grifo nosso].

Depois desta incursão, foram realizadas novas investidas, em 1834, em terras montenegrinas, na época:

Iniciam a viagem, procurando alcançar os últimos galhos de um arroio, explorado na primeira excursão, e que, mais tarde, recebeu o nome de S. Salvador, que ainda hoje conserva. Attingido depois de longos dias de viagem, o cume da Serra, avistaram vasto pinhal e signaes evidentes de um toldo de bugres (CAMPOS NETTO, 1924, p. 83).

Outras fontes, como registros de delegados, podem nos informar sobre a ação dos índios e dos bugreiros:

Relativamente a este município, podemos documentar também o seguinte sobre os bugres, constante do registro de officios do 1º suplente em exercício do Delegado de Polícia, do município de Triumpho, em 1947, Sr. João Antônio Correa: "Ilmº Snr. Neste momento me foi comunicado pelo Sr. Sub-delegado de Polícia do 1º distrito desta villa [...] que no dia 6 do corrente, foi atacada pelos Bugres, a Caza de Augusto⁹, Francez, no Maratá, resul-

⁹ Sobre o relatado acima, cabe um esclarecimento: "Augusto Francez" era um dos irmãos franceses, fundadores da atual cidade de Brochier, antigo distrito de Montenegro. Segundo informações obtidas através de parentes destes, Augusto e João Honoré Brochier conviveram de maneira pacífica com os nativos, o que é registrado inclusive em seus túmulos.

tando matarem um crioulo, e levarem consigo uma China de nome Maria Rita, com dois filhos pequenos; por isso cumpre [...]se esforçará em perseguir esses Selvagens a ver se consegue punir a sua barbaridade e resgatar aquelas infelizes criaturas que elles conduzem (CAMPOS NETTO, 1924, p. 85) (sic!).

Em documento datado de 25 de setembro de 1851, expedido por João Antônio Correa, suplente do Delegado de Polícia de Triunfo (ao qual Montenegro fazia parte) e destinado ao Chefe de Polícia interino da Província, existem as seguintes observações, apontadas:

Agora me acaba de ser informado por pessoa fidedigna, que os Bugres continuão a apparecer nos Mattos da Costa da Serra geral, pertencente a este município, e que pelas maneiras misteriosas que apresentão, indica que is seus fins são sinistros; e talvez idênticos aos horrorosos acontecimentos que infelizmente tiverão agora lugar na Vaccaria, praticados por taes selvagens. **Além destas poderosas razões, acrecem outras de não menos importância que devem meresser toda a atenção, de V. S. Este município tem não poucos estabelecimentos de Xarqueadas, olarias e fâbricas de farinha, cujo costeio he todo feito por braços escravos; tendo além disto, muitos lavradores, e agricultores, em cujo serviço também empregão braços escravos, do que resulta haver talvez 4 ou 6 vezes mais escravos, do que homens brancos: e que extremado o mesmo Município pelo lado do Norte com a Serra Geral, junto da qual cruzão varias estradas, que são tranzitadas por immenso povo, tem sido agora encontrados magotes de desertores que por ali cruzão talvez procurando occultarem-se nas matas da costa da mencionada Serra, para d'ahi acobertados por ellas, cometerem todos os attentados que lhes aprouver; ainda que a meu ver muito peores se devem reccar da escravatura,** logo que a Guarda Nacional deste município marche para a Campanha, deixando as famílias em desamparo. São estas as ponderosas razões que me obrigão a representar a V.S. **a necessidade que há de um destacamento de 30 ou 40 homens** da mesma Guarda Nacional para ser empregada dedicadamente na Polícia e manutenção da ordem publica neste Termo, logo que a Guarda Nacional marche para a Fronteira. Para obstar algum assalto dos bugres, julgo que seria muito necessário collocar desde já, sobre a Costa da Serra, naqueles lugares por onde m.s se deva reccar alguma invasão d'elles, um destacamento de observação, para os repelir quando tentem cometer suas costumadas atrocidades (CAMPOS NETTO, 1924, p. 87)[grifo nosso] (sic!).

O relato indica o perigo de “desertores” escravos que são ameaças tanto quanto os índios. Para prevenir problemas, foi requisitada uma guarda de observação, como uma barreira para estes tipos de ocorrências na Costa da Serra. Em documentos posteriores (CAMPOS NETTO, 1924, p. 88-89), o Governo da Província resolveu concordar com a estada de uma Guarda, no entanto, recomendou que as ações fossem cautelosas, utilizando homens experientes em andanças pelos matos, para prevenir “que esta força seja sacrificada” e “nem seja lezada (sic!) a Fazenda Nacional”. O comandante da Guarda indicada argumentou que a tarefa

se tornaria impossível, pois não havia armamentos e nem munição. Assim, ficou adiado o trabalho destes grupos, até que se resolvessem suas faltas, ficando autorizado o Delegado de Polícia de Triunfo, a tomar as providências necessárias.

Finalizando o roteiro das expedições em busca de índios, em 1864, um grupo composto por mais de uma dezena de homens, coordenado por Antônio Machado de Souza, seguiu pelas margens do Arroio dos Franceses¹⁰ e chegou até o Campo dos Bugres¹¹. Uma das partes mais interessantes do relato está concentrada no seguinte trecho:

Proseguindo viagem galgaram ásperas montanhas, a uma das quaes foi dado o nome de Morro dos Cavalos. Em certo ponto, Machado, fazendo parar os companheiros, disse-lhes: “D’aqui por diante mais cautela” e apontando para o alto de alguns coqueiros, mostrou-lhes a falta de palmitos que recentemente haviam sido tirados pelos bugres, que delles se utilizavam como alimento; ao lado, uma canneleira derribada, da qual fora extraído mel. Em uma outra parte de terreno, limpo, onde se viam saliências de terras, semelhantes a sepulturas e, para mais um lado, três camas de palmas de coqueiros. Foram verificados ainda cinco cabos, que deviam servir para machadinhas, duas taquaras torcidas, presas ao alto de uma árvore, tendo na extremidade uma fórmula de argola, indicando ter servido par prender algum animal. Atentos ao menor rumor, proseguiram a exploração pela alta cordilheira, passando muito a leste do actual povoado Barão. Encontraram, depois de penosos dias de viagem, um campestre, em ligeira collina, com lindas ilhas de campo, altos pinheiros, isolados aqui e alli, tendo pendentes escadas feitas de cipó, deparando-se-lhes, nas copadas, uma espécie de barquinha, feita com folhagens de outras árvores. Encontraram no mesmo local, dois montes de terra, sendo um maior que o outro, ambos semelhantes a grandes fornos abandonados. A algumas dezenas de metros, ranchos construídos de palha de taquara, cascas de pinhões, sabugos de milho e, não muito distante, ossamentas de cavallos (CAMPOS NETTO, 1924, p. 90) (sic).

Pela localização, os “novos bandeirantes” deveriam ter encontrado grupos Kaingang, entendidos como descendentes de grupos da chamada Tradição Arqueológica Taquara, construtores de casas subterrâneas.

Notamos, até aqui, que as fontes sobre o assunto são ricas e instigam novas pesquisas. Revelam a violência do confronto entre índios e colonizadores, com domínio da mentalidade “civilizatória”.

Certamente este resgate é importante para contar a história da imigração, sob o ponto de vista dos imigrantes, que contribuíram com muito trabalho e esforço e, sem dúvida, foram fundamentais para o crescimento rio-grandense. O lamentável é que a cultura dos antigos e primeiros moradores destas terras gaúchas foi se dissipando juntamente com seus “novos rumos”. Apesar do gradual processo de

¹⁰ Nome em homenagem aos irmãos franceses Augusto e João Honoré.

¹¹ Atual cidade de Caxias do Sul.

transculturização entre estas diversas etnias, que então resultou em heranças culturais e genéticas facilmente percebidas, este choque cultural contribuiu para alimentar preconceitos, inferiorizar grupos, deixar rastros de violência irreparáveis entre os envolvidos e, inclusive, enfraquecer aos poucos a identidade indígena no Rio Grande do Sul.

Esta conduta, no Brasil Meridional, concentrou as populações indígenas sobreviventes em reservas, onde seu antigo e essencial vínculo com a natureza é muito restrito. No início, eram como prisões sem grades e, atualmente, são redutos de comunidades carentes de recursos, políticas públicas e cidadania.

Referências bibliográficas

BECKER, Ítala Irene Basile. O que Sobrou dos Índios Pré-Históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, Arno. **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. (Série Documenta/RS).

CAMPOS NETTO, José Candido de. **Montenegro**. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

GANSWEIDT, Monsenhor Matias José. **As Vítimas do Bugre**. Traduzido por Irmão Eugênio Damião. Porto Alegre: SELBACH, 1946. Tradução de: Luis Buger und Die Opfer Seiner Rache.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. Traduzido por Arnaldo Rabuske.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção História, n. 32)

PORTO, Aurélio. **Terra Farroupilha: Volume Comemorativo ao segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937)**. [s.l.]: [s.ed.], 1937.

RIBEIRO, Pedro A. Mentz. Pré-História do Rio Grande do Sul: A História dos Primeiros Habitantes. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 1994.

ROSA, Antônio Carlos Fernandes. História de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Muller [org.]. **Montenegro de Ontem e de Hoje**. São Leopoldo: Rotermond, 1979, vol. 1.

A constituição da identidade de grupos de imigrantes a partir das relações interétnicas: o caso dos judeus e dos alemães

*Cristine Fortes Lia**

As relações interétnicas entre comunidades imigrantes são referências extremamente valiosas para a compreensão das identidades que se constituem no Brasil, para estes grupos. Uma parcela significativa dos imigrantes de origem judaica que chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX se reconhecia como alemães, em função, obviamente, de seus locais de procedência. Em terras brasileiras, esta percepção de origem começou a ser remodelada a partir das relações possíveis e/ou impossíveis entre os imigrantes judeus e os que pertenciam à comunidade teuto-brasileira. O processo migratório, neste caso, correspondeu não apenas a adaptação à cultura local, como também a uma busca de identidade do país de procedência, aliada à necessidade de se inserir na comunidade judaica. O “ser judeu” aparece como resultado dessas relações interétnicas, e este estudo se ocupa desse processo de construção e reconstrução de identidade.

Identidades étnicas e a percepção do judaísmo

As identidades étnicas são as formas de identificações dos grupos humanos, que identificam não apenas as semelhanças dentro do grupo, como permitem reconhecer sua diferença em relação aos outros e a dos outros em relação a ele. Em geral, as identidades étnicas operam na busca das diferenças. Na dificuldade em definir seu próprio grupo, busca sua caracterização na sua diferença em relação ao outro. A sua identidade constitui-se na negação do outro.

O conceito de etnia, em geral, está relacionado com outros dois conceitos: o de nacionalidade e o de cidadania. Ter cidadania é pertencer formalmente a um estado, tendo direitos e deveres para com este. Este estado, ao qual o cidadão pertence, é definido juridicamente, através de leis próprias e uma posse territorial. O estado é algo concreto, que pode ser objetivamente definido. Pertencer a um estado é estar ligado a um território e garantido pelas leis do mesmo.

Nacionalidade é pertencer a uma nação. É um conceito que se define de forma mais subjetiva, já que, ao contrário de estado, nação não se define através de

*Doutora em História – PUCRS. Professora da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

um território, mas através de uma herança cultural comum, um “mito de origem”. As concepções de nacionalidade podem variar de acordo com cada povo e, muitas vezes, também variam de acordo com o tempo.

Da mesma forma, varia o conceito de cidadania. Por mais objetivo que este possa parecer, adquire conotações diferentes de acordo com épocas ou povos. A imagem do cidadão corresponde a um modelo de pátria que se quer alcançar. Muitas vezes, ser cidadão de um determinado território significa obedecer aos critérios que definem a cidadania.

Na história brasileira, é comum encontrarmos os estereótipos do “cidadão brasileiro”, ora visto como preguiçoso, como malandro, ora como o bom e disciplinado trabalhador, ora como o não revolucionário. Essas imagens estão, de um modo geral, ligadas a uma conjuntura política, que busca na definição do ser brasileiro uma explicação para as formas de exercício do poder. As tentativas de definição do que é o “típico brasileiro” acabam por encobrir na história o que, em determinado momento, não se quer que seja formador do povo brasileiro.

Nesse sentido, é importante observarmos a condição das comunidades judaicas, tanto no que se refere aos conceitos de sua identidade étnica, suas relações de cidadania e nacionalidade, como suas formas de inserção na sociedade brasileira, no início do século XX.

A definição mais comum do judaísmo está ligada à religiosidade do grupo. Neste caso, a crença na religião judaica, ou seja, o fator religioso é a base de organização do grupo. Não discordamos dessa visão, porém a consideramos insuficiente para definir o fenômeno do judaísmo. Consideramos o mesmo como um grupo étnico, que tem como base uma história comum (o judaísmo). Acreditamos que a ideia de história comum nos possibilita uma visão mais ampla do conceito de judaísmo.

Acreditamos que a conversão religiosa não é fator suficientemente forte para inserir alguém no mundo judeu ou, ao contrário, excluí-lo dele. O ingresso à comunidade pode se dar via conversão, mas o que questionamos é até onde o converso tornou-se um judeu. Por outro lado, um judeu convertido ao cristianismo ou ao islamismo pode ter abandonado sua religião, mas estará realmente fora do judaísmo? Um ateu não pode ser judeu?

Quando John Dominic Crossan (1995) faz sua distinção entre antijudaísmo e antisemitismo, observamos que o abandono da religião não inibe o antisemitismo, pois este estaria ligado à etnia, não definida meramente pelo fator religioso. A ideia de história comum baseia-se na forte ligação do judaísmo com sua própria história. Um vínculo que não se estabelece apenas por se manterem as tradições do passado, mas pelo fato de cada indivíduo estar envolvido com a história judaica como sua própria história de vida. Todas as formas de sobrevivência que o grupo desenvolveu, suas múltiplas táticas de resistência e os mitos que delas se originaram, constituem o universo de todos os judeus, em qualquer lugar do mundo.

Imigrantes judeus no Brasil: identidade e cidadania

Até o final do século XIX, a população judaica no Brasil era considerada pequena. Até o início do século XX, o fluxo de imigração judaica para o Brasil era pequeno e se caracterizava pela transferência de indivíduos isolados, que se deslocavam, na grande maioria, para terras brasileiras com o objetivo de fazer fortuna e retornar para seu país de origem.

A partir de 1901, associações judaicas internacionais, preocupadas com a situação dos judeus em diversos países, passaram a se interessar pelo Brasil para sediar a formação de núcleos agrícolas para judeus, na América. Em 1904, foi fundado o núcleo agrícola de Phillipson, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em uma área de 5.500 hectares, na qual se estabeleceram 267 pessoas provenientes do território da antiga Bessarábia (atualmente Moldávia).

Em 1909, foi fundada a segunda colônia agrícola para imigrantes judeus, a fazenda de Quatro Irmãos, com uma área de 98.850 hectares, ocupando parte do território que atualmente faz parte das cidades de Getúlio Vargas e Erechim, ambas no estado do Rio Grande do Sul. O segundo núcleo agrícola recebeu um contingente de aproximadamente 350 famílias.

A fundação dessas colônias e a transferência dos contingentes de imigrantes para o Brasil ocorreram devido à ação da JCA (Jewish Colonization Association) ou ICA (em iídiche, Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft), associação fundada em 1891, por Maurice de Hirsh, o Barão de Hirsh, com o objetivo de promover a formação de núcleos judaicos na América, na tentativa de amenizar os problemas que os mesmos estavam enfrentando, em especial, no leste europeu. As colônias agrícolas possibilitaram, mesmo que provisoriamente, uma visão positiva sobre o imigrante judeu. Pois, fixado em um núcleo rural, o imigrante descaracterizava-se como um oportunista que só visava ao enriquecimento rápido nas áreas urbanas para retornar à terra de origem.

Apesar da imigração judaica oficial para o Brasil ter iniciado nas colônias agrícolas no Rio Grande do Sul, essa experiência rural não formou um perfil de agricultor para o imigrante judeu. Este, que nem sempre trazia uma experiência anterior essencialmente urbana, na grande maioria, não pretendia fixar-se em zonas rurais. A maior parte dos habitantes das colônias transferiu-se rapidamente para as cidades. O modo de viver cultural dos judeus era incompatível com sua fixação em pequenos núcleos rurais. A experiência da imigração judaica nunca consistiu em um processo pleno de colonização rural, como aconteceu com alemães e italianos, por exemplo, dadas as peculiaridades que envolvem a fixação desse imigrante em terras gaúchas.

Não podemos também recorrer ao erro de identificarmos um único modelo de processo migratório para essa comunidade. Existiram diversos grupos e diversas fases dessa imigração. Podemos destacar inicialmente a presença de achquenazins e sefaraditas, sendo o primeiro grupo composto por judeus europeus, e o segundo

por judeus de origem latina. Os sefaraditas jamais passaram pelos núcleos agrícolas, correspondendo a um grupo de imigração essencialmente urbana.

Também não podemos esquecer de um grande número de imigrantes achenazins que nunca passaram pelas colônias agrícolas, vindo direto para as cidades, em especial, Porto Alegre. Para esse grupo, recaiu a qualificação de “refugiados de guerra”, como se todo judeu europeu não migrante de núcleo agrícola fosse um fugitivo dos horrores da Segunda Guerra. Entretanto, já nos primeiros anos do século XX, antes ainda da Primeira Guerra, temos imigrantes judeus se deslocando para as cidades gaúchas. De fato, a partir da década de 30, temos um grande número de refugiados, o que, no entanto, não caracteriza toda a imigração urbana dos judeus europeus.

Roberto Grün (1999) destaca a importância de visualizarmos as estranhezas entre os grupos judaicos que se dirigiram para o Brasil e suas dificuldades de integração. Segundo o autor, a carência de um “*espaço físico pan-judaico de convivência*” (p. 364) dificultava ainda mais uma possível integração. “*As diferenças nos rituais religiosos, na organização da família, nos costumes alimentares [...] e principalmente no porte físico eram percebidas, verbalizadas e sinalizavam alteridade. Os casamentos entre judeus de origem diversa [...] eram raros e considerados ‘instáveis’*” (GRÜN, 1999, p. 365).

Nesse sentido, a transferência do meio rural para o meio urbano não seria mero reflexo do fracasso das colônias agrícolas. A vontade de se dirigir para a cidade independia do sucesso ou do fracasso das atividades rurais. Assim, descaracterizamos o agricultor mal sucedido e visualizamos um imigrante que ambicionava construir uma nova vida dentro de um novo espaço, sem, no entanto, romper com a sua experiência urbana.

E, segundo Jeffrey Lesser (2001), apesar de constituírem um grupo de imigrantes indesejados, “[...] *desenvolveram maneiras sofisticadas e bem-sucedidas de tornarem-se brasileiros, alterando a ideia de nação, tal como proposta pelos que ocupavam posições de domínio*” (LESSER, 2001, p. 20).

Não pretendemos nessa abordagem minimizar o latente antissemitismo do período, mas identificar as formas de adaptação desenvolvidas pela comunidade judaica, sem cair em uma postura dogmática enfocando-os como um grupo privilegiadamente excluído e perseguido ao longo do Estado Novo, período que buscou uniformizar a nação brasileira em um só povo, uma só língua e uma só tradição cultural. O brasileiro ideal deveria ser branco, católico e bom trabalhador. Para as comunidades imigrantes, recaiu todo o tipo de hostilidade, já que, na maioria das vezes, não conseguiam atender as características estabelecidas como ideais para esses grupos.

Entre os grupos indesejados, os imigrantes judeus ganharam lugar de destaque, sendo considerados inassimiláveis, pois eram portadores de uma religião “ilegítima”, não eram agricultores e por isso, poderiam “poluir” o bom sangue dos verdadeiros brasileiros.

A postura da comunidade judaica no Rio Grande do Sul, no período estadonovista, não se moldou exclusivamente no sentido de reagir ao sensível antissemitismo do período. Suas estratégias de manutenção de identidade extrapolaram ao revide do discurso oficial. A experiência social dessa comunidade, nesse período, foi marcada pela constante tentativa de integração à nova pátria e preservação da cultura de origem. Negociar, constantemente, as possibilidades de inserção na identidade nacional foram, possivelmente, a forma de superar o antissemitismo do Estado Novo.

Nesse momento, é necessário fazer uma discussão importante: como se reconheciam os imigrantes judeus que chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XX? Sabemos que a grande maioria era procedente da Europa, com um número significativo de judeus vindos da Rússia. Mas também eram expressivos os originários da Alemanha, tanto nos envolvidos no projeto agrícola, como os que vieram em função da Segunda Guerra Mundial.

Uma parcela significativa dos imigrantes judeus que chegou ao Brasil sentia-se muito ligada à cultura de seus países de origem, a questão da nacionalidade anteriormente discutida. Aliás, a forte retomada do movimento sionista no final do século XIX ocorreu, em grande parte, devido à sensível demonstração das comunidades europeias de vinculação aos valores nacionais dos países em que se encontravam, com conseqüente afastamento dos valores judaicos. Reorganizar essas comunidades em torno dos mitos fundantes do judaísmo foi objetivo norteador do movimento sionista nesse período.

Os imigrantes judeus vindos da Alemanha, mesmo os refugiados do nazismo, demonstravam sentimentos patrióticos com relação ao local de origem. Acreditavam que, ao chegar ao Brasil, estabeleceriam laços com a comunidade teuto-brasileira aqui instalada. Alguns desses indivíduos, culturalmente sentiam-se mais alemães do que judeus.

No entanto, ao chegar ao Brasil, identificaram uma realidade totalmente hostil às suas expectativas. Em primeiro lugar, raramente encontraram acolhida por parte da comunidade teuto-brasileira. Foram rapidamente absorvidos pelas comunidades judaicas aqui estabelecidas, que construíam fortes elos de solidariedade para receber e estabelecer o indivíduo na sua chegada. Destacamos, em segundo lugar, a importância dos bairros judaicos; lugares nos quais os recém chegados eram instalados e recebiam auxílio dos seus vizinhos, promovendo identificação do indivíduo com o local onde residia.

Dessa forma, muitos imigrantes reaprenderam (ou aprenderam) a ser judeus no Brasil. Alguns chegavam sem grandes ligações religiosas, mas estas se estabeleciam em função da vivência no bairro. Bem como todo o aparato cultural que se reforçava dia a dia nas ruas do bairro. Um exemplo disso é a história de Joana X¹, que ainda no

¹ Manteremos anônima a identidade da depoente.

século XXI se dizia alemã. Veio com o pai e a mãe para o Brasil, nos anos de 1930, fugindo do crescente antissemitismo na Alemanha.

Quando chegaram, eram pouco religiosos, mas se estabeleceram no bairro Bom Fim, em Porto Alegre, pelo fato da comunidade ter conseguido uma casa para eles. Matricularam a filha em uma Escola Alemã, mas a menina foi recusada por não ser católica. Ficou em casa sem estudar (pois, como não falava português, não podia ir para escola pública), até ser atendida pela professora do colégio israelita que, por solidariedade, dava aulas particulares para Joana, ensinando inclusive a língua portuguesa. A família de Joana, consequentemente, estabeleceu fortíssimos laços com a comunidade do Bom Fim e absorveu (ou reabsorveu) a identidade judaica.

Para permanecer em terras brasileiras e “sobreviver” aos rigores da campanha de nacionalização, a comunidade judaica se utilizou de estratégias que também iam contra a qualquer expectativa de retomada de laços com alguns países de origem, em especial, com a Alemanha. Dentre os grupos identificados como resistentes à campanha de nacionalização, o grupo teuto-brasileiro sempre recebeu destaque, em especial, os luteranos, considerados “quistos estrangeiros” dentro do Brasil.

Os imigrantes judeus, ao contrário, buscaram demonstrar assimilação aos valores locais, engajamento às causas nacionais e foram, algumas vezes, reconhecidos por isso. O Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza, apontou várias vezes a comunidade judaica como colaborativa com os interesses da nacionalização. Importante destacar que, apesar do empenho, nem sempre foram bem aceitos em território nacional e o sentimento antissemita se fez presente de forma explícita durante toda a Era Vargas.

Uma das formas de demonstrar engajamento com os problemas nacionais era não evidenciar relações com a comunidade germânica, além do fato da imprensa alarmar sobre o nazismo existente na mesma, o que assustava os imigrantes judeus. E quanto mais as autoridades governamentais priorizavam um grupo imigrante como “inimigo do Estado”, mais as demais comunidades se beneficiavam com isso, rompendo com qualquer possibilidade de solidariedade interétnica.

Para os judeus, a permanência nos bairros com uma atitude positiva diante da causa nacional era a garantia para a fixação no território brasileiro. Era necessário evidenciar boa cidadania e sentimento patriótico, atitudes essas que foram a base da negociação de identidade para a comunidade judaica no Rio Grande do Sul.

Nos anos da guerra, por exemplo, assumiu uma postura pública, através da imprensa escrita, de apoio às atitudes governamentais. Chamavam a atenção sobre si, sobre sua integração com o Estado que declarara guerra ao *Reich* e sua confiança no governo brasileiro. A suposta harmonia, que a comunidade judaica insistiu em divulgar, neste período, certamente foi uma estratégia para evidenciar que eram “bons imigrantes e bons cidadãos”.

No período da Segunda Guerra Mundial, cresce um espaço para os judeus na imprensa. A situação de grupo perseguido na Europa, mesmo levando em conta

que a divulgação dessa perseguição não se dava de forma plena, aumentou a visibilidade da comunidade judaica no Rio Grande do Sul, sensibilizando a população local diante da problemática enfrentada no continente europeu. Assim, diante dessa sensibilização coletiva, os imigrantes judeus, fixados no estado gaúcho, ocuparam seu espaço na imprensa promovendo sua imagem de colaboradores da nação brasileira, de um grupo que buscava cada vez mais estreitar seus laços de integração com a sociedade local.

O ano de 1942, com a declaração de guerra oficial do Brasil à Alemanha, marcou o surgimento de uma série de pronunciamentos na imprensa da comunidade judaica de todo o estado, que se colocava à disposição do governo brasileiro para auxiliar nas atividades em função da guerra. Além disso, esses pronunciamentos continham incessantes elogios à atitude governamental de adotar postura contrária ao nazismo.

Manifestações de imigrantes judeus na imprensa se colocando à disposição do exército nacional foram uma constante nesse período de declaração de guerra do Brasil aos países do eixo. Aliás, em todo o país, neste momento, ocorreram mobilizações das comunidades judaicas oferecendo combatentes ao exército brasileiro. Além de vítimas das perseguições nazistas, os imigrantes judeus assumiram a postura de cidadãos integrados à causa nacional e dispostos a “morrer pela pátria que os acolheu”. A comunidade judaica de diversas cidades gaúchas também se lançou em várias campanhas para angariar fundos de auxílio aos combatentes.

Os imigrantes judeus, até então muitas vezes, apontados como um perigo constante, passaram a ser vistos sob um novo matiz, uma vez que o problema da guerra e a estratégia utilizada pela comunidade judaica, de demonstrar total preocupação com o problema nacional, reorganizou o discurso sobre os mesmos, em algumas cidades do Rio Grande do Sul.

Interessante observar como a relação entre a comunidade judaica e a participação brasileira na Segunda Guerra assumiu uma vertente de pura questão patriótica. Persistia a ideia de que os imigrantes judeus apoiavam o Brasil e sua causa democrática, quando o mais óbvio era que visavam à retirada de Hitler da Alemanha e à destruição do nazismo que estava se espalhando por toda a Europa. Porém, em um período no qual atitudes patrióticas sensibilizavam de forma extrema o povo brasileiro, a postura das entidades judaicas de promover auxílio à campanha de guerra foi vista como o mais nacionalista e desinteressado ato.

Considerações finais

Não apenas no que se referia a Segunda Guerra Mundial ganhou a atenção da comunidade judaica. Seus elos de patriotismo eram evidenciados em inúmeras atividades que demonstrassem assimilação da cultura local. Nesse sentido,

promoveram atividades de auxílio a vítimas de enchentes, bailes de carnaval e festas, inclusive para símbolos do catolicismo, como uma em respeito ao Divino Espírito Santo. Estratégia extremamente inteligente para um grupo que sentia uma hostilidade latente e precisava negociar sua permanência em terras brasileiras.

Importante destacar novamente a relevância dos bairros judaicos para essa negociação. Além de criar um lugar de viver para os imigrantes, tinham a possibilidade de evidenciar a boa cidadania, o interesse pelas causas brasileiras e o distanciamento das comunidades que não colaboravam com os projetos nacionais.

Os nacionalismos trazidos por alguns desses indivíduos tiveram que, quase na totalidade das vezes, ser esquecidos e substituídos pela identidade “regenerada” que a comunidade judaica apresentava ao Estado brasileiro. No entanto, ainda é comum nos relatos de depoentes do período lembranças que dizem, por exemplo, a respeito da felicidade de encontrar uma farmácia de alemães no bairro próximo, o que facilitou a compra de remédios para a cura de uma doença, já que o imigrante judeu em questão apenas falava alemão.

Referências bibliográficas

CROSSAN, John Dominic. **Quem matou Jesus? As raízes do anti-semitismo na história evangélica da morte de Jesus**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

GRÜN, Roberto. “Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil.” In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EdUSP, 1999.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

Nova Palmira: duas etnias em uma mesma colônia

*Maria Lúcia Bettega**

Introdução

O resgate histórico de uma região serve de transcendência e de embasamento cultural às gerações para explicar a evolução de um povo que sempre caminhou, verticalmente, em busca do sucesso coletivo.

A história dos antepassados da Comunidade de Nova Palmira, parte integrante do município de Caxias do Sul, já ultrapassa seu centenário de existência e pode ser constatada através dos costumes da população, da arquitetura das casas e das igrejas.

A imigração alemã, pioneira no local, trouxe para a pequena localidade, o modelo típico germânico. Com o desbravamento da mata virgem, os imigrantes alemães implantaram seus sonhos, anseios e a coragem de iniciar uma nova jornada em terras distantes, diferentes das de sua origem. Algum tempo depois, chegaram os italianos trazendo em suas bagagens o encanto pela terra prometida, a vontade de vencer, os valores alicerçados pela fé e a objetividade consolidada no trabalho, em busca do desenvolvimento e do progresso.

Nova Palmira apresentou várias fases que marcaram sua história. O autoritarismo oculto e a busca de uma economia própria foram, em alguns momentos, motivo de estagnação da evolução social e econômica da localidade. Com o passar do tempo, novos valores originaram a busca de uma cultura inserida em novos paradigmas que pretendem, com o retorno ao passado, a projeção para o futuro.

Atualmente, Nova Palmira é uma região tipicamente colonial, com uma economia baseada no cultivo de hortifrutigranjeiros, em uma sociedade composta por alemães, italianos e lusos. Foi berço para a colonização alemã, posto e passaporte para os colonizadores dos Campos de Cima da Serra – Caxias do Sul. A data dos 135 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul ressuscita os assuntos ligados aos imigrantes que colonizaram essa Região. Se por um lado é exaltada a contribuição dos imigrantes no desenvolvimento de uma região que é destaque no cenário brasileiro, por outro lado, são apontados aspectos da localidade de Nova Palmira,

*Professora do Centro de Ciências da Comunicação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: primiero@terra.com.br.

que de certa forma, caíram no esquecimento, mas que foram de grande relevância para o surgimento e o desenvolvimento de uma cidade que hoje é o maior polo metal-mecânico do Estado, como é a cidade de Caxias do Sul.

Nova Palmira é citada frequentemente, principalmente quando se refere à localização de Caxias do Sul nos primórdios da imigração, mas sempre como referencial geográfico. No entanto, é uma região que merece maior atenção. É uma localidade representativa para a integração de duas culturas diferentes na origem, mas que labutaram para colonizar e formar um centro, que pudesse oferecer, aos que ali passavam, abrigo, especialmente aos imigrantes italianos que tinham como destino os Campos de Cima da Serra.

Localização e aspectos históricos

A localidade de Nova Palmira está situada na região sul de Caxias do Sul, da qual também é distrito, e está a uma distância de 24 km desta cidade. A rodovia BR-116, que vem do sul do Estado, alcança a cabeceira de Nova Palmira no Km-99. A estrada estadual RS-452 corta o distrito, vinda de Feliz e se encontra com a BR-116, onde segue ao município de Caxias do Sul. O número de habitantes, em 2010, é de aproximadamente 3 mil (Subprefeitura de Vila Cristina).

Os imigrantes alemães

Os primeiros imigrantes alemães do Rio Grande do Sul desembarcaram em São Leopoldo, em 1824. Em 1829, chegou mais uma leva de imigrantes alemães que se estabeleceu em Dois Irmãos (SCHMITZ, 1975). Mais tarde, por volta de 1859, chegaram imigrantes procedentes da Prússia e da Pomerânia. Espalharam-se pelo território de Nova Petrópolis, entrando por Linha Cristina e Nova Palmira. As primeiras famílias que chegaram ao local foram as de sobrenome Goldebeck, Pappke, Grams, Reissner, Potter.¹ Segundo o entrevistado Goldbeck, “Toda essa localidade eram terras pertencentes ao governo, terras devolutas. Havia uma equipe do governo que acompanhava os imigrantes até o local destinado e traçavam as dimensões, mediam as terras”. Assim, nesse período, inicia a colonização de Nova Palmira. No começo, a colonização foi relegada ao esquecimento, pois após registro de entrada desses imigrantes, nada mais consta registrado sobre as famílias pioneiras de Linha Cristina/Nova Palmira.

¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Livro de Registro de Entrada de Imigrantes. Vol. 1. Seção cadastral de Vila Cristina (1858-1859).

Os imigrantes italianos

Em 1870, dá-se início à colonização italiana no Rio Grande do Sul. Mas, a retomada da colonização pelo Governo Imperial, cujas motivações políticas e econômicas devidamente analisadas, deram conta de que o novo impulso às colônias do Rio Grande do Sul foi graças aos imigrantes italianos, que desde 1875, começaram a chegar em grande número (FLORES, 1986, p. 32). O Governo Geral promoveu o povoamento de Conde D’Eu e Dona Isabel e fundou em 1875, uma nova colônia chamada “Fundos da Colônia Nova Palmira” e rebatizada, em 1877, por “Colônia Caxias”, destinada a tornar-se o centro da colonização italiana, a “Pérola das Colônias” (ADAMI, 1962, p. 46).

Nesta vasta várzea, já colonizada pelos alemães, havia um barracão que abrigava os italianos à espera dos lotes a eles destinados. Porém, alguns imigrantes permaneceram no local, como conta Bellorini: “Quando o pai comprou, já existia uma moradia. A cozinha não tinha assoalho. O fogão era uma corrente pendurada no telhado com uma panela sobre o fogo”.

Em pesquisa feita aos livros de Registro de Batizados e Casamentos da Arquidiocese de Porto Alegre, encontramos inúmeros registros de batizados feitos no Barracão de Nova Palmira. Entre as famílias estão: Crippa, Newmann, Cironi, Colombo, Vedovelli, Beretta, Barbieri, Casagrande, Cappelatti, Belloni, Parobini, Bigliardi.²

Quadro da imigração em Nova Palmira

Nos registros de Pe. Antonio Bügelmann, sacerdote da Companhia de Jesus, citados na publicação “Sankt-Paulusblatt”, relataram que, em 1851, o censo de famílias em Nova Palmira indicava nove.³ Na carta anual – 1887-1888, constava a construção de uma nova capela pública. Essa “nova” no latim, pode ter o sentido de “mais uma”, é o que parece se verificar aqui. A carta também relatou que, no ano de 1888, existiam 20 famílias católicas em Nova Palmira. Entendemos que esse número de famílias foram as que construíram a primeira capela do local.⁴

Organização da estrutura jurídico-administrativa de Nova Palmira

Em 1875, foi constituído o município de São Sebastião do Caí. A lei que criou o município também o dividiu em quatro distritos de paz, sendo: 1º – São Sebastião do Caí; 2º – São José do Hortênsio; 3º – Santa Catarina da Feliz; 4º –

² ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, Registro de Batismo. Livro (1877 a 1880).

³ Traduzido do volume de cartas anuais 1887-88, p. 92, policopiado na Alemanha, a 29.9.1986).

⁴ CARTÓRIO de Registro de Feliz – Livro de Registro de Nascimento – 1880 a 1898.

Sant'Ana do Rio dos Sinos. No dia 19 de dezembro de 1877, por ato do Presidente da Província, o município foi dividido em seis distritos policiais, sendo: 1º – São Sebastião do Caí; 2º – São José do Hortênsio; 3º – Santo Inácio; 4º – Sant'Ana do Rio dos Sinos; 5º – Caxias; 6º – Nova Petrópolis (RAMBO, 1994, p. 103).

Criação do município de Caxias do Sul

Invocada como Santa Tereza e desmembrada do município de São Sebastião do Caí, o início do povoamento da sede ocorreu em junho de 1876; a instalação do município, em 24 de agosto de 1890 e de cidade, em 1º de junho de 1910, pelo decreto nº 1607. O Decreto de nº 37, de 31 de dezembro de 1892, estabeleceu a divisão judiciária do Estado, pela qual o termo de Santa Tereza de Caxias ficava fazendo parte da Comarca de São Sebastião. O decreto de nº 124-A, de 15 de janeiro de 1898, criou a Comarca de Caxias de primeira entrância, composta pelos municípios de Caxias e Bento Gonçalves e, com o decreto nº 997, de 22 de novembro de 1906, estabeleceu os limites entre os municípios de Caxias e São João de Montenegro. E, em 1º de junho de 1910, sob o decreto nº 1607, foi elevada à categoria de cidade a vila de Caxias.

A Lei nº 3553, de 12 de novembro de 1958, determinou a realização de consulta plebiscitária. Após o plebiscito, de 12 de novembro de 1958, a lei nº 3720, de 17 de fevereiro de 1959, desanexou as áreas acima citadas, incorporando-as ao município de Caxias do Sul e fixando os limites das áreas incorporadas.⁵

Aspectos socioculturais de Nova Palmira

Os aspectos culturais que marcaram a comunidade de Nova Palmira foram: os meios de comunicação, os meios de transporte, a estrutura escolar, a implantação do ensino público, a diferença de atitudes em relação à escola entre alemães, lusos e italianos e a escola atual.

Além desses itens, aspectos políticos e religiosos influenciaram a vida dessa comunidade, assim como o sistema cultural que determinou uma série de crises passadas pelos habitantes de Nova Palmira. Para compreender todos estes aspectos, fez-se um estudo sobre a propriedade, a moradia, a plantação como também, os determinantes econômicos das atividades desenvolvidas pelos habitantes do local.

Os meios de comunicação

Em 1934, quando instalada a subprefeitura no nono distrito em Nova Palmira, foi inaugurada a agência de Correios e Telégrafos e também uma linha telefôni-

⁵ PREFEITURA Municipal de São Sebastião do Caí. Livro nº 3, p. 81 e 82.

ca da Companhia Telefônica Rio-Grandense. Essa linha tinha ligação com o centro telefônico, instalado em São Sebastião do Caí. A central telefônica de São Sebastião do Caí estava ligada com Porto Alegre, Farroupilha e Montenegro. Além das três centrais, essa linha permitia a comunicação com os subcentros de São José do Hortênsio e Feliz. Outro centro de informações era a casa de comércio de Germano Noll, onde também existia o moinho que processava a farinha. Esse comerciante era uma pessoa muito conceituada na localidade, como diz o entrevistado Massochini: “Ele era uma espécie de banco. Os colonos que tinham algum dinheiro deixavam com ele. Era a forma de guardar dinheiro. [...]. Todos deixavam com ele porque era uma pessoa de confiança”. O dono do moinho fazia a ligação entre os colonos e o mercado de vendas de produtos, por meio do câmbio de produtos por mercadorias, que ele buscava em São Sebastião do Caí. Esse meio não deixa de ser um processo de comunicação simbólica, pois a troca de mercadorias possibilitava que os colonos tivessem conhecimento de produtos tecnológicos fabricados nos centros mais desenvolvidos. O meio de comunicação rádio chegou mais tarde, quando do surgimento da luz elétrica em 1957.

Os meios de transportes

A falta de estradas foi a grande causa do isolamento e estagnação do distrito. Por motivos políticos e pela vontade de algumas pessoas de projeção da localidade, a BR-116 não cruzou Nova Palmira, passando por fora, mais precisamente pela região de Nova Petrópolis. Assim sendo, a estrada ficou por um século de chão batido, como nos primeiros tempos, quando a carreta e os animais cavaleiros eram os meios de transporte. O asfalto somente chegou em 1976, melhorando a ligação da localidade à RS-122 e à BR-116.

Outra via de transporte existente era o fluvial, feita pelo Rio Caí, afluente de médio e grande porte do Rio Guaíba, usado para navegação. No período de 1910 a 1925, a navegação do Rio Caí era para o transporte de balsas, “feita por 12 dúzias de tábuas de pinheiro, amarradas fortemente e eram conduzidas, até o porto de São Sebastião do Caí”, como diz Bellorini. Essa madeira, que seria transformada em balsa, chegava até o entroncamento dos rios Piaí com o Caí por carretas, puxadas por terno de mulas (conjunto de 6 a 8 animais).

A Escola

Os imigrantes que vieram para as terras novas tinham o firme propósito de não mais retornarem à pátria de origem. Os objetivos básicos se resumiam em fazer a vida na terra distante e estranha, tornar-se cidadão da nova pátria, colaborar na edificação da nacionalidade e, sobretudo, desbravar os caminhos que possibilitassem aos filhos e descendentes oportunidades de uma existência digna. Os agricul-

tores, intuitivamente, queriam que os filhos frequentassem a escola, não para se formarem “doutores”, mas para aprenderem coisas práticas e úteis para a vida. As crianças deveriam aprender a ler e escrever a língua portuguesa, e com relação à matemática, especialmente, fazer contas de ‘cabeça’. Deveriam ainda ter conhecimentos que possibilitassem calcular o conteúdo de um recipiente, como a água de um poço, o vinho de um barril, bem como aprender um pouco sobre agrimensura, forma usada para medir terras. Era necessário conhecer um pouco de geografia e história, e, acima de tudo, religião.

Na falta de pessoa mais credenciada para assumir o ensino dos filhos dos agricultores, era escolhido entre os colonos, o mais esclarecido para ser o professor. Tratava-se de pessoas menos aptas para as duras lidas da agricultura. A sala de aula era na residência do professor, e o pagamento era feito pelos pais dos alunos que frequentavam a escola. Esse pagamento era feito em duas modalidades: por moeda (dinheiro) ou por produtos produzidos na lavoura.

Dos anos de 1859, quando da chegada dos primeiros imigrantes alemães em Nova Palmira, até 1881, o ensino estava sob a responsabilidade dos próprios moradores. Em 1882, foi fundada a escola teuto-brasileira em Nova Palmira. A coordenação dessa escola estava com os padres jesuítas, que eram os capelães da região que moravam em Santo Inácio da Feliz. De 1882 a 1934, passaram nessa escola, como professores: Rauber, Schmaedecke, Roswadoski, Schmitz, Friedrichs, Borgmann, Backes e Jakoby (RAMBO, 1994, p. 90).

A língua usada na sala de aula

Por volta de 1900, a comunidade de Nova Palmira era composta de imigrantes alemães e italianos. Os italianos eram poucos. A maioria era de alemães que sentiam-se e sentem-se, até hoje, ligados por laços de afinidade profunda à pátria de origem. Desenvolveu-se uma imagem tipicamente rural de religião. Por um lado, a comunidade evangélica se organizava, sem esperar auxílio estrangeiro, por outro, a comunidade católica, orientada pelos padres jesuítas, iam crescendo. Ambas ligadas pela forte cultura alemã, que sempre administrou o ensino. A língua usada nas escolas foi o alemão por um período de 75 anos, isto é, até 1934.

Essa realidade jamais foi negada. O zelo pela língua materna alemã permaneceu como base para educação na escola e no lar. Até 1920, os filhos de imigrantes italianos tiveram que frequentar a escola e aprender a língua alemã. Somente após 1920, é que o professor Antonio Jacoby introduziu o ensino em italiano. Ele dividiu o ensino em dois períodos. Na parte da manhã, a aula era na língua alemã e na parte da tarde, na italiana.

Implantação do Ensino Público

Em 1934, quando Nova Palmira passou a ser o nono distrito de São Sebastião do Caí, foi implantada a escola municipal naquela localidade, sendo denominada Escola de nº 40, do município de São Sebastião do Caí. O primeiro professor nomeado foi Theotonio Mariante.

Participação da igreja no ensino público

Os imigrantes das primeiras décadas não tinham condições de estruturarem uma rede escolar bem equipada e servida por professores com um nível desejável. Faltavam recursos materiais e principalmente humanos. Por essas razões, as escolas emergiam com um tipo peculiar. Brotavam de um contexto singular e se desenvolviam numa característica típica da colonização alemã do sul do Brasil.

No final de 1890, com o aumento de imigrantes ocupando as terras da região, vieram os Padres da Companhia de Jesus, os jesuítas. Estes tinham dupla missão: o acompanhamento religioso dos imigrantes e a alfabetização, aliada à formação religiosa.

Por essa razão, em 1934, quando implantada a primeira escola pública na localidade, surgiram alguns conflitos entre Estado e Igreja (KREUTZ, 1994, p. 92). A escola pública tinha como prioridade eliminar qualquer língua falada que não fosse o português. Acompanhava esse novo modelo, uma nova didática de ensino, em que o ensino religioso não era prioridade. Por esta razão, alguns conflitos se estabeleceram entre famílias e Igreja.

Diferenças encontradas nas formas de ensino adotadas entre alemães, italianos e lusos

Em pesquisa feita com descendentes das três etnias, percebemos a importância da escola para seus membros. Os portugueses deixavam a instrução inteiramente para o governo e só mandavam os filhos para a escola pública existente. Os italianos erguiam uma capelinha, porém, nada faziam para a sustentação das escolas. Já os alemães atuavam muito diferentes, pois a primeira providência era a busca de um espaço para servir de escola.

Aspectos políticos

O fenômeno central do processo de formação da imagem local foi a política. A criação de vilas ou distritos, no povoado, era sustentada pelos líderes como alavancas do processo. Esses líderes emergiam do sistema vigente. Era o comerciante mais forte, o mais esclarecido ou o dono do moinho, que pela sua notoriedade,

tinha ascensão entre os moradores. A estagnação da localidade de Nova Palmira poderia ter residido em questões que visavam aos interesses pessoais, sem uma visão mais elevada e em uma concepção política tipicamente paternalista.

Uma estrada federal traria o progresso da região. Forças políticas estudaram um novo traçado para a mesma, pois no entendimento das lideranças locais, a estrada consumiria parte de seus terrenos, o que resultou na formação de outras localidades à beira deste asfalto. É incalculável o atraso que esses líderes provocaram a esse lugar. Se em 1934 já havia uma linha telefônica, esse meio de comunicação voltou somente 60 anos mais tarde.

Aspectos religiosos

As comunidades evangélicas e católicas, desde o início, se organizaram sem esperar auxílio de outras forças vivas. Os imigrantes criaram as comunidades, elegeram as diretorias e prosperaram. Após a compra do terreno, pela própria comunidade, construíram suas igrejas e seus cemitérios. A religião, dentro da ideia de uma imagem de subsistência autossuficiente, pretendia dirigir e ser o auge de toda organização e iniciativa. As comunidades religiosas exerciam o papel do governo. A comunidade estudada era composta por evangélicos e católicos. Cada grupo defendia a religião a que pertencia como forma de perpetuar a estrutura familiar. Essa forma permanece em algumas famílias, como diz Goldbeck: “Na minha geração, ainda se mantém a mesma religião e o mesmo sangue: germânico”. O casamento entre jovens de diferentes religiões era muito combatido, como diz Noll: “Não era permitido casamento entre católico e evangélico (luterano). [...] Se isso acontecia, a discriminação começava pela família e se estendia por toda a comunidade. Casamento entre diferentes raças era permitido, desde que fosse da mesma religião”. A preservação do credo e da raça estava acima de qualquer lei. A não observância desses valores era causa de conflitos e até a perda da própria identidade e a exclusão do grupo.

Os pioneiros alemães e evangélicos trouxeram, com suas bagagens, a união pela sua crença. Os encontros (cultos), antes da construção da igreja, eram feitos na casa do imigrante mais esclarecido. Já os italianos, ao chegaram ao local, carregavam uma religiosidade muito forte, que contribuiu com um crescimento demográfico acelerado, com forte interesse pelo desenvolvimento de um sistema cultural fechado, como afirma Bellorini: “Aconteciam também casamentos em que cada um ficava na sua religião, mas estes eram celebrados em casa. Não era permitido casar desta forma, na Igreja”. Alguns pregadores da Igreja Católica chegavam com a ideia de afirmar que Deus cuidava mais das famílias numerosas. Esse dogma foi cultivado por longos anos entre as famílias católicas. Essas formas de pensar foram mudando com a chegada dos veículos de comunicação.

Novo sistema cultural

Aspectos referentes à moradia, à plantação e à manutenção da propriedade foram os elementos sustentados pelos imigrantes e deram origem a um novo sistema cultural. A primeira e principal preocupação dos imigrantes era a construção da casa, seu local de fixação. Os alemães, primeiro grupo que habitou a localidade, vinham todos com um ofício. Entre eles tinha o construtor. Em pesquisa realizada, conhecemos uma casa construída em 1870, pelo imigrante João Goldbeck, que trouxe a planta da Alemanha. Goldbeck ao falar dessa obra diz: “A construção desta casa foi uma epopeia. Toda feita de madeira nobre, sem emendas. A madeira (árvores) era procurada conforme o tamanho que estava na planta”. Mas essa não foi sua primeira residência. Na chegada, em 1859, ele construiu uma casa de varas⁶.

A arquitetura da região era quase padrão. Obedecia ao estilo germânico: cozinha separada das demais dependências, enorme sala, que servia para festas, e a cisterna (enorme reservatório de água que era acumulada em dia de chuva). Também existia a fonte de água. Essa era mais usada para os animais e a lavagem da roupa. Para os agricultores da região, o terreno que possuía uma fonte de água tinha maior valor.

Após a construção da casa, os agricultores preocupavam-se em conseguir alimentos abundantes e variados para a subsistência deles mesmos. Cultivavam milho, arroz, feijão, batata-doce, mandioca, cevada, centeio, trigo, cana-de-açúcar para fabricação do melado e do açúcar mascavo, café e amendoim. Do amendoim era extraído o óleo que queimado, transformava-se em luz, como diz o Nienow: “[...] levavam a um moinho em Picada Café, o amendoim. Este era prensado para extrair o óleo, que após era usado na lamparina, para produzir luz”.

A manutenção da propriedade entre os familiares dos imigrantes era fundamental. Se na localidade surgia um terreno para venda, esse era comprado pelo vizinho mais próximo ou por alguém da comunidade.

Conclusão

A tentativa de reconstruir a história de Nova Palmira permitiu uma releitura das etnias, dos costumes, das tradições que, por sonho ou por mera coincidência, passaram a conviver lado a lado, formando um espaço híbrido, porém com os mesmos ideais, onde as diferenças, ao invés de levar ao afastamento, permitiram a aproximação. Este trabalho proporcionou maior conhecimento desse espaço social que gerou uma cultura híbrida.

Pesquisar uma localidade, desconhecida de muitos ou da maioria, que teve seus primeiros desbravadores, chegados no ano de 1857, foi sem dúvida a descober-

⁶ Varas – termo usado para designar madeiras que eram cortadas de galhos de árvores.

ta de uma cultura rica e que mostrou superação diante de cada empecilho. Foi algo inexplicável o fato de ouvir dos entrevistados suas histórias, vividas ou ouvidas. Foi possível perceber, naquelas pessoas, o orgulho e a satisfação de pertencer à primeira, segunda ou terceira geração desses que foram os primeiros a chegarem ao local.

Referências bibliográficas

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul. Editora São Miguel. (1864-1962).

ARQUIDIOCESE de Porto Alegre. *Registro de Batismo*. Livro. Porto Alegre (1877 a 1880).

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Livro de Registro de Entrada de Imigrantes*. Vol. I. Secção Cadastral de Vila Christina. (1858-1859).

CARTÓRIO de Registros de Feliz. *Registro de Nascimento*. Livro. Feliz. (1880 a 1898).

FLORES, Moacir. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Martins Livreiro Ed. 1986. (Série História Gaúcha, 3).

KREUTZ, Lúcio. *Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo. Ed. Unisinos. 1994.

RAMBO, Artur Blasio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*. São Leopoldo. Ed. Unisinos, 1994.

SCHMITZ, Pe. Arsênio José. *Uma Nova Imagem para Nova Petrópolis*. Estudo sobre Imigração e Aculturação. Roma. Tipografia della Pontificia Università Georgiana. 1975.

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Livro de Atas, nº 3 .

OBSERVAÇÃO: Os entrevistados que constam neste trabalho foram selecionados a partir de dados recolhidos em documentos pesquisados.

Língua e religião alemã na Bahia no século XIX: memória e relações interétnicas*

Marina Helena Chaves Silva**

Nesse artigo, nos propomos a discorrer sobre as estratégias de preservação da identidade étnica alemã adotada pelos imigrantes que viveram na Bahia, a partir de dois aspectos: a religião e a língua, tendo como marco temporal o século XIX até a terceira década do século XX.

Primeiramente, é fundamental ressaltar que as primeiras levas de imigrantes germânicos chegaram à Bahia na primeira metade do século XIX, anos antes da unificação da Alemanha, ocorrida em 1871. Nesse caso, o termo “alemão” não era suficiente para que se pudesse pensar numa representação nacional. Se não se pode falar de identidade nacional alemã nessa época, também não se pode falar de um sistema representacional de língua e religião nos moldes do Estado-nação. Assim, que identificações eram atribuídas a esses imigrantes? Como eles se reconheciam?

Após a unificação da Alemanha, verificou-se o estreitamento cada vez maior das relações comerciais com o Brasil, que resultou em novos deslocamentos de alemães para a Bahia, contribuindo para a consolidação de suas instituições e mesmo para que outras instituições fossem implantadas. Que estratégias foram adotadas por esses imigrantes para preservar sua cultura? Enfim, qual o papel da língua e da religião nesse processo de construção de identidade étnica alemã na sociedade baiana? Essas indagações serão respondidas com base em dados obtidos nos jornais da época, bem como em escritos da Igreja Evangélica Alemã no Brasil. Antes, porém, faremos uma breve reconstituição da trajetória histórica dos imigrantes alemães em território baiano.

*Extraído da tese de doutorado em História, intitulada *Vivendo com o Outro: Os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*, defendida em maio de 2007, na Universidade Federal da Bahia.

**Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia, professora adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. E-mail: marina_helenasilva@hotmail.com.

Colonização alemã na Bahia: pioneirismo e insucesso

Pouco se conhece acerca da história da presença alemã na Bahia, em parte pelo pequeno contingente de imigrantes que se dirigiu para esse Estado; em parte pelo pequeno acervo bibliográfico existente (MENEZES, 1990; 1999; EDELWEISS, 1974; FOUQUET, 1974; SILVA, 2002, 2004; RABELO, 2009). De antemão, é necessário ressaltar que foram feitas algumas tentativas de fixação de colônias alemãs em território baiano, principalmente em áreas de florestas localizadas na região sul do Estado. Há registro de que as primeiras iniciativas de implantação de colônias não portuguesas em solo brasileiro foram realizadas na Bahia (OBERACKER, 1968; MENEZES, 1999; QUELLE, 1933), onde foram direcionadas as primeiras levas de imigrantes alemães. O estímulo à criação de colônias não portuguesas no Brasil esteve diretamente relacionado à transferência da família real, em 1808, e a consequente abertura dos portos, assinada a 28 de janeiro desse mesmo ano. O ato oficial garantia aos estrangeiros que quisessem residir em solo brasileiro os mesmos direitos e prerrogativas que eram concedidos aos brasileiros e portugueses possuidores de terras.

A fixação de imigrantes alemães foi favorecida pela vinda de D. Leopoldina, de origem austríaca, ligada à Casa dos Habsburgo, primeira esposa do príncipe Pedro de Alcântara que, em 1822, tornou-se imperador do Brasil. O historiador Martin Dreher (2003, p. 29) acrescenta outro motivo para o incremento da imigração germânica: não interessava ao império português e, posteriormente, à emergente nação, estimular a vinda de imigrantes oriundos de países que já mantinham colônias, daí a opção por colonos alemães, suíços e italianos.

Por sua vez, no século XIX, a Alemanha enfrentava sérios problemas sociais e econômicos que culminaram com a saída em massa de parte significativa da população. A falta de terras para o plantio e as más colheitas foram alguns fatores que contribuíram para esse processo. É necessário salientar que não foi apenas parte da população mais pobre que emigrou da Alemanha. Questões de ordem política, entre elas as revoluções de 1848/49, resultaram na fuga de intelectuais que não se deixaram subjugar pelas forças conservadoras. Por último, uma parte da burguesia alemã, atingida pela inflação e desemprego gerados pela Primeira Guerra Mundial, deixou a Alemanha em direção ao Brasil, seduzida pelas propagandas dos agentes de emigração e mesmo pelas correspondências enviadas pelos parentes e amigos que estavam estabelecidos na nova pátria (DREHER, 2003, p. 32-34).

A primeira colônia de imigrantes alemães no Brasil foi implantada na Bahia, em 1818, próxima ao Rio Peruípe, numa área do atual município de Caravelas, na parte sul do Estado. Como se pode observar, a fixação de colonos alemães ocorreu quatro anos antes da formalização da independência do Brasil, em 1822.

A colônia recebeu a denominação de Leopoldina, em homenagem àquela que seria pouco tempo depois, a primeira imperatriz brasileira. Composta por “em-

presários fazendeiros”, conforme assinala Carlos Fouquet, um dos quais Jorge Guilherme Freyreiss, esse empreendimento foi dividido em 40 fazendas, cujos proprietários eram alemães e suíços, tendo também franceses e belgas. Cerca de 2000 escravos trabalhavam nessas terras cultivando café, garantindo uma produção anual de 25.000 sacas (FOUQUET, 1974, p. 57).

Ainda em 1818, foi fundada a colônia São Jorge dos Ilhéus ou São Jorge da Cachoeira de Itabuna, uma iniciativa dos alemães Pedro Weyll e seu sócio Saueracker. Localizada entre Itabuna e a Vila de Ilhéus, essa colônia foi formada por imigrantes alemães e suíços e possuía 28 famílias num total de 161 pessoas, embora tenha adquirido novos integrantes em 1821, provenientes de Hamburgo.

Esses colonos foram acometidos pela fome e desnutrição e por epidemias que resultaram em morte e dispersão dos que não foram atingidos por esses males. Os que permaneceram, salienta Frederico Edelweiss, receberam ajuda governamental e conseguiram prosperar, dedicando-se ao cultivo do cacau e de outros produtos agrícolas. A partir de 1855, segundo Henrique Jorge Buckingham Lyra (1982, p. 30), a antiga colônia deu lugar às fazendas autônomas, cujos proprietários eram brasileiros, bem como descendentes dos colonos alemães e suíços que permaneceram ali. O príncipe Maximiliano da Áustria chegou a visitar esses colonos em 1860¹.

Entre 1820 e 1821, foi fundada a colônia Frankental, também no Rio Peruípe, em sua parte norte. Essa denominação foi justificada pelo seu fundador, Riter *von Schäffer* porque “os primeiros colonos, da mesma forma que eu, somos francos de nascença” (SCHÄFFER apud QUELLE, 1933, p. 465), ou seja, tanto *von Schäffer* como os primeiros colonos eram naturais da região de Francônia. Há uma imprecisão quanto ao número de colonos pertencentes à Frankental, mas se sabe que, em 1824, havia vinte pessoas e que, entre 1825 e 1830, chegaram mais 16 alemães, provenientes do Rio de Janeiro (EDELWEISS, 1974, p. 597).

Distanciando-se um pouco da região litorânea do sul baiano, é possível encontrar o registro de outra colônia, implantada em 1859, na região central da Bahia, onde hoje está situado o município de Gentio do Ouro. Mineiros oriundos de Harz, na Alemanha, foram contratados pela Companhia Metalúrgica do Ouro, responsável pela exploração desse metal nas minas de Assuruá. Não há dados concretos sobre o número de imigrantes que se fixaram nesse local: segundo W. Mönckmier, eram aproximadamente 260 alemães (apud QUELLE, 1933, p. 467), e Edelweiss afirma que eram cerca de 200 pessoas (1974, p. 605). Esses mineiros alemães fizeram um percurso a pé, por cerca de 500 quilômetros, em linha reta, iniciando na

¹ Edelweiss identifica os descendentes desses imigrantes que deixaram suas marcas nessa região: “São os Berbert, os Holenwerger, os Lorenz, os Schaun, os Sellmann, os Weyll e outros, que mourejam espalhados nos rincões mais distantes da velha comarca dos Ilhéus, ou foram atraídos por outras partes do Estado”. (EDELWEISS, 1974, p. 599).

cidade de São Félix até a região central da Bahia. Quando chegaram, foram surpreendidos com a ausência dos preparativos que haviam sido combinados; mesmo assim, puseram-se a trabalhar nas minas até que conseguiram abandonar aquele lugar. Em 1861, a seca expulsou os que haviam permanecido (FOUQUET, 1974, p. 58).

Há ainda registro de conflitos entre os alemães e um engenheiro da Companhia Metalúrgica do Ouro, conforme correspondência encaminhada ao delegado de Xique-Xique. O autor informou que “alguns alemães empregados na dita mina tentaram assassinar o respectivo engenheiro”, que ficara gravemente ferido, assim como um dos agressores e solicitou que fossem tomadas as providências para que os envolvidos na “sublevação” pudessem ser identificados. O delegado foi orientado a investigar como os alemães estavam sendo tratados pela firma, se havia queixa contra ela formulada por eles².

Outra tentativa de fixação de alemães na Bahia foi efetivada em 1873, por Policarpo Lopes de Leão e Egas Moniz de Aragão, com base em um contrato estabelecido com o governo imperial alemão, no qual ficou prevista a entrada de 10.000 colonos originários do norte da Europa, que seriam destinados aos estados da Bahia e do Maranhão, num prazo estimado em seis anos, o que não foi conseguido. A área escolhida foi novamente a região de florestas do sul do Estado, precisamente em Comandatuba, próximo ao Rio Una. Entre os imigrantes, a maioria era alemã, havendo ainda alemães-austriacos e alemães-suíços, além de ingleses, suecos, noruegueses (QUELLE, 1933, p. 469). Cerca de 2.000 pessoas, entre adultos e crianças, foram transportadas do porto da Antuérpia, entre novembro de 1872 a agosto de 1873 (FOUQUET, 1974, p. 58).

Os colonos foram distribuídos em quatro núcleos, conforme foi explicitado anteriormente. A sede da administração estava situada na Colônia Moniz, tendo à frente Policarpo Lopes de Leão, na condição de diretor, além de outros empregados, entre os quais dois médicos e um agrimensor brasileiro; um professor alemão, chamado Joseph Thomann; um pastor evangélico, Dr. Gottfried Hessel; o farmacêutico Wohlebe e um intérprete. O Núcleo Colonial Carolina e o Núcleo Colonial do Poço eram menores em relação à Colônia Moniz e a Colônia Theodoro (AZAMBUJA, 1874).

Segundo Overbeck, dos integrantes desses núcleos apenas 150 tinham nomes alemães e uma grande parte era composta por poloneses adeptos da religião católica, havia ainda suíços e austriacos (apud QUELLE, 1933, p. 471). Esses colonos foram vitimados pelo tifo, pela malária e outras doenças. Além das enfermidades, houve conflitos entre os imigrantes católicos e os protestantes, a ponto de Po-

² Presidência da Província – Governo. Registro de Correspondência Expedida. Ano: 1858-1860, p. 132-133. Seção Colonial e Provincial, Pc. 51, maço 1047. Salvador: APEB.

licarpo Lopes de Leão reivindicar a presença de um reforço policial; sem falar que o local escolhido não era propício para a agricultura (QUELLE, 1933, p. 469). Apesar dos esforços para superar esses problemas, a iniciativa fracassou: em maio de 1874, os quatro núcleos já não existiam. Cerca de 1.005 imigrantes foram repatriados para a Alemanha, 738 morreram, e 160 permaneceram no Brasil.

A última experiência de fixação de colônias alemãs na Bahia ocorreu em 1930, próximo à bacia do Rio Una, na região sudoeste do Estado. Trata-se da Colônia Itaracá, formada por 23 famílias de imigrantes teuto-russos, que perfaziam um total de 93 pessoas. A denominação “teuto-russo” está relacionada à história desses imigrantes que, em 1763, se deslocaram da região sul da Alemanha, chamada Baden-Württemberg, em direção às planícies do Rio Volga e da região da Volínea, na Rússia. Não se sabe ao certo as razões dessa imigração: se se tratou de uma proposta irrecusável de Katharina II, que era alemã, ou se foi motivada por perseguições religiosas que levaram os luteranos a saírem das terras onde nasceram em busca de um lugar onde pudessem proferir livremente a sua religião.

Esses imigrantes, apesar de distante do seu país de origem, autoidentificavam-se como alemães cerca de dois séculos depois do processo migratório. Com a ascensão do socialismo, eles enfrentaram problemas políticos e decidiram deixar a Rússia³. Os que resolveram retornar para a Alemanha, vivenciaram vários problemas que resultaram em nova dispersão. Dos que emigraram para o Brasil, uma parte se dirigiu para a Bahia, especificamente para a região de Una. Para isso, o governador da Bahia aproveitou uma medida criada pelo executivo federal de permitir a entrada desses imigrantes, visando a expandir a produção agrícola na região cacauceira com uso dessa mão de obra.

Os traços étnicos alemães foram evidenciados numa matéria publicada pelo jornal *A Tarde*: “ainda conservam o culto da língua e os costumes dos seus antepassados de 200 anos atrás pelos cânticos religiosos entoados e que eram os mesmos daquela remota época”⁴. Os teuto-russos eram católicos e tinham idades variadas:

³ Gertz adverte para a tendência dos estudiosos em homogeneizar esses imigrantes, como se todos eles tivessem preservado a identidade alemã e tivessem deixado a Rússia após a revolução de 1917. As diferenças culturais entre esses indivíduos estavam diretamente relacionadas às regiões de origem na Alemanha e da época em que deixaram o território russo, razão porque distingue três momentos de dispersão: o primeiro deles teria ocorrido antes da revolução russa; a segunda, depois da implantação do regime bolchevique e a última, após a II Guerra Mundial. Assim, esses três contingentes teriam motivos diferentes para saírem da União Soviética e o seu modo de viver também era distinto (GERTZ, 2002, p. 63-65).

⁴ CHEGARAM PELO COMANDANTE RIPPER AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS TEUTO-RUSSAS QUE VÃO COLONIZAR O SUL DO ESTADO, NO MUNICÍPIO DE UNA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 7 de abril de 1930, p. 2.

o mais velho possuía, na época da chegada, em 1930, 74 anos, e o mais novo tinha um mês de vida.

Ao contrário das outras experiências, o núcleo de Itaracá foi previamente montado. Em meio à mata virgem, próximo ao Rio Una, havia 167 lotes rurais para serem distribuídos para as famílias; foi construída uma estrada de rodagem, pontes e pavilhões, instalado um posto-médico a 6 km e meio de distância da colônia; e para os serviços religiosos foi designado um frade franciscano. Esperava-se que essa iniciativa pudesse gerar progresso para a região, a partir do cultivo de vários produtos.

Apesar de todas as tentativas descritas anteriormente, o estabelecimento de colônias alemãs na Bahia resultou em fracasso, tendo em vista fatores diversos, dentre os quais a dificuldade dos colonos em se adaptar a um clima tropical⁵; as áreas escolhidas para estabelecer esses imigrantes eram pouco apropriadas para essa experiência; a ausência de uma política governamental que garantisse a chegada efetiva de novos contingentes; a insatisfação dos alemães quanto às condições do solo para o plantio; os conflitos com os índios e as doenças que acometiam alguns membros das colônias. Enfim, esses fatores foram determinantes para que, conforme salienta Quelle (1933, p. 470), em todo o Estado, não se pudesse encontrar um agrupamento predominantemente germânico.

O não estabelecimento de colônias alemãs nos moldes das que foram fundadas no Sul do Brasil não deve suscitar dúvidas acerca da presença de imigrantes germânicos na sociedade baiana. Embora tenham ocorrido mortes, viagens de retorno para a Alemanha e deslocamentos para outros estados do Brasil, uma significativa parcela de alemães permaneceu na Bahia, principalmente na cidade de Salvador e na região do Recôncavo, exercendo atividades diversas. Duradouras ou não, essas colônias foram espaços de relações interétnicas, daí a importância desse estudo.

A religião e a língua alemã em solo baiano

Na seção anterior, buscamos demonstrar as adversidades enfrentadas pelos imigrantes alemães na Bahia. Nesta, nos deteremos aos aspectos relativos à etnicidade e as estratégias de preservação da cultura. Sobre as práticas religiosas desses imigrantes nas primeiras décadas de colonização alemã no Brasil, Emílio Willems (1976, p. 46) acentua que tanto os imigrantes católicos, como os protestantes, organizados em pequenas comunidades, “ficaram entregues a si mesmas”, sem que pudessem contar, ao menos, com ministros ordenados. Somente em 1886 e 1904, foram fundados, respectivamente a Igreja Evangélica Alemã e o Sínodo Evangélico Luterano no Brasil.

⁵ Sobre a adaptação dos alemães há um artigo de MENEZES, Albene M. *Colonos Alemães na Bahia no século XIX: problemas de adaptação*. In: MENEZES, 1999, p. 105-115.

Discordando dos autores que afirmam que durante o processo de colonização, os imigrantes ficaram sem instituições religiosas, Martin Dreher (2003, p. 51) ressalta que essas comunidades tiveram que lutar pela sua própria subsistência, criando no seu interior sua igreja, sua casa paroquial e garantindo a manutenção do seu pastor.

O pequeno número de alemães na parte setentrional do Brasil representou um impedimento para a formação de paróquias. Em 1887, o pastor Johann Leonhard Hollerbach, por iniciativa de uma comunidade evangélica localizada em Barmen, na Alemanha, deixou temporariamente a sua paróquia em Teófilo Otoni, a fim de realizar uma “viagem de prospecção aos evangélicos alemães do Norte do Brasil”. Durante dois meses e meio, ele visitou comunidades localizadas em Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Bahia (Salvador, Cachoeira e São Félix). Detalhes sobre a vida dos imigrantes em Salvador, também denominada cidade da Bahia, se misturaram à situação religiosa:

Na Bahia, Hollerbach encontrou cerca de 120 alemães, entre os quais faltava totalmente a classe média. Ou eram comerciantes ou seus empregados. Não havia uma colônia estabelecida lá, ao contrário, as pessoas idosas voltavam para a Alemanha. As funções religiosas eram ministradas, em sua maioria, por um capelão inglês já que quase todos os comerciantes falavam inglês. Quanto aos batizados, eles esperavam até que chegasse um navio de guerra alemão⁶.

A condição social dos imigrantes, feita por Hollerbach, nos permite perceber que, ao se estabelecer, o comerciante optava por integrar ao seu quadro de funcionários alguns patrícios, fosse na posição de gerente ou de simples empregado, como ocorria nas fábricas de charutos localizadas no Recôncavo, a exemplo da Dannemann ou Suerdieck, fosse para ocupar a função de vendedores ou caixeiros-viajantes, como a Westphalen, Bach u. Krohn⁷. Outro dado significativo está relacionado ao elo de pertença com a Alemanha, quando salienta que os mais idosos retornavam a esse país e quando menciona que, embora esses alemães assistissem

⁶ SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg – ursprung und gestaltung deutschen evangelischen kirchentums in Brasilien*. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, s/p. (Brasil e Wittenberg – origem e formação das Igrejas Evangélicas Alemãs no Brasil. A tradução para o português: ALTA Cursos, Assessoria e Serviços, Salvador).

⁷ Esta última foi instalada na Bahia, em 1828, sob a denominação de *Laeisz & Bonne*. Um dos seus proprietários era Ferdinand Laeisz, fabricante de chapéus e dono de uma firma comercial em Hamburgo, o outro, Friedrich Bonne, foi enviado à Bahia, juntamente com três empregados. De acordo com dados divulgados por esta firma, em 1923, ela possuía 68 empregados brasileiros e 13 alemães. Além do atendimento direto em Salvador, a Westphalen, Bach und Krohn possuía mais de 4000 fregueses, vinculados a 800 casas comerciais localizadas em toda a Bahia, demais Estados do norte do Brasil, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. *WESTPHALEN, BACH UND KROHN*. Centenário: 1828-1928. Salvador: s/ed. 1928, p. 86.

aos cultos oferecidos aos ingleses, eles permaneciam fiéis à sua religião, no que tange à realização de alguns sacramentos, dos quais o batismo dos filhos era apenas um deles. Além da celebração do batismo, os alemães luteranos preferiam aguardar a chegada de um pastor itinerante para que fossem realizadas celebrações de matrimônio e, ocasionalmente, os ritos de morte (DREHER, 2003).

Além de se valerem do atendimento do capelão inglês, os alemães recorriam a um religioso presbiteriano norte-americano, embora eles não se integrassem às suas paróquias. Como forma de prestar assistência a esses fiéis, fora planejado o envio de pastores itinerantes, cuja maior parte do salário deveria ser paga pelo governo alemão e o restante pelos membros da comunidade. Essa estratégia teve pouca receptividade, tornando pesado o custo dos serviços para os poucos fiéis que frequentavam os cultos. Em Cachoeira e São Félix, um dos lugares visitados pelo pastor Hollerbach, moravam algumas famílias alemães, totalizando 60 a 70 pessoas, apenas 30 fiéis frequentavam o culto.

Dois aspectos precisam ser, neste momento, salientados quanto aos serviços religiosos prestados a esses imigrantes: segundo Dreher, o seu principal objetivo não era a preservação da germanidade (2003, p. 72). Os serviços eclesiais desenvolvidos por Hollerbach, por exemplo, nas suas “viagens de prospecção”, foram feitos em três idiomas: alemão, francês e português, distribuídos da seguinte forma: dos 35 sermões que proferiu, 10 foram realizados em língua alemã, quatro em francês e 21 português, o que demonstra que os cultos ou não eram dirigidos exclusivamente para alemães ou tinham como finalidade integrar os cônjuges e filhos desses imigrantes que não falavam a língua germânica.

A atuação do Pastor Arnold na Bahia, em 1925, representou um momento de redefinição da política externa do império alemão: a preocupação em garantir uma vida espiritual aos imigrantes estava associada à “preservação da língua, dos costumes e da maneira de ser alemã”, sobretudo para os descendentes dos imigrantes (2003, p. 80). Em Salvador, ele foi simultaneamente professor da Escola Alemã e pastor. A partir de 1926, o Pastor Arnold deixou o magistério e fundou uma paróquia que possuía, a princípio, 23 membros; ele também atendia os alemães que moravam em São Félix e Cachoeira, bem como em outros estados do Nordeste, a exemplo de Pernambuco e Sergipe.

Os alemães não dispunham de uma igreja luterana em Salvador para os cultos, razão porque o pastor Arnold fazia essas celebrações na casa de um dos fiéis, no templo da Igreja Anglicana ou em outros templos. Somente em 1957, a comunidade luterana passou a contar com uma sede própria⁸.

⁸ Rua Aristides Novis, 07 – Federação. Sobre os pastores, até meados da década de 1980, eles eram alemães. Em 1985, a comunidade luterana recebeu um pastor formado em São Leopoldo. Sobre a Igreja Evangélica de Confissão Luterana na Bahia, vide < <http://www.sesb.org.br/paroquias>>. Acesso em 20 jan 2007.

Pastor Arnold estava ligado à *Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte e do Sul* – fundada em 1837. Essa instituição foi fortemente influenciada pela propaganda nacional-socialista entre 1938 a 1941, período em que foi dirigida pelo Pastor Dedekind, responsável pela publicação de vários artigos na revista *Deutscher Ansiedler*. Esses trabalhos, segundo Dreher, “abordam quase que exclusivamente temas relativos à política de preservação da germanidade”, a ponto das comunidades religiosas brasileiras e seus pastores ficarem sob a mira dos órgãos de segurança (2003, p. 81-82). Foi o que aconteceu com o pastor Graeter, que assumiu o trabalho pastoral na Bahia em 1933, ele foi preso e, internado em Maracás, em 1943. Partindo da perspectiva de que era preciso transformar “colonos abraçileirados novamente em colonos alemães”, Dedekind salienta em um dos seus artigos:

Na luta em que hoje se encontram as nações, nenhum povo pode perder um homem. Toda família alemã no exterior é um membro valioso de nosso povo. Com cada colono alemão na distante mata virgem, o povo alemão dá um passo avante na face da terra. Cada uma dessas famílias é um representante da cultura e da maneira de ser alemã. E toda família alemã no exterior proporciona novos mercados ao comércio alemão, enquanto essa família permanecer alemã.⁹

Não dispomos de fontes que nos permitam avaliar até que ponto essa meta traçada por Dedekind foi seguida pelo Pastor Graeter, muito menos calcular o grau de envolvimento desse religioso com o nazismo. Não tivemos acesso a nenhum documento a esse respeito, nem mesmo o inquérito desse religioso.

Ao tratar de germanidade e religião luterana, um aspecto que precisa ser mais abordado é a questão da língua alemã na Bahia. Conforme salientamos anteriormente, as primeiras levas de imigrantes germânicos para a Bahia datam da primeira metade do século XIX, quando não se tinha ainda uma imagem consolidada da Alemanha. Tomando como referência o ano de 1815, pouco antes da implantação da colônia Leopoldina no sul da Bahia, em 1818, os territórios de língua alemã formavam a Confederação Germânica (*Deutscher Bund*) que reunia o Império da Áustria, cinco reinos (Baviera, Prússia, Saxônia, Hannover, Württemberg), vários ducados, entre os quais Baden, Hesse e as cidades livres de Bremen, Lübeck, Hamburgo e Francoforte. À frente dessa Liga estava o Imperador da Áustria. As grandes lutas políticas que culminaram com o fim da Liga Alemã em 1866 e, posteriormente, com a unificação da Alemanha, em 1871, favoreceram para que um grande contingente de imigrantes se deslocasse para outros continentes.

Nesse caso, o termo “alemão” não era suficiente para que se pudesse pensar numa representação nacional. Se não era possível falar de uma “Alemanha”, o

⁹ Revista *Deutscher Ansiedler*. In: DREHER, 2003, p. 81.

mesmo não podia acontecer com a língua, tendo em vista a existência de uma grande diferenciação linguística entre esses povos. Ao enumerar as diversas origens dos imigrantes de língua alemã que se dirigiram para todo o Brasil, Willems salienta que:

Estes exemplos parecem suficientes para ilustrar a heterogeneidade cultural dos imigrantes alemães. Acresce que grande parte deles entrou no Brasil muito antes da unificação política da Alemanha. Os imigrantes pertenciam, portanto, a países diferentes, considerando-se, mutuamente, como estrangeiros (1976, p. 63).

Na impossibilidade de apresentar dados estatísticos sobre a proveniência dos alemães que se dirigiram para a Bahia, entre 1815 até o final do século XIX, podemos identificar a presença de imigrantes oriundos de Francoforte, Hannover, Suíça, Áustria, da região de Klausthal e Zellerfeld em Harz (FOUQUET, 1974; EDE-LWEISS, 1974; QUELLE, 1933; MENEZES, 1990), das cidades livres etc.

Na segunda metade do século XIX, a Bahia contava com algumas escolas alemãs: a Franz Joseph Bokel, fundada em 1869; a escola de Heinrich Burkhard (1860), situada no bairro dos Barris; e o Colégio Alemão Coração de Maria, criado em 1868, na Rua Areal de Baixo, bairro do Largo Dois de Julho. Menezes afirma que essas escolas eram bastante conceituadas, mencionando também que no colégio, além de alemães estudaram baianos, a exemplo de Cid Teixeira e do ex-governador da Bahia, Roberto Santos.

Durante a II Guerra Mundial, as escolas alemãs em todo o Brasil foram fortemente questionadas pelo papel que desempenhavam na preservação da língua e da cultura germânica. Segundo Gertz, a Alemanha enviava material escolar e livros para as instituições escolares existentes no exterior, tendo, em sua estrutura governamental, órgãos que exerciam certo controle sobre as atividades dessas escolas, o *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* e o *Deutsches Auslandsinstitut* (DAI), ambos foram criados após o primeiro conflito mundial. Gertz (1987, p. 70) refuta as afirmações de que, nas áreas de colonização alemã em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os imigrantes não falavam o português, acentuando que isso ocorria nos lugares mais isolados, situados na zona rural.

Com base num levantamento feito pelo IBGE, em 1940, o alemão se constituía como o principal idioma em alguns lares do Brasil; destes, cerca de 268 brasileiros-natos moravam na Bahia, conforme pode ser verificado no Quadro I.

Em meados do século XIX, esse idioma chegou a fazer parte do currículo do ensino secundário das escolas baianas, tais como o *Gymnasio Bahiano*, atualmente chamado *Colégio da Bahia (Central)*, *Colégio Nossa Senhora da Piedade* (1885) e *São Bento* (1905). O *Ginásio Bahiano* tinha como professor Egas Moniz, que foi um dos idealizadores dos quatro núcleos coloniais em Comandatuba (Teodoro, Moniz, Poço e Carolina), autor de livros didáticos sobre o ensino do alemão em escolas brasileiras. Uma iniciativa do governo baiano, segundo Quelle, foi a publicação de um

livro de poesias para as escolas, denominado “A Poesia Alemã”, algumas delas publicadas nos jornais e revistas baianas (1933, p. 480-481). Um anúncio de oferta de línguas estrangeiras, publicado em 1876, revela já nessa época a sua importância para o mercado de trabalho local: *Julius Weber propõe-se a dar aulas de Inglês e Allemão. Lembrando o quanto são importantes estas línguas para pessoas do comércio. Pode ser procurado à sua residência ao Largo do Garcia*¹⁰.

Quadro I
Brasileiros-natos utilizando o alemão como língua principal no lar: 1940

ESTADO DA FEDERAÇÃO	NÚMERO
Alagoas	9
Acre	4
Amazonas	17
Bahia	268
Ceará	25
Espírito Santo	24.659
Goiás	172
Maranhão	2
Mato Grosso	284
Minas Gerais	2.818
Pará	45
Paraíba	31
Paraná	11.111
Pernambuco	265
Piauí	5
Rio de Janeiro	7.249
Rio Grande do Norte	18
Rio Grande do Sul	393.934
Santa Catarina	176.762
São Paulo	26.565
Sergipe	12
TOTAL	644.255

Fonte: IBGE, Recenseamento 1940. Extraído da obra de RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A.S. *Uma História Diplomática do Brasil (1531-1945)*, p. 381.

¹⁰ LIÇÕES DE INGLEZ E ALLEMÃO. *Diário de Notícias*. Salvador: 11 de agosto de 1876, p. 3.

O domínio de línguas estrangeiras, entre elas inglês, francês e alemão – ao lado do conhecimento contábil, da prática de balcão e de escritório – era um dos requisitos necessários para que um trabalhador pudesse ocupar uma função nas grandes firmas comerciais. Essa exigência estava relacionada ao fato de as firmas precisarem manter correspondência com as praças estrangeiras (1974, p. 48). Todavia, o interesse por esse idioma diminuiu após a II Guerra Mundial, conforme acentua Santos: “depois da Segunda Guerra e da catástrofe do nazismo, o interesse pela língua alemã sofreu uma forte retração”¹¹.

Considerações finais

A história da presença alemã na Bahia ainda é uma temática pouco explorada e o acervo documental produzido por esse grupo étnico, ao longo de sua trajetória, encontra-se disperso em arquivos localizados nesse Estado e em outras cidades do Brasil. Nesse sentido, essa análise carece ainda de dados substanciais acerca das estratégias de preservação da identidade, adotadas pelos alemães no território baiano. Essa carência também se deve à dispersão dos imigrantes alemães no interior do Estado e mesmo em Salvador, após as tentativas frustradas de fixação de colônias germânicas na Bahia. Entretanto, os documentos que embasaram nossa discussão apresentam dados significativos sobre esses imigrantes e nos permitem perceber de que forma eles estabeleceram relações com diferentes grupos étnicos.

Referências bibliográficas

- AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. **Relatório sobre as Colônias ao Sul da Província da Bahia – apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.
- DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**, 2 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- EDELWEISS, Frederico. *A Secular Presença da Alemanha na Bahia* In: **II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Recife: Universitária/UFPE, 1974.
- FOUQUET, Carlos. **O Imigrante Alemão e seus Descendentes no Brasil: 1808 – 1824 – 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- GERTZ, René. *Os teuto-russos no Rio Grande do Sul*. In: **Anais do IV e do V Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. Lageado: Associação de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002.

¹¹ A afirmação está contida no caderno de Resumos do VII Seminário de Linguística Aplicada ao Ensino e à Aprendizagem de Línguas Estrangeiras, realizado em Salvador, entre os dias 16 a 18 de outubro de 2002.

_____. **O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e Colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX.** Salvador: UFBA, 1982.

MENEZES, Albene M. *Colonos Alemães na Bahia no século XIX: problemas de adaptação.* In: MENEZES, Albene M. (org.). **História em Movimento – Temas e Perguntas.** 2 ed. Brasília: Thesaurus, 1999.

QUELLE, Otto. *A Atuação Germânica no Estado da Bahia.* In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Bahia: IGHB, 1933.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Os Caixeiros da Bahia: seu papel conservador na Primeira República.** Cópia Mimeografada. Salvador: s/ed, 1974.

SILVA, Marina Helena Chaves. E eis que chegam os alemães! Alteridade e Memória em Maracás. In: AGUIAR, Edinalva Padre. **Recortes de Memória. Cultura, Tradição e Mito em Vitória da Conquista e Região.** Vitória da Conquista: UESB, 2002.

_____. Imigrantes Alemães na Bahia no Contexto da II Guerra Mundial. In: **Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras.** São Leopoldo: OIKOS, 2004.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg – ursprung und gestaltung deutschen evangelischen kirchentums in Brasilien.** Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, s/p.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

Alemanes-brasileños, un nosotros con los otros

*María Cecilia Gallero**

Introducción

La llegada de inmigrantes alemanes-brasileños de manera organizada se debió a la formación de la Compañía “Colonizadora Alto Paraná”, encabezada por Carlos Culmey, quien concretó la fundación de la colonia Puerto Rico en 1919. Allí se concentraron las familias alemanas-brasileñas provenientes de Cachoeira, Santa Cruz, San Sebastián do Caí, San Leopoldo, Santa María, Cerro Largo, Bom Princípio, Venancio Ayres, San Juan de Montenegro, entre otras, ubicadas en el estado brasileño de Rio Grande do Sul.

Carlos Culmey en el corto período que dirigió la colonización (1919-1924) logró distribuir a los colonos que llegaban de manera homogénea siguiendo los principios del *Waldhufendorf* [aldea o caserío con terrenos cultivables en el bosque o monte]. Las distintas fracciones de la colonia Puerto Rico, tales como Línea Paraná, Línea Mbopicuá, Línea Capióví, Línea Cuchilla o Línea Cuña Pirú, fueron ocupadas por pequeños grupos de unas quince familias. Este sistema de parcelamiento permitió un mayor contacto entre los pioneros, posibilitó que la colonización se fuera afianzando y contribuyó a generar un sentimiento de solidaridad grupal de larga duración en el tiempo (GALLERO, 2009).

La corriente inmigratoria alemana-brasileña que ingresó a esta colonia fue determinante para el desarrollo del proceso de ocupación, no sólo por su presencia mayoritaria, sino porque su capital social y cultural fue determinante al aplicar un sistema de colonización organizado. En este trabajo el análisis se centra en las relaciones étnicas con aquellos que estaban o que fueron arribando a la nueva colonia: los indígenas y los criollos. Se parte por analizar a los alemanes-brasileños como un “Nosotros” que permite vislumbrar las relaciones con los “Otros”.

El “Nosotros” alemán-brasileño

Si una etnia es una representación social, centrada en la identidad étnica, en cuyo interior se condensan los valores culturales más representativos del grupo, en

*Doutora em História, Bécara Posdoctoral, CONICET.

tanto, tiene como fundamento “la semejanza del hábito exterior y de las costumbres, o de ambos a la vez, o en recuerdos de colonización y migración, abrigan una creencia subjetiva en una procedencia común...” (WEBER, 1969, p. 315-318), corresponde empezar analizando la cosmovisión alemana-brasileña de sí misma, y luego la influencia de la misma en las relaciones inter-grupales.

El grupo alemán-brasileño se puede categorizar como “étnico”, pues tiene el recuerdo de la emigración de los estados alemanes y de la colonización en Brasil, lo que les dio un sentido de comunidad [*Gemeinschaft*] muy fuerte. Una vez en Misiones, la colonización planteó desde un inicio un sistema social inter-étnico, en donde los diversos grupos delimitaron campos de interacción y establecieron relaciones que pusieron de manifiesto la frontera entre uno y otro. Por otra parte, la germanidad [*Deutschtum*] era el sustrato aglutinante de su identidad, vista al mismo tiempo como causa y consecuencia de la capacidad para trabajar eficientemente, es decir *Tüchtigkeit* [capacidad, aptitud, habilidad, inteligencia]. Esta capacidad les daba la fuerza para progresar: tener la chacra propia, hacerla producir, y con el tiempo, adquirir las herramientas tecnológicas necesarias, ya sean tractores, camionetas o camiones. El mismo progreso se vio reflejado en su vivienda: de una choza de pindó a una casa de madera, en muchos casos siguiendo el modelo *Fachwerk* [Einxamel] y finalmente, la casa de material. Es decir, el trabajo esforzado y constante permitía “avanzar”, “adelantar”, progreso que se veía reflejado en la técnica y lo material.

Las bases de esta idea de progreso continuo se podrían remontar, en primera instancia, al movimiento filosófico-cultural de la Ilustración, que sentó las bases teóricas fundamentales del pensamiento occidental. A través del siglo XIX, la formalización de la noción de evolución, reforzada a mediados de siglo por *El Origen de las Especies* de Charles Darwin, conllevó en el desarrollo de las incipientes ciencias sociales a través del trabajo de Herbert Spencer a establecer la ley general de progreso humano a partir de las leyes biológicas de la selección natural, la supervivencia del más apto y de la cultura como producto de la herencia biológica (LEVI-STRAUSS, 2000).

Giovanni Sartori diferencia claramente la identidad étnica de identidad racial, siendo la primera una identidad basada en características lingüísticas, de costumbres y de tradiciones culturales, mientras que la “identidad racial es en primera instancia (más estricta) identidad biológica que se basa para empezar, en el color de la piel”. Este autor agrega que:

raza es también un concepto antropológico que sobrepasa, como tal el de etnia. Por tanto, hoy por hoy la distinción es sobre todo ésta: que el predicado “étnico” se usa en un sentido neutral, mientras que “raza” y racial suelen ser calificaciones descalificantes para uso y consumo polémico (SARTORI, 2001, p. 72)¹.

¹ En este sentido, Claudia Briones define la *racIALIZACIÓN* como forma social de marcación de alteridad que niega la posibilidad de ósmosis a través de las fronteras sociales, descartando la opción de que diferencia/marca se diluya completamente; por contraste la *ETNICIZACIÓN* remite en cambio aquellas formas de marcación que, basándose en “divisiones de la cultura” en vez de “en la naturaleza”, contemplan la desmarcación/invisibilización y prevén o promueven la posibilidad general de pase u ósmosis entre categorizaciones sociales de distinto grado de inclusividad (BRIONES, 2004).

Este uso por mucho tiempo fue polémico –especialmente en la primera mitad del siglo XX– y determinó una buena parte de las relaciones sociales. En la actualidad, los recientes descubrimientos y avances sobre el genoma humano dieron por tierra el concepto de raza como entidad biológica², y quizás permitan abrir un abanico de nuevas posibilidades para analizar el problema. Sin embargo, en razón de lo expuesto hasta aquí, se debe partir de la cosmovisión que el grupo alemán-brasileño y sus descendientes tuvieron de si mismos para poder comprender cómo reafirmaron el “nosotros” y cómo se diferenciaron de los “otros”.

Aquí está presente lo que Cardoso de Oliveira conceptualiza como *identidad contrastiva*, “identidad que surge por oposición, es decir, ‘negando’ a la otra identidad que ha sido visualizada de manera etnocéntrica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p. 23). En esta visión etnocéntrica, sobresale por un lado la idea de progreso como esquema de percepción de la conducta grupal, en donde cada individuo de forma individual “trabajó eficientemente” para avanzar, y por otro, la influencia de la concepción de una “raza germánica” considerada con atributos de “raza fuerte” y “superior” (HARRIS, 1997, p. 88). Estas ideas influyeron en la visión que tenían sobre si mismos, pero además, esta óptica era compartida por otros, como se puede observar en la siguiente descripción de Aurelio Porto en Brasil:

Gente conservadora, pacífica, trajeron de la patria originaria las nociones de disciplina que fue, en todos los tiempos, la garantía de la grandeza teutónica, el alemán, transplantado para América, vino a continuar aquí, sus tradiciones inigualables de trabajo orgánico y constructor. Paciente y fuerte, aislándose completamente del mundo aparte del que formara dentro de su picada, no por eso desertó de sus instituciones de cultura... (PORTO, 1996, p. 222).

Esta misma visión tuvieron las compañías colonizadoras al dirigir su mirada preferencial hacia los inmigrantes de origen germánico. En este contexto, hay que tener en cuenta que la tierra para ser colonizada fue visualizada como “vacía”: un espacio a explotar y dominar; y por ende, los colonos como artífices de la conquista. Tutz Culmey, cuando relata la colonización que realizó su padre en el Alto Paraná, manifiesta que “cada colono con su trabajo honesto trae orden, seguridad y progreso para la región. Esto no agradaba a los ocupantes de las tierras, que eran numerosos” (CULMEY, 1998, p. 57). En estas palabras se advierte una dualidad, por un lado, el progreso venido de la mano de los colonos, y por otro, el sentimiento de “no agrado” de sus ocupantes. Pero, ¿quienes eran? ¿cómo fue la relación con ellos? A continuación se analizan las relaciones con los indígenas, y luego, con el grupo criollo.

² Los últimos análisis sobre el genoma humano indican que todos los seres humanos son genéticamente idénticos en el 99,9 por ciento o, lo que es lo mismo, que las diferencias entre dos personas elegidas al azar por el mundo no superan el 0,1 por ciento. Véase el artículo de Enrique Coperías, “Rasgos del Futuro”, en: *Muy Interesante*, agosto 2001, n° 190, p. 11; y “The Human Genome: Science Genome Map”, en: *Science*, febrero 2001, vol. 291, n° 5507.

Un “Nosotros” con los “Otros”

En la provincia de Misiones conviven tres grupos guaraníes: “Chiripa o Ñandeva, Kayowá o Paí Tavyterã, y Mbyá, constituyendo estos últimos la mayoría de la población indígena” (GOROSITO KRAMER, 1982, p. 34). Sin embargo, ellos fueron visualizados como un todo homogéneo, en ellos no se distinguieron las diferentes parcialidades y todos eran “indios” en su conjunto³.

Por otra parte, para entender la relación que se estableció con los indígenas, hay que tener en cuenta cuál fue la experiencia de los alemanes-brasileños en Brasil⁴. Para este análisis fue ilustrativo el relato de Arsenio Schmitz de cómo fue el contacto entre inmigrantes e indígenas en Nova Petrópolis. Allí los pobladores alemanes encontraron a los indígenas “Caingangús”, y como eran menos “agresivos” que los Tupi-Guaranis, “un acercamiento fue posible”. Sin embargo, Schmitz concluye que el contacto entre inmigrantes e indígenas era similar a las regiones vecinas: “se limitaban exclusivamente a encuentros hostiles [*feindselige Begegnungen*]” (SCHMITZ, 1977, p. 19-21)⁵.

El encuentro entre el indígena y el blanco estuvo cargado de representaciones radicalmente diferentes, como se evidencia en el siguiente relato:

Mucho también aprendimos de los indios, que habitaban cerca de nuestras chacras, y con los cuales nos hicimos entender mediante señas, y los conquistamos con mostrarles las armas de fuego, inclusive al “cacique” el abuelo le regaló una pistola, modelo 1890, que se cargaba por adelante del caño, y disparaba cuando se le antojaba: seguramente el cacique nunca la ocupó porque no sabía como cargarla.

Pero estaba orgulloso con su pistola y la portaba en todo momento, atada con una cuerda hecha de guías de “güembé”, trenzada y atada a su cuerpo desnudo y pintado en señal de supremo guerrero.

El abuelo siempre lo recordaba más tarde, cuando ya los indios debieron abandonar los lugares donde frecuentaban, para dar lugar a los colonos que iban llegando para labrar las tierras y formar poblados (BISCHOFF, 2004, p. 38-39).

³ Arnoldo Naujorks cuenta que “como vendía carne, pronto contaba entre mi clientela a todos los indios de la zona” (NAUJORKS, 1995, p. 69). En los testimonios que recogió Claudio Salvador son frecuentes las menciones que se realizan sobre los indígenas, así, por ejemplo, Jacobo Reis cuenta que en Cuña Pirú, “*Habían muchos indios, pero se trataban*”; Federico Gamper agrega que “*Había indios, no se mezclaban con ellos, llevaban su vida, tenían batatas, maíz y cazaban bichos*”; o Silda Bogorni, quien dice que “*Los indios andaban desnudos, habían bastantes. Se ponían la ropa y luego se la sacaban. De vez en cuando aparecían en grupo, el cacique delante con sus perros flacos*” (SALVADOR, p. 152; 160; 185 respectivamente).

⁴ Esta situación está relatada además en el capítulo de Willems “A competição ecológica com tribos indígenas”, (1980, p. 82-84; y TRUDA, 1930, p. 73-76).

⁵ Como ejemplo de los secuestros y baños de sangre, Schmitz narra la historia ocurrida en Dos Hermanos y San José Hortensio, a principios de la década de 1830, cuando fueron asesinadas once personas. Luego agrega la historia de Leopoldo Petry, en su libro “Carvalhos e Palmeiras”, en donde los indígenas matan al agricultor Pedro Wadenpuhl y secuestran a su mujer. Además, está la historia de Luis Bugre “un indio mitad civilizado” que asesinó a la familia Versteeg (p. 19-20). Esta última historia ha dado pie a una literatura sobre el ataque sufrido por los inmigrantes (BARBOSA, 1966).

Esta afirmación realizada por un actor del proceso migratorio tiene implícita el estereotipo de la *germaneidad*, de la capacidad de trabajo, de su eficiencia. Palabras que aluden a la transformación social que implicó la colonización y la llegada del “molde europeo”.

La antropóloga Marilyn Cebolla Badie analiza que para los indígenas Mbyá fue un hábito de cariz estratégico retirarse a zonas de monte donde el frente de expansión de la sociedad nacional aún no hubiera llegado, pues trataban de evitar una interacción muy frecuente con los blancos. Además, para los indígenas el accionar de los colonos sobre la selva tuvo consecuencias negativas, pues para ellos el monte significa todo, algo similar a una despensa permanente de donde obtienen sus alimentos, las hierbas medicinales y las materias primas para la fabricación de utensilios; mientras que para el blanco, por el contrario, sólo representa un espacio salvaje y lleno de peligros que es preciso dominar y domesticar, convirtiéndolo en capuera por medio de la tala o en campo de monocultivos por medio del fuego (CEBOLLA BADIE, 2000, p. 129-137).

El encuentro con los indígenas fue un verdadero “desencuentro”, y en el caso alemán-brasileño, este encuentro estuvo cargado por la memoria de las experiencias negativas vividas por sus antepasados en Brasil, así por ejemplo, a la pregunta ¿cómo era la relación con los indígenas? varios entrevistados respondieron “los indios eran malos”; y al preguntarse ¿por qué?, algunos no dieron una razón específica, simplemente que “teníamos mucho miedo y con solo verlos salíamos a correr”. Esta situación fue vivida por los entrevistados cuando eran niños y debían ir a la escuela, ocasión que se prestaba para que se cruzaran con los indígenas, pues para llegar al establecimiento educativo debían caminar varios kilómetros por picadas en el monte. Pero, ¿por qué los niños veían a los indígenas como “malos”?

Aquí están presentes las representaciones del “otro”, que ha sido visualizado como “peligro”. Mientras los inmigrantes custodiaron su tierra y su cultivo con armas de fuego, los indígenas se fueron replegando estratégicamente hacia el interior, hasta que *los conquistamos*. En esta relación las armas de fuego cumplieron un rol determinante, en donde los inmigrantes tuvieron una posición privilegiada, y los indígenas, mientras pudieron, evitaron todo contacto con el blanco.

La situación fue diferente con el criollo, pues con éste sí se estableció una verdadera relación dual. Sobre este punto es necesario realizar una aclaración sobre la conformación social de la colonia Puerto Rico. En los inicios de la colonización entraron en escena simultáneamente los inmigrantes alemanes-brasileños –y algunos europeos– y los trabajadores o peones, en su mayoría paraguayos. Más tarde, cuando hubo que darle una estructura administrativa a los pueblos, entró en escena el grupo “argentino”, en las figuras del Juez de Paz, el maestro/a, el policía, el empleado de banco, etc. (MICOLIS, 1971, p. 822-823). Fue así, que en un primer momento se designó criollo a todo aquel no fuera descendiente de europeo, y luego se aplicó este concepto a los trabajadores rurales que cruzaron el río Paraná para trabajar como peones.

Fue ese primer encuentro el que marcó las relaciones de manera duradera, pues los criollos aparecieron en la colonización como mano de obra de los recién llegados. En una entrevista con un grupo de criollos, descendientes en su mayoría de paraguayos, uno de ellos afirmaba que: “*los patrones generalmente son alemanes, y si no es alemán, es suizo... nunca vino un paraguayo a organizar una empresa*”. Por otra parte, Benno Reckziegel, al finalizar las memorias de Puerto Rico aclara que:

también es justo destacar la labor cumplida por nuestro querido criollo, que por la idiosincrasia de su ser o por motivos que no vienen al caso analizar, ha quedado un tanto en el relego, pero que, tanto en el campo como en la fábrica, ha cumplido una meritoria tarea, digna de todo encomio y reconocimiento. Desde el comienzo de nuestra Colonia ha estado al lado del colono realizando generalmente los trabajos más duros y pesados (RECKZIEGEL, 1999, p 178).

Esta *idiosincrasia de su ser* se explica básicamente por una concepción diferente hacia el trabajo y el ahorro. Para el alemán-brasileño su progreso se debió al trabajo constante y a la capacidad de ahorrar, tanto él como su señora se sacrificaron para comprar “la tierra”, “construir la casa”, y que les vaya “bien”. En cambio, los criollos continuaban viviendo igual que antes, sin ningún cambio. Para los alemanes-brasileños la impronta negativa del criollo se basó en su desinterés por el progreso, en el afán de vivir despreocupadamente el día a día. La comparación social entre ellos era uno de los ingredientes de la formación y el mantenimiento de la identidad. Así por ejemplo, una entrevistada confesó:

...yo hasta hoy, todavía estoy en el choque, para ser sincera, el criollo neto de acá, el mensú como se dice, ese siempre a mí me choca, no sé si porque fui criada así, pero son gente muy... muy ignorante, que no acepta... no sirven! Porque hay muy pocos, ahora ya... más que antes, pero muy pocos, tienen un afán de progresar, hoy por hoy ya es mejor, ya quieren estudiar, tienen más posibilidades. Pero al criollo neto, vos le das un palacio y mañana no tiene nada, despilfarra todo... no piensa en mañana, cobran hoy y hacen asado, toman vino y dale y dale hasta que no tiene nada... y después, “¡Ay que somos pobres!”, viste, ese es el criollo neto, que no tiene un progreso.

Las relaciones interétnicas estuvieron marcadas muchas veces por prejuicios y discriminación, en donde la impronta negativa del criollo tuvo una gran perdurabilidad. Por ejemplo, una informante relató que un día “*salí de un baile, quise volver temprano y volví a caballo por el monte. Mi caballo se asustó, porque había un ‘Hiesigi’ macheteado. Por lo general se emborrachaban los sábados y se macheteaban*”. Aquí otro informante explicó que “era mejor decir ‘Hiesigi’ que ‘Neger’ o ‘Coáti’”, porque *Hiesigi* no es palabra para discriminar...” mientras que “*Neger*” y “*Coáti*” sí⁶.

⁶ *Hiesigi*: término alemán que significa del lugar, local, del país; en este caso está utilizado para designar a los criollos. *Coáti*: Hace referencia al mamífero *Coati*, de la familia del mapache, notable por su hocico largo y puntiagudo. Su tamaño es el de un gato grande y su pelo ofrece matices grises, rojos o amarillentos. En el caso citado, se cambia el acento y con dicha palabra se denomina a la persona criolla. La relación con dicho animal estaría dada por el color oscuro de la piel.

Esta discriminación fue sentida por los criollos, como lo indicó una entrevistada que la sufrió por ser morocha y humilde, “*a mí me decían ‘carbón con ojos’, yo lo sufrí... ¿me entendés? Porque yo era morochita y me pusieron ese apodo: ‘carbón con ojos’...*”. Ella relató qué hizo hasta segundo año del secundario en el Colegio San Alberto Magno, luego se fue a vivir a Buenos Aires y años más tarde regresó definitivamente. “*Lo que yo noté—explicó—fue cómo creció Puerto Rico. Cuando volví a los 29 años, esos compañeros que vivían en la colonia que los padres se ‘mataban’ [trabajaban mucho] en la colonia, ¿no? esos chicos son ahora los que están bien acá en Puerto Rico, que tienen grandes negocios o grandes empresas*”.

A este análisis de las representaciones entre ambos grupos, se debe incorporar el planteo que realiza Claudia Briones sobre el modo en que se fue triangulando históricamente en nuestro país la relación entre Indios, Inmigrantes y Criollos (BRIONES, 2004). Para esta autora, las peculiaridades de la idiosincrasia del crisol de razas argentino derivan de que el mismo se ha ido fraguando en medio de una paradoja constitutiva: pensar el país como si en él no existieran problemas raciales ni racismo, pero promover al mismo tiempo una matriz de diversidad fuertemente racializada y profundamente asimétrica. Esta matriz está basada en que la alquimia que da lugar al “tipo argentino” es básicamente blanca y europeizada. Es así, que mientras a los inmigrantes les cupo argentinizarse, para los indígenas la argentinización implicó un “blaqueamiento”, y en el caso de los criollos, asimilar los estándares de “progreso” y “civilización”.

En otras palabras, la relación entre criollos y alemanes-brasileños fue racializada, en tanto, estos últimos tuvieron sentimientos colectivos que alimentaron su “honor étnico”⁷ y marcaron diferencias a través del color de la piel y del progreso material alcanzado por uno y otro.

Conclusiones

Para finalizar, la complejidad del análisis de las relaciones interétnicas obligó a buscar otras explicaciones y ahondar posibles respuestas. En este sentido, resultó esclarecedora la siguiente afirmación de Arjun Appadurai: “lo más valioso del concepto de cultura es el concepto de diferencia, [...] en tanto cuestión que tiene que ver con una operación de manutención de fronteras, la cultura pasa a ser un asunto de identidad de grupo, la cual es constituida por algunas diferencias, tomadas entre muchas” (APPADURAI, 2001, p. 28-29). La diferencia se convirtió en frontera y determinó las relaciones sociales entre unos y otros. Pero, ¿qué marcó la “diferencia”?

⁷ Para Max Weber “el ‘honor étnico’ es el honor específico de la masa porque es accesible a todo aquel que pertenece a la comunidad de origen, creída subjetivamente” (WEBER, 1969, p. 320).

Una diferencia fundamental estuvo dada en el capital social y cultural de cada grupo. En este sentido, desde la perspectiva alemana-brasileña, su capital cultural se basó principalmente en el conocimiento que traían incorporado, es decir, bajo la forma de disposiciones durables (*habitus*) relacionadas con un determinado tipo de conocimientos, ideas, valores y habilidades heredadas y transmitidas; y por otro lado, el capital social, el que estuvo ligado a un círculo de relaciones estables con lazos permanentes, en donde los vínculos grupales marcaron la estructura de interacción.

Otra diferencia, en este caso no cultural, pero sí económica y social, estuvo marcada por la posesión de la tierra, mientras que los colonos alemanes-brasileños fueron en su mayoría propietarios, los indígenas debieron replegarse al interior y los criollos trabajar como mano de obra. Si bien la integración parecía dar un tinte uniforme a las relaciones entre unos y otros, no logró borrar las diferencias entre descendientes de germanos/europeos y nativos/criollos, las que permanecieron como una tensión subterránea con tintes racializados y discriminativos.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun (2001): *La modernidad desbordada*, Buenos Aires/Montevideo, FCE/Trilce.
- BARBOSA, Fidels (1966): *Prisioneiros dos Bugres*, Juiz de Fora, Ed. Lar Católico.
- BISCHOFF, Lidia (2004): *La tierra elegida*, Posadas, UNaM.
- BRIONES, Claudia (2004): “Construcciones de Aborigenidad en Argentina”, en: *Journal de la Société Suisse des Américanistes*, Bulletin 68, pp. 73-90.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (1992): *Etnicidad y Estructura Social*, México, Ciesas.
- CEBOLLA BADIE, Marilyn (2001): “Colonos y paisajes indios y Jurua Kuery”, en: *Revista de Antropología Avá*, N° 2, Septiembre 2000, p. 129-142.
- CULMEY, Tutz (1998): *La hija del Pionero*, Posadas, Editorial Universitaria de Misiones.
- GALLERO, María Cecilia (2009): *Con la patria a cuestas. La inmigración alemana-brasileña en la Colonia Puerto Rico, Misiones*, Buenos Aires, Araucaria Editora; Resistencia, IIGHI-CONICET.
- GOROSITO KRAMER, Ana (1982): *Ana, Encuentros y Desencuentros. Relaciones inter-étnicas y representaciones en Misiones, Argentina*. Tesis de Maestría, Universidad de Brasilia, Brasilia.
- HARRIS, Marvin (1997): *El desarrollo de la teoría antropológica*, Madrid, Siglo XXI Editores.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (2000): *Raza y Cultura*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- MICOLIS, Marisa (1971): “Informe sobre las migraciones europeas en Misiones”; en: *Estudio sobre el nivel de vida de la población rural de Misiones*, Posadas, Dirección General de Estadística y Censos, IV, pp. 813-858.
- NAUJORKS, Arnold (1995): *Infierno Verde Alto Paraná, Memorias de un pionero de Montecarlo*, Posadas, Editorial Universitaria UNaM.

PORTO, Aurelio (1996): *O trabalho Alemão no Rio Grande Do Sul*, Porto Alegre, Martins Livreiro Editor.

RECKZIEGEL, Benno (1999): *Memorias de Puerto Rico, 1919-1999*, Puerto Rico, Imp. Dinámica.

SALVADOR, Claudio (2004): *Fundadores en Tierra Colorada*, Posadas, Editorial Universitaria de Misiones.

SARTORI, Giovanni (2001): *La sociedad multiétnica*, Madrid, Taurus.

SCHMITZ, Arsênio (1977): *Neue Heimat in Nova Petropolis*, Roma, Verlag der Päpstlichen Gregorianische Universität.

TRUDA, Leonardo (1930): *A Colonização allema no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Typografia Do Centro.

WEBER, Max (1969): *Economía y Sociedad, México*, Fondo de Cultura Económica.

WILLEMS, Emilio (1980): *A aculturação os alemães no Brasil*, San Paulo, Companhia Editora Nacional.

A construção e a organização escolar das escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul

*Leomar Tesche**

A proposta do presente texto/pesquisa é apresentar os “atores” e elementos que contribuíram na construção e organização das escolas teuto-brasileiras. Privilegiamos fontes escritas primárias como o Jornal Geral para o professor no Rio Grande do Sul, no qual acompanhamos os artigos e as discussões editados por este jornal sobre a escola e os professores teuto-brasileiros. O período a ser tratado abrange o da existência do referido jornal de 1901/2 a 1938. Como a pesquisa ainda está em andamento, é a nossa intenção apresentar os dados até aqui analisados, no entanto, sem deixar de acompanhar as publicações de autores que também tratam sobre o tema. O objetivo da pesquisa é o de analisar os discursos em prol da construção e organização escolar teuto-brasileira; acompanhar o processo de substituição de professores alemães por teuto-brasileiros e analisar a construção dos programas e da inserção dos componentes curriculares.

Para entender a escola teuto-brasileira no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, analisávamos sempre através dos autores que obviamente deram um grande impulso ao estudo desse tema, como Kreutz, Rambo, Hoppen, Altmann e de, uns anos para cá, autores mais jovens como Arendt e Tesche.

Mas não estávamos satisfeitos, pois não vimos, nesses autores, a chance de deixar os documentos falarem, ou seja, gostaríamos de ouvir o documento falar e ouvir aquele que falava através do documento. As afirmações de Marrou (1978, p.62) nos ajudam a entender mais sobre o que é documento, ou seja:

Constitui um documento toda a fonte de informações de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, considerando sob o ângulo *da questão* (grifo nosso) que lhe foi proposta. É perfeitamente óbvio que é impossível dizer onde começa e onde termina o documento; pouco a pouco, a noção se alarga e acaba por abranger textos, monumentos, observações de todo o gênero.

Para completar essa questão sobre documentos, busco, em Samara e Tupy (2007, p. 70), a ideia de que, na prática, uma melhor compreensão do que existe em

*Professor na UNIJUÍ.

um documento histórico depende da adoção de alguns procedimentos básicos que tornam mais seguro o trabalho do historiador. As autoras relacionam o contato com o texto e a sua leitura, qual a forma material, qual o conteúdo e quais seus objetivos ou propósitos de quem elaborou e de quem o lê e/ou interpreta. Continuam afirmando que das respostas encontradas, depende o uso de um documento como fonte de pesquisa histórica.

Esse “sentir” provocativo veio através da descoberta de uma carta de um professor de uma escola em Vila Teresa (hoje Vera Cruz), em que o autor solicita o auxílio financeiro a seus irmãos na Alemanha. Além da questão financeira, o autor levanta outras questões importantes relativas à escola e ao ensino. É importante ouvir o que os autores dos artigos e seus articulistas do jornal tentavam nos passar sobre o seu trabalho de construção e a organização escolar nas escolas teuto-brasileiras no Sul do Brasil, através do *Jornal Geral* para o professor no Rio Grande do Sul.

É o que Oberacker Jr (1985, p. 397-398) constata, ou seja:

Na organização das escolas particulares, têm participado os alemães e seus descendentes de maneira destacada. Quando os primeiros colonos alemães entram no país, precário era o estado da instrução primária brasileira, por isso que as administrações coloniais nesse setor, particularmente pouco fizeram (...). É que a escola primária então já fazia parte imprescindível da vida social na Alemanha, o que não acontecera no mesmo grau em Portugal

Paiva (1987, p. 6-7) também levanta algumas questões interessantes, as quais temos que considerar importantes, nas organizações das escolas e na forma como os Estados do Sul as tratavam. O Rio Grande do Sul concentra uma “estrutura de associações e entidades culturais teuto-brasileiras maiores e mais complexa do que qualquer outra unidade da federação brasileira”. Para o autor, os documentos produzidos pelas associações são os únicos que permitem uma visão interna dos problemas que afetam as escolas e demais entidades culturais teuto-brasileiras.

Para Willems (1980, p. 272), a educação deve ser vista através de duas vias: “Como parte integrante das culturas humanas e como mecanismo de transmissão destas culturas”. É aí que está o nosso interesse, mostrar a importância da educação como meio cultural e também a existência de outros elementos organizados, fazendo parte dessa cultura do grupo teuto como elemento identificador, como por exemplo, a escola, afirma Tesche (2002, p. 136).

A escola comunitária ou escola confessional nasceu da necessidade de os imigrantes instruírem seus filhos, pelo fato de que o Estado não dava condições de fazê-lo. Mesmo que, de acordo com Iotti (2001, p. 245), a Decisão n.193 – AVISO Imperial de 12 de junho de 1858, a qual declara que:

os filhos dos colonos, que forem estrangeiros não estão compreendidos na disposição do Art. 64 do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, para serem obrigados a frequentarem as escolas de instrução primária... que lhes é livre frequentar as escolas, se para elas os enviarem voluntariamente seus pais e protetores.

Pais e Igreja tomaram a si a responsabilidade de construir e financiarem a escola que deveria ser para os seus filhos. Willems (1980, p. 272) levanta uma questão muito importante em relação à organização escolar, ou seja, de que a escola teve elementos da cultura europeia e

a organização e remuneração do corpo docente, programa escolar, horários, regime disciplinar, corpo de inspetores etc, entrou na cultura brasileira, por difusão dirigida, o que equivale a dizer procurava (e ainda procura) enxertar elementos de culturas europeias sem levar em conta o estado de desenvolvimento da sociedade brasileira e as possibilidades de integração cultural.

O currículo era organizado pelos imigrantes alemães e descendentes, pela escola, os quais pensavam dar aos alunos o essencial para a sua aprendizagem, sempre de acordo com interesses locais, podendo utilizar os conhecimentos adquiridos no seu cotidiano, e a isto estava vinculada a impressão do seu material didático, atendendo às necessidades regionais. Além de que as “escolas eram supridas por leigos ou pastores e professores formados na Alemanha”, destaca Hoppen (s/d, p. 9).

Exemplificaremos as preocupações descritas acima com uma carta do Pastor e diretor da escola Siegfried Heine¹ de Vila Tereza² a amigos residentes na Alemanha, publicada por Tesche (2009, p. 247-248).

Vila Tereza, fevereiro de 1930.

Mui respeitadas amigos das escolas alemãs no exterior!

A Sociedade Escolar alemã em Vila Tereza, em 1º de abril do ano de 1929, confiou-me a direção de sua escola.

Movidos com a preocupação pelo desenvolvimento de nossa escola alemã e o bem estar de nossos irmãos e irmãs alemães no sul do Brasil, atrevo-me a dirigir-me a alguns parentes e personalidades na distante pátria alemã com um cordial e urgente pedido. Trata-se de uma simples construção de escola para quatro – cinco classes em Vila Tereza, uma Vila quase totalmente alemã. O prédio escolar atual é uma antiga casa de negócios que de maneira nenhuma atende as necessidades, é periclitante e infestado por insetos ruins. Durante anos, por falta de professores, pastores e dinheiro o germanismo e com isto também a escola alemã foram muito negligenciados. O espírito francês toma cada vez mais raízes no Brasil. Pastores e professores tem a obrigação de concentrar suas forças, ser responsáveis para que a cultura alemã em seu significado é quase impossível avaliar, é um expoente extremamente importante do germanismo no exterior. Com a escola alemã o germanismo permanece, e cai no Brasil.

¹ Documento localizado no Evangelisches Zentralarchiv in Berlin (EZA) und Landeskirchliches Archiv Berlin-Brandenburg (LABB).

² Hoje, Vera Cruz, RS

Não resta outra alternativa para os diretores de escolas estrangeiras, se querem alcançar algo para seu germanismo no mundo distante, sempre devem voltar a sua pátria para pedir auxílio. Com certeza as comunidades alemãs cumprem sua obrigação para igreja e escola. Mas juntamente em relação às escolas havia desunião entre os alemães, a influência de outras diferentes, no ambiente alemão, mas especialmente as concorrências das escolas governamentais brasileiras que aparecem fortemente não cobram contribuições escolares.

Ajudem-me, por favor, para terminar nossa escola. Os custos da obra importam em torno de 18 000 Marcos. Apenas uma pequena parte deste valor o povo local consegue angariar. O valor principal tenho que pedir e repetidas vezes novamente pedir do reich alemão e as sociedades interessadas no germanismo no estrangeiro da Alemanha.

Pastor Siegfried Heine

A partir da análise de alguns artigos e comunicados publicados pelo Jornal Geral para o professor no Rio Grande do Sul, podemos entender como havia uma grande preocupação e uma grande responsabilidade de um projeto chamado “Escola”. Estaremos apresentando sete artigos e comunicados como forma de exemplificar esse atendimento e troca de informações no período de 1920 a 1939 do referido jornal.

A primeira edição do ALZ³, datado de janeiro de 1920, p.1, sob o título Lema, apresenta inicialmente uma citação de Goethe⁴: “Resistamos, conservemos corajosamente, com força duplamente reunificada, o que pode conservar a nós e nosso povo!” Trata de ser o primeiro número após a guerra e com as palavras descritas acima de Goethe, o articulista incentiva seus colegas que trabalham na educação. Em seu discurso no 3º §, apresenta o seguinte:

Quanto mais a formação do povo é condição, reconhece para a cultura e economia, quanto mais a formação de professor é reorganizada numa formação coesa, mais avança vitoriosa a ideia para a formação e sua realização, na posição em que ele deve ser elevado, quando ele é portador de uma formação do trabalho abrangente e quer entrar no serviço do desenvolvimento cultural.

Na edição seguinte, trata sobre o Seminário alemão de professores evangélicos no Rio Grande do Sul. Nesse espaço, é alertado de que a Instituição, com 10 anos de existência, forma jovens de todos os estados e emprega professores em escolas de cidade e interior. Sobre a Instituição, ela oferece aos jovens de 15 a 20 anos,

³ Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul – ALZ – Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul.

⁴ Lasst uns widerstehen, lasst uns tapfer, was uns unser Volk erhalten kann mit doppelt neuvereinter Kraft erhalten!

aqueles que não têm satisfação no trabalho de agricultor, uma oportunidade para, em 3 anos, ampliar seus conhecimentos e ter uma profissão para a vida, bem como a possibilidade de terem todas as matérias: Religião, Alemão, Português, História Alemã e Brasileira, Geografia Alemã e Brasileira, Caligrafia, Desenho, Violino, Canto e outros. O ensino começa a partir do ponto em que o jovem parou na escola e progride pouco a pouco do fácil ao mais difícil. Como o Seminário está localizado em Santa Cruz do Sul, os seminaristas têm a oportunidade de entrar no Tiro de Guerra e adquirir seu título de reservista.

Em um dos artigos, há a preocupação com o componente curricular Turnen. Nesse artigo, é tratado sobre a moderna ginástica escolar – educação em base natural, ALZ (1930-março, nº 3, p. 7), tendo a proposta de Spiess como uma nova visão para a escola, levando em consideração a fase de desenvolvimento corporal e psíquica da criança, bem como visando ao desenvolvimento de uma personalidade livre na base da educação corporal.

Em outra publicação ALZ (1930-maio, nº 5, 27 ano, p. 2-3) de autoria do prof. Paul Fräger, é tratado sobre a deficiência no funcionamento do ensino em nossas escolas coloniais teuto-brasileiras. O autor enumera alguns problemas como a falta de organização e trata de sua solução, assim como sobre a deficiência metodológica e sua superação. Alerta de 3 anos na escola é um tempo muito curto e que o ideal seria de 6 a 7 anos. Trata dos planos de aula com distribuição planejada, devendo haver planos de ensino e de preferência para todo o Brasil e ou só para o Rio Grande do Sul. Frisa a falta de livros nas escolas. Quanto à deficiência pedagógica, o autor discute os objetivos das escolas coloniais com o ensino do ler, escrever, calcular e o português. A principal formação de toda a função da escola é a preparação do caráter de uma moral ética na educação escolar, as quais são grosseiramente negligenciadas. Por isso, deve-se despertar na criança, principalmente em Religião, Alemão e História Natural, o amor ao nobre, ao soberano e à moral para exercitar espontaneamente o bem. E que a escola deve oferecer oportunidade à criança de decisão moral e de ação frente a seus colegas e para si mesmo. O professor deve esforçar-se para tornar-se uma pessoa decente e ser um exemplo para seus alunos também fora da escola, de modo a viver com moral, dedicação, lealdade, amor ao próximo, enfim, ser um cumpridor do dever e um verdadeiro auxiliador.

O artigo de W.A. Reuters – Professor de cidade e da colônia (ALZ-1932-Fevereiro – nº. 1/2- 29 ano – p. 13-14), trata de questões financeiras, ou seja: o colono não reconhece o que necessita o professor, pois para ele, o professor não trabalha. A terra que o professor utiliza é fraca e não lhe dá muito para o seu sustento. O autor ainda faz comparações entre o professor da cidade e o professor da colônia, por exemplo, nessa passagem ... “Se o professor da cidade está melhor neste sentido, deve se atribuir que estes colegas geralmente são formados profissionalmente na Alemanha. Então o cidadão urbano tem mais compreensão para a necessidade da

escola e o professor recebe menos contato com os pais. Esta preocupação fica a cargo do diretor que também tem alguns conflitos a resolver com o conselho escolar... Só que não são comentados na mesa do bar ou da venda”.

Sobre a Escola teuto-brasileira colonial, o autor B.A.Reuters (ALZ-1932-dezembro-N. 12- 29 ano – p. 4-5) discute sobre o tempo de permanência das crianças na escola, sobre o ensino dos dois idiomas e a média de 4 horas de aula diária, sendo que uma criança da colônia deveria ter o mesmo tratamento de uma criança urbana. Sugere que o camponês deveria ter um representante no governo. Instiga para que devesse haver uma ampliação da escola colonial, um curso superior. Nas palavras do autor: “Os Senhores colegas das escolas coloniais deviam olhar uma vez em volta, o que seus alunos, dispensados das escolas, rapazes e moças fazem. Sou da opinião que aqui é necessário uma emenda ou ajuda, na qual se oferece oportunidade de aperfeiçoamento escolar para a juventude para que eles possam desenvolver mais seus conhecimentos e práticas adquiridos no tempo na escola, vai-se objetar que não vai ser possível executar por este ou aquele motivo. Não é possível generalizar semelhante assunto. Mas com boa vontade dos dois lados – escola e casa paterna – e a necessária compreensão, unidos é possível conduzir”.

E por último dos textos que nos propomos comentar, o autor H Wendt, em seu artigo *Algo para perguntar sobre o plano de ensino em nossas escolas coloniais* (ALZ-1939-Agosto-nº 8 – Ano 27- p.7-8), inicia com os seguintes questionamentos: duas perguntas são as que formulamos no início: 1º O que deve ser ensinado nas escolas coloniais também através de um Plano de ensino? 2º Como este poderia ser? Como se pode perguntar? Naturalmente deve-se ensinar com um plano de ensino. É o primeiro serviço de todo o professor no início do ano (deveria ser). Organizar um plano de aulas e horários. Plano de aulas e horários! Isto qualquer um reconhece que não só pode ensinar a esmo somente para que a manhã passe. Para que então o plano de ensino? Também ele deve nos proteger contra planos sem objetivos, sem metas ou ordens para as crianças. Um bem pensado plano de ensino é como um fio vermelho que atravessa todo o trabalho e impede uma confusão no ensino. Ele não necessita a matéria para os horários isolados, ele existe para que o professor seja ligado ao plano e não pode adiar um ou diversos horários. Mas ele é para ser distribuidor de todas as matérias de ensino para todos os departamentos.

Para encerrar o texto, busco no ALZ⁵ o que o professor *W. Düren* – escreve: *A história de nossa escola, como desenvolvi aqui, é uma luta contínua, uma luta contra circunstâncias desfavoráveis e contra adversidades. Se a escola se desenvolveu favoravelmente apesar das adversidades, assim isto é um sinal de direito de existência da mesma e da energia de seus diretores. Muitos, muitos homens, que hoje estão na luta pela existência adquiriram aqui sua formação e formaram seu interior pessoas íntegras, muitas senhoras e moças passaram*

⁵ Allgemeine Lehrer-Zeitung für Rio Grande do Sul. HISTÓRIA DA ESCOLA EVANGÉLICA ALEMÃ REAL DE SANTA CRUZ (– Santa Cruz, maio de 1921, nº 5, 18º Ano, p.3 e 4).

seus anos escolares aqui e recordaram com gratidão. Você querida juventude que hoje frequenta a escola, aproveite-a bem para tua prosperidade e honra a escola.

As discussões, as preocupações e alguns “atores que trouxemos” se relacionam com a realidade da escola teuto-brasileira na sua organização, na sua modernização e na sua manutenção. Os documentos com os quais tratamos nos mostram aquilo que de fato acontecia nas escolas. Devemos lembrar que muitas dessas escolas ainda prestam serviços à população. Sobreviveram é verdade. Sobreviveram aos seus problemas e aos que a viam como elementos de intromissão na educação brasileira. Mas elas eram fruto de um grupo que além da necessidade, viam a escola como mais um elemento que os identificava como um continuador e preservador de uma cultura.

Referências bibliográficas

Allgemeine Lehrer-Zeitung für Rio Grande do Sul (Jornal Geral para o professor no Rio Grande do Sul.), janeiro de 1920; maio de 1921; março, maio de 1930; fevereiro, dezembro de 1932; agosto de 1939.

IOTTI, Luiza Horn (Org). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS.- Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

HOPPEN, Arnildo. **Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul**. I parte (1909-1939). São Leopoldo: Sinodal. s/d.

MARROU, Henri-Iréné. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OBERACKER JR, Carlos. **A Contribuição Teuta à formação da nação Brasileira**. 2. Rio de Janeiro: Presença, 2ª edição, 1985.

PAIVA, César. Escolas de Língua Alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a Política de Nacionalização. In: **Educação e Sociedade**, nº 26. São Paulo: Cortez Editora, 1987

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TESCHE, Leomar. **O Turnen, a Educação e a Educação Física nas escolas Teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852 – 1940**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

TESCHE, Leomar. A Afirmação de uma Identidade. In: **Visão Global**. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Vol.11, n.2 (jul/dez.2008), ed. novembro de 2009, Joaçaba/SC.

Nós queremos unicamente abraçar o Ginásio...”: o caso dos professores estrangeiros em Rio Grande – RS, 1936

*Ester Rosa Ribeiro**

1 Introdução

No dia 23 de outubro de 1936, dirigiram-se à Prefeitura de Rio Grande – Rio Grande do Sul, os professores estrangeiros¹ Ludwig Czerny (Latim e História da Civilização), Simon Goussinsky (Francês e Geografia) e Ceslau Maria de Biezanco, (Química e História Natural), do Ginásio Lemos Júnior, para entregar ao Prefeito uma carta. Junto à carta, foi entregue a ele um recorte do jornal “A Gazeta”, do dia anterior.

Em 1936, vivia o Brasil sob o governo de Getúlio Vargas, e caminhava o país para a ditadura do Estado Novo. Enquanto isso na cidade portuária do Rio Grande, os operários das indústrias reivindicavam escolas para seus filhos. Nos jornais locais, eram publicadas as programações dos teatros e outras atividades de lazer. Notavam-se assim os diferentes interesses dos grupos que compunham a sociedade rio-grandina.

Retornando aos professores, percebemos que o motivo que os levou à Prefeitura era em relação ao artigo do jornal, em que era solicitada a saída deles da escola. Uma sindicância foi aberta pelo prefeito para averiguar os fatos. Pelos depoimentos, percebemos os interesses e a proteção dada a elementos da escola, bem como a punição a outros, sem poder dentro do educandário.

2 A moderna cidade de Rio Grande

A sindicância ocorreu em Rio Grande, cidade localizada no Rio Grande do Sul, “um lugar onde o ser humano teima, há séculos, em tentar estabelecer-se contra as intempéries da natureza” (OLINTO, 1996, p. 147). De acordo com TORRES

*Graduada em História pela FURG. Especialista em Educação UFPEL. Professora do município de Esteio/RS. Mestranda em Educação UNISINOS – Linha de Pesquisa Educação, História e Política, sob orientação da professora Berenice Corsetti. CAPES /PROEX. E-mail: esterfurg@hotmail.com.

¹ Não é possível, através da documentação estudada, precisar a nacionalidade individual dos professores. É citado que seriam alemães e poloneses.

(2008, p. 9), em sua Cronologia, “o processo histórico da cidade de Rio Grande é muito rico de experiências”. Entre os anos de 1915 a 1939, estão relatadas a criação de indústrias e obras, a inauguração dos Molhes da Barra, da Refinaria Ipiranga e das obras de esgoto. Rio Grande foi uma das cidades atingida pela gripe espanhola e também teve ativa participação de seus trabalhadores na greve de 1918. Era

Uma cidade operária, onde a indústria sobrepujava a vocação pesqueira trazida pelos imigrantes açorianos, onde a população tentava sobreviver amontado em cortiços constantemente fiscalizados pelas autoridades e os sindicatos organizavam-se na luta por direitos para os trabalhadores, entre constantes conflitos e greves. Uma cidade burguesa, onde grandes companhias de teatro e balé, rumo a Porto Alegre ou Buenos Aires, faziam escala, com apresentações nos vários teatros da cidade, também repleta de cinemas e praças, onde aos domingos as famílias iam passear. Cidade portuária, com comércio forte, navios com diversas bandeiras tremulando em seus mastros, incontáveis estranhos desembarcando diariamente (OLINTO, 1996, p. 158).

As sociabilidades não eram esquecidas pelos rio-grandinos, pois, além dos teatros citados havia também: balneário, clubes sociais, banda, clube de futebol e um hipódromo.

Era uma cidade em pleno desenvolvimento, que a cada momento, modernizava-se e expandia-se. A cidade dessa forma necessitava de escolas para os filhos dos trabalhadores e para qualificar a mão de obra adulta necessária para as obras e indústrias locais.

A população solicitava à Inspetoria de Educação do Município escolas em zonas rurais ou nos locais de expansão. De acordo com Bittencourt (2007, p. 114), o Ginásio Lemos Júnior foi fundado em 1906 e teria incrementado a instrução secundária pública no município. Foi nesse ambiente escolar que, após 30 anos de fundação, ocorreu uma sindicância em suas dependências, que movimentou a comunidade escolar.

Nos documentos relativos à sindicância dos professores estrangeiros, percebemos que a mesma teve início somente após a autorização do Prefeito. Na carta do Secretário do Ginásio aos professores convocados para auxiliar na sindicância, está a seguinte declaração:

Levo ao conhecimento de Vs. Ss. Que fostes designados pelo illmo. sr. Dr. Reitor para, em cumprimento ao despacho do exmo. Sr. Dr. Prefeito, datado de 28 do corrente, auxiliardes na syndicancia ordenada pelo exmo. sr. Dr. Prefeito².

A atuação da Inspetoria de Educação no município nas primeiras décadas do século XX era quase nula, pois a relação entre as escolas e o Prefeito dava-se de

² Os documentos da sindicância estão disponíveis para pesquisa no Arquivo Municipal de Rio Grande, integram a parte relativa à educação municipal. Mantivemos aqui a grafia original dos documentos.

forma direta. A Inspeção não tinha poder de ação, qualquer atitude, como está evidente no fragmento acima, deveria ter a permissão do prefeito.

3 Políticas Públicas em educação; da República à Revolução de 1930

Para Saviani (2005, p. 29), durante o século XX, no Brasil, podem ser distinguidos três momentos da política educacional. De 1890 a 1931, o federalismo foi predominante na educação, a oferta escolar primária era viabilizada pelos estados, esse foi o primeiro momento. No segundo momento que ocorreu de 1931 a 1961, a regulamentação do ensino foi tarefa da União. A concepção pedagógica voltada à produtividade foi a característica do terceiro momento e estendeu-se até 2001. Essa periodização de Dermeval Saviani deve ser tomada como sugestão, pois, de acordo com Nagle (1990, p. 261), marcos cronológicos não significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro.

Observam-se muitas reformas que dizem respeito à educação, entre a implantação da República e o Golpe do Estado Novo. Entretanto, Romanelli (1991, p. 43) salienta que:

todas essas reformas, porém, não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas representavam o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma vida política nacional de educação.

O maior problema no Brasil seria, segundo os pensadores da época, a educação, e através dele decorreriam os outros (sociais, econômicos e políticos). Educar o povo seria solucionar as mazelas do país.

Na Primeira República, as tentativas de desenvolvimento da educação encontraram oposições na sociedade. E as oposições estavam presentes tanto na criação de soluções desconectadas da realidade, como no federalismo ou na falta de um plano nacional de educação.

3.1 A Revolução de 1930 e a educação brasileira:

Segundo Romanelli (1991, p.47),

o que se convencionou chamar de Revolução de 1930, foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que durante o período compreendido entre 1930 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica.

No novo governo, a primeira iniciativa relacionada à educação foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, seguida de uma reforma educacional. A Reforma, conhecida como Reforma Francisco Campos, mudou a estrutura do ensino, criando um sistema universitário e um sistema para o ensino secundário.

De acordo com Peixoto (1983, p. 201), a “Reforma de Francisco Campos, marca, assim, o início de uma ação mais objetiva do Estado brasileiro em relação ao ensino”. Dentro desse espírito, em 1932, é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação, em que buscavam discutir soluções para a educação através da criação do plano nacional de educação e da regionalização do ensino e a defesa da escola pública.

Na Constituição de 1934, a educação aparece como um direito de todos, e a União passa a fiscalizar e coordenar o ensino no país. Os estados, segundo o artigo 151, deveriam organizar e manter os seus sistemas educacionais, segundo as diretrizes definidas pela União e pelos Conselhos Estaduais de Educação. De acordo com Rosa (2008, p. 92),:

governo Vargas buscou, desde os primeiros anos de sua administração, estruturar as diretrizes da educação no sentido de centralização e uniformização do ensino no território nacional, organizando, regulamentando e controlando o processo educacional e submetendo-o a seu controle direto.

É característica do período Varguista a campanha de nacionalização do ensino, muito presente no Rio Grande do Sul nas regiões coloniais italiana e alemã. A ênfase era nos conteúdos nacionais, em especial nas disciplinas de História e Geografia do Brasil e no combate a ideias divergentes do ideal nacional. Tal política foi mais efetiva durante o Estado Novo (1937-1945), quando as políticas públicas em educação foram pautadas pelo autoritarismo de um Estado centralizador.

4 Notas sobre a sindicância

A carta entregue ao Prefeito continha denúncias significativas como: perseguição aos professores por eles serem estrangeiros e comportamento subversivo entre alunos reprovados. O artigo intitulado “O protesto dos alunos do Ginásio Municipal Júnior, contra os professores estrangeiros”, publicado no jornal “A Gazeta” também foi entregue ao Prefeito.

Os alunos estariam sendo manipulados, pois, segundo a carta, “tornaram-se instrumento docil³ nas mãos de alguém, que pretende lucrar com a expulsão dos professores estrangeiros, illude os alumnos com vantagens que daqui para elles poderiam resultar”. Afirmavam os professores que, de acordo com o Ministério da Instrução Pública, eles possuíam liberdade para escolher os métodos de ensino. Eles usariam, segundo a carta, o “melhores possível para transmitir aos alumnos a materia com maior proveito possível e menos esforço para os estudantes”.

O pedido ao Prefeito para “purificar a atmospherá sobrecarregada” da escola foi atendido. Em 25 de outubro de 1936, teve início a sindicância, foram ouvidos

³ Nota da revisora – as citações dos documentos em questão estão de acordo com as regras ortográficas vigentes na época em que foram escritos.

o professor Ludwig Czerny e mais seis alunos. De acordo com o professor, não era a primeira vez que a imprensa local veiculava artigos contra os três professores estrangeiros. Em 1934, às vésperas da eleição municipal, havia saído no jornal um artigo contra eles.

Estava nítido no artigo de “A Gazeta” de 22 de outubro, anexo à carta, o desejo de que os professores saíssem da escola e cedessem seus lugares a brasileiros: “a razão está do nosso lado, nós queremos unicamente professores brasileiros, nós queremos unicamente abrigar o Ginásio e evitar que patricios nossos sejam preteridos em favor de estrangeiros”. Foram citados inclusive nomes de pessoas reconhecidas pela capacidade intelectual que poderiam dar aulas no lugar dos estrangeiros, inclusive constava o nome do Inspetor de alunos do Ginásio. O artigo não estava assinado.

Para os professores, a autoria seria do Inspetor. Tal suspeita foi corroborada pelos depoimentos dos alunos, os quais declararam não ter escrito o artigo. Surgiram, nos depoimentos dos alunos, suspeitas de outros artigos que seriam publicados contra os professores, porém o Reitor teria resolvido internamente na escola.

No parecer do Reitor, anexo aos depoimentos, havia uma defesa dos professores sobre a questão de notas dos alunos. Foi deixado, à disposição do Prefeito, o arquivo, que poderia comprovar que “todas as notas dadas pelos professores são a expressão do aproveitamento do aluno”.

Diante do artigo do jornal e da sindicância, o Reitor assegurou que iria tomar medidas disciplinares (não enunciadas), também declarou que não iria prosseguir com a sindicância. Para o Reitor, o aluno Hugo seria quem divulgou as ideias no jornal, sendo, por isso, o único culpado dos fatos decorridos. Corroborando na decisão de culpabilizar o aluno, o fato de seu comportamento “não sendo propriamente paranóico, é unicamente um comportamento doentio”.

Sobre o Inspetor de alunos, citado nos depoimentos, como quem teria incitado os alunos e os abordado na praça da cidade, o Reitor unicamente estranhou a conduta, não tomando nenhuma decisão.

Ao ler o parecer, o Prefeito pediu que fossem ouvidos o Inspetor e o aluno que disse ter sido interpelado por ele na praça. Os depoentes, no dia 31 de outubro de 1936, defenderam suas versões e seguiu-se uma acareação onde mantiveram as mesmas respostas. O Inspetor afirmou que havia pedido ao editor de “A Gazeta” que lhe fornecesse uma declaração de que não havia sido ele quem entregara o artigo para ser publicado, temia ele que fosse acusado, e como não poderia ficar desempregado resolveu se precaver. No fim das declarações, não constavam punições, acusações, transferências ou demissão de funcionários ou professores. Constava apenas que “foi dado por findo o presente inquerito”.

5 Conclusões

Observando a sindicância, percebemos que as relações entre os envolvidos e suas atuações dentro da instituição estavam em cena no episódio. Havia os professores, que segundo o Reitor, eram competentes e, ao que parece, não temiam a política nacionalista. Na sindicância, o foco acabou sendo a postura do Inspetor e dos alunos, não a dos professores e nem suas didáticas.

Não percebemos medo de serem expulsos, pois os professores conheciam a dinâmica da cidade. Era uma cidade comercial que recebia muitos estrangeiros e sabia usá-los em benefício do crescimento da mesma. Cabe lembrar que eles se expuseram indo ao encontro do Prefeito, se houvesse temor talvez a postura tivesse sido outra. O Reitor não sabia que haviam levado o caso a Prefeitura, só soube quando chegou a missiva do Prefeito

O Reitor mostrou uma postura conciliadora, ao que parece, tentou proteger o nome da escola, os professores e os funcionários, (não deixando ser publicados artigos contra os professores, quando de uma tentativa anterior), entretanto, culpou os alunos pelo episódio. Ele culpabilizou os envolvidos que possuíam menor visibilidade, os alunos, nomeando como culpado o aluno Hugo, e ainda diminuindo a capacidade intelectual do rapaz. Quanto ao Inspetor, o Reitor apenas estranhou a sua ausência no primeiro dia de depoimentos, mas não mencionou punição ao fato.

O Inspetor possuía um discurso nacionalista e, segundo o artigo do jornal, era alguém com conhecimento suficiente para ser professor. Ele poderia desejar a vaga dos professores, assim poderia o Inspetor estar usando o jornal para incitar a comunidade na defesa de uma educação nacionalista, o que acabaria por barrar a atuação dos professores estrangeiros na cidade. Ele poderia representar aos alunos a possibilidade de alguma mudança na grade curricular, acesso ou vantagens dentro do Ginásio. Usando os alunos, o Inspetor se protegeria, pois não seria seu nome o foco das discussões na comunidade escolar.

Quanto aos alunos, eles dividiram-se em dois grupos: um que não delata o Inspetor e outro que o nomeia como o possível autor do artigo e de inflar os alunos contra os professores. Os alunos não tinham mais do que sua capacidade de mobilização para oferecer ao Inspetor, pois não representavam muito na dinâmica do funcionamento da escola, sendo inclusive apontado, conforme já salientado, como culpado pelos fatos que levaram à sindicância um dos alunos.

Por fim, temos a Prefeitura de Rio Grande – R.S., que acatou o pedido dos professores e instaurou a sindicância. Pelo que entendemos a Prefeitura não desejava punir os professores, mesmo sendo eles estrangeiros, e sim averiguar quem desejava subverter a ordem do funcionamento do Ginásio. Devemos lembrar que, no período Vargas, a centralização do poder é algo primordial e recorrente em vários aspectos, e um fato envolvendo subversão de alunos em uma instituição reconhecida no município, não poderia deixar de ser averiguado. Talvez, por isso, insistisse para que todos os envolvidos fossem ouvidos, inclusive ocorrendo acareação entre as partes.

A sindicância teve fim na tarde de 31 de outubro de 1936, não apontando, ao fim, culpados, além do aluno citado pelo Reitor. Ao saírem da escola, no fim da tarde, talvez tenham ido apressadamente os relatores, professores e demais envolvidos até a praça principal ou a um café nos arredores, sem esquecer que na noite havia mais uma peça no teatro.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e culturas no Brasil Meridional*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

GADOTTI, Moacir. *História das Ideias Pedagógicas*. Editora Ática: São Paulo, 2005.

VIEIRA. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 à 1946. In: *História da Educação ASPHE/Fae/UFPel*. Pelotas n. 18, p 121-144, setembro de 2005.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação Conformada: a política de educação no Brasil 1930/1945*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000;

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, Volume II.

OLINTO, Beatriz Anselmo. Fragmentos de uma cidade: a Cidade do Rio Grande frente a alguns aspectos da modernidade. In: *Biblos: revista do departamento de biblioteconomia e História*. Rio Grande: FURG, vol 8, 1996.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Contribuições à história das relações estado/educação escolar: o período de 1937 à 1946. In: *História da Educação ASPHE/Fae/UFPel*. Pelotas n.18, p. 121-144 setembro de 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 1930 na Educação Brasileira. In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, outubro de 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991.

ROSA, Josineide. *Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STHEFANO, Maria e BAS-TOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol III, século XX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da História da cidade do Rio Grande (1737-1947). In: *Biblos: revista do departamento de biblioteconomia e História*. Rio Grande: FURG, vol 22, 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Constituição do Ministério da Educação e Articulação entre os níveis federal, estadual e municipal da educação. In: STEPANO, Maria; BAS-TOS, Maria Helena Câmara. (org.) *Histórias e Memórias da educação no Brasil*, vol. III: século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Escolas étnico-comunitárias teuto brasileiras em Barão/RS e a transição para a escola pública: Barão 1930-1960 e um período de apagamento da diversidade cultural

*Fernanda Zanatta**

*Lúcio Kreutz***

Histórico de Barão: “Barão, bom lugar para viver”

Neste texto, é apresentado um estudo sobre as escolas comunitárias em região ítalo e teuto brasileira no Estado do Rio Grande do Sul. Este é um tema que mobiliza vários questionamentos por terem sido escolas que possuíam características peculiares dos descendentes de imigrantes que as organizaram e conduziram o seu trabalho. Tanto na região do Vale do Caí, quanto na Serra Gaúcha houve manifestações escolares com características étnicas dos descendentes de imigrantes. A metodologia e o referencial teórico utilizados são da História Cultural, através de um Paradigma Indiciário, por meio do uso de fontes historiográficas como documentos escolares, entre eles: livros-ata, diários de classe e correspondências, fotografias, termo de visitas e relatos orais com “guardiões da memória”, professores ou alunos do período. Considera-se também a importância da representação (CHARTIER, 1990) que há no emprego da cultura italiana, valorizando a história local, através da pesquisa em história cultural, em que se analisa a história “vinda de baixo” (HILL, 1987).

Conforme registros do Arquivo Municipal de Barão/RS, o município foi emancipado de Salvador do Sul em 1988. Barão situa-se na Encosta Superior do Nordeste, a uma distância de 110 Km da capital do Estado do Rio Grande do Sul via RST 470.

Formado pelos distritos de Arroio Canoas, Francesa Alta, General Neto e Francesa Baixa, Barão limita-se ao norte com Carlos Barbosa, ao sul com Salvador do Sul, São Pedro da Serra e Tupandi, a leste com Bom Princípio e São Vendelino e a oeste com Boa Vista do Sul e Poço das Antas.

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, RS. E-mail: fernandazanatt@gmail.com.

**Professor do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, RS. E-mail: lkreutz@terra.com.br.

A história de Barão iniciou-se com a vinda de famílias imigrantes alemães e italianas. Posteriormente, ainda no século XIX, em menor número, afluíram para o local, também, imigrantes franceses-suíços e holandeses e, mais recentemente, na metade do século XX, portugueses e bolivianos. Esses imigrantes deixaram profundas raízes, influenciando e estabelecendo uma cultura com seus hábitos e costumes, sua culinária, suas crenças e fizeram da agricultura sua fonte de renda para manter-se e sobreviver na terra desconhecida. Sem dúvida, enfrentaram grandes problemas, mas, lutando conseguiram vencer e legaram ao povo seus valores.

Os imigrantes alemães, que chegaram ao nosso estado, a partir de 1824, começaram a se instalar na região dos Sinos e do Caí. Também, os italianos vieram mais tarde se instalar na região:

Depois de terminada a estrada Buarque de Macedo e quando os proprietários das terras intercaladas entre Maratá e Garibaldi começaram a vender frações delas, os colonos alemães foram se instalando Serra acima, atingindo Linha Bonita, Salvador, parte de Barão, sendo que nesse distrito encontraram já os italianos, que dali para diante predominaram inteiramente em número, no rumo de Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves e adiante (KAUTZMANN, 1978, p. 108).

No início, não havia um espaço formal onde as crianças podiam estudar. Na verdade, qualquer espaço que estivesse vago na casa de alguma das famílias, servia como ponto de estudo.

Segundo Kreutz (1994), o Estado do Rio Grande do Sul foi o Estado com maior concentração de escolas teuto-brasileiras, tendo-se montado toda uma estrutura de apoio para estas. O material didático e os periódicos dos professores, aqui produzidos, também subsidiavam, em parte, os colegas de estados e países vizinhos.

A precariedade do ensino público no Brasil favoreceu a inserção nas regiões colonizadas pelos imigrantes europeus e seus descendentes, de escolas subsidiadas pelos respectivos países de origem ou pela comunidade ali presente. As chamadas escolas étnicas recebiam subsídios da comunidade ou até dos países de origem dos imigrantes, por meio de dinheiro e livros, bem como de visitas e inspeções de autoridades.

O período de nacionalização do ensino trouxe um novo modelo educacional a ser adotado pelos estabelecimentos de ensino. Como vivíamos em um regime ditatorial, essas mudanças penetraram nas escolas e deveriam, a partir dali, serem seguidas sem que fossem questionadas, pois esse novo modelo viria a contribuir com um novo modelo de ensino dentro desse período que estava sendo instaurado no país.

Barão teve, no início da sua escolarização, escolas étnico comunitárias teuto e ítalo brasileiras. A multiplicidade de culturas que conviveram em Barão enriqueceu e contribuiu para o desenvolvimento do município. Conforme Kreutz (1994), o

período do movimento e a evolução das escolas teuto-brasileiras no Estado do Rio Grande do Sul estão divididos em quatro grandes momentos. O primeiro entre 1825 a 1850, o segundo de 1850 a 1875, sendo o terceiro de 1875 a 1890, seguido do quarto período compreendido de 1890 a 1938.

Este último – 1890-1938 – foi o mais longo e também o mais importante, dentro do quadro de evolução e desenvolvimento da escola teuto-brasileira, e, dessa forma, também será objeto de análise desta pesquisa. Segundo Kreutz (1994), é nesse período de grande desenvolvimento que se consolidam as estruturas de apoio aos professores, através de jornais e impressos e de material didático adequado à realidade do aluno.

Escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras

Como principais características, as escolas étnico-comunitárias, em geral, eram escolas mantidas pela comunidade, muitas delas com instalações simples, a escolha do professor dava-se entre os que “sabiam um pouco mais”. Geralmente a escola tinha as características da comunidade, como os costumes, a língua, enfim, a cultura como um todo. Havia as associações que subsidiavam o trabalho dos professores e o material didático também era desenvolvido segundo a cultura comunitária.

A escola étnico-comunitária estabeleceu uma educação bem consolidada, graças ao trabalho desenvolvido pelos imigrantes. Em Barão, as escolas étnico-comunitárias teuto-brasileiras localizaram-se nas comunidades de Linha General Neto, Francesa Alta, Francesa Baixa, Arroio Canoas (Sagrado Coração de Jesus).

Escola étnico-comunitária de Linha General Neto

A escola étnico comunitária de Linha General Neto Alto foi regida pelo Professor Koch que veio da Alemanha por intermédio do pastor, a fim de fortalecer a escolarização na comunidade, que era evangélica. Houve também outra escola, mas foi considerada Escola Polo. Todo ensino era em alemão e os alunos tinham uma excelente caligrafia. Conforme relatos, a comunidade foi forte até 1960, ligada com a escola e a igreja. Depois disso, a escola tornou-se pública, os líderes foram falecendo e a comunidade já não “*interferia*” tanto, foi “*enfraquecendo*”. Isso atribui-se, segundo relatos orais, ao fato da comunidade não estar mais diretamente envolvida, havia um vínculo maior do professor com a comunidade, uma vez que este era escolhido pela própria comunidade, valorizava-se mais a cultura local. Com a nacionalização, vários destes aspectos mudaram.

Escola da Linha Francesa Baixa

Conforme os registros da EEEF José Emílio Poersch, localizada na Linha Francesa Baixa, a 10 Km da sede do município de Barão/RS, a comunidade, essencialmente agrícola e de colonização alemã, surgiu por volta dos anos de 1890. Nos arquivos escolares, consta que os primeiros colonizadores, alemães e franceses, chegaram à então Linha Montreal. O nome tem origem francesa, pois a maioria era da França. No início, a educação ofertada aos filhos dos imigrantes era feita pelos pais, que ensinavam aos filhos a religião e os fundamentos da leitura e da escrita, que era em alemão, ou seja, até ali se seguia com a cultura, tanto a religiosa, quanto a intelectual, do país de origem dos imigrantes. Como não havia escola, os pais se encarregaram da educação dos filhos, trazendo o que era significativo para eles, para a cultura por eles vivenciada.

Em torno de 1900, chegou à comunidade o professor Peter Permen, que veio da Alemanha. Assim, surgiu a primeira escola comunitária, que foi construída pelos pais, que também custeavam o salário do professor. Sucederam o professor Peter os seguintes professores: Loch, a partir de 1910, Miguel Dewes, Pedro Lermen, Jacó Klering e Jacob Willibaldo Hensel. O ensino nesta escola, que funcionou entre os anos de 1900 até por volta de 1940, também era feito na língua alemã.

A partir de 1940, a escola passou a pertencer à Prefeitura Municipal de Montenegro, quando também as aulas passaram a ser em português. A escola recebeu, nesse período, a denominação de Escola João Alfredo, e funcionou entre 1940 e 1962, com professores municipais. Estes não eram moradores locais, vinham de outras localidades. Acredito que esse fator aliado ao difícil acesso à comunidade da escola, bem como a adaptação à cultura alemã e à língua falada pelos alunos até então, deveriam ter favorecido o fato de que os professores eram substituídos com frequência. Como o período de transição da escola comunitária para a municipal envolve o período de nacionalização de ensino, em que várias mudanças ocorreram, seria comum encontrar esse tipo de dificuldades nas escolas que sucederam as comunitárias.

Escola de Arroio Canoas Sagrado Coração de Jesus

Na comunidade de Sagrado Coração de Jesus, Arroio Canoas, nos primórdios do século XX, também já havia a movimentação dos imigrantes alemães. A educação entre esses imigrantes era digna de muita atenção e foi, por isso, que as *Farschule* (Escolas Paroquiais) foram criadas. Além das noções básicas, o ensino religioso era bastante presente nessas escolas:

Além de ensinarem a leitura, a escrita e a matemática os professores davam importância especial ao ensino religioso. Lia-se a Bíblia, estudava-se o catecismo os alunos eram preparados para a primeira comunhão e a comunhão solene. Comunhão solene fazia aquele aluno que tinha estudado durante quatro anos na escola paroquial (HENTZ, 1998, p. 6).

Conforme Laurindo Hentz¹ (1998), o primeiro professor de Arroio Canoas foi Jacob Riter, que foi sucedido por Wilibald Hartmann, José Werlang, Leopoldo Jaeger, Fridolin Dihl (consta que este era pouco letrado, mas teria exercido bem a função de professor). Também lecionaram ali Artur Hentz, Pedro Kafer Filho e João Pedro Kochhan. Este último lecionou durante o período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial, quando foi proibido de se falar qualquer outra língua que não fosse a portuguesa. Conforme o relato de Hentz (1998), esse fato teria prejudicado o andamento das aulas.

Quanto aos princípios da nacionalização do ensino, estes não eram esquecidos. Eram cobrados a cada inspeção realizada. No termo de oito de agosto de 1941, a inspetora Maria de Vargas da Silva, fiscal das aulas particulares de São Salvador, fez os registros com as suas observações referentes a assuntos administrativos da escola, elogiou o professor pelo desenvolvimento dos alunos e finalizou “*aconselhando-o se habituar a falar em vernáculo com os seus pequeninos alunos*”. Sobre a língua, também havia um apontamento no termo de visitas de abril de 1941, em que Maria Vargas da Silva, fiscal das escolas particulares do 6º distrito de Montenegro, registrou

Termo de visita

Visitando, hoje, a escola Sagrado Coração de Jesus, localizada em Arroio Canoas, fiquei satisfeita por ver que nela já havia alguns alunos que liam e se expressaram na língua pátria.

Apelo, portanto, ao digno professor que, só se entenda com seus alunos no filo idioma de nosso País.

Arroio Canoas, abril de 1941

(Livro ata n° 01 da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus. Acervo da Escola).

A insistência ao professor de que este use somente o idioma português, ficou claramente expressa nos registros escolares, que vinham sempre aliados a outras cobranças em relação a outras atividades que vinham programadas para serem aplicadas e assim consolidarem a consciência nacionalista.

Escola da Linha Francesa Alta

Conforme Conforme Guido Carlos Bourscheid² (2007), na Linha Francesa Alta, uma das comunidades que formam o município e que tem predominância da

¹ Laurindo Hentz é um professor aposentado, e dedica seu tempo para trabalhos comunitários, de preservação da origem da etnia de imigração da sua comunidade e o resgate histórico das iniciativas de imigrante e o cultivo da cultura dos antepassados. Hentz registrou no informativo *Festa do Centenário de Fundação Capela Sagrado Coração de Jesus 100 anos de História Arroio Canoas* (1998) um breve histórico da comunidade em que reside.

² Guido Carlos Bourscheid é um antigo morador do município de Barão, residente na comunidade de Linha Francesa Alta. Descendente de imigração alemã, Bourscheid é autor do livro *Linha Francesa: uma história quase esquecida* (2007) e mantém na sua residência, em estilo alemão, um pequeno museu, intitulado Museu do Imigrante. Por essas razões, ele torna-se uma boa referência nesta pesquisa.

origem alemã, também acontecia esse encontro na casa de alguém que se dispunha a acolher os filhos dos imigrantes e seus descendentes. Mas aos poucos, foi surgindo a necessidade de ter um espaço destinado para esse fim. Então foi construída uma pequena escola. Esse novo espaço também servia para abrigar a comunidade no culto ou na missa do domingo. A incumbência dessa celebração ou culto era do professor devido à falta do padre na comunidade. Esse professor era pago pelos próprios pais e o pagamento dava-se com dinheiro ou com algumas especiarias ou mão de obra. Com o passar do tempo, o professor passou a receber por uma associação comunitária, mas também, a partir disso, seu compromisso com cultos e celebrações era ainda mais sério e, por isso, ele deveria possuir conhecimentos religiosos para substituir o padre em sua falta. Quando estava próximo ao período de realizar a primeira eucaristia, vinha o padre e este conferia os ensinamentos religiosos ministrados pelo professor.

Na Linha Francesa Alta, o trabalho religioso e a iniciação escolar deveriam ser feitos na língua predominante, a alemã, que, conforme a Lei nº 579 de 17 de maio de 1864, permitia o uso da língua alemã nas escolas teuto-brasileiras:

Volto a ressaltar que o ensino era todo em alemão até a década de 1920, quando se passou a introduzir a língua portuguesa nas colônias. Era de esperar que os primeiros anos fossem conflitantes e de difícil aceitação, visto que as crianças cresciam falando alemão e seus pais não sabiam falar português (BOURSCHEID, 2007, p. 28).

A primeira escola de Linha Francesa foi feita manualmente de madeira serrada e ficava entre Linha Francesa Alta e Linha Francesa Baixa, num ponto conhecido como *winterseidt*³. O primeiro professor foi Georg Bieger, que foi sucedido por Nicolau Back, Jacob Klering, Francisco Bourscheid, professor Morain, Ferdinand Kunradt, Pedro Persch e professor Haimmell. Além dessa escola, antes houve outra na Linha Francesa que ficava na região de *Bambusberg*⁴. Esta escola também foi construída por moradores e tinha a função de igreja. Mais tarde, quando abriu a outra escola, esta acabou fechando por apresentar um número muito baixo de alunos, mas o espaço continuou servindo para os encontros religiosos do domingo.

Apesar de já haver uma escola, ainda muitas famílias optavam por ter alguém que ensinasse noções básicas aos seus filhos, pois para chegar a essa escola, o caminho era extenso e, por vezes, perigoso, tendo que passar por morros e matas. Assim a opção de ter alguém por perto que ensinasse aos filhos era, muitas vezes, a melhor saída. Destaca-se aí a importância de manter, de alguma forma, a continuidade dos estudos iniciais.

³ Referência de localização em Linha Francesa, sendo o local aonde o sol chega mais tarde. Ver Bourscheid (2007, p. 28).

⁴ Local entre Linha Francesa e as terras em que hoje é o município de Bom Princípio.

A ESCOLA: FORMAÇÃO CULTURAL não é luxo e sim uma necessidade imprescindível; disso está convencido o colono, por tradição antiqüíssima de seus antepassados. É por isso que ele faz sacrifícios para mandar seus filhos para a escola, que é construída quanto antes na nova povoação. Não havendo professor formado que possa tomar a direção da escola, os imigrantes improvisavam um pedagogo que tenha as necessárias aptidões para ministrar instrução e disciplina a seus filhos. É de notar que em toda a parte mantiveram escolas particulares para seus filhos, construídas e mantidas com o suor, sacrifício e escassos meios pecuniários. Assim se explica como entre eles, praticamente não existiam analfabetos (KREUTZ, 1994, p. 148).

Algumas considerações

É possível notar, através dos registros aqui apresentados e do relato de pessoas envolvidas no processo educacional, tanto como aluno, quanto como professor (a), que toda a mudança produzida pela inserção das políticas educacionais da nacionalização influenciou muito a condução do ensino nas escolas que já tinham uma estrutura pedagógica organizada em torno da cultura da comunidade, o que fica evidente tanto na escola italiana, quanto na alemã. Também se percebe a ruptura de um trabalho até então realizado e, conforme indícios e relatos orais, um trabalho bem feito, por novas práticas que dificultaram o acesso ao conhecimento, as relações aluno e professor e o trabalho do professor. As marcas são visíveis até hoje, naqueles que tiveram sua expressão, tanto oral, quanto escrita, prejudicadas e são testemunhos vivos de um tempo que marcou a educação, por meio de repressão e do apagamento da diversidade cultural.

Destaco ainda que além do aluno (a) ter encontrado dificuldades na construção do seu saber, também o professor sofreu perseguições e encontrou obstáculos para a realização do seu trabalho. Essas são algumas reflexões que nos permitem concluir que aquele foi um período em que a identidade única contribuiu para o apagamento da diversidade cultural presente nas comunidades do Brasil.

Referências bibliográficas

- BASTOS, Maria Helena Câmara. **A revista do ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista**. Pelotas: Seiva, 2005.
- BOURSCHEID, Guido Carlos. **Linha Francesa: uma história quase esquecida**. Bom Princípio: G.C. Bourscheid, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.
- HENTZ, Laurindo. **Festa do Centenário de Fundação Capela Sagrado Coração de Jesus 100 anos de História Arroio Canoas – Barão**. Carlos Barbosa; Imprensa Barbosense, 1998.

KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**. Nov/Dez. n.15. 2000 a.

KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: **Fronteiras**. Revista Catarinense de História. Santa Catarina: UFSC/ANPUH-SC, n° 13, 2005.

Livro ata n° 01 da Escola Municipal Sagrado Coração de Jesus. Acervo da Escola.

Livro da Sociedade Comunitária da Igreja de Sagrado Coração de Jesus, 1° de novembro de 1898.

LOVE, Joseph P. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo horizonte: Autêntica: 2008.

3. SOCIEDADE E ECONOMIA (COTIDIANO, SOCIABILIDADES, MIGRAÇÕES...)

Imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “luteranismo comunitário”

*Diéle de Souza Schneider**
*Moacir Almeida de Oliveira***

O movimento imigratório no Rio Grande do Sul iniciou no período do governo imperial brasileiro (1822-1889), no qual a colonização obteve grande ênfase. Nesta época, logo após a independência, o país necessitava de mão de obra para trabalhar na agricultura, também falava-se no *branqueamento social*, além da necessidade de administrar um território amplo. A primeira imigração subvencionada pelo Império fora a alemã, que tivera como principais objetivos povoar as áreas devolutas do Estado em lotes de pequena propriedade¹, atuar na defesa do território e tornar as terras produtivas, policultura.

A mentalidade da sociedade brasileira imperial era escravista, arraigada em conceitos cristãos e católicos, que via com *maus olhos* o imigrante – trabalhador livre, de outro país, com outra religião, dono de terras. A elite agrária queria este colono atuando na pequena propriedade, restringindo seus direitos à área da colônia; eram os “trabalhadores loiros” em contraste com os escravos, o trabalho neste período era visto como indigno. Assim os imigrantes, segundo Dreher (1984, p. 39), eram considerados pessoas de segunda categoria, pois trabalhavam em suas próprias terras.

Os agentes do governo prometiam, na eficácia propaganda aos alemães, subsídios e vantagens de imigrarem para o Brasil como, por exemplo, a liberdade

*Formada no curso de História, Licenciatura Plena pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Trabalha como bolsista em pesquisas relacionadas à imigração judaica no Rio Grande do Sul, no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS. dieleschneider@hotmail.com.

**Acadêmico do 8º semestre do curso de História, Licenciatura Plena pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Vem se dedicando a estudos relacionados à religião e à religiosidade. Como voluntário, atua no Departamento de Documentação e Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS. moacir.a.de.oliveira@hotmail.com.

¹ Lotes de 77 ha para cada família.

religiosa (BOHNEN; ULLMANN, 1989, p. 55). Ressalta-se que esta obteve ênfase, já que, na Alemanha, o contingente de luteranos não era pouco. Promessa inconstitucional, pois no artigo 5º da Constituição do Império Brasileiro de 24 de março de 1824: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (MÜLLER, 1978, p. 29). Essa dita “liberdade religiosa” restringia oficializações que permaneciam sob a tutela da Igreja Católica, como nascimentos, casamentos, mortes. Aos colonos, restavam as práticas religiosas cultuadas no país de origem, pois a língua, nos primeiros anos, fora um empecilho na comunicação.

Já no primeiro grupo de imigrantes, em 1824, contabilizavam-se mais de 80% de protestantes, que formaram comunidades a partir da língua, hábitos e tradições culturais trazidas da *pátria de origem*. Os núcleos abrangiam de 80 a 130 famílias (KREUTZ In. MAUCH, 1994), que viviam relativamente perto, estruturados na agricultura de subsistência, educação/religião comunitária e relações familiares.

O “luteranismo comunitário”

A primeira referência de luteranos no RS remete à chegada dos imigrantes alemães e a partir dela que se estrutura o conceito “*não-católico*”², pois, até então, todos aqueles residentes no país professavam a religião católica ou eram convertidos a ela, cita-se o caso dos indígenas e dos africanos. A tolerância ao luteranismo do imigrante alemão se deu pela necessidade brasileira de obtenção de sua mão de obra, pois como eram trabalhadores livres, não poderia o Estado e/ou Igreja interferir/reprimir. Para estes, houve duas situações: a primeira foi de satisfação de produzirem no que era seu; a segunda foi o preconceito que sofreram, pois, na mentalidade do Brasil Imperial, o serviço braçal era do escravo, desapreciável o homem que o fizesse.

Havia tolerância religiosa com os *não-católicos*, mas nenhum reconhecimento e aceitação constitucional, pois, no que tange às uniões matrimoniais que não eram a-católica, isto é, a do Estado, o Juiz de Paz de Santa Cristina do Pinhal, São Leopoldo, Manoel Joaquim de Almeida, para apenas constatar as uniões, pediu à câmara de vereadores um livro para inscrever tais casamentos. Este fato é um indicativo das relações Estado/religião (MÜLLER, 1978, p. 29-30).

Essa tolerância religiosa se deu porque, com os imigrantes, não vinham somente suas roupas e utensílios básicos para se estabelecerem na sua *nova pátria*. Na sua bagagem estava sua cultura, idioma, culinária, arquitetura e diversos outros elementos que compunham sua identidade alemã no RS.

² Verificamos que, na maioria das obras estudadas, os protestantes, evangélicos e luteranos são referidos como “*não-católicos*”.

As comunidades alemãs eram caracterizadas pelo isolamento territorial, pois não se localizavam em centros urbanos, mas em regiões que pudessem realizar as atividades agrícolas. Nessas condições, criavam laços de afinidade a partir de interesses comuns: a educação e a religião destacavam-se como objetos de primeira necessidade. A vida na colônia se resumia em levantar antes do nascer do sol, trabalho na agropecuária, reunião com a família, jantar e, à luz do lampião, a leitura do *Kalender* (MÜLLER, 1978, p. 89-90).

As escolas “étnicas” foram recursos adotados pelas comunidades para alfabetizar seus descendentes em um país que 80% da população eram analfabetos e para os quais o governo não oferecia escolas públicas (KREUTZ, 2000, p. 161). Caracterizavam-se como escolas comunitárias e confessionais, pois foram criadas numa vinculação com a religião, visto que os pastores eram eleitos pela comunidade e por ela remunerados para atuar não só em serviços eclesiais, mas também como professores:

[...] Dada a indiferença religiosa, que, aos poucos, ia tomando conta do povo, por atendimento insuficiente, as comunidades designavam para pastores aqueles que “menos ônus lhes trouxessem”. O governo brasileiro não se importava com as condições religiosas dos acatólicos os quais, como é sabido, somente podiam realizar seus exercícios religiosos em suas próprias moradias ou em casas construídas para tal fim pela comunidade. Essas não podiam ter sinal exterior de igreja, como, por exemplo, torre com sinos. A religião acatólica era tolerada, sendo a oficial, a do Estado, catolicismo... (BOHNEN; ULLMANN, 1989, p. 74).

Para os alemães, não foi nada diferente as dificuldades encontradas na sua *nova pátria* comparada a outros imigrantes. Entretanto, no caso dos protestantes, houve um desamparo pelo governo brasileiro, visto que a única manifestação fora a Constituição de 1824, no Artigo 5º.

Com o abandono da Igreja Alemã, os imigrantes luteranos organizaram sua própria liturgia de cultos.

O “luteranismo rio-grandense foi na sua origem congregacionista e independentista” (RIETH In. FISCHER; GERTZ, 1996, p. 285). Quando as comunidades alemãs organizavam suas estruturas sociais próprias, independentes do governo provincial e/ou imperial, os núcleos mantiveram-se de forma comunal, com auxílio mútuo. A escolha do professor era feita pela comunidade. Havia imigrantes que não estavam preparados para as lides agrícolas e/ou tinham dificuldades para adaptar-se, neste caso, para eles, era atribuída uma atividade cujo esforço físico fosse menor (LANG In. FISCHER; GERTZ, 1996, p. 19).

Müller (In. FISCHER; GERTZ, 1996) afirma que “o luteranismo foi um semeador de escolas” e que, na colônia alemã, havia um ditado: “lugar de criança é na escola”; o que vem reforçar a preocupação dos núcleos coloniais em propiciar/financiar os estudos a seus filhos, sendo motivo de desonra aquele que não soubesse calcular, escrever e ler. Segundo Lang (In. FISCHER; GERTZ, 1996, p. 17),

as regiões de imigração alemã ganharam títulos de municípios mais alfabetizados do Brasil.

O professor era também o pastor, assim a escola e a igreja mantiveram-se em estreita relação. Em primeiro instante, a comunidade dividia as despesas com as duas instituições, porém, com a unificação (Sínodo Rio-Grandense), os imigrantes temiam perder o que haviam conquistado: a terra e a liberdade religiosa, pois do território de onde emigraram viviam *à sombra* da igreja:

[...] Nós não queremos ser comandados nem receber lições (de pastores). Não é por isso que viemos para o Brasil! Isso se pode ter na Alemanha! Aqui é o país da liberdade! Ninguém precisa dar ouvidos (a um pastor)! (TEICHMANN apud GERTZ, 2001, p. 17).

Com a criação do Sínodo Rio-Grandense em 1886, as comunidades alemãs luteranas independentes, que já mantinham pastores/professores, começaram a se integrar, no sentido de união de partes... não iguais.

As condições do imigrante não foram ou nem chegaram perto de ser as mais favoráveis possíveis; ser o estrangeiro, falar outro idioma, ter hábitos diferentes dos comumente conhecidos, praticar outra religião foram fatores adversos para o imigrante que viera para uma *nova pátria*, em busca do reinício.

As colônias alemãs do RS não eram homogêneas, formaram núcleos familiares, pessoas que falavam a mesma língua, mantinham tradições, mas havia peculiaridades (lugares de instalação, hábitos, religião). Afirmar que estas eram iguais é generalizar a atuação social destes imigrantes

[...]Barth propõe uma definição de que os grupos étnicos surgem da interação social a qual resulta em processos de inclusão e exclusão e, conseqüentemente, no estabelecimento de fronteiras. Para a delimitação das fronteiras, entram em questão traços escolhidos pelo próprio grupo... (SILVA, 2005, p. 297).

[...]os próprios alemães não constituíam um quadro homogêneo; ao contrário, a clivagem religiosa entre evangélico-luteranos e católicos sempre existiu e algumas identidades regionais podem ser percebidas como significativa em alguns momentos e lugares do processo de colonização” (SEYFERTH In. MAUCH, 1994, p. 13).

A colônia era uma *nova pátria*, o *reinício* de uma nova vida para aqueles que fixavam suas casas em lugares ainda pouco povoados, sem estrutura, sem auxílio governamental; formavam comunidades étnicas com os *patricios*. Nessas comunidades, existiam formas pelas quais o grupo continuava preservando seus costumes e tradições herdadas da família ainda na Europa.

As memórias, os relatos e a língua foram se perdendo com o tempo; os primeiros imigrantes, na sua maioria, não deixaram registros, suas memórias não sobreviveram no tempo. A cultura germânica, aos poucos, é resgatada, mas desses primeiros anos de formação das comunidades pouco sabe-se de sua organização:

[...]comunidade étnica, neste sentido, substituiu o termo grupo étnico, e sua concepção se aproxima bastante das definições mais tradicionais, que ressaltam usos e costumes comuns como base das diferenças (SEYFERTH In. MAUCH, 1994, p. 15).

Referências bibliográficas

- BOHNEN, Aloysio; ULLMANN, Reinhold Aloysio. *A atividade dos jesuítas de São Leopoldo*. São Leopoldo, UNISINOS, 1989.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul – Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2.
- DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. Caxias do Sul: SINODAL/EST/EDUCS, 1984.
- GERTZ, René E. Os luteranos no Brasil. *Revista História Regional*, v. 6, n. 2, 2001.
- JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: EULBRA, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: EULBRA, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. *Revista Brasileira de Educação*. n. 15, p. 159-176. Set/Out/Nov/Dez 2000.
- LANG, Guido. A colonização Westfaliana. In: FISCHER, Luís A.; Gertz, René E. (cood). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: EUFRGS, 1996.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã: histórias e memórias*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1978.
- MÜLLER, Telmo Lauro. A memória dos teuto-gaúchos. In: FISCHER, Luís A.; Gertz, René E. (cood). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: EUFRGS, 1996.
- RIETH, Ricardo W. Luteranismo rio-grandense no século 20: da independência à institucionalização. In: FISCHER, Luís A.; Gertz, René E. (cood). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: EUFRGS, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: EULBRA, 1994.
- SILVA, Haiké Roselane Kleber. A identidade de teuto-brasileiro pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan/dez 2005.

Identidades religiosas em confronto: o caso do *Deutsches Volksblatt* (católico) e *Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien* e *Deutsche Post* (protestantes)

*Wilhelm Wachholz**

A inserção e o estabelecimento do protestantismo no Brasil

O Brasil-Colônia experimentou um forte controle sobre a religião. Este controle visava a uma homogeneidade do rosto religioso sob o catolicismo luso. Ameaças a esta homogeneidade eram atacadas seja de forma militar – contra os franceses huguenotes na baía de Guanabarra no século XVI e os holandeses calvinistas no Nordeste no século XVII – ou pela Inquisição.

A vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, fugindo das Guerras Napoleônicas, resultou em alterações definitivas do rosto religioso brasileiro. Por pressão inglesa, o Brasil abriu-se para a inserção e o estabelecimento da diversidade religiosa, particularmente do protestantismo. Em consequência da Proclamação de Independência em 1822, juridicamente, a Constituição Imperial de 1824, após longos debates pelos constituintes, permitiria a inauguração de um novo rosto religioso do cristianismo brasileiro¹.

O cristianismo protestante introduzido no Brasil, contudo, não gozou do mesmo status de cidadania comparado ao catolicismo romano. Apesar de a Constituição rezar no artigo 179, parágrafo 5º, que “ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeita a do Estado, e não ofenda a moral pública” (CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, 1958, p. 44)², não se oferecia condições jurídicas iguais aos protestantes. Estes, por exemplo, deviam manter sua fé restrita

*Professor de disciplinas de História da Igreja na Faculdade EST, São Leopoldo/RS. Áreas de pesquisa e ensino: História do Cristianismo (História e Teologia – Lutero, Zwingli, Calvino – da Reforma do século XVI e da Igreja na América Latina – catolicismo-romano e protestantismo), História Medieval e Moderna, História e Historiografia, Cultura, Representações, Identidade e Etnicidade.

¹ O artigo 5º da Constituição rezava: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.” CONSTITUIÇÕES DO BRASIL (1958, p. 12).

² Os protestantes tiveram que se valer diversas vezes desta garantia e direitos assegurados constitucionalmente. Cf. MENDONÇA (1984, p. 21).

ao âmbito privado, o que implicava em proibição da celebração de seus cultos religiosos em prédios com aparência exterior de templo.

A condição de minoria e a inferiorização religiosa incidiram fortemente sobre a construção da identidade religiosa protestante. De um lado, o protestantismo ficou marcado pela estigmatização por parte da religião oficial do Brasil, de outro lado, buscou contra-estigmatizar esta religião, visando a afirmar-se no cenário brasileiro, isto é, reclamar a cidadania de sua fé. Toda a construção da identidade protestante – e católica! – ficou marcada por este embate ocorrido durante todo o século XIX, mas, ainda durante o século XX, perceptível ainda na atualidade. Sem desconsiderar esta longa trajetória da construção identitária religiosa, propomos aqui um recorte, apresentando o exemplo de embates entre o catolicismo e o assim denominado “protestantismo de imigração” na última década do século XIX, marcada pela Proclamação da República, através dos jornais *Deutsches Volksblatt* (jesuíta/ católico) e *Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien* e *Deutsche Post* (protestantes).

A estigmatização e a contra-estigmatização

Ao final do século XIX, dificilmente ainda se consegue afirmar que o *Deutsches Volksblatt* estigmatizava o protestantismo, cabendo ao *Sonntagsblatt* e *Deutsche Post* somente a contra-estigmatização. Se afirmássemos isso, teríamos que admitir que o ataque teria sido sempre somente uma iniciativa do *Deutsches Volksblatt* e que coubesse aos jornais protestantes somente se defenderem. Verifica-se, em lugar disso, que a estigmatização e contra-estigmatização ocorriam de lado a lado. Norbert Elias afirma que uma força estabelecida somente combateria os *outsiders* se estes já tivessem conseguido algum equilíbrio de forças com os estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22s.). Ou seja, enquanto não representavam ameaça à hegemonia, os *outsiders* permaneciam, por assim dizer, “ignorados”, ou seja, estigmatizados como “ruins”. Isso nos permite afirmar que o fato de o jornal católico *Deutsches Volksblatt* passar a combater o *Sonntagsblatt* e o *Deutsche Post*, indica que, ao final do século XIX, já se podia assistir a um maior equilíbrio de forças entre católicos e protestantes, caso contrário, certamente o fenômeno protestante poderia ter sido desprezado (*outsider*), sem merecer tamanha atenção, como o fez o *Volksblatt*, pois não representaria ameaça à condição de religião estabelecida do catolicismo romano³.

O grupo estabelecido somente obteve êxito na estigmatização porque existia uma disparidade de força em relação ao grupo *outsider*. No início da década de 1890, podemos perceber que, especialmente em consequência da Proclamação da

³ Não queremos desconhecer aqui a necessidade de distinguir entre: 1) catolicismo romano e “protestantismo e imigração” e, 2) entre os jornais católicos e protestantes referenciados aqui. Obviamente não se pode desconhecer que além do embate religioso, em jogo também estava a disputa por assinantes pelos jornais. Logo, o ataque mútuo entre os jornais tinha como objetivo também manter e atrair leitores através dos embates.

República, a posição hegemônica católico-romana estava em jogo, pois a separação de Estado e Igreja, juridicamente, concedia *status* igual a católicos e protestantes. Na esteira deste equilíbrio, percebe-se que o *Deutsches Volksblatt* já se sentia atingido pelos ataques protestantes, pois estes já representavam uma ameaça à sua hegemonia, ou seja, o *Deutsches Volksblatt* não estava mais em condições de simplesmente ignorar o *Deutsche Post*. Vejamos o exemplo a seguir:

Ante os ataques diretos por parte do “*Deutsche Post*” saberemos sempre nos defender; de outro lado, alfinetadas e provocações serão deixadas ao julgamento dos leitores.

“*Deutsches Volksblatt*” colocou um objetivo mais alto e nobre, do que provocações confessionais e também, no futuro, irá permanecer nesta posição reconhecidamente correta segundo a qual “veja cada qual o que pratica” e, quem estiver de pé, se cuide para não cair! Ou para ser dizê-lo mais claramente: “Queira cada qual manter sua própria casa limpa e só, então, varrer em frente a porta de outrem.” (Erklärung. *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 29 jul. 1892, [p. 2]).

Elias reflete a “sociodinâmica da estigmatização”, defendendo que determinados grupos “[...] mantinham entre si a crença de que eram não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os outros [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20). Este grupo, que ele denomina de “estabelecido”, procurava estigmatizar o grupo *outsider*, atribuindo-lhe adjetivos “ruins” com relação àquilo que possuía de “pior”. A estigmatização somente surtia efeito quando o grupo estabelecido detinha o poder do qual o grupo *outsider* era excluído (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22s.). O exemplo abaixo evidencia claramente a estigmatização católico-romana em relação aos protestantes. Trata-se de uma citação extraída do jornal católico-romana *Western Wachtmann*, pelo *Sonntagsblatt*:

Dizer que as igrejas protestantes têm condições para salvar seus próprios membros, é ridículo, pois elas não têm o poder nem a autoridade de salvar alguém. Deus não tem nada a ver com elas e a autoridade espiritual delas está no mesmo nível em que se situam as sociedades recreativas ou de literatura. O protestantismo foi fundado por pessoas apóstatas para objetivos profanos e anti-cristãos, e o triunfo de qualquer seita em algum lugar representa a derrota do cristianismo naquele lugar. O protestantismo é um crime diante de Deus e um escândalo para a humanidade, mas a opinião pública se coloca no meio e afirma que nenhuma pessoa pode ser punida por este crime. (Römische Offenheiten. *Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien*. São Leopoldo, 16 nov. 1890, p. 4).

O princípio da estigmatização tem por objetivo evocar aquilo que o outro tem de “pior”. Neste caso, o próprio termo “protestante”, evocado pejorativamente, podia ser alvo de estigmatização. Vejamos o exemplo do jornal *Deutsches Volksblatt* no embate com o pastor Rotermund:

O pastor protestante, Dr. Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo, publica no “*Deutsche Post*” um artigo de protesto, através do qual ele protesta sobre

a realização de uma procissão em local público. Bem, o protestar se tornou para eles a sua segunda natureza, pois disso eles também têm seu nome. Muito bom, contudo, é o final da chamada do artigo de protesto do senhor Rotermund. Lá ele diz com ênfase: “Os jesuítas já conseguiram, através de sua maioria e propaganda, realizar muito aqui em São Leopoldo, mas a consciência protestante eles ainda não conseguiram matar.”

Bem, naturalmente, eles [os jesuítas] podem deixar este último ponto sossegadamente ao próprio pastor senhor Rotermund, pois ele se ocupa mais profundamente em conseguir isso do que todos os jesuítas do mundo juntos o conseguiriam! (Inland – Protest. **Deutsches Volksblatt**. Porto Alegre, 29 mar. 1895, p. 2).

A sociodinâmica da estigmatização funcionava de tal forma que o grupo *outsider* foi acusado de não observação de normas sociais, indisciplinado, indigno de confiança, desordeiro etc. Por isso e além disso, o grupo estabelecido manifestava seu medo de ser “poluído” (“infecção anômica”) pelo grupo *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26s., 49).

A “contaminação” do outro e a necessidade de permanecer “puro” podem ser verificadas em torno do tema da morte e do sepultamento de um maçom. Em maio de 1896, faleceu em Hamburgo Velho, atual bairro de Novo Hamburgo/RS, o comerciante Friedrich Kremer, aos 43 anos de idade, acometido de câncer de estômago. Kremer havia sido batizado católico, contudo, havia ingressado há anos na maçonaria, onde tinha *status* de honra. Devido a isso, o padre católico se negou a fazer a encomendação, que acabou sendo oficiada pelo pastor Friedrich Pechmann, de Hamburgo Velho, atual bairro de Novo Hamburgo/RS, e o sepultamento realizado no cemitério protestante local. O caso repercutiu negativamente na colônia e levou ao embate entre o *Deutsches Volksblatt* e o *Deutsche Post*. O *Volksblatt*, na edição de 16 de maio, constatou que o sepultamento fora oficiado por Pechmann, mas também contou com participação “oficial” de grande número de maçons e delegados da loja maçônica. O jornal também constatou que a “imprensa liberal” estaria acusando os jesuítas de intolerância devido ao fato de o padre não ter oficiado o sepultamento. Afirmou que a Igreja Católica condenou a maçonaria e excluiu de sua comunhão (medo de contaminação!) todo e qualquer maçom. Saliou ainda que toda criança sabia que uma pessoa não reconciliada com a Igreja antes de sua morte, não teria direito ao sepultamento religioso. Observou que o padre agira de acordo com o princípio da Igreja Católica, que não agira seguindo os preceitos de uma paróquia protestante, onde cada pastor pregaria de acordo com seu próprio gosto, sendo positivo, crente ou liberal, ou seja, evidências de indisciplinamento e desordem (Inland. In Hamburgerberg. **Deutsches Volksblatt**. Porto Alegre, 16 maio 1896, p. 2).

Na edição seguinte, de 19 de maio, o *Volksblatt* mirou o jornal *Deutsche Post*, que se manifestara a respeito do caso Kremer. Seu editor, o pastor Dr. Wilhelm Rotermund ironizou a atitude decorrente da negação ao sepultamento, afirmando que o ocorrido em torno do caso Kremer não havia sido expressão de fanatismo católico ou jesuitismo, mas que isso simplesmente seria catolicismo e diante disso, nem padre nem bispo

poderiam fazer algo. “Quem pertence à Igreja Católica, quem é um bom católico, isso foi dito claramente pelo papa, e ‘*Roma locuta – causa finita*’. Trata-se do velho princípio que sempre ainda está em vigor: Se o papa falou, então a coisa está decidida” (ROTTERMUND, apud *Katholik oder Freimaurer? Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 19 maio 1896, p. 2). O caso Kremer foi utilizado pelo lado católico para “identificar” a ligação do protestantismo com a maçonaria, portanto, uma religião “poluída”. De outro lado, por parte protestante, tal situação foi utilizada para atacar o catolicismo, particularmente a ordem jesuítica, atribuindo-lhe intolerância e autoritarismo.

Se os protestantes identificavam nos católicos a intolerância, os católicos, por sua vez, percebiam os protestantes como levianos moralmente. Isso é percebido numa citação no *Sonntagsblatt*, segundo o qual, seria conversa corrente entre os católicos a respeito de protestantes que ser “evangélico é viver de forma fácil e morrer de forma difícil, e ser católico é viver de forma difícil e morrer de forma fácil” (Von einer katholischen Königin und einem Kaiser, die evangelisch gestorben sind. *Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien*. São Leopoldo, 20 maio 1894, p. 187). Desta maneira, apresentava-se o evangélico como elemento moralmente leviano que, ante à morte, ficaria atormentado pela vida conduzida supostamente de forma indiferente.

Por diversas vezes, o *Deutsches Volksblatt* teve como alvo o pastor Wilhelm Rotermund, seja como forma de reação ou de ataque a ele. Em diferentes momentos, o jornal católico se dirigiu a ele de forma pejorativa. “Trata-se realmente do velho hino no que diz respeito ao Dr. Wilhelm: sempre mentir e provocar assiduamente, finalmente, eu ainda me tornarei (assim ele deve pensar) bispo territorial” (Der Himmelsbrief. *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 13 set. 1892, p. 2).

Buscar o “ponto fraco”, ou seja, evocar o que o outro tem de “pior” é uma das tônicas que se podem verificar em jornais de ambas as confissões. Citemos mais um exemplo evocado pelo *Volksblatt* recorrendo à história do protestantismo, visando a atingi-lo em seu âmago:

A única criança de Gustavo Adolfo – católica. Quem teria pensado que a única criança de Gustavo Adolfo, este inimigo mortal dos católicos, cujos soldados destruíram milhares lugarejos, cidades, templos, mosteiros e lugares sagrados e que mataram milhares de católicos, sacerdotes, leigos, homens e mulheres, que a única criança deste homem se tornaria católica? Isso é vingança de Deus, o qual distribui a graça de acordo com sua vontade e plano e não segundo pareceres humanos.

E no dia 16 de abril de 1689, faleceu a filha de Gustavo Adolfo, die rainha virgem, aos 63 anos de idade. Sua sepultura está em Roma – na Igreja de São Pedro. Ó ironia do destino! a gente gostaria de gritar, quando a gente compara o rei Gustavo Adolfo da Suécia e sua filha Cristina (Kleines Feuilleton - Gustav Adolf einziges Kind – katholisch. *Deutsches Volksblatt*. Porto Alegre, 12 fev. 1895, p. 2).

O grupo estigmatizado não permaneceu inativo, mas buscou “contra-estigmatizar” os estabelecidos. A “contraestigmatização”, contudo, não adquiriu im-

portância, devido ao desequilíbrio de poder entre ambos os grupos. Assim, enquanto os estabelecidos procuravam aprofundar as diferenças, os *outsiders* procuravam diminuí-las, visando ao equilíbrio e ao reconhecimento de sua cidadania. O exemplo a seguir evidencia isso. Em conexão com o Dia da Reforma, 31 de outubro de 1898, o jornal *Sonntagsblatt* publicou o seguinte:

Contra esta piedosa confusão católica ou fantasia supersticiosa, a Reforma descobriu novamente uma verdade cristã, que foi trazida à tona e despertou a consciência das pessoas fiéis, sendo que o conhecimento do povo cristão havia se perdido completamente ou fora roubado por um clero [católico] ávido por dominação. Apesar de nossos pecados, não precisamos de tais intermediários [clero], mas pela fé em Cristo temos acesso livre para o Pai por causa do sacerdócio geral de todas as pessoas fiéis (Zum Reformationsfest. **Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien**. São Leopoldo, 6 nov. 1898, p. 72).

Outro exemplo do *Sonntagsblatt*, citado e ridicularizado pelo *Deutsches Volksblatt* evidencia também a busca explícita por equilíbrio. Segundo o *Volksblatt*, o

Senhor Dr. Rotermund deixa suas ações aumentarem enormemente. Em seu último “Sonntagsblatt” ele traz sob a conhecida coluna “Aus Zeit und Welt”, o seguinte: “Na Itália sempre mais pessoas se voltam ao Evangelho. Um jornal italiano afirmou: a Itália se tornará pagã ou luterana. E isso sob a direta bênção do Papa!” A gente não precisa acreditar nisso; o próprio senhor Rotermund certamente é o que menos esteja convencido disso e, caso esteja convencido, então não lhe queremos importunar mais em suas felizes auto-ilusões (Inland - Herr Dr. Rotermund. **Deutsches Volksblatt**. Porto Alegre, 27 jan. 1893, p. 3).

O estigmatizado, portanto, procura o equilíbrio diante do estabelecido. Neste intuito, “jogar” com informações que lhe permitiam “figurar no mapa” foi fundamental. O exemplo a seguir, ridicularizado pelo *Volksblatt*, evidencia a busca pela afirmação e legitimidade da existência do grupo protestante.

Sob o título acima [A população do mundo de acordo com sua confessionalidade], recentemente (20 de agosto) o “Deutsche Post” trouxe um artigo com estatísticas, cuja exatidão nós, contudo, nós precisamos rechaçar vigorosamente, apesar dos supostos “recentes cálculos científicos”. Nós nos limitamos aqui a um ponto, a saber, a indicação de que existem “200 milhões de cristãos evangélicos e 195 milhões de católicos”. “D. Post” afirma que exatamente 5 milhões de evangélicos a mais do que católicos habitam o mundo [...]. O jornal até se dá a esperança de que no prazo de 100 anos os evangélicos terão ultrapassado em significativo número o de católicos” (Die Vervölkerung der Erde nach ihrem Religionsbekenntniß. **Deutsches Volksblatt**. Porto Alegre, 3. set. 1895, p. 2).

Concluindo

As lutas identitárias – nisso podemos incluir, sotaque, religião, origem etc. – funcionam através da estigmatização do “outro” com objetivo de incidir em favor da

unidade e da identidade do agente/grupo estigmatizador (BOURDIEU, 1989, p. 113, 125), ou seja, como demarcação de fronteira religiosa ou étnica. A partir desta tese, podemos afirmar que a (re)construção da identidade protestante (e católico-romana) não pode ser concebida no isolamento, mas na interdependência com o diferente de si mesmo. O estabelecimento de fronteiras não se dá a partir do isolamento, mas exatamente em consequência da afirmação da *différance* entre o “nós” e o “eles” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 40). Assim, o protestante no Brasil não simplesmente preservou sua identidade trazida numa suposta “bagagem cultural”, mas a (re)construiu no contraste com o luso, o católico etc. e vice-versa. Esta dinâmica deverá ser considerada na busca pela compreensão de algumas raízes do caráter anti-ecumênico do protestantismo brasileiro bem como do catolicismo-romano.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação; elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 107-132.
- CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. 2ª ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1958. 701 p.
- Der Himmelsbrief. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 13 set. 1892. p. 2.
- Die Vervölkerung der Erde nach ihrem Religionsbekenntniß. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 3. set. 1895. p. 2-3.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Erklärung. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 29 jul. 1892. p. 2.
- Inland – Herr Dr. Rotermund. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 27 jan. 1893. p. 3.
- Inland – Protest. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 29 mar. 1895. p. 2.
- Inland. In Hamburgerberg. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 16 maio 1896. p. 2.
- Katholik oder Freimaurer? **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 19 de maio 1896. p. 2.
- Kleines Feuilleton - Gustav Adolf einziges Kind – katholisch. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 12 fev. 1895. p. 2.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir**; a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: ASTE, 1984. 271 p.
- POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- Römische Offenheiten. **Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien**. São Leopoldo, Ano 3, n. 19, p. 4, 16 nov. 1890. p. 4.
- Von einer katholischen Königin und einem Kaiser, die evangelisch gestorben sind. **Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien**. São Leopoldo, Ano 7, n. 47, p. 4, 20 maio. 1894. p. 187.
- Zum Reformationsfest. **Sonntagsblatt für die evangelischen Gemeinden in Brasilien**. São Leopoldo, Ano 12, n. 19, p. 73-74, 6 nov. 1898. p. 72.

O trabalho imigrante na formação econômica da zona colonial italiana no Sul do Brasil

*Vania Herédia**

O objetivo desta comunicação é trazer dados para a discussão sobre o trabalho imigrante na formação econômica da zona colonial italiana no Rio Grande do Sul. A ocupação da zona colonial italiana ocorreu a partir da política de colonização promovida pelo governo imperial, que tinha como objetivo ocupar o Sul do Brasil com mão de obra livre, branca, com fins de formar núcleos agrícolas. Entre outros objetivos, a ocupação fazia parte da intenção de defesa do território. Dessa maneira, as colônias agrícolas fundadas após 1870, no Nordeste do estado, tiveram um desenvolvimento econômico que segue as etapas do desenvolvimento clássico: agricultura colonial, comércio, desenvolvimento do artesanato, formação das oficinas e das pequenas indústrias, expansão das indústrias e o desenvolvimento do setor terciário.

Este estudo toma como referência a colônia Caxias, principalmente porque das colônias italianas é a que se transformou em sede da colonização italiana no RS e a que serviu de modelo para as demais.

O estudo é descritivo e aponta para algumas questões que permitem examinar a formação incipiente do processo industrial. As fontes de pesquisa foram: Registro de Indústria e Profissões do Município de Caxias do Sul, disponível no Arquivo Histórico do Município de Caxias do Sul, e diversos relatórios da intendência do município.

A ação dos imigrantes italianos foi decisiva na formação econômica da zona colonial italiana no Sul do Brasil. Muitos se diziam agricultores, uma vez que a política de ocupação pretendia privilegiar imigrantes que fundassem núcleos coloniais agrícolas, a fim de desenvolver a policultura e abastecer economicamente a região. Entretanto, a trajetória econômica desenvolvida permite discutir que os colonos, quando chegaram ao Sul do Brasil, já traziam uma bagagem artesanal que os conduziu a uma diversidade de profissões. Nesse sentido, construiu-se uma hipótese de trabalho que pressupõe que nem todos os imigrantes italianos eram camponeses; que um número considerável trazia experiências anteriores, baseadas no trabalho artesanal, oriundas de tradições mantidas por gerações e que se tornaram ofícios nas áreas de imigração.

*Professora Titular de Sociologia na Universidade de Caxias do Sul – UCS.

1 Condições da ocupação

O governo imperial havia concedido em 1848 (FREITAS JR, 1882, p. 51), como doação, 36 léguas quadradas de terras para a colonização de emigrantes europeus que ocuparam a planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos. O governo provincial do Rio Grande do Sul solicitava mais terras devolutas do Planalto, cobertas de mata virgem, ou seja, dois territórios de quatro léguas em quadro, equivalentes a 32 léguas quadradas para continuar a obra de colonização. Essas terras situavam-se na região da Encosta Superior da Serra do Nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, localizada entre as bacias dos rios Caí, Antas e Taquari, com os limites geográficos em São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra. O governo provincial tinha a pretensão de, além de implantar novas colônias agrícolas, com mão de obra europeia, abrir estradas que permitissem a ligação do Planalto com a Depressão Central.

Essa concessão feita no ato de 9/2/1870 pelo Ministério da Agricultura (PELLANDA, 1950, p. 36) não fora gratuita e seria necessário pagar ao governo imperial o preço de um real por braça quadrada medida. O núcleo de Conde D' Eu e de Dona Isabel foram as primeiras colônias provinciais a serem organizadas no ano de 1870, criadas pelo Ato de 24/5 daquele ano pelo presidente da Província João Sertório (PELLANDA, 1950, p. 36-37). Essas colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação eram visíveis, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D' Eu e nenhum em Dona Isabel.

Devido a essa situação, o presidente da Província, Francisco Xavier Pinto, assinou um contrato em 29/4/1871, pela Lei 749, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia., para introduzir 40.000 colonos industriais, jornalheiros e principalmente agricultores, no prazo de dez anos, (PELLANDA, 1950, p. 36-37). Uma das condições desse contrato era a introdução anual de 2.000 colonos no mínimo e 6.000 no máximo, devendo a maioria desses ser agricultores.

Em 1872, o número de colonos radicados nas colônias foi de 1.354; em 1873, 1.607; em 1874, 508 e, em 1875, 315 (PELLANDA, 1950, p. 36-37). Prejudicado esse contrato pelo não cumprimento de suas cláusulas, como também pela concorrência dos agentes do governo imperial, fez com que a Província devolvesse esse projeto ao Império, conforme Aviso 56, de 27/10/1875, sendo que o débito desse empreendimento da Província atingia, nesse período, 1/6 do seu orçamento, ou seja, 288:000\$000 (PELLANDA, 1950, p. 37).

Além dessas razões, os novos emigrantes chegados às colônias recusavam radicar-se nelas por falta de condições apresentadas, no que incorria o não cumprimento do estabelecido pelos agentes.

A intensificação da corrente imigratória italiana ocorreu à medida que o contrato com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweissig & Cia. se rom-

peu, e o programa de colonização foi devolvido ao governo imperial. O governo provincial, na vigência da Lei 749, contratara os serviços de José Antônio Rodrigues Rasteiro para receber e destinar os colonos ao local previsto (PELLANDA, 1950, p. 39). No Caí, no chamado Porto Guimarães, o responsável por essa função era o Tenente-Coronel Antônio José da Silva Guimarães, substituído mais tarde por Lourenço Alencastro Guimarães. (PELLANDA, 1950, p. 39). Quando chegavam à capital da Província, eram hospedados em locais organizados pelo governo, no Cristal, lugar muito próximo de onde desembarcavam os imigrantes. Do Caí ou de Montenegro, chegavam por via fluvial, seguindo a pé para as colônias. À medida que aumentava o número de imigrantes, o governo imperial suspendia os benefícios criados pela lei de 1867, conservando apenas a venda do lote a crédito e o trabalho remunerado, ou seja, 15 dias por mês de trabalhos para a direção da Colônia em construção de estradas.

Portanto, o governo de 1859 a 1875 registrou o número de 12.563 estrangeiros entrados na Província, das seguintes nacionalidades: alemã (8.412), austríaca (1.452), italiana (729), francesa (648), suíça (263) e outras (105) (MANFROI, 1975, p. 72; PELLANDA, 1950, p. 39).

Em 1884, a Província encaminhou a emancipação dessas colônias, suspendendo, ao mínimo, suas responsabilidades. Acreditavam que o sucesso dessas colônias surgiria do trabalho humano e da expansão da agricultura. Com a aproximação da Abolição da Escravatura, a obra da colonização continuava. Com a Proclamação da República, o governo federal por meio da Delegacia das Terras e da Colonização, assumiu essa obra e, em 1895, transferiu a responsabilidade desta para o governo do estado. Entretanto, em 1892, mediante de um ato firmado por Barros Cassal, presidente da Província, foram estabelecidas novas regras referentes à colonização no Rio Grande do Sul. Essas regras determinavam que os lotes coloniais não seriam maiores de 30 hectares, preferindo, para a compra dos mesmos, famílias residentes nos núcleos, aos quais seus antecedentes poderiam afiançar o aproveitamento das terras pretendidas (PELLANDA, 1950, p. 49).

Devido à Revolução Federalista, esses trabalhos foram suspensos, retornando em 1899. Por meio da Lei 28, foi criada uma nova regulamentação das terras devolutas; da formação dos núcleos; do preço das terras; da cobrança da dívida colonial; das obrigações, da defesa das matas naturais, etc. De 1903 a 1913, a diretoria do Povoamento do Solo remeteu por conta da União um número considerável de imigrantes sem grandes critérios de escolha. Essa diretoria criou uma Inspeção de Povoamento que adiantava aos imigrantes 250\$000 para a construção da casa e 150\$000 para ferramentas e sementes. A fim de regularizar esse fluxo migratório, o estado firmou com a União, em 1908, um convênio, pelo qual esta se comprometeria a remeter apenas 400 imigrantes por mês, e pagar ao estado as despesas de hospedagem, a razão de 1\$500 por dia e por pessoa, sendo o auxílio-família de 400\$000 (casa, ferramentas e sementes). Por outro lado, o estado deveria devolver à

União 150\$000 por família estabelecida, à medida que fossem as famílias liquidando seus débitos (PELLANDA, 1950, p. 49). Esse acordo foi rescindido pelo estado, em julho de 1913, quando retornou o regime de imigração e colonização espontâneo. Borges de Medeiros, governador do estado, justificava essa medida dizendo que o Rio Grande do Sul já possuía um número elevado de imigrantes, por ser sua população agrícola elevada, representando mais de 1/3 da população total (PELLANDA, 1950, p. 49). Entre 1875 e 1914, a estimativa oficial de imigrantes italianos, entrados no Rio Grande do Sul, era de 84.000 (MEM DE SÁ, 1950, p.76-77).

2 A formação da zona de colonização italiana e o trabalho imigrante

A retomada da colonização pelo governo imperial foi provocada pelo fracasso da política de colonização exercida pela Província. Dessa forma, o governo imperial se empenhou em promover o povoamento das colônias Conde D' Eu e D. Isabel, já demarcadas, e também fundar uma terceira colônia chamada "Fundos de Nova Palmira", cujos limites eram os Campos de Cima da Serra, as colônias de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz (BARÉA, 1925, p. 61). Essa colônia foi sugerida pelo engenheiro Augusto Napoleão de Saint Brison, medidor oficial dessas terras, ao prever problemas administrativos, caso essas terras fossem anexadas à colônia imperial de Santa Maria da Soledade. Essa nova colônia compreendia 17 léguas quadradas. Dois anos mais tarde, o governo imperial criava a quarta colônia para abrigar os novos imigrantes chegados à Província. Essa colônia chamou-se Colônia Silveira Martins, completando com sua criação o núcleo básico inicial da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

A colonização no Rio Grande do Sul foi fundada sob o regime da pequena propriedade. Os alemães, em 1824, receberam lotes coloniais de 77 hectares. Em 1848, os lotes coloniais foram reduzidos para 48 hectares (MANFROI, 1975, p. 84), parecendo ser um tamanho ideal para um lote a ser ocupado com agricultura intensiva. Em 1875, os lotes foram alternados para 25 hectares, medindo 200 a 250m de frente e 1.000 a 1.250m de profundidade, conforme descreve Roche (1969, p. 244) em seu estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul.

O governo imperial havia pensado em todas as medidas para a instalação dos estabelecimentos agrícolas por colonos europeus, como demonstra a Lei de Terras de 1850 (ROCHE, 1969, p. 45-52), prevendo os procedimentos para a ocupação dos mesmos, desde a chegada dos imigrantes do país de origem até as instalações definitivas. Para agilizar e controlar a ocupação das terras devolutas, o governo criou uma Repartição Geral das Terras Públicas (ROCHE, 1969, p. 59-60). O estabelecimento de novos núcleos coloniais era de responsabilidade da Inspeção Especial de Terras e Colonização, que, por meio de suas seções, tratava das questões referentes à terra, ao atendimento e ao destino dos colonos europeus.

Os colonos, quando chegavam à colônia, podiam escolher livremente o lote de sua preferência, pagando à vista o preço fixado segundo o regulamento da colônia. “O preço da braça quadrada nos lotes rústicos variava de 2 a 8 réis e de 10 a 80 réis para os lotes urbanos, devendo, depois de aprovado pelo Presidente da Província, ser igualmente indicado na planta da colônia” (FREITAS, 1882, p. 220). Para os que comprassem a prazo, seria adicionado o valor de 20%, e o pagamento deveria ser feito em cinco prestações iguais a partir do segundo ano estabelecido. Aqueles que finalizassem seus débitos antes do prazo final estabelecido abatiam o valor de 6%. Os colonos que compravam terras a prazo recebiam títulos provisórios ou de designação de lotes, e o título definitivo de propriedade era entregue quando o débito fosse quitado com a Fazenda Nacional e assinado pelo presidente da Província (FREITAS JR., 1882, p. 221; HERÉDIA, 1997, p. 52).

3 O trabalho do imigrante na colônia Caxias

Os pequenos proprietários de terra tornaram-se pequenos produtores; por meio da mão de obra familiar, desenvolveram atividades agrícolas, atingindo um dos objetivos da ocupação colonial. A agricultura foi marcada por culturas de sobrevivência, sem traços de cultura permanente. O sistema agrícola adotado nessa região foi o de rotação de terras, predominando inicialmente a cultura do milho e da capoeira. Esse sistema de lavoura, chamado “rotação de terras melhorada”, prosperou apesar da pobreza do solo enfraquecido com o tempo, devido a essa prática de esgotamento (VALVERDE, 1950, p. 220).

Esse processo apresentou, no decorrer do tempo, uma baixa fertilidade do solo, desencadeando um aumento no ciclo da rotação de terras e implicando alternadamente novas culturas como o centeio, a cevada, o feijão, a batata-doce, a cana e a mandioca. A cultura do arroz e do trigo era uma prática de inverno. Plantavam duas vezes ao ano e a colheita lhes trazia bons resultados. Pela descrição dos mais antigos em confronto com o sistema europeu, a terra era fértil, a água era abundante e o resultado era frutífero (HERÉDIA, 1997, p. 55).

À medida que a colônia foi se desenvolvendo, os imigrantes dedicaram-se à produção de produtos necessários à economia de subsistência e, ao mesmo tempo, começaram a desenvolver atividades artesanais voltadas para o abastecimento da região colonial. Mais tarde, criaram oficinas especializadas e expandiram as atividades comerciais locais, que marcaram a colônia como entreposto comercial.

Em 1878, a colônia Caxias possuía “dez casas de secos e molhados, duas carpintarias, duas ferrarias, duas sapatarias, um alfaiate, uma barbearia, e diversos moinhos” (ADAMI, 1961, p. 261). A diversidade de atividades artesanais que existiu na colônia revela a atividade de troca, a transformação do produto agrícola em comercializável. Esses dados demonstram a existência inicial de um número diverso de ofícios, o que justifica a variedade de ramos que se expandiu na colônia. Em

1882, existiam na região “numerosas oficinas de ferreiro, latoeiro, correeiro, relojoeiro, carpinteiro, barbeiro, alfaiate e mais de 70 moinhos de trigo e milho, uma fábrica de cerveja, uma de aguardente e quatro serrarias” (AZEVEDO, 1975, p. 207).

Partindo da premissa de que a grande maioria dos colonos era composta por agricultores, devido à exigência da política imigratória, em uma das cláusulas dos contratos da imigração subsidiada, encontra-se um número acentuado de profissões diversas, que leva a confirmar a hipótese deste estudo, de que a experiência de trabalho artesanal diversificada dos imigrantes provinha dos ofícios desempenhados anteriormente e de experiências adquiridas quando da emigração temporária.

Giron (1977, p. 34) observa que “é possível afirmar que os artesãos se localizaram na Sede Dante, enquanto os agricultores se estabeleceram na região rural”. A observação se fundamenta no número elevado de imigrantes com habilidade artesanal, encontrados na colônia, com domínio de ofício e técnicas trazidas de suas experiências anteriores na antiga pátria, classificados pelos órgãos oficiais apenas como agricultores. Entretanto, encontram-se atividades artesanais na área rural, sendo que, mais tarde, destacam-se tecelões, pedreiros, marceneiros, entre outros.

A vocação artesanal do imigrante italiano se fez presente, como bem demonstra o surgimento de oficinas e fábricas, que se especializaram na produção do vinho, no preparo da madeira, na conservação de alguns alimentos e no desenvolvimento da fundição. Como afirma Rambo (1950, p. 143), “quase todos os expoentes da indústria e do comércio da zona ítala são homens surgidos do anonimato de camponeses, artífices e pequenos comerciantes, homens feitos por sua própria energia”.

Azevedo considera que a tradição artesanal e fabril dos colonos contribuiu para o desenvolvimento das fábricas, devido à especialização da mão de obra, que carregava consigo a experiência do país de origem. Registra que,

dos 124 dos 243 concessionários de lotes da vila de Caxias em 1882, a julgar pelas ocupações indicadas nos livros de registros de lotes urbanos até então concedidos, havia pelo menos 37 diferentes profissões que já incluíam alfaiates, carpinteiros, pedreiros, tanoeiros, ferreiros, sapateiros, marceneiros, amoladores, funileiros, seleiros, farmacêuticos, músicos, maquinistas; além de algumas oficinas dessas artes, já havia uma fábrica de sabão e uma olaria (1969, p.154).

Essa consideração de Azevedo (1969) se comprova na análise de dados feita nos *Livros de Registros de Indústrias e Profissões*, a partir da criação do Município de Caxias do Sul no ano de 1890. Esses documentos mostram que essa colônia recebeu imigrantes italianos que não eram camponeses e que se utilizaram da legislação do período para a posse da terra. Alguns autores, como Rothwell, afirmam que os imigrantes italianos provinham de regiões de “economia diversificada, muitos deles sendo operários industriais e artesãos, além de agricultores, o que muito concorreu para o êxito dessa colonização” (ROTHWELL apud AZEVEDO, 1969, p. 37).

Segundo esses documentos, o Município de Caxias do Sul, a partir de 1893, registrou as seguintes atividades econômicas:

3.1 Imigrantes italianos com atuação no comércio

Negócios (sem especificação): Rodolfo Felice Laner; Giuseppe Pellete; Antonio Mengatto; Luiz Próspero Dalcanali; Antonio Moro; Lodovico Sartori; Antonio Chiaradia; Angelo Manfro e Irmãos; Luiz Rossi Filho; Romano Lunardi; Germano Parolini; Danieli Benetti; Giuseppe Bragatti; Vicentini e Irmãos; Francisco Castagna; Salvador Sartori; Antonio Verona Anscari; João Battistini; Agapito Guerfi; Domingos Mainer e Irmão; Benjamim Cortes Rodrigues; Antonio Hübner; Mortari Prosido; Luiz Baldessarini; Francisco Balen; Antonio Xavier da Luz; João Lunardi; Francisco Chiaradia; Luigi Michelin; João Battista Curzel; Francisco Buffardi; Antonio Grassi; Vicente Borrêa; Antonio Pieruccini; Ernesto Marsiaj; Sassi Giuseppe; Guilherme Tartanotti; Andréa Fossati; Anibale Santucci; Francisco Fossati; Domenico Bride; Sebastiano Paniz; Arcangelo Rizzo; Henrique Banett; Giuseppe Lunardi; Battista Tisot; Henrique Hoppe ou koppe; Giovanni Boffetto; Cangundo Flamenson; Enrico Cortejani; Valentino Comerlato; Giovanni Boss; Cezar Pietro; Marim Zaccaria; Cezare Bortoluzzi; Rafele De Lorenzi; Vincenzo Morganti; Domenico Motta; Adami & Irmão; Pietro Michelin; Orazio Toloti; Pietro Giuseppe Molinetto; Giacomo Luchesi; Giovanni Schio; Antonio Tonette; Leonzio Domenico; Munaro Pietro; Antonio Casarotto; Remita Pietro; Araldi Giuseppe; Anselmo Viapiana; Angelo Munaro; Bombana Bortolo; Fioresi Pietro; Luigi Soldatelle; Angelo Borghette; Oliboni Giuseppe; Paganini Domenico; Antonio Montanari; Vittorio Montovani; Valentino Graziotini; Luigi Preto e Irmão; Bernardi Valentino; Castelan Giuseppe; Francisco Lunardi; Cura Pietro; Giuseppe Fontana; Antonio Elia Letti; Francisco Paganella; Angelo Daltoé; Luigi Letti; Ancelmo Canani; Francisco Schisdell; Jacob Noll; Caetano Costa Milan; Pietro Giuseppe Molinetto; Floriano Pressi; Francisco Nicolau Salerno; Angelo Danni; Romano Lunardi; Arcadio Pezzi; Antonio Ferronato.

Taverna: Vittorio Zanella; Lucio Fregonase; Tomazo Deon; Angelo Quartiero; Antonio Merlotti; Stefano Braga; Giuseppe Merighi; Cesare Ambrussi; Maria Cavalli Giovanni; Giuseppe Pasquali; Pietro Oldra; Sisto Rossetti; Ernesto Bassanesi; Enacio Mariani; Onorato Bosi; Cornelio Bartigioli; Giovanni Benetti; Ferruccio Bovi e Comp.; Giorgi Benedetto; Angelo Grasiotin.

Hotel: Francisco Castagna; Italo Bersani.

Botequim: Luigi Facioli; Salvador Sartori; Davide Battistini; Agostino Boscaro; Osvaldo Artico; Carlo Mercante; Giovanni Menegatto; José Rossette; Lucia Luchesi; Francisco Bonatto; Lucia Curzel; Francisco Citon; Giuseppe Ruzante; Giovanni Drago; Giuseppe Romani; Angelo Bonalume; Camilo Chitolina; Franzoi Bortolo; Luciano Giovanni; Battista Luchesi Gio; Stefano Grippa; Antonio Vitto-

razzo; Giuseppe Betti; Antonio De Gasper; Gaetano Costa Milam; Giovanni Desengrini; Isidoro Mennegalli; Angela Toniolo; Fortunato Tomazzoli; Domenico Traganzim; Giovanni Dal Ponte; Domenico Sebem; Giuseppe Marchioro; Antonio Bortolaz; Luigi Falavigna; Domenico Fabris; Cesare Perondi; Anna Rech; Luigi Ancerti; Innocenti Boff; Antonio De Lorenzi; Ferdinando Bellan; Bortolo Scablabin; Giacomo Mattioda; Tomazo Panigaz; Pietro Menta; Rafaeli Calgano; Magna Basco Pietro; Giovanni Bortoloso; Giminiano Beneanino; Antonio Balanzin; Santo Catafesta; Maria Brazolim; Antonio Melara; Angelo Corso; Irmão Mascarello Gioachino; Giovanni Guerra; Giovanni Muraro; Alberto Mari; Pietro Magnabosco; Achille Olivieri; Brambilla Baldassara; Giuseppe Massolin; Marcello Boni; Vannani Napoleão; Francesco Sartori; Domenico Barp; Catterina Boff; Pietro Pannis; Antonio Dellagrave; Domenico Pagliasa; Giovanni Majoli; Canani Benvenuto; Antonio Schiavenim; Maria Biasus; Umberto Mazola; Catharina Brestolim; Giovanni Boff; Lucia Mercante; Pietro Sartori; Luigi Ferrari; Giacobbe Maiole; Giordano Vidor; Ignacir Zinchener; Giovanni Polani; Luigi Preto; Giovanni Turcuto; Domenico Caldart; Bortolo Antiga; Bartolomeu Ambrozio; Valentino Nizolo.

Relojoaria: Giuseppe Micheletto.

Café: Vittorio Canavan; Carlota Moltolini.

Bilhares: Vittorio Canavan.

Casa do pasto: Francisco Bonatto; Gustavo Becc; Battista Grossi.

Restaurante: Pietro Serafini.

Vende Artigos no Mercado: Antonio Braido e Irmão.

Venda no Mercado: Giacomo Banate; Franco Rossi & Comp^a; Giovanni Burtet & Comp.

Agência lotérica: Rodolpho Felice Laner.

Depósito de Vinho: Rodolpho F. Laner.

Depósito de Madeira: Antonio Corsette.

Secos e Molhados: Luiz Peroza.

Mascate: Antonio Geraldi; Luigi Dalpiazzi; Luigi Forio.

Mercado: Emilio Mingheli.

3.2 Imigrantes italianos com atuação no setor de alimentação

Cervejaria: Rodolfo Felice Laner; Antonio Zanol; Rossi e Irmão; Leonardelli Ambrogio; Rafael Buratto; Stefano Grippa; Giuseppe Lunardi; Giovanni Stangherlin; Giovanni Schio; Angelo Daltoé; Desvaldi Urbano; Ignacio Zichener; Domenico Ferri; Carlo Dalla Costa; Pietro Sartori.

Fábrica de licor: Angelo Chitolina; Giovanni Menegatto.

Fábrica de gazoza: Vicente Urgente.

Fábrica de açúcar: José Franco de Souza.

Fábrica de massas: Giuseppe Torre.

Açougue: Giovanni Chiaradia; Salvador Sartori; Davide Battistini; Cezario Porta; Francisco Bonatto; Giovanni Drago; Felisberto Marques de Oliveira; Francisco Castagna; Clemente Picchi; Ferruccio Bovi e Comp.

Padaria: Prosido Mortari; Scalia Santo; Domenico Tomasselli; João Moratori; Giuseppe Frezza; Antonio Rossetti; Antonio Melara; Giuseppe Fontana.

3.3 Imigrantes italianos com atuação no setor de cerâmica

Olaria: Rodolpho Felice Laner; Angelo Manfro e Irmão; Pietro Tomasi; Ambrogio Fasoli; Ancelmo Alquati.

3.4 Imigrantes italianos com atuação na atividade metalúrgica

Ferraria: Vittorio Fabris; Danieli Benetti; Osvaldo Artico; João Battista Comte; Andréa Benetti; Antonio D'Antoni; Giovanni Dalla Santa; Pietro Rizzotto; Pietro Rizzotto e Irmãos; Vergilio Schiavenini; Parise Alvise; Pelizer Fortunatto; Giuseppe Comerlato; Bortolo Triches; Pietro Secco.

Ferreiro: Giovanni Conte; Giovanni Zanir; Salette Giuseppe; Cristiano Fracasso; Antiga Bortolo; Albino Santini.

3.5 Imigrantes italianos na produção têxtil

Fábrica de chapéus de pano: Giuseppe Chiaradia.

Fábrica de chapéus de palha: Angelo Gufi; Domingos Mainer e Irmão; Francisco Chiaradia.

Alfaiataria: Rodolfo Braghirolli; Luigi Rossi e **Alfaiate:** João Ferrari Ernesto; Tito Rossi; Ettore Ganferrani; Domenico Gualiotto; Giovanni Caliani; Giovanni Bargoza.

Compor chapéu de sol: Eusebio Barbero.

3.6 Imigrantes italianos no setor coureiro

Fábrica de Sellins: Domingos Mainer e Irmãos.

Sapataria: Angelo Chitolina; Guido Ligui; Giovanni Debeni; Giovanni Menegatto; Antonio Florian; Rossi e Irmão; Antonio Picoli; Santo Granzotto; Antonio Barcaioli; Chitolina Achilhi; Angelo Piva; Giovanni Rigon; Giovanni Montovani; Bentó Constante.

Cortume: Domingos Mainer Irmão Comp; Gabrieli Moretto; Ambrogio Bonalume; João Battista Paternoster; Miguel Frederichs; Giovanni Bihs; Antonio Cattermann; Irmão Mascarello Gioachino.

Selaria: Jorge Bérsan; Battista Longhi Gio; Luigi Braido; Giovanni Stangherlin; Carlos Fetter; Donatto Zanol; Pietro Prevede; Fiorino D'Agostino; Antonio Corsette; Giovanni Venzon; Francisco Barcarolo; Vittorio Dal Zotto; Adami & Irmão; Davide Andrezza; Giossé Vacari; Viúva de Davide Antonio; Martin Mattioda; Antonio Parenza; Marco Carlesso; Giovanni De Bastiani; Anselmo Viapiana; Giuseppe Tronco; Primo Negrini; Angelo Verdi; Luigi Oliboni; Giuseppe Falavigna; Francisco Grija; Valentino Bedim; Agostino Menegatto; Vincenzo Cambuzzi E Comp^a; Luiz Ant^o Feijo Junior; Vittore Tronco.

Sapateiro:Luigi Fabris; Christofoli Battista; Festugate Battista; Domenico Aver; Silvestre Cechelaro; Francisco Palioli; José Mussoi; Joséphino Pinheiro; Giuseppe Rigon; Giuseppe Massoi.

3.7 Imigrantes italianos atuantes no setor de transformação

Fábrica de sabão: João Battista Curzel; Luiz Prospero Dal Canali.

Fábrica de louça de barro: Luigi Luchesi; Giacomo Mattioda.

Fábrica de óleo: Radaelli Tomaso.

Fábrica de cestos: Paulo Filippini.

Fábrica de pós: René Colom.

Fábrica de fumo: Jacob Smitz.

Engenho de cana: Manuel João Teixeira; Giuseppe Scortegagna.

3.8 Imigrantes italianos na atividade madeireira

Fábrica de cadeiras: Giovanni Dal Ponte.

Marcenaria: Irmão Forreseni; Enrique Conte.

Carpinteiro: Primo Mossoi.

3.9 Imigrantes italianos atuantes na área da saúde

Farmácia: Hugo Luciano Ronca.

Drogaria: Domenico Bersani; Socrate Tartare.

3.10 Imigrantes italianos atuantes nos serviços

Barbearia: João Ferrari Ernesto. **Barbeiro:** Etoze Ganferrani.

Advogado: Manuel Claudino M. e S^a.

Retratista: Battista Serafini; Francisco Moscuni.

Cartório: Jacintho Francisco de Aguiar; Antonio José Barbosa Junior.

3.11 Imigrantes italianos atuantes na área de artes

Escultor: Pietro Stangherlin; Tarquinio Zambelli.

Compositor de gaitas: Bortolo Piccoli.

Alguns setores se destacam como o comercial, o de alimentos, o coureiro, o da produção têxtil, o da metalurgia, o madeiro. O estudo mostra a complexidade presente nos ofícios e nas profissões no Município de Caxias do Sul, evidenciando, pela composição profissional diversa, a presença de profissões de tradição pré-industrial, como é o caso de especializações artesanais, que envolviam pedreiros, marceneiros, seleiros, funileiros, ferreiros, padeiros, entre outros, que fizeram a diferença e conseguiram mudar sua condição social e transformar a região num polo de desenvolvimento.

A contribuição econômica dos imigrantes na Região Colonial Italiana no RS está expressa no desenvolvimento que a mesma teve ao longo de sua história: uma economia diversificada, com capacidade de adaptar-se às exigências do mercado; a presença de espírito empreendedor nas iniciativas dos imigrantes; e a capacidade de transformar as condições socioeconômicas encontradas em atividades produtivas.

A comprovação da hipótese de trabalho é evidente e indica a necessidade de novos estudos com vistas a promover uma releitura do que já foi feito, com a intenção de analisar afirmações que talvez sejam indevidas.

Referências bibliográficas

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (1864-1962)*. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1963.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IEL/DAC/Nação, 1975.

AZEVEDO, Thales de. et al. A colonização italiana. In: *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.151.

BARÉA, José. La vita spirituale nelle colonie italiane dello Stato. In: *Cinquentenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul, 1875 - 1925*. Porto Alegre: Globo, 1925.

DE BONI, L.A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1979.

FREITAS JÚNIOR. Augusto Teixeira. Terras e Colonização. Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

HERÉDIA, Vania B. M. Os imigrantes italianos na formação econômica regional no Rio Grande do Sul. p. 211- 230. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p.211-230.

GIRON, Loraine Giron. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: UCS, EST/Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, 1977.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul / IEL / DAC / SEC, 1975.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

RAMBO, B. A zona de colonização italiana. Estudo Geográfico. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SÁ, MEM DE. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. In: *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

Chácara do Tio Bernardo: fragmentos para recordar

*Luciano Schmidt**

Na estrada que passa ao largo de Santa Cruz do Sul e segue em direção a Santa Maria (RS 287), atingimos sem demora o trevo de acesso à cidade de Vera Cruz. Tomando o caminho à direita, entramos na localidade de Linha Andreas. A estrada segue por entre colinas verdejantes, e o viajante desavisado poderia seguir adiante, sem notar a porteira de madeira à sua direita, ladeada pelo velho muro de pedras, hoje coberto de farta vegetação. Desde o trevo até este ponto, são 7 km e 150 metros. Entrando aí, um pequeno caminho que conduz a uma ponte sobre o Arroio Andreas. De um lado, enfrentando as investidas do arroio, que se torna surpreendentemente caudaloso no inverno, uma grande taquaireira guarnece a entrada de um mundo mítico. É aqui que começa um lugar especial...



Figura 1: Foto panorâmica da propriedade, com destaque ao conjunto arquitetônico.

*Psicólogo formado pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. Técnico Judiciário na Vara do Juizado Especial Federal de Santa Cruz do Sul, RS. Realiza atividades de pesquisa sobre a história da colonização alemã em Santa Cruz do Sul, com ênfase nas questões de família, território e cultura.

Lembro-me bem de quando, ainda criança, chegávamos à chácara, e Tio Bernardo vinha nos receber. O passado estava presente naquela casa antiga, nas iniciais do nome do construtor (HL) sobre o umbral da porta, no velho relógio de parede da sala, nas comidas rústicas, no ritmo lento das conversas em dialeto alemão. O inverno ali era extremamente frio. Nas noites de tempestade, o vento agitava furiosamente as araucárias, fazendo o espírito humano compreender sua pequenez diante da potência colossal da natureza.

Mas na cozinha, havia sempre o calor amigo do fogão à lenha...



Figura 2: Fundos da propriedade, com vista do potreiro e da mata, com araucárias.

As velhas construções de pedra transportam o visitante a um tempo longínquo, perdido no passado, como se fossem testemunhas mudas de uma outra época, que se faz presente por meio desses vestígios.



Figura 3: umbral da porta principal (HL).

Um pouco de história...

Em 19 de dezembro de 1849, chegaram os primeiros imigrantes à Colônia de Santa Cruz (MARTIN, 1979, p. 28), que se desenvolveu rapidamente, com a criação de novas linhas. Em 1857, o Governo Provincial (Lei nº 377) autorizou a desapropriação das terras do Faxinal de Dona Josefa, abrindo frentes numa região que hoje pertence ao município de Vera Cruz (emancipado em 1959). Ali se estabeleceram, entre outras, as linhas Dona Josefa e Andreas.



Figura 4: antigo mapa de Santa Cruz (recorte), mostrando as Linhas Dona Josefa e Andreas.

Pomerânia – Origem dos Lenz

Hermann Lenz (HL, construtor da casa) nasceu em 18 de janeiro de 1847. Por seu obituário, publicado no antigo jornal *Kolonie*, de Santa Cruz, obtivemos a indicação de sua cidade natal: “Plantikow bei Daber in Pommern”. “Pommern” é a antiga província alemã (Land) da Pomerânia, na costa do mar báltico. No distrito (Kreis) de Naugard, encontramos a Comunidade (Gemeinde) de “Daber”. “Plantikow” (hoje *Bladkowo*, em polonês) é uma aldeia a cerca de 5 Km a noroeste de Daber.



Figura 5: mapa da Pomerânia, de 1939, mostrando o distrito de Naugard, ao centro.

A vinda ao Brasil e o estabelecimento na nova terra

Dadas as condições adversas na Pomerânia, a família de Johann Lenz (pai de Hermann) emigrou, tendo como destino o sul do Brasil. A família se constituía de agricultores protestantes e era composta por Johann Lenz, de 42 anos, a esposa Louise, nascida Braun, de 41 anos, e os filhos Hermann (12), Wilhelmine (9), Henriette (7), Ernestine (4) e August (9 meses).

Em carta de 05 de abril de 1859, de Hamburgo, o expedidor de colonos Martin Valentin, a serviço do Governo Provincial, confirmou que dois navios já estavam prontos para partir “com emigrantes da melhor condição e quase todos lavradores”: o “Wilhelmine” e o “Sophie” (que trouxe a família Lenz). Chegando a Rio Grande, a viagem seguiu pelo Vapor Continentista, até a chegada a Porto Alegre em 01 de julho de 1859.

Johann Lenz estabeleceu-se inicialmente no Lote nº 15 de Linha Andreas e, mais tarde, transferiu-se para o Lote nº 23 de Rio Pardinho. Seu filho Hermann Lenz casou-se em 2 de julho de 1865, em Rio Pardinho, com Emilie Lindemann (cuja família chegara no mesmo navio, Sophie), nascida em 29 de outubro de 1847, na Meso-Pomerânia. Tiveram os seguintes filhos: Friedrich (1867), Auguste (1868), Albert (1870), August (1871), Gustav (1873?), Julius (1875), Anna (1878), Louise (1879), Otto (1881), Hermann (1883), Ida (1885), Carl (1887), Emil (1889) e Otilie (1890).

Hermann Lenz adquiriu metade do lote nº 56 de Dona Josefa (56B), que tinha uma área de 65.872 braças quadradas (cerca de 32 hectares), e o lote nº 14 de Andreas, contíguo ao anterior, com área de 105.400 braças quadradas (cerca de 51 hectares). Havia ali, em 1879 (data do registro), uma casa de moradia e uma cozinha independente, ambas cobertas de tábuas, além de chiqueiros e pomares.

Emilie Lindemann faleceu em 09 de outubro de 1903.

Em 1905, Hermann Lenz se casou com Elise Jahn, nascida em 12 de novembro de 1860, em Rio Pardiniho, Santa Cruz. Eles não tiveram filhos.

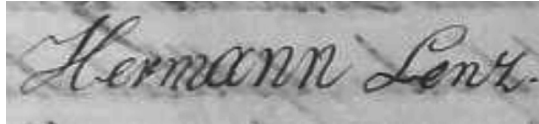


Figura 6: assinatura de Hermann Lenz, em documento de 28/06/1876.



Figura 7: área das propriedades de Hermann Lenz (em verde), no ano de 1879.

Em 18/10/1907, Hermann Lenz fez doação de suas propriedades aos filhos que ainda estavam solteiros, tendo ficado com pequena porção de terras (35.000 braças quadradas, cerca de 17 hectares), casa, galpões e benfeitorias. Em 25/05/1908, vendeu o que lhe restara a Guilherme Spengler Sobrinho, que era casado com sua filha Ida Lenz. A esposa Elise Jahn faleceu em 28 de abril de 1909, e

Hermann Lenz faleceu em 21 de abril de 1921. Foi feito um registro fotográfico desses monumentos tumulares, que se encontram no Cemitério Evangélico de Linha Andreas.

A família Rauber

Em 23 de agosto de 1932, Pedro Rauber, católico, neto do imigrante renano Miguel Rauber, adquiriu as propriedades de Guilherme Spengler Sobrinho e, em 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil, mudou-se para a nova morada com sua esposa Paulina e os nove filhos, entre eles Bernardo, então com 9 anos de idade.



Figura 8: gravura de Casamento de Pedro Rauber e Paulina Raffler.

Alguns dados curiosos: o *Stechverein* (Sociedade de Lanceiros) usava o campo à beira da estrada nos domingos à tarde, algumas vezes por ano, para realizar seus torneios, que consistiam em competições em que os cavaleiros tentavam acertar uma argola com uma lança, durante a cavalgada. E no Salão de baile, ao lado da casa, eram promovidas festas, segundo se conta já na época de Spengler. Ali se faziam, também, as *Tabakfest*, que eram realizadas quando terminava a venda do fumo, por volta do mês de abril.

A Chácara hoje...

Realizamos o levantamento topográfico da propriedade utilizando um GPS (Sistema de Posicionamento Global). Assim, obtivemos uma figura detalhada, que mostra os limites, o curso do arroio Andreas e de alguns córregos menores, a posição das casas, galpões e demais benfeitorias, bem como as áreas de matas e campos.

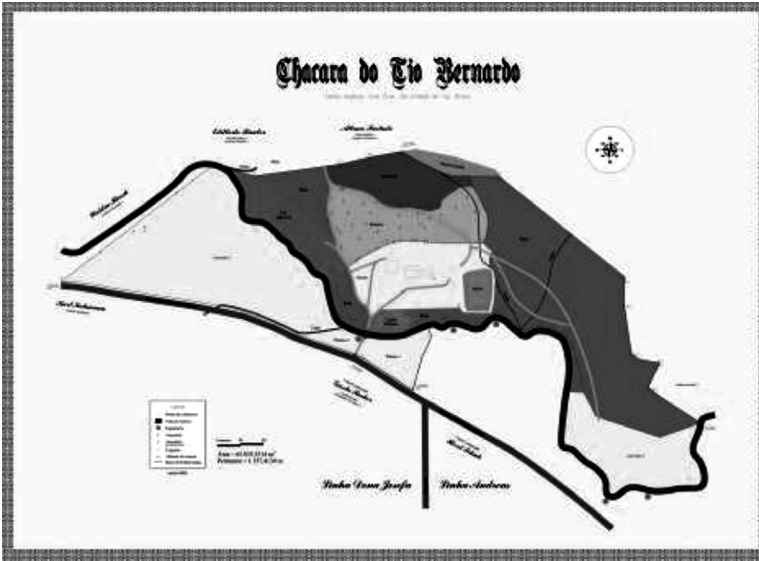


Figura 9: esboço da propriedade, elaborado com auxílio do sistema GPS.



Fig. 10: foto aérea de 1996, com os limites da atual Chácara do Tio Bernardo (em amarelo).

Elaboramos uma planta baixa de todo o conjunto e um levantamento arquitetônico acompanhado de um registro fotográfico.

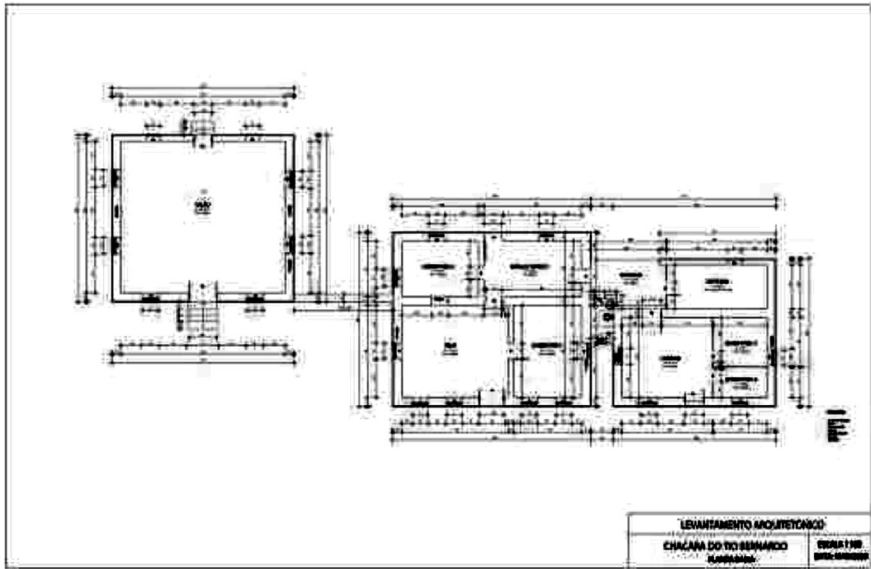


Figura 11: Planta baixa do conjunto arquitetônico (Salão, Casa e Cozinha).

As paredes internas das construções apresentavam 11 padrões diferentes de figuras, dos quais fizemos cópia minuciosa e a respectiva reconstrução em computador. Abaixo, temos a foto de um desses desenhos e a prancha que apresenta a reconstrução do mesmo. Também realizamos um levantamento da exata distribuição desses desenhos na casa. Por fim, elaboramos uma análise patológica das edificações, com vistas a uma futura reforma ou restauração.

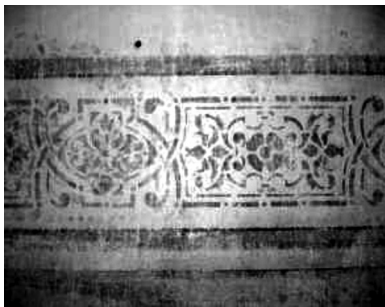


Figura 12: foto do desenho n° 5.

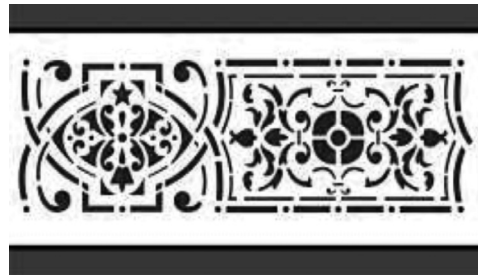


Figura 13: prancha n° 5.

Arroio Andreas

Realizamos um levantamento fotográfico de todo o trecho do Arroio Andreas que passa pela Chácara do Tio Bernardo. As fotos foram tiradas em 42 pontos, assinalados no mapa.



Figura 14: vista do arroio Andreas, próximo à ponte da Chácara do Tio Bernardo.

Além disso, fizemos um levantamento fotográfico com temas variados, procurando apresentar a grande riqueza natural e cultural que existe nas pequenas propriedades do interior, riqueza disponível para quem sabe apreciá-la com os olhos do coração.



Figura 15: ninho de sabiá, com filhote.

Atualmente, a Chácara do Tio Bernardo se constitui de uma área de aproximadamente 6,5 hectares, localizada entre as Linhas Andreas e Dona Josefa.

Tio Bernardo, filho de Pedro e Paulina, foi o último morador, permanecendo no local, até 1997. Hoje, a casa está fechada, e ninguém mora lá. É usada apenas como local de passeio, em alguns finais de semana por ano.

Quem sabe, a história não termine simplesmente por aí...



Fig.16: Tio Bernardo, em foto de 31/12/2005.

Referências bibliográficas

AHCMPTA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livros de registros eclesiásticos da Freguesia de São João Batista de Santa Cruz.

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Imigração, Terras e Colonização. Códices C234 (Registro de colonos chegados e o destino que tomaram-1857/63), SA163 (Cadastro-Linha Dona Josefa-1878/88), SA164 (Cadastro-Linha Andrea-1877/79).

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventários e Outros Processos. Tabelionatos (transmissões/notas) de Santa Cruz e Rio Pardo.

Centenário da Colonização Alemã em Rio Pardo, Município de Santa Cruz do Sul, 1852-1952. Impresso na gráfica comercial de Bins & Rech, Brasil, [s.d]

Exército Brasileiro, 1ª Div. de Levantamento, Porto Alegre, RS. Acervo fotográfico (1996).

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Livros de registros das comunidades evangélicas de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Ferraz.

Lei Provincial nº 377, de 20.11.1857 (Autoriza a desapropriação ou compra das terras do Faxinal de Dona Josefa). Biblioteca da Assembleia Legislativa do RS. Coleção das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. XIII Volume, 2ª Sessão da 7ª Legislatura, 1857. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1858.

Mapa da Pomerânia, 1939: <http://www.ruegenwalde.com/pommern/>

MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de Colônia a Freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

Aspectos históricos da prática do tiro ao alvo nas associações esportivas de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul

*Alice Beatriz Assmann**

*Cecília Elisa Kilpp***

*Janice Zarpellon Mazo****

Introdução

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados brasileiros a praticar o Tiro ao Alvo, através de seus clubes de caça e pesca e sociedades de atiradores, fundados pelos imigrantes alemães. Este estudo tem por objetivo analisar os aspectos históricos sobre a emergência da prática do tiro ao alvo no município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Por meio dessa pesquisa, pretende-se recuperar a memória dessa prática cultural-esportiva do estado. Com apoio teórico-metodológico em autores da História Cultural (PESAVENTO, 2004; BURKE, 2005), que enfatizam o coletivo e o social, nas representações e nas práticas, foram realizadas consultas a fontes impressas como jornais, almanaques, arquivos de associações de tiro do Rio Grande do Sul, acervos particulares e Atlas do Esporte no Brasil e no Rio Grande do Sul, dissertações e teses, livros e sites referentes ao tiro ao alvo.

As associações esportivas de origem germânica fundadas no Rio Grande do Sul a partir da metade do século XIX foram significativos espaços de sociabilidade e lazer para imigrantes e seus descendentes, especialmente para aqueles que portavam de capital econômico, cultural e simbólico (GRÜTZMANN, 2008). Tais associações, regidas por regras e normas que delimitavam claramente os objetivos e os valores que os sócios e fundadores defendiam e pretendiam manter, não eram apenas espaços de convívio, confraternização e diversão, mas também, em sua grande maioria, lugares de discussão de questões políticas, culturais e econômicas referentes ao Brasil e a Alemanha. As sociedades e clubes, em geral, foram ainda locais de construção, afirmação e atualização da germanidade, bem como, de identificação e

*Estudante – UFRGS.

**Estudante – UFRGS.

***Professora Doutora Orientadora das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte (NEHME), que é desdobramento de um projeto mais amplo denominado “Memórias do esporte e da educação física no Rio Grande do Sul: estudos históricos”.

diferenciação étnica (GRÜTZMANN, 2008). O estudo de Mazo (2003) evidenciou que o associativismo esportivo foi um dos mecanismos de afirmação da identidade cultural teuto-brasileira.

Em meados do século XIX, o Brasil foi palco da imigração europeia. O país necessitava de soldados, colonos e artesãos. Em contrapartida, a Europa fazia emigrar em decorrência de crises a que estava submetida. Em 18 de Julho de 1824, chegaram ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães. Aportaram em Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande, 38 alemães trazidos por Jorge Antônio Von Shaeffer (LAZZAROTO, 1982). A partir daí, muitos foram os alemães que chegaram trazendo consigo novos hábitos, o gosto pelas armas, pela caça e pelo tiro (FERREIRA, 1986). Deslocaram-se para outras localidades nas quais fundaram sociedades e clubes de tiro ao alvo chamados de *Shutzenverein*.

O Tiro ao Alvo no Rio Grande do Sul

Os imigrantes alemães tiveram um papel importante na criação dos clubes de canto, tiro ao alvo e ginástica, além da promoção de festas no Rio Grande do Sul. Estas manifestações simbolizavam o modo de ser dos alemães e teuto-brasileiros no desenvolvimento da sociabilidade e no seu uso como representação na conquista do poder político local. Além disso, nestas formas de associações, os alemães preservaram seus costumes, seu germanismo¹, suas tradições, criando assim uma forma diferente da sociedade aqui encontrada. Essa sociedade fechada não permitia o engajamento de pessoas de diferentes etnias, permitindo somente alemães e seus descendentes teuto-brasileiros.

O ano de 1850 é marcante para o associativismo teuto-brasileiro, pois antes disso as preocupações dos imigrantes estavam voltadas para a produção da vida material. Após a década de 1850, percebe-se uma significativa ascensão econômica que permitiu que se preocupassem com o lazer e com a afirmação do grupo perante a sociedade rio-grandense. “As sociedades somente apareceram quando os comerciantes adquiriram certa prosperidade e os *Brummers* despertaram o *Deutschtum*, o germanismo” (ROCHE, 1969, p. 644).

Para Vogt (2003), na Alemanha, estas associações de atiradores não tinham a finalidade esportiva, mas, quando os alemães estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, fundaram associações com finalidade recreativa, não mais em moldes guerreiros. Porém, este discurso não era hegemônico. Para Roche (1969), as associações de tiro do Rio Grande do Sul possuíam o intuito de preparação militar onde os instrutores, membros e alunos eram quase todos de origem germânica. Do mesmo

¹ A palavra germanismo, do alemão *deutschtum*, refere-se ao modo de ser alemão, à ideologia difundida entre os teuto-brasileiros, destinada a preservar sua identidade étnica, sua cultura, sua língua, a lealdade ao país de origem (SEYFERTH, 1982).

modo, Sommer (1984) e Flores (2004) acreditavam que os imigrantes organizavam-se para defender seus lares dos saques e barbáries das batalhas, formando os *Selbstschutz* (defesa própria), organizações estas que vieram a se transformar em associações recreativas depois das guerras.

As sociedades e clubes de tiro ou atiradores podiam ser exclusivamente para homens e mulheres, ou mistas. Além das sociedades propriamente de tiro ao alvo, muitas praticavam além do tiro, o bolão e a cavalaria. Ao lado das associações de canto, as associações esportivas voltadas para a prática do tiro foram as mais difundidas nos municípios de grande área rural (SILVA, 2006).

A primeira referência sobre a prática do tiro ao alvo no Estado do Rio Grande do Sul foi datada de 1852, “quando um súdito prussiano de nome Miguel Kroff, solicita ao presidente da Província licença para estabelecer na várzea uma casa de divertimentos públicos, onde haveria uma linha de tiro ao alvo” (OLIVEIRA, 1996, p. 160). Em Porto Alegre, a prática do tiro iniciou com a criação do Departamento de Tiro ao Alvo na *Turnerbund* (atual SOGIPA), em 1869 (TESCHE, 1996). Já no interior do Estado, ocorre a emergência destas associações no final do século XIX.

Em 1874, foi fundada a *Schutzeverein* de Teutônia/Estrela. Esta sociedade foi constituída num contexto de batalhas e guerras políticas, sendo inicialmente chamada de *Kriegerverein* (Sociedade de Guerreiros), o que remetia ao intuito militar destas associações. A *Schutzerverein* de Teutônia foi fundada por ex-combatentes alemães das guerras contra a Áustria e a Dinamarca, que ocorreram antes destes emigrarem para o Rio Grande do Sul (MADEGANZ, 2004, p. 28). De acordo com essa informação, a sociedade pode ter sido criada e fundada por *Brummers* que se instalaram em Teutônia, pois estes vieram da região da Westfália na Alemanha, assim como os colonizadores da região.

Em São Leopoldo, a primeira Sociedade de Atiradores foi fundada em 1878 (MÜLLER, 2001). Segundo Ramos (2000, p. 122), esta associação “congregava um número expressivo de homens pertencentes à elite urbana da cidade, incluindo-se entre eles alemães e teuto-brasileiros. Pertenciam, em sua maioria, ao comércio e à indústria e eram pessoas marcantes, de distinção na sociedade.” Em 1883, surge um outro clube de tiro, desdobrado do primeiro, com a mesma finalidade. Infelizmente, ambas as associações não resistiram ao tempo (MÜLLER, 2001).

Em 1886, fundou-se a Liga de Tiro do Rio Grande do Sul (DAUDT, 1952 apud OLIVEIRA, 1987) e esta realizou a 1ª competição oficial em São Leopoldo sob a direção do presidente A.H. Gundlach, que venceu e ofereceu seu prêmio ao Príncipe Gastão de Orleans (Conde d’Eu), genro de Dom Pedro II, presente na disputa (OLIVEIRA, 1987). Esta Liga foi extremamente importante para a organização do esporte no Estado e no país.

Em 1894, foi criado o Clube de Atiradores Esportivos desmembrado da Sociedade Alemã de Tiro ao Alvo de Porto Alegre, fundada em 1887. A perda do caráter alemão pela última sociedade citada foi fator definitivo para a criação do

novo clube (RAMBO, 1998). Ainda na cidade de Porto Alegre, em 1896, a Sociedade de Tiro ao Alvo Harmonia é criada sob a liderança de Josef Müller. No ano seguinte, é fundada a Sociedade de Tiro ao Alvo Bom Jardim, e, em 1901, é fundada a Sociedade de Tiro ao Alvo Picada 48 (RAMBO, 1998).

Segundo Ferreira (1986, p. 37), o esporte do tiro ao alvo teve suas raízes provenientes da instrução militar, devido a treinamentos de tiro realizados pelo exército europeu. A preocupação em adestrar soldados e prepará-los para combate, fez crescer o incentivo ao treinamento de tiro sendo levantadas inúmeras linhas de tiro nos fundos dos quartéis. No Brasil, o “tiro de guerra”, que tinha por finalidade instruir militares e civis para formar reservistas, teve suas origens nas sociedades de tiro ao alvo. Segundo Roche (1969, p. 646), este foi um “organismo de preparação militar, cujos instrutores, membros e alunos eram quase todos de origem germânica”. Segundo Ferreira (1986), o tiro de guerra deveu-se ao gaúcho Antonio Carlos Lopes e originou-se de uma sociedade de tiro ao alvo com objetivos militares formada em Rio Grande, no ano de 1902.

Segundo Rambo (1999), o primeiro Tiro de Guerra do Estado foi fundado em 1905, com o nome de “Tiro Brasileiro nº4” na cidade de Porto Alegre, a partir da Sociedade Alemã de Tiro de Porto Alegre. Sua finalidade consistia em realizar treinamentos para reserva do Exército, intervir nos problemas locais, participar ativamente na comunidade, manter a moral e a ordem, bem como desempenhar tarefas sociais. Em 1905, Lopes publicou o livro “O Tiro Brasileiro”², no qual encontramos referências à Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro. Fundada a sete de setembro de 1902, na cidade de Rio Grande, “foi resultado de uma forte corrente de opinião de brasileiros, preocupados com os graves problemas da defesa militar da nossa Patria (...)” (LOPES, 1905, p. 5).

Em 1917, aconteceu na sede da Sociedade de Tiro ao Alvo Harmonia, em Porto Alegre, o torneio itinerante de tiro da Federação de Tiro ao Alvo. Porém, a sede teve suas portas fechadas em novembro de 1917, por ordem do comando militar de Porto Alegre, e as carabinas foram recolhidas (RAMBO, 1998, p. 347). Os exercícios de tiro somente foram retomados em 1920 (RAMBO, 1998).

Além desta associação, várias outras sofreram com a I Guerra Mundial (1914-1918). Muitas sociedades de tiro foram fechadas ou enfrentaram variados problemas para se manter. Com o fim da guerra, algumas associações conseguiram se reerguer, outras permaneceram com as portas fechadas e outras, ainda, voltaram a atuar com dificuldades. Além disso, muito se perdeu sobre a história das sociedades e clubes de atiradores, com a queima e a desapropriação de documentos e sedes.

A Segunda Guerra (1939-1945) e o período político conhecido como Estado Novo (1937-1945) foram ainda mais trágicos para o associativismo teuto-brasilei-

² Nota da revisora – A palavra “brasileiro” que aparece algumas vezes no parágrafo está grafada com “z”, seguindo as normas ortográficas da época.

ro. O sentimento de afirmação da identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, de oposição a toda e qualquer manifestação identitária “inimiga”, fechou as portas de inúmeras sociedades de atiradores no estado. A vida associativa teuta, sofreu desde as primeiras medidas da Campanha de Nacionalização, vezes que transformaram definitivamente seu sentido (SILVA, 2006).

As mulheres exerceram um papel importante na colonização alemã. Foram elas que ao lado da família executaram a maior parte dos trabalhos essenciais para a formação de uma nova sociedade. Porém, foi só no início do século XX que as mulheres se organizam em sociedades, surgindo as primeiras associações de damas voltadas para a prática do tiro ao alvo. Inspiradas nas sociedades masculinas, as mulheres buscaram uma identidade própria, buscando preservar a cultura teuto-gaúcha e resgatar seus valores.

O Tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul

Segundo Martin (1979, p. 25), os primeiros imigrantes alemães que chegaram a Santa Cruz, em 19 de dezembro de 1849, trouxeram consigo seus costumes “danças e canções populares da Alemanha que alegravam festas tradicionais das Sociedades de Cavalaria, dos Ullanos, de Atiradores, dos “Stechklub” ou “Stechverein”. Até meados da década de 1930, havia intensa valorização e preservação da língua alemã em Santa Cruz do Sul (BENDER, 2002). Forster (1966 apud BENDER, 2002, p. 12) afirma que “Santa Cruz do Sul, talvez seja a cidade mais genuinamente alemã do Rio Grande”.

Na dissertação de Bender (2002), é citado Kipper (1979), no que concerne à verificação do alemão como língua mais falada e mais lida na região na época. Tanto que em Santa Cruz do Sul, eram consumidas diversas publicações produzidas em território nacional nesse idioma. De acordo com Seyferth (1988), circulou mais de meia centena de jornais editados em alemão, destinados às comunidades teuto-brasileiras, no período de 1852 a 1939, citando o jornal *Kolonie* entre os mais expressivos. “Em Santa Cruz, eram publicados diferentes jornais em Língua alemã. Durante a primeira década do século XX, circulava o *Santacruzeraanzeige* e o *Fortschritt*. De 1930 até 1939, era editado o jornal *Volkstimme*” (BENDER, 2002, p. 16).

A associação esportiva com práticas de tiro mais antiga encontrada na literatura consultada denominava-se *Shutzengilde*. Fundada em princípios de 1863, na cidade de Santa Cruz do Sul, compreendia as modalidades de cavalaria e tiro ao alvo. Não se sabe ao certo o dia e mês da fundação, mas, em 1º de janeiro de 1864, a associação realizou sua primeira festa de confraternização. Esta data consta em um talabarte usado na *Schutzengilde*, contendo dezenas de medalhas comemorativas. “É evidente que a Sociedade foi fundada em data anterior a janeiro de 1864, o que se pode concluir comparando os inúmeros outros talabartes de Sociedades,

(...) em que sempre a primeira festa ocorreu, aproximadamente, um ano após a fundação” (MARTIN, 1999, p. 103).

Na Colônia de Santa Cruz, muitas associações esportivas onde se praticava o tiro ao alvo foram fundadas, como: *Deutscher Schutzenverein* Santa Cruz, em 16 de junho de 1872; *Schutzenverein de Rio Pardinho*, em 1882; *Deutscher Schutzenverein de Rio Pardinho*, em 8 de abril de 1883; *Deutsch-Brasilianischer Schutzenverein de Picada Santa Cruz*, em 29 de junho de 1884; *Brasilianisch-Deutscher Schutzenverein*, em 10 de outubro de 1884; *Deutscher Schutzenverein de Sinimbu*, em 17 de fevereiro de 1889; *Deutscher Schutzenverein de Dna. Josefa*, em 19 de novembro de 1890; *Deutscher Schutzenverein de Andreas*, em de junho de 1894; *Deutscher-Brasilianischer Schutzenverein de Ferraz*, em de janeiro de 1901; *Deutsch-Brasilianischer Schutzenverein Frohsinn de Rio Pequeno*, em 1902 (MARTIN, 1999).

Em Venâncio Aires, ocorreu a fundação de uma das primeiras sociedades de atiradores, a *Schutzenverein von Linha Isabella* (Sociedade de Atiradores de Linha Isabel), em 1 de outubro de 1892, com 28 membros fundadores (VOGT, 2004, p. 164). “Essa é uma das poucas sociedades do gênero que ainda sobrevivem no município. Atualmente ela é denominada de Sociedade de Atiradores Concórdia e possui em torno de 130 associados” (VOGT, 2004, p. 165). Outra sociedade de tiro fundada na localidade, em 1898, foi o *Schietzklub* (Clube de Atiradores), entidade que encerrou suas atividades em julho de 1923.

A primeira associação de tiro ao alvo fundada exclusivamente por mulheres foi “a Sociedade de Damas Concórdia de Rio Pardinho, fundada em 15 de novembro de 1908 (LIMA, 2001, p. 19). Na cidade de Venâncio Aires, em 1920, foi fundada a *Damenschutzenverein Primavera von Isabella* (Sociedade Atiradores de Damas Primavera de Isabela).

Referências bibliográficas

- BURKE, P. **O que é história Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FERREIRA, E. **A História do Tiro ao alvo.** Porto Alegre: Pallotti, 1986.
- FLORES, H. **História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 2004.
- GRÜTZMANN, I., DREHER, M.; FELDENS, J. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: recortes.** São Leopoldo: Oikos, 2008.
- KILPP, C. **KRIEGERVEREIN: a constituição da Sociedade de Guerreiros e das primeiras associações esportivas de Teutônia/Estrela (1874-1950).** Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.
- KRELING, H. **O Bolão: o esporte nas Colônias Alemãs do RS.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sulinas, 1982.

- LIMA, S. **O papel da mulher nas sociedades de Damas**. Monografia (Pós-Graduação em História Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2001.
- MAGEDANZ, A. **Linha Clara, Teutônia e os 180 anos da imigração alemã no RS**. Teutônia: o autor, 2004. 63p.
- MARTIN, H. **Recortes do passado de Santa Cruz**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- MAZO, J. Clubes esportivos e recreativos em Porto Alegre – RS. In: DACOSTA, L. (org). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- MAZO, J. & REPPOLD FILHO, A. (Orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREF2RS, 2005.
- MAZO, J. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural brasileira**. Porto, Portugal, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade do Porto (UP), Porto, 2003.
- MÜLLER, T. **175 anos de Imigração Alemã**. Porto Alegre: Suliani Editografia, 2001.
- OLIVEIRA, P. Esportes trazidos pela imigração. In: FISCHER, L.; GERTZ, R. (coord) **Nós os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- OLIVEIRA, P. **A imigração alemã e a introdução do Punhobol no RS**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento), Faculdade de Educação Física. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1987.
- PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RAMBO, A. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. *Perspectiva Econômica* v. 23, n. 62, jul/dez. São Leopoldo, 1998.
- RAMOS, E. **O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: S. Leopoldo. 1850/1930**. Tese Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, G. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199-228.
- SILVA, H. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- SOMMER, A. **Reminiscências da Colônia Teutônia – Estrela: décadas de 20 e 30**. São Leopoldo: Rotermund, 1984. 1 ed. 116p.
- TESCHE, L. **A prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes no RS: 1867-1942**. (Dissertação de Mestrado) Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1996.
- VOGT, O. **Abrindo o Baú de Memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- VOGT, O. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. In: **Revista Ágora: Migração e identidade**. v.7, n.2. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

Emergência do associativismo esportivo na cidade de Teutônia no Rio Grande do Sul

*Cecília Elisa Kilpp**

*Janice Zarpellon Mazo***

Introdução

Este estudo aborda a construção do associativismo esportivo na cidade de Teutônia, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. Colonizada por imigrantes alemães, no século XIX, a referida cidade preserva, até os dias atuais, algumas práticas esportivas herdadas da cultura germânica. Assim, para além da prática de esportes, os clubes esportivos emergiam como espaço privilegiado de celebração dos costumes alemães.

O associativismo esportivo engloba clubes, sociedades, agremiações, ligas, toda forma de organização esportiva. Além disso, segundo Mazo (2004, p. 24), uma associação esportiva compreende um “amplo repertório de símbolos, valores, normas, comportamentos e outras formas de representações, e, neste sentido, pode ser vista como um mecanismo de afirmação da identidade cultural teuto-brasileira”. Por meio dos clubes esportivos, possibilitou-se aos imigrantes alemães a preservação de sua identidade étnica e cultural, com a manutenção de suas tradições e seus costumes. Os clubes e sociedades são apontados em diversos estudos (LANDO; BARROS, 1980; SILVA, 2006; MAZO, 2004) como um espaço de sociabilidade, de formação de lideranças, um lugar para o estabelecimento de contatos comerciais e ainda como um espaço para a prática do germanismo¹.

Diante do exposto, este estudo buscou identificar como ocorreu a organização dos primeiros clubes esportivos em Teutônia, no final do século XIX e princípio do século XX, com apoio teórico-metodológico de autores da História Cultural (PESAVENTO, 2004; BURKE, 2005), que parte do pressuposto de que a realidade social é culturalmente construída.

*Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ A palavra germanismo, do alemão *deutschum*, refere-se ao modo de ser alemão, à ideologia difundida entre os teuto-brasileiros, destinada a preservar sua identidade étnica, sua cultura, sua língua, a lealdade ao país de origem (GERTZ, 1980, p. 207).

No que tange à sua relevância, esta pesquisa² é justificada na medida em que contribui para a construção e divulgação da maneira que se constituiu o fenômeno do associativismo esportivo no Rio Grande do Sul.

***Deutschland-immigration und die Kolonie Teutonia:* imigração alemã e a colônia Teutônia**

Em princípios do século XIX, o Brasil não oferecia oportunidades aos imigrantes alemães, pois já possuía mão de obra servil. Porém, o governo brasileiro teve a iniciativa de ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes, afim de “ampliar o fornecimento de recursos materiais e humanos aos exércitos imperiais, quando as intrigas com os vizinhos platinos adquirissem maior intensidade” (MOURE, 1980, p. 93).

A colonização estrangeira, quando foi introduzida no Rio Grande do Sul, não resultou de fatores históricos espontâneos, mas de uma política agrária direcionada para o estabelecimento da pequena propriedade rural a fim de ocupar e proteger as terras reais das possíveis incursões de espanhóis nas regiões desertas do Estado devido ao limite político ainda não estabelecido.

Neste período belicoso, a colonização alemã foi crescendo rapidamente e a população de São Leopoldo também aumentou. Os descendentes teuto-brasileiros³ da Colônia de São Leopoldo e de outras colônias antigas fizeram emergir a necessidade de ampliação da área inicial da colônia, a partir de 1853, mesmo com as investidas militares. Dentre as novas colônias, estava Teutônia.

A Colônia Teutônia, por sua vez, foi fundada em 1858, por teuto-brasileiros e, posteriormente, pelos *westfalianos*⁴ vindos do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1868. Ambas faziam parte do município de Taquari até 1876 (LANG, 1995).

De acordo com Lang (1995), foram os *westfalianos* que se destacaram pela constituição de associações culturais, recreativas, esportivas e religiosas na região interiorana das colônias. A instalação deste grupo em áreas acidentadas das encostas dos morros favoreceu a formação de um grupo homogêneo, e o isolamento geográfico tornou possível a manutenção dos costumes e hábitos deste grupo: seus descendentes mantiveram elementos da cultura como o dialeto *Plattdüütsch*⁵; houve

² Esta pesquisa é o desdobramento de um projeto mais amplo denominado “Memórias do Esporte e da Educação Física no Rio Grande do Sul: estudos históricos”, coordenado pela Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo.

³ A denominação “teuto-brasileiros” corresponde aos filhos de alemães, nascidos no Brasil.

⁴ Os *westfalianos* são alemães oriundos de *Westfália*, região da Renânia, localizada no norte da Alemanha próxima à Holanda.

⁵ O dialeto *Plattdüütsch* imigrou ao Brasil junto com os alemães da *Westfália* e faz parte da língua saxônica, sendo semelhante à língua holandesa. Por este motivo, os demais alemães que aqui estavam, não entendiam muito bem o dialeto, que ficou conhecido como “sapato-de-pau” – calçado utilizado e trazido junto por esta população devido ao frio em sua terra natal (http://www.westfalia.rs.gov.br/municipio/cultura_lazer.html).

a preocupação com a formação dos filhos e as entidades comunitárias foram priorizadas, dentre elas as associações esportivas.

O período em que o associativismo germânico se concentrou em terras sul-rio-grandenses compreendeu os anos de 1850 a 1942, período este marcado pela ascensão econômica dos comerciantes e pela atuação dos *brummers*⁶, que ascenderam o germanismo nos teuto-brasileiros através das associações, ou seja, as associações eram fechadas, onde somente alemães e seus descendentes eram aceitos como sócios, a língua falada era a alemã e os valores praticados os germânicos (FLORES, 2004).

As práticas esportivas introduzidas se desenvolveram no período em que as colônias tinham atingido certo estágio de crescimento e através de fornecedores dos estabelecimentos comerciais (armazéns) que traziam consigo por onde passavam alguma novidade. A partir dos momentos finais da década de 1870 e início da década de 1880, que se percebe a forte ascensão econômica de grupos alemães na indústria e no comércio nos centros coloniais. Portanto, a constituição das primeiras associações esportivas ocorreu principalmente na cidade de Porto Alegre, pois a ascensão econômica dos alemães foi mais rápida, além de também manterem comunicação com a Alemanha, através de jornais em alemão, revistas e livros enviados pelos parentes alemães, e ainda, através de visitas de instrutores de ginástica e a introdução de outros esportes nos clubes esportivos (MAZO, 2004).

O método de ginástica alemão (*Turn*) foi a primeira prática registrada pelos teuto-brasileiros nas suas associações e que emergiu em Porto Alegre. Logo depois, organizaram o tiro ao alvo. Porém, esta prática teve maior adesão nas colônias do interior do Estado, pois as primeiras associações de tiro criadas surgiram da necessidade dos colonos de usar armas para a caça e a defesa de seus lares que se localizavam próximos à mata e em terras fronteiriças (OLIVEIRA, 1987).

Outro dado importante é que entre 1848 e 1874, as colônias eram fundadas também para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam à Serra; invadindo a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam núcleos agrícolas e, entre eles, a ocupação pela população de origem nacional (ROCHE, 1969). Este fato sugere que a população de alemães que ocupou estas terras estava sujeita a invasões e, conseqüentemente, batalhas com outros grupos étnicos fazendo com que a preocupação com a preparação militar fosse mais valorizada.

Deste modo, no bairro da Linha Clara, em Teutônia, surge a primeira associação esportiva exclusivamente direcionada à prática de tiro ao alvo no ano de 1874: a *Kriegerverein* (Sociedade de Guerreiros). Posteriormente, esta associação tornou-se *Schützenverein* (Sociedade dos Atiradores) de Linha Clara, em 1910 (LANG, 1995, p. 47). Esta associação esportiva foi fundada por ex-combatentes

⁶ *Brummers* foram mercenários contratados pelo governo. O nome alemão refere-se a “resmungão”, pois reclamavam que o pagamento não foi feito com ouro ou prata, como prometido (OLIVEIRA, 1987).

alemães das guerras contra a Àustria e a Dinamarca, segundo Magedanz (2004, p. 28), que podem ter sido *brummers* que permaneceram no Rio Grande do Sul, no período de colonização de Teutônia, já que estes também vieram da região da Renânia na Alemanha.

Infelizmente, o acervo desta associação esportiva foi perdido na época em que ocorreu o período político conhecido como Estado Novo (1937-1945), no Brasil, e a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), em cenário mundial, sendo difícil afirmar com clareza, como foi criada, pois sua fundação se deu há mais de um século, não havendo nenhuma memória viva de sua história. No entanto, a manutenção dos costumes germânicos até a atualidade faz da *Schützenverein* de Teutônia uma das mais importantes associações esportivas do Vale do Taquari, região central do Rio Grande do Sul.

Ainda no século XIX, é possível apontarmos a prática do bolão (*Kegelspiel*) emergida nas casas comerciais (armazéns) da época. Primeiramente, esta prática esportiva foi desenvolvida nas canchas de bolão construídas pelos proprietários de armazéns comerciais que visavam ao lucro com a venda de produtos para os praticantes. É importante destacar que, deste modo, desenvolveu-se o bolão em Teutônia. Como afirma Becker (1987, p. 52), no ano de 1875, havia duas canchas de bolão em Teutônia, ambas instaladas em casas comerciais. Além destas, várias canchas foram instaladas nas demais casas comerciais de Teutônia a partir desta data, já que esta prática começava a adquirir muitos adeptos.

Num segundo momento, a partir da década de 1880, Becker (1987, p. 58) destaca o surgimento dos grupos de bolão. Os sócios praticantes do bolão reivindicavam a construção de canchas apropriadas para a prática nos clubes esportivos que tinham outra prática como a principal. A *Schützenverein* de Teutônia, por exemplo, possuía uma cancha até o ano de 1925 (MAGEDANZ, 2004, p. 13), porém, devido à perda do acervo desta associação, não há registro da data de inauguração, nem mesmo do nome dos grupos que ali jogavam.

O bolão cresceu e se tornou popular somente a partir da década de 1920, e vários grupos foram formados e mantiveram suas canchas em sociedades e ainda nas casas comerciais. Estes encontros de treino e torneios de bolão também eram reuniões étnicas, de discussões sobre os mais diversos assuntos sempre na língua materna, o alemão. Por ser uma prática esportiva mais informal, classificada como lazer, poucas sociedades registraram o ano de fundação destes grupos. De acordo com Schierholt (2002, p. 333), há registros da fundação do *Club Unicum* de Bolão em 25 de dezembro de 1921, em Estrela, quando ainda fazia parte do mesmo município junto com Teutônia, como foi destacado no início. Além deste, a Sociedade Educacional e Cultural de Boa Vista e o Grêmio Cultural e Recreativo Teutoniense tinham este esporte como um dos principais e o que mais durou⁷.

⁷ Fotos do arquivo fotográfico do Museu Henrique Uebel de Teutônia.

Ainda no início do século XX, outra prática esportiva tomava espaço no referido cenário esportivo: a ginástica. Tal prática foi inserida na cultura esportiva de Estrela a partir da fundação da *Turnverein Estrella* (Sociedade Ginástica de Estrela), em 28 de maio de 1907. Além da parte social, o foco principal da associação esportiva era a prática de ginástica, bem como o atletismo e outros esportes que, na mesma medida, promoviam eventos sociais, culturais e de lazer.

As sociedades de ginástica, por volta da década de 1920, incluíram vários esportes modernos, como o basquetebol, o voleibol e o futebol. A Sociedade Ginástica Estrela constituiu suas equipes na década de 1930. Inicialmente, a equipe *Basquetball Estrela*, um grupo criado para prática recreativa, mas que posteriormente manteve competições amadoras.

A década de 1930 foi o período em que os esportes coletivos tiveram sua maior expressividade na região do Vale do Taquari. Porém, um destes esportes possui uma peculiaridade referente ao seu surgimento no Rio Grande do Sul e na cidade de Teutônia. Este esporte foi o futebol, prática esportiva que surgiu, de acordo com Jesus (2001, p. 5), em 19 de julho de 1900, na cidade de Rio Grande, com o *Sport Club Rio Grande*.

Neste período, as equipes eram organizadas por empresas, grupos ou bairros, e com este intuito, outros clubes futebolísticos surgiram na cidade de Teutônia. Este período também marcou a perseguição ao germanismo em consequência da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), do Estado Novo e da 2ª Guerra Mundial. Isto fez com que as atividades realizadas junto às práticas esportivas alemãs fossem realizadas com os jogos de futebol, como as festas, reuniões em língua alemã, etc.

Na década de 1931, Hessel (1983, p. 77) relata a fundação da Liga de Futebol do Alto Taquari, que envolveu os municípios de Estrela (Teutônia), Corvo, Roca Sales, Muçum, Encantado, Arroio do Meio e Lajeado.

No interior da Colônia Teutônia, os times de futebol de cada localidade eram extremamente bairristas, sendo que os jogadores sabiam se diferenciar de acordo com a procedência de cada localidade, portanto, não podiam morar em um bairro e jogar no time de outro. Um dos clubes futebolísticos que se consagrou como um dos quatro maiores foi o Grêmio Esportivo Canabarense, fundado em 1931 sendo que, mais tarde, veio a se tornar Sociedade Esportiva e Recreativa Canabarense, possuindo, posteriormente, outras práticas esportivas como o voleibol e o bolão (KILPP, 2008, p. 48).

Neste cenário esportivo, as equipes de futebol faziam torneios de final de semana, assim como os grupos de bolão, a *Shützenverein*, e as corridas de cancha reta, de maneira que as tradições e costumes alemães se mostravam presentes, não só pela tradição esportiva deste grupo étnico, como também por meio das comemorações após os torneios. Ou seja, mesmo que o futebol tenha se tornado uma prática tomada como nacional, as comemorações, música e costumes alemães continuavam presentes, assim como nos esportes tradicionais como o bolão e o tiro ao alvo.

Considerações finais

A emergência do associativismo esportivo em Teutônia ocorreu no quarto final do século XIX, num contexto criado por uma sucessão de guerras, principalmente fronteiriças, que reascendeu os conhecimentos militares dos imigrantes alemães, moradores das regiões inóspitas que sofriam constantes incursões de outros grupos étnicos. Este contexto possibilitou a agremiação de um grupo de *brummers*, que tinham uma formação acadêmica e militar qualificada, criando a primeira associação esportiva para a prática do tiro ao alvo, modalidade na qual a maior parte dos imigrantes já possuía contato, tanto homens, quanto mulheres.

O rumo de Teutônia foi este: uma associação esportiva que treinava ações belicosas, fé na religião protestante e um isolamento geográfico que possibilitou uma coesão familiar e étnica muito forte. Estes três aspectos foram de fundamental importância para estes imigrantes fortalecerem a germanidade, tanto que as tradições e costumes dessa região são mantidos até hoje, persistindo mesmo nas guerras e por várias gerações.

Com a germanidade reforçada, as práticas esportivas que, em Teutônia, se desenvolveram foram as mais tradicionais dos alemães. Além do tiro ao alvo, que era uma prática bastante interiorana, o bolão também tinha muitos praticantes. Desta forma, esta prática cresceu, passou por gerações e permanece até os dias atuais, porém caracterizou-se como uma prática de lazer.

Outra prática esportiva foi o futebol, que teve seu auge a partir dos anos 1930, período pós-guerra. Isto se deve à posição contrária do Brasil nestas investidas em relação à Alemanha. Com a perseguição à germanidade e a proibição do uso de língua alemã e de seus costumes, os esportes tradicionais alemães perderam a força, dando lugar para o surgimento de outros; e foi aí que surgiu o futebol. Este esporte foi trazido por ingleses, mas os alemães contribuíram, tanto que os primeiros times começaram com clubes de operários de grandes indústrias alemãs.

Por fim, é importante definir que os imigrantes alemães são um grupo bastante social e associativo, tanto que suas prioridades eram a família em primeiro lugar, depois o trabalho e então as associações, sendo elas eclesiais, de canto ou esportivas. A atuação alemã na construção das práticas esportivas no Rio Grande do Sul é extremamente importante, devido aos seus costumes e tradições que priorizaram esta forma de organização esportiva que vemos até os dias atuais.

Referências bibliográficas

BECKER, Karl. O Esporte do bolão no RS. In: IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RS (1980). *Anais...* São Leopoldo: Gráfica UNISINOS, 1987. p. 249-264.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FLORES, Hilda. **História da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Editora, 2004.

GERTZ, René. O integralismo na zona colonial alemã. In: LANDO, Aldair; BARROS, Eliane (org). **Rio Grande do Sul: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 09-46.

HESSEL, Lothar. **Município de Estrela**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1983.

JESUS, Gilmar de. Imigrantes desportistas: os alemães no sul do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Barcelona, v. 5, n. 94, índice 108, ago. 2001.

KILPP, Cecília Elisa. **Kriegerverein: a constituição da Sociedade de Guerreiros e das primeiras associações esportivas de Teutônia/Estrela (1874-1950)**. 2008. 66f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LANDO, Aldair; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização – os alemães no RS. In: ____ (org). **Rio Grande do Sul: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 09-46.

LANG, Guido. **Colônia Teutônia: história e crônica (1898-1908)**. Novo Hamburgo: Gráfica Sinodal, 1995.

MAGEDANZ, Ariberto. **Linha Clara, Teutônia e os 180 anos da imigração alemã no RS**. Teutônia: o autor, 2004.

MAZO, Janice. **A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre – Brasil (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira**. 2003. 396 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Universidade do Porto (UP), Porto, 2004.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, Aldair; BARROS, Eliane (orgs). **Rio Grande do Sul: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 91-113.

OLIVEIRA, Paulo. **A imigração alemã e a introdução do Punhobol no RS**. 1987. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1987.

PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: ontem e hoje**. Lajeado: o autor, 2002.

SILVA, Haike. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

Os prospectos da colonizadora Meyer: leituras e interpretações

Rosane Marcia Neumann*

Herrmann Meyer (1871-1932), proprietário da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, publicou entre 1901 e 1906, pelo *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, Alemanha, um conjunto de prospectos, no formato de pequenas brochuras, com o propósito de apresentar e divulgar o seu complexo colonial, formado pelas colônias Neu-Württemberg e Xingu, situado na região noroeste do Rio Grande do Sul, nos municípios de Cruz Alta e Palmeira, respectivamente. Qualquer atualização ou reedição do prospecto anulava, automaticamente, a edição anterior e entrava em vigor imediatamente, não sendo retroativa. A leitura desse material evidencia que o projeto de colonização foi construído ao longo do processo, com adaptações, concessões e reformulações, ditadas tanto pelo contexto interno quanto externo, resultando em uma mescla entre o modelo de colônia *ideal imaginado* e o *real possível*. Tais impressos destinavam-se à propaganda do empreendimento de colonização junto aos emigrantes alemães em potencial, ou seja, seu público leitor estava na Alemanha. Já no Rio Grande do Sul, os prospectos e mapas elaborados pela *Colonizadora* eram encaminhados para os diretores de jornais e anuários, padres e pastores, hotéis próximos ao porto ou estações de trem, e para os agentes do consulado. Sobre a leitura e interpretação desses prospectos, é preciso levar em conta, conforme Roger Chartier (1995), a “pluralidade e a mobilidade das significações que públicos diferentes atribuem ao mesmo texto”, que escapam da alçada de seu autor.

A viagem de Herrmann Meyer pela zona colonial do estado, em 1898 (MEYER, 1899), e a dissolução da sociedade com Carlos Dhein, foram fundamentais para a delimitação do espaço, dos objetivos e o perfil da *Colonizadora*.¹ Definiu como finalidade a formação de uma colônia para emigrantes alemães, com o diferencial de que, nesse espaço, pudessem preservar a sua cultura, ou seja, o

*Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.

¹ Inicialmente, a Firma Herrmann Meyer era uma sociedade de capital e indústria entre o alemão Herrmann Meyer e o colono riograndense Carlos Dhein, respectivamente, fundada em 1898. A sociedade foi desfeita no segundo semestre de 1900. Em janeiro de 1900, foi fundada a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, com sede em Leipzig, Alemanha, e a partir de 1904, com escritório central na colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, a cargo de diretores e administradores contratados para tal fim por Meyer (Cf. NEUMANN, 2009).

Deutschtum. Logo, seria um empreendimento capitalista aliado a um trabalho cultural, tendo como preocupação central o desenvolvimento econômico e social dos seus habitantes (NEUMANN, 2009).

A primeira brochura foi escrita e publicada por Meyer em outubro de 1901, *Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul* [*As colônias privadas do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul*], imediata à sua última viagem ao Noroeste do estado no segundo semestre de 1900, oportunidade na qual já podia constatar as transformações ocorridas na área desde 1898. Esse prospecto, contendo 26 páginas mais anexo, difere dos posteriores, tanto por sua estrutura quanto pelo conteúdo. O texto discorre longamente sobre a política colonial da Alemanha e a imigração no Brasil, bem como emite a opinião do autor em relação a essas políticas, apresentando um quadro geral das suas colônias e aspectos do seu cotidiano. Como anexo, incluiu um modelo do contrato particular de compra e venda de terras de sua *Colonizadora* e quatro mapas – um mapa do Rio Grande do Sul localizando as colônias e o traçado da ferrovia; mapa do seu complexo colonial; mapa da colônia Neu-Württemberg com a área de então; e mapa da colônia Xingu. Por fim, citou algumas referências de autores e obras sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Comparando essa publicação às posteriores, sobressaiu seu caráter sensacionalista, motivado, em parte, pelo próprio otimismo de Meyer em relação ao desenvolvimento e à futura expansão de seu complexo colonial, além de estar confiante na venda de terras em um ritmo cada vez mais acelerado, reavendo, em curto prazo, o capital investido. Em razão disso, descreveu as colônias de forma idealizada, como por exemplo, Neu-Württemberg, onde enumerou a presença de uma grande *venda*, oficinas, moinho, escola, além dos *grandes telhados com telhas*, salientando que as estradas de carretas estavam em tão perfeitas condições de trânsito, que era possível *ir de bicicleta* da sede de Cruz Alta até a referida colônia. Tal afirmativa causou muitos protestos e contestações por parte dos imigrantes e colonos ao se depararem com a *estrada real*. Nessa situação, Meyer explicou que empregou essa forma figurada para dizer que o terreno era plano, não se referindo às condições de trafegabilidade das mesmas.

Sobre a confecção do prospecto e os seus propósitos, afirmou:

eu acho que agora já é tempo de imprimir uma pequena brochura sobre a minha colonização, incluindo um mapa de Neu-Württemberg, Xingu, e os dados sobre a situação da colônia que você [Horst Hoffmann] me mandou. Envio-te um exemplar da brochura, e eu vou divulgá-la no meu país em grande quantidade. Por enquanto, mandei fazer uma tiragem de 1.000 exemplares, e vou enviar vários exemplares à imprensa e a todos os círculos que se interessam pelo Brasil ou a emigração. Nessa publicação, falei abertamente, mas com discrição, sobre as dificuldades que a Empresa [*Unternehmen*] tem no início da colonização. De forma intencional, a publicação tem o caráter de propaganda. Porém, eu explico claramente que não posso dar regalias para a travessia nem fornecer empréstimos, e que também só pode-

mos aceitar lá [na colônia] quem possui capital próprio. Por esse motivo, eu ainda não consegui junto ao governo [da Alemanha] a concessão para a emigração, sem a qual não podemos pensar ainda em uma emigração em grande escala para as minhas terras.²

Naquele momento, Meyer apostava na colonização das quatro glebas de terras descontínuas de sua propriedade – Neu-Württemberg (hoje Panambi), Xingu (atual Novo Xingu), Boi Preto (atual distrito de Chapada) e Guarita/Fortaleza (hoje Erval Seco) –, referindo-se a elas como colônias. Já os trabalhos de medição haviam sido concluídos apenas na colônia Xingu e em uma parte da colônia Neu-Württemberg, para as demais, não havia sequer previsão para isso. No mapa incluso no prospecto, a distância entre as colônias ficava evidente, mas, por outro lado, sinalizava para a possibilidade de ampliação das mesmas com a incorporação das glebas adjacentes, especialmente em Palmeira, ao norte da colônia Guarita/Fortaleza, onde as terras devolutas eram abundantes. Assim, os limites do complexo colonial poderiam ser dilatados conforme os interesses da empresa.

Justificando o seu envolvimento com um projeto de colonização no exterior, Herrmann Meyer (1901, p. 1-2) argumentou que no contexto de *depressão* no qual se encontrava a Alemanha no final do século XIX, a emigração se mostrava como uma saída para resolver os problemas sociais internos. Todavia, os emigrantes deveriam ser direcionados para um lugar onde pudessem permanecer alemães, evitando a repetição daquilo que aconteceu nos Estados Unidos, pois os emigrantes alemães ali se tornaram norte-americanos e, por conseguinte, transformaram-se em concorrentes da Alemanha. Em sua opinião, o Brasil tinha todos os quesitos necessários para ser a segunda pátria, especialmente os dois estados sulinos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que já canalizavam parte do fluxo emigratório desde a segunda década do século XIX, citando como uma prova disso suas próprias colônias (MEYER, 1901, p. 5).

Conforme seu idealizador, o projeto de colonização pretendia atender às demandas negligenciadas pelos demais empreendimentos dessa natureza atuantes no Estado. “Surgiu em mim o desejo de me envolver na fundação de uma colônia, onde o primeiro princípio será a manutenção do *Deutschum* por meio do desligamento de nacionalidades estranhas, boas escolas e assistência espiritual, oferecendo todo apoio material necessário” (MEYER, 1901, p. 6). A colônia, segundo ele, era um espaço dinâmico, em rápida transformação e crescimento, onde as primeiras famílias já estavam instaladas, bem como uma infra-estrutura mínima, incluindo moinho, serraria, casa comercial – nesses locais, o colono poderia vender ou trocar sua produção –, barracão dos imigrantes para receber os recém-chegados, escola, assistência religiosa aos protestantes e católicos.

² Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP. No período de 1901 a 1903, Horst Hoffmann foi o administrador da *Colonizadora* no Brasil.

Ressaltava que as mudanças e melhoramentos ocorridos nesse núcleo colonial de 1898 até 1901 eram notáveis. Os lotes coloniais estavam interligados com a sede da colônia por estradas principais e caminhos vicinais. As matas cediam espaços a plantações variadas e frutíferas, comprovando a fertilidade do solo. Objetivava assentar os camponeses alemães em pequenos lotes coloniais, voltados para a produção de subsistência com mão de obra familiar. Por essa razão, Meyer se deteve longamente em explanar sobre o sistema agrícola adotado nas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, uma região de mata subtropical, destacando a derrubada da mata, a queimada e o plantio, aconselhando o imigrante a recorrer à ajuda de um vizinho ou de um *caboclo* nesse trabalho. O uso do arado só se tornava possível bem mais tarde, até então, usava-se a enxada e a pá. O milho, o primeiro produto a ser plantado, ainda nas cinzas restantes da queimada, “é o produto mais importante para o colono, e lhe proporciona a farinha para o pão de cada dia e é o melhor meio para a capitalização do colono, associado à criação de porcos, que através da venda de sua preciosa banha, daqui a pouco, traz dinheiro para dentro de casa”. Paralelo, plantavam feijão, mandioca, amendoim, abóbora e outros produtos brasileiros, e os produtos europeus também medravam bem. Entrementes, o colono construía sua primeira cabana, que o protegeria das intempéries até a construção de uma casa e demais benfeitorias. “E não demora mais que dois anos, trabalhando com dedicação, então o colono fundou uma existência segura, e já pode pensar em pagar a parte do valor pendente da colônia” (MEYER, 1901, p. 13-15). Obviamente, o empreendedor não estava contando com uma safra frustrada ou qualquer outro obstáculo e estava preocupado em recuperar o seu capital investido.

A brochura *Ackerbaukolonien. Neu-Wuerttemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)* [Colônias Agrícolas Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul, sul do Brasil] foi editada pelo *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, em 1903, como uma versão definitiva e acabada de prospecto de propaganda, reeditada com algumas rápidas atualizações em 1904, e uma versão ampliada em 1906, previamente aprovada pelo *Auswärtiges Amt*, aumentando o número de páginas de 16 para 32, com uma primeira tiragem de 200 exemplares. O texto, com uma estrutura mais simplificada em relação à publicação anterior – *Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul* –, evidencia seu caráter de *propaganda*, ao apresentar com detalhes o seu produto e as possibilidades de exploração, sem se deter em considerações gerais sobre a política de colonização. Reafirmou que a *Colonizadora* tinha como princípio atender aos imigrantes alemães e aos compatriotas já residentes, propiciando uma existência melhor e, “para promover a firme união alemã, preservar seus modos e costumes” (MEYER, 1906a, p. 5).

Com o propósito de orientar o leitor, Meyer elaborou um mapa do Rio Grande do Sul, identificando a zona de colonização antiga e a nova zona colonial, localizando nesta as suas colônias Neu-Württemberg e Xingu, ambas em áreas florestais. A relevância do mapa pode ser notada pela sua posição no prospecto: em 1904, ocupava a última página; já em 1906, a primeira página. Ao entrar em conta-

to com o material, imediatamente o leitor tomava conhecimento do espaço geográfico do qual tratava. Esse mesmo mapa foi reproduzido também de forma isolada, e em publicações posteriores de outros autores.

Na edição de 1906, havia ainda uma planta da colônia Xingu e Neu-Württemberg, com a divisão dos lotes e as respectivas linhas coloniais, mais uma planta da sede urbana de Neu-Württemberg, o *Stadtplatz Elsenau*, com os seus quarteirões e ruas demarcados. Visualmente, as plantas indicavam para a ampliação e modernização da colônia Neu-Württemberg. Outras informações imprescindíveis integravam a publicação, como o regulamento de terras da colônia, o modelo de contrato do vapor da linha *Hamburgo-América*, variações do câmbio, preços de utensílios, ferramentas, produtos e animais; orientações gerais sobre aquilo que o imigrante deveria trazer em sua bagagem, como organizá-la, e o que poderia ser comprado na colônia, etc.

O prospecto tinha como função, naquele momento, defender a *Colonizadora Meyer* contra uma série de ataques que estava sofrendo, especialmente de parte da imprensa alemã e por imigrantes, colocando em dúvida a sua credibilidade e a legitimidade das terras que estava comercializando, visto que, em 1906, a grande maioria dos compradores receberia sua escritura definitiva. Havia especulações também quanto à situação financeira, então muito instável. Problemas de inadimplência e outras questões resultaram em processos judiciais, movidos pela *Colonizadora* e contra ela, além de uma campanha de difamação. Em sua defesa, Herrmann Meyer reafirmou seus preceitos e propósitos para com a colonização no Estado, bem como o perfil do imigrante desejado. Para ele, os problemas verificados em suas colônias eram os mesmos que aconteciam em outros lugares ou colônias, em qualquer tempo, e nenhum empresário estava livre deles. Pretendia, assim, restabelecer a versão da *Colonizadora* sobre os fatos. Garantiu a escrituração dos lotes adquiridos pelos colonos, visto que o título de propriedade das terras da empresa fora reconhecido pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o decreto de 14 de outubro de 1902. Percebe-se um deslocamento do eixo principal da colonização, até então centrado na pessoa de Meyer, para a *Colonizadora Meyer*, ou seja, de um projeto pessoal para um empreendimento empresarial.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma reformulação do projeto de colonização, com a dilatação dos prazos e maior flexibilidade, no sentido de se adequar às exigências do *Auswärtiges Amt* e do *Bundesrat*, que após anos de estudos e avaliações, haviam oficializado, em 28 de abril de 1906, a concessão para o envio de emigrantes para as colônias de Meyer – o pedido foi protocolado em junho de 1902. Dentre as alterações mais importantes, estava a ampliação do período para a permanência na *Casa do Imigrante* e o prazo para o pagamento do lote colonial, além de oferecer assistência religiosa regular aos católicos e protestantes, paga pela empresa.³

³ Cópia da concessão para a emigração. Berlin, 28/4/1906. von Tschirschky, Reichskanzler, Auswärtigen Amt a Herrmann Meyer, Leipzig. Cópia para Alfred Bornmüller. Caixa 47, MAHP.

De modo geral, a brochura *Ackerbaukolonien* visava a orientar o emigrante sobre as condições que iria encontrar, bem como aconselhá-lo. Descreveu os aspectos gerais das colônias, situação da colonização, agricultura, questões legais, calendário de plantio e colheita, tabela das precipitações meteorológicas. Acrescentou ainda que o imigrante não encontraria dificuldades de comunicação no Estado, tendo em vista a presença de elevado número de alemães/descendentes, valendo o mesmo para a sua colônia. Forneceu também informações específicas aos emigrantes, como custos e duração da viagem, a linha de vapor, dias e horário de partida, documentos necessários; recepção, hospedagem e ajuda nas cidades rio-grandenses, representantes da *Colonizadora* a serem procurados – em Rio Grande, Porto Alegre, Cruz Alta – até a chegada na colônia Neu-Württemberg, onde estava situado o escritório da empresa. Segundo Meyer, era possível prosperar na colônia.

Se ele [imigrante] **em primeira linha se dedicar à agricultura**, e ao lado puder exercer com êxito seu ofício no que mais faltar. Há condições para todas as coisas lá, como em todos os lugares, para aqueles colonos que com **perseverança, diligência e economia** vão ao trabalho e com seus próprios recursos, organizar a compra de ferramentas e os primeiros mantimentos para o início de sua colônia. Uma pequena soma [de dinheiro], que na Alemanha não oferece nenhuma ajuda essencial, é para os colonos rio-grandenses um capital, que com emprego sensato, pode trazer ricos frutos (MEYER, 1906a, p. 2, grifo no original).

Como já mencionado, Meyer pretendia para suas colônias um desenvolvimento rápido e independente, necessitando, para isso, de camponeses, mas também de artesãos e profissionais técnicos. No contexto de formação de uma colônia, era difícil sobreviver apenas de seu ofício, por isso conciliar a agricultura e um ofício era a forma mais aconselhável. O imigrante poderia contar com os *brasileiros* que moravam na beira das colônias como mão de obra alternativa, especialmente na derrubada da mata, “porque o novo imigrante entende pouco ainda desse trabalho e pode estragar muito” (MEYER, 1906a, p. 4). A *Colonizadora* era a responsável pelas obras de infra-estrutura, como a construção de estradas e pontes, com o auxílio dos colonos, que recebiam diárias. Para os recém-chegados, era uma oportunidade para obter um rendimento extra. Em 1906, o desenvolvimento da colônia já franqueava o acesso ao material de construção necessário para as edificações.

O prospecto de 1906 desenhou um panorama geral do andamento da colonização, após quase um decênio, evidenciando a concentração do projeto em apenas duas colônias, designadas como *modelos*: Xingu, então com 70 habitantes, e Neu-Württemberg, apresentada como o seu *cartão de visita*, com 650 habitantes, ocupando uma área maior que a outra, incluindo uma sede urbana. Cada lote colonial tinha, em média, 25 hectares, com preços variáveis e prazos de 6 a 7 anos para quitação. Nelas, já havia a presença de um significativo número de profissionais de ofício e oficinas, casas comerciais; atendimento escolar e religioso a cargo da empresa, com uma contribuição módica dos colonos.

O propósito de Meyer era dar a conhecer o seu projeto de colonização, na expectativa de vender o seu produto: um lote colonial, atendendo aos anseios dos emigrantes alemães e colonos de origem alemã de se tornarem/ou permanecerem proprietários, reproduzindo nesse novo núcleo colonial o campesinato, ou o modelo de produção agrícola do *colono*. Entretanto, o colonizador tinha a preocupação em não iludir os emigrantes, sublinhando em vários momentos que a vida na colônia era difícil e precária, especialmente na fase inicial. Apesar dessas alertas, em geral os emigrantes idealizavam em demasia a colônia, decepcionando-se com a realidade, provocando um intenso movimento de migração e retorno, além de mover uma campanha difamatória contra a *Colonizadora* – situação amplamente explorada pelos concorrentes.

Meyer enfatizou que se tratava de um projeto de colonização particular, desvinculado de subsídios governamentais. Isso significava que o emigrante deveria prover todas as despesas de viagem e instalação, incluindo a sua manutenção nos primeiros meses, até a primeira colheita – ou seja, as colônias se destinavam àqueles com certo capital, e não aos miseráveis. Por essa razão, incluiu um cálculo de projeção do custo de vida na colônia, para avaliação dos emigrantes sobre as vantagens da emigração.

Analisando o prospecto *Ackerbaukolonien* (MEYER, 1906a) no seu conjunto, nota-se o esforço de Meyer em desconstruir a imagem do Brasil, incluindo as suas colônias, como a *terra da promessa*, do enriquecimento fácil; muito pelo contrário, somente com trabalho árduo e privações, o imigrante conquistava uma estabilidade econômica favorável. Era indispensável adaptar-se ao novo modo de vida, economizar, investir na propriedade, cautela na hora da escolha da colônia onde se estabelecer, bem como **“ter sempre diante dos olhos, que só muito trabalho conduz ao seu objetivo”** (MEYER, 1906a, p. 18, grifo no original).

Simultaneamente, com o propósito de colocar em circulação um conjunto de vistas parciais da colônia e de seus colonos, Meyer organizou e editou pelo *Instituto Bibliográfico* um prospecto fotográfico, *Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)* – [Vista das colônias agrícolas Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul (sul do Brasil)]. A primeira edição veio a público em novembro de 1904, contendo 31 imagens distribuídas em 18 páginas; e a segunda edição, ampliada para 47 imagens, com 27 páginas, em 1906. O acabamento dos prospectos era simples e as fotografias eram em preto e branco. As imagens que compõem os dois prospectos fotográficos foram obtidas entre 1901 e 1906, por funcionários da *Colonizadora*, imigrantes e colonos contratados. A escolha dos ângulos das imagens e os temas a serem retratados eram ditados geralmente por Meyer – “espero em breve novas fotografias da colônia, vistas das casas dos colonos, belas fotos das roças, uma boa foto do *Stadt-platz*, grupos coloniais [sociedades], etc.”.⁴ Como prospecto fotográfico, dispensa-

⁴ Carta. Leipzig, 29/8/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller e Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta 1 - Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

va maiores explicações, limitando-se a incluir uma curta legenda para identificar o local de obtenção da imagem e o tema geral ali representado, ficando a interpretação e as conclusões a cargo de seu leitor.

Comparando os dois prospectos, apesar de 28 fotografias estarem repetidas, sua distribuição interna permite duas leituras distintas. A primeira ordenação fotográfica conduz a uma leitura linear progressiva da própria trajetória de uma família em uma colônia: a chegada no seu lote colonial na floresta e a construção do primeiro abrigo com toda a precariedade; a passagem para uma cabana [*Hütte*] provisória; indicando, na sequência, a infra-estrutura disponibilizada pela *Colonizadora Meyer*, incluindo a *Casa do Imigrante*, assistência religiosa e escolar, moinho e serra-ria; e a superação das dificuldades, com várias imagens de famílias de colonos nos seus lotes, defronte de suas sólidas casas, e a floresta cedendo lugar para amplas roças de milho e fumo. Já a segunda reordenação fotográfica, com a inclusão de mais 16 fotografias, ressaltava as mudanças ocorridas na colônia Neu-Württemberg, nesses dois anos, e o seu desenvolvimento material e cultural. Destacava, em primeira linha, a presença da *Colonizadora Meyer* e a infraestrutura material e imaterial disponibilizada pela mesma; em seguida, o conjunto de imagens retratando os colonos nas suas propriedades, com suas casas e demais benfeitorias, as nascentes oficinas artesanais e casas comerciais, contrastando com as imagens da fase de instalação de uma família de imigrantes na floresta, como *parte do passado*. O crescimento do *Stadtplatz Elsenau* também era evidente, bem como a formação das primeiras sociedades culturais, indício já de uma sociabilidade embrionária.

Portanto, Herrmann Meyer pretendeu implantar um modelo de colonização *modelo*, voltado ao grupo étnico alemão, oferecendo um espaço onde efetivamente pudessem manter sua cultura de origem e conquistar um desenvolvimento econômico seguro e autônomo, como pequenos proprietários de terras. Nesses prospectos expôs ao público a sua proposta de colonização e colônia, cujas leituras e interpretações foram diversas, bem como deu a ver através das imagens fotográficas o resultado concreto desse projeto.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1903.

_____. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1904a.

_____. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906a.

_____. **Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1904b.

_____. **Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906b.

_____. **Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1901.

_____. **Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899**. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Porto Alegre, 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Formação de um núcleo rural teuto-brasileiro no oeste catarinense: relações com o processo identitário

*Isabel Spies**

*Fernanda Zanatta***

Imigração alemã no oeste de Santa Catarina

Durante o século XIX, algumas regiões do Brasil foram definidas pelos governantes para a formação de núcleos populacionais de imigrantes de diversas etnias. Tratando-se da região sul, de acordo com Kreutz (2004, p. 78), os imigrantes chegavam ao Rio Grande do Sul em função de uma política governamental que pretendia fixá-los à terra para garantir esse território ao Império, tendo em vista a disputa secular com os espanhóis. Localizados em pequenas propriedades rurais, deveriam dedicar-se à produção de gêneros necessários ao consumo interno. Consequentemente, foi uma colonização, majoritariamente, de ocupação do espaço (objetivo estratégico) e de produção de alimentos (fim econômico). No entanto, outros interesses também estavam presentes na organização desse processo de imigração, na Região Sul.

Após o período de colonização de áreas no Rio Grande do Sul, primeiramente nas áreas próximas aos rios Sinos, Caí, Taquari, Pardo e Jacuí (KREUTZ, 2004, p. 94), havia a necessidade de buscar novas terras, neste caso, as localizadas nas serras ou ainda no estado vizinho – Santa Catarina. A imigração no estado catarinense foi primeiramente direcionada para as terras localizadas na região de litoral e planalto, posteriormente, as terras do oeste foram sendo ocupadas de forma semelhante às do sul, localizadas também próximas aos rios Uruguai, Peperi-Guaçu e Macaco Branco. A busca de novos espaços e novas terras para as famílias de imigrantes e descendentes de imigrantes deve-se ao fato do aumento destas populações em suas instalações iniciais, assim a busca por novos espaços passou a ser primordial para o desenvolvimento e sustento das mesmas. Além disso, os preços

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, RS.
E-mail: isabelspies@ig.com.br.

**Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Caxias do Sul, RS.
E-mail: fernandazanatt@gmail.com.

das terras eram considerados mais baixos do que os cobrados pelos gaúchos.

A imigração realizada por alemães para o oeste de Santa Catarina, de acordo com Eidt (1999, p. 58), ocorreu em terras consideradas devolutas até o início do século XX. As novas terras, anteriormente aos imigrantes de fala alemã, eram ocupadas predominantemente pela população luso-brasileira, denominada pejorativamente pelos descendentes de imigrantes por *caboclos*, e pelas populações nômades, muitos descendentes de índios, também denominados *bugres*. Com o passar dos anos, a população originária dessas terras do oeste do estado foi sendo afastada gradativamente em função da institucionalização da propriedade privada, e o uso da terra passou a ser regulamentada por aparato judicial.

As negociações de terras foram realizadas pelas associações ligadas aos agricultores, imigrantes e descendentes de imigrantes. Os imigrantes alemães demonstravam uma tradição de origem fortemente associativista, sob o entendimento que conseguiriam enfrentar e solucionar melhor seus problemas e dificuldades, organizando-se coletivamente. Uniram-se também para tratar das questões vinculadas à colonização. Cada uma das associações surgia com objetivos específicos, defendendo seus próprios ideais, voltados primordialmente para a vida social e comunitária dos grupos de imigrantes.

A associação responsável em grande parte da instalação de imigrantes no oeste catarinense foi o *Volksverein* (Sociedade União Popular – SUP)¹, que tinha como objetivo auxiliar os descendentes de imigrantes de fala alemã na promoção do bem-estar material e espiritual (SCHLICKMANN, 2002, p. 34). O *Volksverein*, estruturado por padres jesuítas, entre eles, Pe. Theodor Amstad², Pe. Max Von Lassberg³ e Pe. João Evangelista Rick⁴, deu suporte ideológico, financeiro e técnico para a efetivação de inúmeras colonizações organizadas nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (EIDT, 1999, p.17).

Sendo assim, os imigrantes recrutados pela SUP deveriam enquadrar-se nos requisitos que a Igreja Católica impunha para a salvaguarda dos benefícios espirituais e cuidados culturais, além da socialização das oportunidades de trabalho (EIDT, 1999, p. 9). Formar uma colônia de descendentes de imigrantes de fala alemã e confissão católica motivou a SUP a adquirir uma área que corresponderia

¹ Foi uma organização social filantrópica criada em 1912, planejada no III Congresso dos Católicos Alemães, realizado em Feliz, RS. *Volksverein* (VV) é o mesmo que Sociedade União Popular (SUP).

² Pe. Theodor Amstad (1851-1937), suíço, foi um dos responsáveis pelas conquistas coletivas mais expressivas dos alemães no Rio Grande do Sul. Porto Novo foi alcançado pelos benefícios das suas realizações, embora ali nunca tenha pisado (JUNGBLUT, 2005, p. 115).

³ Pe Max Von Lassberg SJ foi um dos defensores do projeto Porto Novo, foi um dos organizadores e guia espiritual da excursão. Celebrou a primeira santa missa em 10 de abril de 1926, nesta comunidade (JUNGBLUT, 2005, p. 115).

⁴ Pe João Evangelista Rick SJ, professor e pesquisador, defensor do projeto Porto Novo, visitava dirigentes, líderes e comunidades para falar do projeto Porto Novo. Auxiliou e substituiu o Pe. Amstad (JUNGBLUT, 2005, p. 118).

à comunidade Porto Novo, no oeste de Santa Catarina (SCHLICKMANN, 2002, p. 39). Fundada em 1926, Porto Novo foi povoado por colonos provenientes dos municípios gaúchos de Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Montenegro e Cerro Azul, constituída somente por descendentes de imigrantes alemães de confissão católica, consolidando a propriedade privada, com policultura e de cunho agrário. A região inicialmente chamada de Porto Novo, hoje, inclui os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis e parte de Mondai (EIDT, 1999, p.15).

Cada grupo de imigrantes possuía particularidades, histórias de vida diferenciadas, e, ao constituírem novos núcleos rurais, preservaram alguns valores considerados significativos. Para Eidt (1999, p. 21), a SUP garantiu também a coordenação na construção de igrejas, escolas, estradas, clubes sociais, áreas de lazer e outros. Toda esta estrutura de apoio serviu para que o projeto Porto Novo tivesse sucesso diante de uma organização específica, com profundo sentimento comunitário e religioso.

Aspectos organizacionais e estruturais na instalação do núcleo rural de Tunápolis

Tunápolis, localizada no oeste catarinense, teve sua colonização iniciada em meados de 1951, cujas primeiras famílias eram provenientes do Rio Grande do Sul e regiões próximas do município. Emancipado em 1989, Tunápolis pertenceu inicialmente ao município de Porto Novo, hoje Itapiranga.

Primeiramente Tunápolis era denominado Tunas, cujo nome surgiu em função de vasta vegetação de cactos (chamados de Tuna) existentes no local do primeiro acampamento dos imigrantes. O projeto de colonização desta região coube à SUP do Rio Grande do Sul, coordenado pelos Padres Jesuítas, com sede na paróquia de Porto Novo. A principal exigência da Sociedade Colonizadora para vender terras na região era que a pessoa interessada na compra de terras fosse de origem alemã e da religião católica. Na instalação, já existia a preocupação com o espaço comunitário, onde as famílias pudessem reunir-se e expressar a sua fé. No terreno escolhido, edificava-se uma capela que também era usada como escola.

O Distrito de Tunas foi formado com uma área de 134,17 km², sendo que o atual município de Tunápolis continua tendo a mesma área. Está situado no extremo oeste de Santa Catarina, faz divisa: ao norte, com o município de Santa Helena; ao sul, com o município-mãe Itapiranga; ao leste, com o município de Iporã do Oeste, ao oeste, com a República da Argentina; e ao sudeste com o município de São João do Oeste. O município de Tunápolis possui atualmente uma população de 4.779 habitantes (fonte de IBGE/ano 2009), caracterizando-se pela predominância da descendência alemã.

Em meados de 1951, foram desbravadas as primeiras terras, próprias para os minifúndios e as mais diversas lavouras. Nestas terras, a quantidade de árvores ainda era grande e obrigava os proprietários a desmatá-las para poder abrir suas lavouras.

Primeiramente, chegaram alguns moradores, na maioria homens, que trataram de construir suas casas, para posteriormente suas famílias também serem trazidas para seu novo lar. Nos primeiros tempos da colonização, eram feitas solenes recepções aos novos imigrantes. Após o estabelecimento das primeiras moradias, a comunidade é oficialmente fundada no momento da celebração de uma missa, no dia 20 de setembro de 1951, uma forma determinada como ato de fundação entre os católicos.

Metodologia: fontes e população

Este estudo tem como objetivo identificar os aspectos organizacionais e estruturais presentes na constituição, e a sua relação com o processo identitário como uma perspectiva de manutenção e desenvolvimento deste núcleo rural. Para alcançar o objetivo proposto, pretende-se utilizar alguns conceitos e categorias de análise, trabalhados em uma perspectiva de História Cultural. A escolha pela História Cultural deve-se ao fato de ela nos fornecer meios para examinar a atividade humana, em sentido amplo, inserida entre outros contextos, na história política, social e econômica indispensáveis para entender a organização e dinâmica dos povos.

Será utilizado como metodologia da pesquisa, o paradigma indiciário. Conforme Pesavento (2003, p. 63), por meio desta metodologia, o historiador é equiparado a um detetive, pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo. O diário de um pároco⁵, exposto no Museu Municipal de Tunápolis, será utilizado como fonte importante para a pesquisa, destacando-se alguns fatos decorrentes do período compreendido entre outubro de 1959 a novembro de 1961. São momentos por ele vividos em suas andanças e peregrinações no núcleo rural.

Além de fontes escritas, a história oral também será um recurso para favorecer a presente pesquisa. Renk (2009, p. 14) afirma que as fontes orais, a memória, o depoimento da experiência, dão voz aos sujeitos. São fontes de informações, memórias de um tempo vivido que não estão registradas, mas que são fontes de pesquisa histórica. As fontes orais não podem ser caracterizadas como passagens de vidas individuais ou coletivas, devem ser analisadas como projetos de vida.

Os relatos das pessoas que vivenciaram o período histórico de fundação do núcleo rural de Tunápolis serão colhidos por meio de entrevistas gravadas em áudio, destacando-se descendentes das primeiras famílias a residir no núcleo rural de Tunápolis, a partir de 1951, e ainda lideranças da comunidade. As discussões referentes ao estudo serão subdivididas em categorias de análise, posteriormente identificadas.

⁵ Enviado a Tunas em 1º de agosto de 1959 e transferido em 1962, subordinado à paróquia de Itapiranga. O pároco transitava a cavalo por toda a região de sua pastoral, e em certas ocasiões, com um jipe emprestado de um morador de Tunápolis, a fim de levar a palavra de Deus.

Categorias de análise – o processo identitário como perspectiva de manutenção e desenvolvimento de núcleos rurais

Ao tratar do desenvolvimento dos núcleos rurais de descendentes de imigrantes de fala alemã, desde o início da colonização, os grupos que passaram a conviver, não por proximidades, mas por necessidade, já sofreram algumas alterações em suas culturas iniciais, mesmo que tenham sido poucas e com lentidão. Entre os moradores de Porto Novo, aqui inclui-se Tunápolis, prevaleceu a cultura dos imigrantes de fala alemã, da família e da pequena propriedade, além da sustentação de uma mesma religião. Segundo Eidt (1999, p. 10), Porto Novo caracterizou-se na literatura como um dos Projetos de Colonização mais homogêneos étnica e culturalmente das colonizações organizadas no Sul do país. Em virtude disso, na colonização que se estabeleceu em Porto Novo e, posteriormente, nas comunidades que foram fundadas, os costumes e condutas persistiram por longos períodos.

Na constituição dos núcleos rurais, neste caso inclui-se Tunápolis, aos poucos formam um profundo sentimento de pertencimento àquele grupo étnico e também àquela localidade. Neste sentido, Kreutz (1999, p. 80) enfatiza que “o étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social. Além disso, o étnico é elemento de diferenciação social, manifesta-se nos símbolos, nas representações e nas valorizações de grupos. Constrói-se nas práticas sociais, num processo de relação, e está relacionado à organização social de um grupo”.

Alguns conceitos tornam-se centrais ao se tratar dessa temática. Discutidos em uma perspectiva de História Cultural, os conceitos serão analisados de acordo com processos que são constantemente formados e transformados, influenciados pelo contexto no qual estão inseridos. Trata-se especialmente da questão das diferenças culturais, do pertencimento étnico, dos processos identitários, e do conceito de representação. Para o embasamento teórico desses conceitos, tem-se o auxílio de Chartier (2002 e outros), Pesavento (1995; 2003), Burke (2008), Hall (1997), Kreutz (1999; 2000a; 2000b; 2004), entre outros.

A riqueza cultural de uma nação forma-se a partir dos diferentes grupos étnicos e na maneira como vão estabelecendo seus relacionamentos, seja na dimensão material, espiritual ou simbólica. Assim, a cultura pode ser entendida como um cultivo de capacidades humanas e como resultado do exercício destas capacidades. Sabe-se da importância da diversidade cultural existente no nosso país e de como foi produzindo, ao longo do tempo, manifestações de especificidades culturais. Esse processo sempre ocorre em contexto de relações de poder, provocando tensões, estranhamentos, mas também capacidade de diálogo.

Cada povo possui suas formas de organização, estruturação e particularidades que devem ser apreciadas e respeitadas, sendo que a diferenciação cultural, neste sentido, pode ser analisada sob aspectos de etnia e pertencimento étnico. A

etnia pode ser caracterizada por especificidades culturais, como língua, tradições, sentimentos de lugar, e que são compartilhadas pelos indivíduos de uma determinada localidade. Dentre as diversas etnias que influenciam a constituição das comunidades e nos novos modos de viver, a organização, a estruturação e as inter-relações, muitas criavam um profundo sentimento de pertencimento àquele grupo.

No âmbito desta pesquisa, uma das análises articula a construção de processos identitários entre os habitantes de Tunápolis, que foi presença intensa, além da manutenção e do desenvolvimento da comunidade, também na constituição e no desenvolvimento do processo escolar. O processo identitário de cada grupo, construído de forma histórica, e em constante movimento, pode ser entendido como ideia de continuidade dos grupos da sociedade, que trazem costumes, valores, ideais e a questão de pertencimento bastante intenso, e, por meio das gerações, refletem no prosseguimento deste grupo.

O conceito “*processos identitários*” será investigado, entre outros autores, a partir das considerações de Stuart Hall (1997). Para o autor, as identidades representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares, e representam o que algumas vezes é chamado de vínculo ou pertencimento. Estes conceitos formam-se não de maneira individual, isolada, mas na relação com o outro. As características de coletividade desenvolvida muitas vezes por consequência de necessidades podem criar para os sujeitos nelas inseridos, um sentimento de “*pertencimento étnico*”, conceito este que também será uma das categorias de análise nesta pesquisa. Este pertencimento étnico constrói-se nas práticas sociais, na forma como os indivíduos estabelecem as relações. O aspecto relacional, compartilhado por meio do tempo projeta o futuro dos grupos, pois os indivíduos sentem-se pertencentes ao grupo.

O processo identitário de um povo pode ser representado por meio de vestígios e resquícios de sua organização. A manifestação deste processo se dará com o auxílio das representações, que são historicamente constituídas e podem criar certas cisões entre povos. Segundo Chartier (2002, p. 17), as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Construídas pelos homens, através das quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo, o conceito de “*representação*” também será uma categoria de análise deste estudo. No desenvolvimento deste conceito, as ideias de Pesavento (2003, p. 39) são destacáveis, pois para a autora, as representações, expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas”. As representações são as transcrições do vivido de modo subjetivo, são as maneiras como os indivíduos, que viveram em determinados momentos históricos, descrevem ou apresentam esse processo. Ou seja, neste caso, a representação é o encadeamento do discurso.

Pensar a relação entre os povos, as especificidades de cada grupo e suas concepções significa considerá-las sempre numa dinâmica de constante transformação. Para o povo de Tunápolis, assim como para os demais povos, as transformações são inevitáveis através da interação social, econômica e cultural presentes nas relações cotidianas. Os processos identitários, as representações dos grupos promovem trocas com o passar dos anos, e estes encontros de ideias e experiências sofrem mudanças que são inevitáveis dentro do contexto histórico, sejam positivos ou negativos para os grupos.

O estudo tem como finalidade construir por meio de alguns conceitos uma narrativa plausível. As fontes serão imprescindíveis para que esta narrativa desenvolva-se e construa a história de um povo dentro da perspectiva proposta. Pensar esta história que é uma experiência humana, seja de luta, de significação, de relações ao longo do tempo, leva-nos a um entendimento das mudanças e das transformações de uma sociedade.

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula. 2.ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. DIFEL, Difusão Educacional, 2002.
- EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Ijuí. Ed: Unijuí, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 1997.
- JUNBLUT, Roque. *Porto Novo: um documento histórico. Itapiranga (SC)*. Edições SEI – FAI, 2005.
- KREUTZ, Lúcio. *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio*. Revista Brasileira de Educação. Nov/Dez. n.15. 2000a.
- KREUTZ, Lúcio. *A educação de imigrantes no Brasil*. In: Lopes Eliane M. T. Faria Filho, L. M. Veiga, C. G. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.
- KREUTZ, Lúcio. Identidade Étnica e Processo Escolar. *Cadernos de Pesquisa*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, RS. n. 107, julho 1999, p. 79-96.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*, 2ed., Pelotas: Seiva, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (Séculos XIX e XX). *Anos 90*. Porto Alegre. n. 4. dez 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RENK, Valquíria Elita. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2009.
- SCHLICKMANN, Vítor. *Identidades, Culturas e Memórias de Ex-Professores – (Porto Novo – Itapiranga – SC)*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, RS. Dissertação de Mestrado, Santa Maria, 2002.

4. GÊNERO (MULHER IMIGRANTE, RELAÇÕES DE PARENTESCO...)

As diferentes temporalidades de Jacobina Maurer: de líder religiosa a guia do turismo histórico cultural

*Daniel Luciano Gevehr**

Entendendo que *a História e o Turismo Cultural, em seus limites interpretativos, monumentalizam eventos e musealizam existências* (MENESES, 2004, p. 21), iniciamos nossa discussão sobre o processo histórico que envolveu a construção dos *Caminhos de Jacobina*. Na perspectiva de que uma coletividade, interpreta e cria lugares que guardam uma memória, é que entendemos que os colonos alemães envolvidos no Conflito dos Mucker, ocorrido no final do século XIX, na Colônia Alemã de São Leopoldo, atual município de Sapiranga (RS), e sua líder religiosa Jacobina Mentz Maurer foram alvo de um amplo processo de ressignificação, em decorrência do projeto de desenvolvimento do turismo local, desencadeado no final do século XX e no início do século XXI.

Os *lugares de memória* (NORA, 1993) construídos pela comunidade para lembrar dos Mucker revelam a necessidade de exaltação dos personagens tidos como heróis, sua valorização através da materialização em monumentos e museus, da nomeação de lugares e, até mesmo, da criação de roteiros turísticos.

Se, até meados do século XX, a líder dos Mucker era identificada como uma mística fanática, de conduta moral condenável, a partir do final do século XX, Jacobina passou a ser associada ao cotidiano de dificuldades e de desigualdade social vivido pelos imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo. Suas qualidades morais e virtudes foram enfatizadas à medida que os Mucker eram reavaliados e não mais apontados como os únicos culpados pelo conflito. Isso tornou possível perceber os Mucker e o conflito como resultantes de uma série de fatores que envol-

*Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e professor das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e do Instituto Superior de Educação Ivoti – ISEI.

veram a realidade da colônia alemã ao final do século XIX. A partir disso, os Mucker e sua líder passaram a ser apresentados nem como vítimas, nem como culpados, mas como um grupo que procurou lutar pela sobrevivência.

O contexto de criação dos caminhos de Jacobina

O filme *A Paixão de Jacobina*, produzido sobre os Mucker em 2002, desempenhou, nesse sentido, papel preponderante na construção de uma nova imagem dos personagens envolvidos nessa história. Se, na década de 1990, a obra *Videiras de Cristal* de Assis Brasil já havia provocado uma interpretação mais positiva sobre os Mucker, o filme *A Paixão de Jacobina* transformou os Mucker em heróis, por terem lutado para defenderem seus ideais. Essa avaliação mais generosa não somente tornou os Mucker mais conhecidos como fez com que Sapiranga fosse conhecida regional e nacionalmente.

Assis Brasil deixa claro que procurou fazer uma *história romanceada*, mas que não descuidou de fazer uma criteriosa revisão bibliográfica e das fontes documentais. O autor realiza ainda uma crítica em relação à obra de Ambrósio Schupp (1874), por ele qualificada como *clássica e parcial*, e de destacar positivamente as obras de Moacyr Domingues (1977) e Janaína Amado (1978), que serviram de base para a construção do enredo de sua obra.

Nesse sentido, tanto *Videiras de Cristal* quanto *A Paixão de Jacobina* valeram-se dessas primeiras descrições feitas do Ferrabraz, que ressaltaram seu ambiente natural, associado ao mistério e marcado por belezas, que acabaram, inevitavelmente, despertando a curiosidade dos leitores e espectadores. Sem dúvida, esse aspecto foi bem mais explorado no filme, que trouxe cenas da área colonial do Ferrabraz, em que apareceram a mata nativa e as cachoeiras da região. O filme contou com a participação de atores globais, que acabaram atraindo curiosos durante as filmagens e, posteriormente, interessados em conhecer os lugares nos quais os artistas da Rede Globo de TV haviam gravado as cenas do filme. As belezas naturais do lugar associadas ao *glamour* dos artistas globais acabaram atraindo muitas pessoas ao morro Ferrabraz e arredores. Assim, tanto a literatura quanto o cinema contribuíram de forma decisiva para a difusão da imagem do morro Ferrabraz como um lugar de muitas belezas ainda não exploradas.

Como já afirmamos, a literatura e o cinema tornaram-se responsáveis pela difusão de representações sobre o Ferrabraz e também sobre os Mucker. Deve-se, no entanto, ressaltar que se Assis Brasil procurou que o leitor fizesse uma “releitura” do conflito, o mesmo já não se pode afirmar sobre o filme de 2002. Se ambos descreveram o morro como um lugar belo e misterioso, o filme manteve e consagrou uma imagem fanatizada dos Mucker, como se constata nas cenas dos cultos e das pregações e, sobretudo, nas cenas em que Jacobina se despe e se entrega a Cristo e em que se deita, em meio à chuva, sobre o caixão de um dos seus adeptos.

Deve-se, contudo, reconhecer que, apesar de reforçar representações negativas dos Mucker e de apresentar o Coronel Genuíno Sampaio como herói, o filme tem Jacobina como a personagem principal, além de contribuir para a divulgação do conflito e da região dos Mucker que passaram a ser (re)conhecidos regional e nacionalmente. Conhecidos em função da obra e do filme, os Mucker passaram a assumir uma nova representação, uma vez que poderiam servir aos interesses do município de projetar-se no roteiro turístico nacional, através da criação dos *Caminhos de Jacobina*, o que efetivamente ocorreu em 2001¹. Esse projeto, que procurou desenvolver o turismo histórico-cultural, resultou da parceria entre o Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Sapiranga e o SEBRAE/RS e contempla diferentes *lugares de memória* sobre os Mucker.

No *site* de divulgação dos *Caminhos de Jacobina*, encontramos, além da apresentação dos objetivos que levaram à criação desse roteiro de interesse histórico e cultural, os pontos turísticos a serem visitados na cidade:

- Cemitério Amaral Ribeiro - Mantém os túmulos de quatro moradores de Sapiranga, mortos no conflito com os Mucker, na década de 1870. A arte funerária e as inscrições nas lápides do século XIX mostram traços culturais e religiosos da comunidade.
- Estátua do Cel. Genuíno Sampaio - (local do futuro memorial Mucker) - Estátua erguida por colonos próxima à residência de Jacobina. Em 1874, nesse local, travaram-se duas batalhas entre os soldados do Coronel Genuíno Sampaio e o grupo de Jacobina.
- Cruz de Jacobina - Neste local, Jacobina e alguns do seu grupo se abrigaram para fugir do confronto com seus perseguidores. A cruz foi colocada no início do século XX, depois da visita de um dos remanescentes do confronto. Acredita-se que neste local Jacobina tenha sido assassinada.
- Locação “A Paixão de Jacobina” - A propriedade serviu como locação para o filme “A Paixão de Jacobina”. Possui uma casa em estilo enxaimel, com mais de cem anos e reproduções dos personagens do filme, uma cozinha em estilo enxaimel, um galpão onde foi filmada a cena final e a trilha das Três Quedas com acesso a cascatas onde se pode tomar banho. (Disponível em www.sapiranga.rs.gov.br no *link Caminhos de Jacobina*)

Além da apresentação dos quatro pontos turísticos que constituem os *Caminhos de Jacobina*, é oferecida uma breve explicação sobre os locais a serem percorridos. Constata-se, no entanto, que a página editada pela prefeitura municipal não oferece maiores informações sobre a história do conflito, restringindo-se a um breve resumo:

O Episódio dos Mucker tratou-se de um conflito entre os colonos alemães, que ocorreu no século XIX, no Morro Ferrabraz.

¹ O projeto nasceu da ideia do Diretor do Depto. De Turismo, Luiz Roberto Prezzi, durante a administração do prefeito Renato Delmar Molling, e tornou-se realidade a partir de 1999, quando se deu a parceria entre a Prefeitura Municipal de Sapiranga e o SEBRAE/RS. Em 2001, ocorreu a confecção e a colocação das placas projetadas para identificarem os pontos turísticos da cidade. Vale ressaltar que a execução do projeto se deu concomitantemente às filmagens de *A Paixão de Jacobina*.

Jacobina e João Jorge Maurer se conheceram em Hamburgo Velho, na metade do século XIX. Casaram-se e mudaram-se para Leoner-Hof (como era denominada Sapiranga). Jacobina sofria de ataques epiléticos, desde criança, o que fazia com que ela fosse vista como vítima de um transtorno do sistema nervoso, agravados por leituras de natureza religiosa.

Além disso, Jacobina auxiliava o marido no curandeirismo. Naquela época, os médicos eram escassos. Então, as pessoas apelavam para os curandeiros. Aos poucos, Jacobina misturava a religião com o atendimento aos doentes, através de leituras de passagens bíblicas para os pacientes. Logo, ela tornava-se famosa por suas meditações milagrosas.

Os adversários de Jacobina, preocupados com os acontecimentos no Ferraz, realizaram um abaixo-assinado, levando a imprensa da época a tomar partido contra Jacobina.

Iniciou-se então a guerra. Formaram pequenos grupos e saíram para incendiar casas comerciais, gerando mortes de crianças e adultos. O combate final ocorreu em dois de agosto de 1874. (Disponível em www.sapiranga.rs.gov.br no link *Caminhos de Jacobina*)

Outro meio de divulgação dos *Caminhos de Jacobina* é um material elaborado pelas prefeituras dos municípios do Vale dos Sinos em parceria com o SEBRAE. A ideia surgiu no início desta década, quando os municípios da região descobriram seu potencial turístico. Daí nasceu a necessidade de se organizar um material que divulgasse os atrativos dos municípios da região de imigração alemã. O folder produzido foi intitulado *Caminhos do Vale: Rota turística* e está organizado de forma que cada um dos seis municípios envolvidos no projeto mostre sua história e os principais pontos turísticos. Na parte intitulada *Conheça Sapiranga*, encontramos, na introdução, o subtítulo *Caminhos de Jacobina*, em que é apresentada uma breve síntese:

Sapiranga é um espaço atraente, procurado por muitas pessoas que desejam manter o contato com a natureza próxima dos centros urbanos e visitar o **roteiro Caminhos de Jacobina. Este roteiro pode ajudar você a conhecer mais sobre o episódio dos Mucker.** (grifos nossos)

Logo abaixo do texto da apresentação, são identificados os pontos turísticos dos *Caminhos de Jacobina*, da mesma forma como os encontramos no *site* citado anteriormente. Faz parte do folder a apresentação de um roteiro turístico que prevê a visita a vários lugares da cidade.

Outro aspecto que nos chama a atenção quando analisamos os *Caminhos de Jacobina* é o logotipo criado para identificar o roteiro turístico. Conforme vemos na ilustração abaixo, este tem como imagem o busto de Jacobina vista de perfil, ao qual é justaposto o título *Caminhos de Jacobina*. Chama-nos a atenção a evidência dada à líder dos Mucker. Sua imagem estilizada é empregada simbolicamente para fomentar o turismo da região, e seu nome é transformado em ícone para atrair a atenção dos visitantes, que percorrem os lugares identificados com as placas de identificação espalhadas pela cidade.

A representação da mulher guerreira e sagaz é trazida como justificativa para esse enaltecimento. Curiosamente, enquanto Jacobina é enalticida pelos moradores de Sapiroanga, Genuíno é gradativamente condenado a uma participação coadjuvante. Se, até o final do século XX (especialmente até 1990, com a publicação da obra literária de Assis Brasil), Genuíno ocupava o lugar de destaque, na atualidade, esse lugar é ocupado por Jacobina, cujas qualidades morais são enfatizadas.

Cabe observar, no entanto, que, mesmo após essa valorização de Jacobina que deu origem ao roteiro turístico, ela continuou sendo apresentada como alguém que liderou um *grupo de fanáticos religiosos* e que teria se autodenominado *reencarnação de Cristo*, conforme podemos verificar no texto impresso na última página do folder *Conheça Sapiroanga*².

As placas indicativas colocadas pela prefeitura servem de guia para os visitantes, que, dessa forma, podem percorrer os pontos turísticos. Além de indicar os *lugares de memória* sobre os Mucker, as placas apontam a direção de outros pontos turísticos da cidade, como praças, museu, campings, parques, cemitérios e as diferentes localidades do morro Ferrabraz.

Como já observado, Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio são tomados como os dois personagens centrais do conflito, representando os dois lados do conflito. Enquanto o texto da placa encontrada ao lado da cruz de Jacobina procura desqualificá-la³, o texto da placa posta no monumento construído em 1932, em homenagem ao coronel Genuíno Sampaio – e que se encontra no local onde ficava a casa de Jacobina - apresenta uma versão bastante distinta, que exalta suas qualidades. O monumento apresenta um soldado vestindo o uniforme do Exército Imperial e, ao seu lado, encontramos duas placas indicativas que procuram contextualizar o lugar. A primeira traz a localização do monumento, que se situa ao pé do morro Ferrabraz, no local em que se encontrava a casa do casal Maurer. Já a segunda placa consta de uma breve biografia, que acaba enaltecendo o coronel que lutou contra os Mucker.

Além desses *lugares de memória* sobre os Mucker, temos ainda a *Colônia de Jacobina*, um dos pontos turísticos mais explorados do roteiro. O lugar, que serviu

² Vale ressaltar que a síntese histórica elaborada pela equipe do SEBRAE não contou com a participação de nenhum historiador que tivesse estudado de forma mais aprofundada o tema. Isso fica evidente na imprecisão das informações veiculadas. A mesma situação verifica-se nas placas indicativas que se encontram nos lugares de memória que constituem os *Caminhos de Jacobina*.

³ Como exemplo disso, temos a descrição de Jacobina como líder de um *grupo de fanáticos religiosos* e como *reencarnação de Cristo* na placa situada ao lado da *Cruz de Jacobina*. Já os Mucker são apresentados nessa mesma indicação como *uma pequena comunidade de fanáticos religiosos que se formou ao pé do morro Ferrabrás*, reafirmando uma visão que os desqualifica e fanatiza, parecendo justificar a repressão e a perseguição que sofreram. Para tanto, o ambiente de mistério que envolvia o morro Ferrabraz é recriado através de expressões como *gritos terríveis, triste episódio, profundo espírito religioso e fanáticos religiosos*, reforçando, ainda, a associação entre mistério e fanatismo e o ambiente físico caracterizado pela mata fechada.

de cenário para as filmagens do filme *Paixão de Jacobina*, está situado no alto do morro Ferrabraz, na localidade de Picada Schneider, zona rural de Sapiiranga. Nele, é possível visitar cenários e objetos que serviram para as gravações do filme, que trouxe Letícia Spiller interpretando o papel de Jacobina.

Entre os *lugares de memória* sobre os Mucker, encontramos também a *Pedra Branca de Jacobina*, localizada no morro Ferrabraz, e que teria servido de esconderijo para os Mucker. Outros lugares, como a Instituto Estadual Coronel Genuíno Sampaio, no centro da cidade, e o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Pedro Serano podem ser considerados *lugares de memória* associados ao conflito e que também podem ser visitados pelos turistas interessados em conhecer um pouco mais sobre o conflito Mucker. Todavia, não podemos esquecer aqueles outros lugares, como a nomeação de ruas, avenidas e outros tantos lugares, que penduram as memórias da comunidade em relação ao passado Mucker e que são, ainda no presente, alvo de reinterpretações.

Percorrendo os caminhos de Jacobina

Ao identificarmos os diferentes *lugares de memória* sobre os Mucker em Sapiiranga, chegamos a algumas constatações importantes e que apontam para as razões de sua criação em diferentes momentos da história do município. Como pudemos constatar, Jacobina Maurer e Genuíno Sampaio foram os personagens eleitos pela comunidade para representarem, respectivamente, os Mucker e seus combatentes.

Esses personagens, no entanto, foram alvo de diferentes interpretações, condicionadas aos interesses de diferentes grupos em diferentes épocas. Se, num primeiro momento, Jacobina é apresentada como a líder dos Mucker e associada a condutas condenáveis, Genuíno é tido como o herói, ao ter dado sua vida ao combatê-los. Já num segundo momento, especialmente a partir da década de 1990, Jacobina passa a ser apresentada como uma heroína, com características morais que a enalteciam, ao mesmo tempo em que Genuíno tem sua atuação reavaliada, sendo colocado como personagem coadjuvante.

Alguns dos *lugares de memória* como o Cemitério do Amaral Ribeiro, a Cruz da Jacobina e a Estátua do Coronel Genuíno Sampaio representaram a intenção da comunidade em materializar a sua versão sobre o conflito Mucker. A crítica e a condenação ao movimento ficam evidenciadas nesses lugares, que deveriam ter a função de lembrar a comunidade para que esta não se esquecesse do passado sombrio e dos efeitos produzidos pelo conflito. Através destes *lugares de memória*, a comunidade sapiiranguense manteve viva na memória as lembranças da época dos Mucker.

Constata-se que, entre 1950 e 1990, os Mucker foram apresentados de forma pejorativa e como exemplo a não ser seguido, enquanto seus combatentes e oposi-

tores, representados por Genuíno Sampaio, eram apresentados como os defensores da comunidade. Isso pode ser observado nos símbolos municipais, na nomeação de ruas, praças e instituições como a Sociedade de Canto, a Escola Estadual e o Centro de Tradições Gaúchas – CTG. As últimas décadas do século XX e o início do século XXI trouxeram um novo olhar sobre estes cenários, personagens e lugares de memória. Marcos significativos dessas novas abordagens são, sem dúvida, o apelo comercial e turístico de que foram alvo esses *lugares de memória* e a produção literária e cinematográfica que muito contribuíram para que Jacobina fosse alçada à condição de protagonista e líder social e, especialmente, desempenhasse a função de guia turística pelos *Caminhos de Jacobina*.

No processo que envolveu a construção da identidade sapiranguense, a comunidade tomou os Mucker como uma espécie de “mito fundador”, uma vez que estes foram lembrados na história do município como uma *mancha do passado*, mas que não deveria ser apagada, já que seus erros serviriam de exemplo a não ser seguido. Esses elementos tornaram-se bastante evidentes quando da eleição dos símbolos e da nomeação de determinados lugares públicos da cidade de Sapiranga.

Inserida num outro contexto, o do início do século XXI, a representação positiva da líder dos Mucker desempenhará um papel de máxima importância na reavaliação – pela comunidade – das representações sobre os Mucker. Jacobina será percebida como fundamental para a própria história da comunidade, sendo retirada da marginalidade simbólica à qual outros tempos a condenaram, passando à condição de símbolo de um passado habilmente resgatado pelo turismo histórico-cultural. Se, no passado, a líder dos Mucker era associada pela comunidade a uma mancha que *borrava* a imagem do município, a partir de então, ela será compreendida como a mulher que motiva o *orgulho* dos sapiranguenses.

O cenário do conflito, o *Morro Ferrabraz*, e os personagens *Jacobina e Genuíno* constituem-se, na atualidade, em símbolos representativos da Cidade das Rosas. O *Ferrabraz* foi alvo de ressignificação, transformando-se em *lugar de memória* e em lugar da prática do voo-livre. É nesse mesmo *lugar* que a *Jacobina* – antes fanática religiosa – se transformará em *guia do turismo local*. E é neste contexto de intensa dinâmica das representações que *Genuíno*, tido como herói no passado por ter apaziguando a colônia em tempos de guerra, terá sua imagem confrontada com a de Jacobina, transformando-se em um personagem *secundário*. Diante disso, é possível afirmar que, no início do século XXI, Jacobina saiu vitoriosa na luta pelas representações, sendo celebrada pelos e nos *Caminhos de Jacobina*.

Percorrendo os *lugares de memória* construídos sobre os Mucker em Sapiranga, podemos observar como a história do conflito sofreu, efetivamente, um significativo processo de ressignificação.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos “Mucker”*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Videiras de cristal: o romance dos Muckers*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.
- DOMINGUES, Moacyr. *A Nova face dos Mucker*. São Leopoldo: Rotermund, 1977.
- GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, UNISINOS. São Leopoldo, 2007.
- DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu tempo*. 1996. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1996.
- MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

Estratégias matrimoniais entre ex-prisioneiros: o caso da família Klinger (século XIX)

*Caroline von Mühlen**

A Colônia Alemã de São Leopoldo, fundada em 1824, recebeu inúmeros imigrantes alemães, provenientes de distintos ducados, estados e principados do Império Alemão. Sendo assim, ocupamo-nos, especialmente, com o estudo da emigração de prisioneiros das casas de correção, trabalho e penitenciárias do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, uma vez que a presença de mecklenburgueses nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul/Brasil gerou controvérsias na historiografia e entre os descendentes de alemães.

Com auxílio de inventários, testamentos, processos-crimes, registros paroquiais de lei de terras, registros da Paróquia Eclesiástica de São Leopoldo, intentamos analisar a trajetória da família Klinger e apontar as estratégias utilizadas por alguns ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin para conseguir se inserir na comunidade receptora do século XIX, quando a historiografia clássica diz que os ex-prisioneiros não conseguiram se inserir, desaparecendo sem deixar vestígios e descendentes. Contudo, partimos do pressuposto de que os sujeitos fazem escolhas o tempo todo e “tomam decisões em contextos em que estão sempre socialmente posicionados”, principalmente através da interação e das relações sociais (FARINATTI, 2007, p. 34). Diante disso, pareceu-nos relevante analisar a trajetória matrimonial de uma família de origem germânica, a fim de explicitar a importância do casamento como forma de socialização informal, ampliação dos laços de amizade, vizinhança e parentesco, adaptação ao meio e, principalmente, de inserção social de um grupo de imigrantes estigmatizados.

Johannes Klinger, 36 anos de idade, natural de Wittenberg e sua esposa Maria Christina Harloff – com 27 anos de idade –, deixaram a Casa de Trabalho Rural de Güstrow, em junho de 1824. Antes do embarque, o casal declarou “livremente a sua intenção de emigrar ao Brasil na condição de colonos”¹ e, de fato, integraram a

*Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e professora da Rede Municipal de Feliz/RS. E-mail para contato: carolinevm7@hotmail.com.

¹ Comprovação retificada daqueles trabalhadores da Casa de Trabalho Rural, os quais declararam livremente sua intenção de emigrar ao Brasil na condição de colonos e que foram enviados para lá. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl 34. Tradução de Martin Norberto Dreher.

“turma” de 133 pessoas embarcadas no navio Georg Friedrich. Além do casal, emigraram um filho homem e uma filha mulher, ambos nascidos no Estado Alemão: Carl Heinrich Harloff – na ocasião da saída, com 5 anos de idade – e Louise Bauer, natural da Casa de Correção Rural, com cinco semanas de vida².

Conforme as informações da lista de saída, Klinger³ declarou exercer o ofício de sapateiro. Com o avanço da industrialização, provavelmente, o trabalho de “fazer e consertar sapatos”, exercido por esse profissional, deixou de ser importante. Essa transformação deve ter sido decisiva para a migração, pois o casal Johannes Klinger e Maria Christina Harloff não residia mais no local de nascimento e foi encaminhado para a Casa de Correção por serem *Heimatlose* – sem pátria.

Ao que tudo indica, Johann Klinger, sua esposa Maria e os filhos Carlos Henrique Eduardo e Luiza Augusta não se estabeleceram inicialmente na Colônia Alemã de São Leopoldo, uma vez que a família consta na relação dos emigrantes chegados nas Sumacas Delfina e Ligeira, encaminhados em 26 de novembro de 1824 para a Colônia Alemã de São João das Missões, a ser fundada em 06 de janeiro de 1825. Diversos autores sustentaram a ideia de que os mecklenburgueses foram afastados da Colônia Alemã de São Leopoldo devido a sua conduta imoral⁴. Fato este, constantemente, apontado como o causador do fracasso do projeto de colonização em São João das Missões⁵.

² Cabe destacar que ambos os filhos não aparecem com o sobrenome paterno, o que nos leva a pensar que foram gerados de forma ilegítima. A mulher não podia emigrar solteira – com filhos ou sem – e nem receber terras no Brasil. Dessa forma, as mulheres emigrantes contraíram enlace matrimonial antes do embarque. Como não dispomos dos registros matrimoniais celebrados nas Casas de Correção, não podemos precisar se este foi o caso da família Klinger.

³ Cruzando informações da documentação alemã e da documentação existente no Arquivo Histórico, constatamos um erro de grafia em relação ao sobrenome de Johann. Enquanto que na lista de saída dos apenados de Mecklenburg-Schwerin, o sobrenome de Johann foi registrado como Nalinge, na lista de chegada dos emigrantes no Rio Grande do Sul, por sua vez, consta como Johann Klinger. Segundo Hunsche, a família Klinger “cruzou o Atlântico na ‘Galera Hamburguesa Georg Friedrich’ (1ª viagem), onde chegou na segunda parte de novembro de 1824. Não foi levada a São Leopoldo, como ordenado originalmente (Aviso, 23/10/1824), mas seguiu em 26/11/1824, sob comando do Capitão Alexandre José Bernardes, para a nova colônia alemã a ser fundada em São João das Missões, onde chegou só a 6/1/1825. Aurélio Porto descreve, p. 85-89, a ‘terrível odisseia’. Desconhecemos mais pormenores sobre esta família, composta de João Frederico Klinger, sua mulher Maria ..., e de um filho, Carlos Henrique Eduardo, e uma filha, Luisa Cristina Augusta (HUNSCHKE, 1977, p. 487). Possivelmente ocorre um problema de grafia. Marcos Witt enfrentou problema semelhante no seu estudo acerca da família Diefenthäler, quando as diferentes fontes pesquisadas pelo autor apresentavam grafias diferentes.

⁴ Autores como Aurélio Porto e Hunsche chegaram a destacar que os homens embriagavam-se constantemente e as mulheres se prostituíam em troca de alimento e, dessa forma, “começaram a sumir-se” (ROCHE, 1969, p. 98).

⁵ Desde o século XVIII, tornou-se premente a preocupação do Brasil colonial em colonizar o território dos Sete Povos das Missões, primeiramente com casais de açorianos (não chegou a se concretizar) e, somente no século XIX, com colonos alemães. No que se refere aos açorianos, o Conselho Ultramarino, através da figura de El Rei pretendia estabelecê-los nas Missões, porém tal tentativa fracassou porque não seria aconselhável instalar açorianos nas terras do sul em decorrência do estado de guerra entre portugueses e espanhóis. Tratou-se então, de recrutar pessoas de outras nações (franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses). Optou-se pelos colonos alemães por dois motivos:

Em novembro de 1824, teve início a política de expansão para o oeste, quando aportaram no Rio Grande do Sul as Sumacas Delfina e Ligeira, vindas do Rio de Janeiro com mais uma “turma” de imigrantes alemães. Destas Sumacas, formam “escolhidas” famílias e avulsos e recambiados para as Missões⁶. Não encontramos nenhum documento ou ofício acerca dos critérios de seleção dessas pessoas, mas o fato de alguns serem provenientes das Casas de Correção e Casas de Trabalho de Mecklenburg, não foi o fator decisivo. Cruzando as listas de saída dos presidiários, a lista de entrada no Rio Grande do Sul e a lista de imigrantes recambiados para São João das Missões, constatamos que a “conduta moral de origem” não pode ser considerada unicamente como o fator responsável.

Johann Klinger, todavia, retornou a São Leopoldo com a sua família, pois, no dia 07 de maio de 1827, nascia a terceira filha do casal: Cândida Klinger (ROSA, 2005, p. 80). Não encontramos o inventário *post-mortem* do casal Klinger, por isso, fica difícil confirmar a atividade econômica praticada por Johann, mas, ao que tudo indica, desenvolveu no Brasil o ofício de sapateiro. Reforçamos a hipótese de que Klinger viveu “de seu ofício” quando analisamos o requerimento de um colono de São Leopoldo que arrendou as suas terras para se estabelecer em Porto Alegre.

Illm.º e Exm.º Snr. Logo q aqui chegou o Supp.º dei-lhe huma Colonia aonde se estabeleceu, porem pouco ou nada fazia por estar continuam.º embriagado. Tendo por costume quando se embriagava dar tiros em huma noite pegou fogo na Caza com huma buxa. Logo depois deste acontecimento pediu-me para trocar o seu terreno, com o terreno do Colono Sperb q era na Serra, e como este lhe desse cento e oitenta patacoens de volta, eu assenti nisso por me compadecer delle e ver o estado de emdigencia em q se achava e toda a sua família, pois como na occasião do fogo elle estava muito embriagado, não salvou do imsendio nem huma só camiza dos filhinhos. Não tendo nunca querido hir p.º a seu terreno da Serra porq o seu fito era não trabalhar, mas sim venser subsídios, e como no terreno a q elle chama seu houvesse hum pequeno rancho elle meteu-se emtruzo nelle e lá, se conservou em quanto vensia subsídios porem logo q se acabou o tempo de seus vensimentos foi p.º Porto Alegre sem q me desse parte, e arrendou o terreno em q estava, e q lhe não pertencia ao Colono Johann Klinger por oito pata-

primeiramente porque não possuíam vínculo algum com os países envolvidos na guerra até antes da partida; por outro lado, a união entre D. Leopoldina com D. Pedro I intensificou a corrente migratória com pessoas de origem germânica. A região escolhida para estabelecer uma colônia com alemães foi São João das Missões, porque se localizava na região central da Comarca das Missões, e “não tem os inconvenientes das que collocadas mais a beira do Uruguay, ou são mais expostos as invazoes dos nossos vizinhos, ou proporcionáo melhor a imigração, e o tranzito para outro lado, quando o principal fito he povoar aquelles contornos [...]”. Como vimos, o projeto de colonização das Missões era muito anterior à própria chegada dos alemães. Tal projeto já estava sendo pensado e discutido pelo Governo Imperial em abril de 1824, quando através de um ofício, José Feliciano Fernandes Pinheiro argumentava sobre a *localização estratégica* dessa região. Entretanto, somente em ofício de 26 de novembro de 1824, para Luiz José de Carvalho e Mello, foi aprovado projeto de colonizar com alemães o “extenso e rico posto” das Missões Orientais do Uruguai, cujo objetivo era “povoar aquelles contornos” (sic). MÜHLEN, 2008, (no prelo).

coens por anno. Tendo eu noticia deste arrendam.¹⁰, e vendo q elle estava em Porto Al.^c com Cazas alugadas e trabalhando pelo seu Officio, dei o terreno ao Colono Hepp. Emquanto ao mais alega em tudo falta a verdade, pois não tinha nada plantado, e nem tinha gasto no terreno hum só rial como eu poderei mostrar com toda a Colonia. Hé quanto tenho a honra de informar á V. Ex.^a q mandará o q for servido.

Colônia de S. Leopoldo 2 de Julho de 1828.

Jozé Thomaz da Lima.

Inspector da Colonia de S. Leopoldo⁷.

Segundo o Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomaz da Lima, em 1828, Johann Klinger arrendou o dito terreno por oito patações, e destaca sobretudo que o arrendatário não necessitava dessas terras porque possuía casas alugadas em Porto Alegre, onde vivia do seu officio. Além desse officio, provavelmente possuía uma propriedade, na qual desenvolvia a agricultura. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que cultivava a terra, de onde retirava seu sustento, muitos colonos exerciam, paralelamente, o officio de artesão, seja de forma permanente (sapateiro, tijoleiro, curtidor) ou ocasional (fabricação de farinha), pois, até 1845, poucos colonos (residentes nas picadas) podiam sobreviver exclusivamente do artesanato.

No que tange aos matrimônios dos filhos do casal Johann Klinger e Maria, não encontramos informações acerca dos enlaces matrimoniais e/ou óbitos dos filhos emigrantes Carlos e Luiza. Cândida Klinger – filha mais nova do casal Klinger –, nascida no Brasil, em 19 de junho de 1854, casou-se na Vila de São Leopoldo com o Major Joaquim José de Oliveira. Vale ressaltar que apesar da família Klinger ser de tradição protestante, o casamento realizou-se na Comunidade Católica, bem como o batismo dos dois filhos homens e seis filhas mulheres do casal Oliveira.

Um dos filhos do casal, Carlos Klinger de Oliveira, trilhou a carreira na burocracia Imperial, tornando-se escrivão interino⁸. O Major Joaquim José de Oliveira ocupava o cargo de “Secretário Vitalício do Officio de Escrivão do Cível e Tabelaio de Notas de São Leopoldo”, com um rendimento de 2:400\$000⁹. Exerceu

⁶ Conforme a lista dos colonos alemães que seguiram para São João, 13 famílias e 17 avulsos vieram na Sumaca Delfina; 2 com a Sumaca Ligeira. Das 13 famílias, 11 saíram das prisões do Estado Alemão. Em relação aos 19 avulsos listados, 10 destes eram de Mecklenburgo, sendo que um ficou no hospital e outro não compareceu no dia do embarque, totalizando cerca de 72 pessoas. Mas é importante destacar que nem todos os imigrantes transportados nas duas sumacas foram enviados para as Missões. Diversas famílias e avulsos mecklenburgueses ficaram em São Leopoldo, levando-nos a perceber as contradições na historiografia clássica, de que os mecklenburgueses foram afastados da colônia-mãe, sendo despachados para São João, onde desapareceriam sem deixar vestígios. Contradizendo a tese apresentada por Hunsche, a análise dos documentos permite-nos aferir que algumas famílias e avulsos sobreviveram a “terrível odisseia”. Alguns conseguiram retornar a São Leopoldo, outros migraram para Torres, Três Forquilhas.

⁷ Requerimento dirigido ao Inspetor da Colonia de São Leopoldo, José Thomaz de Lima, em 2 de julho de 1828. In: R.A.P.R.G.S., n. 15-16, set-dez, 1924, p. 219.

⁸ No inventário, consta a profissão de empregado público.

⁹ AHRS. Mapa de população, maço 39, 1868.

essa profissão até seu óbito, em 14 de junho de 1869¹⁰. No inventário resultante do óbito do Major Joaquim José de Oliveira, Carlos Klinger de Oliveira foi escolhido tutor dos irmãos e dos herdeiros menores de idade¹¹.

No mapa populacional de 1868, portanto, um ano antes do falecimento do patriarca, a família residia no primeiro Distrito de São Leopoldo¹² e possuía dois escravos – Preto João, com 40 anos, e a Preta Leonor, com 4 anos de idade¹³. O inventário da família Oliveira, entretanto, não indica, entre os bens descritos, a posse de dois escravos. Como o inventário foi elaborado dezessete anos após o falecimento do Major Joaquim José de Oliveira, possivelmente, a viúva os deixou como herança para seus filhos Saturnina e Carlos Klinger – já casados – ou vendeu para pagar dívidas. Analisando os bens inventariados, constatamos que tanto os ex-prisioneiros, quanto os filhos, em especial Cândida Klinger de Oliveira, conseguiram romper com o estigma e, através de alianças matrimoniais, inserir-se na comunidade local, bem como galgar posição de destaque na Vila de São Leopoldo.

Conforme destacamos anteriormente, no início da colonização, o núcleo familiar ou a família¹⁴ era a instituição mais importante, e o matrimônio era o instrumento pelo qual se objetivava fortalecer os laços entre duas famílias. Mas a fa-

¹⁰ APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 813, 1865, n. 365.

¹¹ Sendo assim, ficaram como herdeiros do casal Cândida e Joaquim José de Oliveira, Saturnina casada com Luiz Bastian; Luiza de Oliveira – solteira, com 34 anos de idade –; Maria José de Oliveira – solteira, com cinco anos de idade –; Carlos Klinger de Oliveira, casado com Cândida Monteiro de Oliveira; Francisca de Oliveira – solteira, com 24 anos de idade –; Alfredo de Oliveira – solteiro, com 23 anos de idade –; Ernesta de Oliveira – solteira, com 18 anos de idade – e Maria Isabel de Oliveira – solteira, com 15 anos de idade. APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 813, 1865, n. 365

¹² Joaquim Jozé de Oliveira, he Senhor e possuidor de hum sitio no lugar denominado Sapocaia, distrito desta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Villa de São Leopoldo, com quarenta e nove braças de frente e tres palmos fazendo a mesma frente ao Sul, e dividindo-se pelo mesmo Sul com as terras de Joaquim Felipe de Oliveira, e mil e quatrocentos ditas de fundos ao Norte dividindo-se com as terras de Luis Sperb e pelo Leste com os herdeiros de Felipe Jozé de Oliveira e pelo Oeste com as terras dos Órfãos de Dona Candida da Trindade. Villa de São Leopoldo, 11 de fevereiro de 1856. Registro Paroquial das Terras da Freguesia de São Leopoldo, 1856, fl. 2.

Joaquim Jozé de Oliveira abaixo assigna he legítimo Senhor e possuidor de um pedaço de terras nas imediações desta Freguesia Villa de São Leopoldo, com vinte e quatro braças e quatro palmos de frente a Leste e setenta e cinco ditas de fundo, dividindo-se pela frente com a chácara de João Luiz Voges, pelo Sul e Oeste com as terras de Vicente Baptista Orsi e pelo Norte com as terras de Fernando Ritzel. Villa de São Leopoldo, 11 de fevereiro de 1856.

¹³ AHRS. Mapa de população, maço 39, 1868.

¹⁴ Para Levi (2000, p. 110), a história da família deve ser contextualizada, isto é, “a família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre os pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo”. Sheila de Castro Faria, nesse sentido, destaca a importância de se estudar a sociedade que está em torno da família. Dito de outra forma, apoiada no estudo de Francisco Garcia González, chama atenção para a importância do estudo do universo social em que o indivíduo se insere, incluindo, nesse caso, o universo de sociabilidade – rede social, as relações de parentesco, residência, vizinhança, amizade, solidariedade, estratégias matrimoniais e sistema de herança (FARIA, 1998, p. 43).

mília também “era a fonte de sua sobrevivência” (SIRIANI, 2003, p. 206).¹⁵ Cacilda Machado, ao estudar as relações entre escravos e livres, e entre brancos, pardos e negros, na Freguesia de São José dos Pinhais, em Curitiba, destaca que a intrincada trama de casamentos estudados revela laços de subordinação, dependência, relações familiares e, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência, na qual indivíduos livres buscavam manter laços com escravos, visto que seria uma forma de garantir a sobrevivência para “um indivíduo livre sem eira nem beira” (MACHADO, 2006, p. 265).

Fazer do casamento uma estratégia de sobrevivência, liberdade e/ou inserção social não foi exclusividade entre os negros, pardos e libertos da Freguesia de São José dos Pinhais. A busca pela sobrevivência permite-nos entender por que, após o falecimento do mecklenburguês Johann Klingner, Maria Catharina Harloff¹⁶ contraiu terceiras núpcias com Johann Gerling, filho de Christovão Godofredo Lembck e Maria Sophia Dorothea Lange, ambos ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin¹⁷. Dessa união nasceram – na Europa – três filhos homens¹⁸, sendo que o mais velho, Joaquim (Johann) Christoph Gerling casou-se com a viúva Klingner¹⁹. Mesmo dispondo de poucas informações sobre esse enlace, cabe

¹⁵ Para Witt, “é preciso pensar que o tempo urgia e que a melhor maneira de se enfrentar o *Novo Mundo* era com a família constituída”. (WITT, 2008, p. 104). E era essa família que “teve um enorme peso nos cálculos sociais, culturais e econômicos dos colonos e, mesmo, dos escravos” (FARIA, 1998, p. 34). Também é preciso destacar a importância da família como um “paradoxo do movimento”. Sheila de Castro Faria destaca que a mobilidade espacial se fez presente ou foi a principal característica dos “homens livres e pobres” e incluímos nesse grupo os solteiros.

¹⁶ Maria Christine Harlow contraiu primeiras núpcias com Johann Klingner; segundas núpcias com August Polensky e terceiras núpcias com Josef Gerling, falecendo em 17 de junho de 1880, com 87 anos de idade (Cf. WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo 1824-1937*. Neustadt an der Aischi: Verlag Degener & Co., Inhaber Gerhard Geäner, 1964, p. 48).

¹⁷ Família emigrante da primeira leva de mecklenburgueses transportados para o Brasil. Christoph Lembcke, natural de Langenjörden, 59 anos de idade e diarista, uniu-se em segundas núpcias com Maria Sophia Lange, natural de Klein Labentz – nasceu em 24 de dezembro de 1781, em Warin, junto a Schwerin. Ambos se encontravam na Casa de Correção Rural de Güstrow. Emigraram com o casal para o Brasil, os filhos homens de Maria Sophia, decorrentes da sua primeira união com um tal de Gerling – Jacob, tinha 11 anos de idade, George, 8 anos e Johann tinha 6 anos de idade. A bordo da Sumaca Delfina, a família chegou a Porto Alegre e imediatamente “fez parte da frustrada tentativa de colonização das Missões. (C333, ROSA, 2005, p. 98)

¹⁸ Maria Sophia Lange foi casada em primeiras núpcias com um Gerling. Dessa união, nasceu Joaquim Christoph Gerling – sem mais informações –, Georg Gottlieb Gerling – casou-se com Anna Maria Kautzmann e tiveram sete filhos: Henrich, Elisabetha, Saturnina, Louise, Frederike, Magdalena e Maria Luise – e Johann Gerling – casou-se em primeiras núpcias com Elisabeth Rothmann, com a qual teve sete filhos: Georg, Johann, Philipp Hermann, Maria Louise, Philipp Jacob, Maria Elise e Johann. Johann residia no segundo Distrito de São Leopoldo, era marceneiro, tinha um rendimento de 200\$000 réis e casou-se em segundas núpcias com Maria Cristina H. Klingner (AHRs. Mapa de população, maço 40, 1868). Em 28 de abril de 1829, Maria Sophia Lange casou-se em terceira núpcias com o solteiro Johann Christoph Friedrich Meyer, de Mollnit, junto a Schleswig, 38 anos, pescador, evangélico. Filho legítimo de Johann Friedrich Meyer e Maria, nascida Bornhard (DREHER, Livros de Registros...; ROSA, 2005, p. 98).

¹⁹ Em relação a essa união, encontramos informações diversas, ora Harloff casou-se com o filho mais velho, Joaquim Christoph Gerling, ora com o mais novo, Johann Gerling. A lacuna no que tange ao enlace matrimonial persistirá, visto que não encontramos o inventário ou testamento da família.

destacar a importância do casamento como uma forma de sobrevivência da família Klinger. Se as condições de vida para uma família imigrante no início da colonização eram precárias, para uma viúva com filhos menores de idade e/ou solteiros se tornava mais difícil. Sendo assim, para enfrentar as adversidades e dificuldades, buscavam imediatamente contrair novas núpcias²⁰.

Partimos do pressuposto de que as famílias Klinger e Gerling já estavam unidas por laços de solidariedade e amizade, visto que ambas constavam na relação dos emigrantes enviados para a Colônia Alemã de São João das Missões. Possivelmente retornaram juntas para São Leopoldo, pois em 28 de abril de 1829, a viúva e mãe Maria Sophia Dorothea Lange casou-se em terceiras núpcias com Johann Christoph Friedrich Meyer²¹. Ao analisar o banco de dados elaborado por nós, constatamos que contrair novas núpcias após o falecimento do(a) companheiro(a) era uma variável constante. Havia uma forte tendência de os casais permanecerem dentro do próprio grupo étnico, fosse na segunda, terceira ou mais núpcias. A trajetória de casamentos da família Klinger, entretanto, demonstra que essa prática não era uma regra. Segundo Siriani (2003, p. 208-209), “o casamento endogâmico seria uma forma da perpetuação da fé, criando filhos que dessem continuidade aos ensinamentos evangélicos”. A endogamia, além de ser uma forma de preservar as tradições ancestrais, era, sobretudo, a possibilidade encontrada pelos emigrantes alemães frente à dificuldade do idioma. A trajetória matrimonial dos filhos do casal Klinger, por exemplo, demonstra a exogamia entre filhos e netos. Ao estudar os alemães em São Paulo, Siriani (2003, p. 208) observou que “apesar de $\frac{3}{4}$ das uniões terem sido realizadas entre alemães, mesmo que de regiões ou religiões diferentes, muitos indivíduos casaram-se com nacionais, principalmente na terceira geração de descendentes”.

Os mecklenburgueses, condenados ao estigma de prisioneiros, valeram-se da estratégia matrimonial para inserir-se e ampliar suas relações na sociedade de destino, pois, conforme Sheila de Castro Faria (1998, p. 304) “casar-se significava uma estabilidade familiar e um respeito social”. A dificuldade de adaptação, de cumprimento das tarefas, a pobreza, bem como o descomprometimento do governo fez com que “ter e formar” uma família fosse a base da manutenção da sobrevivência na colônia hostil. A família, segundo Amado (2002, p. 45), foi “um tipo de grupo já constituído e conhecido, o único a ser transportado integralmente da Alemanha para o Brasil”²². No entanto, cabe destacar que talvez este caminho não

²⁰ DREHER, Livro de Registros... “Si la situación de una mujer sola era difícil, el matrimonio le ofrecía una salida que no sólo gozaba de reconocimiento social, sino que le prometía también seguridad económica” (RHEINHEIMER, 2009, p. 64).

²¹ DREHER. Livro de Registros...

²² Vimos que, no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, a família era extremamente importante, principalmente nos momentos de crise. O valor da família pode ser claramente percebido na nova Colônia Alemã de São Leopoldo, pois representava o traço de “união entre os homens, razão e força de seu viver: ‘sem minha família eu não sou ninguém’” (Ibid, p. 45), escreveu um colono, em 1842.

fosse igual para todas as famílias, nem que esta trajetória tenha sido um caso excepcional, mas, sobretudo, uma possibilidade de entender algumas peculiaridades do cotidiano e da dinâmica de inserção através do estudo da história de uma família imigrante²³.

Entendendo o matrimônio como uma importante estratégia de reprodução social, manutenção do *status quo*, ascensão e inserção social dos familiares e parentes envolvidos, podemos concluir que os enlaces estavam ligados às atividades sócio-econômicas, mas também a questão da proximidade foi determinante para os enlaces da família Klinger. Ao recuperarmos a trajetória da família Klinger, através dos enlaces matrimoniais, buscamos analisar as relações sociais estabelecidas pelas famílias para se inserirem na vida cotidiana da comunidade local. Baseados na história social e na abordagem micro-analítica, foi possível revisitar os temas até então esquecidos pelos historiadores e fazer uma *história social da imigração*, bem como dar voz aos calados e dignidade aos descendentes de mecklenburgueses.

Referências

Fontes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR)

Fundo: Imigração, Terras e Colonização;

C289 – Dados estatísticos da Colônia/São Leopoldo (1826-1853);

C290 – Ofícios recebidos de diversas autoridades/São Leopoldo (1844-1847 e 1866);

C332 – Registro da distribuição dos colonos pelas diferentes colônias/São Leopoldo (1848);

C333 – Registro geral dos colonos;

Sa255 – Registro de lotes e títulos definitivos do Município de Santo Ângelo das Missões. Várias linhas/Santo Ângelo das Missões (1899-1921);

Fundo: Polícia (diversos);

Fundo: Requerimento (diversos);

Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n. 15-16, setembro-dezembro de 1924.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – São Leopoldo

Autos de inventário de Joaquim José de Oliveira e Cândida Klinger de Oliveira, auto 813, maio 29, 1886, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo;

²³ No Brasil, existem poucas pesquisas que privilegiaram as estratégias matrimoniais, principalmente no que se refere à escolha dos cônjuges. Reduzindo a escala de observação para o Estado do Rio Grande do Sul e nos detendo à população de origem germânica, constatamos a escassez de trabalhos historiográficos sobre essa temática. Alguns trabalhos sobre a reconstituição de família foram produzidos, sobretudo no sudeste e sul do país, destacando majoritariamente a trajetória de famílias escravas no Brasil.

Livro do Tabelionato de São Leopoldo (de quatro de setembro de 1846 a sete de fevereiro de 1852);

Registro Paroquial de São Leopoldo (1856-1870);

Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETb)

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend;

Bibliográficas

BOTELHO, Tarcício R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_65.pdf> Acesso em 30 abril 2009.

CABRAL, João de Pina e LIMA, Antônia Pedrosa de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. In: *Etnográfica*, v. 9, 2005, p. 255-388.

DREHER, Martin Norberto. Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História) — PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, Evandro. Os matrimônios mistos na Colônia de São Leopoldo no Brasil Império. In: DREHER, Martin Norberto. *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre as estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. Tese (Doutorado em História) — PPG-UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 2006. Tese (Doutorado em História) — UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2006.

MÜHLEN, Caroline von. *“Missoes Orientaes do Uruguay”: destino de alguns ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin*, 2008 (no prelo).

MÜHLEN, Caroline von. Sociabilidade e estratégia matrimonial entre ex-prisioneiros mecklenburgueses no Rio Grande de São Pedro oitocentista. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da, DREHER, Martin N. Dreher, CARVALHO, Enildo de M. (Org.). *Explorando possibilidades: experiências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 149-176.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro: História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1978.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In: _____. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920. 1990, Dissertação (Mestrado em História) — PPGHIS-UFF, Niterói, 1990,

ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008.

Festa, devassidão e violência: as imagens do meretrício e a idealização de um cenário, de suas personagens e de seu enredo (Taquara, RS)

*Daniel Luciano Gevehr**

*Jaciara Brizzola Moraes***

*Maicon Diego Rodrigues****

*Leonardo Cardoso Wichinheski*****

A cidade é educadora: ela educa, forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes. No entanto, as possibilidades de leitura mais abrangente da cidade dependem de uma formação do cidadão (CAVALCANTI, 2001, p.23).

Iniciamos nossa investigação analisando criticamente o processo de construção dos discursos sobre o espaço urbano e sua relação com seus habitantes, na perspectiva de que os lugares da cidade e, por conseguinte – seus moradores – são alvo de interpretações e adjetivações criadas por diferentes grupos sociais. A partir dessa problematização, buscamos interpretar, historicamente, os elementos que envolveram a criação de imagens e idealizações por parte da imprensa sobre a área conhecida como *zona do meretrício*, localizada no município de Taquara – RS, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980.

O meretrício de Taquara tem sua história – cuja origem data das primeiras décadas do século XX – associada ao desenvolvimento do próprio município, que desempenhou um papel relevante no contexto de desenvolvimento econômico regional do Vale do Paranhana. Área povoada pelos imigrantes alemães que se instalaram na região desde o século XIX, o município de Taquara tem sua história diretamente associada à imigração alemã, da qual descende grande parte de sua popu-

*Doutor em História e professor no ISEI e na FACCAT. Coordenador do projeto de pesquisa *Festa, devassidão e violência: as imagens do meretrício e a idealização de um cenário, de suas personagens e de seu enredo (Taquara, RS)*, vinculado ao Departamento de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

**Graduanda em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

***Graduando em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

****Graduando em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

lação. É nessa área de imigração alemã no Vale do Paranhana que acompanharemos o surgimento do espaço conhecido como o meretrício de Taquara, alvo de análise dessa pesquisa.

Com o desenvolvimento do município, viu-se também a expansão de seu espaço urbano, que se complexificava progressivamente. É, nesse contexto, ainda das primeiras décadas do século XX, que acompanhamos o surgimento e o crescimento da área do meretrício, onde se instalaram diversas casas voltadas à diversão noturna e à prostituição feminina. Dessa forma, o meretrício de Taquara e seu conjunto de estabelecimentos acabam chamando a atenção dos moradores da região, devido especialmente ao seu grande desenvolvimento, que contava já no início do século XX com algumas dezenas de mulheres que atuavam no local.

Além de o meretrício estar associado à prostituição de mulheres oriundas de diferentes localidades do estado – entre elas várias de descendência imigrante alemã – era frequentado por pessoas de diferentes localidades da região, que lá buscavam diversão com as diversas apresentações artísticas que eram realizadas por diversas celebridades do mundo artístico. Com isso, o meretrício não era lugar apenas de prostituição, mas também um espaço social frequentado por diferentes grupos sociais que lá buscavam diversão e entretenimento.

Muitos eram os momentos em que a sociedade local e regional prestigiava as apresentações artísticas do meretrício. Exemplo disso, temos as ocasiões em que se apresentaram os cantores *Ângela Maria* e *Nelson Gonçalves*. Esses artistas, de renome nacional, se apresentaram na *Apollo 11*, uma das maiores e mais famosas casas localizadas no meretrício. Entretanto, o meretrício de Taquara, mesmo estando associado à cultura e à diversão da região, acabou tendo sua imagem associada fortemente à prostituição e à violência que ocorria em seus arredores e, até mesmo, em algumas casas do local. É a partir dessa ideia de vinculação do lugar ao espaço da festa, da violência e do desregramento social, que pretendemos analisar as reportagens veiculadas pelo *Jornal Panorama*, nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse período, registramos um número significativo de reportagens veiculadas pelo jornal – de repercussão municipal e regional – que associam o meretrício à criminalidade de Taquara. Com isso, procuramos discutir como e por que são apresentados os fatos pela imprensa e como esses se articulam com as noções de desregramento moral e violência da comunidade.

Repensando o Meretrício de Taquara através da história

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam. (PESAVENTO, 2000, p.32)

Iniciamos nossa análise sobre o meretrício a partir de algumas questões teórico-metodológicas que consideramos fundamentais para o entendimento de nossa pesquisa. A primeira delas diz respeito à dimensão pela qual perpassa a difusão de ideias publicadas por um órgão de imprensa sobre os lugares de uma cidade, assim como sobre os personagens que nela habitam.

A imprensa, enquanto instrumento difusor de ideias e valores de uma sociedade, expressa idealizações, valores e sentimentos sobre as coisas e o mundo. Nesse sentido, os lugares e os personagens de uma cidade passam a ser alvo de interpretações, que por sua vez, estabelecem uma série de relações sociais através das quais as pessoas e os espaços associados a elas passam a apresentar um valor simbólico, sempre ligado às adjetivações. É essa simbologia que, através do tempo e da perpetuação de determinadas visões, reafirma ideias e imagens sobre os espaços sociais e seus personagens.

Entendemos nossas fontes jornalísticas como responsáveis pela difusão de imagens e representações, que veiculam discursos produzidos por indivíduos que mantinham contato com o espaço social analisado. Por isso, é possível afirmar que o *Jornal Panorama* era responsável, no período analisado, por criar e difundir uma imagem idealizada sobre o meretrício de Taquara.

Concordamos com Peter Burke (2004) quando afirma que a produção de imagens e representações nunca é um ato inocente, mas sim dotado de pretensões e inserido em um determinado contexto social. Nesse caso, é preciso estar consciente de que o espaço analisado – o meretrício de Taquara – era considerado, na época analisada, um lugar de desregramento e exclusão social, ou seja, um local onde os indivíduos procuravam “emoções” diferentes do seu dia a dia. Assim, o lugar tornou-se estigmatizado e marcado pela marginalidade, prostituição e medo, o que resultou em discriminação e em preconceito por parte de muitos indivíduos.

Logo, por ser um lugar considerado adverso aos bons costumes, apregoados entre os moradores da cidade, a *Zona* tornou-se um lugar de representações e simbolismo, onde pessoas buscavam ser ou fazer coisas que normalmente, em outros locais, não poderiam ser e realizar.

A historiadora Sandra Pesavento (2000) reflete sobre o urbano e de forma especial sobre os diferentes lugares da cidade. Para ela, construiu-se – e ainda se constrói – um verdadeiro ideal de cidade, cuja imagem é idealizada através dos grupos sociais que a constituem, que dessa forma manifestam seus interesses e seus imaginários, que normalmente se associam às noções de progresso e civilidade.

Entretanto, segundo a análise da historiadora, os espaços do *meretrício* desempenharam um papel fundamental na dinâmica social das cidades, na medida em que esses lugares – considerados subversivos à ordem estabelecida, funcionavam como uma “válvula de escape”, onde as pessoas procuravam extravasar seus sentimentos e aquilo que era considerado fora dos costumes estabelecidos pela comunidade.

Por seu turno, Chartier ressalta que os indivíduos ao se identificarem como grupo utilizam-se de representações como *elo de ligação* entre eles:

[...] as tentativas feitas para decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o dédalo das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, obscuro ou maior, o relato de uma vida, uma rede de práticas específicas) e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo. (CHARTIER, 2002, p. 66).

Verifica-se que, no caso das imagens e das representações sobre o meretrício de Taquara, cria-se uma distinção entre os frequentadores e não frequentadores do local, pois ao criarem uma representação de grupo, distinguem-se os que mantêm os bons costumes e os marginalizados, que não se condicionam às normas estabelecidas.

As páginas do *Panorama* informam sobre a zona do meretrício

Em grande parte dos editoriais publicados pelo *Jornal Panorama*, evidencia-se a *Zona do Meretrício* como um espaço de desregramento e exclusão social, logo marcado como um lugar de marginalidade, prostituição e medo. A partir dessas constatações iniciais, é que passamos à análise mais aprofundada das publicações do *Panorama*, em diferentes edições.

Iniciamos com a análise da reportagem *Outro Assalto perto da Zona* publicada em 20 de dezembro de 1975, na qual a violência era o tema central. Foi relatado um assalto ocorrido nas mediações, onde três meliantes cercaram um indivíduo que havia frequentado o meretrício, ao anunciarem o assalto, a vítima tentou reagir e foi golpeada na testa, perdendo os sentidos. Os assaltantes levaram da vítima sua bolsa leva-tudo e um relógio de pulso. Socorrida por populares, a vítima teria prestado queixa na delegacia do município e teria sido encaminhada ao Hospital para tratar dos ferimentos. Em decorrência deste fato, a polícia do município anunciou que iria fazer operações no local.

Observa-se que o meretrício é diretamente associado ao lugar de bandidos e, portanto, daqueles que se contrapõem ao ideal de sociedade da época. Evidencia-se que esse tipo de operação policial era encorajado pela comunidade local, pois o ambiente mencionado contrariava os padrões éticos e necessitava de medidas controladoras por parte dos meios administrativos e de segurança pública.

Nessa mesma edição, foi publicada uma reportagem intitulada *Polícia e Brigada fizeram Limpeza na Zona* e que retratava as medidas tomadas pelos órgãos de segurança em relação ao meretrício: [...] *Os constantes assaltos que estão ocorrendo nas proximidades da zona do meretrício, levaram a Polícia Civil e a Brigada Militar a unir as suas forças e efetuaram a chamada “Operação Varredura”, para recolher os desocupados.* [...] (Panorama, 20 dez. 1975, n. 13, p. 5).

Nessa operação, ao vasculharem as casas do local, os policiais teriam recolhido 16 pessoas que precisaram prestar esclarecimentos na Delegacia de Polícia local. A reportagem ainda informou que outras operações deste tipo seriam efetuadas antes do final do ano.

Num espaço como a *zona do meretrício*, elementos que corroboraram para o embasamento de uma imagem negativa do local foram encontrados com facilidade na imprensa taquarense. No editorial publicado no dia 21 de fevereiro de 1976 e que traz como título *Bateu na Elaine e quebrou a casa*, foi mostrado como os entorpecentes estavam presentes nesse espaço de convívio social. A reportagem ressaltou que uma moradora da zona estivera na delegacia prestando queixa de que um indivíduo estava promovendo um quebra-quebra em uma das casas do local, além de agredir uma outra moradora da casa. Após efetuarem uma diligência policial ao meretrício, constataram que o indivíduo estava sob efeito de tóxicos. Nota-se que havia uma preocupação com o que ocorria no local e de que as coisas pudessem sair de controle.

No dia 28 de fevereiro de 1976, o *Jornal Panorama* editou outra reportagem intitulada *Tiroteio na zona*, que trata da violência do meretrício. Esta por sua vez retrata um tiroteio ocorrido no local, onde um indivíduo disparou tiros contra outro, nos fundos de uma das boates. O motivo principal envolveria uma mulher que trabalhava no local. A vítima procurou a Delegacia e registrou ocorrência do fato, pois um dos disparos atingiu seu braço, e, em consequência disso, foi encaminhado para o hospital local.

Ressaltamos o fato de que durante as décadas de 1970 e 1980, o *Jornal Panorama* noticiou fatos ligados, direta ou indiretamente, à zona do meretrício da cidade de Taquara, nos quais conflitos pessoais e de segurança pública eram pontos que o jornal enfatizava com maior frequência.

Na reportagem do dia 20 de dezembro de 1975, na página 5, intitulada “*Polícia e Brigada Fizeram Limpeza na Zona*”, noticiou-se a realização da *Operação Varredura*, a qual, em parceria entre Polícia Civil e Brigada Militar, foi feita a apreensão de elementos em virtude de constantes assaltos nas proximidades da *zona*.

Os constantes assaltos que estão ocorrendo nas proximidades da zona do meretrício, levaram a Polícia Civil e a Brigada Militar a unir suas forças e efetuarem a chamada “Operação Varredura”, para recolher os desocupados [...] grande efetivo de soldados [...] deslocaram-se até a zona do meretrício, onde efetuaram um cerco. Vasculharam todas as casas e dormitórios recolhendo os desocupados. Muitos daqueles que se encontravam no interior das casas tentaram fugir pulando janelas até mesmo em trajés menores, porém o cerco dos policiais evitou a fuga de qualquer marginal (*Panorama*, 20 dez. 1975. n. 13. p. 5).

Segundo a reportagem, quinze homens foram levados à delegacia de polícia para realização de interrogatório. Ainda de acordo com o veículo de imprensa, na região da grande Porto Alegre, outras ações em conjunto entre Brigada Militar e a

Polícia Civil seriam realizadas, dentro da *Operação Papai Noel: Segundo a reportagem apurou, dentro da Operação Papai Noel, que está sendo desencadeada em toda a grande Porto Alegre, muitas batidas conjuntas, entre Brigada Militar e Polícia Civil, serão realizadas ainda antes do final do ano* (Panorama, 20 dez. 1975. n. 13. p. 5).

Já na edição de número 24, publicada em 24 de março de 1979, foi noticiada a detenção de 18 elementos no hotel *Turista*, próximo ao meretrício. Na matéria intitulada *Polícia realizou batida e deteve 18 elementos*, o jornal afirma que a aglomeração no Hotel citado gerou desconfiança entre os policiais de que indivíduos suspeitos pudessem estar no local: *Os policiais, ao passarem pelo local, perceberam grande aglomeração de pessoas e desconfiaram que lá poderiam estar certos indivíduos procurados. Depois de feita uma triagem, foram presos 18 elementos [...]* (Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p. 7).

Após realizar a batida, foi constatada a presença de um homem envolvido em crime ocorrido duas semanas antes. Desta forma, segundo o jornal, a polícia poderia dar continuidade à investigação, pois: *[...] A polícia estava em seu encalço e obteve êxito, podendo, agora com mais dados, continuar o inquérito sobre a morte de [...]* (Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p. 7).

A chamada da notícia ainda faz referência aos serviços realizados pela Polícia em Taquara. Diz o jornal: *Continuando o trabalho de zelar pela ordem pública da comunidade taquarense, os policiais da DP local estão desenvolvendo uma série de “batidas” em lugares onde possam encontrar-se elementos nocivos a sociedade* (Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p. 7).

Dando continuidade a nossa investigação sobre os editoriais, notamos, numa publicação do final da década de 1980, outros elementos interessantes. Na reportagem do dia 26 de junho de 1987, foi trazida a notícia de que o assassino do proprietário de uma boate do meretrício, a *Boate Labarca*, havia se entregado à polícia. De acordo com o jornal, o assassino deu sua versão dizendo que era o terceiro de um grupo que estava entrando na boate. Ao entrar já estaria ocorrendo a confusão, sendo que, neste momento, o proprietário o atacou com uma faca. Sem outra possibilidade atirou no homem e fugiu.

O assassino disse que nem sabe porque começou a briga na boate Labarca. [...] ele era o terceiro de um grupo que estava entrando na boate. [...] Disse que quando entrou, já estava brigando (**o proprietário**) com os outros dois homens que o acompanhavam. No meio da confusão o dono da boate teria se voltado contra ele armado de faca, e que, encurralado, não teve outra alternativa, que não fosse atirar (Panorama, 26 jun. 1987. n. 883. p. 3). (grifo do autor).

A reportagem afirmou que a versão das quatro primeiras testemunhas não confirmou a versão do indiciado. Segundo as testemunhas os três indivíduos chegaram de outra boate, a *Apolo 11*, e que apenas aquele não apresentava sinais de embriaguez. A confusão teria começado com o desentendimento entre um garçom

e um dos homens, que teria posto os pés sobre a mesa. Este teria sido expulso do recinto, gerando as consequências já sabidas.

As testemunhas disseram que tudo começou com desentendimento entre um garçom e um dos acompanhantes (**do indiciado**) que teria sentado inadequadamente, com os pés sobre a mesa. O elemento foi colocado para fora e instalou-se a confusão [...] (*Panorama*, 26 jun. 1987. n. 883. p. 3). (grifo do autor).

Ainda de acordo com as testemunhas, a vítima não portava qualquer tipo de arma, sendo o indiciado a única pessoa armada no local. O caso ainda não estaria resolvido, pois a polícia desejava ouvir outras testemunhas do caso.

No mesmo ano, em 27 de novembro de 1987, o *Panorama* noticiava *Morto com dois tiros na zona do meretrício*, que abordava o assassinato de um homem nas proximidades da *Boate Apolo 11*. Segundo testemunhas, os tiros que vitimaram o homem teriam sido disparados do interior de um veículo, ocupado por dois indivíduos não identificados: *morreu na madrugada de domingo no interior de um táxi cujo motorista teve dificuldades para conseguir atendimento médico ao ferido nos hospitais de Taquara. A vítima foi atingida por dois disparos [...] nas proximidades da Boate Apolo 11, na zona do meretrício* (*Panorama*, 27 nov. 1987. n. 893. Capa).

O acusado de assassinato apresentou-se à polícia, afirmando que havia sido vítima de tentativa de assalto por parte do assassinado. Na noite do crime, teria descido do carro para urinar e então teria sido abordado. Reagindo à situação, o homem disparou contra ele.

Na edição de 01 de novembro de 1975, encontramos a reportagem *Nossa vida noturna tem poucas opções*. De acordo com a mesma, na *Apolo 11*, encontrava-se diversão, dança e música ao vivo. Cantores famosos costumavam visitar frequentemente o local, alegrando o mesmo com suas músicas, atraindo um interesse por parte de homens e mulheres cada vez maior pela danceteria. Somou-se a isso o fato de que prostitutas trabalhavam no local, aumentando cada vez mais sua freguesia.

O papel desempenhado pelas prostitutas no meretrício era muito mal visto por grande parte da população de Taquara. Elas eram entendidas pela comunidade como responsáveis por adotar uma prática imoral, não sendo, segundo sua interpretação, dignas de conviver em sociedade. Para entendermos essa postura, é importante lembrar qual era o ideal de mulher da época – as décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, a mulher deveria ter sensibilidade sexual, ou seja, mostrar-se subordinada à sua condição sexual, especialmente em relação à maternidade e aos afazeres domésticos, vendo em seu marido um senhor superior a ela, sendo, portanto, totalmente dominada pelo seu esposo. Sua sexualidade era vista, ainda, como um tabu, ficando sem direitos de expressar-se publicamente. Enquanto que às mulheres cabiam os ofícios do lar e da família, aos homens era permitido o diálogo aberto e público em relação aos divertimentos que o meretrício proporcionava ao sexo masculino.

Através da análise feita, o jornal admitiu que, embora existisse desordem no meretrício, o lugar era assiduamente frequentado pelos homens taquarenses, que buscavam, nesse espaço, os serviços sexuais prestados pelas mulheres em troca de dinheiro. Daí ser possível afirmar que, se por um lado o meretrício era representado como lugar de devassidão e desordem, por outro lado, ele era alimentado com o dinheiro dos homens da própria sociedade taquarense.

Já em 17 de abril, o *Panorama* informou através de o *Incêndio*, que no meretrício teria ocorrido um incêndio, que possivelmente tivesse causas propositais, por parte de desafetos que o lugar teria conquistado. Segundo o editorial:

São muitos frequentadores assíduos do local, vindos de todos os lugares da cidade e até mesmo região, fica difícil para as autoridades encontrarem suspeitos para o crime. [...] O sinistro começou na cozinha e quando... (nome da pessoa) viu as chamas não havia mais chance de apagar o fogo. (*Panorama*, 17 abr 1976. n. 30. p. 4).

Conforme se apresentou nos exemplos aqui expostos, as notícias que informaram a população taquarense dos crimes e da violência praticada no meretrício continuaram sendo uma das pautas principais da imprensa, que acabou com isso reforçando o imaginário taquarense quanto ao ambiente negativo do meretrício. Assim, a idealização estigmatizada do meretrício de Taquara encontrava na imprensa local um espaço de afirmação e difusão de ideias que circulavam livremente pelos diferentes espaços sociais de Taquara e também do Vale do Paranhana.

Algumas aproximações entre cenário, personagens e enredo do meretrício

O meretrício de Taquara foi alvo, sem dúvida, de diversas interpretações por parte da sociedade na qual o lugar se inseria geográfica e socialmente. Certamente muitas opiniões divergiam sobre o lugar, as personagens envolvidas, bem como em relação aos acontecimentos que marcaram a trajetória de sua existência. Entretanto, prevaleceu materializada pela imprensa oficial de Taquara, a imagem de desregramento e imoralidade, que caracterizavam o meretrício.

Se por um lado esse era o lugar da diversão e também da realização de atividades culturais, prevaleceu por outro lado a noção de festa imoral, de devassidão e de violência, que, em parte, traduzia os interesses daqueles que detinham o poder de falar, ou seja, de difundir a sua interpretação individual ou coletiva – ainda que de um grupo restrito – sobre o meretrício de Taquara.

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (org). *Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia, Alternativa, 2001.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PERROT, Michelle (org). *História da Vida Privada. Volume 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PRIORI, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (org). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Suicida feliz: protestantes em face à morte diferente

*Luana Herzer**

*Roberto Radünz***

O suicídio é um tema ainda muito coberto de tabus na sociedade. Sabe-se que “nenhuma teoria será capaz de desvendar um ato tão ambíguo e de razões tão complexas” (ALVARES, 1999, p. 12). Esse tema chocante tornou-se objeto de exaustivas pesquisas científicas que, de certa forma, foram inspiradas na revolucionária obra de Émile Durkheim, *O suicídio: estudo de Sociologia* (2000), do final do século XIX. A partir daí, o século XX foi palco de inúmeras publicações, conferências e seminários sobre o tema, trazendo à tona diferentes abordagens e teorias sobre o suicídio por psicólogos, sociólogos, historiadores, psiquiatras, psicanalistas, filósofos, entre outros.

O ato suicida tem sido visto contemporaneamente como uma forma de romper com a sociedade disciplinar, uma vez que ele é terminantemente proibido; sobre esse ato extremo recai a desaprovação geral da sociedade. A pessoa suicida fica “mal falada” pelo resto de sua “morte”. Por isso, o discurso disciplinador na sociedade, na igreja, na escola, etc., constantemente lembra e reforça a proibição sobre o direito de tirar a própria vida.

Durkheim (2000, Prefácio XXV) já alertava a respeito do tema que

a soma total de suicídios de uma dada sociedade deve ser tratada como um fato que somente pode ser explicado plenamente em termos sociológicos, e não por motivações pessoais dos atos de autodestruição; a unidade de análise é a sociedade e não o indivíduo.

Em que pese todo o avanço da pesquisa e o esforço multidisciplinar das ciências em tentar encontrar razões plausíveis para o ato, o mais próximo que talvez se possa chegar em termos de enquadramento do suicídio é tentar inseri-lo dentro de seu contexto social. O microcosmo em questão é o município de Feliz, situado no Vale do Rio Caí, colonizado/ocupado por colonos alemães no século XIX. Nesse contexto social, algumas variáveis se repetem, ou seja, uma comunidade com relativa uniformidade sócio-econômica, étnica e religiosa. O material empírico

*Especialista em História Regional – UCS e professora da rede pública.

**Doutor em História do Brasil – PUC/RS e professor da UCS e da UNISC.

que embasa essa análise foi buscado nos Boletins de Ocorrência e nos Inquéritos Policiais¹ da cidade de Feliz nas décadas de sessenta a setenta.

O suicídio em Feliz

A quantidade de inquéritos policiais relacionados ao suicídio em Feliz é bastante representativa. Nem todos os suicídios lançados no Boletim de Ocorrência foram encontrados em forma de inquérito. Dos 38 registrados, somente 17 geraram inquéritos. Todos aqueles que dizem respeito às décadas de 1960 e 1970 que se encontram na Delegacia de Feliz² foram analisados e devidamente fichados.

Suicídios registrados nos Boletins de Ocorrência (1960-1980)

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>
1960	3
1961	1
1962	1
1963	3
1964	2
1965	-
1966	2
1967	1
1968	5
1969	2
1970	1
1971	5
1972	5
1973	1
1974	1
1975	-
1976	1
1977	-
1978	-
1979	1
1980	3
Total:	38

¹ Com respeito ao sigilo dos dados empíricos, a referência utilizada é a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acessado em: 23 ago. 2009. Quanto ao acesso e sigilo dos documentos públicos, a lei supracitada em seu capítulo V, art. 22º é assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos. Porém, o Art. 23º e seus parágrafos determinam como sendo de caráter sigiloso todos “os documentos que cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas”. Por essa razão, nesse trabalho todos os dados que pudessem identificar as pessoas foram suprimidos.

² Arquivo Passivo da Delegacia de Polícia de Feliz – APDF.

A leitura dos inquéritos policiais é muito rica em dados. Um inquérito policial é composto por documentos e relatórios feitos por “todas” as pessoas envolvidas no ato. A capa de todos os inquéritos possui dados da vítima, como a natureza do ato, indiciados, nome da vítima, data, hora e local. No interior do inquérito policial, encontram-se documentos emitidos pela Delegacia de Polícia, como a Portaria, o Relatório Policial e a Conclusão. A perícia médica também se faz presente com o Auto de Necropsia. O inquérito possui um número de depoimentos variáveis: dos dez inquéritos analisados, o número varia de quatro a nove testemunhas. Dentre as testemunhas, as mais frequentes são os familiares, como marido, filhos, pais e parentes próximos; outras testemunhas geralmente incluídas são os próprios vizinhos.

Para explorar os dados e o contexto dos inquéritos, foram analisados alguns pontos comuns aos casos e suas possíveis interpretações e relações. Nessa análise, foram selecionados 10 inquéritos. Os critérios utilizados para a escolha dos inquéritos são os seguintes:

- o grande número de suicidas da religião protestante;
- indivíduos com diferentes faixas etárias;
- a relação de gênero.

Breve descrição dos inquéritos

Inquérito 10, ano 1960

Dona de casa, 28 anos e quatro filhos; protestante, com instrução primária. Enforcou-se às 3 horas da manhã, no interior do município. Todas as testemunhas são unânimes em declarar que a vítima vivia bem com seu esposo, e que nunca souberam qualquer briga do casal. Davam-se muito bem e a vítima tratava bem os sogros que moravam na mesma casa. Segundo a declaração de seu esposo, a suicida estava sofrendo de faculdades mentais, pois, dias antes, ela esteve no Hospital para fazer um tratamento. O sogro afirma que a vítima passou a sofrer dos nervos a partir do último parto.

Inquérito 21, ano 1961

Viúvo, agricultor, 61 anos. Foi encontrado enforcado com um cinto, no xadrez da cidade, às 2 horas da manhã. Segundo testemunhas, o suicida era alcoólatra e vivia negociando cavalos velhos para o seu sustento. Já havia comentado com vizinhos sobre o desejo de se matar. Fora preso por estar bêbado perturbando a ordem pública. No xadrez, enquanto o policial dormia, enforcou-se com seu cinto.

Inquérito 19, ano 1962

Dona de casa, casada, 24 anos. Protestante de origem alemã possuía dois filhos. Foi encontrada enforcada com uma corda, pela mãe, às 10 horas e 30 minutos, no interior do município. As testemunhas afirmam que a vítima não tinha ra-

ção para se matar, bem como afirmam que o casal vivia em harmonia. Casados há três anos, o esposo era agricultor de instrução primária e afirmou nunca ter discutido com a esposa nem ter feito nada para descontentar sua esposa e familiares.

Inquérito 01, ano 1964

Casado, 48 anos, agricultor de instrução primária. Protestante de origem alemã. Suicidou-se por enforcamento em um galpão da residência, em Linha Nova, no dia 31 de dezembro de 1964. Conforme as testemunhas, encontrava-se adoentado e sem esperanças de cura. Prova da doença é o Atestado Médico expedido pelo médico e prefeito de São Sebastião do Caí, onde comprova estar sofrendo “colicistite calculosa”, doença do fígado e vesícula, de considerável gravidade. As testemunhas alegam que a vítima não tinha outros motivos para se matar, senão a doença que o deixou acamado e abatido.

Inquérito 07, ano 1966

Casada, 22 anos e dona de casa. Protestante de origem alemã. Foi encontrada enforcada nos fundos da residência, às 15 horas pelo marido, no interior do município. O esposo, agricultor de 31 anos, protestante e de origem primária precisou de intérprete para fazer suas declarações. Segundo ele, eram casados há quatro anos e trabalhavam juntos na roça. Permaneciam em casa todos os dias e, às vezes, saíam para um baile ou assistiam ao culto na Igreja evangélica local. Ressalta que a esposa era fraca antes de casar, porém, quando casou, ela fez tratamento, tendo melhorado e ficado mais forte.

Inquérito 33, ano 1968

Dona de casa de 46 anos de idade. Protestante de origem alemã com instrução primária. Foi encontrada enforcada na sua propriedade, às 9 horas e 30 minutos da manhã. O marido, juntamente com vizinhos, procurou a vítima e, duas horas após, encontrou-a dentro de um poço, com a cabeça e o corpo debaixo da água, somente aparecendo parte das coxas e pernas. Casada há 21 anos, possuía seis filhos e morava no interior da cidade. Seu marido, agricultor e também protestante de instrução primária, declarou que, desde o primeiro parto, ela sofria de dores e com medicamentos ela passava. Sua esposa sempre se queixou de dores de cabeça e sempre que a falecida estava próxima ao período menstrual, ela tinha fortes dores. Segundo declarações do médico da cidade, a vítima esteve em tratamento médico, apresentando problemas ginecológicos e astenia nervosa. O esposo da vítima foi chamado à Delegacia para um novo depoimento, pois algumas colocações não estariam claras. Após o término, foi concluído que realmente se tratava de suicídio.

Inquérito 28, ano 1973

Agricultor, 50 anos de idade era casado e tinha seis filhos. Foi encontrado enforcado no mato, próximo a sua residência, no interior do município. Segundo o relato de sua esposa, a vítima já havia tentado suicídio um dia antes, no paiol da casa. A viúva da vítima relata que seu esposo sofria de doença nervosa e, ultima-

mente, estava contrariado com o namoro da filha. O suicida era visto como um homem trabalhador, porém quieto, não saía muito de casa e gostava de tomar bebidas alcoólicas.

Inquérito 19, ano 1974

Bancário de 42 anos, casado, protestante. Matou-se com um tiro de revólver de calibre 32. Foi encontrado às 9 horas, nas dependências do Banco em que trabalhava. Conforme declaração das testemunhas, a vítima havia sido destituída do cargo de gerência e removida para Porto Alegre, o que o havia aborrecido muito. Uma testemunha afirma que, durante o tempo em que a vítima trabalhou na direção do referido banco, demonstrava não ser uma pessoa normal, por causa do seu sistema nervoso agitado; durante o horário de serviço, era um elemento quieto e quase não falava com seus subordinados. Outra testemunha relata que a vítima fazia tratamento para nervos e que em uma ocasião afirmara que, se não tivesse a família com filhas menores, já teria se matado.

Inquérito 15, ano 1976

Casada há quase um ano, com apenas 26 anos de idade, de instrução primária. Religião protestante e dona de casa. O marido possuía 29 anos, era agricultor de instrução primária e de religião também protestante. Cometeu suicídio por enforcamento, no dia 30 de junho de 1976, entre 18 horas e 20 horas e 30 minutos. Segundo as testemunhas, a vítima era muito nervosa tendo merecido tratamento especial no hospital da cidade e, posteriormente, tenha sido levada a tratar-se em Porto Alegre, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde permaneceu por vinte dias. Ao regressar, apresentou melhoras sensíveis, sendo que nos últimos dias estava bem e parecia calma.

Inquérito 17, ano 1980

Casada, protestante de origem alemã. Foi encontrada enforcada em casa, às 11 horas, pelo seu neto, no interior do município. As testemunhas afirmam não saber o motivo do suicídio, pois a vítima não deu mostras anteriores de estar sofrendo das faculdades mentais e muito menos de que haveria a possibilidade de um suicídio, sendo ela, uma pessoa bastante religiosa, calma e pacífica entre seus familiares e pessoas de suas relações.

Outros sete inquéritos de suicídios encontram-se na Delegacia. Destes, seis correspondem a pessoas do sexo masculino, e uma, do sexo feminino. Em relação à religião desses suicidas, cinco eram de origem protestante e apenas dois, católicos. Todos moravam no interior e trabalhavam na agricultura, sendo que seis possuíam idade superior a 45 anos e cinco, escolheram o turno da manhã para se matar. Dentre os motivos, destacam-se problemas de nervos e dores incuráveis.

Muitas perguntas: poucas respostas

Ao ler os inquéritos, percebe-se que, na maioria dos casos, a própria família não compreendia a ação; talvez porque nunca tivesse parado para notar algo diferente no indivíduo. No relatório policial do Inquérito 10/1960 (FLS. 1 – APDF), percebe-se que todas as testemunhas foram surpreendidas com o suicídio, não notaram evidências do futuro ato: “... todas são unânimes em declarar que a vítima vivia bem com seu esposo e que nunca souberam qualquer rusga do casal, declarando ainda que o mesmo vivia em completa harmonia”.

A relação entre os inquéritos mostra o seguinte quadro:

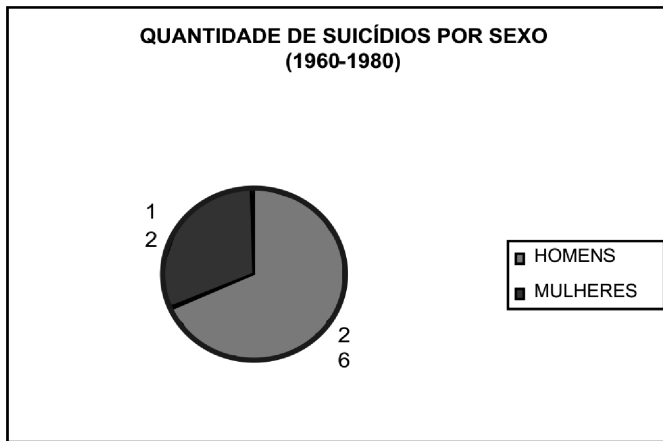


Figura 1: Quantidade de suicídios por sexo (1960-1980)

Dentre os inquéritos analisados, três dizem respeito a homens, com mais de 48 anos e a mesma ocupação: agricultores de instrução primária.

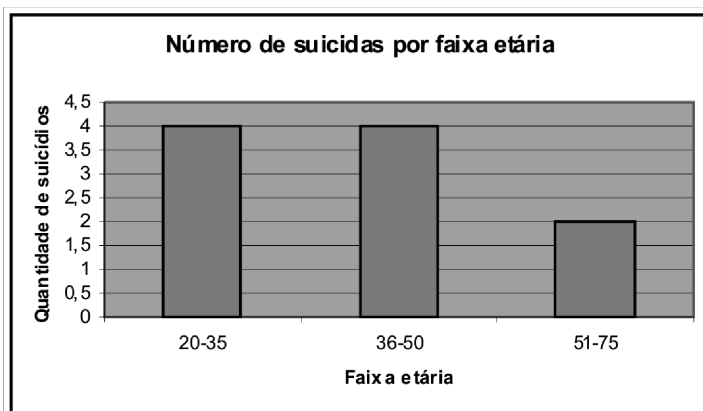


Figura 2: Número de suicidas por faixa etária

O comum entre os três casos com idade superior a 48 anos é a presença de problemas de doença. Nas décadas de 60 e 70, os moradores de Feliz, principalmente do interior, não tinham acesso a uma medicina especializada, muitos sofriram de dores que nem sabiam a origem. Devido a essa falta de informação, os problemas pareciam incuráveis e os tratamentos para as possíveis patologias não eram realizados. Aliás, a falta de acompanhamento médico especializado era generalizada. Foi o caso da suicida referente ao Inquérito 10/1960, que possuía uma doença, mencionada pelo esposo como “faculdades mentais” e que seu sogro, em testemunho, afirmou que a “vítima quando em ocasião do último parto, ficou sofrendo das faculdades mentais” (Inquérito Policial 10/1960. FLS. 4 – APDF). Pode-se relacionar essa falta de informação à falta de instrução? Os inquéritos revelaram que as pessoas com pouco estudo não buscavam informações e não compreendiam as razões das doenças.

Os Inquéritos 10, 19, 07, todos da década de sessenta, sem dúvida levantaram várias questões. Os três inquéritos referiam-se a mulheres com menos de 30 anos, todas casadas e com filhos. O perfil parece ser o mesmo: instrução primária, origem alemã e de religião protestante. Outra coincidência é o fato das três terem se enforcado na década de 60 e, segundo as testemunhas, não possuíam nenhum problema de relacionamento com a família e esposo. Em testemunho, o pai da suicida 19/1962, declarou que “nunca a filha discutiu com o marido, nos seus três anos de casados viveram em completa harmonia” (Inquérito Policial 19/1962. FLS. 4 – APDF). Pode ser que as mulheres não apresentassem motivos aparentes, elas poderiam estar passando por problemas emocionais que eram vistos como normais. Na década em questão, esses problemas emocionais eram entendidos como “doença dos nervos”, ou, muitas vezes, nem eram percebidos. A irmã da vítima 33/1968 comentou em seu depoimento:

A declarante ia frequentemente na residência de sua irmã. Às vezes, a irmã se queixava de sua doença dos nervos, que tinha que gastar muito dinheiro com médico. Nos últimos tempos, sua irmã sempre se queixava mais vezes do que o normal. Enquanto viva, a irmã nunca teria dito que iria se matar, mas em vida, sua mana sempre dizia que os tratamentos médicos não adiantavam de nada, mas de seu modo de pensar, a depoente acha que foi ela mesmo que se suicidou (Inquérito Policial 33/1968. FLS. 24 – APDF).

Ainda em relação aos três casos, deve-se chamar a atenção para a ocupação das mulheres: donas de casa. Em testemunho, o vizinho da vítima 07/1966, deixou claro a importância da figura da dona de casa para o lar; a mulher era o elo entre a família e o trabalho, sua conduta era observada pelas pessoas do seu entorno: “era uma senhora honesta e boa dona de casa, jamais deu motivos de preocupações ao marido e pensa que o motivo que a levou a tomar tal resolução seja uma doença mental” (Inquérito Policial 07/1966. FLS. 13 – APDF).

Quase sempre se repete – problemas emocionais. A mulher tinha um perfil – era reduzida ao lar: cozinhar, limpar a casa, cuidar dos filhos e do marido, muitas

vezes até dos pais ou sogros. É o caso da suicida 10/1960, que, com 28 anos, era responsável pelo andamento da casa, alimentação, limpeza e trabalho do marido, filhos e sogros. Ainda assim, mantinha a postura de esposa, dona de casa, como seu marido declarou em testemunho: “O declarante fazia dez anos que havia casado e que nunca houve discussão ou briga com sua esposa, pois se davam muito bem e sua esposa tratava muito bem seus pais que moravam na mesma casa” (Inquérito Policial 10/1960. FLS. 2 – APDF).

Mary Del Priori (2004, p. 629) menciona como o casamento nas décadas de 1950 e 1960 era visto pela sociedade: “o casamento-modelo definia atribuições e direitos para homens e mulheres. Tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram deveres exclusivamente femininos”. Apesar de Priore referir-se preferencialmente à mulher urbana, sua análise é aplicável ao caso em estudo. Com sua vida limitada ao marido, filhos e o lar, a mulher sentia-se retraída, com seus desejos reprimidos; suas dúvidas, anseios e amor próprio eram colocados num segundo plano.

Dois casos de mulheres suicidas com mais de 40 anos foram encontrados: 33/1968 e 17/1980. Ambos diziam respeito a mulheres de origem alemã, protestante e, segundo a família, sem maiores motivos para cometer suicídio. O caso 33/1968 relatou o problema de saúde da vítima: “problemas ginecológicos e astenia nervosa”, como mencionou o médico da cidade em seu testemunho: “a vítima esteve em meu tratamento médico nos anos de 1963 e 1964, apresentando problemas ginecológicos e astenia nervosa” (Inquérito Policial 33/1968. APDF). Ambas as doenças pareciam incuráveis para a vítima, mas, em nenhum momento, ela procurou ajuda especializada fora de Feliz (o que poderia ter evitado o seu ato), apenas procurou o hospital da cidade. O caso 17/1980 é intrigante: as testemunhas foram apenas duas: filho e neto e não deixaram transparecer nenhuma evidência em relação às causas do suicídio. Seu filho em depoimento declarou:

Nos últimos dias, tudo decorreu na maior paz e harmonia, não sabendo o declarante informar do motivo pelo qual sua mãe cometeu este ‘transloucado’ gesto. Sua mãe gozava de boa saúde para sua idade. Gozava de uma vida calma e pacífica entre seus familiares e as pessoas de suas relações (Inquérito Policial 17/1980. FLS. 3 – APDF).

Nesse caso, houve uma preocupação em não se permitir a repercussão do suicídio. Imagina-se que o caso não tenha sido muito comentado em razão da suicida ser mãe de político. Outro fator a ser considerado para o silenciamento deste e de outros casos envolvendo suicídios, é a própria pressão social. Sabe-se que tanto a sociedade como a própria igreja condenam o ato; um caso na família era vergonhoso.

Ao analisar o livro de registros de óbitos da comunidade Evangélica de Feliz, foram encontrados 18 suicídios registrados no período de 1959 a 1980. Destes, somente doze encontraram-se registrados no livro de Boletim de Ocorrências da Delegacia de Polícia de Feliz. E os outros seis? Provavelmente os seis casos tives-

sem sido silenciados pela própria micro-sociedade do interior e acobertados pela comunidade religiosa.

O inquérito 09/1974 é um caso típico de suicídio gerado pela depressão. O perfil do suicida é diferente de todos os outros coletados: possuía curso superior e era bancário. Segundo a declaração de sua esposa, “a vítima tinha 17 anos e meio de profissão, sendo que há seis anos e meio era gerente do referido banco; a vítima era acostumada a trabalhar durante os feriados, a fim de apressar mais seus serviços” (Inquérito Policial 09/1974. FLS. 6 – APDF). A verdade é que a profissão agitada e seu sistema nervoso frágil não permitiram que a vítima superasse seu insucesso profissional; a mentalidade orgulhosa foi mais forte que a superação. Em depoimento, seu colega de trabalho afirmou à polícia que

durante o tempo em que a vítima trabalhou na direção do referido banco, demonstrava não ser uma pessoa normal, por causa do seu sistema nervoso agitado, durante o horário de serviço era um elemento quieto e quase não falava com seus subordinados (Inquérito Policial 09/1974. FLS. 8 – APDF).

De acordo com as testemunhas, a vítima estava fazendo tratamento para os nervos, pois estava com depressão e já havia expressado a intenção de cometer suicídio: “... a vítima havia falado que, se não tivesse a família com filhas menores, já teria se matado” (Inquérito Policial 09/1974. FLS. 7 – APDF). A principal e mais séria complicação da depressão é o suicídio.

O fato de o bancário ter um jeito “quieto” e não possuir muitos amigos também revela indícios para a não superação dos seus problemas. No caso da depressão, é importante a presença de amigos e familiares. O suicida viera de Santa Catarina para trabalhar e vivia mudando de cidade, isso fazia com que se sentisse sozinho e ligasse somente para o trabalho. A centenária análise do sociólogo alerta:

Se o vínculo que liga o homem à vida se solta, é porque o próprio vínculo que o liga à sociedade se afrouxou. Quanto aos incidentes da vida privada, que aparecem inspirar imediatamente o suicídio e que passam por ser suas condições determinantes, na realidade são apenas causas ocasionais. Se o indivíduo cede ao menor choque das circunstâncias, é porque o estado em que a sociedade se encontra fez dele uma vítima sob medida para o suicídio (DURKHEIN, 2000, p. 267).

O caso do bancário que se suicidou após a notícia de sua transferência para outra agência bancária serve como exemplo para o que muitos teóricos, como Alvarez, colocam:

Uma vez que decide por fim à sua vida, a pessoa entra num mundo incomunicável, inexpugnável e totalmente convincente, onde todo detalhe se encaixa e cada pequeno incidente só faz dele reforçar a decisão que já tomou. Uma discussão com um estranho num bar, uma carta esperada que não chega, a voz da pessoa errada no telefone, a imagem da pessoa errada do outro lado do olho mágico, ou até mesmo uma mudança de tempo-todo parece impregnado de um sentido especial; tudo contribui (ALVARES, 1999, p. 128).

Suicidas protestantes em Feliz

Um ponto comum entre os casos estudados, sem dúvida, é a grande quantidade de suicidas de religião protestante. Essa realidade não está presente somente nessa comunidade, mas em tantas outras em períodos distintos; “por toda a parte, sem nenhuma exceção, os protestantes fornecem muito mais suicídios do que os fiéis de outros cultos” (DURKHEIN, 2000, p. 180).

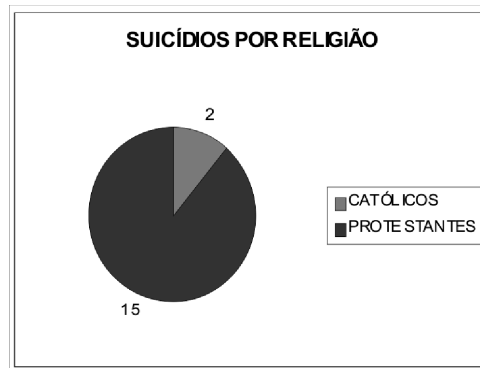


Figura 3: Suicídios por religião segundo os Inquiridos

Como explicar essa superioridade de suicídios entre protestantes? O suicídio é tratado de forma diferente entre católicos e protestantes? Ao fazer uma análise sobre ambos sistemas religiosos, Durkheim (2000, p. 185) chegou a conclusão de que,

ambos proibem o suicídio com a mesma clareza; além de lhe imporem penas morais de extrema severidade, ambos ensinam igualmente que no alémtúmulo começa uma vida nova em que os homens serão punidos por suas más ações, e o protestantismo inclui o suicídio entre estas últimas, tal como o catolicismo...Portanto se o protestantismo favorece o desenvolvimento do suicídio, não é por tratá-lo de maneira diferente do catolicismo.

Ao relacionar protestantismo com suicídio, Durkheim busca, no princípio protestante (presente desde o movimento da Reforma Protestante iniciada por Lutero) do livre exame, a explicação para a superioridade dos suicídios entre protestantes.

Ora a única diferença essencial entre o catolicismo e o protestantismo é que o segundo admite o livre exame em proporção bem mais ampla que o primeiro. O protestante é mais autor de sua crença. A bíblia é colocada nas suas mãos e nenhuma interpretação lhe é imposta. A própria estrutura do culto reformado torna perceptível essa condição de individualismo religioso (DURKHEIN, 2000, p. 186).

Ao afirmar isso, Durkheim utiliza-se do argumento de que, ao propor o livre exame, a Igreja reformista abriu espaço à sociedade, livrando-a daquela estrutura

rígida e hierarquizada, a qual estava submetida à Igreja Católica. Como consequência, os protestantes acabaram por interpretar as coisas como lhe convinham, tornando-se pessoas mais individualistas e sem uma forte ligação com a sociedade. O convívio social e a relação do indivíduo com a sociedade em que está inserido são fatores importantes para explicar casos de suicídios.

Essa teoria de Durkheim vem sendo muito discutida nos últimos anos. Os estudos sobre religião e suicídio têm se focado mais na análise do envolvimento religioso que a simples denominação religiosa. No entanto, no caso de Feliz, a diferença numérica de suicidas católicos e luteranos é expressiva. Talvez uma breve descrição da organização comunitária dos protestantes possa trazer alguns elementos à discussão.

A comunidade Luterana de Feliz, nas décadas de 1960 e 1970 possuía maior número de fiéis no interior do município. No meio urbano, havia maior número de católicos. A comunidade incluía pequenas localidades, sendo que apenas um pastor era responsável por atender a todas elas. Certamente esse religioso não dispunha de muito tempo para cada uma delas, sem falar em cada um de seus fiéis. O transporte para cada localidade era feito a cavalo, e a comunicação entre elas era precária. Pode-se concluir que a relação entre pastor e comunidade era pouco expressiva; a relação entre os próprios membros de uma localidade também se mostrava assim. As relações sociais nesse período se resumiam a um culto ou festa de Igreja; além disso, algumas famílias tinham o hábito de visitarem parentes e vizinhos.

Criando mais problemas

Esse é um dos poucos temas históricos, sobre o qual não há explicações na racionalidade científica nem uma relativa unanimidade entre os estudiosos. Por essa razão, esse artigo não apresenta conclusões, só indagações a respeito do tema com vistas a instigar futuras pesquisas usando, talvez, a análise comparativa como ferramenta teórico-metodológica para avançar no debate.

Sabemos que as teorias psicanalíticas sobre o suicídio só provam, talvez o que já é óbvio: que os processos que levam uma pessoa a pôr fim à própria vida são no mínimo tão complexos e difíceis quanto aqueles através dos quais ela continua a viver. As teorias ajudam a desembaraçar o emaranhado de motivos e a delinear a profunda ambiguidade do desejo de morrer, mas dizem muito pouco sobre o que significa ser suicida, ou sobre como se sente um suicida (ALVARES, 2000, p. 127).

Referências bibliográficas

ALVARES, A. *O Deus selvagem*: um estudo do suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DURKHEIN Émile. *O suicídio*: estudo de Sociologia; tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Traduzido por Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

RADÜNZ, Roberto. *A Terra da Liberdade*. Caxias do Sul / Santa Cruz do Sul: Educs / Edunisc, 2009.

A identidade do imigrante: encontros e desencontros

*Veiane Gaelzer**

Introdução

O imaginário de identidade envolve diversas questões que precisam ser lidas a partir de acontecimentos sociais, históricos e ideológicos, os quais constroem, interferem e/ou naturalizam discursos. Nesta perspectiva, cabe destacar que, nesta pesquisa, trabalharemos com as décadas de 1930 e 1940, no Brasil, em que Getúlio Vargas assume a presidência e institui o chamado Estado Novo. Esse governo quer instituir uma concepção de nação brasileira e, para isso, implementa um Plano de Nacionalização, que traduz uma construção de imaginário social de nação brasileira, de cidadania.

Segundo Zandwais (2007, p. 252), a Era Vargas é um período histórico que consegue consolidar uma política de aliança liberal, porque o presidente Getúlio Vargas constitui diversas alianças, obtendo a adesão tanto das oligarquias, como das massas populares brasileiras, e, assim, “assume a Presidência da República na qualidade de ‘delegado da Revolução’ em nome do Exército e do povo”. Neste sentido, o governo de Getúlio Vargas, por meio de estratégias e do poder, legitima sua posição, constituindo diversas alianças com uma condição totalitária do Estado, tendo, assim, pleno poder. É neste período da Era Vargas, através de ações, que o governo aceita a vinda de imigrantes, mas, ao mesmo tempo, cria uma série de mecanismos para controlar esses imigrantes. Dentre esses mecanismos, Getúlio Vargas institui o Plano de Nacionalização, que traduz a construção de um imaginário social de nação brasileira, de cidadania, e, assim, oficializa a construção de um Projeto Político de Nacionalização, objetivando a construção de uma “consciência nacional”. Vale ressaltarmos que essa pesquisa busca pensar como a Formação Discursiva do Governo Vargas acaba por interferir na vida dos imigrantes, a partir das determinações de segurança nacional do país. Nesse viés, temos o intuito de olhar a construção de um imaginário social a partir do sujeito: o imigrante. Para tanto, traremos recortes de relatos de duas imigrantes, descendentes de alemãs, denominadas aqui como *A* e *B*, destacamos ainda que este relato “não expressa

*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

exatamente como os fatos ocorreram, mas sim como ele (o sujeito-imigrante) os elabora e analisa” (MENEZES apud PENNA, 2006, p.91). *A* é descendente de imigrantes alemães, neta de imigrantes, nasceu em 1922, na cidade de Ijuí – RS. *B* nasceu na Alemanha, em 1919, e chegou ao Brasil com quatro anos de idade com sua família: os pais e uma irmã. É pertinente esclarecermos que a entrevista não está na íntegra, apenas serão apresentados recortes, cujo conteúdo faz menção ao período do Estado Novo, pertinente a essa pesquisa. Portanto, abordar essas questões que tangem o imaginário de identidade do imigrante, no Brasil, abarca diversos aspectos. Neste sentido, para retermos esse acontecimento histórico destas décadas, traremos os estudos de Bakhtin (2004), Althusser (1999) e de Pêcheux (1997).

1. A construção do imaginário de identidade

Segundo a nossa ótica, a definição da identidade está ligada ao modo como uma comunidade constrói suas concepções de cultura e de sujeitos e, a partir dessa concepção, constituem-se os sujeitos e a sua identidade. Por estar em constante construção, a identidade é algo evasivo e escorregadio. Neste sentido, ao usarmos o termo identidade, não nos referimos ao conceito, como sendo fixo e estável, mas consideramos a multiplicidade de discursos e vozes sociais que constituem o sujeito inacabado e descentrado.¹ Interessa-nos destacar que as questões identitárias são questões sociais, históricas e, ao mesmo tempo, linguísticas. Isso significa que abordar questões que tangenciam o imaginário de identidade do sujeito-imigrante, no Brasil, mobiliza uma série de questões políticas, posições ideológicas e objetos simbólicos, envolvidos não só na construção de uma identidade nacional, mas também nas formas de refração da identidade do imigrante.

Para Rajagopalon (2006, p. 42), “a própria questão da identidade está ligada à ideia de interesses e está investida de ideologia. Assim, a construção de identidade é uma operação totalmente ideológica”. Nesse sentido, abordar questões pertinentes à identidade do imigrante implica trabalhar elementos como: sujeito, nação,

¹ Trabalhar com identidade implica observar as condições de sujeito na cultura ocidental. A era moderna está focada no pensamento de Descartes, no Iluminismo, cujas raízes encontram-se na razão, do grego, *logos*. Esta concepção de sujeito racional é o alicerce de toda sociedade ocidental moderna. Esse sujeito cartesiano, pautado no princípio “*Cogito, ergo sum*” (Penso, logo, existo), de Descartes tem como centro a razão. A razão é capaz de levar ao conhecimento e considera o homem como um ser autônomo, consciente e responsável pelos seus atos. Neste viés, a identidade pode ser percebida como uma identidade autônoma e centrada. Para opor essa visão de sujeito cartesiano, centrado, trouxemos o entendimento de sujeito inacabado de Bakhtin (2005). Para Bakhtin o sujeito é resultado de processos históricos e sociais determinados por condições materiais. Dessa perspectiva, refutamos a noção de identidade, vista, na era moderna, como autônoma, fixa e racional. Adotamos a perspectiva de Bakhtin, cuja noção passa pela heterogeneidade, alteridade, o que nos leva a compreender que a identidade não é estável, acabada, antes está em constante deslizamento, sendo, portanto, híbrida. Logo, a constituição do sujeito em sua incompletude se dá numa interação entre o eu e o outro, numa fronteira tênue.

língua, história, espaço e ideologia. Cabe lembrar que os imigrantes que escolhem e vêm para o Brasil, motivados por promessas, não estão negando a sua pátria, a sua língua, a sua identidade, mas são imigrantes pobres, por isso, eles partem por necessidade. Eles vêm para o Brasil em busca de condições de sobrevivência para suas famílias, uma vez que essas condições de sobrevivência não encontram mais na sua terra natal. Portanto, ao definir a identidade do imigrante, precisamos defini-lo desse lugar social e, a partir desse lugar, fazem-se valer determinados domínios de saberes que se inscrevem na Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães. Contudo, neste panorama, o da identidade do imigrante, temos também os saberes da Formação Discursiva do Governo Vargas, que acaba interferindo na vida desses imigrantes a partir das determinações do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e do Ministério da Segurança com medidas que intervêm direta e negativamente em suas vidas.²

Ao tratarmos da questão da identidade do imigrante, temos um elemento simbólico fundamental: a língua. Se olharmos para a língua pela perspectiva do país, temos uma proposta de nacionalização para esses imigrantes, pois o Governo de Getúlio Vargas, após assumir a presidência, quer instituir uma concepção de nação brasileira e implementa o Plano de Nacionalização, que traduz a construção de um imaginário social de nação brasileira, de cidadania, o qual se consolida pelo ensino e pela língua, pautados em diretrizes curriculares que são decretadas pelo Plano Nacional de Educação. Portanto, o Governo de Vargas, na ânsia de constituir uma consciência nacional e construir um imaginário de cidadania, implanta diversas medidas, que passam a organizar toda a sociedade, atingindo, assim, principalmente, os imigrantes com a proibição de sua língua. Nesse sentido, a língua desempenha um papel fundamental, a língua enquanto lugar de excelência para legitimar a consciência nacional, proposta pelo governo. Para tanto, a política de nacionalização de ensino implica em legitimar algumas práticas e expurgar outras que ameaçam esse projeto. Entre as práticas, segundo Zandwais (2007), podemos destacar: a determinação de compêndios escolares a serem usados; determinação do perfil do professor nas escolas; assim como, a determinação do programa de ensino nas escolas; pautado nessas medidas legais que se instaura o projeto de definição de “nação brasileira”. Cria-se, dessa forma, alguns saberes que determinam a construção imaginária do sujeito brasileiro e, assim, temos os saberes da Formação Discursiva do Governo Vargas (FDGV), que determinam quem é o sujeito brasileiro e quem não é. Neste panorama, instituído a partir dos decretos, são excluídos os imigrantes, cujo sentimento de pertencimento se dá pela língua, pois ao

² Não podemos ser ingênuos e nos esquecermos do panorama mundial dos acontecimentos históricos, relacionados à Alemanha nessas décadas. Também não é nossa pretensão amenizá-los e é inegável que estes acontecimentos corroboram para o encaminhamento das práticas políticas adotadas pelo governo varguista. Não é nossa pretensão fazer uma análise entre ambos, pois este não é o objeto de pesquisa em questão, mas sabemos que a relação entre ambos existe.

negar a língua dos estrangeiros/dos imigrantes, nega-se também sua cultura, sua memória e sua identidade. Assim, utiliza-se a língua portuguesa como um elemento constituinte da nação brasileira, porém, ao mesmo tempo, ela é um elemento de exclusão dos imigrantes e uma forma de apagamento de sua bagagem cultural.

Nesse sentido, quando se enuncia do lugar oficial, o do governo, reporta-se aos saberes da Formação Discursiva do Governo Vargas (FDGV), daí os atributos e os discursos serem diferentes daqueles utilizados pelos próprios imigrantes para se definirem, uma vez que entra em jogo saberes diferentes das Formações Discursivas (FDs). Os saberes atrelados à Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães (FDIA) reportam-se a um interdiscurso dos saberes discursivos pertencentes ao sujeito imigrante, que ocupa outro lugar social. Conforme o discurso, é que fazem valer-se saberes diferentes, portanto, não temos um único sentido, mas efeitos de sentido atrelados ao lugar social do qual se enuncia. Nessa perspectiva, o sentido não é transparente, unívoco, mas múltiplo e fluído. Sobre isso, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 169) postulam:

o sentido de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos).

Pelas palavras dos autores, depreendemos que o sentido pode ser variado, dependendo das condições sócio-históricas de produção, no qual os sujeitos estão inseridos, considerando sempre as posições ideológicas envolvidas e produzidas no discurso. Isso significa que os discursos remetem a determinados saberes que são significados dentro das FDs. Neste viés, os sentidos não são dados pelos signos linguísticos, mas inscritos numa ordem sócio-histórica e determinados a partir de um lugar social que remete a determinados saberes de uma Formação Discursiva (FD).

O conceito de Formação Discursiva foi cunhado por Foucault e retomado por Pêcheux. Para Pêcheux (1997, p. 160), “*formações discursivas* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” [grifo do autor]. Conforme o autor, as FDs propagam saberes, em que alguns efeitos de sentido são valorizados e naturalizados, enquanto outros silenciados e excluídos. Desta perspectiva, ao considerarmos a questão da construção da identidade do sujeito imigrante, temos a Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães (FDIA) que retratam o modo de vida dos imigrantes no final do século XIX e no início do século XX. Contudo, esses saberes da FDIA são afetados pelos saberes da Formação Discursiva do Governo Vargas que busca construir um imaginário de identidade de brasileiro, tentando apagar a identidade do imigrante, “*abrasileirando-o*”.

Neste sentido, ao falarmos sobre o imaginário de construção de identidade, adentramos em um lugar de contradições, de encontros e desencontros, porque ao tentar incluir o imigrante e seus descendentes na história de uma política naciona-

lista, excluimos esse sujeito da história, na medida em que ele foi controlado e proibido de preservar sua cultura e de falar sua língua. Assim, conforme Zandwais (2007), estamos falando de práticas de violência simbólica, exercidas pelo Regime de Getúlio Vargas. A partir desse cenário, colocamos a questão: naquilo que é feito em nome do povo, está velada uma prática de controle e de subordinação, daí a contradição, pois se é feito em nome do povo, como pode ser uma prática de controle e de subordinação? É justamente para compreender nos entremeios da língua, da história e do sujeito, que buscamos respaldo teórico na Análise do Discurso. Neste sentido, essa teoria nos possibilita mobilizar o entrecruzamento da memória e do acontecimento histórico, cujos efeitos de sentido fazem parte da construção de identidade de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, na Era Vargas.

Se observarmos as palavras de Pêcheux “*o que pode e deve ser dito*” e observarmos como a Revista do Ensino se apropria e propaga as sanções que Getúlio Vargas determina para coibir o imigrante, denominados como brasileiros descendentes de estrangeiros, é que percebemos não só o que se pode dizer sobre o sujeito imigrante, mas também como essa relação atravessa a construção cultural do imigrante alemão. O recorte, a seguir, merece destaque, uma vez que ressalta o domínio de saber, inscrito na FDGV, em torno da construção do imaginário de brasileiro descendente de estrangeiros: os imigrantes.

(FDGV) R1: “Todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência nacional” [grifo nosso] (REVISTA DO ENSINO, 1939, p.134).

Ao observarmos o Recorte 1 (R1), publicado pela Revista do Ensino, podemos trazer os conceitos de Marx (1984): superestrutura e infraestrutura. Marx traz a questão da divisão da sociedade em classes, é ele que analisa os modos de implicação da divisão de trabalho, este como forma de alienação. Dessa forma, é através de Marx que podemos entender esses conceitos importantes e analisarmos esse R1, uma vez que a posição-sujeito do governo que se inscreve na FDGV defende a construção de identidade brasileira via superestrutura para infraestrutura com o programa de ensino e implementação obrigatória da língua portuguesa. Temos aqui domínios de saberes de duas formações discursivas que pertencem a esferas distintas, ou seja, à Formação Discursiva Governo Vargas que se dá na superestrutura e à Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães que se encontra na infraestrutura. É pela superestrutura, o aparelho do Estado e Jurídico, que Vargas interfere na realidade dos imigrantes e regula direitos/deveres dos cidadãos, contudo, observar-se-á, no decorrer do trabalho, que os imigrantes recebem mais deveres do Estado, os direitos dos imigrantes são poucos. Aqui, ao considerarmos a questão lín-

gua, podemos desvelar que ela propaga um saber ideológico inerente à FDGV, cujos princípios são os mecanismos de subserviência e conformismo dos imigrantes. O R1 da FDGV deixa claro que os *brasileiros descendentes de imigrantes* precisam adaptar-se, na perspectiva da passividade, por meio do *ensino e da língua*. De modo que o governo varguista instituiu a obrigatoriedade da Língua Portuguesa, ela torna-se um elemento de política de destruição linguística, porém, para os imigrantes a língua, que lhes é proibida, representa a preservação da sua cultura, da sua memória e da sua identidade. Os domínios de saber da FDGV são reforçados, por diversas vezes, pela designação *adaptação*. Essa adaptação proposta é antes uma imposição jurídica. Ademais, a própria palavra *adaptação* nos remete a efeitos de sentido de passividade, pois quem precisa adaptar-se não pode trazer nada de si, da sua identidade, precisa aderir ao que está sendo (pro)posto. Tal palavra reflete o propósito do governo para com os imigrantes: não trazer elementos da cultura estrangeira. Nesse sentido, *adaptar-se* remete a não impor resistência, oposição ou resignação, antes aceitar as condições propostas e *adaptar-se*.

Ao olharmos para essa prática política, podemos fazê-lo a partir da noção de sujeito assujeitado de Althusser (1999), isto é, o modo de inscrição do sujeito na ordem histórica e na ordem simbólica, neste caso: como o sujeito imigrante se reconhece e como a FDGV reconhece o sujeito imigrante. É pertinente observarmos como as práticas sociais funcionam em determinadas condições de produção. Neste caso, o imaginário de identidade do imigrante: lugar conflituoso, porque o sujeito-imigrante se reconhece a partir dos seus saberes e estes saberes estão sendo coibidos pelas práticas políticas varguistas. Isso significa que os saberes significam a partir de um determinado lugar social, dentro das condições sócio-históricas determinadas e condições internas da própria condição. Aqui, podemos trazer as reflexões de Althusser sobre a reprodução que se dá a partir das condições de produção. No nosso trabalho, identificamos uma reprodução de submissão às regras da ordem estabelecida pela superestrutura, dado pela FDGV. Os domínios dos saberes desta formação identificam os sujeitos imigrantes e são diferentes do modo de inscrição na ordem histórica e simbólica, com o qual os sujeitos imigrantes se reconhecem. Contudo, o modo como o sujeito se reconhece nessas relações de produção e define a sua construção imaginária já está interpelada pelo processo de produção pelos Aparelhos Ideológicos do Estado. Neste sentido, o Estado não precisa necessariamente utilizar-se da força física, mas da sua ideologia para a reprodução dos modos de produção da classe dominante.

Uma forma de reproduzir os saberes da FDGV é (pelo menos, esse era o objetivo do governo) por meio da escola. Para Althusser (1999, p. 27), “a Escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos como as Forças Armadas) ensina determinados “savoir-faire”, mas segundo formas que garantem o *submetimento à ideologia dominante*, ou o controle de sua “prática””[grifo do autor]. E ainda para o mesmo autor: “todos os aparelhos ideo-

lógicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção” (ALTHUSSER, 1999, p. 272). Essa perspectiva aponta para a determinação dos AIE de como o sujeito precisa se inscrever na ordem histórica e simbólica, no nosso caso, como o sujeito-imigrante e seus descendentes devem se reconhecer e se adaptar para “tornar-se” e reconhecer-se como sujeito brasileiro. Ao trazermos para o nosso trabalho as questões sobre AIE, podemos identificar claramente esse controle do Estado pelo R1 anteriormente apresentado. Este expressa objetivamente: “Essa adaptação far-se-á *pelo ensino e pelo uso da língua nacional*, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência nacional”. Disto podemos depreender o objetivo do governo a forma, pela qual garante o controle dos imigrantes e o submetimento, dado pelo ensino e pela língua.

Além disso, Althusser traz o conceito da formação social, pois não se tratam apenas de classes, no âmbito econômico, conforme Marx (1984), mas social, no nosso caso: os imigrantes. Trata-se de um modo de produção social e cultural que desenvolve saberes diferentes daqueles dos trabalhadores brasileiros³, por isso, traz perigo e oferece resistência para a efetivação da “consciência nacional”. Nesse sentido, o governo, pautado em respaldo jurídico, cria mecanismos para reprimir, expurgar o elemento ameaçador para o projeto da brasilidade. Voltamos a chamar atenção para o fato de que é, a partir da FDGV, que alguns saberes são construídos e repassados sobre a construção do imaginário de brasileiro e, simultaneamente, a materialização do discurso sobre a identidade do sujeito imigrante.

2. Língua e Identidade

Ao tratarmos da questão do imigrante, temos observado a relação dele com a língua, com sua história, sua memória e sua identidade. A língua cumpre um papel essencial: o de objeto simbólico de identificação do grupo social dos imigrantes. Para Mariani (In. ARAÚJO, 2007, p. 12), “a língua como objeto simbólico de uma nação faz parte de um intrincado entrelaçamento de estruturas sociais e culturais nas quais circulam memórias e imagens que afetam o modo como a história dessa nação é contada e também o modo como os processos de subjetivação ocorrem”. Ao considerarmos as palavras da autora, percebemos a importância da língua na construção da identidade de uma nação e os processos de identificação que marcam os sujeitos.

³ Cabe a pergunta: o que significa “trabalhadores brasileiros? Na época (ainda hoje), muitos não se consideram “brasileiros”, já que seus antepassados são de algum outro lugar, principalmente, os de origem europeia. Afinal de contas, a maioria acredita que ser descendente de europeu lhes confere mais *status*, do que dizer-se “brasileiro”.

É pela preservação da língua que se cultivam as memórias, a cultura e o sentimento de pertencimento. Como já abordado neste trabalho, os imigrantes que vieram para o Brasil não tinham a intenção de negar ou apagar sua identidade, o imigrante já tinha se constituído como sujeito-imigrante, inscrito numa ordem simbólica e histórica, que constituía a sua identidade. Portanto, eles faziam questão de preservar a sua identidade através da identificação e preservação da sua língua materna e é, nesta relação do imigrante com a sua língua, sua história e seus costumes que ele constitui a sua construção de identidade na sua *Heimat* escolhida.

Se observarmos o recorte, a seguir, inscrito nos saberes da FDIA, podemos perceber essa identificação pela língua:

(FDIA) R2(B): „wenn meine **amigas** kommen, dann sprechen wir nur auf Deutsch”.⁴

Podemos perceber pelo Recorte 2 (R2) “dann sprechen wir nur auf Deutsch” (então, conversamos somente em alemão) um sentimento de identificação, de pertencimento atrelado à língua. A imigrante se sente identificada a um grupo social, uma identidade estabelecida pela língua, a qual deveria ter sido apagada, a partir das sanções do Governo Vargas, com o seu Plano de Nacionalização, coibindo o imigrante. No entanto, podemos perceber que o imaginário de identidade ainda está atrelado à língua. As práticas políticas do governo Vargas não conseguiram excluir totalmente esse elemento simbólico nas formas de identificação dos sujeitos-imigrantes. Ademais, chama-nos a atenção no R2 uma palavra, cuja significação é importante e está dita em Língua Portuguesa: *amigas*. Prova de que a identidade desse sujeito não ficou intacta com o processo de nacionalização dos imigrantes. Mesmo querendo negar enfaticamente a Língua Portuguesa, o sujeito do R2 é traído pela própria língua, daí a sua identidade ser um lugar de conflitos. Poderíamos utilizar, conforme Mateus (apud MEY, 2006, p. 71), “a tua fala te denuncia”. Aqui, a fala do R2 nos mostra o aspecto conflituoso não só da língua, mas a constituição da identidade e o processo de subjetivação desse sujeito imigrante e como essa relação atravessa a construção cultural desse imigrante alemão. A identidade, neste caso, se manifesta e se sustenta através da língua, fazendo sentido, e, ao mesmo tempo, aponta para o conflituoso.

Ao observarmos o R2, podemos considerar a afirmação de Kleiman (1998, p. 280), “a identidade não como uma condição permanente, mas como uma condição transitória e dinâmica moldada pelas relações de poder que na percepção dos participantes, estão sendo configuradas na interação”. Neste sentido, está presente a ideia de que as identidades sociais são construídas no/a partir do discurso, pois “as identidades sociais não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicio-

⁴ “quando minhas amigas vêm, então nós conversamos somente em alemão” [tradução nossa].

nados” (MEHAN apud LOPES, 2006, p. 310). Daí, esse caráter fluido na constituição da identidade e, ao mesmo tempo, com uma clara identificação da língua com a sua própria identidade, como representado no R2.

Ao observarmos esse caráter relevante da língua com a identidade, entende-se a política linguística instituída no governo Vargas, pois não se trata apenas da língua, enquanto sistema normativo, mas de um elemento simbólico de construção, preservação e apagamento da identidade. Por isso, ao observar a FDGV sobre a política linguística, tem-se uma política sobre a língua, a qual se torna símbolo de identificação para o imaginário de nação brasileira no período Vargas.⁵ A nação brasileira define sua identidade de brasileiro pelo viés da língua nacional, sendo assim, o imigrante já se encontra excluído, uma vez que não domina a língua e nem faz questão de dominá-la. Daí, a pertinência da língua, segundo proposta do governo varguista, na construção do imaginário de nação brasileira, todos unidos por uma só língua. A língua como elemento simbólico de identificação e união. Pelo R2, percebemos que é, pela língua, que se dá o sentimento de pertencimento e, através dela, preserva a sua identidade e seu sentimento de identificação a um grupo. Neste viés, podemos depreender que língua, identificação e sujeito estão interligados, constituindo-se mutuamente.

Para Rasia (2004, p. 187), “a língua é o lugar da inscrição dos sujeitos em sua clivagem histórico-social, e, por isso, os sentidos são resultados das diversas identificações dos sujeitos com a língua”. Quando o governo varguista determina algumas sanções no que se refere à proibição do imigrante, proíbe a identidade desses imigrantes em solo brasileiro, tenta, pelo viés da proibição, o apagamento desse sujeito na ordem simbólica, com a qual ele se identifica. É, portanto, pelas determinações que o governo procura instituir um processo de ressignificação da ordem do real, a partir da inscrição do imigrante numa segunda língua, buscando o apagamento da sua primeira língua, logo, o sentimento de identificação com a nova pátria, mesmo que, para isso, seja necessário o uso da violência. Daí a presença constante da violência simbólica na vida dos sujeitos imigrantes.

3. A presença da Violência Simbólica

A lei de Segurança Nacional via decreto traz para a vida dos imigrantes a imposição da fala de uma língua nacional: a Língua Portuguesa. Esta é obrigatória em todo território brasileiro em tempo integral, conforme regulamentação em De-

⁵ Podemos trazer o exemplo da União Soviética, início do século XX, que busca a construção do imaginário de nação em torno da língua: o grande-Russo. Segundo Rasia (2004, p. 211) “o ‘grande-Russo’, língua de estado e de literatura, opunha-se às suas variantes geográficas, traçando as fronteiras internas e simultaneamente externas (os espaços geográficos além da Rússia). Esse movimento de setarização gerou o efeito de unidade, porque, ao produzir o apagamento das identidades locais, sobrepunha a elas uma suposta unidade nacional”.

creto-Lei nº 1545, expedido em 1939, Artigo 15 (REVISTA DO ENSINO, 1939, p. 136):

(FDGV) R3: “é proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”.

O Recorte 3 (R3) da FDGV aponta para o dispositivo que impugna o processo de construção da identidade do imigrante e tenta instituir a nação brasileira: impondo a Língua Portuguesa e proibindo o uso de línguas estrangeiras, nesta pesquisa, a Língua Alemã. Já afirmamos que não se tratam apenas de elementos linguísticos, que lhes eram proibidos, mas, atrelado à língua, está toda a bagagem cultural e simbólica, a que esta língua remete, ao sentimento de pertencimento e identificação. Identificação essa que lhes era roubada e, ao mesmo tempo, obrigada oficialmente a ser substituída por um sentimento de nação brasileira. Para Zandwais (2007, p. 253-254),:

a materialização da violência simbólica se inscreve no regime constitucional através de uma legislação que, em nome da manutenção da unidade da nação, despossui o sujeito imigrante de seus bens simbólicos, obrigando-os a assumir uma nova relação de pertencimento tanto cartorial (nacionalidade) como histórico-simbólica (identidade).

Portanto, ao instituir “é proibido o uso de línguas estrangeiras”, o R3 da FDGV não proíbe apenas a língua, mas um sentimento que une esses imigrantes: o sentimento de pertencimento a um grupo social, o dos imigrantes. É pela língua estrangeira, como aponta os saberes da FDGV, que os imigrantes não se identificam como brasileiros. É por isso, que a língua é uma representação simbólica de união de um povo, de sua identidade cultural e histórica. Muitas coisas foram deixadas para trás pelos imigrantes, mas a língua sobreviveu, pois é o elemento que os une. Para tanto, o Governo Vargas institui (pelo menos é o que pretendia) juridicamente e simbolicamente a substituição desse sentimento de pertencimento por outro: o sentimento de brasilidade. Conforme Zandwais (2007, p. 253), o projeto de nacionalização “já nos possibilita aprender o contexto a partir do qual se produz um imaginário de cidadania no país, este contexto diz respeito aos limites impostos aos estrangeiros e à sua prole pela soberania do Estado, isto é, às restrições de propriedades culturais e linguísticas impostas aos imigrantes e seus descendentes”. Portanto, para além dos aspectos da língua, está em jogo a questão da identidade, pautada em interesses políticos.

Pode ser confirmada essa questão do jogo da identidade, pautado na violência simbólica pelo recorte da entrevista feita com a imigrante, tomada aqui como representação:

(FDIA) R4 (B) „Na ja, mein Vater muûte seine ganze Bücher nach Tuparendi nehmen – auf die Delegacia – Säcke voll. So gute Bücher, so schöner... Mein Vater war ja Pfarrer, er war ja garnicht politisch. Er hatte garnicht mit politik zu tun. Es waren

*Bücher für Pfarrer, aber es war auf Deutsch. Er mußte alles nach Tuparendi bringen. Sie haben es auf einander geworfen vor die Delegacia und alles verbrandt“.*⁶

O recorte nos apresenta uma forma de violência simbólica de destruição da identidade dos imigrantes, seus conhecimentos, sua cultura. Ademais, esse acontecimento produz-se a partir de relações de poder, estas nem sempre representadas na forma da violência física, mas também na violência simbólica, que se materializa em diversas ações. O poder simbólico não é visível, “está em toda parte e em parte alguma” [...] “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem” (BOURDIEU, 2005, p. 9). Ao trazermos as palavras de Bourdieu para nossa pesquisa e relacionarmos com o Recorte 4 (R4), podemos identificar esse poder na expressão “*alles verbrandt*”, isto é, queimaram tudo. Esse tudo representa a identidade, a bagagem cultural, a memória desses imigrantes, portanto, ao queimar os livros está representada a destruição da identidade desses imigrantes, determinando-lhes outros livros, outras leituras, um outro lugar social. Ressaltamos, no R4 da FDIA, que a própria instituição representativa do poder e da violência está dita na língua do país do outro, no caso, a Língua Portuguesa. Como se esta instituição, a *Delegacia*, não fizesse parte do mundo do imigrante e da sua identidade, por duas vezes aparece na língua do outro, como forma enfática de excluir esse elemento do seu mundo.

Se olharmos para a R4 da FDIA, a partir da posição-sujeito do governo e seus respectivos saberes inerentes à FDGV, há representada a partir da palavra “*Delegacia*” a instituição responsável pela ordem, pelo funcionamento e efetivação do plano de nacionalização, pois queimar os livros de língua estrangeira é trabalhar sempre em prol da construção da identidade da nação. Vale destacar que esta ação está pautada numa ação legal com respaldo jurídico em prol da nação brasileira. Nesse sentido, a proposição *Delegacia*, vista pelo viés da FDGV, nos remete a outro interdiscurso: uma instituição que preza a ordem pública.

Para Orlandi (2002, p. 66), “não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como se subjetivar”. Conforme as palavras da autora, a língua é um fator decisivo na determinação da identidade do sujeito no coletivo. Desta perspectiva, a língua, vista pelo viés da FDGV, no Regime Vargas, não era apenas uma forma de inclusão, conforme queria o discurso da história oficial, nesse “país brasi-

⁶ “Meu pai foi obrigado a trazer todos os seus livros para Tuparendi – na delegacia – sacos cheios. Assim, bons livros, tão bonitos... Meu pai era pastor, ele nem era político. Ele não tinha nada a ver com a política. Eram livros para pastor, mas estavam em alemão. Ele precisou levá-los a Tuparendi. Eles os jogaram num monte na frente da delegacia e queimaram tudo” [tradução nossa].

leiro”, mas um meio simbólico de violência e exclusão desses sujeitos-imigrantes, em outras palavras, era necessário expurgar os elementos que ameaçavam o imaginário de brasilidade, contudo, imigrantes a partir da sua condição histórica e da FDGV, reconheciam-se cada vez mais como sujeitos imigrantes e menos como sujeitos brasileiros, a partir disso, criavam determinados domínios de saberes inerentes à sua própria condição de imigrantes e ao imaginário da construção do sujeito brasileiro. Assim, reforçando a distância entre um e outro.

O próximo recorte da FDIA aponta para momentos conflituosos. Cabe destacar, conforme Orlandi (1989, p. 130), “o lugar de que falam os sujeitos é constitutivo do que eles dizem e está representado – mas transformado imaginariamente – nas suas falas. Não são situações sociais empíricas, objetivamente descritíveis que contam, mas as projeções dessas situações, pelas formações imaginárias, nos discursos”. Isso significa que das condições vividas, apreendemos muitas, mas cada uma de um modo diferente.

(FDIA) R5(A) “Tudo era em alemão. Depois casamos. Eu tinha 22 anos, quando eu casei. Chegamos lá em Ijuí, daí prenderam nós. Por causa que ele disse para o meu pai “Richt aus” [Siga reto (tradução nossa)]. Daí nós chegamos lá na outra esquina. Preso daí. Só ele que dormiu na cadeia uma noite. Outro dia soltaram. Eles reviraram tudo. Eu tinha documentos, foto em alemão do casamento, queimaram tudo, aqueles bandidos” [grifo nosso].

Nesse Recorte 5 (R5) da FDIA, está presente a marca do sujeito com a exterioridade, pautada numa posição ideológica inscrita na FDIA. Devemos considerar, conforme Orlandi, a posição dos sujeitos em relação ao que dizem nos seus discursos. Prova disso, é o uso da designação, “bandidos”, ao se referir aos policiais. Por que utiliza a designação “bandidos”, ao se referir a pessoas que são aquelas que justamente protegem em nome da ordem? É porque, ao utilizar essa palavra pautada nos saberes da FDIA, fala-se a partir de um lugar social desprotegido, até mesmo, perseguido. “Aqueles bandidos” para FDIA representam a violência simbólica e física, a perseguição por eles sofrida. Dado ao fato de que falavam uma das línguas proibidas, ou seja, eram perseguidos porque continuavam preservando a sua cultura. Para os sujeitos da FDIA, os policiais não passam de bandidos, violentos pela própria conduta e pelas ações que tinham para com os imigrantes. As ações violentas dos policiais podem ser resumidas em: “preso daí e queimaram tudo”. Tanto no R4, como no R5, há a presença da violência simbólica. No R5, aparece novamente o ato de queimar os papéis, ambos os recortes se referem à anulação da cultura dos imigrantes, enfim, “tudo” aquilo com que eles pudessem se identificar e preservar as suas memórias e sua cultura. Esse ato nos mostra como a violência se concretiza na prática. Neste contexto de violência, observamos que o efeito de sentido a que remete à palavra “bandidos” está relacionado com policiais.

Segundo Pêcheux (1997, p. 261): “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que

o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito”. Isso significa que quando os sujeitos imigrantes mencionavam *bandidos*, remetiam de forma evidente à construção discursiva de que os policiais eram os bandidos, por causa de suas práticas violentas. Contudo, se olharmos, a partir da posição-sujeito inscrita nos saberes da FDGV, os policiais recebem outros atributos: responsáveis, exigentes e remete a outro interdiscurso, ou seja, lhes é atribuída a função de manter a ordem e fazer com que os sujeitos imigrantes *adaptem-se* à condição de brasileiros. Aqueles que não se adaptam e insistem em manter seu vínculo simbólico são repreendidos dentro da lei. Neste sentido, a palavra, “*bandidos*”, no viés da FDGV, trabalha na perspectiva do interdiscurso que leva aos imigrantes. São eles que estão na condição de vigilância pelos dispositivos legais de segurança nacional e submetidos à perseguição, como se fossem bandidos, para instituir uma consciência nacional. Portanto, a mesma palavra, *bandidos*, assume efeitos de sentido diferentes, porque o sentido da palavra é dado a partir do lugar social de quem enuncia a palavra.

Segundo Pêcheux (1997, p.156),:

[...] o que está, em última instância, em jogo é a *identidade* de um sujeito de uma coisa ou de um acontecimento) com respeito à questão da interpelação-identificação ideológica que nos leva a colocar, em ligação com esse sintoma, a existência do que chamamos um *processo do significante, na interpelação-identificação* [grifo do autor].

Para o autor, a nossa identificação está ligada à ordem social e ideológica, na qual nos inscrevemos. Somos interpelados por um discurso que nos identifica e nos constitui e a língua é o modo simbólico de identificação, ela possibilita a inscrição numa ordem simbólica e significativa. É por isso que Getúlio Vargas queria, via língua, constituir ideologicamente uma identificação de sujeito brasileiro, construindo uma nação e instituindo via dispositivos escolares e jurídicos alguns saberes inerentes ao sujeito brasileiro.

Considerações finais

Não é nossa pretensão esgotar o assunto, antes trazer à tona alguns elementos para reflexão. Para tanto, a análise feita na presente pesquisa procurou trazer a relação que a língua mantém com a história, no nosso caso, como o governo interviém na preservação da língua dos imigrantes, impondo a língua nacional e impugnando a identidade desses imigrantes, procurando apagar a sua memória e a sua identidade. Para mostrar como esse acontecimento histórico interferiu na vida dos imigrantes e o modo como essa violência foi apreendida pelos imigrantes, utilizamos três recortes de entrevistas feitas com as imigrantes e procuramos mostrar que retirar a língua materna desses imigrantes significou interferir nas suas histórias,

em suas memórias e na cultura, “proporcionando-lhes” a vivência de práticas políticas de violência física e simbólica e, assim, objetivou-se destruir a história, a memória e a cultura desses imigrantes. Buscamos mostrar que os falares estrangeiros, na perspectiva do Projeto de Nacionalização, eram vítimas de violência e vistos simbolicamente como intrusos que deveriam ser nacionalizados, adaptados pelo ensino e pelo uso da língua nacional. Ademais, de forma breve, buscamos desvelar os atravessamentos políticos/históricos e ideológicos imbuídos de violência simbólica nos discursos da FDGV no que tange ao imaginário de brasilidade e desconstruir o efeito de evidência de igualdade social e construção de nação homogênea na Era Vargas. Portanto, seríamos ingênuos se trabalhássemos as questões pertinentes à identidade do imigrante sem considerar elementos, como: sujeito, nação, língua, história, espaço e ideologia. Cabe frisar que ao definir a identidade do imigrante, precisamos definir de qual lugar social constrói-se a definição e que domínios de saberes das FDs fazem-se valer.

É por isso que, pautados na teoria da AD, procuramos interpretar esse acontecimento histórico e destacamos, nesse processo, um elemento pertinente que participa carregado de ideologia: a língua. A língua recebe atenção especial pelo discurso da FDGV por representar o elemento constitutivo da construção da identidade do brasileiro. Assim como também recebe atenção especial pelos sujeitos inscritos na FDIA, porque ela é um elemento identificador de sentimento de pertencimento a um grupo social: os imigrantes; pois é pela língua que (re)passam seus elementos simbólicos de pertencimento. Dessa forma, podemos depreender que a língua está carregada de um tom valorativo. O que determina a carga valorativa das palavras é a posição-sujeito de quem as profere, porque quem o faz, já está inscrito num grupo social e é permeado e interpelado por formações discursivas. Logo, as escolhas de uma ou de outra palavra já é resultado da interpelação ideológica de uma dada formação discursiva, na qual o sujeito está inscrito. Como postula Pêcheux (1997, p. 236), “as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva a qual pertencem”. Portanto, ao falarmos de identidade, abordamos vários elementos e precisamos considerar que ela não está/é dada, mas construída social, histórica, simbólica e ideologicamente num processo contínuo.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. *Língua e Identidade: reflexões discursivas a partir do Diretório dos Índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

KLEIMAN, Angela B. *A construção de identidade em sala de aula: um enfoque interacional*. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Discursos de identidade em sala de aula de leitura L1: a construção da diferença*. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

MARX, Karl. Karl Marx. São Paulo: Ática, 1984.

MEY, Jacob. *Etnia, identidade e língua*. Trad. Maria da Glória Moraes. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

ORLANDI, Eni. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*/ Eni Orlandi, Eduardo Guimarães, Fernando Tarallo. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. *A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas*. In: GADET, Françoise, & HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PENNA, Maura. *Relatos de migrantes: questionando as noções de perda da identidade e desenraizamento*. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

PRELLVITZ, Tania Jacobsen. *Estrangeiro ou Imigrante: o discurso da imprensa constituindo a (in)aceitabilidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

RASIA, Gesualda de Lourdes dos Santos. *Os discursos sobre Língua e Ensino no Brasil da 1ª e da 2ª República: o duplo lugar da determinação e da contradição*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese de Doutorado.

RAJOGOPALAN, Kanavillil. *O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?* In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. n° 2. Porto Alegre, nov. De 1939. (ano I).

SIGNORINI, Inês. *(Des)construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social*. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/ Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

ZANDWAIS, Ana (Org.). *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

_____. *OS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS VARGAS E FHC: um Contraponto entre Saberes sobre Educação e Ensino de Língua Materna*. In: Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa/ org. Ercília Cazarin, Gesualda dos Santos Rasia. Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. *Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas*. In: Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. Org. Maria Cristina Ferreira, Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. *Linguagem e Ensino: saberes linguísticos e literários domonantes em compêndios escolares*. In: Discurso, língua e memória. Organon/UFRGS, Instituto de Letras – v.16, n.35, 2003.

Comparações da emigração do *schleswig-holstein*: os Estados Unidos da América e o Brasil

Carlos Augusto Trojaner de Sá*

A pobreza, a superpopulação e a crise econômica atingiram a Europa, no século XIX. Com o fim das Guerras Napoleônicas, a situação econômica do *Schleswig-Holstein* estava desastrosa, sendo que, em 1813, o ducado estava falido. Por esta razão, a partir da primeira metade do século XIX, a migração foi impulsionada por um fator de origem econômica primeiramente.

Além disso, a industrialização avançava a passos lentos no *Schleswig-Holstein*, e nos estados vizinhos não era muito diferente a situação, apenas em alguns estados, como a Renânia, Westfália, Silésia e a Saxônia era possível ver esse crescimento industrial no começo do século XIX¹. No entanto, as correntes favoráveis à quebra das barreiras internas ganhavam força por toda a *Deutscher Bund*. Em abril de 1819, foi fundada a Associação Geral para o Comércio e a Indústria, que passou a exercer fortes pressões sobre os governos regionais no sentido de que fossem suprimidos os impedimentos alfandegários. Tentando ampliar sua influência no âmbito da Confederação Alemã, a Prússia anulou todas as restrições desse tipo entre suas províncias, ao mesmo tempo em que firmava um acordo econômico com o *Hessen*. Essas medidas conduziram à criação, em 1834, de uma união alfandegária, chamada de *Zollverein*, da qual não fazia parte o Império Austríaco. A livre circulação de mercadorias, que era seu objetivo imediato, acelerou o intercâmbio comercial entre alguns estados alemães e deu novo ritmo ao desenvolvimento das indústrias e do transporte fluvial e ferroviário (KOLULLA, 2008, p. 397-399).

A situação social, ao contrário, sofreu uma sensível deterioração. O êxodo rural e o surto de crescimento demográfico aumentaram consideravelmente os quadros de trabalhadores urbanos, permitindo que os novos capitalistas submetessem o operariado em formação a um violento regime de exploração. Tendo perdido a propriedade dos meios de produção, os antigos artesãos revoltaram-se em várias

*Aluno de pós-graduação em História Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: carlosaugusto@t-online.de.

¹ Até o início do século XIX, os vários estados alemães eram essencialmente rurais. A revolução agrícola e demográfica que ocorre neste período serviu de fator propulsor no desenvolvimento do processo de industrialização. O fato principal desta revolução agrícola foi a abolição da estrutura feudal do camponês, que como servo, ocupava uma terra que podia transmitir aos descendentes.

oportunidades por todos os estados alemães. Em todo o continente, a crise econômica sucedeu a agrícola.²

Porém a industrialização chegou lentamente em *Schleswig-Holstein* e, após as guerras napoleônicas, uma grande crise da agricultura afetou a região. A grande escassez de matérias-primas para fins industriais, com exceção de barro (para tijolos) e calcários (para cimento), dificultou o surgimento de indústrias no estado. Somente em 1832, a estrada ligando *Altona* e *Kiel* foi concluída e, só em 1844, o primeiro transporte ferroviário de administração pública, fatos estes que eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região, pois *Kiel* era um importante porto desde a Liga Hanseática. O surto de industrialização seguinte só teve início com a anexação dos dois estados pela Prússia, após 1867. Em particular, os estaleiros e a indústria de alimentos tiveram maior ascensão.

É importante também salientar a composição étnica do *Schleswig-Holstein* na primeira metade do século XIX, assim podemos dividir a população que migrou para América em quatro grandes grupos culturais, sendo estes: Saxões, Frísios, *Probsteiers*³ e *Dithmarscher*⁴. Essa divisão é baseada em sociedades com padrões culturais diferenciados, principalmente em relação à língua/dialetos (HILLS, 1998, p.145-154). Além disso, a região principalmente Frísia era caracterizada por um estilo arquitetônico diferente do resto da região, conhecida como *Geesthardenhaus*⁵. Outra fonte onde é possível obter mais dados sobre as populações do *Schleswig-Holstein* e a migração originária do norte da Europa é no texto de Hines (1998).

A primeira grande onda de migração desses estados para a América do Norte se deu após a derrota perante a Prússia, em 1851. A maioria dos emigrantes deixou o *Schleswig-Holstein* por razões econômicas neste período. Nos E.U., a principal atração para essa migração em massa era a corrida pelo ouro desde 1848, nos campos da Califórnia, como também as terras férteis do Mississipi, que atraíam principalmente a população rural. Estes emigrantes eram em geral agricultores e artesãos. A maioria deles se reuniu em pequenos ou grandes grupos viajando juntos e, muitas vezes, na América do Norte, estabeleceram-se em conjunto. Com isso, migram frequentemente famílias inteiras, a proporção de mulheres para homens em número durante esta primeira onda foi quase igual. A idade variou de recém-

² A Europa, até a metade do século XIX, foi castigada por péssimas colheitas, desencadeando uma crise agrícola em todo o continente. A crise agrícola iniciou-se em Flandres e na Irlanda, com as péssimas colheitas de batatas. Na Europa ocidental, a má colheita de trigo desencadeou em 1846 uma série de revoltas camponesas. Essa crise desencadeou um grande aumento do custo de vida, atirou à miséria grandes setores da população rural e reduziu drasticamente a sua capacidade de consumo de produtos manufaturados. A crise se agravou atingindo a indústria e as finanças. Esta crise, naturalmente, não teve caráter uniforme e atingiu de forma diferente cada região da Europa, porém a migração para a Europa se tornava uma solução com bons resultados.

³ Atualmente localizado no norte do distrito de *Plön*.

⁴ Habitantes provenientes da região de *Dithmarschen*.

⁵ Também pode ser encontrada como *Friesenhaus*.

nascidos a idosos, porém eram em sua maioria jovens entre 17 e 25 anos de idade. Estes imigrantes, porém, se estabeleceram em grande maioria nas proximidades de Davenport, Iowa. Outro fator importante que estimulou e muito a emigração para os E.U foi o decreto de 1862, o *Homestead Act* (SHANNON, 1973, p. 53-57), que definia a posse de uma propriedade com 160 acres a quem a cultivasse por cinco anos. Essa lei fez aumentar muito o fluxo de emigrantes europeus para os Estados Unidos. A conquista do oeste, que teve início com a compra da Louisiana e terminou com a compra do sul do Arizona, coincidiu com o período de industrialização dos E.U. A maioria dos alemães se adaptou rapidamente à sociedade americana, através de pesquisas do governo norte americano, concluiu-se que, até a terceira geração, ainda muito poucos sabiam a língua materna.

No Brasil, os primeiros imigrantes alemães chegaram logo após a Independência, dentro de um programa de colonização organizado e financiado pelo governo brasileiro, que tinha como objetivos o desenvolvimento da agricultura e a ocupação do território no Sul do Império, além disso, com a independência do Brasil, as autoridades provinciais sendo portuguesas e fieis à Coroa Portuguesa causavam grandes preocupações, com isso além de colonos era necessário trazer soldados para reforçar o exército “nacional”. Os alemães tornaram-se os terceiros imigrantes europeus a se estabelecerem no Brasil, após os portugueses e os suíços que fundaram Nova Friburgo, cidade esta que também recebeu a primeira leva de imigrantes alemães em 3 de maio de 1824, porém a primeira colônia alemã foi fundada em 1824, com o nome de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, numa área de terras públicas do Vale do Rio dos Sinos. As tentativas anteriores de estabelecimento de colônias com alemães na região Nordeste fracassaram, e a data de 1824 marcou o início da corrente imigratória proveniente de diversos estados alemães.

A falta de assistência e recursos para alguns grupos de colonos e o não cumprimento de promessas e, principalmente, denúncias de trabalho escravo de alemães em plantações brasileiras levaram a Prússia e os estados alemães a proibirem, temporariamente, a emigração para o Brasil, em 1846 (SCHRÖDER, 2003, p. 83-84). Ao longo de mais de 100 anos, entraram no Brasil aproximadamente 250 mil imigrantes (NADALIN, 1980, p. 300) num fluxo anual pequeno, mas contínuo, que teve seu momento de maior intensidade em 1920, no auge da crise econômico social da República de Weimar, enquanto que para os E.U, até 1848, entraram cerca de 435 mil alemães. Na tabela abaixo, podemos observar o número de imigrantes que foi para os E.U., e, com isso, ter uma comparação com o número que migrou para o Brasil no mesmo período:

Tabela 1- Imigração alemã desde 1820 – E.U.A

Década	Imigrantes
1820-29	5,753
1830-39	124,726
1840-49	385,434
1850-59	976,072
1860-69	723,734
1870-79	751,769
1880-89	1,445,181

Fonte: U. S. Bureau of the Census, Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970, Washington, D. C., 1975.

Tabela 2 - Imigração alemã desde 1824 – Brasil

Década	Alemães
1824-47	8.176
1848-72	19.523
1872-79	14.325
1880-89	18.901

(MAUCH, 1994, p. 175)

Para estudar os imigrantes de *Schleswig-Holstein* que vieram ao Brasil, não contamos com muitos dados oficiais do governo brasileiro. Este estudo somente é possível partindo das próprias raízes do imigrante, ou seja, investigando sua procedência de origem. Com isso, o objeto de estudo principal se torna as listas de passageiros, como também a própria pesquisa genealógica, pois em alguns casos, esses registros podem nunca terem sido criados desde que os imigrantes não se registrassem. A seguir, temos o número estimado de alemães por década e, na tabela seguinte, algumas cidades que receberam populações do *Schleswig-Holstein*:

Tabela 3 - Procedência de alguns grupos alemães para o Sul do Brasil

Blumenau SC	1850	Pomerânia, Holstein , Hannover, Braunschweig, Saxônia
Joinville SC	1851	Prússia, Oldenburgo, Schleswig-Holstein , Hannover, Suíça
Busque SC	1860	Bade, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein , Braunschweig

(WILLEMS, 1980, P. 38-39.)

Para dar continuidade à pesquisa, foi criado um banco de dados através da listagem de imigrantes do *Landesarchiv Schleswig-Holstein*, disponível no site dessa instituição. Com esse banco de dados, foi possível ter uma noção do número de pessoas que emigraram para o Brasil assim como para a América do Norte e também outras regiões, porém, concentrei-me nos dados relativos ao Brasil, já que, nos Estados Unidos, esses dados já estão organizados.

Com isso, através dos arquivos do *Landesarchiv Schleswig-Holstein*, entre 1820 até 1880, foram obtidos os seguintes dados⁶

Tabela 4 - Emigração de *Schleswig-Holstein* – 1820 até 1880

Emigrantes	Nação
56.759	EUA
6.834	Dinamarca
1.841	Austrália
1.315	Brasil
1.285	Outros

Através desses dados, podemos notar a grande diferença no número de emigrantes que foram para o Brasil e para os Estados Unidos da América. Nos E.U., existem três cidades com nomes em referência a cidades dos estados, Schleswig, fundada em 1855, New Holstein, em 1849 e Kiel, todas localizadas no estado de Wisconsin.

No Brasil, essa busca de obras realizadas por imigrantes do *Schleswig-Holstein* é algo contínuo e não se esgota nesse artigo. Até o presente momento da pesquisa, foram encontrados alguns indícios da contribuição dessas pessoas, mais visivelmente no estado de Santa Catarina. Aqui a figura principal é Johann Karsten, segundo a obra de Hering (1987). Karsten, junto com outros dois imigrantes, Heinrich Hadlich e Gustav Roeder, fundou a segunda indústria têxtil de Blumenau em 1882, com seis teares. Atualmente essa indústria se chama *Karsten Cama, Mesa e Banho*. Além disso, Blumenau recebeu muitos imigrantes provenientes das regiões central e setentrional da Alemanha, sendo muitos agricultores da província de Pomerânia, de Mecklemburgo e *Schleswig-Holstein* (WAHLE, 1950, p.131).

Outro lugar com presença desses imigrantes é a cidade de Joinville, onde em 1851, chegaram 20 imigrantes de *Holstein* e 17 de *Schleswig*, segundo planejamento do IPPUJ (2009). Também aqui encontramos o professor August Henrich Klüver, nascido em *Hohenwestedt*, que veio para o Brasil por conselho médico por não ter se adaptado ao clima da cidade de *Hamburg*, cidade em que fez sua formação acadê-

⁶ Dados obtidos através da pesquisa de Klaus Struve, pesquisador genealógico do *Schleswig-Holstein*, a lista foi atualizada pela última vez em dezembro de 2009 e tem como base o *Landesarchiv Schleswig*, nas seções 57 - 60, 65.2, 80,168, e 309.

mica. O Prof. Klüver, como outros professores, imigraram para Colônia Dona Francisca (Joinville) e, tendo experiência no magistério, muitos deles exerciam a profissão que lhes era vantajosa numa situação de início de colonização, pois lhes garantia emprego e moradia (SILVA, 2003, p.121).

Assim como conclusão, só posso dizer que a emigração de pessoas do *Schleswig-Holstein* para o Brasil é um fato que ainda tem um longo caminho para se percorrer, a busca por informações é quase sempre difícil, pois para se analisar a contribuição sociocultural devemos pesquisar a origem dos imigrantes, fator esse que é muito trabalhoso de se fazer, pelo fato de que, com a Guerra contra a Dinamarca em 1850, várias pessoas das mais variadas regiões da atual Alemanha foram lutar nos até então ducados de *Schleswig-Holstein*. Após a guerra, com a posição da Dinamarca fortalecida pela Inglaterra, a população passou a migrar novamente, alguns voltaram para suas casas e outros vieram para a América. Minha intenção nesse artigo foi buscar somente os nativos da região.

Referências bibliográficas

- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí*. O Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987.
- HILLS, Catherine. “Did the People of Spong Hill Come from Schleswig-Holstein?” In: *Studien zur Sachsenforschung* 13. 1998.
- HINES, John. “Culture Groups and Ethnic Groups in Northern Germany in and around the Migration Period.” *Studien zur Sachsenforschung* 13. 1999.
- IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. *Joinville: cidade em dados*. 2009.
- KOLULLA, Michael. *Deutsche Verfassungsgeschichte: Vom Alten Reich bis Weimar (1495–1934)*. Berlin: Springer, 2008.
- MAUCH, Cláudia & Vasconcelos. Naira (Org). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- NADALIN, Sérgio Odilon. “Imigração Alemã no Brasil: Dois Problemas”. In: *III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Porto Alegre: Ed. da URGs, 1980,
- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2003.
- SHANNON, Fred Albert. *The farmer’s last frontier: agriculture, 1860-1897*. New York: Farrar & Rinehart, 1973.
- SILVA, Maria Ivonete Peixer. *A escola na Colônia Dona Francisca (Joinville): Um estudo da construção do ensino – 1851 a 1900*. [dissertação de mestrado]. Joinville (SC): Universidade do Estado de Santa Catarina, 2003.
- WAHLE, Carl. “Povoamento de Blumenau”. In: *Centenário de Blumenau. Comissão de Festes*. Blumenau: 1950.
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

As enchentes na história das famílias teuto-brasileiras na colônia Blumenau (1850-1950)

*Simoni Mendes**

As enchentes na história da colônia Blumenau

Os desastres ambientais sempre foram uma constante na história da colônia Blumenau, que sofria com a invasão das águas em enchentes que ocorriam com intervalos de mais ou menos dois anos. Os anos se passaram e a chuva continuou a castigar a região que, até os dias de hoje, costuma ser devastada por enchentes. É comum jornais noticiarem o desastre como uma ação irrestrita da natureza, porém, pouco se fala do longo histórico de enchentes da região que aponta outro culpado, talvez mais efetivo que é a ação humana.

Para compreender a formação desse desastre ambiental na vida da colônia, é necessário analisar de que forma se deu o estabelecimento dos imigrantes alemães na região e as condições naturais do meio, que muitas vezes não foram consideradas pelos novos habitantes.

A colônia Blumenau, situada às margens do Rio Itajaí-açu, nasceu em 1850, a partir da iniciativa do alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, que, acompanhado de dezessete imigrantes, deu início à colonização da região. Apesar de se caracterizar, nesse primeiro momento, como uma colônia de administração privada, Blumenau possuiu total apoio do governo imperial, que, dez anos após a fundação, adotou a colônia por conta das altas dívidas contraídas pela mesma (SEYFERTH, 2004, p. 111).

A construção estrutural física da colônia seguiu o modelo alemão denominado *Stadtplatz*, que “(...) se baseia no assentamento da população obedecendo à orientação do rio (...)” (MATTEDI, 2000, p. 130). Dessa forma, os lotes foram organizados paralelos às margens do rio e um ao lado do outro, os quais tinham em média 100 e 200 metros de largura e comprimento variando entre 1000 e 1500 (SEYFERTH, 2004, p. 112).

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e bolsista de CNPq. E-mail: simoni.mendes@yahoo.com.br.

A opção por instalar a colônia às margens do Rio Itajaí-açu seguiu uma tendência já anteriormente praticada nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, que haviam implantado colônias no Vale do Rio dos Sinos e no Vale do Taquari. A opção por colonizar as regiões próximas ao rio tinha a finalidade de utilizá-lo para o transporte fluvial e para a utilização da água nas plantações e nos trabalhos diários das famílias. Infelizmente, um estudo aprofundado do bioma da região não foi feito por Dr. Blumenau antes de iniciar o processo de colonização, o que trouxe aos imigrantes uma lamentável surpresa logo nos primeiros anos da imigração.

O Rio Itajaí-açu é portador de algumas características topográficas peculiares e marcantes que devem ser consideradas a fim de prevenir a ação de desastres. Entre essas características destaca-se a baixa declividade, especialmente no último trecho, ocasionando, frequentemente, grandes planícies de inundação, principalmente na altura do rio onde se situa hoje o município de Blumenau (FRANKE, 2009, p. 25).

Para se estabelecer nas margens do rio, os novos colonos precisaram desmatar a região para construir suas casas e plantações, destruindo toda a mata ciliar, que protegia o curso das águas do assoreamento. Além disso, havia a falta de informação sobre as condições climáticas da região, visto que dificilmente os primeiros imigrantes saberiam das fortes chuvas que assolavam a região com frequência, especialmente nos meses de outubro e novembro. Vale destacar, no entanto, que já havia uma colônia alemã em Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, desde 1829, além de outros grupos de outras etnias que habitavam a região há mais de um século, os quais poderiam ter conhecimento desse alto nível de chuvas e repassado a informação para o Dr. Blumenau, que podia não ter levado a questão muito a sério.

Hipóteses à parte, Mattedi (2000, p. 225) traz algumas ressalvas pertinentes ao tema. Segundo ele, é necessário analisar essas características de vulnerabilidade do vale como características formadas pela própria ação da sociedade, como o desmatamento da mata ciliar, ocupação indevida das encostas, descaracterização da paisagem natural do relevo por aterros, etc. Esses problemas são encobertos nas épocas de “normalidade”, vindo à tona quando começa a chuva intensa.

Tanto Mattedi (2000) como Franke (2009) chamam atenção para a existência, no Vale do Itajaí, de dois fatores essenciais para a constituição de desastres ambientais, são eles os fatores (variáveis) sociais e naturais. Os fatores naturais correspondem às características geográficas da região, ou seja, precipitações intensas, solo frágil, relevo acidentado que depende da proteção da vegetação, entre outras. Já por fatores sociais entendem-se a ação humana, o desmatamento, a ocupação irregular, entre outros.

A união desses dois fatores origina facilmente um quadro de desastre ambiental, visto que os desastres não são fenômenos naturais e sim eventos socioambientais, ou seja, uma cheia de um rio só se caracteriza como desastre quando esta

interfere de alguma forma no meio em que o homem habita. Esse fenômeno, por sua vez, só vai ocorrer diante de um problema ambiental originado pela ação humana.

A ocorrência da primeira enchente na região datou de 1852, embora alguns estudos argumentem a existência de uma enchente ainda em 1851, apenas um ano após a fundação da colônia. De qualquer forma, as enchentes sempre estiveram presentes na vida da colônia gerando medo e insegurança que foram se agravando ao longo dos anos, à medida que as enchentes iam ficando cada vez mais desastrosas. No período abordado por esta comunicação (1850-1950), Blumenau passou por ao menos 33 enchentes, nas quais podemos encontrar com facilidade inúmeros relatos dos imigrantes e teuto-brasileiros.

Relatos e imagens do desastre

Os estragos produzidos em um desastre ambiental podem tomar diferentes proporções variando sempre de acordo com a força da ação da natureza e, principalmente, levando-se em consideração a organização social da área atingida. Se comparar-se os estragos da tragédia em 2008 e das primeiras enchentes na década de 1850, é lógico que os números da recente enchente foram estrondosos, porém, não se pode esquecer que, guardadas as devidas proporções, as primeiras enchentes também causaram grandes sustos aos imigrantes.

À medida que a cidade foi crescendo desordenadamente, uma tempestade normal se tornou um grande problema, pois, além do alagamento, existia uma situação agravante que eram os deslizamentos, que foram os grandes causadores de mortes, como ocorreu em 2008, em que a Defesa Civil de Santa Catarina registrou 135 óbitos. Já nas primeiras décadas, os casos de óbitos não ocorriam com frequência, embora isso não revelasse uma diminuição da tragédia, pelo contrário, houve outra época, em que, na colônia em formação, qualquer ação das águas podia levar abaixo todo trabalho de anos desses imigrantes.

Sobre a enchente de 1852, pode-se constatar o resultado do desastre por meio de uma carta enviada por Fritz Müller a sua irmã residente na Europa. De acordo com o relato, várias plantações foram inundadas, muitas casas mais próximas à margem ficaram embaixo da água, a correnteza impedia o tráfego de canoas fazendo com que muitos colonos sofressem com a fome. Conhecendo o local no qual ficava a casa de Fritz Müller, é possível calcular que o nível do rio, em 1852, tivesse alcançado os 9 metros (SILVA, 1975, p. 5)

Nesse primeiro registro, não houve notícia de acidentes fatais, apenas perda de bens materiais, e infelizmente também não existiram registros iconográficos. Nas enchentes seguintes, no entanto, as narrativas passaram a ser mais dramáticas e trágicas, em geral, esses relatos foram obtidos através de cartas que os imigrantes mandavam a seus familiares na Europa. Nos anos subsequentes, quando os jornais

começam a ser veiculados no Vale do Itajaí, passaram a surgir as notícias das enchentes mostrando as perspectivas do próprio jornal e das pessoas que relatavam as tragédias vividas, normalmente, para seus vizinhos.

Analisando alguns relatos, torna-se evidente que as enchentes de 1880 e 1911 foram as que trouxeram mais estragos para a região, ficando marcadas na memória da população, assim como ficaram posteriormente as enchentes de 1983 e 1984, e mais recentemente a enchente de 2008.

Tanto nos relatos sobre as enchentes de 1880 como na enchente de 1911, é possível ler notícias de óbitos, trazendo um ar ainda mais trágico para a tragédia. Nas memórias deixadas por Erna Deeke Hosang, traduzida por Antonio Walter R. Júnior, e posteriormente publicada no periódico Blumenau em Cadernos, vê-se a situação lamentável por qual passou a comunidade da região:

Lá, no topo da árvore, estavam todos bem amarrados: no galho mais alto, a filha, amarrada e bem presa com seu próprio avental; também a mulher, bem amarrada com seu avental e o marido, com seus suspensórios, também bem amarrado: todos mortos. A água tinha ido também sobre a árvore; certamente eles sentiram que estariam salvos na árvore, ao contrário do telhado da casa (HOSANG, 1993, p. 263).

O relato traz a triste história de uma família alemã que para fugir da chuva se amarrou no tronco da árvore mais alta, próxima à sua residência. Infelizmente a água subiu tanto que encobriu a árvore, levando os três membros da família à morte.

Erna Hosang também deixou um relato semelhante sobre a enchente de 1911, igualmente publicado no Blumenau em Cadernos e igualmente trágico.

(...) Quando amanheceu, o homem agarrou o galho de uma árvore: todos estavam sentados sobre o telhado, que já estava praticamente destruído: as telhas eram firmes, porém já estavam fracas, com a correnteza violenta que levava a casa. (...) eles foram levados pela correnteza, que estava muito forte, arrastando tudo por uns 200 metros até a barragem de uma serraria (HOSANG, 1993, p. 265).

Analisando as narrativas dessas tragédias, fica fácil entender o medo que as enchentes trouxeram à comunidade teuto-alemã do Vale do Itajaí, à medida que os anos iam passando e as enchentes iam se tornando uma realidade presente na vida dessas pessoas, instalou-se o medo entre elas. A cada chuva mais forte que assolava o vale, a memória da enchente ocorrida poucos anos atrás vinha à tona para as pessoas, e o desespero por pensar em passar por todo o desastre novamente tomava conta desses colonos.

Na imagem abaixo, é possível observar uma parte da região central de Blumenau durante a enchente de 1911.



Figura 1: Centro do município de Blumenau durante a enchente de 1911. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

De acordo com os dados do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva localizado em Blumenau, nessa enchente de 1911, o nível do Rio Itajaí-açu subiu em média 16,20 metros, um dos maiores índices da história. Analisando a imagem, é possível constatar quão cheio ficou o rio que chegou ao ponto de alcançar quase os telhados da casa da região.

Outro aspecto que a imagem traz é a possibilidade de imaginar como teriam ficado as regiões mais interioranas da colônia, uma vez que, quando o rio chegou àquele nível no centro, as partes mais afastadas localizadas próximas ao ribeirão Garcia já se encontravam inundadas há muito. Através da imagem fica fácil acreditar na veracidade da história relatada por Erna Hosang acima.

São muitos os relatos que retratam as tragédias ocorridas durante esses 100 anos, observados da região. Há que se considerar, no entanto, que muito embora esses desastres ocorressem na região desde os primeiros anos da colônia, nem os imigrantes nem, posteriormente, a população da cidade de Blumenau buscou um caminho alternativo para fugir ou evitar esse tipo de evento. De acordo com Frotcher (1998, p. 54), dos quase mil imigrantes que chegaram a Blumenau na década de 1850, cerca de 30% abandonaram a colônia, fato normalmente omitido pela historiografia tradicional da região.

Isto não foi suficiente, no entanto, para haver uma transferência integral da colônia, que optou por permanecer na região, sem alterar seu estilo de vida, alimentando a cada década que se passava ainda mais seus medos. As enchentes co-

meçaram a fazer parte da história da cidade como um elemento indispensável, um evento lamentável, mas obrigatório, que sempre esteve ali e sempre estará enquanto viver a cidade e seus habitantes.

Referências bibliográficas

FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia (org). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. Florianópolis, 1998. 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

HOSANG, Erna Deeke. “ENCHENTES”. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXIV, ago 1993, n. 8.

MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a Análise das Relações Sociedade-Natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos, et.al. **Nosso Passado (In)comum: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau**. Blumenau: Ed. Da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, Colonização e Estrutura agrária. In: **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, José Ferreira. **As Enchentes no Vale do Itajaí**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975.

Terno de Reis: um sinal cultural açoriano em Taquari

*Marli Pereira Marques**

O Natal Açoriano em Terra Gaúcha, evento organizado na cidade de Taquari é o que mais se identifica com a colonização açoriana. É uma festa religiosa que também cultiva as tradições luso-açorianas. A festa mostra a identidade cultural da cidade através de uma mistura de tradições, pois apresentam o presépio vivo e a chegada dos colonizadores açorianos de barco, pela lagoa. Então se misturam religião e história através do teatro, formando um espetáculo na cidade.

Em seu depoimento, Bruna conta que o Natal Açoriano em Terra Gaúcha é um espetáculo que surgiu com o objetivo de revitalizar a origem açoriana da cidade, pois Taquari é uma cidade açoriana na essência, na arquitetura e na culinária. As pessoas identificam-se como descendentes açorianos e toda a história é açoriana, apesar de ter havido outras influências culturais mais tarde, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos. Mas a açoriana é a mais forte; é a que identifica a cidade.

Quando foi criada a Sala Açoriana, em 1991, da qual sou diretora, eles queriam fazer um calendário sobre a tradição açoriana na cidade. Nesta época, se aproximava o Natal, era necessário criar um evento para comemorá-lo, e então foi decidido fazer um presépio vivo na Igreja Matriz, a mais antiga da cidade. Acompanharam o presépio algumas pessoas vestidas com roupas típicas açorianas, e a representação comoveu muitas pessoas por ser diferente de tudo o que se fazia na cidade (ENTREVISTADA BRUNA).

FIGURA 4 – Representação da chegada dos açorianos pela Lagoa Armênia
Fonte: Arquivo do Instituto Cultural Raízes de Taquari



*Graduanda em História – UNISINOS.

A idealizadora do evento foi a professora Helena, que organizou o teatro da Escola Pereira Coruja, e mais tarde foi incorporado ao evento o Grupo de Dança Raízes. Nesta representação, as pessoas envolvidas na área da Cultura viram naquele evento natalino uma grande força de identidade, cultura e turismo para a cidade. Em 1991, o evento passou a ser realizado ao redor da lagoa Armênia.

Esta festa criada com o objetivo de comemorar o Natal, tornou-se um símbolo cultural da cidade por se identificar e revitalizar, através das representações, a identidade cultural açoriana tendo em seu formato a representação do Grupo Raízes como açorianos chegando de barco na Lagoa Armênia, assim como chegaram pelo Rio Taquari. No entanto, também se faz a apresentação do Terno de Reis, festa tipicamente açoriana da comemoração do Natal.

Percebe-se que a revitalização da cultura açoriana em Taquari se dá através de dois eventos criados há 19 anos, que integram com o Terno de Reis, presente na cidade desde o início de sua formação, mas ressignificado pela necessidade de preservá-lo, atendendo aos olhares e desejos dos tempos modernos, sem se perder no tempo e no espaço.

Os Ternos de Reis em Taquari são tradição desde o início da povoação açoriana, em 1764. A introdução deste evento na cidade e em grande parte do Rio Grande, é obra dos açorianos que antigamente se reuniam em pequenos grupos, com gaita,¹ violão e violino, às vezes, um *surdo*² e também pandeiro,³ em visita às casas de amigos e parentes a fim de comemorar o nascimento de Jesus. As músicas e tons variam conforme o grupo. Dizem que o tom correto é (Mi+). O grupo é dividido entre os que cantam e os que respondem o verso. Também há a pessoa exclusiva para fazer e lançar o verso. O tema é, ou deveria ser, o anúncio do nascimento de Jesus Cristo.

Hoje os Ternos foram ressignificados e não obedecem ao mesmo tema. Eles mesclam com outros assuntos da atualidade e do lugar onde se apresentam. Veja-se a letra da música cantada no Terno de Reis, uma composição do grupo *Os Mirins*:

¹ Gaita ou Acordeão: o primeiro acordeão que chegou ao Brasil era chamado de concertina (acordeão cromático de botão com 120 baixos). Os primeiros gêneros (fado, valsa, polca, bugiu, caijun etc.) retratavam o folclore dos imigrantes portugueses, alemães, italianos, franceses e espanhóis (ACORDEÃO, [s.d.]).

² Surdo – instrumento de percussão.

³ Pandeiro: no Brasil, o pandeiro entrou por via portuguesa (origem provável é árabe). O negro aproveitou o pandeiro para utilizá-lo em seus folguedos. Era usado para acompanhar as procissões religiosas. Fez parte da primeira procissão que se realizou no Brasil, em 13 de junho de 1549, na Bahia, comemorando a festa de Corpus Christi. Feito de couro de cabra e madeira, de forma arredondada, é o som cadenciado do pandeiro que acompanha o som do berimbau, dando “molejo” ao som da roda. Ao tocador de pandeiro é permitido executar floreios e viradas para enfeitar a música (PANDEIRO, [s.d.]).

Congada

Meu senhor dono da casa,
Meu senhor dono da casa os três reis que vão chegando...

Esta canção quem cantava era o meu velho pai
Com terno marchando até hoje ainda sai
De dezembro a janeiro parando no dia seis
Cantando de porta em porta a fada dos santos reis

Já que o senhor abriu a porta,
Já que o senhor abriu a porta e está nos escutando
Pedimos sua licença, ai,
Pedimos sua licença, ai pra poder entrar cantando, ai.

E na frente do presépio contemplando o salvador
Improvavam seus versos com carinho e muito amor.
Falavam de sua fé de ternura e querer bem
Parece que Jesus Cristo estava cantando também.

Vamos parar de cantar, ai,
Vamos parar de cantar, ai para este povo estimado, ai,
Entregando sua família, ai,
Entregando sua família para o meu Jesus amar
Nosso terno vai embora (OS MIRINS, 26 jun. 2009).

Em seu formato mais original, o Terno de Reis é uma festa natalina formada por homens que se reuniam para tocar e cantar na janela de uma determinada casa da vizinhança. Os donos da casa eram acordados pela cantoria e recebiam o grupo, retribuindo a visita com um grande jantar. Hoje, em Taquari, o Terno de Reis ocorre em dezembro, na programação do *Natal Açoriano em Terra Gaúcha*, que, em 2010, completará sua 19ª edição, e, desde a primeira edição, foi representado na programação do folclore de Ternos de Reis, que é encerrado no dia 6 de janeiro, o Dia de Reis, na Praça da Lagoa Armênia, no centro da cidade.



FIGURA 5 – Imagem do
Terno de Reis
Fonte: Imagens, [s.d.].

Em um formato diferente, hoje é apresentado no palco principal com duração de 15 minutos, em seguida, saem em visita à vizinhança, neste caso, representada pelas árvores ao redor da lagoa, adotadas e decoradas pelas empresas locais. As empresas envolvidas com o evento recebem os grupos de Terno de Reis em instalações, no local da festa e servem diversos tipos de comidas e bebidas. Os grupos de Terno de Reis tocam e cantam ao redor das árvores decoradas como se estivessem fazendo a festa na janela das casas. Iniciam a visita, saudando os anfitriões e, ao final da visita, despendem-se sempre cantando. São 15 grupos que se reúnem representando a cidade, o interior e outros municípios. Destacam-se os municípios de Triunfo, Tabai, Paverama, Canoas, Montenegro e Guaíba, além dos grupos visitantes.

O Terno de Reis é composto por seis pessoas, homens, um deles bota o verso e os outros respondem. A letra das músicas é criada de improviso, iniciando com uma saudação para a família que os recebe, e continuam cantando em homenagem ao nascimento de Jesus, incluindo também mensagens que atentam para assuntos atuais que dizem respeito às comunidades representadas pelos grupos, assim como a característica da cidade que promove o evento.

O Terno de Reis é também uma festa popular que está dentro da festa *O Natal Açoriano em Terra Gaúcha*, e ambos representam o estado de espírito de quem participa, “unindo diversão e alegria com um comportamento coletivo” (GUARINELLO, 2001, p. 969). Neste caso, a festa é o caminho por onde as pessoas buscam, através da memória, a preservação de sua identidade cultural, unindo pessoas distintas num objetivo comum, formando uma “unidade entre os participantes”. “A festa é produto da realidade social e, como tal, expressa ativamente essa realidade, seus conflitos, suas tensões, suas censuras, ao mesmo tempo em que atua sobre eles” (GUARINELLO, 2001, p. 972).

Segundo Augusto, “em Taquari procura-se incentivar essa tradição, que em muitos lugares já desapareceu. Mesmo assim, ao longo do tempo, já diminuiu bastante, sendo ainda sustentada pelos mais velhos” (ENTREVISTADO).

A diversidade dos participantes do Terno de Reis e das pessoas que vão à festa prestigiar as apresentações promove uma riqueza de culturas, inseridas numa sociedade que, através das gerações, tem buscado mostrar seu jeito de ser descendente de açoriano.

Referências bibliográficas

ACORDEÃO. No Brasil. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. [s.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acorde%C3%A3o#No_Brasil>. Acesso em: 7 jun. 2010.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: Nudoc, 2005.

GOMES, Rita Costa. Sobre a Festa e o Rito, na Corte Medieval. **Cadernos do Noroeste**, Largo do Passo, Portugal, v. 9, n. 2, p. 140-165, 1996.

GUARINELLO, Luiz Norberto. Festa, Trabalho e Cotidiano. IN: JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). **Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed.USP, 2001. Vol. I. **Projeto História**, São Paulo, 969 - 975, 2001.

IMAGENS de Terno de Reis. [s.d.]. Disponível em: <http://www.google.com.br/images?hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt-BR:official&channel=s&q=Terno+de+Reis&um=1&ie=UTF-8&source=univ&ei=mOwSTI_pOcOblgesuf2TDQ&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&xresnum=4&ved=0CDcQsAQwAw>. Acesso em: 31 maio 2010.

JANCSON, István; KANTOR, Iris (Org.). **Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed.USP, 2001. Vol. I.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.

OS MIRINS. **Terno de Reis**. 26. jun. 2009. Disponível em: <<http://www.letras.com.br/os-mirins/terno-de-reis>>. Acesso em: 31 maio 2010.

PANDEIRO: Pandeiro na Capoeira do Brasil. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. [s.d.]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pandeiro>>. Acesso em: 7 jun. 2010.

SANTOS, Nilda Rita. **A Cidade de Taquari Numa (RE)Visão Histórica**, São Leopoldo, Unisinos, 1994. Monografia (Graduação em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1994.

SILVA, Manuel Carlos. A Festa: um ritual de nivelamento ou de diferenciação social. **Cadernos do Noroeste**, Largo do Passo, Portugal, v. 9, n. 2, p. 170-185, 1996.

TAQUARI, RS. Prefeitura Municipal. **Informações**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/8228/taquari-rs.html>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

Ancestralidade biografada: resgate histórico dos Dienstmann de Dois Irmãos

Roberto Dienstmann

Considerações iniciais

Não posso ter a pretensão de equiparar o meu trabalho, aqui enfocado, com o nível daquele desenvolvido por historiadores e pesquisadores da imigração alemã na nossa região. Tive ainda mais certeza disso ao examinar o conteúdo dos anais de Seminários anteriores. São trabalhos de profundidade e abrangência ímpar.

Todavia, como as circunstâncias induziram-me a desenvolver uma tarefa que dizia respeito especificamente a meus antepassados paternos, não pude fugir a essa responsabilidade. Explico.

Tudo começou depois que herdei a propriedade onde viveram meus bisavós e depois avós, tios e pai, na rua principal de Dois Irmãos-RS. Não poderia imaginar que naquela casa estavam cuidadosamente guardados, em inúmeros caixotes e baús, tantos documentos que contavam sua história. Refeito da agradável surpresa, pus-me a examinar e selecionar por assunto a documentação, ainda sem saber exatamente o que fazer com tudo aquilo.

Logo depois, era tomada a primeira providência: traduzir centenas de cartas, separando aquelas com informações relevantes. Segundo passo: digitalizar os documentos e fotografar os muitos objetos que havia pela casa, guardando-os em arquivos digitais.

Enquanto manuseava e interpretava os documentos, fui percebendo que seria possível reproduzir fielmente grande parte da trajetória de vida desses antepassados. Ao acervo que se formava, para enriquecer o conteúdo, acrescentei entrevistas com alguns moradores mais idosos que conviveram com meus antepassados. Também realizei algumas pesquisas em fontes variadas.

Vi-me então literalmente com substancial matéria-prima em mãos. Mas aí surgiu uma inquietante indagação: como proceder para que isso pudesse ser acessado por terceiros? Como as pessoas poderiam examinar um documento sem tocá-lo fisicamente? Como unir didaticamente a reprodução de um documento ao texto que o interpreta?

A essas alturas já era óbvio que reunir todo o trabalho no formato tradicional, impresso em papel, teria um volume físico imenso. Além disso, o custo seria outro grande obstáculo.

A solução tinha que estar no meio digital, cujas vantagens se sobressaíam:

- a) várias alternativas de compartilhamento para fins de consulta e estudo (Internet, CD, DVD, e-book);
- b) modernidade (constante evolução);
- c) acessibilidade (quantos hoje ainda não têm acesso a um computador?);
- c) baixo custo para multiplicar;
- d) enorme capacidade de armazenamento de conteúdo;
- e) versatilidade (impressão imediata de um documento de interesse do leitor; acesso imediato ao texto com a ajuda de um sumário; busca por palavras);
- f) possibilidade de incluir vídeos para ilustrar e enriquecer o conteúdo.

Em suma: uma opção plenamente viável da tecnologia moderna a serviço da cultura, da informação, do conhecimento.

Tomada a decisão, faltava apenas colocar mãos à obra. No aspecto operacional, o editor de textos Word, juntamente com um recurso que o acompanha, chamado *Hyperlink*, mostrou-se perfeito.

Iniciou-se então a execução de uma tarefa árdua, mas imensamente prazerosa. Foram cinco anos de muitas descobertas, revelações e curiosidades. Foi um envolvimento diuturno com o objetivo de resgatar os detalhes da vida dos Dienstmann de Dois Irmãos. E o retorno em termos afetivos/emocionais foi indescritível.

Alguém até poderia questionar: mas histórias de vida semelhantes, ou quase iguais, são contadas às milhares por aí. Não há novidade nenhuma nisso. Praticamente a totalidade dos imigrantes alemães e seus descendentes passaram pelos mesmos percalços e enfrentaram desafios parecidos. E também eles, em grande número, deixaram guardados registros em que estão contadas suas histórias.

Concordo. Mas infelizmente também é verdade que muito poucos descendentes arregaçaram, com determinação, as mangas para estudar e interpretar o material deixado e registrar suas conclusões de uma forma indelével para futuras pesquisas. Não quis ser mais um a cometer esse pecado.

Quero afirmar que me sinto orgulhoso de meus antepassados e das lições de dignidade que deixaram, e examinar a documentação deixada por eles ratificou esse sentimento. Por outro lado, também confesso que nem sempre foi assim. Houve época, quando jovem, em que era refratário a aprender sobre as origens da família e sua história. Achava de certa forma humilhante ser reconhecido como descendente de colonos.

Efetivamente, o tempo é o senhor da razão. Quem diria!

Voltando ao assunto central.

O trabalho aqui focado pretende tão-somente colaborar com o resgate da cultura teuto-brasileira ao reproduzir – no formato de um documentário apresentado com contornos didáticos – a realidade vivenciada por uma família de descendentes de imigrantes alemães em solo gaúcho e, ao mesmo tempo, permitir que qualquer pessoa interessada tivesse acesso a todo o material, mesmo que de forma

virtual, para fins de pesquisa e estudo; ou, para simplesmente satisfazer a curiosidade.

Uma vez concluída a redação de todo o texto e ‘*lincadas*’ as imagens correspondentes nos seus devidos lugares, era chegado o momento de decidir a forma de apresentação final.

Inspirado no *e-book* que concentrou os anais do IX Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, não hesitei em optar por aquele formato.

Conteúdo do trabalho

Como já foi dito, o trabalho é apresentado como um *e-book*, o livro eletrônico. A mídia utilizada é o DVD, que se justifica pela maior capacidade de armazenamento de conteúdo e permitir a inclusão de vídeos. Por essa razão, para visualizar seu conteúdo é necessário um computador que possua leitor ótico para DVD e tenha instalado o Windows XP, ou posterior. Não é possível rodar em *DVD-player* para ver em televisor.

Introduzido o DVD no *drive* do computador, abre-se automaticamente a página inicial. No mesmo momento, inicia a reprodução de uma das músicas de fundo incluídas. A troca das músicas é feita aleatoriamente; havendo interesse do leitor também pode ser feita a escolha específica. Há a opção de ativar/desativar o som.

Ao lado do menu de músicas aparece a opção de mostrar os vídeos disponíveis. Além dessa lista os vídeos, também podem ser acessados em espaço próprio dentro do texto correspondente ao assunto.

O Sumário, logo no começo da obra, é dividido em duas partes. É a partir dele que se navega pelos capítulos e subcapítulos da obra.

A Parte 1 é essencialmente subjetiva. Elenca os capítulos que falam das pessoas e detalham o seu perfil. Além disso, permite que se vá rapidamente ao texto que fala da cidade de origem dos Dienstmann, na Alemanha, e à localidade de destino no Brasil e também explica como se originou o sobrenome. A casa que foi o domicílio de várias gerações Dienstmann também foi alvo ali de ampla abordagem.

Clicando com o mouse no capítulo – ou sub-capítulo – escolhido o programa segue imediatamente para a página correspondente.

A Parte 2 é bem mais objetiva. Inicia com os vários grupos de documentos analisados, separadamente (Oficiais, Sociais, Religiosos, Escolares, Financeiros, Compra e Venda, Fiscais), e depois segue, entre outros, por Receitas Culinárias, Correspondências, Lazer, Vestimentas, Política, Atividades Profissionais, Jornais, Livros e Revistas, Preservação e Resgate. Todos os capítulos e suas subdivisões são fartamente ilustrados por fotos e imagens que podem ser abertas a qualquer mo-

mento, bastando um clique do mouse. Esse recurso tecnológico permite confrontar o texto com o documento digitalizado e examiná-lo em detalhes. Todas as imagens e fotos podem ser impressas.

Desse modo, o leitor pode conferir, por exemplo, um salvo-conduto da época da II Guerra (Documentos Oficiais), convites personalizados para bailes (Documentos Sociais), certidões de batismo e de casamento (Documentos Religiosos), recibos de empréstimos (Documentos Financeiros), guias de impostos (Documentos Fiscais).

No capítulo dedicado às Correspondências, cerca de 300 cartas podem ser apreciadas, quase todas redigidas em alemão, com parcela substancial no alemão gótico. As cartas são sobremaneira reveladoras e mostram afinidade e cumplicidade entre os integrantes da família. Nelas se percebe a ânsia de buscar outros horizontes, na cidade grande, e a eventual frustração quando as coisas não se sucedem conforme esperado.

De quantos agricultores do interior pode-se esperar que um deles se torne um caixeiro-viajante? E que, mais tarde, conduziria um programa de rádio? E que, ainda por cima, produziria quase um milhar de crônicas de jornal?

De onde poderíamos extrair dados, de quase um século atrás, para analisar e comparar o volume de impostos pagos por um agricultor com a receita proveniente da produção agrícola de sua propriedade?

Em quantos lugares podemos apreciar as vestimentas rudimentares, cheias de remendos, que o colono e sua mulher usavam para trabalhar na roça?

São perguntas dessa magnitude e suas eloquentes respostas que fazem valer a pena debruçar-se sobre o acervo que conta a história de uma família. Foi uma honra ter podido colaborar um pouco pela preservação da origem dos descendentes de imigrantes alemães.

O resultado final do *e-book* alcançou 1.183 páginas, 1.800 fotos e imagens (cartas, documentos, jornais) e 9 vídeos.

5. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, GUARDA DE ACERVOS)

Patrimônio, gastronomia e turismo na Serra Gaúcha

*Kenia Maria Menegotto Pozenato**

*Loraine Slomp Giron***

Introdução

Este trabalho resulta de um projeto de Extensão intitulado *Constituição, valorização e proteção dos patrimônios locais* e do Projeto de Pesquisa *Mudanças em Comunidades Rurais: Ações e Tecnologias*, realizados na Universidade de Caxias do Sul, entre 2005 e 2010, pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Comunicação. Esta comunicação tem como objetivo analisar, ainda que de forma breve, os resultados obtidos em relação à memória, ao patrimônio e à gastronomia regional. O Projeto de Extensão, que também partiu do Grupo de Pesquisa, envolveu três cursos abrangendo a importância da preservação do patrimônio natural e cultural para o turismo, oferecidos de 2005 a 2007. A pesquisa, realizada na zona rural foi qualitativa, investigando as mudanças nela ocorridas decorrentes das novas tecnologias, por meio da aplicação de 60 questionários aos proprietários rurais.

A presente comunicação está dividida em três partes: A Serra Gaúcha, o patrimônio e a gastronomia.

Serra Gaúcha

A Região da Serra Gaúcha está localizada no extremo Sul do Brasil, numa zona com clima subtropical úmido, o que oferece um diferencial turístico em relação ao restante do país. No verão a temperatura normalmente é amena e, no inver-

*Doutora em Ciências da Informação e da Comunicação pela Université D'Aix-Marseille. Professora do Centro de Ciências da Comunicação da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: kpozenato@terra.com.br.

**Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: loraines@terra.com.br.

no, com frequência as temperaturas caem bastante, causando geadas e podendo ocorrer precipitação de neve. É raro acontecer o acúmulo da neve no solo, mas há registros de que a temperatura já atingiu 8°C negativos.

A Serra Gaúcha, nome fantasia atribuído à Encosta do Planalto Meridional brasileiro, apresenta-se dividida em três regiões distintas sob o ponto de vista cultural: a gaúcha, a alemã e a italiana. Sob o ponto de vista geográfico, divide-se em duas regiões claramente definidas, que são a encosta montanhosa do planalto e o planalto propriamente dito, situado na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, onde ficam localizados os campos.

A região conhecida como Campos de Cima da Serra sofreu influência tardia de imigrantes italianos e alemães, que, ao habitarem nela, tomaram emprestado os hábitos e os costumes dos serranos. Nela estão localizados, entre outros, os municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes. Nessa região, existem formações geológicas características, como a Fortaleza e o Itaimbezinho, que só são superadas pelo Grand Canyon do Rio Colorado, nos Estados Unidos. Essas formações constituem o contraforte do Planalto Meridional, que separa o Rio Grande do Sul de Santa Catarina.

A região conhecida como tendo sido povoada por imigrantes alemães, também chamada de Região das Hortênsias, compreende os municípios de Nova Petrópolis, Canela e Gramado, destinos turísticos já conhecidos nacional e internacionalmente, nos quais se sobressai a cidade de Gramado, graças a seus múltiplos eventos anuais. Entre eles devem ser destacados o *Festival de Cinema de Gramado* e o *Natal Luz de Gramado*, com suas múltiplas atrações.

Nova Petrópolis começou a ser povoada por imigrantes alemães em 1854, como colônia imperial e nela são conservados ainda hoje o dialeto de Hunsrück e a cultura alemã, inclusive na alimentação, com destaque para o café colonial.

A região de origem italiana é formada pelos municípios derivados das antigas colônias imperiais Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias, Antônio Prado e Alfredo Chaves, criadas a partir de 1875. Delas originam-se mais de cinquenta municípios, sendo que os mais conhecidos são Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul e Antônio Prado.

Ao contrário da região dos campos, esta região não apresenta a mesma excentricidade de acidentes geográficos. Porém, seus vales profundos, cortados por rios encachoeirados que correm em leitos de pedra e as escarpas das montanhas, algumas ainda cobertas pela Mata Atlântica, são de uma beleza visual inexcelável. Essa conformação permite, inclusive, a prática de muitos esportes, entre os quais o *rafting*.

A antiga Região Colonial Italiana guarda ainda o dialeto *talian* e traços da cultura trazida pelos imigrantes italianos que a povoaram. Vieram do Norte da Itália, de lá trazendo seus saberes e fazeres, entre os quais a culinária e a cultura da vinha.

Na antiga região colonial, há um alto padrão de vida e infraestrutura indispensável para a atração do turismo, como restaurantes com gastronomia típica, hotéis e transportes.

Patrimônio

A Região da Serra Gaúcha possui um grande patrimônio, derivado de sua herança cultural, que marca sua identidade no contexto cultural brasileiro.

Patrimônio pode ser entendido como um conjunto de bens naturais e/ou culturais, advindos de uma herança histórica e que marca uma identidade. Sem o patrimônio natural representado pela vegetação e pela topografia, a Serra Gaúcha não existiria, portanto, seu patrimônio natural, com suas paisagens agrestes, torna-se tão importante quanto seu patrimônio cultural.

Existe um grande número de definições para a palavra *patrimônio*, que é polissêmica, mas o conceito de patrimônio apela às noções de bens, de herança e de sucessões, e de propriedade, seja ela pessoal ou coletiva.

No sentido financeiro, o termo significa o conjunto de bens de um indivíduo, de uma família ou de um organismo, que pode ser bruto ou líquido. Bruto, considerando-se todos os bens em conjunto. Líquido, de acordo como são avaliados ao preço do mercado, menos suas dívidas e outros ônus financeiros.

No sentido civil, o patrimônio está etimologicamente definido como o conjunto dos bens herdados do pai (da família, por extensão). Na realidade, patrimônio significa herança do pai; em latim; *patrimonium* (bens do pai). Segundo Lebreton (2005), a noção apareceu no século XII. Já, segundo Chagas (2007), as primeiras referências sobre a questão aparecem durante a defesa da Porta de Saint Denis, na França, em 1792.

Há ainda outra versão (Internet), segundo a qual Aubin-Louis Millin, em 1790, teria usado pela primeira vez a expressão “monumento histórico”, na Assembleia Constituinte, por ocasião da demolição do prédio da Bastilha, como símbolo do Antigo Regime. A ideia era a de preservar esse Monumento Histórico como testemunho do Antigo Regime. Em 1795, Alexandre Lenoir foi encarregado de criar os museus dos monumentos franceses, visando a salvaguardar fragmentos da arquitetura.

No dicionário Eletrônico Houaiss, a palavra patrimônio consta como “herança familiar, conjunto dos bens familiares, riqueza, preciosidade”, que não precisam ser apenas bens materiais, podem ser valores e princípios morais. No dicionário Le Robert (1993, p. 1610), o “patrimônio corresponde aos bens de família que se herdou do pai e da mãe”. Essas noções levam à ideia de uma herança legada pelas gerações anteriores e que é preciso transmitir às gerações seguintes. Ela ultrapassa os limites da propriedade.

O termo patrimônio engloba um duplo conceito, de tempo e de pertença. De tempo, por seus vínculos com a história de um lugar, pois a História ocupa um

espaço central na noção de patrimônio. A dimensão histórica traz ao patrimônio a legitimidade que o tempo pode dar. O patrimônio é uma marca no tempo e também o é no espaço.

De pertença, quando a herança está ligada e manifestamente associada a um determinado espaço geográfico, ou seja, a uma determinada região. Por exemplo, um costume, uma receita culinária, a disposição das peças no *habitat*.

Para Bady (1984), no sentido restrito, o “patrimônio” consiste em testemunhos e traços materiais do passado (edifícios e objetos mobiliários que apresentem interesse histórico, artístico ou etnológico, vestígios arqueológicos, fotografias). A presença do patrimônio etnológico enriquece a noção de conhecer e fazer conhecer objetos com característica imaterial (*savoir-faire* e cultura, ligados ao trabalho, rituais, línguas, tradições orais, modos de sociabilidade, lazer, costumes, etc), onde o estudo é indispensável para “fazer falar” o patrimônio material e situá-lo em seu ambiente cultural, simbólico ou técnico. Por extensão, fala-se de patrimônio cultural de um país ou de patrimônio genético de um indivíduo.

Conforme Bodo (1987), o Abade Gregório¹, em um de seus relatórios à Convenção, diz que:

[...] as artes são criaturas da liberdade. Como nós, têm uma pátria, e nós transmitimos esta dupla herança à posteridade. Que o respeito público envolva particularmente os objetos nacionais que, não sendo pessoa, são propriedade de todos. Todos os monumentos de ciências e de artes são recomendados à vigilância de todos os bons cidadãos. (GREGÓRIO, apud BODO, 1987)

Essa continua sendo a noção moderna de patrimônio, que se desenvolveu ao longo dos séculos XIX e XX, na Europa e no mundo. A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação) é o órgão responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade. Adota a dupla dimensão do patrimônio mundial, ao mesmo tempo cultural e natural: o patrimônio natural relaciona-se com o ambiente; o patrimônio cultural é produto da ação do homem no tempo.

No Brasil, o órgão destinado para a preservação do patrimônio é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que atua na preservação do patrimônio histórico e artístico. O IPHAN vem dando um grande destaque, inclusive, ao patrimônio imaterial, como se pode ver nas páginas do Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial 2009 e Fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial, onde diz que:

¹ Henri Gregório, conhecido como O Abade, era eclesiástico e foi um grande político francês. Deputado durante o período da Revolução Francesa, participou de todas as assembleias revolucionárias (HACHETTE, 2002), entre as quais a chamada Convenção Nacional, em que os partidos foram convocados para preparar uma nova Constituição (1792-1795).

De 4 de maio a 19 de junho, as Superintendências do IPHAN em todo o país estarão recebendo projetos técnicos de documentação ou de melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes, modos de expressão, festas, rituais, celebrações, lugares e espaços que abrigam práticas culturais coletivas vinculadas às tradições das comunidades afro-brasileiras, indígenas, ciganas e de descendentes de imigrantes, entre outras. (Internet, IPHAN, 2009).

A legislação brasileira sobre o patrimônio foi organizada entre 1920 e 1930, seguindo os modelos da Itália e da França. As leis definiam conceitos e listavam bens a serem catalogados, especialmente monumentos.

O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio, no Brasil, foi fundado em 1933, ligado ao Museu Histórico Nacional. A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM) foi criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Seu objetivo principal era o de impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país, por intermédio de comércio ilegal, e preservar edificações históricas. O *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, sendo regulamentado pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro do mesmo ano.

Sob o ponto de vista educacional o Brasil adota a noção de patrimônio material e imaterial. O patrimônio material é constituído por prédios, monumentos e obras de arte em geral. Já, o patrimônio imaterial é composto por modos de saber e fazer, como por exemplo, a culinária regional. Sendo essa a definição em geral adotada nas escolas.

A França, que serviu de modelo para o Brasil nas questões de preservação, atualmente tem trabalhado a questão de forma temática. Como a de noção de patrimônio rural e a restauração de construções antigas, com o objetivo de ampliar a abrangência do tema, alargando assim novas conquistas do patrimônio social. A noção é ampliada também na legislação, com a promulgação de diversas leis. O *Código do patrimônio (Code du patrimoine)* reúne as leis relativas ao patrimônio escrito (como livros, manuscritos, etc). Os arquivos são regulados por outras leis específicas.

Para os italianos, segundo Bodo (1987), patrimônio pode ser considerado como o conjunto de bens artísticos, históricos e arqueológicos. Essa é uma definição que permite aproximar os bens patrimoniais dos componentes do ambiente. Este autor também diz que o patrimônio constitui um conjunto de elementos úteis para o conhecimento da sociedade, e cuja salvaguarda é de interesse público por motivos artísticos, científicos, técnicos ou urbanísticos. Esta última é uma definição inspirada na legislação alemã. Faz referência ao interesse público, às diversas faces da utilização do patrimônio e aos fundamentos dos serviços que poderão ser prestados.

Enfim, o patrimônio é igualmente fonte de identidade para um grupo social, um território, uma região, um Estado, uma nação, na medida em que é o produto dessa identidade.

Face a um processo de globalização e de globalização dos valores, o patrimônio é um meio privilegiado de afirmação dos próprios valores de identidade.

Gastronomia & Turismo

Cada sociedade tem seu modo de partilhar a comida. Esta é feita para ser partilhada, não fazê-lo é destruir sua essência para si mesmo e para os outros. Entre os hindus, é da sabedoria popular o provérbio que diz “Aquele que come sem saber, mata o alimento, e a comida o mata”. Comer não é um ato insignificante, mas um ato social que funde o grupo e o determina na vida de sua comunidade. Brillat Savarin (filósofo do gosto) oferece a chave deste enigma quando, parodiando um velho ditado popular, afirma: “Diz-me o que comes e te direi quem és”.

Cada civilização reconstrói sua paisagem sobre a produção de alimentos. Uma dessas paisagens é a dos vinhedos, que mudou a Serra Gaúcha. O vinho, usado como parte do ritual da Igreja Católica, é, ao mesmo tempo, usado como fuga pelos alcoólatras. Faz assim a mediação entre o sagrado e a marginalização social. Segundo Lebreton, na França, o vinho é consumido com sentimento de nacionalidade – o vinho e o queijo formam uma imagem tipicamente francesa. Já, para os colonos italianos que povoaram a Serra Gaúcha, o vinho é a bebida de uso diário, que substitui a água que mata a sede e, às vezes, até a fome.

Os amplos parreirais com suas videiras centenárias constituem hoje patrimônio material da região, que fornece trabalho temporário aos mais pobres, ao mesmo tempo em que atrai turistas pela beleza da paisagem criada com sua plantação. Polenta, vinho, queijo e salame constituem mais do que um alimento, juntos são um ato cultural que tem um sentido e um valor metafórico.

Na sociedade atual, o alimento passa a ser imposto pela indústria da alimentação, que procura menos o sabor, o gosto, a tradição, e mais o tempo de conservação, a qualidade dos ingredientes e a quantidade de calorias. O homem, que tanto se esforçou para diversificar sua alimentação no decorrer do tempo, hoje segue em direção oposta, utilizando cada vez mais uma alimentação homogênea, que não se relaciona nem com os diferentes grupos sociais e culturais, nem com sua pluralidade e suas peculiaridades.

Aos poucos, a alimentação, que foi uma forma de unir as pessoas, vai deixando de lado essa função. As histórias pessoais e coletivas têm vínculos com a alimentação. Esta é o veículo de símbolos, condiciona vidas e ocupa os espíritos, proporciona lembranças gustativas e sensações. Ela é essencial à vida e ao progresso. Sem alimentação, o homem morreria. Como ele escolhe sua vestimenta, ele escolhe sua alimentação. Isto é o que o distingue e o singulariza e lhe é necessário para existir.

Quando os imigrantes europeus chegaram ao Rio Grande do Sul, em 1875, trouxeram formas de comemoração e celebração, como as festas de família e as

festas dos padroeiros. As festas de família, nos primeiros anos, eram as da comemoração do santo padroeiro do pai, era a *feira do onomástico*. A festa reunia os familiares com suas famílias, congregando pais, filhos, netos, bisnetos e às vezes, até tartaranetos. Reunia também a melhor culinária familiar. Em algumas famílias, o prato principal era constituído por *tortei*, pequenas trouxas de massa recheadas com moranga e cobertas com molho de carne assada. Em outras, era o tatu recheado, acompanhado pelo *spaghetti*. Em outras, ainda, era o frango assado no forno com polenta *brustolatta* (assada na chapa do fogão), ou ainda *rizzoto de funghi* com passarinhada. Em todos os casos, o prato principal sempre vinha acompanhado de *radicci* e salada de maionese. Aos poucos a variedade da cozinha colonial foi se reduzindo. As festas de colônia se tornaram também homogeneizadas, com um cardápio praticamente comum a todas, composto de sopa de *agnolini*, massa ou rizoto, churrasco, polenta, *radicci* e maionese e, apesar disso, continuam atraindo turistas.

É tão importante o patrimônio natural que determinou, em muitos casos, a mudança e a transformação da gastronomia, trazida como herança pelos imigrantes italianos. Não encontrando muitos dos ingredientes necessários ao preparo de seus pratos, os imigrantes e seus descendentes foram buscar substitutos para eles, dando origem a uma cozinha típica, conhecida como cozinha colonial.

Segundo Peccini:

A compreensão da comida como patrimônio está ligada ao conceito de cultura local, que destaca do território a sua identidade e especificidade gustativa. Os restaurantes tradicionais ligados à produção local são exemplos da gastronomia do lugar. O barreado do litoral do Paraná, o churrasco do gaúcho, o *galeto al primo canto* da Serra Gaúcha, o acarajé da Bahia, a moqueca capixaba do Espírito Santo, o tucupi do Pará e tantos outros pratos da Bahia, a moqueca capixaba do Espírito Santo, o tucupi do Pará e tantos outros pratos típicos ligam território, identidade e gastronomia. (PECCINI, 2010)

Na Serra Gaúcha, desde a década de 1950, um prato tem se tornado tão tradicional e típico quanto os citados por Peccini. Prato conhecido por *galeto al primo canto*, é um conjunto formado por sopa de *agnolini*, galeto assado no espeto, espaguete com molho de miúdos à base de tomate, polenta frita, salada de *radicci* com toicinho. Chama-se *galeto* porque o frango é novo de tamanho pequeno, com no máximo 600 gramas. A refeição normalmente é acompanhada por vinho servido em jarras. Atualmente, sofre pequenas variações, como maionese de frango como entrada, queijo frito, outras variedades de massas e molhos, entre outras.

O *galeto al primo canto* é um prato criado em Caxias do Sul, por Lauthério Peccini, no hotel de sua propriedade e que, de uma certa forma, sintetizou toda a gastronomia colonial, portanto, não tem suas raízes na Itália, onde a polenta é consumida geralmente com carne de gado. Hoje este prato se tornou comum nos municípios da Serra Gaúcha, sendo que as galeterias atraem grande número de turistas, que vem usufruir deste patrimônio caxiense. O galeto une e reúne as pessoas, dada à variedade e à quantidade de comida que é servida nos restaurantes, pois

esta é repostada constantemente, à medida que os pratos se esvaziam. Talvez seja esta forma de servir repondo os pratos o elemento diferencial da gastronomia da região em relação ao restante do país e talvez do mundo, o que atrai tantos turistas.

Mais do que um simples prato, o *galeto* tornou-se símbolo da identidade regional. Comer *galeto* é um verdadeiro ritual.

Referências bibliográficas

- BADY, P. *Les monuments français*. Col. *Que sais-je?*. Paris: P.U.F., 1984.
- BODO, C. *Rapport star: le patrimoine en Italie*. Paris, Ministère de la Culture, DEP. 1987.
- CHAGAS, Mário. *Casas e portas da memória do patrimônio*. In: REVISTA EM QUESTÃO, Vol. 13, Nº. 2, 2007. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/2980/2017. Acesso em 17/05/2010.
- DICTIONNAIRE LE ROBERT. Paris: Editions Le Robert, 1993.
- LEBRETON, Max. *Cultura*. Texto distribuído durante o Curso Constituição, Proteção e Valorização dos Patrimônios Locais, de 06 a 25 de julho de 2005, na Universidade de Caxias do Sul.
- PECCINI, Rosana. *História e cultura da alimentação: a galeteria Peccini e o pioneirismo de Caxias do Sul (1950-1970)*. Dissertação de Mestrado apresentado no Curso de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010.
- SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sites:

- [http://fr.wikipedia.org/wiki/Monument_historique_\(France\)](http://fr.wikipedia.org/wiki/Monument_historique_(France))
- [http://fr.wikipedia.org/wiki/Patrimoine_\(culture\)#L.C3.A9gislation_28France.29](http://fr.wikipedia.org/wiki/Patrimoine_(culture)#L.C3.A9gislation_28France.29)(disponível na Internet Acesso em 18/05/2010).
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_. Acesso em 18/05/2010.
- http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_eEsWs2YXkAJ:www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cartilha.pdf+Italia+e+a+legisla%C3%A7%C3%A3o+sobre+patrim%C3%B4nio&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=Br
- http://www.suapesquisa.com/o_que_e/patrimonio_historico.htm
- http://www.suapesquisa.com/o_que_e/patrimonio_historico.htm
- Dictionnaire Hachette Multimédia / Hachette Livre, 2002.
- <http://www.cultura.gov.br/site/2009/04/27/edital-de-apoio-e-fomento-ao-patrimonio-cultural-imaterial/>. Acesso em 20/05/2010.

Inventário do patrimônio histórico e arquitetônico de Igrejinha: instrumento que garante a memória e a identidade

*Dalva N. Reinheimer**

*Elaine Smaniotto***

Introdução

Para preservar o Patrimônio Histórico e Arquitetônico, é necessário, inicialmente, conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com a comunidade.

O trabalho de inventário de Patrimônio Histórico e Arquitetônico é a principal ferramenta de documentação, criando um panorama geral dos bens de determinada localidade. Atualmente, a maioria dos autores defende a ideia de que o procedimento do inventário é básico e antecede qualquer ação de tombamento, preservação ou restauração.

Neste sentido, a arquitetura é uma das principais manifestações de relevância para a análise e compreensão da história das cidades, “é um meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade¹ e que é parte de nosso ser” (CHOAY, 2001, p. 139). Além de seu papel como referência urbana, as edificações simbolizam literalmente a construção da história. A documentação e inventário dos bens de relevância histórica e/ou arquitetônica tornam-se fundamentais antes de qualquer ação preservacionista ou elaboração de planos turísticos culturais.

*Doutora em História pela Unisinos – Professora do Curso de História da FACCAT.

**Mestre em História pela Unisinos – Professora do Curso de História da FACCAT.

¹ “Podemos compreender a identidade pessoal como a característica de um indivíduo de se perceber como o mesmo ao longo do tempo. Tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos” Cf. SILVA; SILVA (2008, p. 202). “Identidade, em linhas gerais, é o sentido de pertencer a um determinado grupo social. [...] A identidade étnica pode ser definida como o sistema cultural de referência, a partir do qual uma comunidade define sua identidade grupal.[...] Identidade é a consequência de pertencer a um grupo ou comunidade culturalmente homogênea e socialmente definida” (MARTINS, 2003, p. 43).

O município de Igrejinha² emancipou-se do município de Taquara em 1964, porém sua trajetória histórica remonta ao século XIX. Para a realização do inventário dos bens que constituem o patrimônio histórico-arquitetônico deste município, foi necessária a união de forças como: o Ministério Público Promotoria de Justiça de Igrejinha; o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico, Paisagístico, Natural e Cultural de Igrejinha; a Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal; as Faculdades Integradas de Taquara, o Curso de História da FACCAT e a comunidade em geral. No período de março de 2009 a maio de 2010, foi realizado o Inventário do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do município de Igrejinha (RS).

A preservação e a importância do patrimônio, que devem contar com a participação da sociedade ao qual pertence, estão diretamente ligadas ao conceito que utilizamos de Patrimônio e à forma como é divulgada sua proteção.

O Conceito de Patrimônio neste inventário

Patrimônio não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. Inicialmente estava relacionada aos bens materiais de propriedade privada.³ Na França, a partir do século XVIII⁴, o poder público começou a tomar medidas de proteção aos monumentos de valor histórico, conseqüentemente, o conceito “patrimônio” passou a ser entendido como bens culturais de uma nação protegidos por lei.

Durante o século XIX, intensificou-se e disseminou-se a criação de patrimônios nacionais. Segundo Marly Rodrigues (2009, p. 16), “o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica, unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos”.

No Brasil, a primeira denominação de preservação foi instituída pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, cujo autor do anteprojeto foi o escritor paulista Mário de Andrade: “entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas

² Município do Vale do Paranhana – RS.

³ “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *paterfamilias*, pai de família. [...] A família compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. II).

⁴ “O melhor exemplo de criação de Estado nacional moderno talvez seja a França, a partir da Revolução de 1789. Neste caso foi lá que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio. [...] O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a ideia de pertencimento de uma nação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.15-16).

as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (LEMOS, 2006, p. 38). Criando assim, o primeiro órgão federal dedicado à preservação – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).⁵

Patrimônio Cultural, como um fator de memória das sociedades, passou a ser assim valorizado a partir da década de 1970. Uma vez que

além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permite aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que forneçam o sentido de grupo e compõe a identidade coletiva (RODRIGUES, 2009, p. 17).

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, IPHAN, entende-se como Patrimônio Histórico o conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, que possuem valores artísticos, científicos ou associativos e que definem, em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, de um Estado ou de uma Nação e que devem ser preservados como legados às futuras gerações.⁶

Entende-se que é direito da comunidade participar, escolher e decidir qual será o uso de seus bens. O patrimônio só faz sentido se tiver ligação com quem o vive. Ele precisa ter ligações com sua comunidade, com seu grupo, do contrário se perde. O patrimônio se constrói da diversidade social e cultural de um povo. Tanto o patrimônio como a memória são direitos do cidadão, não devem ser vistos apenas como uma produção oficial de uma história. Só o que garante a sobrevivência do bem é a sua utilização e a forma como os grupos interagem com ele. Neste sentido, tem-se valorizado cada vez mais “a opção por medidas conjuntas, adequadas ao envolvimento de atores públicos e privados para garantir a sustentabilidade, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59).

Dentro deste contexto, entende-se patrimônio como lugar de fazeres sociais, espaço privilegiado de conflitos e de constituição de memórias coletivas. Tendo em vista sua multiplicidade, considera-se importante a identificação de campos de mani-

⁵ MEC/SPHAN/FNPM. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma Trajetória. Brasília: SPHAN/FNPM; 1980, p. 111-119. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. “Artigo I – Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Este decreto tornou-se decisivo para a proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo.

⁶ <http://portal.iphan.gov.br>. “As ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se encarregam da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 45).

festações simbólicas fundamentais para a construção de identidades sociais, entendidas não só como múltiplas, mas também como contraditórias em diversos aspectos, apesar de unitárias em outros. O patrimônio é ainda possuidor de múltiplas falas e experiências, ao não pertencer a um grupo exclusivo, mas ao conjunto da sociedade. Isto justifica a ampliação da noção de preservação, possibilitando que o patrimônio seja apropriado por diversos grupos, lhes dando usos e permitindo que outros grupos, que não os pertencentes às instituições hegemônicas, preservem suas identidades e poderes a partir da identificação de patrimônios que lhe são próprios.

Acreditamos que preservar o Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Igrejinha é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria, reforçar sua identidade e assegurar sua permanência para além da esfera individual.

Objetivos do Projeto

O desenvolvimento de um projeto de Inventário do Patrimônio Histórico e Arquitetônico visou, fundamentalmente, preservar a memória e a história da cidade de Igrejinha.

Entende-se memória como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. (ROUSSO, [s.d], p. 94). Portanto, a memória é um elemento constitutivo da identidade, tanto coletiva como individual.

Diversos objetivos específicos foram contemplados para o projeto como: Identificar casas/ prédios, monumentos, cemitérios, pontes e logradouros de valor histórico construídos até 1964 – ano da emancipação do município de Igrejinha; Registrar e preservar a história de casas/prédios, monumentos, pontes, logradouros de caráter público ou privado de valor histórico para a comunidade igrejinense; Contextualizar historicamente casas/prédios, monumentos, pontes, cemitérios, logradouros, ou seja, o patrimônio arquitetônico e histórico de Igrejinha no âmbito político, econômico e social; Identificar as construções como objetos/documentos testemunhos de um tempo e parte da cultura material do município de Igrejinha; Consultar e envolver a comunidade através da comunicação verbal e identificação de objetos e imagens testemunhos.

Metodologia do Projeto

A metodologia de inventários encontra-se em permanente processo de aperfeiçoamento, fruto do diálogo que se estabelece no trabalho de campo e levantamento bibliográfico.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste inventário compreendem diversas etapas. A primeira abarca a elaboração do projeto de

pesquisa. Em seguida, foi necessária a elaboração de fichas para catalogação e registro das informações, para o banco de dados.

Paralelamente, realizamos um levantamento histórico documental em fontes primárias e secundárias, cujo objetivo foi compilar informações e imagens referentes ao imóvel/edificação. O levantamento de dados materializou-se em diferentes locais como: Câmara de Vereadores; Ofício dos Registros Públicos de Igrejinha, Registro de Imóveis; Secretarias paroquiais; Casa do Imigrante; Fundação Cultural; Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal.

Também realizamos um levantamento fotográfico fazendo uso de máquina digital, tendo como objetivo documentar o estado atual do bem, além de registrar detalhes que pudessem complementar as informações obtidas em campo. As fotografias antigas foram fotocopiadas na tentativa de estabelecer comparativos passado/presente, permanências e modificações.

A identidade está intimamente ligada à memória, e nesse campo a história oral revela-se como uma excelente técnica para colher importantes informações sobre o passado da comunidade, gravando as memórias daqueles que o viveram ou dos que ouviram histórias de pessoas mais velhas.

Outro grande mérito da história oral é, segundo a historiadora Sônia Maria de Freitas (2002, p. 81), tornar possível novas versões da história local e regional ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de método possibilita fazer da história uma atividade mais democrática uma vez que permite a participação da comunidade.

Neste sentido, o relato oral e o cruzamento deste com outros documentos tornam possível análises em torno deste tipo de fonte e do seu correto uso. Paul Thompson (1992, p. 137) afirma que enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a serem descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.

Por tudo isso, a história oral é usada com propósitos sociais e individuais. Ao envolver a comunidade, e muito especialmente os idosos, é possível que a dignidade e a autoestima sejam valorizadas na perspectiva de transmitir às novas gerações informações valiosas sobre o passado.

Para este Inventário, foram entrevistadas cerca de 210 pessoas (mulheres, homens, idosos), dentre elas proprietários das casas, vizinhos, antigos moradores, ex-prefeitos, comerciantes e demais pessoas possuidoras de informações sobre antigas construções/edificações.

Após um levantamento exaustivo, foram necessários registro, organização, revisão, correção ortográfica e diagramação das informações e das imagens. Em seguida, utilizando este material, foi editado um catálogo/álbum e um áudio-visual.

Estes recursos permitem a divulgação e a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico de Igrejinha, ganhando espaço no processo de contribuição para o fortalecimento de identidades e memórias.

Devemos entender a metodologia de Educação Patrimonial como um projeto a ser desenvolvido em processo contínuo, utilizando diferentes recursos e amalgamando o conhecimento local com o conhecimento científico. O Inventário permite o conhecimento de bens histórico-arquitetônicos, e este conhecimento toma-se um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Na tentativa de contribuir para o processo de “alfabetização cultural”, foram desenvolvidas oficinas para professores multiplicadores da rede municipal, estadual e particular. Também se realizou na Praça Dona Luiza, durante a Feira do Livro 2010, um bate papo, apresentação de painéis e agradecimentos à comunidade em geral.

Por que o município de Igrejinha?

O município de Igrejinha possui elementos arquitetônicos que evidenciam lugares de memória⁷ e que, ao mesmo tempo, fazem parte de um processo dinâmico de crescimento e desenvolvimento da cidade e da região.

Como um dos primeiros elementos arquitetônicos, está a Casa de Pedra, enquanto marco inicial do processo de colonização. Em outubro de 1846, Joze Tristão Monteiro promoveu a vinda dos primeiros imigrantes alemães, que primeiramente haviam se instalado na Colônia de São Leopoldo, e posteriormente alguns vieram para Santa Maria do Mundo Novo, fundando assim a Colônia do Mundo Novo. Essa região, mais tarde, deu origem aos municípios de Taquara, Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Canela e Gramado. O marco inicial desse processo foi o atual município de Igrejinha.

⁷ “A expressão *lugares de memória* foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Pierre Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Para Pierre Nora, os *lugares de memória* são, em primeiro lugar lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os *lugares de memória* são uma construção histórica”. Cf. Entrevistas com Pierre NORA em www.eurozine.com e em www.gallimard.fr consultadas em 28 de dezembro de 2005. (NORA, 1993).



Figura 1. A Casa de Pedra, construída sob o comando de Tristão Joze Monteiro em 1862, teve diversas finalidades, desempenhando um papel fundamental na comunidade local desde sua fundação até os dias atuais. Inicialmente foi um forte ponto comercial que atendia toda a região. Ao longo dos anos, foi palco de festas de casamento, bailes, jogos e até de assassinatos. Imagem 2009. Fonte: Acervo FACCAT

A moradia enxaimel também é considerada Patrimônio Histórico-arquitetônico do município de Igrejinha. A construção enxaimel consiste em uma estrutura composta de muitas peças encaixadas. Nas primeiras construções foram utilizados materiais aqui encontrados e foram baseadas em técnicas e conhecimentos trazidos na bagagem, utilizaram materiais como madeiras retiradas das abundantes matas, pedras arenosas extraídas de jazidas das propriedades e barro como cimento improvisado, as casas não possuíam reboco ou forro, mas para a época, apresentavam incrível detalhamento e qualidade sendo construídas com ferramentas e mão de obra improvisadas. Com o passar do tempo, estas moradias foram destruídas e/ou passando por transformações. Por outro lado, alguns descendentes alemães conservavam as casas no estilo em que elas foram construídas.

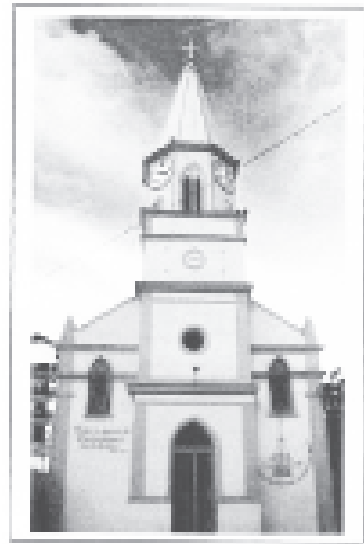


Figura 2. Casa nº 1301 – Rua Canto dos Renck, Igrejinha (RS). Imagem: década de 1980. Fonte: Acervo particular de Melita I. Müller.

Os prédios ou casas que lembram as moradias enxaimel foram construídos com materiais diferentes das casas dos primeiros imigrantes, pois parece ter o objetivo de preservar com orgulho a herança alemã e um sentimento de pertencimento.

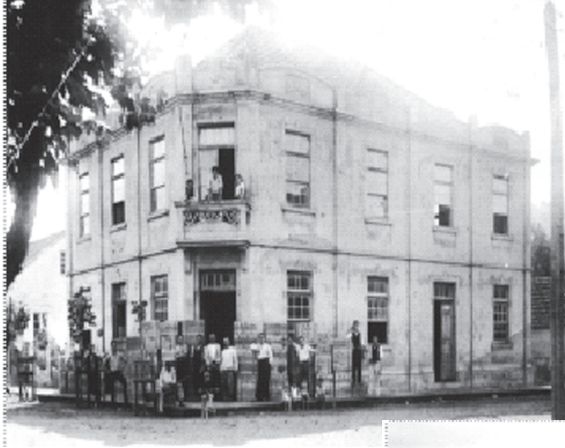
A religiosidade, marca das comunidades de imigrantes alemães, está materializada na Igreja Gabriel. Esta edificação representa um patrimônio para a comunidade, que como tal pode ser construído e reconstruído permanentemente. Permanece como espaço de memória atribuído de valores. “O nome escolhido foi Igrejinha, talvez porque a torre da igreja atrai de imediato o olhar das pessoas postadas nos morros, em cujo centro está inserido o nosso lugarejo)” (Lily Clara Koetz in: A Saga dos Alemães. Vol. I, p. 349. 2004).

A igreja Evangélica simboliza a localidade em que colonizadores alemães e descendentes professavam a fé protestante. O fato de a torre para o sino ser construída posteriormente atesta um período da história do Brasil em que os cultos das igrejas ligadas aos descendentes alemães não podiam ser praticados abertamente. Assim os templos não eram caracterizados como tal.



Figuras 3 e 4. Em 1860, foi iniciada a construção da Igreja em enxaimel e inaugurada em 1862, pelo pastor Friedrich W. Fürchtegott. Até 1874, era a única igreja existente no município de Taquara. Em 1885, a igreja velha foi desmanchada e a madeira foi vendida para Heinrich Ludwig. Em 1886, foi iniciada a construção da atual Igreja Gabriel. Em 1927, a igreja foi reformada e foi anexado o abside (construção arredondada no altar) ao prédio. Na década de 30, foram colocados os relógios. De 1956 a 1960, foram feitas reformas com o objetivo de aumentar o espaço e melhorá-lo, dando ao templo a forma que tem hoje. Imagem 3: Igreja Gabriel (1901) Fonte: Casa do Imigrante. Imagem 4: Igreja Gabriel (2009) Fonte: Acervo FACCAT.

O desenvolvimento da indústria calçadista em Igrejinha marcou a Rua da Independência. Ali surgiu a primeira unidade com característica fabril tendo no mesmo prédio, mas em salas separadas, a produção, o escritório e a expedição. A cidade começou a definir sua vocação na cadeia produtiva do couro, direcionando-se para a produção de calçados em série. A rua vai mudando suas feições. De lugarejo para cidade.



Figuras: 5. Logo após a sua construção, este prédio foi sede de uma das primeiras fábricas de calçados de Igrejinha, a empresa Kirsch, Wallauer & Kehl. A sociedade era composta por Leopoldo Kehl, Maltus Kirsch, Teodoro Wallauer, Frieda Kirsch, Gustavo Kirsch, Emilio Kirsch e por Asila Kirsch Matzembacher, sendo esta última a proprietária do prédio. A empresa passou por diversas modificações em sua razão social pela alternância de sócios, mas a propriedade continuou com a senhora Asila. O prédio abrigava a produção e o escritório da empresa. Posteriormente, ali se estabeleceram lojas (no terreço), consultórios e escritórios (primeiro andar). Atualmente, o prédio ainda pertence aos herdeiros de Asila Matzembacher. Imagem 4: Fábrica de calçados Kirsch, Wallauer e Kehl. Década de 1930. Fonte: Casa do Imigrante. Imagem 5: Sobrado Matzembacher (2009) Fonte: Acervo FACCAT



Figura 6. Rua João Correa. Aproximadamente na década de 1960. Fonte: A Saga dos Alemães, Vol. I, p. 490.

No dia 15 de agosto de 1903, foi inaugurada em Taquara a linha de Viação Férrea do Rio Grande do Sul, de Novo Hamburgo a Taquara. Em 1924, foi ampliada a linha V.F. de Taquara para Canela, passando pela localidade de Igrejinha. Quanto ao transporte ferroviário, Taquara era o centro de rede da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em relação aos distritos de Parobé, Igrejinha, Três Coroas, Gramado e Canela e para o município de São Leopoldo e seus distritos. Servindo esse itinerário, havia, nos anos 30, dois trens diários e quatro carros-motores. A instalação da estação da Via Férrea nas proximidades da Estrada Geral confirmou pelo apelo econômico o que o aspecto geográfico já determinara; para a Rua da Igreja, atual Rua da Independência, confluía o movimento de pessoas e mercadorias. Era o progresso chegando em Igrejinha.



Figura 7. Estação da Viação Férrea em Igrejinha. Atual Rua João Correa. Fonte: A Saga dos Alemães. Vol III, p. 95

Outro prédio Histórico-arquitetônico, lugar de memória, é o antigo Cine Vitória. Em agosto de 1951, na rua Theobaldo Fleck, abriram-se as portas do Cine Vitória. Este espaço tornou-se um importante ponto de cultura para a comunidade de Igrejinha. Os filmes brasileiros de Mazzaropi, de Teixeira e as chanchadas da Atlântida deram o que falar na época. Os filmes franceses, alemães, canadenses e mexicanos foram sucesso e lotavam todas as sessões. As exhibições dos filmes aconteciam nas tardes de domingo e nas noites de quartas-feiras, sextas-feiras e sábado. Durante 28 anos, proporcionou momentos agradáveis para os moradores da região e deixou muitas lembranças ao fechar suas portas em 1979.



Figuras 8 e 9. O engenheiro responsável pela edificação foi Emílio Lamb. As telhas foram compradas da Olaria de Rudolfo Konrath. De 1951 até 1979, foi sede do Cine Vitória. Esta casa foi um dos grandes pontos de atração, lazer e cultura da cidade de Igrejinha. O cinema foi gerenciado durante 28 anos, por Loise Sonia Schaefer. Após o fechamento do cinema, foi sede de loja de roupas “Casa Vidal” filial da Casa Vidal de Taquara, depois foi o Supermercado Igrejinha e atualmente é sede de uma casa de jogos e outros. Imagem 8: Cine Vitória, Década de 1960. Fonte: Casa do Imigrante. Imagem 9: Buffalo’s, 2009. Fonte: Acervo FACCAT

A Praça Dona Luisa, localizada na Avenida Presidente Castelo Branco, foi a primeira praça pública do município de Igrejinha. Ela foi construída na gestão do prefeito Jahir Wallauer e do vice-prefeito Adair Grins, no período de 1977-1983. A construção da Praça Dona Luisa se deu em um período de considerável crescimento econômico, sendo que várias construções foram edificadas instalando-se bancos, fábricas, lojas, poder público. Novas ruas foram construídas. A praça marcou o progresso econômico e mudanças geográficas no centro da cidade de Igrejinha. Ela também proporcionou o encontro da comunidade nas atividades cívicas, festas, culturais. Ela foi um centro de convivência e sociabilidade.



Figura 10. A Praça recebeu o nome de Praça Dona Luisa em homenagem a mãe do músico Gustavo Adolfo Koetz. Gustavo participou da vida política e cultural da cidade de Igrejinha. Em 1935, atuou como subprefeito do 8º Distrito de Taquara – Igrejinha. Era professor de música. Também foi regente de corais, organizou orquestras, bandinhas e coros. Compôs várias músicas, o Hino de Igrejinha e o Hino de Taquara. A construção da Praça fez parte de um período marcado pelo desenvolvimento econômico de Igrejinha. Várias atividades festivas e culturais são realizadas na Praça como: Momentos cívicos em comemoração aos aniversários do Município (1 de Junho), do Estado (20 de setembro), do país (7 de setembro); chegada do Papai Noel, Feira do Produtor, Feira do Livro e outros. Com o passar do tempo a Praça Dona Luisa passou por modificações. Houve o acréscimo do quiosque, da casa do artesanato, instalação do parquinho de diversões infantil e colocadas novas plantas. Fonte: Acervo FACCAT.

Além destes lugares de memória, edificações Histórica-arquitetônicas, foram selecionadas e inventariadas a Rua da Independência, Rua 7 de Julho, Rua Theobaldo Fleck, Rua 10 de Junho, Rua Vigário José Inácio, Rua General Ernesto Dorneles, Rua João Correa, Rua Tiradentes, Rua dos Renck, Rua José Bonifácio, Rua Nicolau Mentz, Rua Arthur da Costa e Silva, RS 115, Estrada Prefeito João Darcy Reinheimer, Localidade de Lajeadozinho, Localidade de Rochedo, Localidade Solitária e Localidade de Serra Grande; bem como todas as casas, prédios, pontes, campo de futebol e cemitérios pertencentes a estes locais, construídos anteriormente ao ano de 1964 e que permanecem na sua materialidade.

É importante salientar que a comunidade é a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais. Não se pode pensar em proteção de bens culturais, senão no interesse da própria comunidade, a qual compete decidir sobre sua destinação no exercício pleno de sua autonomia e cidadania. Para preservar o patrimônio cultural, é necessário, inicialmente, conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas

pelos órgãos de preservação, em conjunto com a comunidade, uma vez que o inventário pode ser considerado como um instrumento que garante a memória e a identidade. O passo seguinte é a utilização dos meios de comunicação e do ensino formal e informal para a educação e informação das comunidades, para desenvolver o sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação.

Acreditamos que a atuação do poder público deve ser exercida em caráter excepcional, quando faltarem recursos técnicos ou materiais ou organizações coletivas capazes de assumir as ações de preservação necessárias. São diversas as formas de proteção do patrimônio cultural, desde o inventário e cadastro até o tombamento, passando pelo estabelecimento de normas urbanísticas adequadas, consolidadas nos planos diretores e leis municipais de uso do solo e, até, por uma política tributária incentivadora da preservação da memória.

Neste Inventário, ainda existem bens culturais com informações parciais. Essas lacunas serão preenchidas gradativamente nas atualizações das pesquisas.

Conclusões

Não se deve mostrar o passado sem colocá-lo em função do presente. Entre eles (passado/presente), deve haver uma relação retroalimentadora. Sendo assim, a preservação das construções (casas/ prédios/ ruas/ cemitérios/ monumentos/ pontes) proporciona:

- a) Um meio altamente didático em que o sujeito de conhecimento pode estar diante do objeto e recolher tudo o que este possa expressar.
- b) Preservação do patrimônio histórico-cultural de Igrejinha, ganhando espaço no processo de contribuição para o fortalecimento de identidades e memórias.
- c) Compreensão de que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas.
- d) Um espaço de extensão cultural e atrativo turístico.
- e) Um ambiente educacional não formal, não somente de transmissão, mas também de produção de conhecimento, descobertas e inclusão social.
- f) Percepção de que as construções históricas fazem parte das experiências da comunidade.
- g) Possibilidade do indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.
- h) Preservação dos lugares de memória e da história de toda a sociedade.

Com este Inventário, a comunidade está sendo despertada para a importância da preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, suporte da memória e da identidade local. Nessa perspectiva, é possível destacar que Igrejinha possui uma história a ser preservada que, apesar de recente, é bastante significativa e peculiar, e que testemunha um modo de viver local, característico de uma zona de coloniza-

ção alemã, com um crescimento industrial significativo e, conseqüentemente, um atrativo para a chegada de novos migrantes, estabelecendo assim novas memórias, histórias e identidades.

Referências bibliográficas

- CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico cultural**. São Paulo: Alcph, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural – o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- ENGELMANN, Erni Guilherme. (org.) **A saga dos alemães – do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo**. Igrejinha: 2004. Vol. I e II.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- IPHAN/MONUMENTABID. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: IPHAN, 2002.
- IPHAN. **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio**. 3ª reimpressão da 5ª edição de 1987; São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MARTINS, José Clerton de Oliveira. Identidade: percepção e contexto. In: **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MURTA, Stela; ALBANO, Celina (organizadoras). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC – SP, 10, 1993, p. 7-28.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2009, p.15-24.
- SILVA, Kalina Silva; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos históricos**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral. Na segunda metade dos anos cinquenta**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.] p.94-95.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Estúdio Foto Klos: três gerações de fotógrafos

Carmem Adriane Ribeiro*

“As fotografias nos impressionam, nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes” (MAUAD, 1996, p. 5).

A fotografia (BORGES, 2003, P. 37) é uma das possibilidades de leitura histórica dentre uma grande quantidade de imagens que acompanham a história da humanidade. Desde seu surgimento, esta vem registrando o mundo contemporâneo em uma linguagem de imagens, de forma múltipla, pois é “*constituída por grandes e pequenos eventos, por personalidades mundiais e por gente anônima, por lugares distantes e exóticos e pela intimidade doméstica, pelas possibilidades coletivas e pelas ideologias oficiais*” (MAUAD, 1996, p. 5), perpassando espaços e tempos diversos, expressando sentimentos e formas de representações variadas, de acordo com os interesses de quem as produz¹ e de quem as lê, seja no espaço público ou privado. O Estúdio Foto Klos registrou diversas imagens, do cotidiano dos imigrantes às festas sociais e comemorações oficiais, esteve e está presente no espaço público e privado, de retratos de famílias a cartões postais, vistas da colônia e do emancipado município de Panambi. Neste sentido, este texto busca refletir de forma breve a atuação do Estúdio Fotográfico Klos no município de Panambi, no Noroeste do Rio Grande do Sul, no período de 1913 a 2010.

No final do século XIX e no início do século XX, formou-se uma zona de colonização particular nas regiões Norte, Noroeste e Missões do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela colonização pública, justamente no momento em que o Estado reduziu os investimentos em imigração e colonização. Estas colônias foram instaladas por “*sociedades de colonização, empresas, indivíduos, estrangeiros ou nacionais, étnicas ou mistas, confessionais ou aconfessionais*” (NEUMANN, 2009, p. 577), que aproveitaram a situação favorável do mercado. Neste contexto de ocupação e colonização do Noroeste do Estado, a partir de 1897, inseriu-se a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, “*caracterizada como um empreendimento privado de empresa e de capital estrangeiro, com autonomia suficiente para gerenciar os seus negócios a seu modo, dentro dos parâmetros legais...*”. Assim, na conjuntura das chamadas “*colônias novas*”, a Empresa de Colonização

*Doutoranda em História (PUC/RS). Mestre em Educação nas Ciências – História (Unjuí-RS). Licenciada em História (Unjuí-RS).

¹ O fotógrafo, ou quem solicitou a ele a produção da imagem.

Dr. Herrmann Meyer fundou em 1898 a Colônia Neu-Württemberg (atual: Panambi), no então município de Cruz Alta, para a qual afluíram tantos imigrantes provindos da Alemanha, como migrantes das “colônias velhas” (Estrela, Santa Cruz, Teutônia e Montenegro). Eles se instalaram na zona da mata, porque as zonas de campo e estâncias estavam ocupadas pelos luso-brasileiros. Parcela desses proprietários vendeu suas terras, a partir de 1898, para a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, possibilitando assim a execução do empreendimento de colonização.

Neste contexto de imigração e colonização, instala-se na colônia Neu-Württemberg, o imigrante Adam Wilhelm Klos, “*natural de Schwabenheim, estado de Hessen, região dos vinhedos, na Alemanha*” (KLOS, 2008, p. 1). Começou a trabalhar como assistente em um estúdio fotográfico, ainda na Alemanha, em 1906 e, em 1907, “*assistiu, na condição de aprendiz/ouvinte, um curso de formação profissional, com especialização para retoque de negativo, pagando DM \$ 1,00 (um marco alemão) por hora/aula*” (KLOS, 2008, p. 1).

Ele chegou à colônia Neu-Württemberg, em 31 de janeiro de 1913, inicialmente trabalhou com o irmão Phillip Klos, que já estava “*estabelecido no ramo de cervejaria. Animado pelo irmão e pelas recentes amizades, clicou a primeira foto, em terras brasileiras, no dia 20 de fevereiro, utilizando uma câmera 18 X 24 cm, com negativo em lâmina de vidro*” (KLOS, 2008, p. 1). O equipamento, uma câmera Carl Armster e a Lente Triplonar F 2,7, que ele trouxe da Alemanha, está conservado e faz parte do acervo particular da família Klos. Esta máquina permitia fazer duas fotos por chapa de vidro, de estúdio ou externa, escolher a posição retrato ou paisagem e regular a inclinação do foco (utilizado para fotos em perspectiva de torres). As lentes utilizadas por Adam eram: Triplonar F 2,7 (que acompanhava a máquina) e a Voigtländer & Sohn. Os diafragmas utilizados eram: 8; 5,6; 4 e 2,8.

No dia 27 de setembro de 1913, iniciaram as atividades do estúdio, na época, denominado “*Atelier Fotográfico*”, ele “*alugou um imóvel residencial, de propriedade do senhor Adolfo Kepler, no marco central da cidade (...). Posteriormente, o estabelecimento mudou para outros dois endereços e no ano de 1919 transferiu-se definitivamente para a Rua Gaspar Martins, local em que continua funcionando a empresa*” (KLOS, 2008, p. 2). A “Foto Klos” está no mesmo endereço há mais de 90 anos, esta rua era *locus* industrial, comercial e de serviços, no início do século XX, o centro da “Vila”.

Adam Klos tinha o desejo de voltar para a Alemanha, porém, “*quando estourou a Primeira Guerra Mundial, em 1914, ele não pode mais voltar...*” (HINNAH, 1999, p. 25). Além de não poder retornar para a Alemanha, o fotógrafo passava por dificuldades financeiras, pois o número de famílias na colônia ainda era pequeno e a maioria não detinha poder aquisitivo para comprar ou investir em retratos.

Neste período, Hermann Faulhaber (diretor da Colônia e Administrador da Colonizadora), o convidou a prestar serviços para a Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer, passando a ser o seu fotógrafo oficial, e o responsável pelos registros imagéticos do desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg, contribuindo para a construção de sua autoimagem. Como relata o filho, Ottmar Klos:

“o que ajudou muito meu pai no início foram as viagens que ele fazia com o velho Hermann Faulhaber, que era o diretor da Companhia de Colonização. Esse era o seu freguês número um. Com esse ele viajava de carroça e a cavalo. Iam pelo interior tirando fotos das colônias que estavam se formando, do trabalho dos colonos derrubando árvores, fazendo roças. [...] Essas fotos eram compradas pela Companhia e enviados à Alemanha com o objetivo de atrair mais gente para cá. Este foi o trabalho que meu pai mais fez. Assim, ele conseguiu se manter. As fotos eram uma espécie de propaganda para incentivar a vinda dos alemães, compradores de lotes” (HINNAH, 1999, p. 25).

Esta justificativa se comprova porque a Empresa Colonizadora “investiu maciçamente em propaganda, bem como na produção e divulgação de prospectos e artigos informativos. Reafirmava (...) que Neu-Württemberg realmente era ‘um pedaço da Alemanha no sul do Brasil’, criando essa imagem de si, para si e para os outros, sendo paulatinamente reconhecida pelos outros como tal, construindo assim a sua identidade individual e coletiva” (NEUMANN, 2009, p. 260). Um dos suportes de circulação dessa imagem era a fotografia. Em razão disso, Klos notabilizou-se na produção de imagens externas, com a preocupação de dar a ver o lado *belo* desse mundo colonial. Assim, foi o responsável pelas “vistas parciais da nascente sede urbana (...) representando a colônia como um lugar tranquilo, ordenado, higiênico, em constante expansão. Houve, ainda, a busca por imagens inusitadas de lugares comuns, explorando a ilusão de profundidade e a perspectiva, bem como molduras e formatos variados” (NEUMANN, 2009, p. 252). O que torna suas imagens singulares é o fato de ser um estrangeiro olhando para esse espaço em construção, além de seu cuidado na produção das imagens, pois se percebe uma preocupação pela busca de ângulos inusitados, possibilitando um acabamento artístico às mesmas².

Porém, o reduzido número de consumidores – como ocorrera na década anterior – e os obstáculos para a aquisição dos materiais utilizados pelo estúdio contribuíram para que Adam Klos buscasse “outras oportunidades de trabalho”. A maior parte dos materiais utilizados no estúdio para o processo de revelação era importada (da Alemanha), a distância para o transporte, os custos e a comunicação dificultavam a compra destes. A primeira Guerra Mundial prejudicou e até interrompeu o fornecimento destes materiais. Diante deste contexto, na década de 1920, o fotógrafo Adam Klos, visitou a região das *colônias velhas* do Estado, fotografando e exibindo filmes em salões comunitários, com o objetivo de driblar a falta de trabalho na Colônia Neu-Württemberg e obter algum ganho financeiro. Assim, “em parceria com um amigo de sobrenome Fockink, iniciou as atividades de sessões cinematográficas do cinema mudo, com luz produzida por um dínamo de corrente contínua, acoplado a um

² Para Boris Kossoy, há três elementos fundamentais para a produção de uma fotografia: “o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. São estes os elementos constitutivos que lhe deram origem através de um processo, de um ciclo que se completou no momento em que o objeto teve sua imagem cristalizada na bidimensão do material sensível, num preciso e definido espaço e tempo”. Aqui, o fotógrafo produz a imagem a partir de sua bagagem cultural, funcionando como um filtro, ele é o autor do registro. O assunto é o tema escolhido, e a tecnologia engloba os materiais fotossensíveis, equipamentos e técnicas utilizadas para o registro pela ação da luz.

motor estacionário a gasolina, e a sonorização com músicas tocadas pelo gramofone. Os conteúdos dos filmes exibiam noticiários, dramas e comédias” (KLOS, 2008, p. 1-2).

Ele retornou para a colônia Neu-Württemberg, alguns anos depois, conforme relatou seu filho Otmar Klos: “*porque a família da mãe morava aqui e também porque a colônia ‘cresceu bonito’, vieram imigrantes novamente*” (HINNAH, 1999, p. 24). Havia mais trabalho e, nas fotos produzidas pelo ateliê, destacam-se as de “*grupos de cantores, tiro ao alvo, lanceiros e bolão. (...) As fotos de família, de crianças e da colônia que eram enviadas para a Alemanha também tinham a finalidade de mostrar como já estavam melhorando as coisas por aqui*” (HINNAH, 1999, p. 24). Dessa forma, os imigrantes da colônia, além de se reportar às suas tradições culturais, também “*mostravam*” o progresso que estavam tendo.

Na década de 1930, Adam Klos passou a dedicar-se a outras atividades, como o concerto de relógios e o trabalho artesanal, montando brinquedos e obras de arte em chapas de madeira recortada. No ano de 1935, foi vencedor do concurso de trabalhos manuais, “*na exposição destinada a obras da arte visual, alusiva ao 1º. Centenário da Revolução Farroupilha – 1835 / 1935, com a réplica, em miniatura, da Catedral Ulmer Münster, templo ecumênico localizado na cidade alemã de Ulm, situada à margem esquerda do Rio Danúbio, Estado de Baden-Württemberg*” (KLOS, 2008, p. 1), esta obra está exposta no Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, em Panambi.

No período de 1936 a 1948, Frieda Doeth Klos prosseguiu com as atividades do estúdio, após o divórcio com Adam Klos. Ela aprendeu o ofício e auxiliou Adam por vários anos, adquirindo experiência e conhecimento dos processos de revelação e produção das fotos. Faz-se aqui uma observação relevante: a presença da mulher no mercado de trabalho em um período em que a maioria dos profissionais que trabalhava com fotografias eram homens.

Em 1948, assumiu o estúdio a segunda geração, nesse caso, o segundo filho do casal, Ottmar Klos. Ele relata que assim como a mãe, ele também aprendeu na prática, “*a mãe não fez estes cursos, mas aprendeu a trabalhar com o pai. Então eu trabalhei firme com a mãe por um tempo. Fui avançando, avançando, no fim fiz todo o serviço. Ai ela passou a me ajudar, por muito tempo, tínhamos outros ajudantes também*” (KLOS, 2008, p. 29). O Sr. Ottmar começou a ajudar a mãe e a aprender o ofício em 1942, e, em 1948, assume como fotógrafo responsável pelo estúdio na Vila Panambi³, distrito

³ Sobre os nomes do município: de 1898 até 1938, permaneceu a designação Neu-Württemberg para a colônia como um todo. Desde 1901, após a demarcação da área urbana, esta recebeu a designação Elsenau, como uma homenagem à esposa de Meyer, Else. Em 1938, a colônia foi elevada à categoria de Vila, sendo chamada de Nova-Württemberg. Ainda em 1938, mais uma alteração, feita “*pelo decreto Estadual nº 7589 de 29 de novembro daquele ano, também pelo interventor Federal Cordeiro de Farias*,” (WAIBEL *apud* MICHEL, 2001, p. 65) estabelecendo o nome de Pindorama, que significa Terra das Palmeiras. É importante observar que, nesse período, o Brasil estava em pleno Estado Novo, o qual desencadeou a Campanha de Nacionalização, que visava “*abrasileirar*” os estrangeiros e descendentes, vistos como desnacionalizados. Em 1944, houve mais uma alteração, passando a chamar-se Tabapirã, que significa “*aldeia dos telhados vermelhos*”; contudo, esse nome não chegou a ser usado oficialmente, tendo em vista que logo foi substituído por Panambi, através do Decreto-Lei nº 720 (datado de 29 de dezembro de 1944).

do município de Cruz Alta. Em uma entrevista, ele relata que o sonho dele era ter sido engenheiro elétrico, mas como precisava ajudar a mãe, foi adiando porque os estudos eram onerosos para a família e pela distância, pois eram em outro município. Apesar de não ter seguido a profissão que desejava, conta com orgulho que pagou faculdade para os dois filhos com os rendimentos da profissão de fotógrafo⁴ e que um deles seguiu a profissão que ele queria ter seguido. O outro filho, André, seguiu a sua profissão, é o fotógrafo responsável pelo estúdio que se mantém há 97 anos, apesar “*das dificuldades dos últimos anos, como a concorrência e o baixo valor pago pelos serviços, porque são muitas horas de trabalho, por exemplo, em uma festa de aniversário, a gente fica a tarde toda, para ganhar 6 ou 7 reais por foto.*”⁵.

De acordo com Ottmar, o trabalho do fotógrafo não se detinha às festividades e paisagens, em um período em que não havia rádio e nem jornais locais, eles cumpriam papel informativo também, “*se acontecia algo surpreendente, eles vinham e me buscavam (...) o delegado pegava o médico e o fotógrafo e ia lá. Isto foi sempre uma sensação quando o ‘29’ passava. Se cruzava com o carro do médico, com o delegado e com o fotógrafo, então havia acontecido algo grave*” (HINNAH, 1999, p. 30). Observa-se, que o fotógrafo desempenhava um papel importante em Panambi, pois era o responsável pelo registro da memória visual e exercia o papel de mediador na sociedade. Ele circulava em diferentes grupos e classes sociais, e ainda mantinha relações comerciais e culturais fora da Vila, no contexto regional, brasileiro e internacional, através da troca de informações e da compra de materiais fotográficos para o estúdio.

A partir da década de 1940, a demanda por fotografias aumentou gradativamente, tendo em vista a presença de significativo número de imigrantes, desejosos de mandar notícias àqueles que permaneceram, bem como os colonos oriundos de outras regiões do Estado. Soma-se a isso o desenvolvimento material da Vila, conforme esta crescia e os colonos melhoravam de vida, sobrava mais dinheiro para investir em *artigos de luxo*, como a fotografia. Outro fator que contribui para o aumento da demanda por fotos é a popularização da fotografia.

No acervo do estúdio, há diversos modelos de câmeras, equipamentos de estúdio e laboratório e diversos acessórios, com os quais é possível observar o desenvolvimento e as mudanças tecnológicas no ramo fotográfico, em Panambi, “*partindo do incipiente ou rudimentar à sofisticada tecnologia digital*”. Dentre estes, destacam-se “*câmaras que utilizavam lâminas de vidro emulsionadas como negativos, de grande formato a permitir cópias de contato direto, com a utilização de luz natural; câmeras que usam negativos planos, com base em acetato de celulose, de grande e médio formato; câmeras que usam filmes em bobina; tanques de revelação de filmes; bacias de revelação de cópias; e, ampliadores que fazem a ampliação de cópias de negativos de filme*” (KLOS, 2008, p. 2).

⁴ Ottmar e Thusnelda Klos. Entrevista gravada concedida a Carmem Adriane Ribeiro, em 30/10/2010, na residência do casal entrevistado, Rua Gaspar Martins, Panambi (RS).

⁵ Klos, André Dietter. Conversa no estúdio.

Na coleção imagética do estúdio Foto Klos consultada, há diversos tipos de imagens: negativos de diversos tamanhos e formatos, poses, retratos individuais, de famílias, de escolares, associações, clubes, eventos, empresas, paisagens, momentos trágicos (poucas), casamentos, religiosas, além da predominância de imagens produzidas dentro do estúdio: casamentos, crianças, famílias e retratos individuais. O fotógrafo Ottmar Klos trabalhou pouco com foto-montagens, ele argumenta que “*eram muito trabalhosas, demorava muito para fazer, como exemplo, o tradicional quadro com 4 ou 5 rostos de crianças, era muito difícil montar...*”, ele também não trabalhou com a foto-pintura, como em outros estúdios fotográficos da região. A preocupação dele era com a qualidade das fotos que estavam fazendo, como relata sua esposa Sra. Thusnelda, “*alguns dias atrás encontramos umas fotos antigas em preto e branco, e o Ottmar me disse: estas fotos foram bem lavadas! Geralmente era eu que lavava, passava várias vezes a foto na água limpa para o fixador e os químicos pegarem bem a cor...*”⁶. Observa-se, pela segunda vez na história do estúdio, o trabalho feminino e sua importância na produção familiar, pois mesmo que a esposa não tivesse registro, ela participava dos processos fotográficos do estúdio.

Em 1974, André Dietter Klos iniciou sua participação, é a terceira geração na empresa, “*com a formalização, na Carteira de Trabalho, do contrato de trabalho (...)*”(KLOS, 2008, p. 2). Ottmar delegou ao filho primogênito a condução da empresa, porém, na prática, deixou de exercer o ofício de retratista há apenas alguns anos. O trabalho realizado em conjunto por pai e filho permitiu que o estúdio Foto Klos se mantivesse até hoje. Por alguns períodos, André se afastou da empresa para dedicar-se à política local, exercendo cargos na Administração Pública Municipal.

Na década de 1980, o laboratório passou pela primeira fase de processamento de cópias coloridas, e, já no final da década de 1990, retomou o processo com novo equipamento. No laboratório, atualmente é feito o processamento analógico de filmes e cópias para amadores, as fotografias de eventos sociais e para documentação são produzidas em sistema digital. Em entrevistas com o Sr. André, nota-se que atualmente há uma preocupação em acompanhar as novas tecnologias fotográficas, adquirindo equipamentos mais modernos e aprimorando o conhecimento de programas para edição de imagens, como Photo Shop e outros softwares.

O estúdio fotográfico, diferentemente de outros que existiram em Panambi (outrora Colônia Neu-Württemberg), diferencia-se por ser uma empresa familiar, permeado pelo trabalho de três gerações de fotógrafos. As fotografias produzidas pelo estúdio refletem as mudanças econômicas, sociais, históricas, culturais e tecnológicas da comunidade, visto que o estúdio iniciou suas atividades nos primeiros anos da colonização e se mantém até os dias atuais, participando da construção da memória coletiva através das imagens.

⁶ Ottmar e Thusnelda Klos. Entrevista gravada concedida a Carmem Adriane Ribeiro, em 30/10/2010, na residência do casal entrevistado, Rua Gaspar Martins, Panambi (RS).

Referências bibliográficas

- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CANABARRO, Ivo Santos. A construção da cultura fotográfica no sul do Brasil. Imagens de uma sociedade de imigração. Niterói (RJ), 2004. **Tese** [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2004.
- _____. **Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39, dezembro 2005.
- HINNAH, Denise. Ser retratista em Panambi. História oral de vida. Ijuí, 1999. **Monografia** [Graduação em História]. UNIJUÍ, 1999.
- KLOS, André Dieter. **Foto Klos – 95 anos – A História de uma família na fotografia em Panambi: 27 de setembro de 1.913 – 2.008**, p. 1. (Texto digitado, não foi publicado).
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história. Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1.
- NEUMANN, Rosane Márcia. Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). Porto Alegre (RS), 2009. **Tese** [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2009.
- _____. **Neu-Württemberg: o “cartão-postal” da Empresa de Colonização do Dr. Herrmann Meyer**. In: Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural –Mundos da Imagem: Do Texto ao Visual. Florianópolis: Clicdata Multimídia, 2006.

Imagens e memórias no âmbito da História da Educação

*Andréa Cristina Baum Schneck**

Este é um estudo sobre imagens concebidas como privilegiados canais do fluxo da memória, elas mesmas tomadas como narrativas de memórias. Examina as complexas relações entre memória e imagem. Detém-se na análise dessas relações a partir das obras de pintura do artista gaúcho Flávio Scholles, que, desde 1976, desenvolve um trabalho artístico de cunho biográfico, podendo ser considerado um guardião de memórias.

Discute o significado de suas imagens como disparadoras do exercício de rememorar, e problematiza em que medida as pinturas do artista possuem um potencial evocador de memórias individuais e coletivas de sujeitos da região do Vale dos Sinos. Resulta do contato de algumas pessoas com um corpus restrito de imagens produzidas pelo artista, algumas conhecedoras de suas obras, outras tendo o primeiro contato com as mesmas, por ocasião da pesquisa. Analisa de que forma os sujeitos se reconheceram nessas imagens com as quais se depararam e que conteúdos foram manifestos em suas narrativas a partir desse contato. Para isso, faz-se acompanhar das reflexões propostas por vários autores.

Sirvo-me das palavras do artista gaúcho sobre sua obra para convidar o leitor a mergulhar no texto que produzi:

Em termos de futuro, quando outras gerações vierem, e nós tivermos um documento dessa época, contada através de uma linguagem moderna, é que podemos avaliar o patrimônio que estamos construindo [...] o que importa é deixarmos a nossa marca e nossos caminhos, nos identificando com a região e contando a nossa história. Eu acho que o artista é a materialização de vibrações de um povo, um povo vibra! [...] faço uma grande instalação no planeta mostrando o Vale do Rio dos Sinos, com milhares de obras espalhadas em vários lugares do mundo todo. A minha ideia é ir contando uma nova história e não só aquela que contam por aí. (SCHOLLES, entrevista em 08/02/2008).

Inicialmente, há que se considerar que narrativas existem no tempo e imagens no espaço, e é a partir desta junção que diferentes sujeitos podem elaborar significações a partir de imagens. Mensagens visuais estimulam a imaginação, o que acontece frequentemente pela memória, o que é perceptível quando ativamos

*Mestre em História da Educação/ UFRGS.

lembranças e acontecimentos que são um artifício para comunicar ideias e sensações no presente, conforme dá a entender Thomson (1997).

A partir do século XX, há uma ruptura quase definitiva com a forma de ver e valorizar o passado, pois a crescente aceleração fragiliza progressivamente o elo de ligação entre os diferentes tempos. A sociedade capitalista destrói muitos suportes materiais da memória, bloqueando os caminhos da lembrança, arrancando os marcos e apagando os rastros, como chama atenção Ecléa Bosi (1983). Não se trata de refletir somente sobre a destruição dos lugares de memória, e sim de atentar também para a destruição das identidades e memórias coletivas (STEPHANOU, 1998).

Estamos envolvidos numa complexa rede em que memórias individuais se entrecruzam com as coletivas, sendo que as memórias individuais sustentam e constroem as coletivas. A necessidade de lembrar para resistir e a insistência na memória, asseguram a condição humana no que diz respeito aos sentimentos de pertença frente às crescentes ameaças de massificação como efeitos da globalização.

Neste estudo, destaco a ideia de “guardião da memória”, que faz pensar num sujeito que se autoriza a guardar, mesmo que inconscientemente, memórias individuais e coletivas, e, ao guardá-las, cria arquivos, constitui suportes de memória através de suas pinturas, que acabam funcionando como oportunidades para outros sujeitos formularem narrativas de memórias.

Em suas obras, o artista inclui vários objetos lúdicos, como carrinhos de lomba, pinicas¹, pipas e cata-ventos; retoma objetos da lida diária de sua mãe, como chaleiras, bules, vassouras, batedores de manteiga, ferro para passar roupa e outros. Inclui objetos decorativos como os “wandschoner”², toalhas bordadas, rendadas de papel, que apesar da simplicidade, criavam um ambiente acolhedor. Muitas obras contêm ferramentas de seu pai, usadas na agricultura ou no trato com os animais. Também deu atenção aos detalhes dos objetos e ferramentas usados em atividades artesanais desenvolvidas na localidade, dentre estas a sapataria, sem esquecer das rodas de chimarrão. Mais que uma sensação estética ou de utilidade, cabe lembrar que os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo e nos identificam num determinado contexto, conforme Bosi (2003).

O artista estabelece um elo entre a história de seus antepassados, imigrantes alemães, com a sua própria vida, segue uma certa cronologia versando sobre diferentes situações vividas, tanto de prazer quanto de discriminação, do “alemão grosso” do interior. Sua temática está muito presente no cotidiano de pessoas que ainda hoje vivem em propriedades rurais da Região do Vale dos Sinos ou entre aquelas que viveram a experiência terrível do êxodo rural, tendo que reconstruir a vida que se fragmentou ao longo de muitos anos.

¹ Conforme o artista é uma das expressões usadas na região para bolas de gude.

² Wandschoner são panos bordados, usados no passado para enfeitar as paredes internas das casas, especialmente atrás do fogão, apresentando imagens e mensagens enfocando valores morais e religiosos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que integrou narrativas de memórias de diferentes sujeitos da região do Vale dos Sinos, homens e mulheres nascidos por volta de 1940, cujas falas apresentaram-se como documentos importantes para a discussão da problemática da investigação que culminou com uma dissertação de mestrado.

Participaram: um morador de São José do Herval/ Morro Reuter, terra natal do artista; um sujeito de Dois Irmãos, município em que Flávio residiu por vários anos; um morador de Ivoti onde o artista é conhecido através de projetos de arte e educação realizados na década de 1990; dois moradores de Lindolfo Collor³, município em que se desenvolveu um trabalho interdisciplinar através das obras do artista; e um de Novo Hamburgo, lugar em que Flávio iniciou sua carreira profissional como professor e artista.

Um corpus restrito de seis pinturas/imagens, produzidas em diferentes momentos dos últimos 34 anos de trabalho do artista, representativas dos quatro eixos temáticos que abrange – Colônia, Êxodo, Cidade e Origens – foram eleitos para a mediação das falas. Para esta seleção, tornou-se fundamental a observação das figuras humanas, a inserção de objetos característicos e típicos do contexto da colônia, temas e cenários, enfim, elementos visuais comuns ao cotidiano de pessoas que vivem no interior, de modo que pudessem se relacionar com maior espontaneidade com as obras, identificando-se com algum dos personagens.

Privilegiei, em especial, o eixo Colônia selecionando três pinturas que possuem uma dimensão mais narrativa da vida do colono descendente de alemães, desde a família, o trabalho com a terra e outras opções de trabalho. Além dos temas em si, representam elementos ligados ao aspecto lúdico, ao lazer, à convivência, ao cotidiano da gente simples, em cenas do interior, contendo objetos da lida diária, bem como o acesso aos equipamentos mais modernos que aos poucos, vão chegando e modificando a vida familiar no meio rural⁴.



Colheita de Batatas
– 150cm x 230cm



Família – 100cm x 90cm



Sapataria – 120cm x 180cm

³ Confrontei o depoimento de uma descendente dos primeiros imigrantes que vieram à região e um migrante vindo do Alto Uruguai que viveu de perto o êxodo rural.

⁴ Um exemplo marcante é a chegada da luz elétrica ao interior e a consequente aquisição de rádios e televisores, o que modificou as práticas comuns no convívio familiar e comunitário. Noticiários e programas apresentaram outras realidades e instauraram outras expectativas e mudanças na vida dos ouvintes.

A primeira obra escolhida para as entrevistas intitula-se “Colheita de Batatas”, sendo uma das últimas desta série, e como tal é parte do acervo pessoal do artista. Em conversa com o artista (2009) sobre esta obra, ele fez uma referência ao crescimento econômico de São José do Herval, município da região, resultante do cultivo da batata inglesa ainda de forma artesanal, mas que, na década de 60, sofreu um declínio na produção. A segunda imagem denomina-se “Família”, integra os membros da mesma num formato circular, e é neste círculo que o artista expressa a relação harmônica entre os personagens. A terceira imagem, “Sapataria”, retrata mais uma vez a família no contexto colônia, desta vez, apresentando outras atividades no âmbito do trabalho. De acordo com o artista, as cenas da sapataria artesanal relacionam-se a uma visão romântica muito forte sobre a economia que começa a se expandir no Vale dos Sinos nas décadas de 60 e 70, que teve na sapataria familiar o estímulo para a criação das primeiras empresas.



Despedaçamento Familiar
100cm x 130cm



Rebarbas Urbanas
100cm x 130cm



Retalhos
70cm x 70cm

A quarta obra, “Despedaçamento Familiar” do eixo Êxodo, possui uma identificação com o estilo cubista de Picasso em que as figuras humanas são repuxadas e distorcidas. Flávio opta por enfatizar a situação de desconforto dos sujeitos frente às mudanças radicais que enfrentam, há um afastamento dos valores de convívio e bem-estar, culminando numa desconstrução das identidades. A quinta imagem, já do eixo Cidade, denomina-se “Rebarbas Urbanas”, e traduz em sua composição, a precariedade das moradias que as pessoas do interior empobrecidas passam a erguer. O foco são as favelas que aos poucos vão surgindo nas cidades da região, frente ao frenético desenvolvimento econômico e da grave crise que se instaura na região do Vale dos Sinos. A última imagem selecionada intitula-se “Retalhos”, pertence ao eixo Origens, uma série mais abstrata do ponto de vista figurativo, que ainda assim, faz lembrar uma colcha de retalhos.

Os seis entrevistados tiveram cada um, a seu modo, uma relação diferente frente às imagens apresentadas. Alguns conheciam o artista e suas obras, outros tiveram o primeiro contato com as imagens no evento da própria entrevista. Todos foram reagindo, diferentemente, à proposta do trabalho, evocando memórias singulares, alguns valorizando mais as recordações, outros a necessidade de se mante-

rem ligados ao presente e à atualidade. De uma ou outra maneira, foram envolvidos pelo exercício de rememorar, narraram memórias individuais, reconstruindo reminiscências mediadas pelas imagens. Interessante observar as relações que são estabelecidas pelos diferentes sujeitos, de diferentes cidades de uma região que possui muitos aspectos em comum, especialmente no que diz respeito ao cotidiano da vida na colônia alemã, as mudanças reais a partir do êxodo rural, provocado pela industrialização, o crescimento econômico do Vale e a expansão das cidades frente ao capitalismo e à globalização.

Os temas que compareceram com mais frequência nas entrevistas, estão relacionados à família, ao trabalho, à educação, a outras atividades ou ao lazer, a lugares, em geral mesclados entre si ou abordados em diferentes momentos das entrevistas. Tal constatação decorreu da elaboração de uma sistematização dos achados em quadros-síntese⁵ das falas de cada entrevistado, que contrastadas umas com as outras, embasaram e direcionaram a análise reflexiva. Os quadros permitiram observar e destacar os temas mais recorrentes, agrupando os conteúdos em eixos, sendo que tanto os temas quanto os eixos, foram revisitados e entremeados durante a observação e a evocação de lembranças. O forte potencial evocador de memórias individuais e coletivas nutre canais privilegiados para compor e reelaborar identidades e sentidos de pertencimento, ou seja, esta mediação com as imagens motivou pessoas que tiveram acesso às pinturas a refazerem suas próprias histórias de vida.

Voltar-se ao passado através das imagens, permitiu que os sujeitos formulassem interrogações sobre eles mesmos e suas implicações no mundo. A contrastação das lembranças teceu ecos nos ouvidos de outros, a ressonância no ouvir baseou-se na aceitação e no respeito ao recordar de cada um. Para a maioria dos participantes, a experiência evocativa foi profunda e relacional.

As narrativas da maioria dos sujeitos reconstruíram diferentes momentos da história de cada um, inclusive os mais difíceis, muitas vezes inaceitáveis, trazendo implícitas nas falas, as opiniões, denúncias e descontentamentos frente aos novos tempos. Por outro lado, falaram de muitos motivos de celebração da vida, onde o apego aos sonhos e ideais construídos no passado, foram reconstruídos no tempo presente.

Muitos foram os momentos em que se evidenciou a construção de fragmentos de pensamento, retalhos do tempo muitas vezes esquecidos e abandonados, especialmente pelos mais velhos que parecem retrair-se do seu lugar social, ficando à margem da vida que corre rapidamente. O contato com as obras, reacendeu o desejo pela “vida colorida”, as lembranças cheias de vida reacenderam o tônus sensível e vital, enfim, a busca de um sentido para o existencial. Mediados pelas

⁵ Os vários quadros – síntese realizados estão inseridos nos anexos da Dissertação “Imagens pintadas de Flávio Scholles: evocadores de memórias e histórias de vida” – UFRGS/2010.

imagens deram, voz e vez a lembranças engraçadas e divertidas, perpetuando o que, de fato, teve significado no passado vivido, ressaltando um contexto mais harmonioso e amoroso, que ainda vivem hoje. Uma nostalgia produtiva e positiva que, não raro, nos acomete a partir de certa idade, como também comentou o artista em relação a seus próprios quadros.

A maneira como os narradores se envolveram nas evocações parece ter estreita relação com a disposição que investiram neste encontro com as imagens, tendo a consciência de que, as imagens não se restringiam a meras representações. Foram efetivamente disparadoras do exercício de lembrar, dando sentido ao que ia sendo lembrado no âmbito pessoal ou tecido no grupo. As experiências vividas, suscitadas pelas imagens, ativaram o processo de produção e transformação de lembranças a partir do presente, onde um cabedal de infinitas memórias foi resignificado, sendo difícil até mesmo apresentá-las em eixos temáticos isolados, tal foi o imbricamento de múltiplos assuntos. As associações resultaram de suas percepções e voltaram-se às suas necessidades conscientes e inconscientes.

Nas lembranças das vivências de trabalho e de família, foram elencadas, com maior clareza, memórias coletivas, pois os relatos foram marcados por experiências comuns, especialmente na roça, apesar de terem sido lembradas como árduo trabalho manual e como tarefa familiar, as quais foram reconhecidas em sua dignidade e como articuladoras da vida familiar, voltado, nesse contexto, à sobrevivência e à qualidade de vida. Narrativas relacionadas à simplicidade do colono e seu contato com a terra, da qual tudo provinha, diferem muito das memórias relacionadas ao trabalho operário, que se desenvolve a partir de uma visão capitalista em que a competitividade desumaniza, na sociedade que oprime, com a jornada enfadonha e a renda, apesar de fixa, limitada e condicionada pela lei do mais forte, descartando o velho e o menos produtivo. Recordações, advindas da observação das imagens urbanas, aparecem como dolorosas ao contrapor o ritmo de vida imposto pelas máquinas à vida que levavam na colônia. Nessa hora, a memória assume uma função quase catártica, desvelando ressentimentos, lamentações, nostalgia.

A mobilização dos afetos e emoções foi recorrente nas falas tanto de homens quanto de mulheres, reativando emoções individuais e coletivas, políticas e sociais, em que ambos manifestaram sentir-se partes de um todo maior que é a família. Homem e mulher seguem unidos em defesa da prole, integram-se, complementam-se, dependem um do outro, o que, segundo os entrevistados, já não ocorre na vivência urbano-industrial. Alguns narradores testemunharam um tempo em que viviam com mais intensidade esta relação, embora a maioria tenha afirmado que ainda segue acreditando e vivendo com união. O testemunho serve, então, não apenas para falar de um tempo que passou, mas também para avaliar o presente. A maneira como as dificuldades foram sendo ultrapassadas, as histórias de superação demarcam como os sujeitos continuam acreditando nas possibilidades que evocam, desafiando-os a inaugurar novos pontos de vista, novas ousadias, valendo-se das memórias para um contínuo re-tecer.

Recordações refazem as urdiduras da vida de acordo com valores, sentimentos e padrões de vida de cada sujeito narrador no contexto da cultura teuto-brasileira. A memória é reavivada por meio de imagens, e as recordações trazem marcas, a cor e a textura dos valores de vida de cada sujeito, são fios de sentimentos a colorir as lembranças, entremeando o íntimo com o público, publicizando as crônicas do indivíduo na família, na escola, no trabalho, nos lugares, nas atividades sociais. Foram estes os temas mais visitados e revisitados, pelo recordar estimulado pelas obras.

Unir imagens e memórias, produzir anotações das narrativas de vida em diversas cores e plasticidades, utilizar a arte para re-pensar a vida foram algumas das minhas inspirações, mas é no uso das palavras e narrativas que se pode traçar fios expressivos oriundos do exercício de olhar para ver e lembrar. Quiçá seja este o pano ou a tela de uma nova obra de arte.

A pesquisa passou pela indispensável negação das certezas ao vislumbrar novos sentidos, formatos e composições, lembrando que nem tudo está descoberto, que nem tudo está dito e nem tudo pode ser dito ou escrito. Conduziu-me a construir também uma experiência de narrar, habitando imagens, re-significando lembranças, marcando história, agindo sobre as coisas, ser autor. Indicaram, sobretudo, o quanto é fundamental que imagens e narrativas conservem vivos certos tesouros do passado, que sejam tesouros de pano no presente, tramas de memórias para urdir o futuro também no que se refere à cultura teuto-brasileira.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p. 399.
- _____. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Janela da Alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 31-63.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: **História da Educação**. ASPHE. Pelotas: UFPEL, set. 2000, n. 8, p. 141-174.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 39-57.
- _____. Memória, história, testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento**: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p.85-94.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MÜLLER, Telmo. **Colônia Alemã: histórias e memórias**. Porto Alegre: EST, 1981, p. 136.

NÓVOA, Antônio. Apresentação: Por que a História da Educação? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **História e Memória da Educação no Brasil**. V.1. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 4-14.

PESAVENTO, Sandra Jataby (org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

SCHNECK, Andréa Cristina Baum. **Imagens Pintadas de Flávio Scholles: evocadores de memórias e narrativas de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHOLLES, Flávio. **F. Scholles**. Editora Sinodal, São Leopoldo/RS: 2000.

STEPHANOU, Maria. Problematizações em Torno do Tema Memória e História da Educação. **História da Educação**, Pelotas: ASPHE/FAE/UFPEL, n.4, p. 131-141, 1998.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. Depo. de História da PUC/ São Paulo, n. 15, p. 51, abr. 1997.

Memória lapidar ameaçada: obras da Casa Aloys nas necrópoles São José I e II de Porto Alegre

*Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho**

Processo de transformação

Por volta do ano de 2003, Porto Alegre visualizou a perda gradual de um importante conjunto histórico: o Cemitério São José II, cujas atividades iniciaram em 1913. O Cemitério foi arrendado pela Construtora Cortel, e os monumentos tumulares do Cemitério foram extintos, um a um, para a construção do Crematório Metropolitano e de um estacionamento.

Personalidades importantes da história de Porto Alegre tiveram seus jazigos removidos: o atuante líder teuto e grande Mestre da Casa Aloys, Jacob Aloys Friederichs; o Prefeito Alberto Bins, o doador da área do Cemitério; Hugo Metzler e o Padre Aloys Kades. Estes Senhores, por importante atuação na história da Comunidade São José, tiveram sua presença evocada em um “Memorial”, que conserva uma peça de cada um dos antigos monumentos tumulares demolidos.

Este processo de transformação, entre outros motivos, é resultado de uma mudança de posturas anteriormente, em que a função do jazigo era enaltecer a memória: o túmulo funcionava como “um monumento colocado entre os limites de dois mundos” (REVISTA MONUMENTOS SEPULCHRAES apud CATROGA, 2002, p. 17) e “as estelas desempenharam múltiplas funções de perpetuação de uma memória” (LE GOFF, 1990, p. 373).

Quando um cemitério é desertificado, percebemos que, em um mundo pós-moderno e voraz, a reclusão que a morte exige não deve ser vivenciada, pois se torna um contratempo, um imprevisto, um desvio do convite constante aos apelos do consumo, da publicidade e do espetáculo.

A praticidade e a economia vislumbradas na oportunidade da cremação suprimiram o jazigo e sua evocação à morte. Vivenciamos hoje a “higienização” dos cemitérios, ironicamente: no século XIX, os cemitérios higienizaram as cidades brasileiras, ao afastar os mortos das zonas urbanas de convívio. Hoje, as zonas

*Doutoranda em História, Teoria e Crítica de Arte na UFRGS. Contato: marmorabilia@gmail.com; <http://www.marmorabilia.org/>

afastadas tornaram-se urbanas e os mortos perderam seu espaço, portanto, é preciso higienizar o próprio cemitério.

Se outrora vivenciamos a “era de ouro dos cemitérios”, hoje vivenciamos a era de ouro dos crematórios. O túmulo artístico foi substituído pelo columbário, pela placa padronizada nos cemitérios parque ou pelo gesto de espargir as cinzas.

A Casa Aloys e suas obras nos Cemitérios São José

O Cemitério São José possui ainda obras muito representativas da história da Casa Aloys, que aparecem em um documento único no Brasil: um semanário (espécie de agenda) publicado em 1949 por ocasião do aniversário de 55 anos da empresa: **Casa Aloys, Indústria do Mármore e Granito. 1884-1949**. Neste documento, o autor, Jacob Aloys Friederichs detalhou a trajetória da Casa Aloys, seus monumentos mais representativos até aquele momento (uma interessante parcela nos cemitérios São José I), seus monumentos premiados (um deles já extinto no Cemitério São José I) e enfatizou seus princípios de trabalho e de vida, citando os artistas que fizeram parte de sua próspera e respeitosa atuação. Narrou também a sua história de vida e de seus familiares e amigos que o apoiaram durante sua caminhada.

No Cemitério São José I, encontramos também obras da fase mais antiga da Casa da Aloys, quando ela era ainda a razão social Bins & Friederichs. Existe um túmulo que carrega esta rubrica em sua base, o que nos faz acreditar que este monumento seja anterior a 1891, quando a razão mudou para Casa Aloys. Este monumento é um forte atestado da historicidade do acervo: uma obra que possui cerca de 120 anos.

O Cemitério São José II, que data de 1913, possuía também obras importantes da Casa Aloys (incluindo o mausoléu de sua família, hoje não mais existente).

Podemos inferir que se Jacob Aloys Friederichs preocupou-se em publicar a sua história familiar e pessoal, a atuação de sua empresa e o registro de seus monumentos mais importantes, pouco antes de seu falecimento, é porque não somente o capricho e o orgulho que tanto ressaltara em seu último e talvez mais completo escrito, uma espécie de autobiografia¹, mobilizara-o a fazer isto, mas também o desejo de registrar, de entrar para a história e de ser lembrado, reconhecido em sua atuação e, a partir deste feito (dentre tantos outros que realizou para o desenvolvimento social de Porto Alegre), manter viva e acessível a sua memória.

No momento em que praticamente 90% do acervo tumular do Cemitério São José II foi retirado, e que o do Cemitério São José I já perdeu cerca de 30% do seu conjunto, temos um dano irreparável e uma situação delicada referente ao que persiste nestes cemitérios: túmulos, esculturas, história da arte funerária, memória social de Porto Alegre e patrimônio.

¹ Para saber mais sobre Jacob Aloys Friederichs, ver a biografia escrita por SILVA (2006).

Obras da Casa Aloys no Cemitério São José I



Figura 1: Monumento Família Kraemer.

Monumento Família Kraemer. Monumento tumular colocado pela Bins & Friederichs. Uma das únicas obras encontrada nos Cemitérios de Porto Alegre que evidencia sua atuação. O monumento possui uma rubrica que autentica a sua colocação pela firma e traz a bela figura de um anjo como alegoria da melancolia.



Figura 2: Monumento Miguel Friederichs.

Monumento Miguel Friederichs. Monumento erigido pela Casa Aloys, em homenagem ao fundador da empresa: Miguel Friederichs. Constituído em pedra grês, a cabeceira do túmulo apresenta uma pequena escultura de Cristo em cerâmica branca. A peça provavelmente foi importada da *Villeroy e Boch* (FRIEDERICHS, 1949), grande empresa de produtos cerâmicos localizada na Alemanha. O túmulo já se encontra bastante danificado: perdeu os corruchéis que compunham a cabeceira e os vasos que ornavam as laterais. A escultura está sem a cabeça e as grossas correntes em ferro que cerceavam o terreno do jazigo estão rompidas. Representa uma tipologia característica de antigos cemitérios alemães.



Figura 3: Monumento Mestre João Grünewald.

Monumento Mestre João Grünewald. Lápide em mármore, ricamente trabalhada identificada em letras góticas. João Grünewald foi um respeitado construtor e sogro de Jacob Aloys Friederichs. Trabalhou nas obras da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, no Seminário Episcopal e na antiga Igreja Menino Deus, entre muitas outras. O jazigo ainda apresenta o gradil original que delimita seu terreno, acompanhado de dois pequenos monumentos bastante comprometidos por seu desgaste.



Figura 4: Monumento Família Armand Schramm.

Monumento Família Armand Schramm. Construção vertical em mármore, tipológica característica de uma série de monumentos colocados pela Casa Aloys no Cemitério São José I. Possui base em pedra grês e acompanha o gradil. Este monumento participou da Grande Exposição Estadual do Rio Grande do Sul – 1901². Jacob Aloys inscreveu na exposição, dentre outras obras da Casa Aloys: “uma cruz em mármore com o crucificado” (monumento Família A. Schramm) e “uma cruz em mármore ricamente ornamentada com flores” (monu-

mento Franz Behrendsof). Consta ainda no Semanário da Casa Aloys: “As cruzes destes dois Monumentos foram também expostas e premiadas na Exposição Estadual de 1901” (FRIEDERICHS, 1949). Este monumento é significativamente importante na história da marmoraria Casa Aloys, por ser justamente um de seus trabalhos premiados publicamente em uma importante exposição, onde foram classificados como Belas Artes. A premiação foi reconhecedora e meritória: a cruz do monumento é finamente trabalhada, a figura de Cristo foi dignamente esculpida com perfeição. Assinado com a rubrica “J.A. Fr.”.

² Para saber mais ver o artigo de CARVALHO (2008).



Figura 5: Monumento Daudt.

Monumento Família Daudt. Construção vertical em mármore, que possui ornamentos florais em relevo. Assim como outros monumentos Casa Aloys neste cemitério, é acompanhado do gradil em ferro. Foi “um dos primeiros Monumentos em Depósito” da Casa Aloys e o “primeiro êxito do jovem mestre com um monumento em maior escala naquela época”. Assinado com a rubrica “J.A. Friederichs”. Em seu topo a inscrição “Familien Grab” (Túmulo da Família).



Figura 6: Monumento Teixeira.

Monumento Teixeira. Construção vertical em mármore. Ostenta uma imponente cruz com “ramos de carvalho abaixo dos braços”. Segundo o Mestre Aloys em seu Semanário, foi esculpida em uma chapa de mármore de 16 cm. Era também um monumento em depósito que foi comprado depois de pronto pela viúva do Sr. José Rodrigues Teixeira, a Sra. Maria Antonia Teixeira. Destaque para o sensível epitáfio: “Tributo de amor conjugal”. Em seu texto, o próprio Mestre Aloys é quem nos lembra da importância deste monumento: “uma obra de arte, a qual hoje, na época de granito, não se conhece mais.” Assinado com a rubrica “J.A. Friederichs”. Conserva o gradil em ferro original.

Figura 7: Monumento Schneiders.



Monumento Schneiders. Conjunto em mármore, que possui um elegante relevo floral esculpido na parte frontal. Ostenta a figura de um Anjo da Melancolia, que pesaroso guarda uma urna a simbolizar os restos mortais dos falecidos e a eternidade da morte. O túmulo já foi reformado, pois ao redor do monumento escultórico estão construídas carneiras em granito, mais modernas. O mármore já se encontra bastante desgastado pelo efeito do tempo, e as informações inscritas no monumento, evanescentes. Para a legibilidade da memória lapidar, os nomes dos falecidos foram destacados com uma tinta preta. Assinado com a rubrica “J.A. Fr.”



Figura 8: Monumento Becker.
Fonte: FRIEDERICHS, 1949.

Monumento Becker. Premiado com medalha de ouro na Grande Exposição Estadual do Rio Grande do Sul – 1901. Infelizmente, este monumento não existe mais. Significava uma obra muito importante no histórico da Casa Aloys, devido à sua participação na Exposição – tal como o Monumento Schramm – e também ao mérito de ter sido agraciada com medalha de ouro. Todo em mármore.



Figura 9: Monumento Diehl.
Fonte: FRIEDERICHS, 1949.

Monumento Diehl. Outro monumento perdido. Executado em mármore feito sob encomenda para o “comandante de vapor fluvial” Sr. João Diehl. A figura, de uma orante, também em mármore, teria sido executada pelo próprio Mestre Aloys, que “não ficou pouco orgulhoso em verificar o fato de poder executar até figuras de mármore em sua oficina” (FRIEDERICHS, 1949).

Conclusão

Elencamos aqui algumas das mais importantes obras executadas pela Casa Aloys em sua história. Os Monumentos Friederichs, Shramm, Daudt, Teixeira, Becker e Diehl são mencionados no Semanário escrito por Friederichs, o que historicamente atesta sua relevância. A arte funerária, com dificuldade é investigada – as evidências da história das marmorarias e firmas de colocação de túmulos são escassas, e somente os cemitérios podem prover a fonte mais autêntica deste estudo. O Cemitério São José I possui inestimável importância para o levantamento das obras das marmorarias gaúchas.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. A palavra para o historiador da arte – a palavra como história da arte: O Noticiário Semanal da Casa Aloys e algumas considerações a partir dos escritos de Jacob Aloys Friederichs. Disponível em: <http://ppgav.ceart.udesc.br/ciclo3/anais.htm> 2008.

CATROGA, Fernando. Recordar e comemorar: A raiz tanatológica dos ritos comemorativos. In: *Mímesis* v.23, n° 2, p 13-47. Bauru, 2002.

FRIEDERICHS, J. A. *Noticiário Semanal. Histórico da Casa Aloys Ltda. Indústria do mármore, granito e bronze.* Oferecido aos seus amigos e fornecedores em comemoração aos 65 anos de sua fundação e atividade: 1884-1949. Para o ano de 1950. Porto Alegre: Sul Impressora, 1950.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

SILVA, Haike Roselane Kleber. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão – A história de uma liderança étnica (1868-1950).* Porto Alegre: Oikos, 2006.

SILVEIRA, Gicelda Weber. *Estruturas de luz e sombra: o caso do Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 2000.

O cemitério como patrimônio da imigração alemã: relatório de prática

Sônia Jaqueline Fröhlich*

Este relatório contém informações sobre a prática realizada no Cemitério Evangélico de Hamburgo Velho, na cidade de Novo Hamburgo, durante os meses de março a junho de 2009. O presente trabalho procura analisar alguns aspectos do imaginário da sociedade hamburguesa através das representações funerárias encontradas no referido cemitério (alegorias e símbolos), assim como a percepção (ou não) do cemitério como local de pesquisa e museu. Teve influência na escolha do local o fato da grande participação da autora dentro da comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil Três Reis Magos, onde se localiza o cemitério. A prática foi realizada dentro do cemitério e nas dependências da comunidade, como secretaria e arquivo, semanalmente. Houve uma boa receptividade para a realização do trabalho por parte de todas as pessoas envolvidas, apesar da surpresa pela escolha do local.

A maioria das pessoas percebe o cemitério como um local “proibido”, sem nada a acrescentar para a cultura da comunidade onde está inserido e também não é um espaço procurado para pesquisas. Talvez esse desconhecimento do cemitério como campo de pesquisa se deva ao fato do olhar que se tem em relação à história de uma sociedade, de seus patrimônios. O próprio decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizava a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, colocou como patrimônio “*o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*”.¹ Criada em um período de exaltação aos grandes feitos brasileiros a fim de suscitar a cidadania e o amor à Pátria, as definições dessa lei ficaram marcadas no imaginário da população brasileira, que passou a ver como museus espaços onde se tratava de fatos históricos considerados por elas importantes. O cemitério, como um bem tangível, isto é, faz parte do patrimônio material, bem como espaços e conjuntos urbanos de valor histórico, também conta fatos e partes importantes de uma comunidade. As formas de ver e perceber a morte são mutáveis, sendo influenciadas pelas questões sociais, políticas e culturais de uma sociedade.

*Acadêmica do Curso de História da Universidade Feevale. Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul. E-mail: sjaque.frohlich@hotmail.com.

¹ In: www.iphan.gov.br

Como nos fala Harry Bellomo (2000, p. 15),

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas sócio-econômicas e ideologias. Deste modo, a análise permite conhecer múltiplos aspectos da comunidade, constituindo-se em grandes fontes para o conhecimento histórico.

Podemos estudar vários aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais a partir da análise das sepulturas. A formação étnica de um respectivo lugar é um exemplo. Através dos nomes dos túmulos podemos constatar qual etnia é predominante, assim como a genealogia das famílias, e no caso do cemitério de Hamburgo Velho, temos como maioria a descendência alemã, confirmando o fato de a colonização local ter sido de imigrantes europeus. Também percebemos, através das lápides, essa imigração, visto que há muitas referências nos textos dos túmulos ao fato de terem vindo da Alemanha.

Outro objeto de pesquisa pode ser a lápide em si, onde obtemos informações sobre a vida da pessoa, traçando um perfil das principais atuações na comunidade. Crenças religiosas da região e ideologias políticas também podem ser encontradas nas lápides, assim como os túmulos revelam indicadores das condições econômicas do local (túmulos mais ricos revelam fases de crescimento econômico em determinada época, bem como mais pobres, de menos prosperidade).

A comunidade foi fundada no bairro Hamburgo Velho, no ano de 1832 e, no mesmo ano, criou-se o cemitério, no local onde se encontra atualmente. Há informações de que os luteranos que moravam no bairro, antes de 1832, utilizavam um cemitério no bairro Travessão, na cidade de Dois Irmãos, mas não se tem a localização desse local nem confirmação se era mesmo utilizado para sepultamentos de pessoas de Hamburgo Velho.

O horário de funcionamento é das 8 horas às 18 horas, durante os sete dias da semana. Ao analisarmos o local, encontramos um ambiente arborizado e muito bem cuidado, com funcionários específicos para a preservação do cemitério. Além de duas pessoas responsáveis pelos cuidados práticos como limpeza e segurança, há uma funcionária específica para tratar de assuntos como organização de documentação, análise de casos, contato com famílias quando necessário e outros. Ainda, no turno da noite, há uma empresa de segurança responsável pela manutenção da ordem no local.

Tantas precauções se fizeram necessárias devido às constantes invasões e depredações que ocorriam nos túmulos. O local é totalmente cercado e monitorado durante as 24 horas do dia. Percebe-se, em algumas sepulturas mais antigas, a destruição causada por vândalos, como roubo de letras de metal, quebra dos mármores que fazem parte das sepulturas, entre outros. Apesar de todo o cuidado,

ainda ocorrem furtos, como aconteceu no túmulo de uma senhora cuja atividade profissional em vida era o artesanato. A família, como homenagem, colocou junto ao epitáfio modelos dos objetos artesanais que ela fazia. Com o passar do tempo, as pessoas foram retirando esses objetos e atualmente só resta mais um exemplar, um sapinho verde.

A igreja Três Reis Magos, à qual pertence o cemitério evangélico, mantém registros de todos os sepultamentos, desde o início da comunidade. Os registros mais antigos estão sob os cuidados, voluntários, de um professor aposentado de Artes, que cuida do acervo. Há toda uma documentação a ser preenchida por ocasião da morte de algum membro. Após o comunicado do falecimento, é feito um “aviso” que é colocado no mural na rua em frente à igreja, para que os demais membros saibam do falecimento e ainda se tem o costume de tocar o sino da igreja durante cinco minutos, também para avisar a todos. Antigamente, tocar o sino servia para comunicar a morte aos moradores mais distantes da igreja.

O espaço do cemitério é utilizado para a realização de cultos, em épocas específicas do ano e, para isso, foi construído um altar. Abaixo do altar, localiza-se o ossário, onde são depositados os restos mortais de túmulos muito antigos ou abandonados pela família. Os cultos no cemitério ocorrem no dia de Finados, 02 de novembro, e no domingo da Páscoa, onde há todo um ritual que inicia às 6 horas da manhã, em que então é realizado o momento do culto no cemitério, a fim de exaltar o triunfo da vida sobre a morte (no caso, a ressurreição de Jesus Cristo). Fora essas duas ocasiões, não há nenhuma atividade que envolva a comunidade com o cemitério.

O cemitério é, sem dúvida alguma, um espaço de pesquisa, onde se podem compreender as mudanças na sociedade como um todo, através da forma como esta encara a morte, pois *a própria arte funerária é produzida em função de um consumismo que se estabeleceu a partir dos padrões sociais, da religião, das influências culturais e dos modismos* (BELLOMO, 1988, p. 89). Percebem-se, até a década de 1940, muitas lápides com escritos em alemão, mesmo havendo a proibição do uso público de língua estrangeira (principalmente a alemã) a partir de 1939. Isso mostra a forte influência germânica que ainda permanecia nas pessoas de descendência alemã, talvez por ser a cidade de Novo Hamburgo colonizada por alemães, no século XIX. Encontramos algumas lápides com poesias e despedidas, também na língua alemã. Em um exemplo encontrado no cemitério, os pais se despedem da filha expressando toda sua tristeza pela perda dizendo *“nur kurze zeit warst du der eltern freud”*, ou seja, *“somente num curto tempo seus pais foram felizes”*. Mais um exemplo de despedida e negação da morte de um ente querido, também na língua alemã que, traduzindo para a língua portuguesa temos a seguinte inscrição: *“Um dia tu vieste da Alemanha. A fê era teu cajado. Agora tu foste retirado de toda a miséria e aflição. Agora tu descansas aqui no túmulo frio”*. Este relata todo o sofrimento que o morto passou em vida e o consolo de que agora, na morte, ele encontrou conforto.

É justamente através das estátuas e lápides que podemos entender um pouco do imaginário da sociedade em relação à morte, um assunto que ainda hoje é bastante delicado e muito evitado. Alguns dos símbolos e alegorias – “*figuras humanas, personificadas, acompanhadas de símbolos, que expressam ideias abstratas, fazendo alusão à política, à religião, à moral e à sociedade*” (LEITE In. BELLOMO, 2000, p.143) – expressam esse imaginário e, como já colocado anteriormente, são, na sua maioria, maneiras de fazer transparecer a rejeição da morte terrena.

Podemos dividir as alegorias em dois grupos, as cristãs, que expressam em sentimento religioso, e as sentimentais, que transmitem um significado emocional. Dentre as cristãs, as principais, segundo Daniel Leite (In. BELLOMO, 2000), são:

– Fé: é representada pela cruz, às vezes com uma estrela acompanhando e é o elemento principal da vida espiritual. O rosto da estátua geralmente está voltado ao céu.

– Esperança: representada pela âncora, algumas vezes acompanhada da estrela. Segundo Jean Chavelier (1999, p. 50), a âncora é a

Última salvaguarda do marinheiro na tempestade está ligada na maioria das vezes à **esperança**, que permanece um apoio nas dificuldades da vida: *essa esperança, nós a conservaremos como âncora sólida e firme de nossa alma*, diz São Paulo na *Epístola aos Hebreus* (6,19). [...] Do ponto de vista místico [...] convém, como diz São Paulo, ancorar nossa alma no Cristo, único modo de evitar-se o naufrágio espiritual. *Minha âncora e minha cruz*, dirão os místicos, bem exprimindo essa vontade de não se abandonar às contracorrentes da natureza sem a graça, para fixar-se na fonte de toda graça que é a Cruz.

– Caridade: representada pela mulher segurando uma criança, manifestando o sentimento do amor maternal, do carinho. No cemitério evangélico de Hamburgo Velho não encontramos essa alegoria.

– Justiça: geralmente representada pela balança, pode aparecer também como espada, venda nos olhos ou um livro da lei. Segundo os cristãos, Deus dá ao homem o que lhe é devido, de direito. Essa é outra alegoria que não encontramos no cemitério pesquisado.

– Eternidade: a representação da eternidade é o círculo, pois este é infinito e eterno. Pode ter alguma relação com a roda, que na Antiguidade representava, no Cristianismo, a eternidade.

– Oração: representada por um anjo com as mãos unidas ou por crianças também com as mãos juntas. Na Bíblia, encontramos várias passagens que falam sobre a importância e a necessidade da oração para a absolvição de todos os pecados.

– Morte: três são os principais modelos que podemos encontrar: a figura de uma mulher com traços angelicais segurando uma tocha virada para baixo (a chama da vida que se apaga), um anjo deitado sobre o túmulo ou ainda um anjo adormecido acompanhado de uma lira.

– Juízo Final: é representada por um anjo segurando uma trombeta, que segundo os princípios cristãos, no dia do juízo final, esse anjo tocará a trombeta e

acordará os mortos para ficarem diante de Deus. Não encontramos nenhum exemplar dessa alegoria no cemitério evangélico de Hamburgo Velho.

No grupo das alegorias sentimentais, as principais são as seguintes:

– Tristeza: figura com os ombros de fora e por trás a figura de uma árvore de Salso Chorão, pois seus galhos inclinados para baixo lembram as lágrimas, pois a morte sempre viria acompanhada da tristeza. Outra alegoria da tristeza é a de uma figura humana que vem com a mão segurando a cabeça e acompanhada de uma flor de papoula, que significa o sono eterno.

– Silêncio: essa alegoria é representada por um dedo colocado sobre a boca. Segundo Jean Chevalier (1999, p. 834), “segundo as tradições, houve um silêncio antes da criação; haverá um silêncio no final dos tempos” e, ainda, “o silêncio, dizem as regras monásticas, é uma grande cerimônia. Deus chega à alma que faz reinar em si o silêncio.”

– Consolação e sofrimento: representada por uma ação humana, o abraço, que traz a ideia de apoio, conforto e alívio para a perda de alguém. Essa alegoria, especificamente o abraço, não foi encontrada no cemitério estudado, mas encontramos várias sepulturas onde havia a figura de duas mãos se encontrando, que, segundo Chevalier (1999, p. 591), “na tradição bíblica e cristã, a mão é o símbolo do poder e da supremacia. Ser alcançado pela mão de Deus é receber a manifestação de seu espírito.[...] Quando a mão de Deus toca o homem, este recebe em si a força divina” Ou ainda, “colocar as mãos nas mãos de outra pessoa é entregar a própria liberdade, ou melhor, desistir dela, confiando-a à outra pessoa”. Percebendo a situação dessa forma, o aperto de mão poderia ser considerado uma forma de consolo, de apoio em uma situação de sofrimento.

– Saudade: representada por uma figura apoiada sobre o túmulo, com flores.

– Lembrança: figura feminina abrindo uma cortina, onde, geralmente, se encontram as fotos dos mortos. Essa é outra alegoria que não foi encontrada no cemitério evangélico de Hamburgo Velho.

– Desolação: também representada por uma figura humana, desta vez debruçada sobre o túmulo, com expressão de extrema tristeza.

Uma ressalva que Daniel Leite (In. BELLOMO, 2000, p. 151) faz, ao estudarmos as alegorias, é que estas devem ser estudadas tendo em vista o período em que elas foram construídas e também o contexto social, político e econômico da época.

Essa análise também diz respeito aos símbolos cemiteriais. Analisar a época e as questões culturais e sociais de quando esses símbolos foram utilizados, faz parte do estudo dessa simbologia. Como coloca Mateus Dalmáz (In. BELLOMO, 2000, p. 123),

[...] como o cemitério é o local sagrado onde se expressam essas diversificadas explicações sociais e culturais sobre a morte, a pesquisa dos espaços funerários pode constatar, por consequência, as variadas interpretações a respeito desse tema. [...] Aqui ficam evidenciadas, então, as diversas questões que envolvem a definição da morte, o que necessariamente repercute nos significados atribuídos a ela por um determinado grupo social. A morte é, pois, uma questão social, uma vez que envolve todos os indivíduos, inde-

pendente do grupo ao que pertençam, e é, sobretudo, um tema de abordagem cultural, tendo em vista que cada sociedade pode lhe atribuir uma interpretação particular.

Um dos símbolos mais encontrados não só no cemitério pesquisado, mas na maioria dos cemitérios, é a cruz, que é um dos principais símbolos do cristianismo. Nela, encontramos a ideia da morte e ressurreição de Cristo. A forma mais comum encontrada no cemitério evangélico estudado é a cruz em forma de T, chamada de Tau. Enterrada no chão, na maioria das vezes, representa a fé assentada em profundas fundações. Observamos diversas formas de manifestação da cruz Tau no cemitério evangélico: a cruz sendo carregada pelo próprio Cristo, ou ainda, a própria cruz sendo usada como lápide.

Outro símbolo é o ramo de palma, que geralmente vem acompanhado da cruz. A palma representa a paz, a vida eterna (as folhas da palma estão sempre verdes) e ressurreição.

Mais um símbolo que aparece em grande quantidade no cemitério pesquisado são as flores (rosas ou guirlanda de flores). A rosa tem o significado de amor e a coroa de flores (guirlanda) da salvação encontrada, da vitória sobre as trevas e também da saudade, por isso, sua grande utilização em funerais. A guirlanda de flores foi encontrada junto à cruz, às figuras humanas e às figuras de anjos.

O coração também é um símbolo bastante encontrado em cemitérios, representa a ideia de sentimento, de virtude, felicidade. É, geralmente, encontrado junto à cruz, às flores e às âncoras.

Duas letras, o “XP”, são bastante encontradas no cemitério pesquisado. Representam as iniciais da palavra Cristo, em grego.

Outros símbolos importantes também são o alfa e o ômega, a letra inicial e a letra final do alfabeto grego, que simbolizam a ideia de Deus e de Cristo como os seres primeiros e últimos da humanidade.

Um símbolo que tem uma relação direta com o maior livro dos cristãos, a Bíblia, é a trombeta. Essa figura simboliza o aviso do juízo final, como vemos no livro de Apocalipse 8. 6-12

Então os sete anjos, portadores das sete trombetas preparam-se para tocar. Tocou o primeiro e formou-se granizo e fogo, misturados com sangue, que se lançaram sobre a terra [...] Tocou o segundo anjo e um como grande monte, incandescente, foi lançado ao mar, e a terça parte do mar transformou-se em sangue, morreu a terça parte das criaturas [...] Tocou o terceiro anjo, e caiu do céu uma grande estrela em chamas como um archote [...] Tocou o quarto anjo, e foi atingida a terça parte do sol, da lua e das estrelas, de maneira que se obscureceu a terça parte deles e o dia perdeu a terça parte da sua luz e, igualmente, a noite.

Um símbolo que encontramos no cemitério evangélico, mas apenas em um túmulo, é a pomba, já com a cabeça faltando. Ela representa a conciliação com Deus e o Espírito Santo, devido a passagens bíblicas onde a pomba aparece.

A chegada dos tempos modernos também é notada nos túmulos mais recentes. Nos mais antigos, há a preocupação com o falecido, com sua chegada aos céus, a necessidade de expressar toda a dor que os familiares estão sentindo. Já nos túmulos das últimas décadas, não há mais essa preocupação; são mais simples, sem alegorias, a maioria somente com o nome e as datas de nascimento e falecimento da pessoa. Em diálogo com o zelador do cemitério, este se referiu a essa mudança como sinal da chegada do “fim dos tempos”, citando uma passagem bíblica em que se lia sobre a chegada dos últimos dias quando as pessoas não chorariam mais seus mortos. O pesquisador Fábio Steyer (In. BELLOMO, 2000, p. 70-71) comenta sobre essas mudanças sociais na maneira de ver a morte, quando diz que

com o consumismo e a rapidez dos dias de hoje, rituais e manifestações ligados à morte nem sempre são tão importantes. O luto, por exemplo, especialmente o vestir-se de preto, é raro atualmente. Somente em comunidades do interior muitas destas atitudes perante a morte ainda permanecem sendo realizadas. Porém, nas grandes cidades, o corre-corre urbano impede uma maior atenção à morte [...] Assim sendo, vimos que, nessa época de consumismo desenfreado, até a morte sofre um processo de mercantilização e propagação em série. As belas estátuas, túmulos e mausoléus de antigamente foram substituídos por túmulos-padrão (é difícil encontrar obras de arte nos túmulos mais recentes) e pelos “apartamentos” ou catacumbas (compartimentos em que os defuntos são colocados em buracos numa parede, formando uma espécie de “edifício dos mortos”). Os cemitérios já estão sendo substituídos por cemitérios virtuais, onde as pessoas cultuam seus parentes falecidos através da Internet.

Edgar Morin (1970) nos fala sobre uma “crise da morte” no mundo moderno, já no início do século XIX. A ciência e as filosofias já não podem mais explicar todas as coisas; a individualidade se colocando à frente de tudo. E essa crise existencialista reflete na maneira de ver a morte, pois as questões da vida e da morte ora se contradizem, ora se complementam. Morin (1970, p. 284) diz o seguinte:

Essa crise da civilização burguesa corrobora a seu modo uma reivindicação resultante do desenvolvimento da individualidade, que exige um mundo humano em que o valor supremo seja a própria individualidade. E corrobora igualmente a inadaptação fundamental da individualidade à morte e desvenda deste modo a principal contradição da individualidade humana. Ao mesmo tempo, revela tanto a impotência do pensamento puro para resolver essa contradição como a impotência das soluções regressivas que só contribuem para mistificar a morte. Claro que uma fornece os recursos da razão como anteparo da demência e as outras renovam os laços fundamentais que ligam o homem às suas participações profundas. Mas o caso é que o verdadeiro problema de morte que a crise do século revela consiste, como diz Freud, em que já não podemos conservar nossa antiga atitude perante a morte e ainda não encontramos a nova.

Não é somente nas sepulturas que notamos essa transformação na forma de ver a morte. Os próprios ritos funerários foram afetados pela crise referida por Mo-

rin. Membros mais antigos da comunidade lembram a maneira carinhosa e acolhedora com que o pastor fazia o sepultamento e tratava a família. Com isso, não queremos dizer que atualmente não há acolhimento por parte dos pastores responsáveis pela comunidade, mas sim que, com o passar do tempo e aumento populacional do bairro Hamburgo Velho, assim como da cidade de Novo Hamburgo, houve um distanciamento. Se antigamente os pastores conheciam cada membro e suas famílias, era íntimo das suas casas, hoje o mesmo não os acontece. No caso da comunidade evangélica de Hamburgo Velho, são 1.800 famílias, num total aproximado de 6.000 membros. Pode-se afirmar que em torno de 80% desse número não frequenta os cultos nem comparece a qualquer outra atividade proposta pelos grupos da igreja, segundo informações do pastorado. A partir dessas informações, podemos perceber o impacto da pós-modernidade, pois as pessoas têm formas diferentes de encarar a morte. Não há mais tempo para grandes manifestações, muitas visitas. E isso é notado claramente nos túmulos, com raras exceções, como o caso da filha que visita a mãe semanalmente. Além da falta de tempo, a questão econômica também é influente nessas questões, pois com a praticidade de lápides mais simples, mas, nem por isso menos bonitas, não existem mais muitos profissionais que se dedicam à criação de estatuária, tornando-se muito dispendioso a colocação desse material nas sepulturas.

O bairro Hamburgo Velho, onde se localiza o cemitério evangélico, é um espaço que oferece muitas opções para pesquisa, pois além de ser o berço da cidade de Novo Hamburgo, possui muitos espaços para tal, como museus e o próprio cemitério. Com a realização dessa prática que foi descrita, foi possível conhecer um novo local para pesquisar a cidade e também o imaginário dos hamburguenses.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BELLOMO, Harry Rodrigues (org). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CHEVALIER, Jean. *Dicionário de Símbolos*. 13 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

Disponível em www.iphan.gov.br. Acesso em 20.abr.2009

MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. Portugal: Europa-América, 1970.

NASCIMENTO, Esmeralda; TRABULO, Márcia. *Cemitérios: Ordenamentos questões jurídicas*. 2 ed. Porto Alegre: Almedina, 2000.

TELLES, Leandro Silva. *Manual do Patrimônio Histórico*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Rio Pardo: Prefeitura Municipal, 1977.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Edições Paulina.

A importância do olhar pedagógico no museu

*Cristina Seibert Schneider**

*Gabriele Galafassi***

Educação e museu. O que é possível inferir deste binômio? Será mesmo um binômio? Que relação existe entre ambos? Este é o grande desafio que este estudo pretende responder ao longo deste artigo.

Esta problemática surgiu com o objetivo fundamental de criar um espaço educativo no Museu Municipal Casa de Pedra¹, situado na cidade de Farroupilha/RS. Partimos da constatação de que a educação e os museus têm um potencial enorme para ser explorado visando superar a visão de que, há muito tempo (e talvez atualmente ainda assim são considerados), eles sejam lugares que abrigam objetos velhos e suas histórias. No entanto, essa concepção precisa e deve ser superada, tendo em vista que os museus são muito mais do que isso, apresentando-se como um rico e interessante espaço de aprendizagem, de construção de saberes, revelando-se, portanto, uma experiência única, a que todos deveriam ter o direito de vivenciar.

Cabe aqui o questionamento: mas por quê? A cultura é um direito do cidadão, assim como o é o direito à saúde e à educação. A preservação do Patrimônio cultural é um direito inalienável do cidadão, sendo sua realização responsabilidade de todos, especialmente do Poder Público, das instituições, das pessoas jurídicas e das pessoas físicas que, de qualquer modo e a qualquer tempo, produzem, modificam, fruem ou acessam esse patrimônio. Neste contexto, o pedagogo tem um papel importante ao voltar seu olhar de educador em espaços museológicos, capacitando os munícipes para a leitura dos processos culturais para assim melhor compreenderem a sua identidade cultural e se apropriarem de valores deste Patrimônio material e imaterial.

*Professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e das Faculdades Cenecistas de Farroupilha e Bento Gonçalves.

**Graduada em Pedagogia/ Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha.

¹ O Museu Municipal Casa de Pedra é uma antiga casa construída em 1896, pela família de Domenico Fin, de descendência italiana. Composta por três pavimentos, funcionava no andar principal uma casa de negócios e bodega (lugar destinado a bebidas), o sótão servia de dormitório e no porão produzia-se o vinho, existindo móveis e utensílios da época de 1896. A cozinha, em parte separada da casa de pedra, não foi preservada no museu. Localiza-se na Avenida Vêneto, esquina com a rua Domenico Fin, s/nº, no bairro Nova Vicenza, no município de Farroupilha, estado do Rio Grande do Sul. É considerado Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, a partir do tombamento nos termos do parecer nº 670/85 da Câmara de Patrimônio Histórico do Conselho Estadual de Cultura e da Portaria nº 05/85 da Secretaria de Cultura do Estado, com a publicação no Diário Oficial do Estado em nove de setembro de 1985.

Assim, um dos primeiros passos que alicerçou esta prática foi a realização de um diagnóstico da realidade, com o intuito de conhecer para refletir e depois intervir, partindo da observação do museu, conversa com os colaboradores e análise de documentos.

Em seguida, foram elaborados dois instrumentos de pesquisa, um destinado aos professores das séries e anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública e particular de ensino do município, por abordarem a Imigração Italiana com mais ênfase e outro divulgado na Internet, na página da Prefeitura Municipal, estendendo-se à comunidade, com o intuito de conhecer a opinião sob diversos aspectos das pessoas sobre o museu.

A partir dessas pesquisas, encontramos elementos que enriqueceram a nossa proposta de criação de um espaço educativo no museu, considerando, em especial, que os professores têm valiosas contribuições, justamente por atuarem com os estudantes, que são os sujeitos em potencial a quem este espaço se destina.

Após a análise das pesquisas, buscamos subsídio teórico que fundamentasse este propósito, e assim foi desenvolvida a proposta de criação do espaço educativo, contando com diferentes alternativas destinadas especialmente a alunos do Ensino Fundamental, como também a pessoas da comunidade que venham a visitar o museu.

É importante destacar que paralelamente a esta proposta, o museu também vem sendo contemplado com um projeto de revitalização, que prevê melhorias na edificação e na proposta expográfica, bem como na organização de uma política museal. Assim, os dois projetos uniram-se e ganharam força, sendo que o objetivo aqui é essencialmente lançar um olhar na educação dentro desse espaço. Vamos em frente?

Ampliação do campo de trabalho do pedagogo

Os estudos atualmente relacionados ao papel do pedagogo apresentam que existem dimensões em sua área de atuação para além do espaço escolar. Mas o que significa pedagogia, afinal?

Em seu sentido etimológico, pedagogia vem do grego “paidós” que significa criança, mais “ago” no sentido de dirigir, e “logia” que significa ciência, portanto, a ciência de dirigir crianças (NÉRICI, 1993). Assim, “a Pedagogia hoje, pode ser considerada como o estudo, sob todos os aspectos, do fenômeno da educação, não só da criança, mas também da criatura humana, através de todas as suas fases de vida” (NÉRICI, 1993, p. 24).

Pimenta (2006, p. 60) também define pedagogia, afirmando que ela é:

[...] antes de tudo, um campo científico, não um curso. O curso que lhe corresponde é o que forma o investigador da educação e o profissional que realiza tarefas educativas seja ele docente ou não diretamente docente. Somente faz sentido um curso de Pedagogia pelo fato de existir um campo

investigativo – o da pedagogia – cuja natureza constitutiva é a teoria e prática da educação ou teoria e prática da formação humana.

De acordo com a autora, se considerarmos que toda a educação corresponde a uma pedagogia, há uma diversidade de trabalhos pedagógicos para além das atividades de educação escolar e ensino, de forma que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, porém nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente.

Nesse sentido, é importante reconhecer a pedagogia de uma forma mais ampla, não restringindo-a ao trabalho docente apenas, uma vez que este é somente um de seus desdobramentos, além de que há uma diversidade de práticas educativas na sociedade que se realizam em diferentes lugares e sob várias modalidades, de forma que a contemporaneidade revela uma sociedade pedagógica (BEILLEROT apud PIMENTA, 1996).

Do mesmo modo, Greco (2005) ressalta que o pedagogo está inserido em um mercado de trabalho cada vez mais diversificado e amplo, sendo que a dinâmica que levou a sociedade a chegar onde estamos hoje, pauta-se em um discurso voltado para a inclusão social, ao voluntariado, a projetos de pesquisa, para a educação formal e não formal, sendo o processo de ensino e de aprendizagem não restrito ao cotidiano escolar, mas sim a todo e qualquer segmento da sociedade.

Inicialmente a ideia causa certa estranheza, afinal, o que estamos querendo saber, o que estamos procurando quando visitamos um museu? Para que serve um museu? Qual a sua relação com a educação? Melhor ainda, que educação existe lá?

Vale ressaltar que, no intuito de compreender e buscar respostas a esses questionamentos e a tantos outros que intrigam justamente essa relação de um espaço não escolar com a educação, este estudo apresenta-se como um (grande) desafio, afinal, não há respostas prontas, elas vão se construindo e tomando forma ao longo do tempo.

Alguns caminhos, porém, subsidiaram nossas reflexões e nortearam este estudo, como é o caso da Educação Patrimonial, apontando para a necessidade de preservação de nosso passado, do resgate da memória coletiva, de conhecer para preservar. Assim, percebemos o museu como um excelente espaço para difundir e propagar esse ideal, em uma proposta interdisciplinar, articulando diferentes saberes, habilidades e competências.

Conhecendo a realidade em questão

Para o planejamento e efetivação desta proposta, o primeiro passo consistiu na realização de um diagnóstico da realidade, entendido aqui como “o instrumento do processo que tem a capacidade de levantar, no empírico, a temática a ser trabalhada como ação prático-reflexiva” (VEIGA, 1995, p. 138). No entendimento da autora, o diagnóstico percorre o objeto do planejamento, guiado pelo foco de reflexão, levantando informações sobre a rede de processos, relações e representa-

ções que constituem esse objeto, além de organizar essas informações, promover análises e sínteses das mesmas, vindo a dar base ao plano.

A importância dessa etapa inicial justifica-se por “definir com clareza qual é o espaço (recorte do social) ou âmbito do planejamento e sobre que aspectos desse recorte intervir”, ao mesmo tempo em que pressupõem a construção teórico-metodológica do objeto do planejamento, além de fazer considerações sobre os sujeitos que o projeto integra e descrever alguns instrumentos técnicos que ajudarão a viabilizar o plano (VEIGA, 1995, p. 133).

O diagnóstico também permite conhecer para então refletir e, neste caso, propor um projeto que vise à criação de um espaço educativo dentro do museu, fazendo deste um lugar privilegiado de aprendizagem, possibilitando aos sujeitos da educação uma nova relação com o conhecimento, relação esta em que a busca do aprender transforma-se numa atitude prático-reflexiva que leva, portanto, a construir conhecimento (VEIGA, 1995).

Ao reconhecer que:

Cada momento histórico tem seus processos dominantes que vão se construindo como se fossem a enxurrada de seu tempo, sintetizando, em sentido, intencionalidades e suas objetivações: estilos de vida, objetos construídos, formas de organização etc. Esses processos marcam todas as esferas do social; desde a produção, passando pela esfera política, marcando a vida cotidiana e interferindo também no desenvolvimento das ciências e das artes. Sua presença pode ser evidenciada em todos os âmbitos do social: no local, no regional e no âmbito da sociedade (VEIGA, 1995, p. 134).

O museu apresenta-se como um espaço primordial e fortemente rico, que oferece todas as condições para serem explorados os momentos históricos e seus processos, como forma de resgate e compreensão do passado para um entendimento mais consciente e crítico do presente.

Assim, apoiadas em Veiga, entendemos que a proposta de planejamento de um espaço educativo no museu, “propõe e pode implementar intervenções coletivas sobre o social, refletidas e conscientes”, ainda que venha a desenvolver-se em microespaços do social, desempenhando uma atuação significativa e que venha a construir sentido.

Resultados da pesquisa destinada aos professores

Tendo em vista o curto espaço de tempo para levantamento dos dados, a pesquisa foi divulgada por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos de Farroupilha (SMECD), aos Diretores das escolas municipais, que a encaminharam aos seus professores das séries e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nas escolas particulares e estaduais, a mesma foi entregue pessoalmente, mediante visita ao local. A pesquisa também foi veiculada no site da Prefeitura Municipal – www.farroupilha.rs.gov.br – no link “Participe da pesquisa do Museu

Casa de Pedra”, com um questionário voltado aos professores e outro a pessoas da comunidade.

Entre as questões, procuramos conhecer o tipo de escola em que atuam esses professores, bem como o tempo de atuação no exercício da profissão, em quais as séries e anos, o turno de atuação dos professores, dados estes muito importantes para o planejamento do espaço e das propostas. Tendo em vista que a maioria das turmas é no turno da tarde, este período é o que certamente deverá receber maior número de visitantes, atentando para o fato de mobilização de pessoal para atendimento aos mesmos. Outro dado importante que procurou ser levantado é o número de alunos por turma. Considerando que o sótão, espaço destinado à educação no museu, é restrito e não comporta um grande número de pessoas, é preciso ter uma média, até para a programação das propostas e escolha dos recursos.

A segunda parte da pesquisa inicia com questões que procuram identificar se os participantes conhecem o museu e se já o visitaram com seus alunos. Verificamos que a maioria dos professores conhece o museu, o que denota certa familiaridade, ou uma pequena aproximação com o local, porém é relativamente pequeno o número de professores que visitaram o museu com suas turmas. Nesse sentido, o espaço educativo pode se apresentar como um atrativo interessante para reverter a situação atual.

Buscou-se também conhecer em que trimestre a imigração italiana é abordada em sala de aula, dado este que permite apontar em que trimestre o museu receberia maior quantidade de alunos. O segundo trimestre é o mais apontado na pesquisa, compreendendo aproximadamente os períodos de junho a setembro.

Alguns apontaram para a importância de também explorar previamente questões como o que é um museu, o que pode ser encontrado lá, entendido aqui como o levantamento de hipóteses. Também foi destacada a importância de retomar a visita realizada no museu em sala de aula, estabelecendo as mais variadas relações possíveis.

Em relação aos aspectos mais significativos sobre a imigração italiana na abordagem em sala de aula, as respostas foram variadas. Muitos apontaram para os motivos e causas da imigração, a chegada dos imigrantes, os primeiros anos vivendo por aqui e as dificuldades encontradas. A grande maioria também citou os costumes, as tradições, a culinária, as danças, o trabalho, o lazer, os brinquedos, a religiosidade, a cultura dos imigrantes e a influência que exerceram, bem como as consequências para a formação do nosso município.

Uma participante destacou “[...] o importante legado deixado pela imigração e que hoje usufruímos e fazem parte do nosso cotidiano, a importância do trabalho e força de vontade que eles tinham de conquistar seus objetivos”. Outra participante apontou para o dialeto que muitos pais e avós dos alunos conhecem e falam em casa, além dos objetos antigos que os alunos gostam de levar à escola para mostrar aos colegas.

O conhecimento das primeiras cidades que foram colonizadas e os sobrenomes mais comuns que ainda têm descendência são os aspectos mais significativos ao abordar a temática, destacados por uma docente.

Outra participante destaca que o mais importante é “tornar a temática atrativa, visto que para muitos o assunto é algo distante”. Sem dúvida esse é um grande desafio, que compete não somente ao espaço educativo, mas também ao museu como um todo, desde os detalhes e os cuidados com a expografia e, principalmente, com o discurso realizado pela guia do museu durante a visita.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas ao abordar a imigração italiana com os alunos, a maioria apontou para a necessidade ou carência de recursos audiovisuais, entendidos aqui como produções audiovisuais sobre a vinda dos imigrantes, como viviam, além de produções sobre o próprio município, sua história e seus pontos turísticos.

Com a pesquisa, temos assim importantes elementos para a estruturação do espaço educativo e as propostas a serem realizadas.

Educação Patrimonial

A partir deste estudo inicial, definir Educação Patrimonial torna-se um pouco mais fácil. Horta (2006) afirma que se trata de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, tendo como foco o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento tanto individual como coletivo. Busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura em seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. A autora ainda complementa:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 2006, p. 6).

Assim, a Educação Patrimonial se justifica pela implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização desse próprio patrimônio cultural, essenciais na formação da identidade e da cidadania, tendo em vista que:

O trabalho com a produção cultural das gerações que nos antecederam permite reativar os processos da memória, descobrindo como nossos antepassados produziam a satisfação de suas necessidades, como resolviam seus problemas imediatos e como se organizavam socialmente (MACHADO, 2004, p. 28).

Complementando a fala anterior, é importante reconhecer a diferenciação assumida por Decca (apud LEITE, 2006, p. 100), quanto à história e à memória:

A história restringe-se à reconstrução sempre problemática do passado e incompleta daquilo que não existe mais. É, portanto, uma representação do passado. Por outro lado, a memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o presente. Ela se ‘enraíza no concreto, no gesto, na imagem e no objeto’.

Se considerarmos que os professores carecem de uma formação específica na área, é importante tornar acessível o conhecimento acerca dos princípios da Educação Patrimonial na formação destes profissionais e difundir a sua importância na formação de cidadãos críticos, conscientes (que tanto se fala e se almeja).

O museu então ao partir dessa premissa, pode assumir um compromisso com a Educação Patrimonial, contando com ações educativas, mediadas por um pedagogo, que venham a sensibilizar as futuras gerações para o compromisso com o patrimônio, sua proteção, conservação e preservação.

Construindo um projeto

Na ótica dos Estudos Culturais, todo conhecimento na medida em que se constitui num sistema de significações é cultural. Assim sendo, nos espaços fora da escola como os museus (foco deste estudo), é possível afirmar que existe conhecimento e pedagogia. Parece confuso? Nem tanto, pois:

Se é o conceito de “cultura” que permite equiparar a educação a outras instâncias culturais, é o conceito de “pedagogia” que permite que se realize a operação inversa. Tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma “pedagogia”, também ensinam alguma coisa. Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade (SILVA, 2000, p. 139).

Dessa forma, como afirma o próprio autor, a equiparação está completa, pois partindo desse pressuposto, ao mesmo tempo em que a cultura em geral é vista como uma pedagogia, assim a pedagogia é vista como uma forma cultural, de maneira que o cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural. A partir dessa análise, é possível pensar nos museus enquanto artefatos culturais, produtores de sentidos e significados. Estes também assumem uma pedagogia e um currículo, que produz e transforma a identidade e subjetividade dos sujeitos.

Voltando o olhar para o contexto histórico, percebemos que a função dos museus, durante grande parte do tempo, estava basicamente voltada ao cuidado com o acervo. A partir da segunda metade do século XX, o caráter educativo dos museus se consolida e os mesmos tornam-se assim instituições também voltadas para o cuidado com o público. Essa mudança implica em novas formas de atuação nestes espaços, de

maneira que as atividades educativas tornam-se cada vez mais importantes. Dessa forma, a presença de um pedagogo em espaços como este ganha sentido e força. Até mesmo por que:

A educação em museus está inserida dentro do marco teórico da educação não-formal. Ela é uma das diversas experiências pedagógicas que ocorrem ao longo da vida da pessoa em suas relações cotidianas, como a família, o clube, a Igreja, a televisão, etc. Sua principal característica é ser um tipo de educação que não tem regulação de tempo, obrigatoriedade ou certificação (FRANCO, s.d.).

Grinspum & Araújo, no documento Educação em Museus, apontam que a necessidade de implantação de áreas educativas nos museus, a fim de desenvolver atividades regulares e contínuas, contando com a participação de profissionais especializados, tem se tornado cada vez mais crescente em âmbito mundial nas últimas décadas e no Brasil, mais especificamente nos últimos anos. Essa necessidade pode ser considerada “um reflexo da consciência de que um caminho para os museus enfrentarem os desafios da vida contemporânea consiste no estabelecimento de novas relações com os públicos, na perspectiva de construção de uma cidadania consciente” (GRINSPUM & ARAÚJO, 2001, p. 12).

Nada mais apropriado então, do que criar no Museu Municipal Casa de Pedra, patrimônio histórico estadual, um espaço educativo, com propostas pedagógicas bem definidas. Valorizar e tornar acessível à comunidade todo o conhecimento e a cultura do museu que se constituíram ao longo do tempo e merecem um olhar mais atento e sem dúvida, mais pedagógico, é um grande desafio.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei. n. 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm> Acesso em: 20 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: 1997.

BRÜNINGHAUS-KNUBEL, Cornélia. **A educação do Museu no contexto das funções museológicas**. Alemanha: Departamento da Educação, [S.d.].

CORDOVIL, M. M. Novos museus, novos perfis profissionais. **Cadernos de Museologia**. Lisboa, v.1, out. a nov. 1993.

EDUCAÇÃO em Museus. São Paulo: Fundação Vitae, 2001. (Museologia, 3).

FRANCO, Maria Iñez Mantovani. **3º Fórum Nacional de Museus: planejamento e organização de exposições**. [S.l.]: [S.ed.], [S.d.].

FOOT, Newton. **Um tesouro pra todos**: conversando sobre patrimônio cultural. [S.l.]: Escala Educacional, [S.d.]. (O futuro cidadão: ética e cidadania).

GRECO, Myrian Glória. O pedagogo empresarial. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01.html>>. Acesso em: 23 set. 2009.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial, 2006. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

IPHAN. **Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 29 nov. 2009.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial**: orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

Instituto Carl Hoepcke: uma trajetória

*Max José Muller**

Instituto Carl Hoepcke

O Instituto Carl Hoepcke foi criado por iniciativa da senhora Annita Hoepcke da Silva e de sua irmã, a senhora Silvia Hoepcke da Silva, bisnetas de Carl Hoepcke, na cidade de Florianópolis, no ano de 2004, com o objetivo de oferecer um destino mais nobre para a extensa e importante documentação produzida e reunida pela empresa Carlos Hoepcke, ao longo de sua secular trajetória. Os arquivos da empresa sofreram, por diversas razões, uma série imensa de perdas, resultando em lastimáveis e profundas lacunas. A partir do ano de 1998, passaram a receber especial atenção. O material foi pacientemente coletado e posteriormente reunido no escritório central da empresa Carlos Hoepcke S.A., onde foi carinhosamente gerido, sob a atenta observação da presidente, pela bibliotecária Miriam Guedes de Oliveira, que iniciou uma gestão da documentação. O desejo de disponibilizar de forma sistemática o patrimônio documental reunido, a demanda de consultantes e a constatação da importância do acervo foram os fatores determinantes para a formação de um grupo de estudos com o objetivo de verificar a viabilidade técnica e jurídica da futura instituição.

A criação efetiva do Instituto ocorreu em 07 de junho de 2004, na cidade de Florianópolis, mês em que comemorávamos os 160 anos de nascimento de Carl Franz Albert Hoepcke.

Carl Hoepcke: o Patrono

Carl Hoepcke deixou a Alemanha em 14 de junho de 1863, junto com a mãe, a viúva Hoepcke e dois irmãos menores. Nascido em 25 de junho de 1844, na

*Max José Muller é natural de Florianópolis-SC. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-graduado pela mesma instituição na área de administração e gerenciamento de arquivos. É museólogo provisionado. Projetou e coordenou a implantação dos projetos museográficos dos museus Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Souza, Museu Histórico Antonio Granemann de Souza de Curitiba, Museu Entomológico Fritz Plaumann de Seara, Museu Histórico Dr. Felipe Maria Wolf de São Bento do Sul, Museu Histórico de Urussanga, entre outros. Possui diversos artigos publicados na imprensa catarinense versando sobre história e cultura, foi organizador dos Anais do I, II e III Simpósio sobre Cultura e Imigração alemã em Santa Catarina, organizador dos Anais do I e II Encontro sobre imigração alemã: os vales dos rios Braço do Norte e Capivari. É autor do livro: Carl Hoepcke, o estruturador do desenvolvimento catarinense.

cidade de Striesia, Estado de Brandemburgo, o jovem de 19 anos, como todo emigrante, buscava melhores condições de vida para si e para os seus. A pequena família Hoepcke chegou a Blumenau em 1863, e, três anos depois, Carl aceitou o convite do seu tio materno Ferdinand Hackradt, para transferir-se para a então Desterro, onde trabalhou como guarda-livros nos negócios da família (do seu tio).

Paulatinamente Hoepcke foi assumindo a direção dos negócios em vista dos constantes afastamentos dos titulares. Paralelamente sua participação na sociedade foi se ampliando e Carl Hoepcke, depois de percorrer um árduo trajeto, acabou por assumir majoritariamente a empresa e, ainda que tivesse atribuído seu sucesso ao acaso, transformou a loja do tio – a antiga sociedade Fernando Hackradt & Cia. – de um negócio voltado ao mercado varejista, com alguma representação local, numa nova e abrangente empresa: Carl Hoepcke & Cia, atacadista e espinha dorsal do comércio, da economia e da industrialização catarinense.

Atento às necessidades do mercado, Hoepcke foi diversificando suas atividades, fundando sucessivamente fábricas e estabelecimentos comerciais, assim suprindo as demandas de uma economia que começava a despontar. Estimulava a produção e o comércio dos primeiros empreendedores do estado vendendo máquinas e implementos, e oferecia os meios de escoamento da produção das nascentes fábricas, ligando o produtor ao mercado consumidor. Suas lojas dispunham de uma extensa gama de produtos desde as máquinas mais pesadas até os produtos mais singelos como tecidos, linhas, agulhas e pregos.

Diretamente criou as seguintes empresas:

Empresa Nacional de Navegação Hoepcke – 1895 – ligando Santa Catarina a vários pontos do país através da navegação de cabotagem e do transporte de passageiros.

Fábrica de Pontas de Paris – 1896 – para atender a demanda da construção civil e da demarcação de terras, através da fabricação de pregos e arames.

Fábrica de gelo – 1903 – para o abastecimento, principalmente, dos navios da empresa. Também fornecia gelo a domicílio e para outros empreendimentos comerciais, industriais e residenciais.

Estaleiro Arataka – 1908- para fazer a manutenção dos navios da ENNH e também para prestar serviços a outras empresas.

Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke – é a única fábrica de Carl Hoepcke ainda em plena atividade. Foi criada em 1913.

Mas ele não foi somente um grande empresário. Foi cônsul da Alemanha, em um período em que 50% da nossa importação eram originárias daquele país. Foi um líder comunitário sensível e solidário, cujas iniciativas ainda marcam fortemente a vida de Santa Catarina. Foi um dos fundadores da Associação Comercial da Cidade de Desterro, entidade precursora da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis. Humanista, mostrou-se preocupado com a educação dos jovens e subsidiou escolas e professores. A Escola Alemã de Florianópolis, ele

pessoalmente contribuiu com aproximadamente 25% do custo total da obra. Consternado com o destino de doentes e velhos, ajudou hospitais e asilos.

Casou em 1871, com Bertha Pirath, falecida prematuramente, com quem teve cinco filhos (Carlos, Bertha, Helena, Meta e Max Eduard). Em segundas núpcias, casou-se em 1880, com Anna Haendchen, com quem teve dois filhos (Paul e Max Bruno). Carl Hoepcke morreu em Florianópolis, como cidadão brasileiro, em 8 de janeiro de 1924.

O campo de trabalho do Instituto

Para compreender o papel efetivo do patrono do Instituto, foi necessário inserir Carl Hoepcke no complexo cenário onde atuou. A documentação em poder do ICH não permitiria alcançar este objetivo, pois, além de incompleta, estava restrita ao plano empresarial e familiar. Além disso, dois outros fatores concorriam na problemática:

1. A exuberância do processo migratório nas regiões de Blumenau e Joinville, determinando uma espécie de sombreamento ou apagamento nas demais regiões do Estado Catarinense;

2. A invisibilidade da história da imigração alemã em Florianópolis.

Decidimos como forma de atingir os objetivos, estimular no âmbito acadêmico e fora dele, as pesquisas sobre o tema da imigração alemã em suas diversas vertentes, englobados na trilogia história, língua e cultura. A ampliação do campo de atuação do Instituto estava decidida e em andamento. Em 3 de maio de 2005, abrimos o I Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na Grande Florianópolis, reunindo especialistas em suas áreas para tratar do tema da imigração e cultura alemãs na região. Lauro Junkes, presidente da Academia Catarinense de Letras, falou sobre Literatura; Valberto Dirksen, André Voigt, Evaldo Pauli, Toni Jochen, Idaulo Cunha e Carlos Humberto Correa, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, falaram sobre história abordando aspectos específicos como religião, economia, cultura, etc.

Os simpósios ocorrem a cada dois anos, em Florianópolis. E também a cada dois anos, realizamos os encontros de estudos sobre a imigração alemã, em outras cidades do estado, com o objetivo de interiorizar as ações do ICH. Estabelecemos uma rotina: nos anos pares, fazemos os encontros de estudo e, nos ímpares, os simpósios. No ano de 2006, na cidade de São Ludgero, realizamos o “I Encontro de estudos sobre a imigração alemã: vales dos rios Braço do Norte e Capivari”. Em 2007, realizamos o “II Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na Grande Florianópolis”, sempre calcados na trilogia história, língua e cultura. Os temas não se restringiram a grande Florianópolis, alcançaram o estado como um todo. No ano de 2008, realizamos o “II Encontro de estudos sobre a imigração alemã: os vales dos rios Braço do Norte e Capivari”, na cidade de Rio Fortuna. Em 2009, por

ocasião das comemorações dos 180 anos da imigração alemã em Santa Catarina, realizamos o “III Simpósio sobre imigração e cultura alemãs na Grande Florianópolis”.

Neste momento, estamos trabalhando para a realização do “III Encontro de estudos sobre a imigração alemã: os vales dos rios Cachoeira e São Bento”, nas cidades de Joinville e São Bento do Sul, evento concomitante com o “VIII Encontro das comunidades de fala alemã da América Latina”.

Para 2011, o costumeiro simpósio, IV evento da série, passará por decisão da assembleia presente no III evento, a ter caráter nacional. Em breve, as inscrições estarão abertas para as comunicações.

Aguardamos a participação de membros da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras.

Cabe ressaltar que, com o objetivo de multiplicar conhecimento, estimular a pesquisa e fazer a difusão cultural, procuramos, em nossas atividades, contar com a participação de instituições de ensino de ensino médio e superior. Foram e são nossos parceiros, diversas instituições de ensino superior, dentre estas, algumas ligadas ao governo estadual e federal. Todos esses eventos possuem anais impressos e são distribuídos gratuitamente às escolas e bibliotecas públicas através do Sistema Catarinense de Bibliotecas.

A sede definitiva do ICH

Em 11 de maio de 2010, o Instituto Carl Hoepcke, foi oficialmente instalado em sua sede definitiva – o Centro Cultural Ruth Hoepcke da Silva, antiga residência do casal Aderbal Ramos da Silva e Ruth Hoepcke da Silva. A casa, uma construção do final dos anos 30, possui uma área aproximada de 1200 metros quadrados e será ocupada em aproximadamente 20% de seu espaço com a parte burocrática do Instituto, 40% da casa serão musealizados em perfeita conservação dos ambientes originais, nos quais o casal viveu. Além de residência da principal herdeira Hoepcke, a casa foi residência oficial do governador do Estado de Santa Catarina de 26 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951 – além de governador, Aderbal foi uma grande liderança política até a sua morte em 1985, portanto, os personagens que viveram na casa são objeto de grande atenção, no estado catarinense. Os 40% restantes do espaço da casa serão ocupados pelo Centro de Memória do ICH, onde serão instalados o arquivo e a biblioteca, com ambientes climatizados visando à preservação dos livros e documentos, além de salas de aula, pesquisa, consulta e exposições. Em fase posterior, criaremos um auditório com 200 lugares e um ambiente para realização de eventos, medida com a qual pretendemos gerar renda e finalmente criar um equilíbrio financeiro no orçamento do Instituto.

Outras atividades: Casa de São Pedro

Em 18 de outubro de 2006, foi adquirida a sede da antiga propriedade Schweitzer, casa de uso misto – residência e comércio remanescente ainda do século XIX, no município de São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã do Estado de Santa Catarina. O Projeto do ICH prevê a completa restauração da edificação e posterior instalação de um centro cultural com atividades voltadas principalmente para a comunidade local.

Web site

Está em fase de criação e para posterior implantação, uma nova página do ICH na web. Estamos tentando programar recursos dinâmicos para, através dela, facilitar a interação entre o usuário e o Instituto. O usuário poderá consultar todo o acervo do centro de memória de acordo com nossa capacidade de alimentação do site.

Encontro das comunidades alemãs da América Latina – site www.franckalemao.com.br

*Nilo Sérgio Franck**



Conheça o site:
www.franckalemao.com.br
 NILO SÉRGIO FRANCK



Veja: Nobreza Alemã no Brasil (Por Jorge Wolfgang Globig)
Seja bem vindo ao meu Web-Site pessoal!

Principal	
Família	
Encontro-Comunidades	
Palestras	Estou construindo um site com um conteúdo único e exclusivo sobre a minha família Franck e sobre a minha trajetória Cultural, estarei mostrando a você aqui, caro leitor, informações sobre a migração alemã, respeitando a cultura e a trajetória da migração alemã em nossa região, espero que viagem no tempo junto comigo e apreciem o máximo o que tenho a oferecer, periodicamente estarei passando por aqui e inserindo notícias, artigos, histórias, belas fotografias por onde já passei e muito mais! Aguardem as novidades em breve!
Audios	Um abraço e sempre em que voltar, encontrará algo novo para apreciar!
Downloads	
Fale Comigo	Nilo Sérgio Frank
Livro de Visitas	
Eventos	
Clemens	



Multimídia >> Audios

Principal	
Família	
Encontro-Comunidades	Nesta sessão, estarei publicando palestras em áudio, onde você poderá acessar mais um diferencial do meu conteúdo sobre o Encontro das Comunidades entre outros eventos relacionado a cultura. Periodicamente serão postados novos audios, espero que gostem!
Palestras	
Audios	- 6ª Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 5ª Parte (Apresentações)
Downloads	- 6ª Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 5ª Parte (Apresentações)
Fale Comigo	- 6ª Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 6ª Parte (Apresentações)
Livro de Visitas	- 6ª Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 5ª Parte (Apresentações)
Eventos	- 6ª Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 3ª Parte (Apresentações)
Clemens	- 6º Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 2ª Parte (Apresentações)
Links Parceiros	- 6º Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina - 1ª Parte (Abertura)

*Associação Cultural e Recreativa Brasil Alemanha.



Veja: LA PRENSA ESCRITA y PUBLICACIONES en idioma alemán en el Alt (Por Rolando Kegler(Argentina))

- Principal
- Familia
- Encontro-Comunidades
- Palestras**
- Audios
- Downloads
- Fale Conigo
- Livro de Visitas
- Eventos
- Clemens

Palestras de Eventos

• VI Encontro das Comunidades

- Núcleo Venancio Aires Etc (Por Flávio Seibt)
- Descendência alemã em Teófilo Otoni - MG - Brasil (Por Dalva Neumann Keim)
- Clube Ginástico de Jutz de Fora (Por Jakeline Duque de Moraes Lisboa)
- Memoralistas Alemães (Por Hilda Agnes Hübler Flores)
- O Agente de Emigração Joseph Mormeyer (Por Moacyr Flores)
- A Imigração Alemã no Brasil (Por Armindo L. Müller)
- Imigração em Nova Petrópolis (Por Hilaria Rodolfo Klein)
- Convivência del pasado histórico indígena y los pobladores (Por Isabel J. P. Leitner)
- La permanencia de las normas de la transmisión... (Por Odalis P. Tarazona)
- Entre as Gentes Antropófagas (Por Eckhard E. Kupfer)
- A Associação Cultural Gramado - Casa da Juventude... (Por Gerhard Rudolf Kleine)
- Dept. de Danças Folclóricas da ACG e o seu papel na elabo... (Por Denise Quitzal Kleine)



Veja: LA PRENSA ESCRITA y PUBLICACIONES en idioma alemán en el Alt (Por Rolando Kegler(Argentina))

- Principal
- Familia
- Encontro-Comunidades
- Palestras**
- Audios
- Downloads
- Fale Conigo
- Livro de Visitas
- Eventos
- Clemens

Language:



Programação Geral

03/09/2008-QUARTA-FEIRA

- **09:00h** - Solenidade de Abertura, Composição da Mesa de Autoridades, execução do Hino Nacional Brasileiro, palavra do pres do Inst: Teuto Brasileiro William Dilly, palavra do pres. da Ass. Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha, palavra do Pres. da Fecab.
- **09:30h** - Mensagem de boas vindas do prefeito dr José Eduardo Araujo
- **09:50h** - Kaffee Pause
- **10:10h** - 1ª Edição de 04 palestras:



Visite-nos

www.frankalemao.com.br

Acervo de imigração alemã do Instituto Martius-Staden de São Paulo

*Daniela Rothfuss**

O Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão é uma entidade de utilidade pública sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Visconde de Porto Seguro. O Instituto mantém uma biblioteca e um arquivo que oferece, entre outros, um registro muito amplo de nomes de origem alemã, por isso, tornou-se um ponto de referência para quem pesquisa a história dos imigrantes de países de língua alemã e a sua genealogia.

O Instituto foi criado em 1916, como uma associação de professores alemães do maior colégio alemão que existia na época, o *Deutsche Schule* (Colégio Alemão), e tinha como objetivo oferecer cursos de alemão a brasileiros, e portugueses para os alemães que chegavam ao Brasil, além de organizar festas, palestras, peças de teatro, concertos e projetos de trabalho. Em 1935, essa associação passou a se chamar *Associação Hans Staden*, constituindo-se em 1938, como *Sociedade Hans Staden*. Nessa ocasião, o Instituto herdou o arquivo da história da colônia alemã em São Paulo, que fora criado pelo Colégio Alemão, em 1925. Na época da Segunda Guerra Mundial, a entidade teve que interromper suas atividades, mas voltou a funcionar a partir de 1947, sob o nome de *Instituto Hans Staden*. Paralelamente, foi criada em 1951, a *Fundação Martius*, que sempre manteve vínculos com o Instituto como organização parceira. Em 1997, a Fundação Visconde de Porto Seguro, mantenedora do Colégio Visconde de Porto Seguro (o antigo Colégio Alemão), assumiu o Instituto Hans Staden, extinguindo a Fundação Martius, cujo patrono, no entanto, teve sua memória preservada, passando a compor a atual denominação, como Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão. Esse nome lembra as duas antigas instituições e homenageia duas personalidades alemãs, Hans Staden e Carl Friedrich Philipp von Martius.

O arquivo do Instituto Martius-Staden possui dados biográficos de aproximadamente 100.000 pessoas pertencentes a famílias teuto-brasileiras e informações sobre cerca de 5.500 organizações e instituições, reunidos em mais de 200.000 documentos históricos e recortes de jornais. Além disso, o arquivo possui aproxi-

*Instituto Martius-Staden (São Paulo). E-mail: drothfuss@martiusstaden.org.br.

madamente 15.000 referências bibliográficas. Tudo arquivado em 600 caixas, em 1.900 pastas. A maior parte do arquivo e da biblioteca já está informatizada e poderá ser consultada através do catálogo online no *site* do Instituto: www.martiusstaden.org.br. Também oferecemos atendimento a distância através do *site*, e-mail arquivo@martiusstaden.org.br ou telefone (11) 3744-1070. O restante ainda precisa ser consultado pelo fichário antigo, com 70.000 fichas pessoais e 16.000 fichas temáticas.

O pesquisador pode encontrar diversas informações como, por exemplo, notas de falecimento, nascimento, casamento e batizado; artigos de jornais sobre pessoas que possuam ascendência ou sobrenome alemães, que contenham informações sobre sua vida profissional e particular, bem como crônicas e cartas que tenham escrito. Temos aproximadamente 1.800 cartas particulares e aproximadamente 100 diários.

Desde 2009, temos uma parceria com o Memorial do Imigrante, entidade ligada ao Governo do Estado de São Paulo. Digitalizamos todas as fichas de estrangeiros (alemães, austríacos e suíços) que imigraram ao Brasil, entre 1938 e 1988, e incluímos tais informações em nosso banco de dados. Em um futuro próximo, essas informações estarão disponíveis para o consulta nos *sites* do Memorial do Imigrante e do Instituto Martius-Staden. No total, são aproximadamente 26.000 fichas (20.000 de alemães, 3.000 de suíços e 3.000 de austríacos).

Além disso, possuímos um acervo de aproximadamente 10.000 fotografias, sendo que aproximadamente 2.400 estão conservadas e catalogadas. Desde agosto de 2008, o Instituto possui uma nova versão multimídia do banco de dados, oferecendo um acesso mais fácil às imagens e fotografias históricas. No ano passado, mostramos uma exposição sobre a imigração alemã para a cidade de São Paulo em homenagem ao primeiro assentamento, ocorrido em 1829. A pesquisa foi feita no acervo do Instituto, sendo enriquecida e ilustrada com as fotografias encontradas no mesmo.

Desde abril de 2010, oferecemos, no *site* do Instituto Martius-Staden, uma exposição virtual sobre um geólogo teuto-brasileiro chamado Carl Rath, para divulgar as fotografias antigas, os documentos históricos e as obras raras de seu acervo sobre a imigração alemã. A tecnologia contemporânea possibilita a exibição de uma mostra criada exclusivamente para o ambiente virtual. O usuário irá encontrar os tópicos da exposição nas abas de cada página, *links* para pesquisa, um livro de visitas, o mapa do *site*, uma ficha técnica com os créditos e dados para contato, além de imagens e legendas explicativas. A mostra é subdividida em 5 módulos: a vida, a obra, o acervo, a família Rath e a bibliografia. Dentro dos módulos, existem subdivisões para aprofundar a leitura.

Além de trabalhar com documentos e fontes escritas, o arquivo começou a trabalhar com fontes orais. Desde 2007, desenvolvemos um projeto de história oral que se chama: *As Alemanhas de São Paulo: histórias de vida e identidades de imigrantes*

e seus descendentes no início do século XXI. O objetivo é construir um acervo sobre a vida de imigrantes de língua alemã e seus descendentes na cidade de São Paulo. Atualmente, temos 26 entrevistas que estão disponíveis para pesquisadores.

Além da imigração alemã, o foco do Instituto Martius-Staden concentra-se na genealogia de famílias alemãs no Brasil. Desde 1962, publicamos, com grande sucesso e demanda permanentemente crescente, a série *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, uma coleção de 7 volumes com a genealogia de famílias de descendentes de língua alemã. Os volumes estão digitalizados e disponíveis gratuitamente para consulta através do site do Instituto. Por ocasião da exposição dos *180 anos de imigração alemã em São Paulo*, divulgamos um formulário de pesquisa para a edição do 8º volume e pedimos a participação de alemães e descendentes de língua alemã. Atualmente, estamos completando a pesquisa genealógica com os documentos do arquivo, e sua publicação está prevista para o início de 2011.

A biblioteca de imigração alemã dispõe de um acervo extenso, muito específico e valioso sobre a imigração alemã no Brasil e também sobre a história brasileira. O acervo é constituído de aproximadamente 7.000 livros e mais 6.000 pequenas publicações. Além de literatura e de personalidades alemãs e teuto-brasileiras, como Hans Staden, Carl Friedrich Philipp von Martius, Johann Baptist von Spix e Alexander von Humboldt, dispomos de muitas descrições de viagens, biografias e autobiografias, como por exemplo, os relatórios de viagens de Johann Jakob von Tschudi, Robert Avé-Lallemant e Karl von den Steinen.

Outra parte do acervo é a de literatura de língua alemã no Brasil. Aqui, orgulhamo-nos de possuir um pequeno, mas muito especial, acervo de literatura escrita por mulheres, que tem como principais autoras Edith Freyse, Gertrud Gross-Hering, Elly Herkenhoff, Ina von Binzer, Ilga Knorr Korndoerfer, Karin Schauff e Therese Stutzer, entre muitas outras. Além disso, a biblioteca possui a obra *Die Deutschen in São Paulo*, de Friedrich Sommer, um manuscrito ainda não publicado, composto por seis volumes, disponíveis no Instituto ao visitante. Outras preciosidades presentes na divisão de livros raros – 300 livros publicados antes de 1900 – são as bíblias antigas; os livros de canto em alemão do século XIX; aproximadamente 170 antigos livros escolares; a *Flora Brasiliensis*, de Martius; velhas edições da *Wahrhaftigen Historia*, de Staden, dentre elas, encontra-se a edição holandesa de 1707 do livro. Muitas outras descrições de viagens através do Brasil se encontram nesta divisão (Eduard Theodor Boesche, Heinrich Koster, Carl Seidler, Oscar Canstatt, Hermann Blumenau, entre outros). Todos os livros raros e didáticos estão restaurados e disponíveis para consulta.

Também precisa ser destacada a coleção das pequenas publicações que se compõem de folhetos, mapas, suplementos e relatórios de clubes, associações, escolas e igrejas alemãs no Brasil.

Além do acervo de livros, a biblioteca de imigração dispõe de um grande número de jornais de língua alemã da América do Sul e do Brasil, como o *Deutsche*

Zeitung, de 1897, o *Germânia*, de 1880, ambos de São Paulo; e o *Kolonie-Zeitung*, de 1863, de Joinville. Uma lista completa de nossos 47 jornais de língua alemã pode ser solicitada na biblioteca. Os jornais podem ser consultados no original ou através de microfílm (total de 543).

O Instituto possui mais de 1.400 títulos de periódicos publicados em alemão e português. Podem-se consultar periódicos recentes, como *Globus*, *Iberoamericana*, *!atención!*, *Brasil-Alemanha*, *Tópicos*, *Estudos Avançados*, *História – São Paulo*, *Humboldt*, *Kulturaustausch*, *Roland*, *Paideuma*, *Kulturchronik*, e revistas clássicas como *Der Auslandsdeutsche*, *Die Deutsche Schule im Ausland*, *Der Deutsche Lehrer im Ausland*, *Allgemeine Lehrerzeitung*, *A Cruz do Sul* e a revista *Folha Dominical*. Para os que têm interesse em pesquisa genealógica, disponibilizamos diversas revistas e notícias. Além disso, a biblioteca possui entre 50 e 60 almanaques de assuntos e de países diversos como, por exemplo: agricultura, religião, educação, entre outros (em alemão e português). Vale a pena mencionar dois almanaques: o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, que estamos digitalizando, e o almanaque *Serra-Post*, que faz parte do projeto RELLIBRA, para resgatar escritores teuto-brasileiros.

Além do acervo de imigração alemã, também oferecemos publicações sobre a imigração alemã no Brasil, através do anuário do Instituto Martius-Staden. O primeiro *Staden-Jahrbuch* foi publicado em 1953, pelo antigo Instituto Hans Staden. Seu editor foi Egon Schaden, descendente de alemães e nascido em Santa Catarina, que possuía a cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP). A língua alemã no anuário tem sido mantida através das décadas, quase sem exceção. Desde alguns anos, contudo, textos originais em português também têm sido incluídos, assim pôde-se ampliar o público-alvo da publicação aos falantes de língua portuguesa. A temática do anuário vai além dos estudos brasileiros e trata de diversos assuntos do intercâmbio cultural teuto-brasileiro. Entre eles, destaca-se a história da imigração alemã, conforme o campo geral das atividades do atual Instituto Martius-Staden. (anuário@martiusstaden.org.br). Além do anuário, publicado regularmente há mais de 50 anos, o Instituto também organiza e coedita outras publicações não-periódicas, dedicadas à temática das relações teuto-brasileiras no passado e no presente, sempre em linha com sua missão de documentar a história da imigração e da presença alemã no Brasil.

O Memorial Jesuíta Unisinos e acervos sobre imigração

*Isabel Cristina Arendt**

“Temam aquele que destrói, censura, proíbe livros: ele quer destruir e censurar nossa memória.” (ECO, 2010, p. 25)

O livro é um seguro de vida, uma pequena antecipação de imortalidade. Para trás (infelizmente), não para a frente. Mas não se pode ter tudo, e de imediato. Não sabemos se depois de nossa morte individual conservaremos lembranças das nossas experiências. Mas sabemos com certeza que conservamos lembrança daqueles que nos precederam, e que outros depois de nós conservarão lembrança das nossas. (ECO, 2010, p. 17).

Instituições que preservam acervos e difundem a memória da imigração no país felizmente existem em bom número e, apesar do que prevê Umberto Eco – que “não há como salvar de modo indolor todos os livros modernos reunidos nas bibliotecas públicas, e os das bibliotecas privadas estão inexoravelmente condenados” (2010, p. 24) – na sua maioria são privadas. Dentre as instituições privadas, nas quais encontram-se também acervos referentes à história da imigração, queremos destacar o Memorial Jesuíta Unisinos, vinculado à Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos em São Leopoldo-RS.

A preservação de acervos tem sido objetivo da Unisinos e de sua mantenedora, a Associação Antônio Vieira, há algumas décadas, para o que podemos citar, além do Memorial Jesuíta, oficialmente lançado a público em maio de 2009, também o Instituto Anchieta de Pesquisas e o próprio Programa de Pós-Graduação em História, o qual vinha se ocupando desta tarefa, especialmente até 2004, quando houve alteração da política de acervos na Unisinos. A partir de então, os acervos e bibliotecas setoriais passaram para a responsabilidade da Biblioteca. Insere-se nesta questão o acervo sobre imigração reunido pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade.

Dentre as ações que compõem a gestão do Memorial Jesuíta, está a difusão da informação, o que deve ser um dos objetivos centrais das instituições que preservam informação. Outro objetivo fundamental é impedir o abandono de suas bibliotecas históricas à deterioração, o que Eco considera uma das formas de esconder livros (2010, p. 26) e poderemos ampliar para acervos em geral.

*Doutora em História – PPGH Unisinos; assistente de pesquisa no Acervo Documental e de Pesquisa – Memorial Jesuíta, Biblioteca da Unisinos, São Leopoldo/RS. E-mail: isabela@unisinos.br, isaarendt@uol.com.br

Para compreender a composição da informação que se encontra sob a instituição Memorial Jesuíta Unisinos, é necessário contextualizar a sua história que se confunde com a atuação dos jesuítas no sul do Brasil. Aí estão reunidas coleções históricas que formam um dos maiores acervos referentes à memória e à história da atuação dos jesuítas na América Latina. Nesse sentido, reúne desde 2001, além de um acervo bibliográfico composto por obras cuja edição é datada entre o século XV e XX, um acervo documental com arquivos pessoais e institucionais. O Memorial tem por objetivo a guarda, a conservação, a preservação e a disponibilização dos acervos bibliográficos, documentais, científicos e artísticos que o compõem.

As coleções históricas que compõem este Memorial foram adquiridas pelos jesuítas durante os mais de 150 anos de sua atuação no sul do Brasil. Provindos da Europa, os jesuítas tinham como missão atender às comunidades de imigrantes alemães com atendimento pastoral direto, à educação elementar, à educação de nível médio e à formação do clero.

Em 1844, padres jesuítas espanhóis começaram, na Vila de São Leopoldo, um trabalho pastoral e cultural. Em 1849, vieram os primeiros padres jesuítas de língua alemã que, além de se dedicarem à evangelização, preocuparam-se com a educação das comunidades emergentes. No ano de 1869, foi fundado o Colégio Nossa Senhora da Conceição, cuja excelência e elevado nível de estudos foram reconhecidos pelo Governo Central, que, em 1900, equiparou o educandário ao Ginásio Nacional D. Pedro II, do Rio de Janeiro.

Parte significativa do acervo que hoje compõe o Memorial Jesuíta é oriunda das instituições jesuítas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul desde meados do século XIX. Para além das obras de cunho teológico, voltadas para o trabalho de evangelização, há diversas obras de formação geral, cujos temas compreendem Direito, Ciências Naturais, Arquitetura, dentre outros. Os acervos documentais foram, na sua maioria, oferecidos em doação em momentos distintos da história da Unisinos, e refletem a preocupação com a salvaguarda de documentos históricos mesmo os não diretamente produzidos e relacionados com a história dos jesuítas.

O Memorial Jesuíta Unisinos compõe-se dos seguintes acervos:

a) *Coleção de Obras Raras e do séc. XIX*: neste acervo, figuram obras de alto valor pela sua antiguidade e pela sua raridade. Esta coleção está subdividida em duas partes: uma coleção de obras editadas entre o séc. XV e o séc. XVIII, compondo 2.636 itens; e outra do séc. XIX, somando 23.371 itens.

b) *Coleção Cristo Rei*: compreende em torno de 58 mil itens referentes às áreas de Teologia, Filosofia, História da Igreja, História em geral, Geografia e Literatura, entre outros.

c) *Coleção Antônio Vieira*: composta por aproximadamente 83.000 itens. Originou-se da reunião das bibliotecas dos colégios, seminários, paróquias e outras instituições dos jesuítas que foram sendo desativados a partir da década de 1950.

d) *Coleção Santo Inácio de Loyola*: coleção de periódicos dos séc. XIX e XX formada por 1.223 títulos. Soma-se a ela um conjunto documental de partituras de música e algumas edições em braile.

e) *Arquivos Pessoais* de jesuítas com produção científica considerável, dentre eles Theodor Amstad (1851-1938), Max von Lassberg (1857-1944), Johannes Rick (1869-1946), Werner von und zur Mühlen (1874-1939), Balduino Rambo (1905-1961), além de leigos como o professor alemão Kurt Walzer (chegou ao Brasil em 1937 e atuou na Escola Normal Católica), o advogado e indigenista Júlio Marcos Germany Gaiger (1956-2004), o advogado, jornalista, romancista e ensaísta Clodomir Vianna Moog (1906-1988), o professor de filosofia e crítico de música e de arte Aldo Obino (1913-2007).

f) *Arquivos institucionais*: Fundo da Sociedade União Popular – Volksverein (1912-1990), Fundo Documental CEDOPE (1972-2001), Fundo Frigorífico Vacariense – FRIVA (1972-2008).

Um dos desafios da equipe do Memorial é a difusão de seus acervos, muitos dos quais ainda carecem de organização e tratamento – bibliotecário ou arquivístico – bem como disponibilização e viabilização do acesso às fontes históricas – dentre livros e documentos – que o compõem.

No que se refere à difusão, devemos considerar as diversas formas de difusão de arquivos elencadas por Cruz Mundet (1996), dentre elas as visitas guiadas, folhetos e boletins informativos, exposições e ação educativa, meios de comunicação. Há, ainda, os recursos a serem utilizados no processo de difusão de arquivos, como gravações de vídeo, impressão de livros e de cartões postais, publicações de guias e de inventários de pesquisa, informativos eletrônicos, dentre outros. O meio mais acessível no momento é a internet, o que pode ser muito bem explorado para a difusão. Convencida da necessidade de mais ações nessa área, proponho esta questão como tema de pesquisa. Para tanto, a bibliografia a ser utilizada como base, engloba autores como Heloisa Bellotto e Blaya Perez.

Nossas ações de difusão são limitadas a campanhas para arrecadar documentos e bibliografia referentes aos temas que compõem o Acervo, recebemos visitas individuais e de grupos de alunos da graduação e da pós-graduação da Universidade (especialmente cursos de História, Educação, Pedagogia e Secretariado). Realizamos, ainda, publicações temáticas referentes a documentos do nosso arquivo, como o caso de livro sobre Balduino Rambo, cujo arquivo pessoal está sob a nossa guarda. Também participamos de seminários da área de História e Arquivologia, onde difundimos nosso arquivo. Como nossa história, enquanto setor específico, é bastante recente, realizamos recentemente a divulgação de nosso primeiro instrumento de busca e acesso: o inventário do Arquivo Balduino Rambo.

Para finalizar, destacamos um importante aspecto sobre o Memorial, especificamente relacionado ao tema do presente XI Seminário, que é o fato de ter incorporado o acervo sobre imigração, anteriormente vinculado ao Núcleo já co-

nhecido dos pesquisadores sobre o tema da imigração – o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros. Além disso, salientamos que, enquanto a maioria das bibliotecas se inicia na aventura do mundo virtual e do e-book – cuja idade a ser alcançada não se conhece ainda – insistimos em reunir e preservar no Memorial Jesuíta muitos e muitos livros cuja idade poderá alcançar seus quinhentos anos – assim esperamos!!!! (Cf. texto de Umberto Eco “Monólogo interior de um e-book” In: ECO, Umberto. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 217-224.)

Informações mais detalhadas sobre o acervo do Memorial Jesuíta Unisinos podem ser acessadas no sítio <http://www.unisinos.br/memorialjesuita/>.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Isabel C. **Difusão do patrimônio documental no município de São Leopoldo-RS**. Monografia (Curso de Especialização em Gestão de Arquivos), Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFSM. Manuscrito, 2010.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2004.
- COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de arquivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirâmide, 1996.
- ECO, Umberto. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FERNANDES, Simone Silva. Difusão da Informação em Centros de Documentação e Memória: construção de um espaço de mediação entre acervo e público. Programa SESC-Memórias, setembro de 2009. Disponível em <http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default092009.aspx>.
- FUGUERAS, Ramón Alberch. Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento. Barcelona: Editorial UOC, 2003.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. *Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte*. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, out/2004. Disponível em http://dgz.org.br/out04/F_I_art.htm. Acesso em agosto de 2010.
- PEREZ, Carlos Blaya. Difusão dos arquivos fotográficos. In: Peres, Rosanara Urbaneto (Org.). **Caderno de Arquivologia**, n. 2 / Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, 2005. p.7-23.
- SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

6. OUTROS TEMAS RELACIONADOS À IMIGRAÇÃO

Imagens “sonoras”: iconografia e transações musicais na cultura imigrantista teuto-brasileira

*Werner Ewald**

Sabe-se que a música é uma atividade substancial e um precioso aspecto simbólico presente na cultura das comunidades teuto-brasileiras. A atividade musical cultivada e gerada em tal cultura não se limitou à conjuntura e aos espaços “internos” de suas comunidades, ou seja, espaços domésticos, associações culturais, escolas, igrejas etc., mas sobrepujando tais limites, inscreveu também novas notas no pentagrama da cultura nacional, seja no âmbito da *performance*, da composição e do ensino, dos festivais, da indústria de produtos musicais, do turismo, do entretenimento, etc.

Por sua natureza, no entanto, a Música é uma arte fugidia e não tem a concreitude, por exemplo, das Artes Visuais, da Literatura ou da Arquitetura. Neste sentido, diz-se que a música “existe enquanto acontece”, ou seja, enquanto está sendo executada e ouvida. Muito embora o registro em partituras musicais ou as gravações permitam a fixação, ainda que parcial, do fenômeno musical possibilitando a aproximação, a execução, a análise, o estudo e o conhecimento do fato musical, na cultura imigrantista em questão (bem como em tantas outras), ressalta-se que tais registros raramente aconteceram. Quando registros através de notação e gravação se deram – e impõe-se registrar que tais registros não devem ser tomados como absolutos – aconteceram somente em certas épocas e locais, gerando lacunas no avanço da pesquisa histórica da tradição musical de segmentos inteiros destas comunidades.

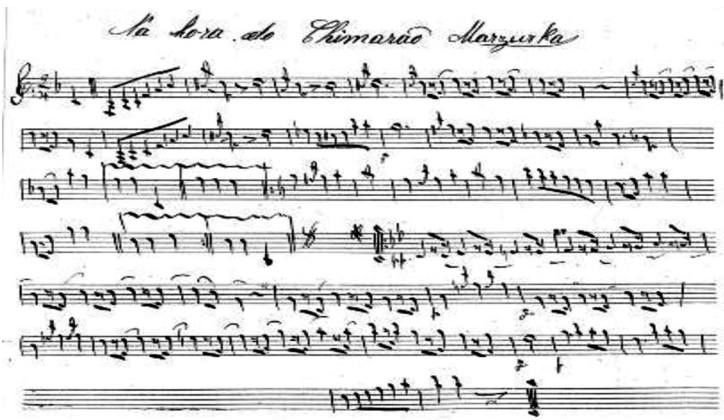
Aplicam-se desta forma, outros elementos, não necessariamente especificamente musicais, mas igualmente sugestivos, de representação das transações musicais recorrentes nos âmbitos da cultura teuto-brasileira, para servir como meios de conhecimento, para a pesquisa e visibilidade deste histórico mosaico sonoro. Por exemplo, programas de festivais de música e concertos, notícias de jornais sobre atividades musicais e iconografia. É sobre este último – a iconografia – que se concentra este trabalho, em forma de ensaio, apresentando uma pequena seleção de instigantes “imagens sonoras” num olhar que nos conduz à memória, à informação e à reflexão sobre a presença e a função de práticas musicais nas mais diversas esferas da vida das comunidades teuto-brasileiras.

*Professor da UFPel.

Impõe-se explicar que utilizei uma combinação de produção de fontes, tanto no que tange ao ponto de vista sócio-cultural quanto técnico, lançando mão de fotografias, ilustrações para capas de discos, de partituras, de anúncios (pôsteres), de festivais e encontros musicais, bem como esclarecer que não tenho por objetivo dar conta, nos limites deste texto, desta variação e heterogeneidade.

Pressuposto está o conceito de Carl Schorske em que a história cultural atua diacrônica e sincronicamente (apud. CHARTIER, 1990, p. 63-4), a concepção de John Blacking que descreve música como som “culturalmente organizado” pelo homem (BLACKING, 1974, p. 10), de Martin Stokes que critica o entendimento de música (e arte) como uma experiência autônoma e quase extra-social, (STOKES, 1994, p. 1). Correspondente a tais princípios está a proposta de “elemento visual musical” de Richard Leppert quando escreve que “... quando nós consumimos música, consumimos também uma imagem – corporificada, ativa, situada, tudo isso mediando significados musicais” (LEPPERT, 1995, p. 518). Desta forma, parto da implicação que a música (o som e as sonoridades) é sempre uma experiência inserida em concepções (configurações) culturais concretas, ou nos termos de John Shepherd “socialmente mediada” (SHEPHERD, 1991, p. 85). Desta maneira também o significado de objetos e representações culturais como imagens iconográficas não são inerentes a elas mesmas, não se constituem independentemente das forças e meios sociais, mas, antes, na e através da interação de pessoas reais em situações reais.

É nesta moldura de entendimento de música e neste movimento interdisciplinar que se insere esta breve reflexão e na qual se alicerça a maneira pela qual faço uso de fontes iconográficas, as imagens “sonoras” (a seguir brevemente exemplificadas), como uma forma de articular nosso conhecimento sobre as transações musicais de outros grupos, pessoas, coisas e lugares e nós mesmos em relação a elas (STOKES, 1994, p. 3).



Partitura recolhida na região de Nova Hartz no Rio Grande do Sul, com manuscrito datado de 1918. O elemento visual mais sugestivo fica por conta do título *Na Hora do Chimarrão, Mazurka*. Na peça musical, estão fundidos em uma só composição dois elementos essencialmente populares, a mazurca uma dança de origem popular polonesa e o chimarrão, bebida popular regional característica da região Sul do Brasil, região esta que recebeu grande número de imigrantes da Europa Central nos séculos XIX e XX.



Imagem em cores (uma raridade para a época), estampando anúncio de evento musical promovido pela Deutscher Sängerbund von Rio Grande do Sul (Liga Alemã de Cantores do Rio Grande do Sul). Encontros locais e regionais entre grupos dedicados ao canto no Rio Grande do Sul, nas chamadas “Sociedades de Canto”, vinham sendo realizados pelo menos desde 1860. Tais encontros motivaram, em 1896, a organização de uma instituição a nível estadual denominada Deutscher Sängerbund von Rio Grande do Sul, responsável pela promoção das Sanger-Fest (festivals/encontros de canto), como a anunciada na representação acima. A imagem que servia também como capa para a programaco do evento, traz impresso em língua alemã o seguinte: “Programação (seqüencia) para a VI festa da Liga de Cantores em Hamburger Berg [atual Hamburgo Velho - RS] em 28 e 29 de outubro de 1916”.



Fotografia de grupo musical com instrumentos de cordas e sopros. O destaque é dado ao grande número de ctaras e bandolins que está nas moos das mulheres, os quais eram instrumentos considerados (assim como também o piano) tipicamente femininos. A cítara é um instrumento de cordas originário dos Alpes muito usado na música do folclore dos países de língua germânica. Existem várias versões do instrumento como se pode verificar na foto. A fotografia pertenceu a Olga Neumann, de Campo Bom - RS, filha de Germano Müller, o único músico da fotografia que, até o momento, foi possível identificar (fila de cima, segundo a direita segurando um violino), nascido em Lomba Grande – Novo Hamburgo - RS em 22 de maio de 1888. Nesta foto, ele está com 17 anos, o que  possível concluir que a fotografia é de 1905. Como fundo da foto há um painel típico das sociedades culturais teuto-brasileiras da época, o que permite deduzir que a mesma foi tirada em alguma destas sociedades na região de Porto Alegre ou do Vale dos Sinos – RS.



Imagem de uma turma de alunos de uma Escola Comunitária Evangélica Luterana, provavelmente da cidade de São Leopoldo-RS em 1892. A localização pode ser inferida pela presença de vários membros da família Rotermund na foto, conforme listagem constante em seu verso. São Leopoldo era a cidade onde residiam. Note-se em destaque à frente, os instrumentos musicais (sopros e percussão), sugerindo instrumentos para serem tocados ao ar livre como em uma banda escolar. A imagem é um documento precioso da presença e do valor dado à formação musical nas escolas das comunidades evangélicas de imigração alemã no Brasil.



Anúncio de venda e reparos de instrumentos musicais em Porto Alegre publicado no *Kalender für die deutschen in Brasilien* (Calendário para os alemães no Brasil) de 1914. O comércio de produtos musicais sempre representou uma importante faceta na divulgação e na manutenção da cultura musical nestas comunidades.

Prática musical ao violino. O aprendizado de um instrumento importava em atividade habitual e de importante aspecto formativo-educacional e sócio-cultural na vida dos jovens. Na foto, Iva Müller com 12 anos, em Lomba Grande – Novo Hamburgo/ RS 1935.



Imagem representando duas atividades sociais corriqueiras e frequentemente relacionadas: o hábito de tomar chimarrão (sendo servido com a chaleira) e ouvir música (no gramofone) ao fundo. Conforme informação contida no verso da imagem, a foto foi feita em São Leopoldo-RS, em frente a uma fábrica de sabão. Trata-se de um cartão postal datado do ano de 1916.



Capa de CD do grupo musical “Os 3 Xirus”, fundado em 1962, na cidade de Porto Alegre – RS. Chimarrão e cerveja, “tocando” conjuntamente numa explícita citação de símbolos étnico-culturais e pelos quais transitam livremente a indumentária e o repertório gauchesco e teuto-brasileiro do grupo “Os 3 Xirus”.



Folha de rosto de cancionário intitulado “Es tönen die Lieder. Deutschbrasilianisches Liederbuch für Schule und Haus” (Soam as Canções. Cancioneiro Teuto-Brasileiro para a escola e o lar) editado pelo professor Wilhem Schlüter em 1931 e publicado em São Leopoldo–RS. Trata-se de um cancionário com repertório mixto com canções folclóricas, sacras e patrióticas em alemão e em português. A ilustração é uma cena típica de uma paisagem interiorana da região Sul do Brasil com suas coxilhas (planícies com pequenas elevações arredondadas, típicas dos pampas), e uma palmeira em destaque localizando simbolicamente o material musical no imaginário sobre as terras brasileiras.



Foto datada de 1927 ou 1928, retratando uma sociedade cultural e de lazer masculina típica entre os descendentes de origem germânica, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. Tratam-se dos sócios do “Clube de Bolão Dinamite” que funcionou em Porto Alegre/RS, incluindo em suas atividades a prática da música conjunta. Na imagem, estão instrumentos musicais típicos dos grupos de choro e de música da fronteira do sul. Segundo a informante, Sr^a Toni Müller (Lomba Grande–Novo Hamburgo-RS), as atividades musicais eram realizadas aos sábados e domingos e, além de música instrumental, praticava-se também o canto em alemão e português.

Referências bibliográficas

- BLACKING, John. *How Musical is Man?* Seattle e London: University of Washington Press: 1974.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- EWALD, Werner. “Walking and Singing and Following the Song”. *Musical Practice in the Acculturation of German-Brazilians in South Brazil*. Chicago: LSTC and UC, 2004. *Tese* (Doutorado em Musicologia/Etnomusicologia), Lutheran School of Theology at Chicago e University of Chicago, 2004.
- LEEPERT, Richard. Social order and the domestic consumption of music. In: BERMINGHAM, Ann & BREWER, John. *The Consumption of Culture 1600-1800*. London: Routledge, 1995.
- SHEPHERD, John. *Music as Social Text*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- STOKES, Martin (Ed.) *Ethnicity, Identity and Music*. The Musical Construction of Place. Oxford: Berg, 1994.

A trilogia “O campanário do tempo”

Romance histórico sobre a imigração e miscigenação das raças no Rio Grande do Sul

*Liti Belinha Rheinheimer**

Desejo apresentar aos interessados a obra “O CAMPANÁRIO DO TEMPO”, escrito em três volumes. Em seu todo, refere-se a três gerações e mostra um ciclo em torno de cem anos. Inicia-se, mais ou menos, em 1830.

O primeiro volume intitula-se “ENTRE A SELVA E O SONHO”, com 25 capítulos e 142 páginas, editado em 2006. Narra, com personagens fictícios, a saga dos primeiros imigrantes que vieram da Europa com sonhos de uma nova vida, cheia de promessas. Deixam a sua terra, vêm para o Brasil e se defrontam com a realidade. Os primeiros encontros com a selva inóspita, os muitos animais desconhecidos e bravios, os nativos e a invasão de seu habitat natural, as dificuldades com clima, doenças, animais peçonhentos e pessoas diferentes das que estavam acostumados.

Saliento a Fé inabalável em um Ser Superior, trazida no coração dessas pessoas que as faziam seguir em frente, apesar de todas as agruras. Tento caracterizar a luta pela sobrevivência, o encontro com povos de outras linguagens e de outras nações, as dificuldades de comunicação como com os descendentes de portugueses que, em geral, eram criadores de gado, comerciantes ou funcionários públicos; também o encontro com silvícolas, o medo dos bugres que tinham uma cultura totalmente estranha para os colonos; inclusive o encontro com negros e mistos e a aceitação das diferentes culturas e as novas formas de relacionamento com estes povos.

A parte histórica é entremeada por tramas pessoais, pois o intuito é trazer ao público um romance: com drama, comédia, tragédia, surpresas, mistério, suspense, a fim de prender o leitor e fazê-lo interessar-se pela história em si.

Não há intenção de retratar personagens históricos verdadeiros, mas sim retratar a vida dos colonos mais simples, daqueles que foram para o fundo da selva e, lá, deram um jeito de sobreviver com sua família e, às vezes, alguns companheiros. Procuro relatar fatos, contados pelos descendentes dos primeiros imigrantes ou lidos em livros diversos. Escrevo, também, sobre os costumes, hábitos, conceitos e preconceitos, pensamentos e sentimentos dos/as personagens.

*Professora aposentada.

O segundo volume intitula-se “CASA DE ÓRFÃOS”, com 17 capítulos e 166 páginas, editado em 2009. Narra a vida dos filhos dos primeiros imigrantes, dando continuidade ao que os pais iniciaram. Estes já não mais conhecem a Europa, o oceano, apenas pelo relato dos pais. Nascem, crescem e criam-se na selva que já deixa de ser selva para tornar-se colônia. Nascem muitos e morrem muitos, em virtude de serem castigados pelas intempéries e não haver recursos disponíveis para a cura de doenças. Crianças de várias raças e cores crescem juntamente, pois a maior necessidade era unirem-se para poderem sobreviver.

Também aqui o romance é entremeadado de drama, surpresas, tragédia, comédia, mistério e suspense, principalmente dos sentimentos dessas pessoas perdidas num mundo à parte da nascente civilização mundial.

O terceiro volume intitula-se: “O FIM DA ETERNIDADE”, com 23 capítulos e em torno de 123 páginas. Este ainda não editado, embora pronto. A edição será neste ano ou em 2011. Retrata a vida dos netos, descendentes dos primeiros colonizadores, já entrosados na nova terra e miscigenados com outras raças e povos, os muitos preconceitos ainda existentes, a dificuldade de comunicação ainda difíceis, além de outros quesitos como missões entre os bugres, viagens, meios de transporte, curandeiros, parteiras.

BIBLIOGRAFIA – LEITURAS E PESQUISAS PARA CRIAÇÃO DA OBRA “O CAMPANÁRIO DO TEMPO”, em ordem alfabética de autores, sem numeração de páginas, pois não há citações, apenas pesquisas no sentido de buscar fonte para “explosão de ideias”:

ANDRIOLI, Luiz Reynaldo. *A história de uma vida*. Gramado: Letras em Cores, 2007.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Campo dos bugres*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço dos Brindes, 1975.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Luís Bugre*. Porto Alegre: EST, 1977.

BRASIL, Luís Antônio de Assis. *Videiras de cristal*.

DOMINGUES, Moacyr. *A nova face dos Muckers*. São Leopoldo: Rotermund, 1977.

FLECK, Lúcio. *A saga do Vale*. Vol. I e II. Saporanga: Ed. do Autor, 2001.

FLORES, Hilda Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST edições, 2004.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Hübner. *Aspectos da Revolução de 1893*. 3ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

GANSWEIDT, Mathias Josef. *Luís Buger und die Opfer Seiner Rache*. Porto Alegre: Edições “A NAÇÃO”, 1948.

HUNSCHÉ, Carlos Henrique. *Pastor Heinrich Wilhelm Hunsche e os começos da Igreja Evangélica no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Rotermund, 1981.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização*. Legislação de 1747-1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

- LANG, Guido. *As sombras do passado*. Campo Bom: Ed. do Autor, Graf. Ipanema, 2005.
- LANG, Guido. *Reminiscências da memória colonial*. Teutônia: Ed. do Autor; Campo Bom: Graf. Papuesta, 1999.
- MELIÁ, Bartolomeu. *O índio no Rio Grande do Sul*. Coord. de Pastoral Indíg. Interdiocesana Norte, RS, 1984.
- MATTE, Dulci Claudete e outros. *Procurando*. Assoc. Nac. de Apoio ao Índio. Ijuí: Fidene, 1981.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: memórias e histórias*. Porto Alegre: EST, 1981.
- PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz*. São Leopoldo: Rotermond, 1957.
- PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins livreiro, 1996.
- SCHUPP, Ambrósio. *Os Mucker*. Porto Alegre: Ed. Selbach.
- SOMMER, Arno. *Reminiscências*. Da Colônia Teutônia–Estrela. Década de 20. São Leopoldo: Rotermond, 1984.
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dous primeiros séculos*. 1º vol. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1918.
- TROTT, Carlos Darci. *Estórias que a história não conta*. Novo Hamburgo: Edit. Hamburgo, 2004.
- YUNG, Roberto Rossi. *Jose Antonio Caldas, o vigário dos Farrapos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.
- YUNG, Roberto Rossi. *O Príncipe Negro*. Porto Alegre: Edigal/Renascença, 2007.
- ZERWES, Norma. *Sal da Terra*. Canoas: La Salle, 1992.

Os alemães e seus descendentes na literatura brasileira – sua representação em novos autores

*Gerson Roberto Neumann**

1. Introdução

O Brasil é um país que se caracteriza pela sua diversidade étnico-cultural e isso naturalmente é refletido na produção artístico-cultural gerada por representantes dessa respectiva cultura, ou então essa diversidade pode também ser reproduzida na forma como os artistas não pertencentes a ela a veem. Um dos motivos dessa diversidade na formação da sociedade pode ser explicado pela forma como o país foi colonizado, sendo inseridos novos elementos que se agregaram ao novo contexto. Um desses novos personagens que fará parte da história do Brasil e da formação do povo brasileiro é o imigrante de origem alemã, o qual, por consequência, também será inserido e representado na produção artístico-cultural brasileira.

Nesse breve texto, pretende-se: primeiro, apresentar o projeto que dá o título ao presente texto. O projeto está sendo desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel – coordenado por mim e conta com alunos do curso de Letras da referida universidade como bolsistas de iniciação científica; segundo, apresentar um breve panorama do estado da arte que deu origem à pesquisa proposta; terceiro, apresentar as obras e os autores em questão.

2. Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores. Contexto histórico brasileiro e a presença de um novo elemento étnico

A história do Brasil registra, desde o momento em que passou a ser narrada, anotada pelos portugueses que aqui chegaram no século XVI, a presença de falantes de língua alemã. Assim, já em 1500, havia um alemão no navio de Cabral, Mestre João, astrólogo responsável pela primeira definição geográfica da então Ilha de Vera Cruz. Logo, em seguida, o navegador alemão Hans Staden, a bordo de um

*Professor na UFPEL, membro do IHSL.

navio espanhol, ficaria preso por nove meses como prisioneiro de índios brasileiros, cuja história depois viraria um best-seller na Europa, editado até hoje. Depois viriam os botânicos Johann B. Spix e Karl P. von Martius e muitos outros viajantes (ver NEUMANN, 2005, introdução).

A partir do século XIX, inicia-se um processo mais intenso de imigração de alemães no Brasil, o que primeiramente causará muito estranhamento à sociedade de então, formada basicamente pelo tripé: índios, portugueses e escravos africanos. O Brasil já recebera imigrantes alemães para formar colônias, mas, a partir de 1824, dá-se um ingresso contínuo e mais intenso, com apoio oficial do governo imperial (PELLANDA, 1925; CARNEIRO, 1950; HUNSCHE, 1978).

Os primeiros grupos de imigrantes alemães (não se pretendia permitir o ingresso de imigrantes ibéricos no Brasil recém independente, assim como o de franceses pelo histórico de invasões no Nordeste) chegam ao Brasil para povoar áreas de terras não apropriadas ao cultivo do latifúndio, mas de terras situadas em vales e regiões pouco povoadas. Além disso, o governo pretendia povoar a região mais ao sul do país, visto que as áreas de fronteira com os países do Prata ofereciam elevado perigo, uma vez que a história narra diversos conflitos e acordos entre Portugal e Espanha devido a questões de terra. Com isso, poderiam ser desenvolvidas outras culturas agro-pastoris pouco aplicadas no Brasil. Outro objetivo era branquear as terras brasileiras porque, na primeira metade do século XIX, apenas em torno de um terço da população brasileira era formada de brancos.

Por meados do século XIX, contudo, os senhores de latifúndios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro passaram a ver como uma boa possibilidade para seus negócios a contratação de serviços de imigrantes europeus. Essa mudança de posição – antes eles viam nos imigrantes europeus um grande perigo para as suas atividades econômicas – dá-se principalmente por causa da morte de muitos escravos negros devido à epidemia de cólera que ocorreu no Brasil pelos anos 50 (ver NEUMANN, 2005, p. 52-61; SCHRÖDER, 1930).

A presença de alemães nesse novo contexto conduzirá inevitavelmente à representação desse outro (elemento) que passa a ser observado e visto pelos habitantes locais e isso significa que este novo tipo europeu será inserido e representado de alguma forma – positiva ou então negativa e pejorativa – na política, na vida social e na produção artística, entre outras áreas. Interessa-nos destacar aqui, mais especificamente, aspectos relativos à representação de elementos que caracterizam a presença de alemães na produção literária. Desta forma, apresenta-se já, em 1847, na obra *A divina pastora*, de José Antônio do Valle Caldre e Fião (1824-1876), a personagem Clarinda, filha de um imigrante alemão chamado Hendrichs (AQUINO, 2007; MOMBACH, 2008).

3. A representação do elemento alemão na literatura brasileira. Primeira fase

A partir daí, da obra de Caldre e Fião, que insere na sua obra ficcional uma personagem imigrante alemã no Brasil, a presença de personagens ou de elementos culturais originárias do espaço linguístico-cultural alemão será mais constante na Literatura Brasileira. Como exemplos, podemos citar as obras de Graça Aranha (1868-1931) – *Canaã* (1902), Mário de Andrade (1893-1945) – *Amar, Verbo Intransitivo* (1927), Clodomir Vianna Moog (1906-1988) – *Um Rio imita o Reno* (1938), Érico Veríssimo (1905-1975) – *O tempo e o vento* (1949-61), Josué Guimarães (1921-1986) – *A ferro e fogo, I: tempo de solidão* e *A ferro e fogo, II: tempo de guerra* (1972 e 1975 respectivamente) e Luis Antônio de Assis Brasil (1945-) – *Videiras de Cristal* (1997), entre outros. Estes autores apresentam, portanto, a imagem do imigrante alemão, e muitas vezes já o seu descendente nascido no Brasil. Depois dessa primeira representação, contudo, muitos outros autores têm inserido o elemento germânico (imigrante e descendente) em suas obras. Alguns mais conhecidos do público leitor outros menos, uns já estudados outros não.

4. A representação do elemento alemão na literatura brasileira. Sua representação em novos autores

Como os imigrantes alemães e seus descendentes são apresentados em obras contemporâneas? Como são apresentados seus hábitos trazidos da terra natal, suas tradições, costumes e sua fala? Independentemente do fato de se tratar aqui de autores de origem alemã, de autores de áreas de colonização alemã ou de autores que não têm relação alguma com o contexto imigratório, essas são questões que permeiam e serão analisadas e retomadas constantemente durante o projeto.

A intenção nesse momento é de apresentar os autores e as obras que compõem o corpus da pesquisa, sendo que dois – Jairo Scholl Costa e Charles Kiefer – já são objeto de pesquisas aprofundadas em subprojetos de bolsistas participantes do projeto.

Destacaram-se seis autores, cujas obras recentemente publicadas merecem uma especial atenção. Passaremos a seguir a eles:

– Pedro Stiehl (1958) é natural da cidade de Montenegro-RS, onde reside atualmente. De Stiehl, foram selecionadas duas obras: o romance *Bárbaros no paraíso*, publicado em 2003 pela editora WS Editor, de Porto Alegre, e o livro de contos *Rapsódia em Berlim*, publicado em 2006 pela editora AGE, de Porto Alegre. Em *Bárbaros no paraíso*, Pedro Stiehl escreve um romance de fôlego, no qual podem ser lidas as diferentes identidades que compõem a história do Rio Grande do Sul. O autor retoma a história da primeira metade do século XX no estado, da qual fazem parte elementos da cultura alemã – famílias de imigrantes alemães e seus descen-

dentes – situando a narrativa espacialmente em Montenegro e seus arredores. Os próprios alemães dividem-se entre católicos e luteranos; os quais se distinguem dos luso-brasileiros; e estes, por sua vez, dividem-se novamente entre os defensores de Borges de Medeiros e os de Assis Brasil; e todos eles dividem-se entre o positivismo e a realidade de cunho pragmático. Em todas as personagens, lê-se, contudo, um conflito pessoal e uma procura por alguma forma de poder e de felicidade. Existe toda uma forma de conflito sócio-político-pragmático que dialoga e está em conflito com a vida pessoal de cada um, onde ao fim de tudo se procura amor, acima de tudo amor, que faz viver.

Em *Rapsódia em Berlim*, o autor Pedro Stiehl oferece ao leitor treze contos que procuram refletir o homem nas suas mais variadas formas de conflito, numa constante busca. Mas há também situações de tranquilidade, de repouso. Nesses contos, a prosa de Stiehl dá-se com um lirismo de sabor, muitas vezes, amargo, pois ao final do conto o leitor encontra o que sabe que logicamente deveria encontrar, mas o que não era exatamente o que queria encontrar. Em que aspectos esse livro de contos traz características e elementos da presença alemã na obra, na narrativa e no autor?

– Jairo Scholl Costa nasceu e vive em São Lourenço do Sul-RS. O autor publicou o romance *O pescador de arenques*, 2007, pela editora Educat, de Pelotas. Jairo Scholl Costa é advogado e historiador e dedica-se à escrita, especialmente à narrativa histórica da imigração pomerana em São Lourenço do Sul. Além do romance *O pescador de arenques*, o autor publicou *Navegadores da Lagoa dos Patos* (1999).¹

– Guido Martin Kopittke é natural da cidade de Lajeado-RS, formado em engenharia pela UFRGS. Em 2004, publicou o pequeno livro de contos intitulado *Na companhia das tias*. Trata-se de um livro de minicontos que traduz lampejos de memória de figuras do círculo familiar dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Desta forma, fala-se do Grossvater Fritz, da tia Odine, do tio Erich e outras figuras que ficam na memória de pessoas provenientes de realidades, rurais e urbanas, do contexto migratório alemão. O livro *Na companhia das tias* foi publicado pela editora WS, de Poro Alegre.

– Valesca de Assis é natural da cidade de Santa Cruz do Sul-RS e atualmente reside na cidade de Porto Alegre. É professora de História da Educação e dedica-se à produção literária, bem como ministra oficinas com ênfase para a escrita criativa.

Estreou em 1989, com o romance *A valsa da medusa*, publicado pela Editora Movimento, de Porto Alegre. Este já está em terceira edição. Além dessa obra, também publicou o romance *A colheita dos dias* (1992), pela mesma editora e o mesmo livro também está na segunda edição.

A valsa de Medusa narra a história de Tristan Waldvogel que chega a Rio Pardo de vapor. Ele é ex-combatente da guerra contra o ditador argentino Rosas.

¹ Vide resumo apresentado pelo bolsista Richard Jeske Wagner neste mesmo volume de anais.

Ao dar baixa, instala-se na nova colônia de Santa Cruz. Lá Tristan conhece Pauline, mulher casada e mãe de quatro filhos, mas que, segundo profecia, estaria a ele destinada. Aludindo claramente ao Tristão e Isolda de Wagner, Valesca de Assis constrói uma narrativa cheia de voltas que vai terminar por aproximar o *brummer* Tristan – um inquieto pássaro silvestre (Valdvogel) – e Frau Pauline.

A colheita dos dias, por sua vez, apresenta Letícia ao leitor. Esta, num longo monólogo-diálogo com a filha morta, apresenta ao leitor um casamento de aparências. Ela era oriunda de uma família de raiz germânica e, através do casamento, fora deslocada para uma vida totalmente diferente: Modesto, seu marido era um autêntico luso-brasileiro. Muitos fatos, por muito tempo obscurecidos em um contexto marcado pela cultura do machismo, vêm à tona após a morte de Modesto, em forma de uma dolorosa descoberta para Letícia, que revive muitos fatos da sua vida, marcada como uma vida em sombras. Ela quer fechar e lacrar de certa forma as sombras que a perseguem, mas, nessa tentativa, muitas outras surgem.

– Charles Kiefer (1958) é natural de Três de Maio-RS. Formado em Letras, é mestre em Literatura pela PUCRS, tendo trabalhado como editor junto à Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre. Estreou na ficção, em 1982, com *Caminhando na Chuva*, novela de temática adolescente. Em 1985, Kiefer ganhou projeção nacional com a novela *O pêndulo do relógio*, agraciada com o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro. *Valsa para Bruno Stein* foi publicado em 1986 e *Quem faz gemer a terra* em 1991², ambos pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre.

Valsa para Bruno Stein narra a história de Bruno Stein e sua família – a esposa Olga, o filho Luis, a nora Valéria e as quatro netas. Bruno é dono de uma olaria no interior do Rio Grande do Sul, onde se passa a história. Ele é um homem tradicional e vive em crise pessoal, pois, por um lado acha-se velho, próximo da morte; ele condena a televisão e seus diversos programas sem utilidade e, além disso, recusa-se a modernizar sua olaria, motivo pelo qual o filho passou a trabalhar fora de casa. Por outro lado, o velho oleiro nutre uma chama de paixão, um amor aparentemente não correspondido por Valéria. Bruno refugia-se no seu atelier, onde cria estátuas que representam sua família.

– Lya Luft (1938) é natural da cidade de Santa Cruz do Sul-RS. É romancista, poetisa e tradutora. Além disso, é também professora universitária e recentemente colunista da revista semanal *Veja*. Iniciou sua vida literária na década de 1960, como tradutora de literaturas em alemão e inglês. Entre os autores traduzidos, destacam-se Virginia Wolf, Rainer Maria Rilke, Hermann Hesse, Doris Lessing, Günter Grass, Botho Strauss e Thomas Mann.

Dos dois livros analisados neste projeto, Lya Luft publicou *A asa esquerda do anjo* no ano de 1981 e no ano seguinte *Reunião de família*. Ambos foram publicados pela Editora Nova Fronteira, do Rio de Janeiro.

² Vide resumo apresentado pela bolsista Lisiane Alves Savedra neste mesmo volume de anais.

A asa esquerda do anjo é a história de Gisela Wolf, a qual relata os seus sofrimentos vividos em sua família de origem alemã, em uma pequena cidade do sul do Brasil. Gisela é filha de um pai alemão e de uma mãe brasileira, ela cresce convivendo com o temor de sofrer com sua avó paterna, a matrona da família, que impõe com rigidez os valores trazidos de seus antepassados, menosprezando e censurando quaisquer outros. Na escola, Gisela é chamada de nazista pelos colegas. Em casa, ela se sente inferior por não ser “pura”, por ter uma mãe de sangue não alemão. A Gisela adulta decide buscar, enfim, sua verdadeira identidade.

Reunião de família trata da voz mais íntima da mulher. Alice narra a sua vida e a de seus irmãos – Evelyn e Renato –, que conhece, mas que também pouco conhece. Foram criados por um pai extremamente opressor e por isso os três apresentam diversas fraquezas, inseguranças e medos. Devido a um problema pessoal da irmã mais nova, Evelyn, a família decide se encontrar para procurar formas de auxiliá-la. Mas, devido aos tantos fantasmas existentes entre eles e, principalmente, devido à presença do pai, totalmente dependente da ajuda dos filhos e da antiga empregada, a reunião da família transforma-se numa torrente de insultos e revelações de segredos, sendo todos vítimas e algozes uns dos outros.

Conclusão

O presente projeto visa à leitura da representação do imigrante alemão e seus descendentes e demais aspectos relacionados à presença da cultura alemã no Brasil, na produção literária brasileira. Existe uma primeira fase na literatura brasileira que insere essa representação na respectiva literatura (vide Veríssimo, Aranha, Moog, entre outros) e esta produção já foi bastante trabalhada e estudada. A assim chamada nova geração de autores que publicou recentemente suas obras, nas quais podem ser identificadas novas referências – portanto, novas representações elaboradas –, necessita de uma análise mais pormenorizada e, como o propomos aqui, de forma comparativa. Com isso, pretende-se fazer uma releitura dos autores da primeira fase de modo que se possa identificar possíveis semelhanças ou então totais diferenças ou ainda evoluções em personagens, por exemplo, em relação aos autores da nova fase na literatura brasileira.

Algumas perguntas deverão ser respondidas ao longo do projeto, como por exemplo: Como é o elemento germânico na obra desses novos autores? Existe uma unidade nesse grupo de imigrantes? Ou seja, é possível identificar o imigrante alemão e toda a imigração alemã no Brasil como um movimento uniforme ou haverá outras identidades (políticas, religiosas, regionais, de gênero etc.) representadas neste grupo de imigrantes? Nessa representação, o imigrante continua sendo um imigrante, um estranho aos demais habitantes no Brasil? O que é o Brasil para este “alemão”? Existe nele – no imigrante – um sentimento de pertencimento nacional ao Brasil? Como é a sua relação cultural e linguística apresentada nas obras?

Referências bibliográficas

- AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação da etnia alemã no romance sul-rio-grandense*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2007.
- ASSIS, Valesca de. *A colheita dos dias*. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- ASSIS, Valesca de. *A valsa da Medusa*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- COSTA, Jairo Scholl. *O pescador de arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- KIEFER, Charles. *Quem faz gemer a terra*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- KIEFER, Charles. *Valsa para Bruno Stein*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- KOPITTKE, Guido. *Na companhia das tias*. Porto Alegre: WS Editor, 2004.
- LUFT, Lya. *A asa esquerda do anjo*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LUFT, Lya. *Reunião de família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- MOMBACH, Clarissa. *A representação da cultura brasileira teuto-gaúcha na literatura sul-rio-grandense contemporânea*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Letras, 2008. mimeo. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada.
- NEUMANN, Gerson R. *Brasilien ist nicht weit von hier! Die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800 – 1871)*. Frankfurt am Main/ Berlin: Peter Lang, 2005 (Europäische Hochschulschriften. Reihe 1 Deutsche Sprache und Literatur. Bd. 1909).
- STIEHL, Pedro. *Bárbaros no paraíso*. Porto Alegre: WS Editor, 2003 (Série Narrativas).
- STIEHL, Pedro. *Rapsódias em Berlim* (Contos). Porto Alegre: AGE, 2006.

O Pescador de Arenques, de Jairo Scholl Costa.

A busca constante do (e)migrante

*Richard Jeske Wagner**

Introdução

Aqui será apresentada a obra *O Pescador de Arenques*, de Jairo Scholl Costa. Trata-se de um romance que narra a saga de um pomerano, que sai de sua terra, passa pela região do Reno e chega a São Lourenço do Sul.

Num primeiro momento, serão apresentados autor e obra, seguindo-se um breve enredo desse importante romance, publicado recentemente, infelizmente pouco conhecido do público geral. Num terceiro momento, será abordado um tema que perpassa e caracteriza a obra de Jairo Scholl Costa: a questão da terra para as pessoas que e(i)migram.

Autor e obra

O romance *O Pescador de Arenques* problematiza questões de guerra, terra e imigração. O livro foi publicado pela editora Educat, de Pelotas, em 2007, e possui 434 páginas. A obra foi escrita pelo advogado, historiador e escritor Jairo Scholl Costa, que nasceu em São Lourenço do Sul-RS, e que pesquisa sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, mais precisamente sobre a imigração pomerana em São Lourenço do Sul. O mesmo ainda é autor de *Navegadores da Lagoa dos Patos – A saga náutica de São Lourenço do Sul* (1999). Além disso, tem artigos publicados em jornais brasileiros e alemães.

A obra do autor já foi objeto de estudos acadêmicos, como a dissertação de mestrado de Eduardo Iepsen, no Mestrado em História de Estudos Históricos Latino-Americanos, intitulado “Jacob Rheingantz: A construção de um herói”. Além disso, a obra do autor está agora incluída no Projeto de Pesquisa do professor Gerson Roberto Neumann, da UFPel, intitulado “Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores”, no qual atuo como bolsista e desenvolvo o presente trabalho.

*Acadêmico do curso de Letras – Português e Alemão e Respectivas Literatura da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

O Pescador de Arenques: enredo

A trama gira em torno de três gerações de uma família de pescadores pomeranos, cujas esposas são de famílias de agricultores e possuem fortes relações com a terra. Ao longo dos anos, as dificuldades foram se acentuando naquele contexto rural ainda fortemente marcado pelo sistema feudal, por guerras, naufrágios. A perda de patrimônio e mortes são os acontecimentos chave para a dramaticidade no romance. Com essa atmosfera de sofrimento, começam a acontecer as primeiras migrações para a América, onde há uma promessa de terra e trabalho.

O livro conta a história de uma família de pescadores, o que contraria aquilo que se espera de uma família de imigrantes pomeranos, entretanto, o autor problematiza em duas oportunidades a questão da terra. A região da Pomerânia ainda vivia em uma sociedade feudal, na qual os agricultores viviam em regime de servidão ou de exploração da sua mão de obra. Já no Brasil, os imigrantes pomeranos foram alocados para regiões de terrenos acidentados e distantes dos meios fluviais e pluviais de escoamento da sua produção, enquanto os luso-brasileiros possuíam latifúndios em zonas perto da Lagoa dos Patos e do Arroio São Lourenço.

A seguir, passarei a apresentar o enredo de forma mais concreta.

Às margens do Mar Báltico, o povo pomerano vive e padece das mais diversas formas em uma sociedade ainda feudal. Esse povo de origem eslava se instalou nessa região, e foi absorvido pela cultura de raízes germânicas e ameaçado pela invasão de poloneses, povo não bem-quisto pelos pomeranos. Outro motivo determinante para a germanização desse povo se dá pelo fato de os alemães possuírem o sal, que o povo pomerano precisava para salgar e armazenar o arenque, peixe da região que era pescado no respectivo mar. Os pomeranos ainda abdicaram do seu idioma *Wende*, para adotar o *Platt-deutsch*, o baixo alemão, que no contato dessas duas línguas se transformaria no dialeto pomerano.

Rolf Kampke é um pescador pomerano que vem a se casar com Anna Kreitlow, filha de agricultores também pomeranos. Logo no início da trama, o autor insere o clima dramático no romance, sem que haja aparente motivo para o leitor constatá-lo. “[...] passou a participar das refeições com a família Kreitlow, constituída de dois jovens irmãos de Anna que se chamavam Rutger e Ernst; este último visivelmente depressivo” (SCHOLL, 2007, p. 38). Ao longo do romance, o autor insere mais situações de drama.

Do casamento de Rolf Kampke e Anna Kreitlow nasce Martin, este começará a acompanhar seu pai na pesca do arenque no mar Mar Báltico. A vida de Martin é marcada por fatos tristes, sendo um deles o de ver seu avô enforcado – desesperado ao perder suas terras para o senhor Baumann, o senhor feudal. A própria morte de Martin dá-se praticamente em vão na guerra contra a Dinamarca, pois morreu quando a guerra já havia terminado, deixando Peter, seu filho – ainda criança – órfão de pai.

Ernst e Rutger iniciam os primeiros movimentos migratórios no romance, entusiasmados pela propaganda de terra oferecida aos imigrantes e pelas constantes desgraças na vida da família na Pomerânia, eles emigram para os Estados Unidos.

Ao longo dos anos, a vida da família parecia melhorar. Peter e seu avô Rolf eram prósperos pescadores, porém numa tempestade, o barco *Nordwind* é destruído e Rolf morre no mar. Abalado pela perda de seu avô, Peter rumo para a Renânia, para reencontrar sua mãe, a qual havia partido para a sua terra natal depois da morte do marido. Ele é convocado para lutar na guerra franco-prussiana, e é destacado para lutar na companhia de granadeiros pomeranos.

Terminada de forma vitoriosa a guerra em prol da Prússia, Peter volta à Renânia, onde trabalha em uma adega. Peter conhece Regina Hoffmann, filha de seu patrão, e eles se apaixonam. Contrariado e também ameaçado, *Herr Hoffmann* teve que prometer sua filha Regina em casamento a Mauritius Lautenberg, credor do mesmo. Regina prefere se matar a casar com tal homem. Mais uma vez acontece uma tragédia na vida de Peter, na vida dos Kampke, na vida dos pomeranos.

Com os contínuos movimentos migratórios para a América, com sua vontade de ser um homem livre, e principalmente por se sentir deslocado tanto na Pomerânia como na Prússia, por inúmeros fatos trágicos, Peter Kampke emigra para o Brasil, embarcado na escuna “Cruzeiro do Sul” que levaria imigrantes pomeranos ao sul do Brasil, mais precisamente para São Lourenço do Sul.

Em São Lourenço do Sul, Peter é contratado por Harold Schmidt para trabalhar no barco “Estrela da Manhã”, fazendo a rota de venda dos produtos produzidos pelos colonos alemães/pomeranos instalados no município. Após alguns dias de repouso após a chegada a São Lourenço do Sul, esperando que lhe seja dada ordem de trabalho, Peter é convidado a visitar as terras onde os pomeranos estabeleceram colônias, administradas por Jacob Rheingantz. O administrador em conversa com Peter, afirma-lhe que esses colonos já pagaram por suas terras e também conseguiram juntar uma quantia razoável de dinheiro, fazendo, é claro, uma comparação com a vida dos mesmos na Prússia.

Trabalhando no barco “Estrêla da Manhã”, Peter Kampke conhece seu ajudante Canuto, escravo adolescente, emprestado por um charqueador pelotense, em troca de pagamentos que o mesmo devia ao dono do respectivo barco. Peter não podia aceitar que uma pessoa pertencesse à outra, e passasse por tantos sofrimentos – assim como seu povo na Pomerânia – e decide que precisa alforriar o rapaz. Confrontando o estancieiro, Peter consegue libertar o escravo com a ajuda de amigos, alguns dos quais pertencentes a uma confraria, uma sociedade secreta, à qual Peter pertence, a Ordem dos Carbonários.

Peter se afeiçoa pela sua professora de português, uma teuto-brasileira que veio de Novo Hamburgo para trabalhar na loja comercial Schmidt. Eles se casam e Peter finalmente estabelece um lugar seu, seu chão.

Em uma viagem, Peter é designado a levar um carregamento de batatas ao Uruguai, e como seu avô, companheiro de barco na Pomerânia, Peter encontra seu fim no mar. Numa tempestade na costa da cidade de Rio Grande, o barco que navegava, naufraga, terminando assim a saga de um pomerano.

A busca constante por “uma” terra

Desde o início do romance, o autor aborda inúmeros problemas presentes na vida das famílias pomeranas, não apenas questões agrárias e de terra, mas estas são, contudo, as que são apresentadas desde a Pomerânia até ao processo de colonização da cidade de São Lourenço do Sul, a questão em torno dos problemas relativos à terra perpassam a obra de Jairo Scholl Costa.

Na Pomerânia, ainda vivia-se numa sociedade com traços feudais, onde o povo estava à mercê dos senhores e credores de terras. Estes não hesitariam em tomar as terras dos agricultores em caso de uma eventual dúvida, não ocorrendo pagamentos de hipoteca ou os percentuais de colheita.

Havia naquele momento uma dificuldade para os agricultores manterem suas terras e até mesmo o seu sustento, como se lê também no romance: “Ela [Anna Kampke] vivia com seus pais, os quais possuíam uma gleba rural próxima ao porto. Esta, por seu turno, mal dava para o sustento da família” (SCHOLL, 2007, p. 35). Nessa passagem, o autor introduz a questão agrária nesse romance, sendo que a pequena porção de terra havia custado um preço altíssimo, e com ela o pai não era capaz de sustentar uma família inteira. A situação da família piora, de forma que Rolf Kampke teve que pagar a dívida da terra de seu sogro Armin Kreitlow. Em uma situação posterior semelhante, Armin Kreitlow perde, por falta de pagamento da hipoteca, quase toda a sua terra, o que acarreta no seu suicídio. Esse trágico acontecimento motiva seus filhos Ernst e Rutger a emigrarem para os EUA, em busca de uma terra que era oferecida às pessoas com vontade de trabalhar.

Após emigrar para o Brasil, Peter Kampke, questiona a distribuição de terras feita para os imigrantes alemães e pomeranos. As terras dos colonos eram – e ainda são na contemporaneidade – terrenos acidentados e longe dos meios fluviais de escoamento, como se pode ler a seguir, quando Peter questiona a distribuição e o uso das terras: “- Mas senhor, são terras planas e aráveis, próximas dos rios e da Lagoa dos Patos, ideais para estabelecer-se aldeias de plantadores. Se ocupadas com lavouras, tenho certeza de que renderiam mais que o gado” (SCHOLL, 2007, p. 262). O personagem não consegue admitir a ideia de que uma terra tão vasta fosse tão mal aproveitada, levando em consideração o fato de que ele conhece o aproveitamento das terras na Pomerânia, onde um pedaço pequeno de terra é muito melhor aproveitado do que no Brasil.

Antes desse seu questionamento, Peter, tendo visitado a colônia de São Lourenço do Sul, toma conhecimento de revoltas dos colonos em relação a problemas de distribuição de terras entre eles, os quais questionam o trabalho de Jacob Rheingantz, administrador da colônia de São Lourenço do Sul, e o acusam de serem servos do mesmo. As acusações estão atreladas ao medo de perderem essas terras recém-conquistadas e reiniciarem o ciclo migratório. Pode-se perceber na obra que o imigrante pomerano teme um possível retorno do sistema feudal; de forma alguma o colono pomerano quer depender de e dever a alguém: “Trabalhavam de sol a

sol, dia após dia. Trabalhar era a única conduta adequada e exigível para o pomerano imigrante. Não haveria prosperidade, alegria, nem vida, se não trabalhassem. A terra tinha de ser paga.” (SCHOLL, 2007: 296).

Conclusão

A questão agrária, problema enfrentado ainda hoje, perpassa os séculos e mantém uma constante repercussão nos meios literários. O autor problematiza os problemas atrelados à terra na região da Pomerânia e em São Lourenço do Sul. Tal problema, o dos movimentos migratórios, já marcou o Brasil e foi registrado na literatura (no RS, com trilogia do gaúcho a pé; na região Nordeste com as obras de Raquel de Queiroz, de João Cabral de Melo Neto, entre outros, para citar alguns exemplos) e continua sendo uma questão que movimenta não só grupos de pessoas no RS, no Brasil, mas no mundo todo na contemporaneidade e, por isso, deve ser abordado em obras da literatura.

Referências bibliográficas

- COSTA, Jairo Scholl. *O pescador de arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007. *Navegadores da Lagoa dos Patos – A Saga Náutica de São Lourenço do Sul*. EDITFURG, 1999.
- HEINEMANN, José Carlos. “Bons soldados e excelentes agricultores”. In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 5-8.
- WACHHOLZ, Wilhelem. “Triglaw: a proteção pomerana” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 13-16.
- THUM, Carmo: “Silenciados pela hegemonia alemã” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 16-19
- DREHER, M. N.: “Há entre os pomeranos uma ética de trabalho muito acentuada.” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 20-22
- BAHIA, J. D. V.: “Magia e religião: heranças de outro mundo” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p.23-25
- COSTA, Jairo Scholl: “Pomeranos: construtores de um império?” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 25-27
- ALMEIDA, José Sidnei Nunes de: “Valorizar é projetar o futuro” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 27-28
- THIES, Vânia Grim: “Uma cultura ameaçada” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p.29-30
- IEPSEN, Eduardo. Jakob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008, 280 p.

A terra como elemento de dignidade para o imigrante/descendente alemão na obra *Quem faz gemer a terra* de Charles Kiefer

*Lisiane Alves Savedra**

Introdução

O presente trabalho – parte integrante do projeto de pesquisa “Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores” da UFPel, coordenado pelo professor Gerson Roberto Neumann – estabelece uma comparação entre a história da imigração alemã para o Brasil e a representação do descendente alemão na obra *Quem faz Gemer a Terra*, de Charles Kiefer.

Na obra de Charles Kiefer, o personagem Mateus, neto de um imigrante alemão (Lindolfo), conta a história de sua família de pequenos agricultores, os quais vivem no interior do Rio Grande do Sul e que acabam indo parar em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Com o presente trabalho pretende-se abordar a importância da terra para o imigrante alemão, que busca, no Brasil, ter novamente um pedaço de terra, a qual perdera na terra natal.

Imigração e vida dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul

A data convencional de início da imigração de cidadãos alemães para o Brasil é o ano de 1824, e não porque não houvesse antes a entrada de alemães no país e no Rio Grande do Sul, mas em razão de ser esse ano que marcou o começo do patrocínio da imigração por parte do governo imperial.

O motivo das migrações foi preponderantemente econômico, embora muitos migrassem por questões religiosas e políticas, entre outras.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930 (FAUSTO, 1999). Conforme estatística elaborada pelo Departamento Nacional do Povoamento, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1937 (WILLEMS, 1946), até 1914, 65 mil imigrantes alemães vieram para o Brasil, sendo que o índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940. IBGE. Conselho Nacional de Estatística, p. 1307 – cita-

*Graduanda – UFPel.

do por WILLEMS, 1946, p. 65), dá conta de 170.645 alemães imigrados entre 1884 e 1939.

O movimento migratório foi estimulado pelo governo alemão da época como forma de contornar as tensões sociais provenientes do aumento demográfico e do excedente de mão de obra em face do êxodo rural e da incapacidade do setor industrial em aproveitar os saídos do campo (KREUTZ, 1991).

Dessa dicotomia entre mão de obra em excesso e exploração desumana de pessoas decorrente desse excesso, resultaram várias consequências na Alemanha, dentre elas o desenvolvimento do socialismo através das ideias de Marx e Engels, o reconhecimento dos Direitos Sociais e a migração de um grande contingente de pessoas em busca de melhores condições de vida.

No contexto brasileiro, a colonização se afigurava importante no sentido de que a prática da escravidão estava enfraquecendo, chegando a seu ocaso. Com o fim iminente da escravidão, era preciso mão de obra de baixo custo. Mas, além disso, era preciso ocupar as fronteiras, de modo a garantir a soberania brasileira sobre esses territórios e se esperava, também, incentivar a formação no Brasil de uma classe média rural.

No Rio Grande do Sul, a mais importante zona de colonização germânica foram as regiões do Rio dos Sinos, Caí e Jacuí e afluentes da margem esquerda (cinturão do Jacuí) (WILLEMS, 1946).

A imigração para o Sul se vincula aos planos de colonização do governo imperial brasileiro, baseados na pequena propriedade, traçados por José Bonifácio e o imperador Dom Pedro, por razões sócioeconômicas e militares, sendo que a mais bem sucedida das colônias germânicas no Sul foi a de São Leopoldo, iniciada em 1824 (FAUSTO, 1999).

A colonização alemã se estendeu pelo nordeste de Santa Catarina, onde surgiram as colônias de Blumenau, Brusque e Dona Francisca, atual Joinville, tendo se dedicado os imigrantes à criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, plantio de batatas, verduras, e frutas. O cultivo de maçãs, por exemplo, até então era praticamente inexistente no Brasil. Além disso, vale citar também a instalação de oficinas e estabelecimentos industriais, surgindo a indústria de banha, de laticínios, de conserva de carne, de cerveja e outras bebidas (FAUSTO, 1999).

A partir daí, a migração de alemães e descendentes tomou rumo ao norte do país, havendo colonização principalmente no oeste do Paraná, em algumas partes de São Paulo, Minas Gerais, chegando até o estado de Rondônia.

Quem faz gemer a terra, de Charles Kiefer

No tocante à obra objeto de análise, o romance *Quem faz gemer a terra* é uma narrativa em primeira pessoa, escrita por Charles Kiefer, que é natural de Três de Maio-RS, onde nasceu em 1958. Kiefer é mestre e doutor em Literatura pela Ponti-

fícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor de Literatura e instrutor de Oficinas Literárias nessa instituição, tendo sido agraciado com vários prêmios pelo valor de suas obras (Prêmio Jabuti). Ele possui mais de 30 títulos publicados, alguns em outros idiomas.

Quanto à obra acima referida, a história é centrada no personagem-narrador Mateus, descendente de alemães (o avô veio da Alemanha), que está em uma prisão (início do livro), fato cuja causa vai sendo descoberta ao longo da obra.

O personagem-narrador inicia a história relatando um pouco de sua infância, das brincadeiras, da convivência com o avô Lindolfo, de quem gostava muito, do irmão, sobre a casa onde morou, demonstrando uma memória afetiva vinculada aos objetos, aos fatos e às sensações com um certo ar de nostalgia.

Segue contando que morava na zona rural. Seu pai era dono de um pequeno lote de terras, no qual começou a fazer investimentos na tentativa de melhorar a economia da família. Para tal fez empréstimos junto a bancos, porém não teve sucesso em seus investimentos e acabou por perder tudo que tinha.

A partir da ruína que sobreveio, a família de Mateus – o pai, a mãe, ele e o irmão Pedro, este último teve a ideia – resolveu ir morar em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na cidade fictícia de Pau-d’Arco, levando toda a família junto. Antes de sair da casa em que nasceu, Mateus sentindo-se mal com a situação, pois percebera a tristeza da mãe, e no extremo da sua revolta, após a desocupação do imóvel, incendiou-o.

No acampamento do MST em Pau-d’Arco, Mateus foi designado para a função de vigilante por Junqueira, chefe do acampamento, que explicou à família o funcionamento da comunidade. Vários acontecimentos se desenrolaram no acampamento. O pai de Mateus morreu, a irmã dele teve um filho, cujo pai não assumiu a criança, dentre vários outros eventos. A família seguiu sua vida, apesar das dificuldades.

No acampamento Mateus conheceu uma moça chamada Neusa com quem a se casou e a teve um filho (José). Antes de casar, entretanto, morreu o pai de Mateus em decorrência de uma pneumonia, muito provavelmente por causa das péssimas condições de vida a que estavam submetidos os componentes do grupo dos Sem Terra.

O personagem-narrador fala bastante sobre as condições precárias de vida no acampamento, sobre a indignação com as promessas não cumpridas pelo governo no tocante à Reforma Agrária, sentimento que não era só seu, mas de todo o grupo. Ressalta, porém, o espírito de cooperação, o alto nível de organização (divisão de funções) e a solidariedade entre os companheiros de acampamento, algo advindo da necessidade.

Num determinado momento, o narrador relata o incidente em que um avião sobrevoou o assentamento e esguichou substâncias tóxicas sobre os assentados, sob pretexto de pulverizar plantações de áreas vizinhas, evento que quase levou sua

esposa e o bebê que ela tinha no ventre ao óbito. Muitas pessoas do acampamento tiveram esse destino, inclusive muitas crianças.

O filho de Mateus nasceu e foi batizado. Vários nascimentos e mortes se sucederam, até que seguiu a história para seu ápice, o momento culminante que levou Mateus à prisão.

Junqueira (líder do acampamento) e a assembleia geral do grupo decidiram que iriam acampar em frente ao Palácio do Governador, na cidade de Porto Alegre, o que implicaria na ida de Mateus e de outros tantos, de ônibus, em direção à “guerra” pela terra. Conforme disse Junqueira (KIEFER, 2006, p. 153), para eles era “agora ou nunca”.

A manifestação ocorreu com muito tumulto e, em meio à comoção e à violência de ideias e vontades contrapostas, Mateus matou um soldado (policial), o que selou seu destino e o levou ao cárcere de onde narra a história.

A Terra como elemento de dignidade para o imigrante alemão

A importância da terra para os imigrantes alemães que vieram para o Brasil no século XIX e início do século XX, reside no contraste entre as condições de vida dessas pessoas na Alemanha, que não eram boas, e a perspectiva de crescimento e prosperidade veiculados na propaganda institucional feita pelo governo imperial do Brasil ao cidadão alemão.

Ferdinand Schröder cita no seu livro *Die deutsche Einwanderung nach Südbra-silien bis zum Jahre 1859*, uma das propagandas que se fazia aos alemães para convencê-los a migrar para o Brasil:

Freie See – und Ueberlandreise [nach und] in Brasilien; ein freies Stück Land mit vorläufigem Haus; für eine Familie mit 3-4 Köpfen ein Ochse oder Pferd zum Zug, zwei Milchkühe, vier Schafe, zwei Ziegen, zwei Schweine, Samen von Weizen, Bohnen, Reis, Mais, Lein, Hanf, Ricinusöl (zu Brennöl), Größere Familien entsprechend mehr. Zum Unterhalt im ersten Jahr pro Kopf und Tag 160 Reis, im zweiten Jahr 80 Reis; die Einwanderer sollten ein Wundarzt und Apotheker mitbringen, ferner 2-4 Geistliche, die wie die brasilianischen gestellt werden sollten. Für den Bau und die Ausstattung der Hauptkappelle am Stadtplatz wollte der König sorgen (SCHRÖDER, 1930).

Um dos mais relevantes motivos pelos quais os alemães migraram para o Brasil foi a crise econômica e política que a Europa vinha passando na época e, em decorrência dela, muitas famílias perderam suas terras, vendo na América a chance de recomeço para uma vida melhor.

Quando chegaram ao Brasil, as condições prometidas, na maioria das vezes, não condiziam com a realidade. As colônias eram uma “terra de ninguém”, sem a mínima infraestrutura; literalmente os imigrantes começaram do nada e quase sempre sem a possibilidade de voltar.

Na terra, os imigrantes alemães concentraram todo o esforço no intuito de sobreviver e prosperar e o que sobre ela foi construído ostentava o grau de obstinação dessas pessoas. Vindas de um país estranho em cultura e idioma, sem quase nada a não ser o próprio conhecimento, esses indivíduos tornaram terras virgens em propriedades produtivas, transformaram mato em cidades. É da terra que nasceu a vida e essa terra trouxe uma vida nova aos imigrantes.

“Não podemos nos acomodar e aceitar a miséria como uma vontade divina” (KIEFER, 2006, p. 146), disse o personagem Junqueira, líder do assentamento do MST onde se passa a maior parte da história, em um momento de extrema indignação, provavelmente o mesmo sentimento que impeliu também os imigrantes, em outro momento histórico, rumo à “terra prometida”, e impele a todos que veem na terra a chance de uma vida melhor.

A obra *Quem faz gemer a terra* fala na luta por uma porção de terra. O texto aborda a vida de um sujeito, neto de imigrantes alemães que vieram ao Brasil buscar uma melhoria de vida. Ocorre que algumas gerações depois, o ciclo da busca se reinicia quase pelas mesmas razões que ensejaram o êxodo de muitos alemães para a América, o endividamento e a conseqüente perda da terra.

A dignidade do personagem principal foi subtraída com a tomada das terras em que vivia. Por menos que tivessem, naquela terra não passavam fome, tinham boas condições para dormir, se mantinham pelo próprio trabalho, satisfaziam adequadamente suas necessidades básicas de higiene e limpeza, viviam bem com o pouco que tinham. Os sentimentos que a perda da terra trouxe aos personagens podem ser sintetizados na passagem abaixo:

Os bois entraram no estradão e eu senti um coice no peito [os personagens estavam partindo para o acampamento do MST de Pau-d'Arco]: Nunca mais eu ia fazer o caminho de volta, nunca mais. Eu devia era ter engraxado os eixos, pensei. O rangido das rodas doía fundo, mastigava minha alma. (...) O Pedro puxou a rigeira e os bois pararam. Eu saltei, corri de volta, peguei o litro de querosene que eu tinha escondido na cerca-viva e entrei na casa. Fui até o quarto e atirei a garrafa contra a parede. Da porta, joguei o fósforo acesso e corri outra vez. Ouvi o vuupt, mas não virei a cabeça. Só depois, quando eu já estava sentado na carroça de novo, é que eu olhei pra traz e vi o rolo de fumaça que subia na curva do estradão. O pai botou a mão no meu braço e não disse nada, só apertou ele e eu entendi (KIEFER, 2006, p. 59-60).

Mateus, personagem-narrador e sua família, diante do infortúnio, buscaram no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a chance de conseguir um lote sobre o qual se assentar e, tal qual seus antepassados, resgatar a própria dignidade, pois vendo que a busca solitária não lhes conduziria a lugar nenhum, a solução provavelmente residiria na busca em conjunto com outros tantos que estavam na mesma situação. A solução era a luta pela reforma agrária, conforme deixa clara a passagem a seguir transcrita:

Ficamos sem nada nosso, mas pagamos o banco. Uma semana antes do pai entregar a terra pro novo dono, o Pedro veio com a história do acampamento que estava se formando pra diante de Pau-d'Arco. "Assim a gente tinha chance de ganhar um pedaço quando sair a reforma agrária", disse o meu irmão (KIEFER, 2006, p. 41).

As personagens passaram por cima de seus preconceitos e foram para um acampamento buscar, em conjunto com outros, a solução para seus problemas. Como se pode perceber, a luta é uma constante dos imigrantes e descendentes de alemães, certamente de muitos imigrantes, pois tanto na ficção como na vida real ela, a terra, é elemento de busca.

Conclusão

Muitos imigrantes vieram ao Brasil por motivos econômicos, religiosos, políticos e também influenciados pela propaganda, com a finalidade de fugir da estagnação e crescer na nova terra.

A história do romance *Quem faz gemer a terra* é sobre descendentes de imigrantes que, assim como aconteceu com muitos de seus antepassados, também devido a uma crise econômica, que assolava o Brasil (final da década de 1980), perderam suas propriedades. Na manutenção, preservação e expansão desse legado, reside a dignidade dos descendentes dos imigrantes e disso trata o romance.

O elemento terra tem grande relevância para o imigrante alemão e seus descendentes, portanto, os alemães emigraram para o Brasil para o resgate da própria dignidade. A promessa de terras férteis na América do Sul era a chance de iniciar uma nova vida e poder novamente prover seu sustento, chance que milhares aproveitaram.

Muitos imigrantes buscaram no Brasil o seu pedaço de terra para reiniciarem uma nova vida e deixarem a seus descendentes esse legado de trabalho. A obra de Charles Kiefer mostra-nos que também, em solo brasileiro, muitos imigrantes e descendentes perderam a terra anteriormente adquirida. De certa forma, a história se repete e novas migrações ocorrem. No caso brasileiro, esse período levou uma grande massa migratória para os centros urbanos, marcando um período de forte êxodo rural. A ficção do autor retrata, através de Mateus, a face real dessa realidade de perdas e buscas.

Referências bibliográficas

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1999.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil – 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

KAUTSK, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Instituto Teotonio Vilela, 1998.

- KIEFER, Charles. **Quem faz gerner a terra**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial** – Magistério e Imigração Alemã. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora de UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- SCHRÖDER, Ferdinand. *Die deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859*. Berlin: Verlag Ev. Hauptverein für Deutsche Ansiedler und Auswanderer, 1930.
- VERBAND DEUTSCHER VEREINE. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824 – 1924**: Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil** – Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pará – Porto Alegre, 1946.
- _____. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil** – Estudo Sociológico dos Imigrantes Germânicos e de seus Descendentes. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pará – Porto Alegre, 1940.

Colônia alemã: histórias e fatos Geschichtcha uf Hunsrik ins Presiljohnisch Iwassetzt

*Luiz Carlos Thomas**



1. Conteúdo do livro

O objetivo desta comunicação é apresentar brevemente o livro **Colônia Alemã: Histórias e Fatos – Geschichtcha uf Hunsrik ins Presiljohnisch iwassetzt**, publicado pela Editora Nova Harmonia, no início deste ano. São 38 pequenos textos, em 220 páginas. Eles consistem, basicamente, de relatos de vivências da infân-

*Mestre em Filosofia. Especialista em Psicologia da Educação. Master em PNL.

cia de Maria Noemia (Bennemann) Assmann, professora aposentada, residente na cidade de Feliz-RS. Portanto, em sua maioria, são registros das tradições, do modo de vida, da cultura, enfim: do dia a dia de uma família e de uma comunidade de origem alemã, do interior do Rio Grande do Sul, de meados do século passado. As festividades de *Kerb*, Páscoa e Natal recebem atenção especial. Mas há também crônicas que versam sobre fatos políticos e culturais recentes. As histórias foram originalmente publicadas no jornal *Primeira Hora*, da cidade de Bom Princípio-RS, com extraordinária aceitação por parte dos leitores, razão pela qual se decidiu pela publicação em livro. Os 38 textos são apenas algumas das muitas histórias publicadas no jornal pela professora Noemia, desde o ano de 1991.

Os textos foram escritos no dialeto *Hunsrik* (*Hunsrück*) e foram padronizados numa escrita simplificada pelo Professor Luiz Carlos Thomas, para maior facilidade da leitura; na *Introdução*, são explicados os *Crítérios* e *Convenções* usados nessa simplificação.

Os textos também foram *traduzidos* pelo Professor Thomas. O livro, por isso, é bilíngue, o que muito o valoriza, pois pessoas que não viveram as situações descritas, e mesmo descendentes teuto-brasileiros mais jovens, que já não falam mais o dialeto *Hunsrik*, também podem se beneficiar dos relatos e se divertir com a leitura. A obra inclui também a reprodução de várias fotografias antigas que ilustram os relatos.

Impressão, encadernação e acabamento do livro são excelentes, em papel couchê fosco, para maior nitidez de textos e fotos.

2. Objetivos da publicação

Para a publicação do livro, os autores foram motivados por dois objetivos:

2.1 - Preservar e valorizar o dialeto *Hunsrik*

Grande parte dos imigrantes alemães do Brasil veio do estado alemão de **Hessen**, que inclui a região do *Hunsrück*, donde os imigrantes trouxeram o respetivo dialeto. Por muitos anos, as famílias e seus descendentes continuaram usando essa linguagem em sua convivência doméstica e comunitária. A II Guerra Mundial, como sabemos, constituiu uma tragédia, em termos culturais, para as comunidades de origem germânica (bem como para as de origem italiana). Não houve apenas uma interrupção momentânea na transmissão da língua e da cultura vindas da Alemanha, mas também um efeito que se prolongou no tempo. Sob a influência também de outros fatores, parece que as novas gerações passaram a ter vergonha de suas origens, e falar o dialeto *Hunsrik* parecia ser considerado como manifestação de um comportamento, digamos, caipira.

Com os movimentos de volta às origens, de pesquisas genealógicas (com os correspondentes “Encontros de Família”), de “redescoberta” e revalorização das danças folclóricas e de estudos acadêmicos em torno da imigração, o idioma trazi-

do pelos imigrantes, na sua forma dialetal, está voltando a ser cultivado. Até já existem estabelecimentos de ensino, tanto da rede privada quanto da pública, que mantêm, entre suas atividades, aulas de alemão, inclusive aulas do dialeto *Hunsrik*.

A intenção do livro *Colônia Alemã: histórias e fatos...* é inserir-se neste movimento de resgate, recuperação, preservação e valorização da fala *Hunsrik*. Acreditamos que muitas pessoas, constatando que esse dialeto está aparecendo – e parece, cada vez mais – em jornais, revistas e livros, motivem-se a voltar a usá-lo e transmiti-lo às novas gerações. Como está dito no livro: “No lar, ensinar e falar o *Hunsrik* com os filhos, pois o português as crianças aprendem rápida e naturalmente” na sua convivência social e escolar.

2.2 - Registro histórico

O segundo objetivo, com a publicação do livro, foi registrar, colocar por escrito uma descrição dos costumes, do cotidiano e da vida em comunidade de uma população de origem germânica, numa pequena povoação do interior do Estado, de meados do Séc. XX –embora sem a intenção de fazê-lo explícita e sistematicamente. Isso significa dizer: descrever a vida numa época em que os meios de comunicação, a começar pelas próprias estradas, mas principalmente o jornal, a revista, o rádio, o telefone fixo eram escassos e precários; nem precisamos citar a TV e, muito menos o telefone celular, o computador com a internet e todos os outros recursos eletrônicos hoje disponíveis. Precisamos lembrar também que a comunicação por vias terrestres era praticamente inexistente, exceto a carroça, a charrete, o lombo do cavalo e, em algumas localidades, o ônibus; automóveis eram raros. Em consequência, as comunidades quase constituíam guetos fechados sobre si mesmos, tendo intercâmbio esporádico com comunidades e parentes geograficamente próximos, principalmente por ocasião das quermesses, os *Kerb*. Nesse contexto, as festividades eram uma forma de manter sua identidade e sua unidade, de sair da rotina do trabalho agrícola e braçal, e eram naturalmente comunitárias.

Hoje, a realidade sócio-econômica de nosso interior está quase inteiramente modificada, em todos os recantos, em decorrência de vários fatores, que não vem ao caso detalhar aqui. Como consequência, as manifestações culturais e a vida comunitária também sofreram e continuam sofrendo profundas modificações. Já não são necessárias festas comunitárias como forma das pessoas se encontrarem e se sentirem parte daquele contexto. Os espaços, físicos e mentais, se ampliaram; as pessoas não se identificam mais necessariamente com o grupo social e o local nos quais nasceram; a facilidade de comunicação, real e virtual e a possibilidade de deslocamento físico abriram novos horizontes; o contato, real ou virtual, com culturas e hábitos diferentes, inclusive por razões profissionais, contribui para que as pessoas não se fixem em suas origens.

O livro *Colônia alemã: histórias e fatos...*, portanto, como segundo grande objetivo, teve a intenção de colocar por escrito e publicar costumes, tradições e o dia a dia

de uma comunidade teuto-brasileira do interior do Rio Grande do Sul (que, com certeza, tendo pequenas variantes, é a mesma da de outros Estados), de uma época anterior à “revolução” dos meios de comunicação em seu sentido mais amplo.

3. Estilo dos textos

O livro é constituído de pequenos relatos, crônicas¹ rápidas, num estilo leve e divertido, de um fino humor, recheadas de comparações populares e expressões idiomáticas típicas do *Hunsrik*. Estas características das crônicas são devido ao fato de que os 38 *Schtikcha*, esses pequenos textos, foram originalmente publicados em jornal. São apenas uma pequena parte das histórias publicadas desde o ano de 1991.

Quem cresceu numa comunidade de tradição germânica, com certeza, vai identificar-se imediatamente com muitas das histórias. Quem algum dia já falou o dialeto *Hunsrik*, ou ainda o fala, vai se deliciar com os relatos.

4. Tradução

Para que os leitores que não são de descendência germânica e não conheceram uma comunidade com essa cultura, ou, mesmo, aqueles que nasceram e cresceram num contexto assim, mas já não receberam ou assimilaram seus usos e costumes, nem a língua, para que estas pessoas possam igualmente ter uma leitura agradável e conhecer um pouco da riqueza da tradição das antigas comunidades de descendência alemã, o Professor Thomas enfrentou o desafio de traduzir os textos ao português. Procurou fazê-lo na mesma linguagem simples e familiar do texto original, procurando sempre expressar o mais fielmente possível o sentido e a conotação originais. Isso, por vezes, mostrou-se bastante dificultoso.

5. Critérios e convenções para a escrita

Acredito que seja consenso de que *não existe uma linguagem Hunsrik padrão*: em diferentes regiões, às vezes bem próximas, e até entre famílias vizinhas, existem pequenas variantes, não só na pronúncia, mas também na formação de palavras e de partículas. Neste livro, mantive a pronúncia utilizada pela família Bennemann, sobrenome de solteira da Professora Noemia, pronúncia que é a mais comum na cidade de Feliz.

¹ **Crônica** – cf. o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, de Michaelis, 1998: acepção “2. Seção ou artigo especiais sobre arte, literatura, assuntos científicos, esporte, notas sociais, humor etc., em jornal ou outro periódico, sempre do mesmo autor, geralmente refletindo suas ideias e tendências pessoais”.

Sabemos, também, que *não há uma escrita padrão* do dialeto *Hunsrik*, não há regras gramaticais estabelecidas – embora eu já tenha acompanhado, numa coluna de jornal, a orientação de *Regras* para a escrita desse dialeto. Por outro lado, tenho lido textos em quatro ou cinco maneiras diferentes de escrever, inclusive com o uso de acentos, como no português.

Para tornar a leitura mais acessível, o texto original alemão, publicado no jornal, foi revisado e padronizado. Para essa padronização e simplificação, usei alguns critérios, que chamei simplesmente de *Convenções*, não de “Regras”. São as seguintes:

1 – Mantive **maiúscula a letra inicial** dos substantivos.

2 – Usei o “h” para expressar a **aspiração da letra (k, t, p)** que o precede. Por exemplo:

<i>Khärich</i>	(<i>Kirche</i> – igreja)
<i>khome</i>	(<i>kommen</i> – vir, chegar)
<i>gekhocht</i>	(<i>gekocht</i> – cozinhado)
<i>thoobe</i>	(<i>toben</i> – agitar-se, estar furioso)
<i>Thasch</i>	(<i>Tasche</i> – bolso, bolsa)
<i>Phann</i>	(<i>Pfanne</i> – frigideira, panela)
<i>Phaife</i>	(<i>pfeifen</i> – apitar, assobiar)
<i>Phat</i>	(<i>Pate</i> – padrinho)
<i>Phäsche</i>	(<i>Pfirsiche</i> – pêssegos)

De modo que o “ph” nunca expressa o som de “f”.

Única exceção: Por ser por demais popular e consagrada, mantive a escrita tradicional na palavra *Kerb* (*Kirmess* – *quermesse*) – observação válida também para o critério n° 9.

Quando o “k”, o “t” e o “p” **não são** seguidos de “h” na escrita, é porque eles **não são aspirados** na fala. Por exemplo:

<i>Pikohd</i>	(? - picada, aqui no sentido de vilarejo)
<i>Faschtopt</i>	(<i>verstopft</i> – entupido)
<i>Pänne</i>	(<i>Birne</i> – peras)

3 – Para o **som de “f”**, sempre foi usada a letra “f”. Por exemplo:

<i>fapoot</i>	(<i>verboten</i> – proibido)
<i>fon</i>	(<i>von</i> – de)
<i>Fosfa</i>	(<i>Schtreichholz</i> – fósforo)

4 – O som “**ch**” (como em “chapéu” ou “xadrez”) sempre foi grafado com “**sch**”, mesmo que no erudito só tenha “s” e estejamos acostumados a ver a palavra escrita apenas com “s”. Por exemplo:

<i>Schtänn</i>	(<i>Stern</i> – estrela e/ou <i>Stirn</i> – testa)
<i>schpreche</i>	(<i>sprechen</i> – falar)
<i>Reschpekt</i>	(<i>Respekt</i> – respeito)

5 – Usei **somente o “k”**, quando o erudito usa o “ck”. Por exemplo:

<i>kliklich</i>	(<i>glücklich</i> – feliz)
<i>Klok</i>	(<i>Glocke</i> – sino)

6 – Para simbolizar uma **vogal curta e enérgica**, fi-la seguir de duas consoantes iguais, quando necessário. Por exemplo:

<i>khenne</i>	(<i>können</i> – poder e/ou <i>kennen</i> – conhecer)
<i>Fokedde</i>	(<i>Raketen</i> – foguetes)
<i>Schtunne</i>	(<i>Stunden</i> – horas)
<i>gefiddat</i>	(<i>gefüttert</i> – dado de comer)
<i>Hegge</i>	(<i>Hecke</i> – sebe, capoeira, brejo).
<i>Khinna</i>	(<i>Kinder</i> – crianças, filhos)

7 - Já para simbolizar uma **vogal longa** e, no caso de “e” e “o”, **fechada**, repeti a mesma vogal. Por exemplo:

<i>kheen</i>	(<i>keine</i> – nenhuma; <i>keiner</i> – ninguém) [Compare com <i>keen</i> – ir, caminhar]
<i>Peem</i>	(<i>Bäume</i> – árvores)
<i>Hoose</i>	(<i>Hosen</i> – calças)
<i>Liiwe</i>	(<i>Liebe</i> – amor; <i>liebe</i> - queridos/as)
<i>kuud</i>	(<i>gut</i> – bom)
<i>hat gefroot</i>	(<i>hat gefragt</i> – perguntou)

Essa duplicação da vogal muitas vezes substitui o “h” ou o “e” da escrita erudita, que parece cumprir o papel de prolongar a vogal que o antecede. Por exemplo:

<i>Fii</i>	(<i>Vieh</i> – gado)
<i>keen</i>	(<i>gehen</i> – ir, andar, caminhar)

Algumas vezes, esse recurso – repetição da vogal ou consoante - foi usado para indicar a vogal tônica da palavra. Por exemplo:

<i>Papiiacha</i>	(<i>Papierchen</i> – bilhetes, papeizinhos)
<i>Krisskhinche</i>	(<i>Christkindche</i> – Menino Jesus)
<i>Khinnatziingung</i>	(<i>Kindererziehung</i> – educação dos filhos)
<i>Faadaland</i>	(<i>Vaterland</i> – Pátria)
<i>Hinnaschte</i>	(<i>hintersten</i> – o último, o de trás)

8 - Para o som “ó” longo (“o” aberto – como em “pode” ou “nobre” da língua portuguesa), usei sempre o símbolo “oh”, mesmo quando à primeira vista parece estranho. Foi a maneira que imaginei para distinguir do “o”, digamos, normal e do “o” fechado-não-longo. Por exemplo:

tzwohi	(zwei – dois)
Mohi	(? Besuch – visita)
Hohs	(Hase – lebre, coelho)
	[Compare com Hoose – calças]
hat gessoht	(hat gesagt – disse)
Nohs	(Nase – nariz)
Tohch	(Tag – dia)
Phohda	(Pater / Priester – padre)
fakhohft	(verkauft – vendido)
Leitor, procure estar atento a este critério!	

9 - Para o som “é” (“e” aberto e curto – como em “raquete” do português), mantive o “ä” (“a” tremado) da língua alemã erudita (exceto na palavra Kerb – quermesse). Por exemplo:

Häm	(Heim – lar; para casa)
länne	(lernen – aprender)
	[Compare com leene – emprestar]
kän	(gern – com gosto, de boa vontade)
	[Compare com keen – ir, caminhar]

10 - Mantive a letra “j” em diversas palavras, para simbolizar um som muito próximo à letra “i”, mas que dela, a meu ver, se distingue sutilmente, alguns casos sendo semelhante ao “lh” do português. Por exemplo:

Pressilje	(Brasilien – Brasil)
leije	(legen – deitar, colocar)
laije	(liegen – estar deitado)
Familje	(Familie – família).
Schrohije	(schraien – gritar)
Pisje	(bisschen – pouquinho)
Hemmesja	(Kälbchen – terneiros)

11 – O som “ai”, no erudito muitas vezes grafado por “ei”, sempre transcrevi com “ai”; Por exemplo:

khain	(keiner – nenhum, ninguém)
Tzait	(Zeit – tempo)
Phain	(Pein – sofrimento, dor)

12 - A **letra “z”** da língua erudita sempre transcrevi **com “tz”**. Por exemplo:

Tzait (Zeit – tempo)
betzohle (bezahlen – pagar).

13 - A **mesma palavra** pode estar **grafada de modo diverso** em contextos diferentes, exatamente porque, na fala respectiva, a pronúncia das pessoas era/é diferente. Por exemplo:

um Koddess Wille (um Gottes Willen – pelo amor de Deus)
Kot sai Tank (Gott sei Dank – graças a Deus)
Hadde / hare (hatten – tinham, tiveram)
odda / ore (oder – ou)
ronna / runna (runter – para baixo).
aach / ach / ohch (auch – também)

14 - Por outro lado, uma **mesma palavra escrita** pode expressar **significados diferentes**, dependendo do contexto. Por exemplo:

mia (*wir* – nós e/ou *mir* – a mim)
khenne (*können* – poder e/ou *kennen* – conhecer)
 (compare com *kheene* – ninguém, nenhum)

15 - Em alguns poucos casos, tive dificuldade em expressar graficamente a pronúncia usada pelas pessoas. Por exemplo, na palavra “Mensche” (*Menschen* – seres humanos), o “sch” na verdade soa como o “j” (letra jota) em português. Mas, se a palavra fosse grafada desse jeito – “Mennje” –, isso corresponderia a uma pronúncia diferente, de acordo com o critério nº 10. O jeito, nesses casos, foi **manter a escrita igual ou aproximada** da língua erudita. Outros exemplos:

kraische (*kreischen* – gritar; chorar)
Ransche (*Orangen* – laranjas)
Wohsche (*Flur, Flussniederung* – várzea)

6. Para terminar...

... vamos reproduzir uma das histórias do livro, tanto para ilustrar o uso prático das *Convenções* acima relacionadas, quanto para mostrar a leveza das narrações e seu fino humor.

32. Di Ua wo schprecht 32. Di ua wo schprecht

Liiwe Lait, wenn ma ales so triwa noo tenkt wi das foa phoh Joa hinetrohn woh, un wi das haitzetoehch is, kipt’s eem im Khop ales torichnana. Haitzetoehch kipt’s alahant wofon ma fria koh net getreemt hat. Thelefoon *sem fio*, Thelefoon

celular, TV, *computador*, Faks, och tu liiwe Lait, das is wärglich alahant. Sokoh Uure wo schpreche, sohn di Uatzait, U-ure wo kreije, wo Musik mache u.s.w.

An de forich Woch woh ich in a Wende wo so alahant Tings fakhohft, han mia mo ales ohngekukt, un ufmoool is n'Froh rin khom un hat sich beschweat, ia Ua teet nemme schpreche. "Ich menne – soht se –, ich sin ohngeschis keb. Tia hat toch gessoht, di Ua teet met de Tzait Taitsch länne schpreche, awa pis hait, *nada!* S'woh in Mätz toch schon tzwohi Joa hea wo ich di khohft han, un di schprecht n'Schprooch wo khe Taiwel traus kluuch wät. Ojee, ojee! Un di letzt Woch schprecht se iwahaupt nemme".

Di Wendepohs soht awa, si teet menne, di *pillhas* weere schwach. To miste naie *pillhas* ren.

Di Froh froot awa: "- Schprecht se tan Taitsch? Wel kreije tuut se noch flot. Am Sondach woh ich in di Mess un kroht iwa di Wantlung, wi ales schtil ruich woh in de Khärich, fengt das raulich Ting ohn se kreije wi n'Hohn. Oone geloo! Di hat 25 mool gekreet. Ich han dea das Thaschetuch fest umgepun, awa das raulich Ting hat sich net iwakeb. Neewe ohn mia hat n'Froh gekniit wo n'kleene Fokshund hat, un de hat tan ohngefang se pelle un wolt eenfach an mai Thasch. Das woh n'Alahant! Iwaleet aich das mool. Am Än fon de Mess hat de Phohda kuud ohngessoht, das di Lait khe Fii me in di Khärich met pringe sole".

"Wista, Wendepohs – soht di Froh noch –, ich wolt jo noore n'Ua han wo Taitsch schpreche teet, wel ich siin so schlecht un mus mia mo n'schterga Pril machelose. Kreije prauch di Ua net, todefoa han mia dehäm de kroose Karischoohohn wo schon moins foatohch kreet das di Schtänne am Himmel wakle!"

Liiwe Lait! Ich wees net wi di tzwohi Frohlait iwaeens khom sin. Ich sin mo häm gang un han mich das mo ales iwaleet. Wea hat soo was getenkt: n'Ua wo schprecht... un noch Taitsch uwe truf?... Un kreet wi n'Hohn?...

Ojee, ojee! Is toch alles wärglich farikt!

(16.05.1996)

Identidade étnica alemã na produção literária

*Marinês Andrea Kunz**

*Roswithia Weber***

O projeto “Identidade étnica alemã na produção literária” tem sido desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa em Linguagens e Manifestações Culturais na Universidade Feevale.

O objeto desta pesquisa são manifestações culturais e produções literárias que têm como ponto em comum o tema da identidade alemã, considerando o Rio Grande do Sul como espaço de sua emergência. O problema da investigação está centrado no confronto entre a representação da etnicidade alemã, expressa em festas alusivas à imigração, em textos historiográficos, em relatos jornalísticos – percebidos como manifestações culturais – e a produção literária sul-rio-grandense, posterior a 1930. Por meio desse confronto, visa-se verificar em que medida a produção literária reforça ou desfaz o postulado da unidade étnico-cultural alemã e da promoção do pertencimento a essa origem no contexto gaúcho, o qual está presente nas manifestações culturais acima mencionadas.

Nas pesquisas desenvolvidas na produção de tese Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS, viu-se que é notória a valorização do elemento étnico alemão nas propostas de formatação do turismo na rota turística denominada Rota Romântica, que congrega treze municípios situados na Região Metropolitana e na Serra Gaúcha - São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Presidente Lucena, Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula. Uma das características da configuração dessa Rota é sua ênfase na identidade regional vinculada à imigração alemã presente na região. A representação de sua população é caracterizada como étnico-culturalmente homogênea. Ela é construída de forma a atribuir um exotismo à região, o que se constitui um atrativo ao turista. Essa identidade é utilizada como recurso econômico e encontra-se associada ao desenvolvimento de atividades empresariais ligadas ao turismo.

*Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004), Professora titular e pesquisadora da Universidade Feevale.

**Doutora em História pela UFRGS e Professora vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e ao Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da FEEVALE.

O discurso homogeneizador da região, presente na divulgação da Rota, serve como elemento que funciona para o fortalecimento de um imaginário que tem um papel especial, na medida em que a região é uniformizada como alemã aos olhos do espectador e do próprio habitante. Um recurso recorrente na produção desse imaginário é a presença do discurso da ancestralidade, que faz com que o passado ligado à imigração se encontre naturalizado, com um sentido já dado, demarcando uma identidade cultural perene. Cabe observar que este tipo de discurso também encontra-se presente em outros contextos históricos, como se observou nas pesquisas realizadas no desenvolvimento do estudo sobre as comemorações da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul (WEBER, 2004), o que permitiu considerar que a base dessas construções identitárias remete a características do discurso de autopromoção étnica que foi utilizado como autodefesa por parte dos imigrantes e descendentes alemães no século XIX, no Estado Novo e no contexto da Segunda Guerra.

Nesse sentido, o recorte temporal em questão permite analisar a relação entre manifestações culturais e a produção literária sul-rio-grandense, em momentos distintos, selecionando obras literárias cuja produção se dá no contexto da chamada Campanha de Nacionalização, presente no governo de Getúlio Vargas e da Segunda Guerra Mundial – este é o caso de “Um Rio imita o Reno”, de Vianna Moog, - até o contexto atual, em que se presencia o fenômeno de reavivamento étnico caracterizado pela mobilização no sentido de demarcar o pertencimento através da expressão do orgulho étnico. Sendo que as obras literárias cuja produção coincide com este momento podem, ou não, ter relação com esse fator, o que permite a reinvenção da etnicidade alemã que tem se processado através do desenvolvimento do turismo. Como hipótese, tem-se presente que a produção literária, enquanto produção estética, por traduzir um caráter de emancipação humana, não promove a representação da identidade cultural com ênfase no viés étnico de modo a reforçar a identidade étnico-cultural como homogênea. À primeira vista, as representações com relação aos imigrantes alemães e descendentes presentes nas produções literárias indicam um olhar para a diversidade tanto local, quanto do próprio grupo. Ou seja, pode-se pensar que a literatura se contrapõe ao discurso da homogeneidade étnico-cultural que é recorrente em outros meios e produtos culturais.

O enfoque metodológico estará centrado nas possibilidades de uma abordagem interdisciplinar entre o campo da História e da Literatura, na análise da produção literária e das manifestações culturais a serem utilizadas como fonte. Como métodos de pesquisa a pesquisa irá se valer de pesquisa de caráter investigatório descritivo, incluindo levantamento bibliográfico e demais fontes pertinentes ao meio a ser estudado. As técnicas se centram em pesquisa qualitativa, buscando compreender a presença do étnico nas produções literárias e nas manifestações culturais.

A proposta busca integrar uma análise que permita o cruzamento dos dados levantados na produção literária com os aspectos presentes nas manifestações cul-

turais, relacionando-os à forma como as representações étnicas alemãs apresentam-se. De acordo com o problema e as delimitações teóricas desta pesquisa se deu a escolha das fontes principais, integrando as seguintes produções literárias de Charles Kiefer: “O pêndulo do relógio” (1984); “A face do abismo” (1989); “Quem faz gemer a terra” (1991); “Os ossos da noiva” (1996).

Outro conjunto de fontes que corresponde às manifestações culturais entendidas como expressas em festas alusivas à imigração, em textos historiográficos, em relatos jornalísticos que envolvem o marco temporal delimitado e indicavam aspectos importantes para analisar a presença do referencial étnico. Neste caso, buscar-se-ão como fonte jornais de regiões onde as mesmas serão enfocadas, fontes bibliográficas; a imprensa jornalística, incluindo periódicos diários, semanais ou mensais que enfocam o espaço em estudo. Também serão consultados jornais de circulação estadual, tais como Correio do Povo e Zero Hora. Os jornais constituem-se como fonte importante no sentido de acompanhar as manifestações culturais de determinados grupos; as representações identitárias locais; a identificação de problemáticas da região que ficaram em pauta e que dizem respeito aos temas aqui desenvolvidos; e a forma como determinados agentes reivindicam atenção através de crônicas ou artigos periódicos.

Um dos temas que se entrecruzam com a problemática em questão, diz respeito ao âmbito de produções historiográficas, considerando o espaço rio-grandense. Dentre estas produções, tem-se os estudos que tematizam a pretensa unidade do grupo étnico alemão nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul - tema desenvolvido pela produção historiográfica recente.

Uma referência importante é a tese de Sérgio Bairon (1994), defendida na USP. Para Bairon, a região de colonização alemã no sul do Brasil construiu uma “pseudo-unidade cultural”, projetando uma “cultura europeia”. O autor, balizado por pressupostos teóricos da psicanálise cultural, analisa textos históricos sobre as regiões de colonização alemã e questiona as representações acerca de uma “cultura europeia” que se traduziria na constituição de microrregionalidades, ou seja, uma Alemanha ou uma Itália, no sul do Brasil, que acaba por configurar uma região como homogênea culturalmente.

Outro autor que analisa a questão da pretensa homogeneidade das regiões coloniais a partir de um enfoque voltado à história política, é Gertz (1993, 2005). As discussões desse autor versam sobre a construção de estereótipos sobre as regiões coloniais alemãs. Gertz analisa os descuidos metodológicos de uma produção acadêmica que tendem a reduzir as regiões de colonização alemã como resultado de “variáveis particularistas”, ou seja, entendendo as características da região como derivadas da variável étnica, ao invés de pensá-las a partir de “lógicas universais”. Gertz mostra como essa visão, muitas vezes própria do senso comum, em que pese a reprodução de estereótipos derivados de análises simplistas, é recorrente na imprensa e mesmo em estudos acadêmicos.

Também estudos teóricos, que permitem pensar o espaço de pesquisa - em especial os processos culturais presentes nas regiões cujo povoamento esteve relacionado à imigração alemã - através da transposição de problemáticas internacionais, para o cenário regional. Esse é o caso de discussões acerca do cenário de globalização, das sociedades multiculturais e de estudos sobre etnicidade.

Na pesquisa realizada sobre as relações entre história e turismo na formatação da Rota Romântica, foram feitas reflexões a partir desses temas. As representações e práticas em torno da promoção do turismo étnico dão-se em um cenário em que se pode visualizar um duplo fenômeno, tanto da formação de sociedades multiculturais, quanto da “etnização” de grupos sociais, que ocorre num contexto mais amplo, associado à globalização.

Analisaram-se aspectos de reivindicação étnica de grupos étnicos, em especial, os afro-descendentes, com pouca visibilidade na região enfocada. Essas características remetem a um contexto onde o multiculturalismo passa a ser visualizado, fazendo com que o cenário cultural regional, marcado especialmente pelas expressões da etnicidade alemã, seja diversificado. Cabe observar que o oportunismo político que tomava como central a especificidade étnica alemã faz com que, em determinado contexto, o mesmo seja instrumentalizado a partir do discurso do multiculturalismo.

Quando se representa a região pesquisada, em vários momentos, é reiterada a homogeneização étnico-cultural de algumas regiões do Estado. Muitas vezes, essas representações minimizam o papel das mudanças na sociedade ao longo do tempo, seja obliterando a diversidade da própria população de descendentes de alemães, como negando as injunções políticas, econômicas e sociais que são minimizadas ao se expressar significações que pressupõem uma região congelada.

As representações acerca do grupo étnico alemão apresentam diversas consequências, tanto no plano simbólico quanto no plano material. O reavivamento étnico aparece como um desdobramento da implementação turística, bem como na demarcação da identidade local, uma identidade marcada pela uniformização cultural em torno do referencial étnico alemão. Simbolicamente, essa configuração contribui para a formatação de um imaginário que, muitas vezes, se sobrepõe às objetivações histórico-culturais e que segue o discurso triunfante em torno do sucesso econômico ligado a esse grupo de imigrantes. À medida que ocorrem as mudanças, elas próprias sofrem um processo de compensação com a “reinvenção das tradições”. Nesse sentido, estas observações, que resultam das pesquisas desenvolvidas na tese *Mosaico Identitário*, permitem observar outras regiões do estado rio-grandense.

Referências bibliográficas

- BAIRON, Sérgio. *História palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira*. São Paulo. 1991. Tese (Doutorado em História) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Rio de Janeiro : Difel, Bertrand Brasil, 2002.
- GERTZ, René E. Separatismo e anti-razão. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, vol. 21, nº 3, 1993, p.168-175.
- _____. Imigração e história. Apresentado no II Simpósio Internacional e X Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros.II Simpósio Internacional e X Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. 2005, Caxias do Sul, RS.
- WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.
- _____. *Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica* – RS. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

Análise dos métodos e elementos de persuasão utilizados em anúncios de novas colônias veiculados entre 1920 e 1940 nos almanaques *Familienfreund Kalender e Kalender für die Deutschen in Brasilien**

*Robert Thieme***

Ao final da 1ª Grande Guerra Mundial, em que Brasil e Alemanha estiveram de lados opostos, os imigrantes alemães instalados no país viam-se em uma situação complicada: proibidos de falar sua língua materna e obrigados a renegar sua cultura e origens; descobriram que eram considerados traidores em sua terra natal, por terem “abandonado” seu país. Acuados, os imigrantes iniciaram um movimento espontâneo de reafirmação da identidade germânica, não em direção ao isolamento étnico, mas reafirmada dentro da nacionalidade brasileira. Não havia nenhum interesse político nesta postura, mas sim, uma luta pessoal pela sobrevivência de sua cultura e origens (RAMBO, Arthur Blásio). Os teuto-brasileiros instalados no estado, começaram a reunir-se em colônias formadas essencialmente por descendentes alemães, contrariando orientações oficiais. Com o governo atacando a preservação da cultura e os costumes germânicos e sendo contrário à formação de colônias essencialmente alemãs, outras entidades foram fundamentais para que estas colônias se organizassem de forma a reunir os descendentes alemães: as companhias particulares. O período entre 1920 e 1940, foi determinante na ocupação de zonas devolutas no estado do Rio Grande do Sul. Muitas das terras nessas áreas pertenciam a agentes e investidores particulares que, aproveitando-se do momento favorável, juntaram-se para formar novas colônias, que ofereciam o que os descendentes alemães queriam: a possibilidade de organizá-las etnicamente e também segundo particularidades religiosas.

Na busca por novos compradores e visando divulgar suas colônias, as companhias particulares tornaram-se ferrenhas anunciantes. Seus anúncios eram veiculados também nos almanaques, principal meio de imprensa na época, devido à

*Texto apresentado no *X Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras – Do geral ao particular*, (Ivoti, 2008), o qual por um equívoco, não foi publicado nos respectivos Anais. [Nota dos organizadores].

**Graduado em Comunicação Social Publicidade e Propaganda, pela UNISINOS.

sua relevância e abrangência. Havia no período, sete títulos que circulavam pelas colônias alemãs do estado, em edições anuais. Destes, encontram-se o *Familien-Freund Kalender*, destinado ao leitor católico, e o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, voltado aos protestantes. Os anúncios de novas colônias, veiculados pelas companhias nos almanaques, são representativos do momento da propaganda gaúcha no período, em que começava a dar seus primeiros passos. O *layout* das peças e toda a parte gráfica e estética eram realizados pelos próprios editores, ilustradores e diagramadores das próprias editoras responsáveis pelo periódico, que não exerciam a função, por profissão. Não existia ainda, no Rio Grande do Sul, a figura do publicitário, sendo que a publicidade praticada no estado, assemelhava-se a uma definição feita por Nelson Varón Cadena (2001, p. 39) em relação às características da propaganda brasileira realizada na década de 1910, uma década atrás, portanto:

nenhum anunciante deixa transparecer um planejamento de comunicação, uma unidade visual ou de argumentação. Os anúncios são fruto do improviso, do modismo que chama a atenção, da oportunidade de mídia, criado pelo ilustrador de plantão ou disponível, este recorrendo aos chavões de praxe. É comum um clichê de anúncio ser veiculado durante meses, às vezes anos, apenas para estar presente na mídia ou fazer mídia com o proprietário do jornal, não raro um conterrâneo político.

Desta forma, são poucos os elementos estéticos presentes nos anúncios, sendo que o foco da propaganda de novas colônias nos almanaques, está na representatividade textual e argumentativa. O conteúdo dos anúncios era formulado pelos próprios anunciantes e enviado às editoras para diagramação, formatação e definição de *layout*. Nesta amostragem, analisaremos os elementos persuasivos, presentes nos anúncios do período.

Elementos de persuasão utilizados nos anúncios

Segundo a teoria da comunicação publicitária apresentada por Neusa Demartini Gomes, em seu livro “Publicidade – Comunicação Persuasiva”,

“persuadir supõe convencer e, para tanto, é preciso motivar. Em publicidade se utiliza a informação que motiva, que induz o público a adquirir o produto que satisfará suas necessidades fisiológicas ou psicológicas. Fica bem claro que a publicidade é, portanto, informação persuasiva. Ela convence, usando meios de influências” (GOMES, 2003, p. 35).

Como a publicidade praticada pelas companhias nos anúncios estava calçada quase que somente em elementos textuais e de conteúdo, é bastante utilizado o argumento persuasivo através da linguagem apresentada e, principalmente, pelos elementos de persuasão utilizados para atrair os colonizadores ou compradores. Para o estudo e análise destes elementos, foi feito um levantamento do contingente de anúncios veiculados nos dois almanaques, no período entre 1920 e 1940. Che-

gou-se a um total de 74 anúncios, sendo que todos foram fotografados e interpretados para a pesquisa, destacando-se os elementos de comunicação presentes em seu layout e linguagem, mais especificamente, elementos característicos da publicidade, entre os quais os meios de persuasão. Abaixo, podemos conferir a tabela completa deste levantamento, contendo os sete principais anunciantes, o apanhado das formas de persuasão utilizadas, além dos anos em que foi veiculado o anúncio e por qual anunciante:

Principais Elementos de persuasão

Elementos de persuasão	Associação Porto Novo	Cia. Territorial Sul Brasil	Dahne Conceição e Cia.	Luce, Rosa e Cia. Ltda.	Mosele, Eberle, Ahrons Cia.	P.J Koelzer & Cia.	H. Hacker & Cia. Ltda.
Terras próximas a rios - água abundante	31, 34	27, 30, 35	35, 37	21, 24, 26, 38	28	21, 23, 24	27
Estradas construídas / vias de acesso boas	29, 30, 31, 33, 34	30, 31, 35	35, 37	21, 24, 26, 38	28, 34	21, 22	22
Planos de pagamento / descontos	29, 30, 33, 34, 35, 36	27, 35	35, 37	38	28	21	22
Preço	35, 36	27	35, 37	38	28, 34		
Escola construída / em construção / próxima	29, 30, 31, 33, 34, 37	31, 35	35, 37	21, 24, 26, 38	34		
Solo fértil / terra produtiva, boa	29, 30, 31, 33, 34, 37	27, 31, 35	35, 37		34		22
Clima saudável / favorável / agradável	31, 33, 34	35	35, 37		34		22
Número e tamanho de terras	34, 35, 36	27, 35	35, 37	21, 24, 26			22
Ferrovias construídas, em construção, futuramente		27, 30, 31, 35	35, 37	38	28	24	
Matas nativas / virgens	31, 35, 36	27, 35	35, 37				22
Valorização do número de vendas e famílias instaladas	35, 36	30, 31, 35		21		21, 22	
Igreja/capela construída / em construção / próxima	31, 33, 34	31, 35		21, 24, 26, 38	34		

Elementos de persuasão	Associação Porto Novo	Cia. Territorial Sul Brasil	Dahne Conceição e Cia.	Luce, Rosa e Cia. Ltda.	Mosele, Eberle, Ahrons Cia.	P.J Koelzer & Cia.	H. Hacker & Cia. Ltda.
Caminhão/ carro leva interessados em ver as terras	33, 35, 36, 37	30, 31, 35			28, 34		
Boa chance para Serrarias/ exportação de madeira		35	35, 37	21, 24, 26			
Grande extensão de divisa com outros países	33, 35, 36	35		21			
Terras em zonas altas / elevadas			35, 37				22
Zonas separadas - católicos, protestantes		27, 31, 35				21, 22	22
Estação telegráfica	33	35				23, 24	
Médicos	29, 33, 34	35	35, 37				
Parteiras	29, 30, 33, 34	35	35, 37				
Grande mercado nos arredores	37				28	23	
Administração /Prefeito morando no local Navegação	33	35		21, 24, 26		21	
Não há registros (livre) de doenças	33	35					
Farmácias Cooperativa de transporte	33, 34	35 35	35, 37				
Preço dos produtos no comércio		35			34		
Construção de pontes		30, 31, 35		21			
Terras frutíferas	33					23, 24	
Valorização - rápida / melhor		22, 27, 30, 31					22
Coloniza e não apenas vende	34, 35, 36, 37	30					
Somente católicos	29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37						
Padres / sacerdotes	29, 30, 33, 34						

Sessões de Comunicação: 6. Outros temas relacionados à imigração

Elementos de persuasão	Associação Porto Novo	Cia. Territorial Sul Brasil	Dahne Conceição e Cia.	Luce, Rosa e Cia. Ltda.	Mosele, Eberle, Ahrons Cia.	P.J Koelzer & Cia.	H. Hacker & Cia. Ltda.
Se compra, é ressarcido o valor do caminhão que leva	29, 30						
Alemães	31, 33, 34, 35, 36, 37						
Com Mapa no anúncio	32						
Água saudável	33						
Documentos e Administração legalizada	33, 34						
Dirigentes sérios	34						
Não é Cia. Privada	34, 35, 36						
Programação (assistência) social	34, 35, 36, 37						
Revista própria com fotos	34						
Orientadores	37						
Semelhanças com a terra natal	37						
Local harmonioso, sossegado	37						
Casas pastorais		35					
Delegado de Polícia		35					
Fornecem prospectos		30					
Escrivão		35					
Venda e fornecimento de sementes		31					
Terras em uma das regiões mais ricas do estado			35, 37				
Telefone				21, 24, 26			
Grande êxito para tabaco				26			
Não são pagos impostos de exportação					28, 34		
Rica em madeiras úteis / nobres						21, 22	

Elementos de persuasão	Associação Porto Novo	Cia. Territorial Sul Brasil	Dahne Conceição e Cia.	Luce, Rosa e Cia. Ltda.	Mosele, Eberle, Ahrons Cia.	P.J Koelzer & Cia.	H. Hacker & Cia. Ltda.
Muitas plantações de erva mate						21, 22	
Terra vermelha - “boa para plantação”							22
Inviolável título de posse							22

Primeiramente ao analisarmos a tabela, salta-nos aos olhos uma característica referente aos *grandes anunciantes*, formados quase que na totalidade por companhias particulares, exceto pela *Associação de Porto Novo*. Ao contrário das companhias, que tinham o funcionamento mais voltado ao comércio, a associação organizava a colonização de suas terras sem fins lucrativos. Mesmo assim, a *Associação de Porto Novo* constitui-se no anunciante que mais utiliza formas de persuasão em sua propaganda nos almanaques, mesmo registrando um número bem reduzido de anúncios, se comparada com algumas companhias.

Ao analisarmos separadamente os métodos de persuasão, percebemos que três destacam-se por terem sido explorados por todos os principais anunciantes. O interessante é que tratam-se de tipos diferentes de chamariz, pois estão vinculados a preocupações diferenciadas:

Terras próximas a rios - água abundante

Utilizada na propaganda por representar um item fundamental na constituição de uma colônia, qualquer que fosse o período de sua formação. A água em abundância representava não somente facilidades nas questões básicas de sobrevivência, mas também a garantia de boa irrigação das plantações e lavouras, fornecendo sustentabilidade às famílias da região, formadas, na sua maioria, por colonos. Se esta água fosse proveniente de rios, melhor ainda. Os rios navegáveis constituíam-se em uma das principais formas de transporte da época, interligando as diferentes colônias e permitindo o escoamento da produção.

Estradas construídas / vias de acesso boas

Não é por menos, que todos os anunciantes utilizavam o fato de haver estradas no decorrer de suas colônias, como recurso para persuadir compradores. Assim como os rios, as estradas haviam se tornado fundamentais para o desenvolvimento das regiões nas quais passavam. Como podemos ver na tabela, o uso da estrada como forma de persuasão nos anúncios perdura por todo o período, utilizada em épocas diferentes por cada companhia. Enquanto a água e os rios estavam mais ligados à produção e ao escoamento da produção, dependendo de questões fisioló-

gicas da região, as estradas eram intrinsecamente relacionadas à comunicação entre as colônias, evitando o seu isolamento e dependiam da participação fundamental do governo e das companhias que constituíam as colônias.

Planos de pagamento / descontos

Dos três itens que foram utilizados por todos os anunciantes do período estudado, este sem dúvida, é o que mais se aproxima de uma forma de persuasão, no sentido publicitário da palavra. Constituindo-se num apelo criado pelo próprio anunciante, com a finalidade única de atrair para a compra. Talvez, por isso, esta prática de fornecer descontos e planos de pagamento continue tão, ou mais, utilizada até hoje. Se para a época, a questão das terras próximas a rios e com acessos de estrada haviam se tornado uma condição para o desenvolvimento das colônias, tanto que foi prontamente e amplamente utilizada nos anúncios, a possibilidade de planos de pagamento e descontos fornecidos pelos anunciantes mostravam-se um diferencial poderoso de atração de clientes.

É importante destacarmos também a relevância do uso da construção ou presença de escolas e igrejas nas colônias, como elemento de persuasão. Sua utilização simboliza a preocupação dos colonizadores da época, na preservação de seus costumes e cultura, fortemente presente nas colônias particulares e que se tornou um dos principais meios de atração dos colonos para essas regiões. Esta é uma pequena análise dos elementos de persuasão mais utilizados pelos anunciantes no período, sendo que a análise completa de todos os elementos apresentados na tabela encontra-se na pesquisa completa.

Além de elementos de persuasão presentes nos textos, como forma de meios de atração, os anúncios possuíam, em seu conteúdo, também, a persuasão publicitária através da linguagem apresentada. Algumas frases retiradas de anúncios chamam a atenção pelo forte apelo de venda e de convencimento presentes em sua estrutura e na forma de tratamento. Como podemos ver nos exemplos citados abaixo:

“Estradas largas de 1ª e com trânsito de carros.”
(Luce, Rosa e Cia. – 1921, 24, 26 – Prot. / Cat.)

“Para a planta de nossas colônias foram observados certos pontos de vista, como: Inviolável Título de Posse, clima saudável, solo fértil, rico em água, vias de acesso, separação de povos e credos, que garantem um rápido desabrochar e um saudável desenvolvimento das colônias separadas.”
(H. Hacker & Cia. – 1922 – Cat.)

“A melhor terra para colonos / colonizadores!”
(H. Hacker & Cia. – 1922 – Prot.)

“Olhar – Provar por si mesmo – E então comprar!”
(H. Hacker & Cia. – 1922 – Prot.)

“... E você terá um futuro garantido!”
(H. Hacker & Cia. – 1922 – Prot.)

“A melhor valorização das terras! – Vejam a localização e comparem os preços – Em breve uma colônia custará 2\$300\$”
(Cia Territorial Sul Brasil – 1927 – Prot. / Cat.)

“No ato do pagamento daremos 10% de desconto”.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1927 – Cat.)

“Nenhuma outra colônia pode oferecer tão boas vantagens como a nossa”
(Mosele, Eberle, Ahrons – 1928 – Prot.)

“Tudo para progredir rapidamente”
(Mosele, Eberle, Ahrons – 1928 – Prot.)

“Todos aqui instalados, são unânimes em dizer que a melhor terra está localizada na região do Uruguai e não existirá em nenhum outro lugar”
(Mosele, Eberle, Ahrons – 1928 – Prot.)

“Em vez de perder muitas palavras de propagandas contrárias, perguntem aos que estiveram lá – Vão mesmo e comprarão”
(Associação Porto Novo – 1929/30 – cat.)

“Melhores terras e maiores possibilidades futuras você não encontrará”.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1930 – Prot.)

“De 1º de outubro de 1928 até 31 de julho de 1929, 123 famílias se instalaram. De 01/01/29 até 31/07/29 vendemos 534 terras “.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1930 – Cat.)

“Todos alemães católicos que se interessam em fundar uma nova, bonita e atraente terra natal...”
(Associação Porto Novo – 1931 – cat.)

“Porto Novo é um pedaço de terra de muito progresso”
(Associação Porto Novo – 1931 – cat.)

“O seu dinheiro melhor aplicado é comprando terras”.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot.)

“Estes são os melhores investimentos e um futuro garantido para seus filhos”.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot. / Cat.)

“Nós procuramos antecipadamente construir boas estradas, pontes, igrejas, escolas... Oferecemos as melhores sementes / cereais”.
(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot. / Cat.)

“O desenvolvimento é certo e seguro em nossas colônias”.

(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot. / Cat.)

“A prova disso é que a Cia. Alemã teve a confiança e nos recomendou que 1400 alemães russos viessem para nossas colônias... O que esse n° de imigrantes representa para nossas colônias está claro”.

(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot. / Cat.)

“Venham ver as nossas terras – E comprarão!”

(Cia Territorial Sul Brasil – 1931 – Prot. / Cat.)

“Se você ou os seus filhos querem mudar, eleja Porto Novo para seu novo lar”

(Associação Porto Novo – 1932 – cat.)

“Uma colônia com melhor desenvolvimento e progresso. Isto é Porto Novo”

(Associação Porto Novo – 1933 – cat.)

“Aqui os desbravadores construíram a sua própria nação, e constantemente está aumentando e se expandindo”

(Associação Porto Novo – 1934 – cat.)

“Facilidades, vendas, sucesso, terras produtivas, clima excelente, boas estradas, diligentes e escrituras sérias e além disso sem outros maiores compromissos para se instalar.

São esses os maiores fatores para um sucesso garantido “

(Associação Porto Novo – 1934 – cat.)

“Não é uma sociedade privada única, mas uma grande colonização com programações sociais intensas”

(Associação Porto Novo – 1934 – cat.)

“O próspero Vale do Uruguai!”

(Cia Territorial Sul Brasil – 1935 – Prot. / Cat.)

“A terra já nos pertence e ao comprar sua colônia e pagar, logo terá sua escritura”.

(Cia Territorial Sul Brasil – 1935 – Prot. / Cat.)

“Tudo cresce: Fumo, feijão, milho, batata, trigo, feno, amendoim, ets... como também uva, banana, laranjas e outras frutas. As plantações ficam grandes. A mata é rica em cedro, louros e outras madeiras nobres, que são negociados com bons compradores e exportados para Argentina”.

(Cia Territorial Sul Brasil – 1935 – Prot. / Cat.)

“O clima é agradável e saudável. Não temos conhecimentos de doenças.

Vários médicos, parteiras e farmácias estão à disposição e responsáveis pela saúde das colônias “

(Cia Territorial Sul Brasil – 1935 – Prot. / Cat.)

“As estradas secundárias também são de tal maneira que a qualquer momento podem ser transformadas em principais. As pontes fortes também garantem o transporte no inverno.”

(Cia Territorial Sul Brasil – 1935 – Prot. / Cat.)

“Aqui tem: Vida – Desenvolvimento - Prosperidade”

(Associação Porto Novo – 1935/36 – cat.)

“5 mil colônias em uma das regiões mais ricas do estado”.

(Dahne Conceição & Cia – 1935 e 37 – Prot. / Cat.)

“Pagamennto em 4 anos sem juros”.

(Dahne Conceição & Cia – 1935 e 37 – Prot. / Cat.)

“Isto é e permanece uma verdade: Vantagens que o imigrante não encontrar em Porto Novo, também não encontrará em outra colônia.”

(Associação Porto Novo – 1937 – cat.)

“O imigrante católico de língua alemã achará em Porto Novo o que procura”

(Associação Porto Novo – 1937 – cat.)

“Quem ficar em Porto Novo encontrará várias semelhanças com sua terra natal”

(Associação Porto Novo – 1937 – cat.)

“Os seus amigos vão lhe dizer que as terras das colônias Irahya, Barra Grande e Uva são preferíveis...”

Das boas estradas... estação de trem... mercado de negócios e Centro Industrial incomparavelmente seguros... e que igrejas e escolas são prioridade.

Deixem que por meio de seus amigos, vocês sejam esclarecidos sobre estas colônias”...

(Luce Rosa & Cia Ltda – 1938 – Prot. / Cat.)

Esta é uma pequena amostra da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social Publicidade e Propaganda, na Unisinos, intitulado “Colonização Alemã e Publicidade – Análise de anúncios de Novas Colônias Veiculados Entre 1920 e 1940 no *FamilienFreund Kalender* e *Kalender Für Die Deutschen in Brasilien*. Mesmo sendo imprescindíveis os dados e o aporte histórico, a pesquisa foi realizada através do foco da comunicação, sob o olhar da publicidade.

Referências bibliográficas

CADENA, Nelson Varón. **Brasil: 100 Anos de Propaganda**. São Paulo: Edições Referência, 2001.

FAMILIENFREUND KALENDER. Porto Alegre: Companhia Metzler Ltda, 1920-1940.

GÄRTNER, Angélica. CUNHA, Jorge L. da. **Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

GOMES, Neusa D. **Publicidade: Comunicação persuasiva**. Porto Alegre: Sulina, 2003

KALENDER FÜR DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN. São Leopoldo: Rotermund e Co, 1920-1940.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Trad. POIRIER, René. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

A importância da preservação do patrimônio histórico e cultural como atrativo turístico em Ivoti*

Cíntia Elisa Dhein

Em sua passagem pelos lugares, ao longo do tempo, o homem deixou sinais diversos. Marcas que testemunham percursos, ações e sonhos, ou seja, patrimônio cultural. Dessa forma, entende-se por patrimônio cultural o conjunto de móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação é de interesse público, por valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (Moletta, 2000).

A preservação cultural pode trazer inúmeros benefícios à população, no que se refere à atividade turística. Em busca de conhecer a cultura local, o turista toma consciência da história, música, artes, comida, religião, língua, entre outras peculiaridades do local que está visitando. A cultura de um lugar sobrevive, e, em muitos casos, é renovada através do interesse despertado pelo turista. Além disso, há uma maior valorização do patrimônio histórico, pois a população passa a ver os imóveis antigos com outros olhos e existe uma maior troca cultural entre os diferentes povos, aumentando a tolerância e compreensão.

No município de Ivoti, a importância da preservação do patrimônio histórico que engloba a cultura das famílias alemãs e japonesas e a arquitetura trazida pelos imigrantes alemães, tem sido comprovada pelo grande número de turistas que visitam o município à procura destas singularidades.

O núcleo histórico onde está situado o conjunto de casas enxaimel, cujo trabalho de restauração e manutenção foi citado anteriormente, tem atraído diferentes grupos de pessoas, com diferentes interesses, e vem desenvolvendo o turismo local em diferentes segmentos. Hoje pode ser destacado o turismo pedagógico pelo grande número de escolas que visitam o espaço como forma de incremento dos estudos desenvolvidos sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ali podem visualizar o que aprenderam em sala de aula, a partir da visita ao Museu Claudio Oscar Becker, observando a técnica do enxaimel utilizada na construção das casas e a Ponte do Imperador que mantém seu formato original desde 1864, quando foi

*Texto da palestra apresentado no *X Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras – Do geral ao particular*, (Ivoti, 2008), o qual por um equívoco, não foi publicado nos respectivos Anais. [Nota dos organizadores].

concluída sua construção. Ao final da visitação, é oferecida a degustação do frühstück (prato servido com produtos da culinária alemã) com a finalidade de que o aluno se sinta realmente integrado e vivenciando a cultura alemã.

Ainda sobre o turismo pedagógico em Ivoti, o aluno da terceira série do ensino fundamental tem como principal objeto de estudo o município. A fim de incentivar este estudo e certificar de que o professor esteja inteirado das informações atualizadas sobre o tema, é desenvolvido um projeto de capacitação envolvendo a Associação para o Desenvolvimento Cultural de Ivoti (ADECI) através do seu grupo de pesquisadores da história local, a Secretaria de Educação e o Departamento de Turismo. Em um encontro teórico, é realizada a explanação sobre as pesquisas realizadas e são esclarecidas dúvidas a respeito deste assunto. Após o momento de teoria, é realizada uma saída de campo, em que os professores passeiam pelo município conhecendo seus pontos históricos, culturais, naturais e turísticos. Na escola, os alunos recebem um livro com textos e atividades sobre o município. Os textos englobam história, geografia, meio ambiente, cultura e turismo e, para cada um dos temas, são apresentadas propostas de atividades que vão além dos estudos em sala de aula. Ao final, é realizado um passeio de estudos pelos pontos da cidade escolhidos pelas turmas, de acordo com a sua curiosidade e o seu interesse.

A Colônia Japonesa também desperta um grande interesse no turista, já que Ivoti é o município que concentra o maior número de famílias desta etnia no Rio Grande do Sul. Até então, esta curiosidade representava um grande problema para a atividade turística desenvolvida no município, pois a Colônia não tinha um espaço adequado para receber estes visitantes. A partir de reuniões com os moradores da Colônia sobre este tema, foi definido que a antiga escola do local receberá uma reforma e será transformada num prédio com arquitetura e jardim típico japonês que abrigará um museu sobre a história da comunidade. Tudo isso fazendo parte do Projeto Colônia Japonesa de Ivoti: um lugar para lembrar. O planejamento do prédio foi todo desenvolvido com o acompanhamento dos moradores da localidade e sua construção será iniciada ainda em 2009.

Ao fazer uma análise dos eventos realizados no município, é perceptível a preocupação com a preservação e a valorização da cultura, dos costumes e das tradições deixadas pelos antepassados. O Kerb, que marca a inauguração da igreja, cuja comemoração tradicionalmente é feita nas casas das famílias, com o passar dos tempos, tornou-se um motivo para reunir parentes do seu ou de outros municípios para se encontrar e festejar em outra data que não fosse a Páscoa nem o Natal. Este encontro acontece até os dias de hoje. A *Kolonistenfest* tem o objetivo de realmente valorizar o colono. A festa inicia com desfiles pelas ruas do centro da cidade, mostrando as atividades diárias das famílias de agricultores e convidando a comunidade para se integrar à festa realizada em uma das localidades da zona rural. A Feira Colonial, a Feira do Mel, Rosca e Nata e a Feira das Flores acontecem junto

ao Núcleo de Casas Enxaimel. A primeira acontece mensalmente e dela participam apenas produtores coloniais do município de Ivoti. A segunda é anual e integra diferentes segmentos da produção local, como produtos coloniais, embutidos, flores, artesanato, além de apresentações folclóricas e culturais. A última, realizada desde 2006, remete ao significado do nome da cidade que é flor. Acontecendo entre os meses de setembro e outubro, a Feira das Flores procura valorizar a produção de flores na cidade, incentivar o ajardinamento nas residências e preservar os jardins das praças e ruas de Ivoti.

Organizar eventos é uma forma de promover a imagem de um município e despertar a vontade no visitante de retornar em outros momentos para conhecer outros espaços e atrativos. As feiras e festas são ótimas oportunidades de mostrar o modo de vida da comunidade, os costumes e as tradições preservadas, além de agregar valor a espaços históricos, cujo investimento para sua preservação é questionado por muitas pessoas.

A preservação de edificações, da língua, da dança, da culinária, da música alemã e japonesa; a realização de feiras e festas de cunho cultural; o cuidado com as praças e canteiros públicos e a valorização da produção local orgulham o morador e o incentivam a preservar também e, conseqüentemente, atraem o turismo. Pois, o que o turista procura, ao visitar um município ou região, é o que é bonito, cuidado, agradável de se ver e que vá acrescentar algo na sua bagagem de conhecimentos.

Referências bibliográficas

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Alínea, 2002.

MOLETTA, Vania Florentino; GOIDANICH, Karin Leyser. Turismo Cultural. 2.ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

Visões do outro a partir da (i)migração alemã: Mecklenburg-Schwerin, Brasil e Rio Grande do Sul – séculos XIX e XX

Marcos Antônio Witt*

O presente texto tem como objetivo mapear as diversas interpretações que foram construídas sobre os imigrantes alemães e seus descendentes ao longo dos séculos XIX e XX. Tais interpretações – ou visões – marcaram uma parte dos imigrantes ao serem classificados como “maus” em comparação aos que tiveram sucesso, principalmente no plano econômico. Comparações equivocadas e a construção de determinada imagem dos imigrantes por parte de intelectuais alemães chegados ao Brasil no final do século XIX e início do XX influenciaram parte da historiografia que escreveu sobre imigração, muitas vezes identificada com o qualificativo de “clássica”. Por historiografia clássica da imigração alemã entende-se aquela que produziu grandes obras, inclusive no número de páginas, e que ainda hoje são referências para a busca de informações. Entretanto, é justamente essa historiografia que construiu a imagem dos “bons” e dos “maus” imigrantes. Recentemente, há poucos anos, vem se desconstruindo essa análise bipolar de duas maneiras: revisitando fontes já consultadas e acessando novos conjuntos documentais, pouco ou quase nada explorados. Assim, com a documentação referente aos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, praticamente inédita, o historiador Martin Dreher foi capaz de relativizar o que clássicos afirmavam há gerações, isto é, que os imigrantes dessa região não desapareceram quando foram instalados no Rio Grande do Sul e que sua origem em território alemão (saídos das casas de correção) não determinou seu comportamento em solo brasileiro.

No que tange à construção deste texto, valer-me-ei das contribuições de Martin Dreher e sua equipe de bolsistas e orientandos sobre os imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, especialmente os trabalhos de Dreher e Caroline von Mühlen, e de uma pesquisa própria sobre o naufrágio do bergantim “Flor de Porto Alegre”, em dezembro de 1824, próximo a Mostardas/RS.¹ A recente discussão sobre os imigran-

*Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; coordenador do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, vinculado a esta mesma universidade; associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL e à Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Autor do livro: *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*. São Leopoldo: Oikos, 2008. E-mail: mawitt@unisinos.br

¹ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010; VON MÜHLEN, Caroline. *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2010; WITT,

tes advindos de Mecklenburg-Schwerin tem origem no projeto de pesquisa de Martin Dreher, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A documentação trabalhada por Dreher e sua equipe estava com seu colega Jorge Cunha, da Universidade Federal de Santa Maria, o qual repassou este material para que Dreher pudesse transliterá-lo, traduzi-lo e publicá-lo na forma de artigos e livro. Se, por um lado, parte da historiografia clássica da imigração alemã já havia mencionado os imigrantes apenas de Mecklenburg-Schwerin, fazendo observações que somente agora foram relativizadas, Dreher trouxe o tema novamente à luz, demonstrando que esses imigrantes e seus descendentes não só sobreviveram, mas se espalharam por todo o Rio Grande do Sul, acompanhando a marcha dos migrantes pelo Oeste.

Quando trabalhei o naufrágio de dezembro de 1824, tinha o objetivo de desmistificar a falsa afirmação de que uma parte dos naufragos havia se dirigido primeiramente à Colônia alemã de Três Forquilhas. De acordo com as pesquisas e estudos levantados até o momento, nunca houve projeto de colonização para Três Forquilhas, mas sim, para Torres, onde deveria ter sido fundado um único núcleo colonial com imigrantes católicos e protestantes. Uma grande enchente provocada pelo rio Mampituba e o fato de os imigrantes serem em número maior do que o previsto levaram à divisão do grupo, sendo os católicos instalados em São Pedro de Alcântara, mais próximo de Torres, e os protestantes no Vale do rio Três Forquilhas, um pouco mais distante da vila torrense. É importante salientar que toda a documentação pesquisada registra que esses imigrantes alemães chegaram a Torres somente em 17 de novembro de 1826! Rastreamento os autores que teriam mencionado este equívoco – naufragos marchando pelo litoral em direção norte, rumo a Três Forquilhas –, cheguei até Balduino Rambo, o qual afirmou que:

Do total de 908 aportados em 1825, **uma parte, tendo sofrido naufrágio, nos bancos de areia perto de Mostardas, seguiu por terra o litoral norte**, onde os católicos fundaram a Colônia de São Pedro de Alcântara, perto de Torres, e os protestantes, a de Três Forquilhas, no vale do rio do mesmo nome.²

Não se pode afirmar, ainda, que Rambo seja o autor de tal idéia. Segundo Rabuske, as afirmações de Rambo estão baseadas em Amstad, na obra *Cem anos de germanidade*, na qual Amstad teria observado que sobre isso “se conta”. Ou seja, as fontes sobre o naufrágio e a posterior caminhada até a Colônia alemã de Três Forquilhas seriam relatos orais. No original, escrito em alemão, a expressão usada foi “man erzählt”.³ Rabuske chegou a salientar que

Marcos Antônio. “Mitos” e “verdades” sobre a formação da Colônia alemã das Torres: o caso de um naufrágio. In: DREHER, Martin Norberto et al (Orgs.). *Saúde: corporeidade – educação*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 243-250. (CD-ROM).

² RAMBO, Balduino. *Enciclopédia Rio-Grandense*. vol. I, p. 80-81. [grifo nosso].

³ AMSTAD, Theodor. A Colônia alemã de São João das Missões. In: *Anais do 2º. Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, s/editora, 1977, p. 105-114. [Tradução de RABUSKE, Arthur].

o assunto tratado por Amstad neste seu estudo sobre a Colônia São João das Missões encontrou, mais tarde, referências menos lúcidas e mesmo desacertadas em penas tão respeitáveis, como as de um Balduino Rambo, S. J. e Pastor Heinz F. Dressel, em seus respectivos trabalhos.⁴

Ao que parece, Rabuske chegou a ficar surpreso com o fato de os colegas terem usado a afirmação de Amstad como fonte certa e pouca duvidosa. O próximo compromisso da pesquisa é tentar rastrear os relatos orais que teriam servido como base para a sentença de Amstad em relação ao naufrágio dos imigrantes de dezembro de 1824. Os porquês de Rambo mencionar tal versão equivocada ainda são desconhecidos; no entanto, o peso de sua autoridade intelectual fez com que Hunsche⁵ e outros repetissem a informação, sem se dar conta do equívoco cronológico. É possível que a história do naufrágio do bergantim “Flor de Porto Alegre” se una a outro equívoco apresentado por Aurélio Porto. De acordo com o autor:

No mesmo navio, Schaeffer, que não conseguira, apesar de todos os seus esforços, engajar elementos totalmente bons, fizera embarcar dezenas de criminosos, assassinos e ladrões, tirados das cadeias de Mecklenburg, que eram levados para bordo ainda com as algemas nos pulsos. Pertencem a essa leva os célebres ladrões de igrejas que durante algum tempo, constituídos em quadrilha, chefiados por um tal Sibernagel, saquearam os templos de Santana do Rio dos Sinos, Viamão e outros. Elementos indesejáveis, muitos deles foram conduzidos para S. João das Missões, acompanhando para o Uruguay forças platinas que ali passaram. Outros ficaram por Missões. Traduzindo os nomes confundiram-se na população nacional e foram troncos de várias famílias que ali ainda se conservam.⁶

Segundo Porto, imigrantes de Mecklenburg-Schwerin teriam chegado ao Brasil e, quase que imediatamente, se dedicado ao crime. Visto por essa lógica, não seriam imigrantes desejáveis, mas outra categoria de estrangeiros chegados ao Brasil, quase sempre relacionados à má índole, dispersos entre grupos desordeiros e, por fim, totalmente descaracterizados de sua germanidade. A Colônia de São João das Missões, de 1825, teve vínculos com o litoral, uma vez que famílias que para lá se dirigiram retornaram e se fixaram em Três Forquilhas, como foi o caso dos Bobsin. De acordo com o raciocínio de Porto, o litoral também foi contemplado com imigrantes “indesejados”. Se atentarmos para as palavras de Rambo e Hunsche, os imigrantes náufragos que se dirigiram diretamente a Três Forquilhas também não teriam passado por Porto Alegre e São Leopoldo, estando fora do eixo migratório: Alemanha, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Leopoldo. O que isso significa? Esses equívocos, somados, podem ter gerado a ideia coletiva de que os *maus* imigrantes foram

⁴ RABUSKE apud AMSTAD, p. 106.

⁵ HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 286.

⁶ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996, p. 44-45.

direcionados a São João das Missões e ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), deixando São Leopoldo para os *bons* e *industriosos* colonos e artesãos alemães.

Além de Porto, versão equivocada acerca dos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin é apresentada no livro *Cem anos de germanidade*⁷, no qual se pode ler que muitos imigrantes alemães teriam chegado ao Brasil antes de 1824. Os “degradados” de Mecklenburg-Schwerin estariam neste grupo. Ao que tudo indica, a tradição oral, fortemente marcada por uma imagem criada e divulgada por parte da intelectualidade germânica presente no Brasil desde o final do século XIX⁸, foi a fonte principal pesquisada pelo autor, o que resultou no reforço dos estigmas relacionados aos imigrantes e descendentes de Mecklenburg-Schwerin. O título do capítulo – “A lenda dos mecklenburgenses” – sugere que o assunto não faz parte da realidade imigrante, ou seja, integra um tempo não real, mas lendário. Imigrantes, como desejáveis, somente a partir de 25 de julho de 1824; antes desta data, o ingresso de alemães estaria condicionado a iniciativas particulares ou a iniciativas públicas, no caso, alemãs, com o objetivo de esvaziar suas prisões. Ao analisar o capítulo de apenas quatro páginas, percebe-se o peso da autoridade em tão poucas linhas. Se, por um lado, a tradição oral embasou as afirmativas do autor, o fato de ter escrito e não relativizado o que tornou público fez com que essas mesmas ideias corroborassem futuras teses sobre os imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, quase todas reafirmando os mesmos estigmas.

Durante muito tempo, consolidou-se a imagem de que São Leopoldo fora uma Colônia próspera e rica, e que sua irmã, Colônia das Torres, dividida entre São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, fora um insucesso, uma vez que os dados estatísticos apontavam discrepâncias entre os negócios realizados pelos leopoldenses e pelos litorâneos. Deixou-se, neste caso, de se analisar a especificidade de cada região. Von Mühlen, além de pesquisar tema inédito, trouxe à discussão o compromisso e a ética do historiador, ou seja, com quem ele se compromete e como tentará reconstituir a vida dos seus pesquisados. Em boa hora, von Mühlen se posicionou aos lado dos excluídos, optando por investigar o que aconteceu com os descendentes de algumas famílias de Mecklenburg-Schwerin. Ao fazer isso, a autora se viu no meio de uma grande trama social e familiar, o que foi também objeto de investigação.

A fim de mapear a trama social e familiar vivenciada pelos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, von Mühlen valeu-se dos estudos de Ellen Woortmann⁹, a

⁷ *CEM* anos de germanidade. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 57-60. [tradução de Arthur Blasio Rambo].

⁸ Refiro-me à intelectualidade germânica presente no Brasil desde os finais do século XIX, sobretudo jornalistas, literatos, políticos, religiosos (e profissionais de outras áreas), fortemente influenciados pelas idéias do germanismo. Estes intelectuais divulgaram o que entendiam por germanismo; suas idéias marcaram parte da historiografia clássica da imigração alemã, a qual, por exemplo, esmerou-se por *limpar* a história da imigração, tentando retirar dela tudo que manchasse a trajetória dos pioneiros. O caso de Mecklenburg-Schwerin é emblemático, pois pode ser considerado uma das maiores tentativas de se excluir um grupo do processo imigratório.

⁹ WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sítiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.

qual apresenta em sua tese de doutoramento uma categoria importante para se entender as relações familiares dentro do universo colonial: trata-se da categoria de *keim*¹⁰, que traz em si o potencial de futuro de alguém, isto é, se a herança biológico-social da família é boa, então, aquele indivíduo terá grandes possibilidades de construir uma vida de sucesso, pautada no trabalho e na honestidade. O contrário é lógico: se a herança biológico-social da família é ruim, então, a união com qualquer um de seus membros representará problemas no amanhã. Ainda, um *keim* ruim poderia ser reforçado por eventuais conflitos vivenciados pelos imigrantes considerados “maus”. Marcos Justo Tramontini quebrou paradigmas ao afirmar que os conflitos eram, antes de tudo, uma tentativa de se colocar socialmente.¹¹ Assim, os xingamentos verbais, as brigas corporais, o alcoolismo, dentre outras formas de violência, conforme Tramontini, devem ser analisados sob a ótica da organização social dos imigrantes. No cotidiano difícil da sobrevivência, criar conflitos se constituía, muitas vezes, na única forma de ser ouvido.

Penso que os rótulos e o imaginário que se depositam sobre determinada Colônia ou família são mais bem analisados se tomarmos como referência o tempo das mentalidades, ou seja, estigmas não podem ser mensurados pelo tempo cronológico, simplesmente por datas, mas sim, por um outro tempo, muito mais lento, que passa pelo campo das mentalidades. Hoje, estou convencido de que os fatos vivenciados pelos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, ainda em território alemão, mais a produção de parte da historiografia clássica da imigração alemã, são responsáveis pelos estigmas que essas pessoas receberam ao longo do período em que estiveram em “casas de correção”, na Alemanha, durante a travessia do Atlântico e, principalmente, no momento da chegada e fixação em solo brasileiro. Os estudos de Dreher e de sua equipe uniram fragmentos de uma história que ainda precisava ser mais bem trabalhada; desde o porquê de se estar preso na Alemanha e o destino dessas pessoas aqui no Brasil, muitas lacunas careciam de informações ou análises renovadas.

Como foi salientado no início deste texto, ele foi construído a partir das contribuições advindas da pesquisa de Martin Dreher e de sua equipe, e de um estudo próprio sobre um naufrágio ocorrido em dezembro de 1824, no litoral rio-grandense. A título de fechamento, mas não de conclusão, gostaria de frisar que as experiências de vida dos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin tornaram-se mais do que relevantes para a releitura de certos aspectos da história da imigração no Brasil. Não se discute aqui a formação de classes ou grupos hierárquicos entre os imigrantes, mas, por outro lado, há que se reconhecer que os “excluídos”, expressão de von Mühlen, foram contemplados e ganharam voz quando o *amarelo*, o *mofo* e as *teias* foram retirados da documentação sobre os “degradados” de Mecklenburg-Schwerin.

¹⁰ WOORTMANN, op. cit., p. 136-149.

¹¹ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

Apoio cultural

Acervo Documental e de Pesquisa - Biblioteca UNISINOS/São Leopoldo

Arquivo Público Municipal de Novo Hamburgo

Associação de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras do Litoral do RS (ASTEB/LN)

Federação dos Centros de Cultura Alemã no Brasil (FECAB-POA)

Fundação Ernesto Frederico Scheffel & Casa Schmitt Presser

Instituto Histórico de São Leopoldo

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

Secretaria Municipal de Cultura - Secult/Novo Hamburgo

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia, Trabalho e Turismo - Sedetur/Novo Hamburgo

www.brasilalemanha.com.br

Promoção



Associação Nacional de
Pesquisadores da História das
Comunidades Teuto-Brasileiras



PREFEITURA DE
NOVO HAMBURGO
Secretaria Municipal de
Educação e Desporto
SMED



ISBN 978-65-86578-34-8

